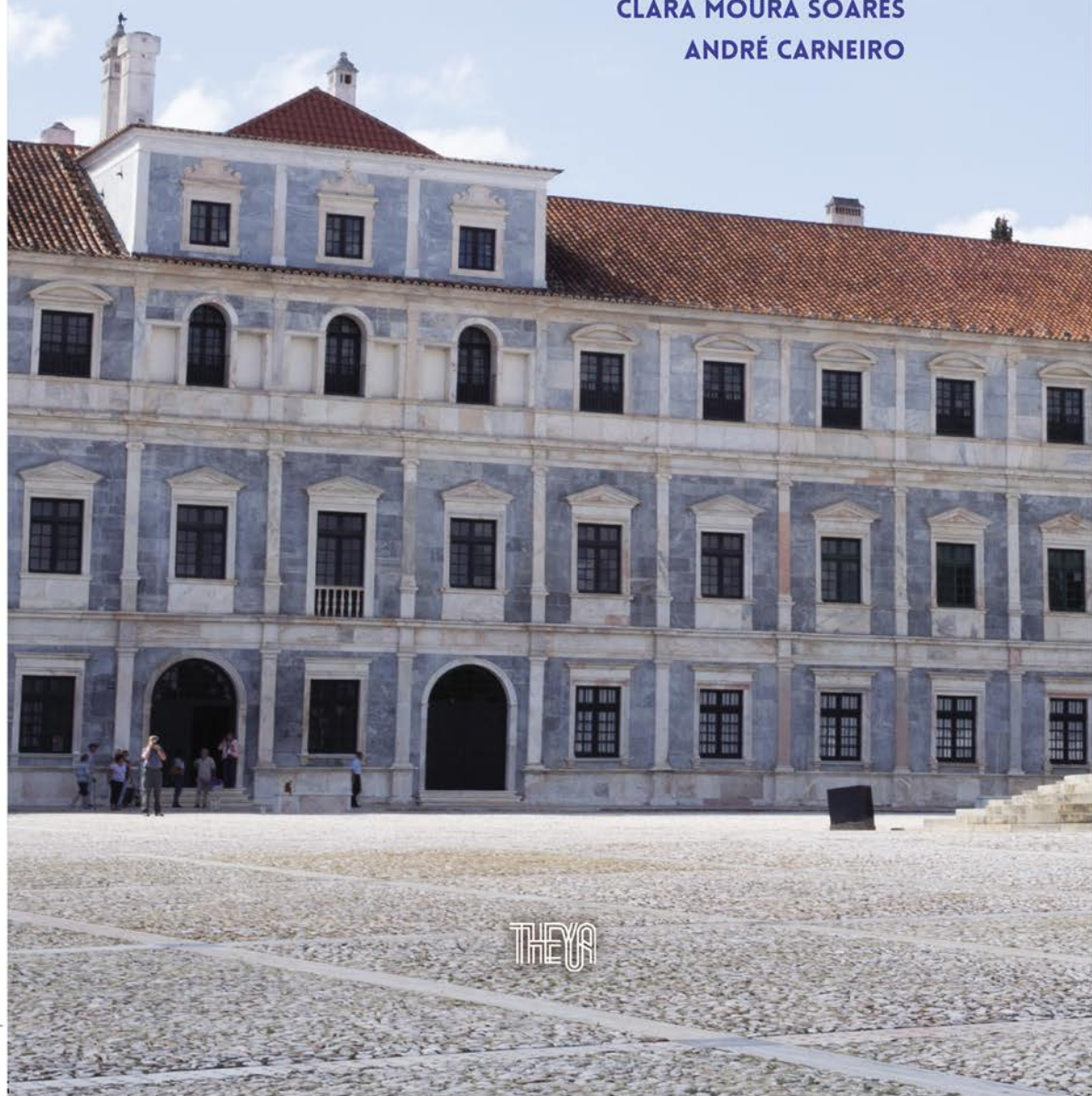


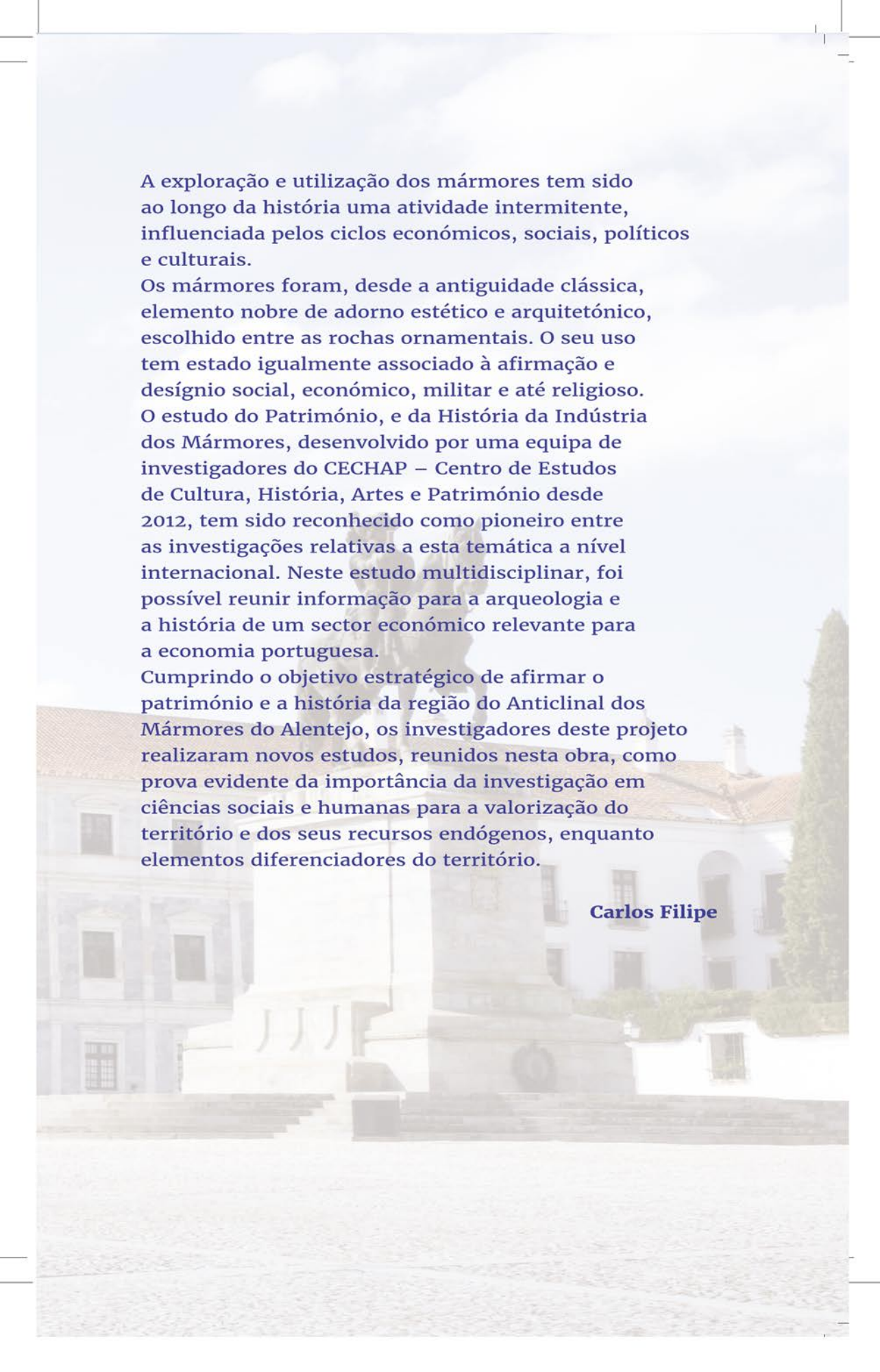
MÁRMORE 2 000 ANOS DE HISTÓRIA

VOLUME I
DA ANTIGUIDADE À IDADE MODERNA

COORDENAÇÃO
VÍTOR SERRÃO
CLARA MOURA SOARES
ANDRÉ CARNEIRO



THEYA

The background image shows a large, light-colored stone monument in the center of a paved courtyard. The monument has a tiered base and a central column. In the background, there are several classical buildings with arched windows and doorways. The sky is blue with some clouds.

A exploração e utilização dos mármoreiros tem sido ao longo da história uma atividade intermitente, influenciada pelos ciclos económicos, sociais, políticos e culturais.

Os mármoreiros foram, desde a antiguidade clássica, elemento nobre de adorno estético e arquitetónico, escolhido entre as rochas ornamentais. O seu uso tem estado igualmente associado à afirmação e desígnio social, económico, militar e até religioso. O estudo do Património, e da História da Indústria dos Mármoreiros, desenvolvido por uma equipa de investigadores do CECHAP – Centro de Estudos de Cultura, História, Artes e Património desde 2012, tem sido reconhecido como pioneiro entre as investigações relativas a esta temática a nível internacional. Neste estudo multidisciplinar, foi possível reunir informação para a arqueologia e a história de um sector económico relevante para a economia portuguesa.

Cumprindo o objetivo estratégico de afirmar o património e a história da região do Anticlinal dos Mármoreiros do Alentejo, os investigadores deste projeto realizaram novos estudos, reunidos nesta obra, como prova evidente da importância da investigação em ciências sociais e humanas para a valorização do território e dos seus recursos endógenos, enquanto elementos diferenciadores do território.

Carlos Filipe

MÁRMORE

2 000 anos de história

VOLUME I

DA ANTIGUIDADE À IDADE MODERNA

THEYA

COORDENAÇÃO DO VOLUME

Vítor Serrão, Clara Moura Soares e André Carneiro

CONCEÇÃO DA CAPA

Índice Consultores Lda.

FOTOGRAFIA DA CAPA

Fachada principal do Paço Ducal de Vila Viçosa

DESIGN E PAGINAÇÃO

Carolina Grilo

EDIÇÃO

Theya Editores

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Joana Balsa de Pinho e José Bernardino

TRADUÇÃO

José Bernardino, José Luís de Almeida Monteiro e Júlia Bogado

REVISÃO

Ana Rita Araújo, Carlos Serra, Maria José Figueiredo, Milene Alves
e Patrícia Pereira

ISBN

978-989-99164-3-2

DEPÓSITO LEGAL

DATA DA EDIÇÃO

2019

THEYA EDITORES

Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes – IECCPMA
Rua Professor João Barreira, n.º 18 – 8.º A, 1600-637 Lisboa
theyaeditores@gmail.com . 934 323 983



MÁRMORE

2 000 anos de história

VOLUME I

DA ANTIGUIDADE À IDADE MODERNA

Coordenação do volume
Vítor Serrão
Clara Moura Soares
André Carneiro

THEYA



ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	7
-----------------	---

PARTE I

OS MÁRMORES DURANTE O IMPÉRIO ROMANO	11
---	----

Caracterização dos Mármore de Estremoz
no contexto dos mármore da Antiguidade
clássica da Zona de Ossa-Morena

NOEL MOREIRA E LUÍS LOPES	13
--	----

A exploração romana do mármore
no anticlinal de Estremoz: extração,
consumo e organização

ANDRÉ CARNEIRO	55
-----------------------------	----

Do afloramento à coluna (deambular
breve nas antigas pedreiras)

NUNO MIGUEL CASACA MOURINHA	121
--	-----

Os *marmora* da *villa* romana de
Noheda (Cuenca, Espanha).

Antecipação dos primeiros resultados

MIGUEL ÁNGEL VALERO TÉVAR	141
--	-----

PARTE II

ARTISTAS E OBRAS (SÉCULOS XVI-XVIII) 171

Testemunhos da "nobre arte do mármore"
na arquitetura e na escultura maneirista
alentejana (séculos XVI-XVII): três casos de estudo
VÍTOR SERRÃO 173

Famílias de pedreiros na "região do mármore":
os Cordeiro
PATRÍCIA MONTEIRO 197

Os mármore do Alentejo no século XVIII,
entre a procura e a oferta
CARLOS FILIPE 237

PARTE III

O MÁRMORE NA ARQUITETURA DA ÁGUA..... 295

A aplicação do mármore na hidráulica: chafarizes
PATRÍCIA ALHO 297

PARTE IV

DOCUMENTOS DE ARQUIVO (SÉCULOS XVI-XVIII)..... 313

Encomendas de obras em "pedra branca":
os mármore alentejanos nos documentos
de arquivo dos séculos XVI a XVIII
LINA MARIA MARRAFA DE OLIVEIRA 315

INTRODUÇÃO

*O estudo do Património e História da Indústria dos Mármorees.
Contributos para um caminho percorrido, mas não finalizado!*

Os vários artigos incluídos nesta obra são consequência do trabalho de uma equipe transdisciplinar, que reuniu informação para estudo do Património e História da Indústria dos Mármorees (PHIM), desenvolvido no âmbito de uma candidatura aprovada pelo programa Alentejo2020, que decorreu entre 2017 e 2019. Este será certamente um importante contributo para o conhecimento e valorização do património e da história do Alentejo, com relevo para a geografia do chamado anticlinal dos mármorees, que envolve cinco concelhos.

Este estudo foi projectado para ser realizado em fases cronológicas e temáticas. A primeira fase do PHIM, concretizado entre 2012 e 2015, foi dedicada ao período cronológico de 1850 a 1986, de modo a apresentar as várias dinâmicas pelas quais foi passando esta indústria, bem como o espaço geográfico em que se foi desenvolvendo.

A segunda fase foi desenvolvida tendo em consideração os séculos I a IV e XVI a XX, com o contributo das seguintes áreas de especialização: arqueologia romana e arqueologia industrial; história da arte; história da construção; história das técnicas e tecnologias; cartografia; georreferenciação; levantamento fotográfico e humanidades digitais.

Uma das principais dimensões do trabalho desenvolvido, consubstanciou-se num repositório de informação nas diversas áreas de especialização do projeto. Este importante recurso, no qual foi concentrado o trabalho dos vários investigadores, será associado um portal web (<https://marmore-cechap.pt>) e permitirá a consulta de informação relevante disponibilizada em diversos suportes.

Neste portal foi reunido um conjunto de informações, consultáveis através desse interface web, relativa à geografia, topónimos, achados arqueológicos, pedreiras, indústria transformadora e exportadora, actores da indústria, empresas, cartografia, arquitetura dos monumentos e do espaço urbano, evolução das técnicas, transporte dos recursos, ofícios e as artes de lavrar e talhar o mármore, as memórias deixadas pelos antigos actores da indústria.

Procurou-se desde o primeiro momento que este estudo, considerado pioneiro à escala nacional e internacional, fosse de âmbito global

e integrador com a intervenção de diversas ciências nas suas diferentes especialidades, que convergiriam na identificação e tratamento da informação, possibilitando o cruzamento de dados cronológicos, geográficos e históricos.

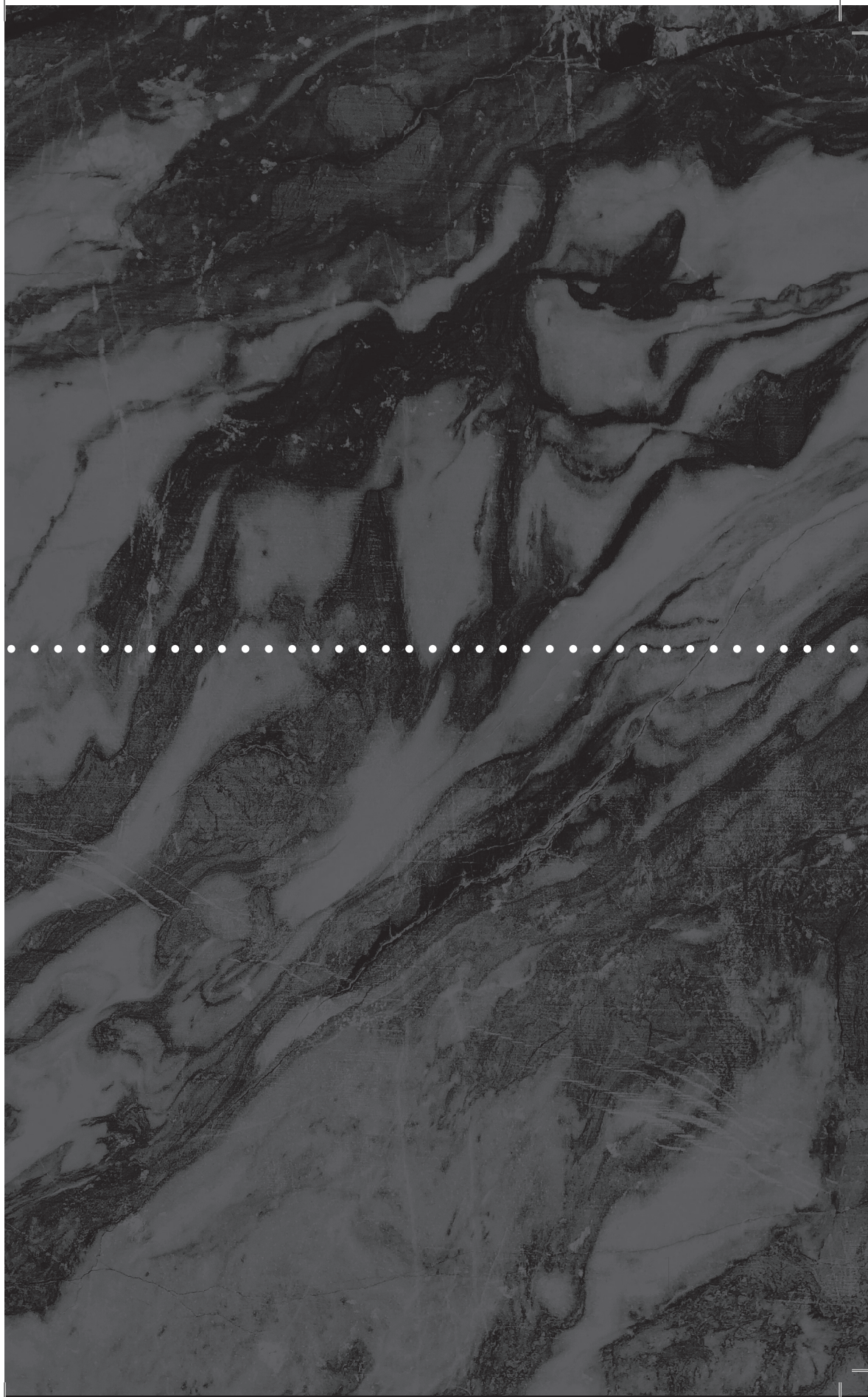
Esta investigação tem alcançado reconhecimento, a nível nacional e internacional, fruto da comunicação dos resultados da pesquisa em foros académicos, em Portugal, na Europa e na América, onde está a despertar o interesse por esta problemática.

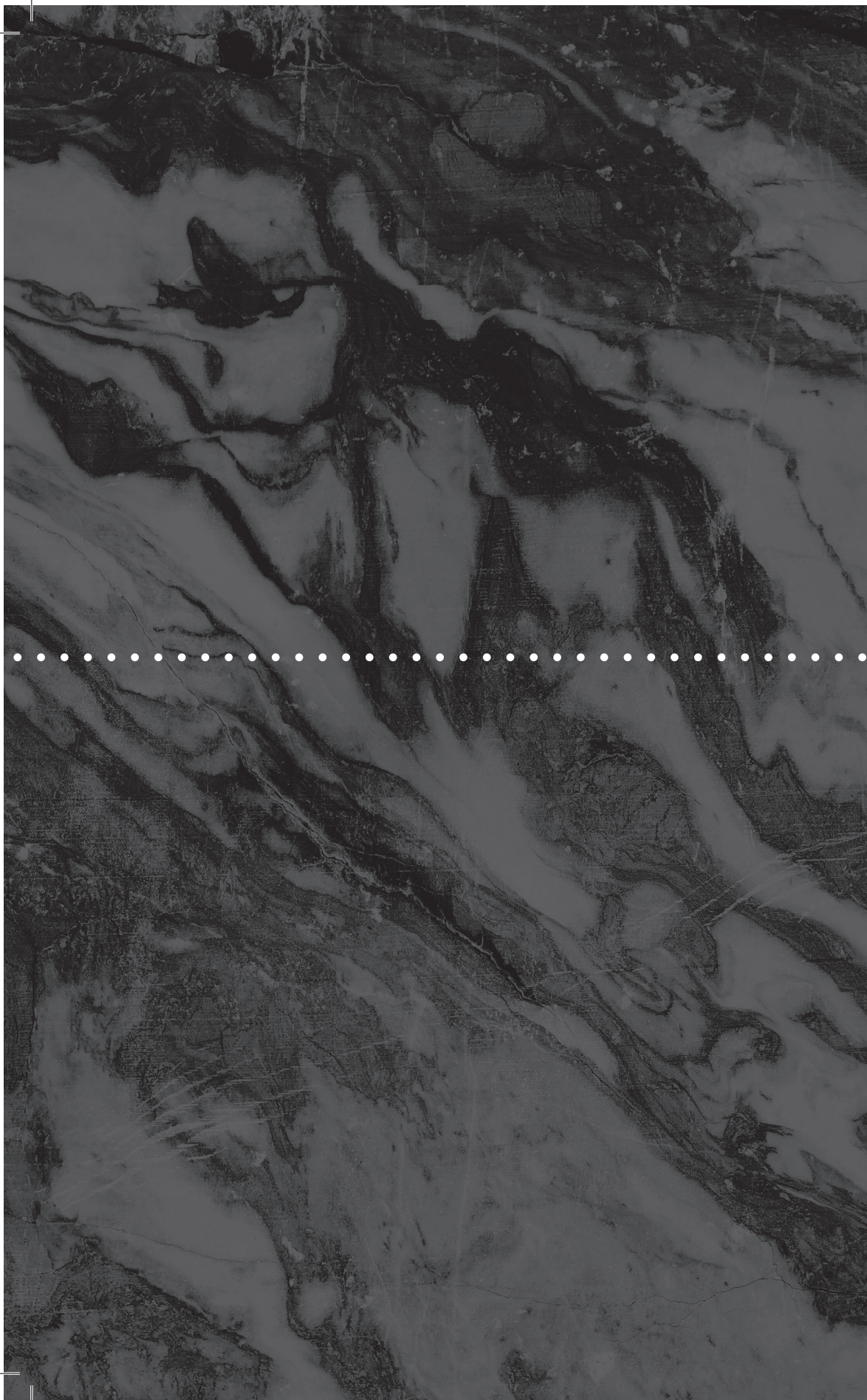
O PHIM beneficiou da aprovação das suas candidaturas através do Quadro de Apoio Comunitário e dos seus instrumentos financeiros: cofinanciamento pelo QREN, no âmbito Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), ao abrigo do Programa Operacional do Alentejo 2007-2013 – INALENTEJO; e o cofinanciamento pelo no âmbito Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) ao abrigo do Programa Operacional do Alentejo2020.

Finalmente não podíamos deixar de expressar o nosso agradecimento a uma vasta equipa, sem a qual este trabalho não teria sido possível, composta por professores universitários, colegas investigadores e técnicos especialistas em diversas áreas, que participaram nesta fase do PHIM de uma forma ou de outra. Do CIDEHUS – Universidade de Évora, Ana Cardoso de Matos, André Carneiro e Armando Quintas. Do IHC – Universidade Nova de Lisboa, Daniel Alves e Carlos Sousa. Do ARTIS-IHA da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Vítor Serrão, Clara Moura Soares, Patrícia Monteiro, Rute Rodrigues e Mariana Santos. Do CLEPUL da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Joana Balsa de Pinho, Lina Oliveira, Carolina Grilo. Do CECHAP os colegas Armando Quintas, José Calado, Carlos Pernas, Joaquina Peixinhos, Fátima Ramos, Ana Maria Barroso, Ricardo Hipólito, João Pires Lopes, João Solas, Tiago Pires e Miguel Silva.

Um agradecimento também aos membros do CECHAP, aos parceiros e a todas as entidades que têm ao longo destes últimos anos colaborado de diversas formas para a valorização da história e da cultura, em que o Centro de Estudos de Cultura, História, Artes e Património tem sido um motor de desenvolvimento da ciência e da cultura, ao serviço do País e, em particular, do Alentejo.

CARLOS FILIPE



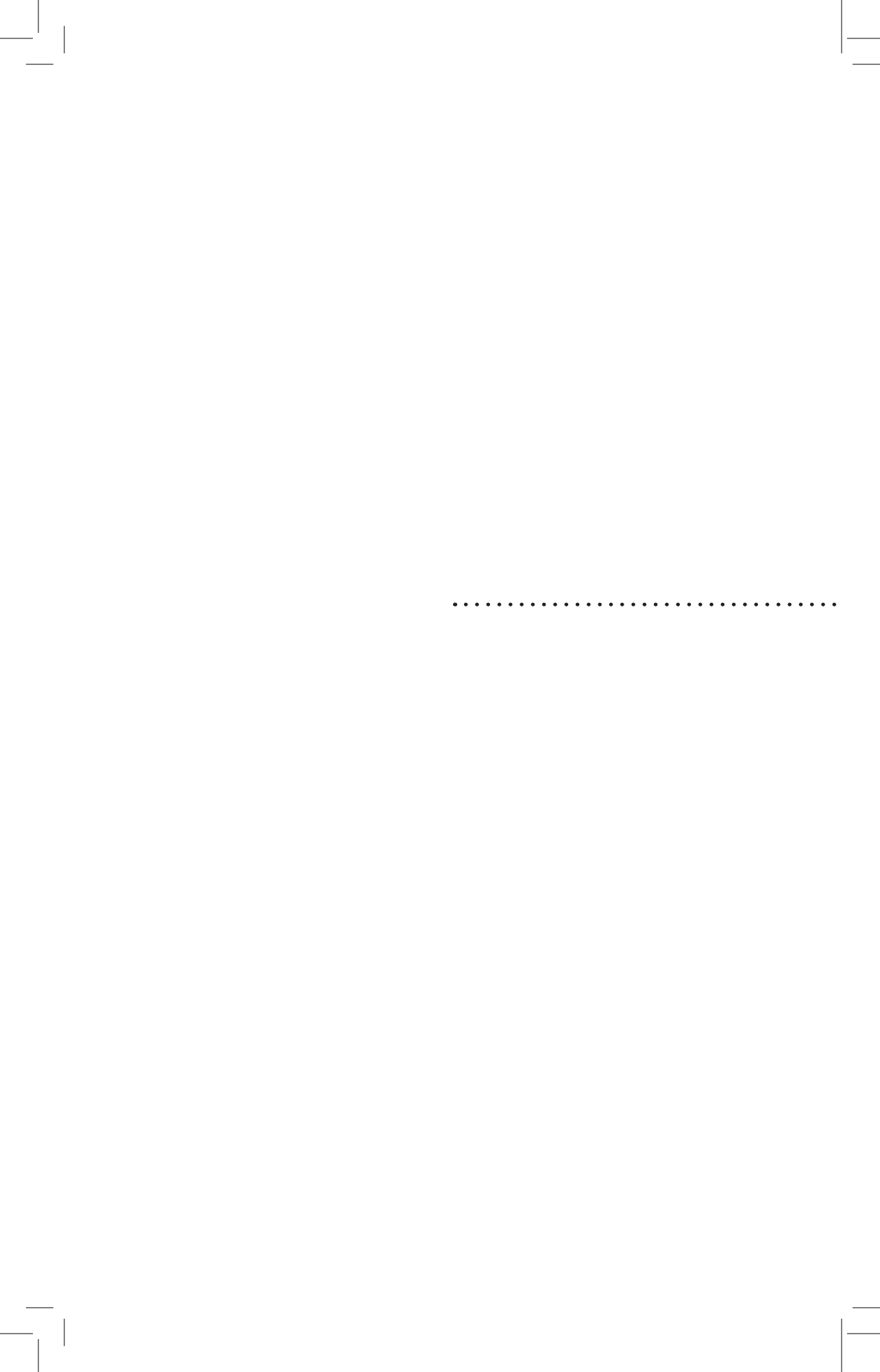




PARTE I

Os Mármores durante
o Império Romano





Caracterização dos Mármore de Estremoz no contexto dos
mármore da Antiguidade Clássica da Zona de Ossa-Morena

.....

NOEL MOREIRA¹
LUÍS LOPES²

¹ Departamento de Geociências da Escola de Ciência e Tecnologia da Universidade de Évora; Instituto de Ciências da Terra, Polo de Évora; CIDADE - Cidadãos pela Defesa do Património de Estremoz; nmoreira@estremoz.cienciaviva.pt.

² Departamento de Geociências da Escola de Ciência e Tecnologia da Universidade de Évora; Instituto de Ciências da Terra, Polo de Évora; lopes@uevora.pt.

Caractérisation des Marbres d'Estremoz dans le contexte des marbres de l'Antiquité Classique dans la Zone d'Ossa-Morena

RÉSUMÉ: Ce travail présente, de manière non exhaustive, les principales caractéristiques géologiques des marbres de l'anticlinal d'Estremoz (historiquement connus comme Marbres d'Estremoz). Cette caractérisation géologique comprend la description des principales caractéristiques de ces marbres depuis leur évolution géodynamique, mais autant que possible on cherchera à faire un lien avec les sciences archéologiques. Les Marbres d'Estremoz sont exploités au moins depuis l'Antiquité Classique. On sait qu'ils ont été largement utilisés dans d'innombrables lieux de l'Empire Romain car leurs caractéristiques pétrographiques (texturales et minéralogiques), composition chimique et signature isotopique, qui sont intrinsèques à sa nature et évolution géodynamique, permettent une identification digne de foi de leur provenance géographique. Cependant, cette approche de provenance doit être aussi une vision comparative avec d'autres marbres exploités dans la même période temporelle et qui se localisent dans la même zone tectonique-stratigraphique (Zone d'Ossa-Morena). Tous les marbres de la Zone d'Ossa-Morena ont expérimenté une évolution géologique similaire pendant le Paléozoïque (541-252 millions d'années), bien que chacun de ces marbres ait des spécificités propres du point de vue évolutif, qui permettent de les différencier des autres marbres classiques, de provenance méditerranéenne. Ce sont les caractéristiques géologiques de chacun de ces marbres qui conditionnent, soit les méthodes de démontage soit ses applications. En somme, ce travail, au caractère multidisciplinaire, met en relation : la géomorphologie, la composition et l'arrangement structural, les propriétés technologiques, les techniques d'extraction, le procédé et l'application, et la dispersion géographique des Marbres d'Estremoz dans l'Antiquité Classique, et montre comment ces facteurs sont fortement conditionnés par la géologie et l'évolution géodynamique, qui au fond racontent l'*histoire géologique* des Marbres d'Estremoz.

Characterization of the Marbles of Estremoz in the context of the marbles of Classical Antiquity of the Ossa-Morena Zone

ABSTRACT: This work presents, in a non-exhaustive way, the main geological features of the Estremoz Anticline marbles (historically known as Estremoz Marbles). This geological characterization comprises the description of the main features of these marbles from their origin and geodynamic evolution, but whenever possible it will seek to make a connection with the archaeological sciences. The Estremoz Marbles have been exploited at least since Classical Antiquity. It is known that they had widespread use in many places of the Roman Empire, for their petrographic characteristics (both textural and mineralogical), their chemical composition and isotopic signature, which are intrinsic to their nature and geodynamic evolution, allowing a very reliable identification of their geographical origin. However, this approach of their origin must also be a comparative view with other marbles used in the same time period and also located in the same tectono-stratigraphic zone (Ossa-Morena Zone). All the marbles from the Ossa-Morena Zone experienced a similar geological evolution during the Palaeozoic (541-252 million years), although each one of these marbles has its own evolutionary specificities that allow the differentiation from other classic marbles, namely the marbles with Mediterranean origin. The geological features of each of those marbles control both the methods of extraction and their uses. In summary, this multidisciplinary work correlates geomorphology, composition and structural arrangement, technological properties, extraction, processing and application techniques, and the geographic dissemination of the Estremoz Marbles in Classical Antiquity, also showing how these factors are strongly conditioned by geology and geodynamic evolution, telling us the *geological history* of the Estremoz Marbles.

Caracterización de los Mármoles de Estremoz en el contexto de los Mármoles de la Antigüedad Clásica de la Zona de Ossa-Morena

RESUMEN: El presente trabajo presenta, de forma no exhaustiva, las principales características geológicas de los mármoles del anticlinal de Estremoz (históricamente conocidos como Mármoles de Estremoz). Esta caracterización geológica comprende la descripción de las principales características de estos mármoles, desde su origen y evolución geodinámica, pero siempre que es posible procurará hacer una ligación a las ciencias arqueológicas. Los Mármoles de Estremoz son explorados más o menos desde la Antigüedad Clásica. Se sabe que fueron profusamente utilizados en inúmeros locales del Imperio Romano pues sus características petrográficas (texturales y mineralógicas), composición química y materia isotópica, que son intrínsecas a su naturaleza y evolución geodinámica, permiten la identificación mucho fidedigna de su proveniencia geográfica. Con todo, esta aproximación de proveniencia debe también ser una visión comparativa con otros mármoles explorados en el mismo período temporal y que se localizan en la misma zona tectono-estratigráfica (Zona de Ossa-Morena). Todos los mármoles de la Zona Ossa-Morena experimentaron una evolución geológica similar durante el Paleozoico (541-252 millones de años), aunque cada uno de estos mármoles tenga especificidades propias del punto de vista evolutivo, que permiten la diferenciación entre si y los demás mármoles clásicos, de proveniencia mediterránea. Son las características geológicas de cada uno de estos mármoles que condicionan, tal los métodos de desmonte como sus aplicaciones. En síntesis, este trabajo, de cariz multidisciplinar, correlaciona: la geomorfología, la composición y orden estructurales, las propiedades tecnológicas, la técnica de extracción, procesamiento y aplicación y la dispersión geográfica de los Mármoles de Estremoz en la Antigüedad Clásica, y muestra como estos factores son fuertemente condicionados por la Geología y Evolución Geodinámica, que en el fondo cuentan la *Historia Geológica* de los Mármoles de Estremoz.

1. INTRODUÇÃO

Em função do enquadramento em que é utilizado, o termo “mármore” tem vários significados, pelo que uma explicação prévia é exigida. Assim, a etimologia da palavra “mármore” provém do grego “marmairein” ou do latim “marmor” e significa “pedra de qualidade” ou “pedra branca”. Para os geólogos o mármore é uma rocha metamórfica cristalina e carbonatada, composta por cristais de calcite (mármore calcítico) ou dolomite (mármore dolomítico), resultante da recristalização de rochas calcárias ou dolomíticas, na maior parte de natureza sedimentar, previamente existentes. Um conceito comercial mais comum define o mármore como toda a rocha cristalina sedimentar ou metamórfica, carbonatada ou não, que apresentando um aspeto semelhante ao do mármore s.s., que possa ser extraída em blocos, que evidencie boas características para o corte e que seja suscetível de adquirir bom polimento. Associados à indústria e na nomenclatura internacional, utilizam-se ainda os termos “rocha ornamental”, que apela para a função marcadamente estética que os mármore desempenham e, principalmente no mundo anglo-saxónico, é amplamente utilizado o termo *dimension stone*, que se reporta à obrigação de estas rochas serem extraídas em blocos de dimensão que permita o processamento industrial em fábrica, gerando lucro e riqueza para as respetivas empresas³ e obviamente ao nível local.

No caso dos Mármore de Estremoz, apenas se exploram os mármore calcíticos, pois embora os mármore dolomíticos sejam mais abundantes, estes encontram-se muito fraturados, pelo que deles não é possível obter blocos com dimensão comerciável (dimensões médias próximas de: 2 m x 1,5 m x 1,2 m). Para além das explorações de mármore no anticlinal de

³ Lopes, Luís. “O triângulo do mármore: estudo geológico”. *Monumentos* 27 (2007): 6–15.

Estremoz, existem ainda outros mármore portugueses intensivamente explorados no passado, por ordem crescente de importância: Brinches, Escoural, Serpa, Viana do Alentejo, Trigaches e Vila Verde de Ficalho⁴. Nestes locais, exploravam-se rochas únicas pelas cores e texturas, no entanto apenas em Viana do Alentejo há pedreiras ativas.

Esta tipologia de rochas é amplamente utilizada desde a Antiguidade clássica, particularmente durante a época romana, estando intimamente ligada à cultura e sentido estético do povo romano⁵. Tal facto é evidente em toda a Península Ibérica, onde o mármore foi utilizado num vasto e diversificado conjunto de elementos arquitetónicos⁶. Durante a época romana, os mármore têm proveniências distintas, havendo registo de exploração

⁴ Lopes, Luís, e Francisco Gonçalves. “Potencial económico das jazidas de rochas ornamentais na Zona de Ossa-Morena”. In *Estudos sobre a Geologia da Zona de Ossa-Morena. Livro de Homenagem ao Professor Francisco Gonçalves*, ed. Alexandre Araújo e Manuel Francisco Pereira, 263–282. Évora: Departamento de Geociências da Universidade de Évora, 1997.

⁵ E.g.: Fusco, Arianna, e Irene Mañas. *Mármoles de Lusitania*. Catalogo de exposición. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, 2006; Antonelli, Fabrizio, Lorenzo Lazzarini, Stefano Cancelliere, e David Dessandier. “Volubilis (Meknes, Morocco): Archaeometric study of the white and coloured marbles imported in the Roman age”. *Journal of Cultural Heritage* 10 (2009): 116–123. DOI:10.1016/j.culher.2008.04.006; Origlia, Francesca, Elizabetta Gliozzo, Marco Meccheri, Jorge E. Spangenberg, Isabella Turbanti Memmi, e Emanuele Papi. “Mineralogical, petrographic and geochemical characterisation of white and coloured Iberian marbles in the context of the provenancing of some artefacts from Thamusida (Kenitra, Morocco)”. *Eur. J. Mineral.* 23 (2011): 857–869. DOI: 10.1127/0935-1221/2011/0023-2145; Lopes, Luís, e Ruben Martins. “Global heritage stone: Estremoz marbles, Portugal”. In *Global Heritage Stone: towards International Recognition of Building and Ornamental Stones*, Dolores Pereira, Brian R. Marker, Sabina Kramar, Barry J. Cooper, e Björn E. Schouenborg, 57–74. London: Geological Society of London, Special Publications, 2015. DOI: 10.1144/SP407.10.

⁶ E.g.: Lopes, Luís, José Carrilho Lopes, João M. Peixoto Cabral, e Panagiotis Sarantopoulos. “Caracterização petrográfica dos monumentos romanos de Évora”. *Revista A Cidade de Évora* 4, série II (2000): 129–142; Cabral, João M. Peixoto, Manuel Justino Maciel, Luís Lopes, José Carrilho Lopes, A. P. V. Marques, Carla O. Mustra, e Paula M. Carreira. “Petrographic and isotopic characterization of marble from the Estremoz anticline: its application in identifying the sources of roman works of art”. *Journal of Iberian Archaeology* 3 (2001): 121–128; Cabral, João M. Peixoto, Carla O. Mustra, e Theodor Hauschild. “A proveniência do mármore dos capitéis do templo romano de Évora”. *Conimbriga* 43 (2004): 171–177. DOI: 10.14195/1647-8657_43_7; Fusco e Mañas. *Mármoles de Lusitania*; Morbidelli, Paola, Patrizia Tucci, Claudio Imperatori, Angel Polvorinos, Maria Preite Martinez, Ettore Azzaro, e Maria Jesus Hernandez. “Roman quarries of the Iberian Peninsula: ‘Anasol’ and ‘Anasol’-type”. *Eur. J. Mineral.* 19 (2007): 125–135. DOI: 10.1127/0935-1221/2007/0019-0125; Tucci, Patricia, Giovanna Marrese, Angel Polvorinos, e Ettore Azzaro. “Italica (Seville, Spain): use of local marble in Augustan age”. *Period. Mineral*, special issue (2010): 113–129. DOI: 10.2451/2010PM0025; Lapuente, Maria Pilar, Trinida Nogales-Basarrate, Hernando Royo, e Mauro Brilli. “White marble sculptures from the National Museum of Roman Art (Mérida, Spain): sources of local and imported marbles”. *Eur. J. Mineral.* 26 (2014): 333–354. DOI: 10.1127/0935-1221/2014/0026-2369; Origlia et al. “Mineralogical, petrographic and geochemical characterisation [...]”; Taelman, Devi, Marlina Elburg, Ingrid Smet, Paul De Paepe, Luís Lopes, Frank Vanhaecke, e Frank Vermeulen. “Roman marble from Lusitania: petrographic and geochemical characterization”. *Journal of Archaeological Science* 40 (2013): 2227–2236. DOI: 10.1016/j.jas.2012.12.030.

em vários locais em todo o Império⁷ (Fig. 1), sendo o Mediterrâneo um elemento de importância estratégica, servindo provavelmente como principal elo de dispersão do mármore pelo Império. Nos domínios meridionais da Península Ibérica (Hispania), dois núcleos principais de exploração de mármore estão bem documentados durante a época romana⁸, nomeadamente (Fig. 1):

(1) Sudeste de Espanha, mais propriamente na cordilheira Bética (distritos de Málaga e Almería), daqui em diante designados por Mármores Béticos;

(2) Zona de Ossa-Morena (ZOM), mais concretamente no anticlinal de Estremoz, Viana do Alentejo-Alvito, Trigaches-São Brissos (Portugal), Alconera, San Pedro-Carija e Almadén de la Plata (Espanha).

A exploração de recursos geológicos (mármore, ouro, ferro, cobre, chumbo, entre outros) terá desempenhado um papel preponderante na dinâmica de ocupação do território ibérico durante o Império Romano. Com efeito, ao longo de todo o anticlinal de Estremoz (que inclui os municípios de Sousel, Estremoz, Vila Viçosa, Borba e Alandroal), várias são as evidências da presença de assentamentos de idade romana⁹, o que não deve ter sido alheio ao fácil e abundante acesso a um mármore de excelente qualidade. Neste período histórico, a exploração do mármore é pela primeira vez intensa na história da região. A exploração deve ter

⁷ E.g.: Portugal, Espanha, Grécia, Itália, Turquia ou Norte de África; e.g.: Lapuente, Maria Pilar, Bruno Turi, e Philippe Blanc. "Marbles from roman Hispania: stable isotope and cathodoluminescence characterization". *Applied Geochemistry* 15 (2000): 1469-1493; Ouazaa, Neija Laridhi, Lluís Casas, Aureli Álvarez, Boutheina Fouzai, Marta Moreno-Vide, Laurence Vidal, Roudosli Sihem, Corinne Sonzogni, e Daniel Borschneck. "Provenance of marble sculptures from the National Museum of Carthage (Tunisia)". *Journal of Archaeological Science* 40 (2013): 1602-1610. DOI: 10.1016/j.jas.2012.10.035; Russell, Ben. *Gazetteer of Stone Quarries in the Roman World*. Oxford Roman Economy Project, Version 1.0, 2013. <http://www.romaneconomy.ox.ac.uk/>; Bruno, Mathias, Donatto Attanasio, Walter Prochaska, e Ali Bahadır Yavuz. "An update on the use and distribution of white and black Göktepe marbles from the first century AD to Late Antiquity". In *Interdisciplinary Studies on Ancient Stone: ASMOSIA X: Proceedings of the Tenth International Conference of ASMOSIA, Association for the Study of Marble et Other Stones in Antiquity, Rome, 21-26 May 2012*, ed. Patrizio Pensabene e Eleonora Gasperini, 461-468. Roma: "L'Erma" di Bretschneider, 2015.

⁸ E.g.: Lapuente et al. "Marbles from roman Hispania"; Fusco e Mañas. *Mármoles de Lusitania*; Mañas, Irene, e Arianna Fusco. "Canteras de Lusitania. Un análisis arqueológico". In *Marmora Hispania: Explotación y uso de los Materiales Pétreos en la Hispania Romana*, ed. Trinidad Nogales Basarrate e José Béltran Fortes, 481-522. Roma: "L'Erma" di Bretschneider, 2008; Fortes, José Béltran, Oliva Rodríguez Gutiérrez, Pedro López Aldana, Esther Ontiveros, e Ruth Taylor. "Las canteras romanas de mármol de Almadén de la Plata (Sevilla)". In *El Marmor en Hispania: Explotación, Uso y Difusión en Época Romana*, ed. Virginia García-Entero, 253-275. S.l.: UNED, 2012. ISBN: 978-84-362-6593-4.

⁹ Carneiro, André. "Um primeiro olhar sobre o povoamento romano no concelho de Vila Viçosa". *Calipolpe* 21 (2013): 199-220; Carneiro, André. *Lugares, Tempos e Pessoas: Povoamento Rural Romano no Alto Alentejo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, vol. I, 2014. ISBN: 978-989-26-0831-0, neste volume.

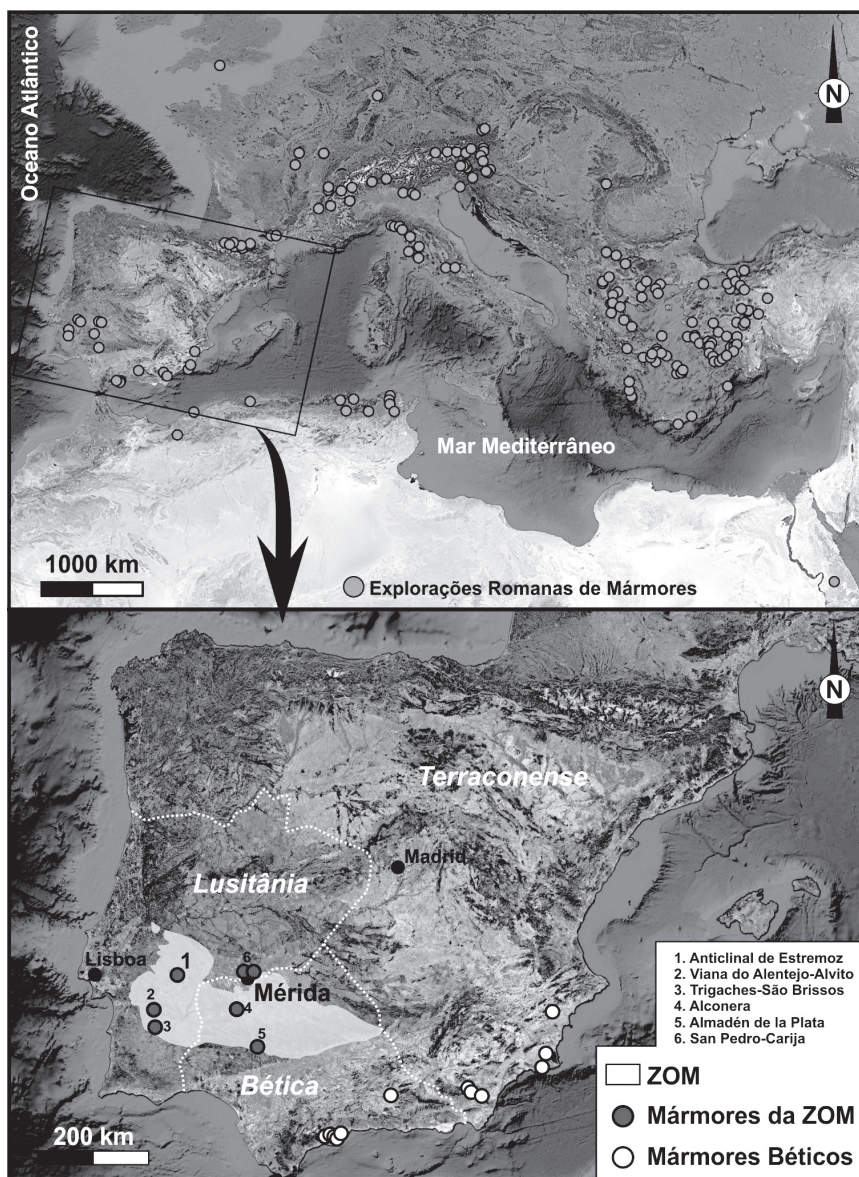


Figura 1 - Mármore de Estremoz no contexto da Ibéria e da exploração dos mármore clássicos de Época Romana (base de dados de Russel, 2013).

sido realizada de forma protoindustrial, o que é comprovado pela grande dispersão deste material ao longo de todo o Império Romano.

Os Mármore de Estremoz são calcíticos e apresentam numerosas variedades cromáticas e texturais (das quais se destacam os mármore brancos, tão apreciados na época romana) e incluem-se numa unidade geológica denominada de Complexo Vulcano-Sedimentar Carbonatado de Estremoz. Explorados pelo menos desde o período romano, a sua extração permanece ativa, havendo um conjunto de evidências de que a sua exploração tenha sido contínua pelo menos desde o século XIII até à atualidade¹⁰. Nas secções seguintes, apresentar-se-á um enquadramento e uma sucinta caracterização geológica destes mármore no contexto dos mármore clássicos da Ibéria, nomeadamente dos mármore da ZOM, zona tectono-estratigráfica na qual se integram.

2. CARACTERIZAÇÃO DO ANTICLINAL DE ESTREMOZ

O anticlinal de Estremoz localiza-se no Maciço Ibérico, que se caracteriza pela presença de rochas de idade ante-mesozoica¹¹ (Fig. 2A). Este maciço é subdividido em diferentes zonas tectono-estratigráficas, de acordo com as sucessões de unidades litológicas (sucessão estratigráfica) presentes, as suas características tectono-metamórficas e magmáticas¹². De entre as diversas zonas, destaca-se a ZOM, onde fica localizado o anticlinal de Estremoz¹³ (Fig. 2A).

¹⁰ E.g.: Quintas, Armando. “Técnicas e tecnologias ligadas ao mármore: uma viagem pela história”. in *Mármore, Património para o Alentejo: Contributos para a Sua História (1850-1986)*, coord. Daniel Alves, 129-159. Vila Viçosa: Talentirazão, 2015. ISBN 978-989-99164-1-8; Menningen, Johanna, Siegfried Siegesmund, Luís Lopes, Ruben Martins, e Luís Sousa. “The Estremoz marbles: an updated summary on the geological, mineralogical and rock physical characteristics”. *Environmental Earth Sciences* 77 (2018): 191. DOI: 10.1007/s12665-018-7328-3; Mourinha, Nuno, e Noel Moreira. “Património edificado no triângulo do mármore; evidências para a utilização contínua do mármore de Estremoz desde a época medieval à idade contemporânea”. In *Arqueologia 3.0 II. Comunicação, Divulgação e Socialização da Arqueologia*, 171-206. S.l.: Fundação da Casa de Bragança, 2019. ISBN: 978-972-9195-53-2.

¹¹ E.g.: Ribeiro, António, Miguel Telles Antunes, Martim Portugal Ferreira, Rogério Bordalo Rocha, António Ferreira Soares, Georges Zbyszewski, Fernando Moitinho de Almeida, Delfim Carvalho, e José Hipólito Monteiro. *Introduction à la Géologie Générale du Portugal*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal, 1979; Ribeiro, António, José Munhá, Rui Dias, António Mateus, Eurico Pereira, Luísa Ribeiro, Paulo Emanuel Fonseca, Alexandre Araújo, José Tomás Oliveira, José Romão, Hélder Chaminé, Carlos Coke, e Jorge Pedro. “Geodynamic evolution of SW Europe Variscides”. *Tectonics* 26, TC6009 (2007). DOI: 10.1029/2006TC002058.

¹² E.g.: Ribeiro et al. *Introduction à la Géologie Générale du Portugal*; Ribeiro et al. “Geodynamic evolution of SW Europe Variscides”; Dias, Rui, António Ribeiro, José Romão, Carlos Coke, e Noel Moreira. “A review of the arcuate structures in the Iberian Variscides; constraints and genetic models”. *Tectonophysics* 681 (2016): 170-194. DOI: 10.1016/j.tecto.2016.04.011.

¹³ E.g.: Ribeiro et al. *Introduction à la Géologie Générale du Portugal*; Oliveira, José Tomás, Victor Oliveira, e José Manuel Piçarra. “Traços gerais da evolução tectono-estratigráfica

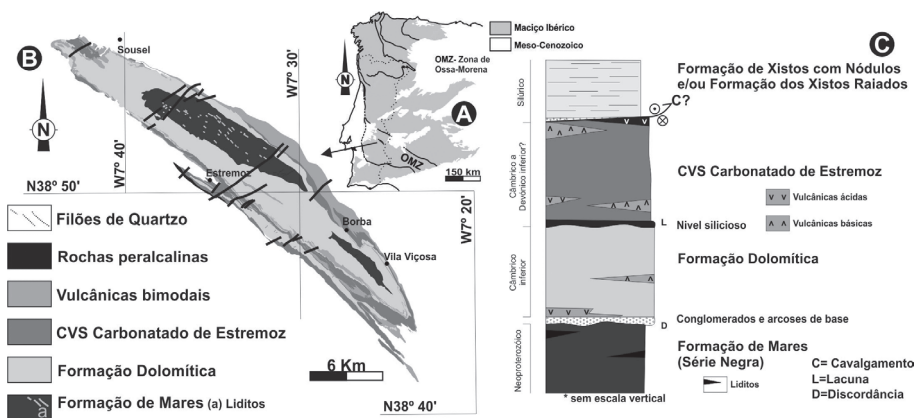


Figura 2 - Enquadramento do anticlinal de Estremoz no contexto do Maciço Ibérico (adaptado de Gonçalves, 1972; Gonçalves & Coelho, 1974; Lopes, 2003; LNEG, 2010; Pereira et al., 2012): A - Localização do Anticlinal de Estremoz no Maciço Ibérico; B - Mapa geológico simplificado do Anticlinal de Estremoz; C - Coluna estratigráfica simplificada do anticlinal de Estremoz.

2.1. A sucessão estratigráfica

A sucessão de unidades estratigráficas no anticlinal de Estremoz inicia-se com a Formação de Mares (de idade Neoproterozoica), composta por xistos negros, chertes negros/liditos e metagrauwaques, que ocupam uma posição central nesta estrutura¹⁴ (Fig. 2B). Sobre ela repousa discordantemente a Formação Dolomítica, composta por mármore dolomíticos (daqui para a frente denominados de metadolomias), por vezes xistificados, pontualmente com metavulcanitos básicos intercalados; na sua base, surge um nível lenticular de metaconglomerados e meta-arcoses, intercalados com metavulcanitos ácidos¹⁵ (Fig. 2C). Esta unidade é considerada como sendo câmbrica

da Zona de Ossa Morena, em Portugal: síntese crítica do estado atual dos conhecimentos". *Comun. Serv. Geol. Port.* 77 (1991): 3-26.

¹⁴ Gonçalves, Francisco. "Contribuição para o conhecimento geológico dos mármore de Estremoz". *Est. Notas e Trabalhos do SFM* 20, n.ºs 1-2 (1970): 201-209; Oliveira et al. "Traços gerais da evolução tectono-estratigráfica da Zona de Ossa Morena [...]"

¹⁵ Oliveira et al. "Traços gerais da evolução tectono-estratigráfica da Zona de Ossa-Morena [...]"; Pereira, Manuel Francisco, Ana Rita Solá, Martim Chichorro, Luís Lopes, Axel Gerdes, e José Brandão Silva. "North-Gondwana assembly, break up and paleogeography: U-Pb isotope evidence from detrital and igneous zircons of Ediacaran and Cambrian rocks of SW Iberia". *Gondwana Research* 22, n.ºs 3-4 (2012): 866-881. DOI:10.1016/j.gr.2012.02.010; Araújo, Alexandre, José Manuel Piçarra, José Borrego, Jorge Pedro, e José Tomás Oliveira. "As regiões central e sul da Zona de Ossa-Morena".

inferior, por correlação com a Formação Carbonatada de Elvas¹⁶. No topo da Formação Dolomítica, ocorre um horizonte silico-ferruginoso, sobre o qual assenta o Complexo Vulcano-Sedimentar Carbonatado de Estremoz (Fig. 2C), caracterizado pela presença de mármore calcíticos, com intercalações de calcoxistos e de metavulcanitos ácidos e básicos¹⁷. A idade desta unidade tem sido alvo de discussão ao longo das últimas décadas¹⁸, tendo-lhe sido atribuídas idades variáveis, desde o Câmbrico ao Silúrico Superior-Devónico Inferior. O Complexo Vulcano-Sedimentar Carbonatado de Estremoz apresenta diferentes variedades de mármore, sendo que no topo se situam as variedades mais escuras¹⁹; ao descer na sequência, ocorrem vários tipos de mármore creme/branco e mais raramente cor-de-rosa na base da sucessão²⁰.

Toda esta sequência é rodeada por unidades xistentas do Devónico-Silúrico (Formações dos Xistos com Nódulos e dos Xistos Raiados)²¹. O contacto entre estas unidades de carácter xistento e a restantes unidades previamente descritas é também alvo de discussão²² (Fig. 2C).

In *Geologia de Portugal*, ed. Rui Dias, Alexandre Araújo, Pedro Terrinha, e José Carlos Kullberg, 509–549. Lisboa: Escolar Editora, vol. I, 2013.

¹⁶ Oliveira *et al.* “Traços gerais da evolução tectono-estratigráfica da Zona de Ossa-Morena [...]”; Araújo *et al.* “As regiões central e sul da Zona de Ossa-Morena”.

¹⁷ Oliveira *et al.* “Traços gerais da evolução tectono-estratigráfica da Zona de Ossa-Morena [...]”; Pereira *et al.* “North-Gondwana assembly, break up and paleogeography”.

¹⁸ E.g.: Piçarra, José Manuel, e Jean Le Menn. “Ocorrência de crinóides em mármore do complexo vulcano-sedimentar carbonatado de Estremoz: implicações estratigráficas”. *Comunicações do Instituto Geológico e Mineiro* 80 (1994): 15–25; Piçarra, José Manuel. “Estudo estratigráfico do sector de Estremoz-Barrancos, Zona de Ossa-Morena, Portugal”. Doutoramento, Universidade de Évora, 2000; Lopes, Luís. “Contribuição para o conhecimento tectono-estratigráfico do Nordeste Alentejano, transversal Terena-Elvas. Implicações económicas no aproveitamento de rochas ornamentais existentes na região (mármore e granitos)”. Doutoramento, Universidade de Évora, 2003; Piçarra, José Manuel, e Graciela Sarmiento. “Problemas de posicionamento estratigráfico dos calcários paleozoicos da Zona de Ossa-Morena (Portugal)”. In *Livro de Actas do VII Congresso Nacional de Geologia*, 657–660. Estremoz, vol. I, 2006; Pereira *et al.* “North-Gondwana assembly, break up and paleogeography”; Araújo *et al.* “As regiões central e sul da Zona de Ossa-Morena”; Moreira, Noel, Jorge Pedro, José Francisco Santos, Alexandre Araújo, José Romão, Rui Dias, António Ribeiro, Sara Ribeiro, e José Mirão. “⁸⁷Sr/⁸⁶Sr ratios discrimination applied to the main Paleozoic carbonate sedimentation in Ossa-Morena Zone”. In *IX Congreso Geológico de España* (vol. especial). *Geo-Temas* 16, n.º 1 (2016): 161–164. ISSN 1576–5172; Moreira, Noel, Gil Machado, Rui Dias, Jorge Pedro, e José Romão. “Os episódios carbonatados do Câmbrico Inferior e Devónico Médio da Zona de Ossa-Morena; significado geodinâmico”. In *Livro de Actas do VIII Congresso Jovens Investigadores em Geociências*, 11–22. Estremoz: LEG, 2018a.; Moreira, Noel Alexandre Fontes. “Evolução geodinâmica dos sectores setentrionais da Zona de Ossa-Morena no contexto do Varisco ibérico”. Doutoramento, Universidade de Évora, 2017.

¹⁹ E.g.: Ruivina e Marinela.

²⁰ Lopes. “O triângulo do mármore: estudo geológico”.

²¹ Gonçalves, Francisco. *Mapa Geológico de Portugal à Escala 1:50 000, 36-B (Estremoz)*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal, 1972; Piçarra. “Estudo estratigráfico do sector de Estremoz-Barrancos [...]”; Araújo *et al.* “As regiões central e sul da Zona de Ossa-Morena”.

²² Para discussão, vide: Araújo *et al.* “As regiões central e sul da Zona de Ossa-Morena”.

2.2. Geomorfologia e a sua conexão com a geologia

As características geológicas, nomeadamente as litológicas e estruturais, têm uma influência inegável na geomorfologia, ou seja, nas formas que a superfície terrestre adota. Na presente secção, apresentam-se sinteticamente as principais características geomorfológicas da região do anticlinal de Estremoz, sempre que possível discutindo as condicionantes geológicas inerentes à sua génese.

A análise do Modelo Digital de Terreno (Fig. 3) denota a existência de uma orientação preferencial dos relevos no sentido NW-SE. Esta é compatível com a orientação geral das principais estruturas do Orógeno Varisco no Maciço Ibérico, e da ZOM em particular, nomeadamente dobras e algumas das principais zonas de cisalhamento²³. O anticlinal de Estremoz (dobra à escala cartográfica) não é exceção e apresenta a mesma orientação geral, com estruturas representadas desde a escala microscópica à cartográfica²⁴ (Fig. 2B), resultado dos processos geodinâmicos atuantes na região.

A análise cuidada do relevo da região, e a sua comparação com a carta geológica²⁵ (Fig. 2B), mostra que este está condicionado pelas grandes unidades estratigráficas previamente descritas²⁶. Com efeito, a observação da intersecção entre as grandes unidades estratigráficas/litológicas e a geomorfologia denota a grande interconexão entre a Formação Dolomítica e os relevos positivos de orientação NW-SE do anticlinal de Estremoz. Estes relevos são o resultado da erosão diferencial entre os litótipos dolomíticos e os xistos e mármore representativos das restantes unidades, nomeadamente os Xistos de Mares e os litótipos xistosos de idade sílúrico-devónica que rodeiam o anticlinal e os mármore do Complexo Vulcano-Sedimentar Carbonatado de Estremoz²⁷. A variedade litológica presente no anticlinal em cooperação com os processos de meteorização

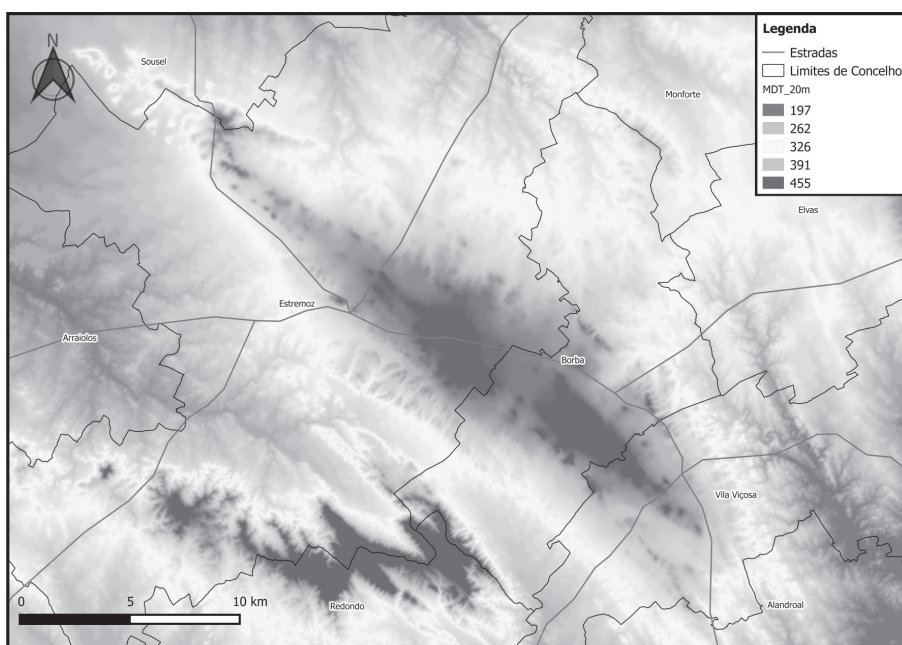
²³ E.g.: LNEG. *Geological map of Portugal at 1:1 000 000*. Lisboa: Laboratório Nacional de Energia e Geologia, 3.^a ed., 2010; Moreira, Noel, Alexandre Araújo, Jorge Pedro, e Rui Dias. “Evolução geodinâmica da Zona de Ossa-Morena no contexto do SW ibérico durante o Ciclo Varisco”. *Comunicações Geológicas* 101, Especial I (2014b): 275-278; Dias *et al.* “A review of the arcuate structures in the Iberian Variscides [...]”.

²⁴ Gonçalves, Francisco. *Mapa Geológico de Portugal à Escala 1:50 000* [...]; Lopes. “Contribuição para o conhecimento tectono-estratigráfico do Nordeste Alentejano [...]”; LNEG. *Geological Map of Portugal at 1:1 000 000*.

²⁵ Gonçalves. *Mapa Geológico de Portugal à escala 1:50 000* [...].

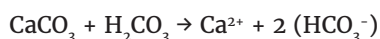
²⁶ E.g.: Soares, Alexis, Noel Moreira, Luís Pereira, Vânia Silva, e Rui Dias. “Porque estão os castelos onde estão? O exemplo do castelo de Estremoz”. In *Livro de Resumos do VII Encontro AFI – Aprendizagem em Ambiente Formal e Informal | XIII Encontro de Professores*, 155-158. Redondo: Universidade de Aveiro e PmatE, 2012.

²⁷ Soares *et al.* “Porque estão os castelos onde estão? [...]”



(física e química) é assim a responsável pela génese destes relevos de orientação NW-SE.

Com efeito, os mármore são bastante propensos à meteorização química, devido à sua composição mineralógica (essencialmente calcite); a calcite, em contacto com ácidos, nomeadamente o ácido carbónico presente na água das chuvas, reage e dissolve-se segundo a reação:



Por sua vez, os xistos, pela presença abundante de anisotropias estruturais, são mais propensos à meteorização física. As metadolomias (compostas essencialmente por dolomite – carbonato de cálcio e magnésio), apesar de serem reativas aos ácidos (embora a reação seja menos intensa do que nos mármore), são também mais resistentes à meteorização física que os mármore ou os xistos, devido à sua textura compacta e à sua composição mineralógica.

Por forma a explicitarmos o previamente referido, utilizaremos a geomorfologia da cidade de Estremoz onde essa relação é clara. A cida-

Figura 3 - Modelo Digital de Terreno do anticlinal de Estremoz e região envolvente, mostrando a existência de relevos NW-SE condicionados pela geologia da região.

delas medieval de Estremoz está implantada sobre um relevo (que se eleva 35–40 m em relação à parte baixa da cidade), sendo o seu substrato de natureza dolomítica; toda a muralha, torre de menagem e paços do concelho medieval estão sobre esta unidade geológica. Em oposição, toda a parte baixa da cidade (zona do Rossio–Marquês de Pombal) assenta sobre os mármore do Complexo Vulcano–Sedimentar Carbonatado de Estremoz. Para SW do relevo do castelo, surgem as rochas xistentas de idade silúrico–devónica, também em posição mais deprimida. Nos domínios ocidentais da cidade, é possível identificar um relevo de orientação NE–SW, de substrato dolomítico, que se prolonga durante vários quilómetros de extensão em direção a Sousel e a Borba–Vila Viçosa.

Por fim, observa-se ainda que estes relevos NW–SE, nomeadamente a sul de Sousel e a sudeste de Estremoz, se encontram intensamente recortados segundo uma orientação NE–SW (Fig. 3), devido à incisão da rede fluvial, que poderá/deverá estar controlada por estruturas prévias. De facto, a cartografia geológica mostra que esta orientação não é aleatória (Fig. 2B), coincidindo com um padrão de fracturação NE–SW subvertical que afeta todo o anticlinal de Estremoz²⁸ e onde frequentemente se instalam filões doleríticos, localmente conhecidos por “cabos reais”. Pontualmente, esta fraturação pode ser mais intensa, geralmente associada a falhas com a mesma geometria, denotando que as falhas e a fraturação apresentam origem comum. Estas estruturas surgem por todo o Maciço Ibérico, tendo sido interpretadas como resultado da atuação dos episódios tardios do Orógeno Varisco²⁹, embora algumas destas estruturas tenham sido reativadas durante o Meso–Cenozoico e apresentem ainda sismicidade ativa³⁰.

A geomorfologia tem influência clara na ocupação do território. Um exemplo paradigmático prende-se com as vias romanas, uma vez que a presença destes relevos condicionou o traçado das vias, que seriam essenciais para circulação de pessoas e mercadorias. A ampla dispersão dos Mármore de Estremoz por toda a província da Lusitânia³¹ (Fig. 1) implicaria uma ampla rede de acessos que permitisse o transporte de mercadorias (que, salienta-se, seria rudimentar, com auxílio de tração animal) e o traçado dessa rede seria claramente condicionado pela geomorfologia.

²⁸ Lopes e Gonçalves. “Potencial económico das jazidas de rochas ornamentais [...]”; Lopes. “Contribuição para o conhecimento tectono–estratigráfico do Nordeste Alentejano [...]”.

²⁹ Dias, Rui, Noel Moreira, A. Ribeiro, e Catherine Basile. “Late Variscan deformation in the Iberian Peninsula; a late feature in the Laurasia–Gondwana dextral collision”. *International Journal of Earth Sciences (Geol Rundsch)* 106, n.º 2 (2017): 549–567. DOI: 10.1007/s00531-016-1409-x.

³⁰ Cabral, João “Neotectonics of mainland Portugal: state of the art and future perspectives”. *Journal of Iberian Geology* 38, n.º 1 (2012): 71–84. DOI: 10.5209/rev_JIGE.2012.v38.n1.39206.

³¹ Fusco e Mañas. *Mármoles de Lusitania*.

Embora o traçado das vias romanas nesta região não seja totalmente claro, reporta-se a presença de marcos miliários, bem como um traçado que ligaria Évora-Evoramonte-Estremoz(-Borba?)-Elvas-Badajoz, seguindo até Mérida³² (Fig. 3), e que necessariamente cruzaria o relevo de resistência NW-SE previamente descrito.

2.3. Génese dos Mármore de Estremoz

O Maciço Ibérico preserva um conjunto de rochas e estruturas geológicas que indicam a atuação de forças capazes de gerar uma cadeia de montanhas. Durante o Paleozoico Superior, os processos relacionados com a tectónica de placas geraram uma cadeia de montanhas (Cadeia Varisca), atualmente desmantelada pela ação dos agentes da dinâmica externa³³. A Cadeia Varisca resultou do fecho do Oceano Rheic (principal oceano Varisco), culminando com a colisão de dois megacontinentes principais, a Gondwana e a Laurentia, e outros blocos continentais menores entre o Devónico e o Pérmico ($\approx 416-252$ Ma)³⁴.

Como resultado desta orogenia, formou-se um conjunto de estruturas geológicas, entre as quais o anticlinal de Estremoz: uma dobra de dimensão cartográfica³⁵, com cerca de 40 km de extensão desde Sousel a Alandroal, com concavidade virada para baixo e onde as rochas mais antigas (Formação de Mares) afloram no núcleo da estrutura (Fig. 2B). Toda a sucessão do anticlinal de Estremoz, previamente exposta, é composta por rochas metamórficas, que resultaram de um conjunto de transformações físicas e químicas no estado sólido, que decorreram ao longo do tempo geológico, devido à ação da pressão e temperatura, levando à reorganização dos elementos que constituem uma rocha preexistente.

Para cada uma das unidades litológicas existe assim um conjunto de litótipos originais (protólito), que, após o metamorfismo, dá origem a uma nova rocha (metamórfica). No caso dos Mármore de Estremoz, estes resultaram do metamorfismo de calcários marinhos depositados numa plataforma oceânica pouco profunda durante o Paleozoico Inferior³⁶,

³² Alarcão, Jorge de. "As vias romanas de Olisipo a Augusta Emerita". *Conimbriga* 45 (2006): 211-251; Carneiro. "Um primeiro olhar sobre o povoamento romano no concelho de Vila Viçosa; Carneiro. *Lugares, tempos e pessoas*.

³³ Moreira, Noel, e Rui Dias. "Das estruturas geológicas à edificação de uma cadeia de montanhas; do ciclo das rochas ao ciclo tectónico". *Geonovas* 28 (2015): 33-45. ISSN 0870-7375.

³⁴ E.g.: Ribeiro *et al.* "Geodynamic evolution of SW Europe Variscides"; Moreira *et al.* "Evolução geodinâmica da Zona de Ossa-Morena [...]"; Dias *et al.* "A review of the arcuate structures in the Iberian Variscides [...]"; Dias *et al.* "Late Variscan deformation in the Iberian Peninsula".

³⁵ Gonçalves. *Mapa Geológico de Portugal à Escala 1:50 000 [...]*; LNEG. *Geological Map of Portugal at 1:1 000 000*.

³⁶ Oliveira *et al.* "Traços gerais da evolução tectono-estratigráfica da Zona de Ossa-Morena [...]"; Gozalo, Rodolfo, Eladio Liñán, Teodoro Palacios, José Antonio Gámez

sendo que o processo metamórfico obliterou, na sua (quase) totalidade, as características primárias destes calcários. Durante o processo de metamorfismo, não houve alteração significativa da composição química dos mármore (tanto os calcários como os mármore são constituídos essencialmente por calcite – CaCO_3), sendo a transformação essencialmente de natureza física.

Estes antigos calcários marinhos (agora mármore) foram submetidos à ação de processos metamórficos coadunáveis com o soterramento associado à génese de uma cadeia de montanhas. Aliás, considerando um gradiente térmico normal (a temperatura aumenta cerca de 30°C por cada quilómetro de profundidade), depreende-se que estes antigos calcários marinhos tiveram de ser submetidos a profundidades na ordem dos 6 a 8 km relativamente à superfície terrestre, apenas compatível com a presença da cadeia de montanhas previamente mencionada. De facto, o soterramento das unidades sedimentares é uma situação normal durante a génese de cadeias de montanhas, onde os processos de deformação das rochas levam ao empilhamento destas sequências e, consequentemente, à formação de rochas metamórficas.

3. MÁRMORES DE ESTREMOZ

Os Mármore de Estremoz são uma matéria-prima de inegável beleza estética e qualidade, graças aos variados padrões cromáticos, texturas e características físico-químicas³⁷. São explorados num dos principais polos extrativos de rochas ornamentais do Alentejo e de Portugal³⁸, o denominado Triângulo do Mármore.

3.1. Caracterização mineralógica e textural

Como referido, os Mármore de Estremoz são rochas metamórficas monominerálicas constituídas maioritariamente por calcite (em muitos casos com percentagens superiores a 99%); os minerais acessórios são raros,

Vintaned, e Eduardo Mayoral. “The Cambrian of the Iberian Peninsula: an overview”. *Geologica Acta* 1 (2003): 103–112; Pereira *et al.* “North-Gondwana assembly, break up and paleogeography”; Álvaro, J. Javier, Félix Bellido, Dominique Gasquet, Manuel Francisco Pereira, Cecilio Quesada, e Teresa Sánchez-García. “Diachronism in the late Neoproterozoic–Cambrian arc–rift transition of North Gondwana: a comparison of Morocco and the Iberian Ossa-Morena Zone”. *Journal of African Earth Sciences* 98 (2014): 113–132. DOI: 10.1016/j.jafrearsci.2014.03.024; Moreira, Noel, Alexandre Araújo, Jorge Pedro, e Rui Dias. “Do rifting continental à abertura do Oceano Rheic; evidências de cariz multidisciplinar na Zona de Ossa-Morena”. In *Livro de Actas do IV Congresso Jovens Investigadores em Geociências*, 21–24. Estremoz: LEG, 2014a.

³⁷ Lopes e Martins. “Global heritage stone”.

³⁸ Lopes e Gonçalves. “Potencial económico das jazidas de rochas ornamentais [...]”; Carvalho, Jorge M. F., Cristina I. Carvalho, José Vítor Lisboa, António Casal Moura, e Mário Machado Leite. “Portuguese ornamental stones”. *Geonovas* 26 (2013): 15–22.

geralmente inferiores a 5 %³⁹. São mármore de grão médio a fino, com valores médios entre 0,5 e 1 mm, embora o tamanho do grão possa variar entre 0,2 e 4,0 mm⁴⁰.

Geralmente, os mármore apresentam uma textura granular (dita granoblástica, composta por cristais de calcite equidimensionais sem orientação preferencial), não foliada. No entanto, os Mármore de Estremoz frequentemente apresentam uma orientação cristalográfica preferencial (regionalmente designada por corrume ou veia do mármore), bem conhecida pelos trabalhadores das pedreiras, que estão familiarizados com o corte “a favor” (segundo aquela orientação) ou “ao contra” (segundo um plano perpendicular), pois a resistência ao corte nas duas direções é distinta e o seu conhecimento é crucial para a obtenção dos blocos comerciais de maior valor. De referir que este corrume nem sempre corresponde ao bandedo, por vezes multicolor, que os mármore exibem.

No anticlinal de Estremoz, os mármore provenientes dos diferentes núcleos extrativos (e.g.: Cerca de Santo António, Cruz dos Meninos, Barro Branco, Poço Bravo-Mouro, Rosal, Encostinha, Vigária, Cabanas, Monte d’El Rei, Olival Grande, Maroteira, Lagoa e Fonte da Moura – Pardais, de NE para SW, entre outros atualmente com menor importância económica, como Marinela Glória, Salgadas, Peixinhos, etc.) apresentam texturas, padrões e variações cromáticas que os caracterizam e que os especialistas e/ou industriais da região identificam.

Apesar da textura granular típica dos mármore em amostra de mão, a presença pontual de minerais como a biotite, moscovite, sericite e clo-rite confere-lhes, por vezes, uma textura foliada⁴¹. A presença abundante

³⁹ Lopes e Martins. “Global heritage stone”; Moreira. “Evolução geodinâmica dos sectores setentrionais da Zona de Ossa-Morena [...]”.

⁴⁰ Lapuente, Maria Pilar, e Bruno Turi. “Marbles from Portugal: petrographic and isotopic characterization”. *Science and Technology for Cultural Heritage* 4 (1995): 33–42; Menning et al. “The Estremoz marbles”.

⁴¹ Casal Moura, António, Cristina Carvalho, Isabel Almeida, João Gabriel Saúde, João Farinha Ramos, João Augusto, José Delgado Rodrigues, Jorge Carvalho, Luís Martins, Maria João Matos, Maria Machado, Maria José Sobreiro, Marta Peres, Nélson Martins, Nuno Bonito, Paulo Henriques, e Sofia Sobreiro. *Mármore e Calcários Ornamentais de Portugal*. S.l.: INETI – National Institute of Engineering, Technology and Innovation, 2007. ISBN 978-972-676-204-1; Lopes e Martins. “Global heritage stone”; Moreira. “Evolução geodinâmica dos sectores setentrionais da Zona de Ossa-Morena [...]”; Moreira, Noel, Jorge Pedro, José Francisco Santos, Nuno Inês, Alexandre Araújo, Rui Dias, Sara Ribeiro, José Romão, e José Mirão. “Effects of secondary late dolomitization on ⁸⁷Sr/⁸⁶Sr isotopic ratio; examples from Ossa-Morena Zone carbonates”. In *Livro de Actas do XIV Congresso de Geoquímica dos Países de Língua Portuguesa, XIX Semana da Geoquímica*, 223–226. Vila Real: s.n., 2018; Moreira, Noel, Jorge Pedro, José Francisco Santos, Alexandre Araújo, Rui Dias, Sara Ribeiro, José Romão, e José Mirão. “⁸⁷Sr/⁸⁶Sr applied to age discrimination of the Palaeozoic carbonates of the Ossa-Morena Zone (SW Iberia Variscides)”. *International Journal of Earth Sciences (Geol Rundsch)*, no prelo. DOI: 10.1007/s00531-019-01688-9

destes minerais, em casos extremos, origina outra tipologia de rochas carbonatadas também presentes no anticlinal de Estremoz: os calcoxistos (desprovidos de interesse como rocha ornamental). Os minerais previamente referidos resultam do metamorfismo das impurezas presentes nos protólitos carbonatados, nomeadamente argilas dispersas nos calcários primários. Para além dos minerais previamente referidos, outros minerais acessórios, como o quartzo (o mais abundantes dos minerais siliciosos, podendo ultrapassar pontualmente os 2 %), os feldspatos s.l. e a turmalina (estes últimos geralmente vestigiais), podem estar também presentes nestes mármore⁴². A presença, embora rara, de óxidos e sulfuretos (geralmente pirite) está também reportada em alguns mármore⁴³, provavelmente associados aos processos diagenéticos e pós-diagenéticos, como seja a percolação de fluidos mineralizantes. Não raramente, reporta-se a presença de dolomite⁴⁴, geralmente resultante da transformação da calcite primária, com assimilação de magnésio na estrutura cristalina (geralmente associados à percolação de fluidos).

As variações cromáticas, tão características dos mármore, são o resultado destas suas “impurezas”. Apesar de constituído fundamentalmente por calcite, o mármore apresenta pequenas variações composicionais/mineralógicas, que lhe conferem a diversidade cromática e de padrões⁴⁵. A título de exemplo, exploram-se quatro variedades cromáticas distintas presentes nos Mármore de Estremoz:

(1) Os mármore brancos e cremes (Figs. 4A e 5A) são geralmente mármore com elevada pureza mineralógica e composicional, podendo, em muitos casos, ser constituídos por mais de 99 % de calcite.

⁴² Cabral, João M. Peixoto, Maria da Conceição Vieira, Paula M. Carreira, Maria Ondina. Figueiredo, Teresa Paula Pena, e A. Tavares. “Preliminary study on the isotopic and chemical characterization of marbles from Alto Alentejo (Portugal)”. In *Ancient Stones: Quarrying, Trade and Provenance. Interdisciplinary Studies on Stones and Stone Technology in Europe and Near East from the Prehistoric to the Early Christian Period*, ed. Marc Waelkens, Norman Herze, e Luc Moens, 191-198. Leuven: Leuven University Press, 1992; Lapuente e Turi. “Marbles from Portugal”; Casal Moura et al. *Mármore e Calcários Ornamentais de Portugal*; Lopes e Martins. “Global heritage stone”; Moreira. “Evolução geodinâmica dos sectores setentrionais da Zona de Ossa-Morena [...]”; Moreira et al. “⁸⁷Sr/⁸⁶Sr applied to age discrimination of the Palaeozoic carbonates [...]”.

⁴³ Casal Moura et al. *Mármore e Calcários Ornamentais de Portugal*; Lapuente e Turi. “Marbles from Portugal”; Lopes e Martins. “Global heritage stone”; Moreira. “Evolução geodinâmica dos sectores setentrionais da Zona de Ossa-Morena [...]”; Moreira et al. “⁸⁷Sr/⁸⁶Sr applied to age discrimination of the Palaeozoic carbonates [...]”.

⁴⁴ Casal Moura et al. *Mármore e Calcários Ornamentais de Portugal*; Lopes e Martins. “Global heritage stone”; Moreira. “Evolução geodinâmica dos sectores setentrionais da Zona de Ossa-Morena [...]”; Moreira et al. “⁸⁷Sr/⁸⁶Sr applied to age discrimination of the Palaeozoic carbonates [...]”.

⁴⁵ Lopes e Martins. “Global heritage stone”.

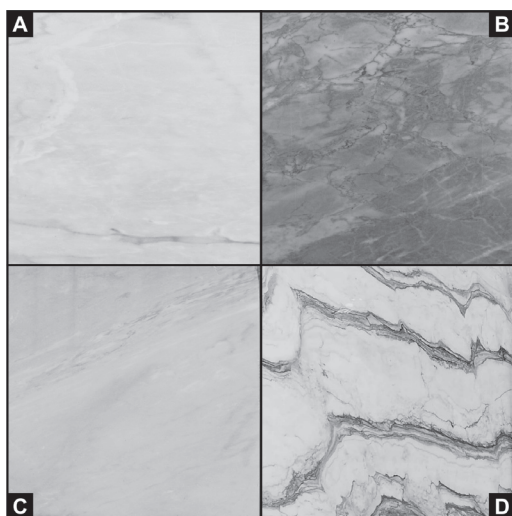
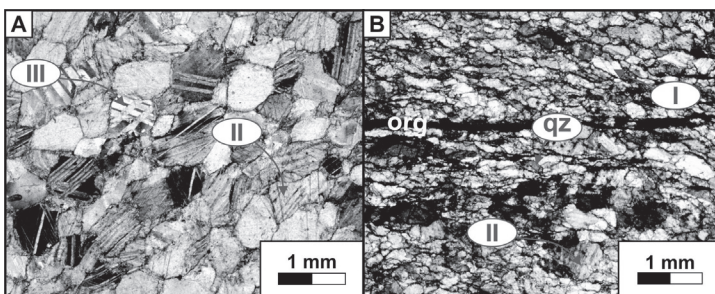


Figura 4 - Algumas das mais representativas variedades de mármore presentes no anticlinal de Estremoz (lajes de aproximadamente 1m²): (A) Mármore Branco; (B) Mármore Ruivina; (C) Mármore Rosa; (D) Mármore vergado, evidenciando a presença de dobras em níveis impuros.

Figura 5 - Aspectos petrográficos e mineralógicos dos Mármore de Estremoz em lâmina delgada: (A) Mármore Branco de grão médio do anticlinal de Estremoz mostrado a sua extrema pureza, com maclas em calcite do tipo II e III; (B) Presença de matéria orgânica dispersa em calcite de grão médio a fino (maclas tipo I e II) num Mármore Ruivina do anticlinal de Estremoz, enfatizando-se ainda a presença de quartzo como mineralogia acessória.



(2) Os mármore do topo da sucessão, ou seja, os que apresentam tonalidades mais escuras (variável entre o negro e o cinza azulado), apresentam geralmente um conteúdo não negligenciável de matéria orgânica, que, embora em pouca quantidade, lhes confere as tonalidades escuras (Figs. 4B e 5B). Ocasionalmente, ocorrem bancadas com espessura centimétrica exclusivamente constituídas por material grafitoso (*e.g.*: Salgadas, Monte da Lagoa e Fonte da Moura).

(3) Os mármore rosas (Fig. 4C) apresentam geralmente um conteúdo considerável em Ti, Mn e Fe⁴⁶. De acordo com os autores, estes mármore estão intimamente relacionados com a presença de níveis mineralogicamente mais impuros de cor esverdeada, cujos protólitos seriam rochas vulcânicas (cinzas e piroclastos).

(4) Os mármore apresentam habitualmente vergadas (Fig. 4D; bandas de tonalidades e composições distintas), que lhes conferem padrões va-

⁴⁶ Lopes e Martins. "Global heritage stone".

riáveis e característicos. As vergadas resultam de níveis com uma maior proporção de impurezas mineralógicas. Estas vergadas podem ter tonalidades distintas, desde o verde (níveis ricos em clorite e, por vezes, fuchsite – moscovite verde escura com Cr –, que confere uma cor verde clara exclusiva), passando pelo creme (níveis ricos em sericite/moscovite ± quartzo), até ao negro (níveis ricos em matéria orgânica; Fig. 5B).

Como referido, parte desta variação cromática pode ser o resultado das ligeiras variações na composição química dos mármore. Importa, contudo, referir a baixa dispersão do quimismo destas rochas, com percentagens de CaO geralmente superiores a 50 % e uma baixa percentagem dos restantes óxidos, geralmente <5 % (SiO₂ [4.67–0.12], Al₂O₃ [1.69–0.10] e MgO [2.76–0.04], como os óxidos mais abundantes⁴⁷. A restante composição da rocha é constituída por CO₂, que se perde por volatilização no processo analítico de determinação da composição da rocha.

Uma outra característica típica dos Mármore de Estremoz é a presença de maclas do tipo II e III⁴⁸, resultantes da recristalização dos cristais de calcite durante o episódio metamórfico. Estas maclas são indicativas de temperaturas máximas de metamorfismo que não ultrapassam os 300° C⁴⁹.

3.2. Caracterização isotópica

A caracterização isotópica de mármore tem sido utilizada como uma ferramenta diferenciadora dos diversos tipos de mármore utilizados em época romana. Estas assinaturas isotópicas têm servido, em conjunto com outros dados (petrográficos, geoquímicos e de catodoluminescência), como uma “impressão digital” para a proveniência dos diversos mármore utilizados em contextos arqueológicos. Vários foram os trabalhos em que as assinaturas de mármore colhidos *in situ*⁵⁰ foram comparadas com as assinaturas

⁴⁷ Casal Moura *et al.* *Mármore e Calcários Ornamentais de Portugal*; Menningen *et al.* “The Estremoz marbles”.

⁴⁸ Passchier, Cees W., e Rodolph A. J. Trouw. *Microtectonics*. Berlin: Springer, 2.^a ed., 2005.

⁴⁹ Lopes. “Contribuição para o conhecimento tectono-estratigráfico do Nordeste Alentejano [...]”; Moreira. “Evolução geodinâmica dos sectores setentrionais da Zona de Ossa-Morena [...]”; Moreira *et al.* “⁸⁷Sr/⁸⁶Sr applied to age discrimination of the Palaeozoic carbonates [...]”.

⁵⁰ Cabral *et al.* “Preliminary study on the isotopic and chemical characterization of marbles [...]”; Cabral *et al.* “Petrographic and isotopic characterization of marble from the Estremoz anticline”; Lapuente e Turi. “Marbles from Portugal”; Pérez, Aureli Álvarez, Marc Mayé Olivé, e Isabel Rodà de Llanza. “La aplicación del método de isótopos estables a mármore explotados en época romana en la mitad sur de la Península Ibérica”. *AEspA* 71 (1998): 103–112; Lapuente *et al.* “Marbles from roman Hispania”; Morbidelli *et al.* “Roman quarries of the Iberian Peninsula”; Origlia *et al.* “Mineralogical, petrographic and geochemical characterisation [...]”; Taelman *et al.* “Roman marble from Lusitania”; Moreira.

de mármore utilizados em peças arqueológicas/arquitetónicas⁵¹, tentando assim perceber-se a proveniência provável das peças.

As primeiras aproximações realizadas neste sentido, nos mármore da ZOM, foram feitas utilizando dois isótopos estáveis (Carbono 13 e Oxigénio 18), nomeadamente uma medida da razão isotópica entre estes isótopos e o isótopo mais abundante desse elemento (Carbono 12 e Oxigénio 16, respetivamente). Esta aproximação permitiu em muitos casos a diferenciação entre os Mármore de Estremoz e os mármore mediterrânicos (por exemplo: Carrara ou Mármore Béticos), mostrando que a proveniência provável do mármore seria o anticlinal de Estremoz⁵². Contudo, esta aproximação *per se* não permitiria mostrar a dissimilitude entre os Mármore de Estremoz e um conjunto de outros mármore “clássicos”, nomeadamente os restantes mármore da ZOM, que apresentam assinaturas isotópicas muito semelhantes. Em trabalhos mais recentes, foi adotado um segundo método isotópico. Nesta metodologia, é utilizada uma razão isotópica entre dois isótopos estáveis de Estrôncio (⁸⁶Sr e ⁸⁷Sr). Esta razão é considerada estável ao longo do tempo, refletindo a assinatura da água do mar aquando da formação dos calcários que irão dar origem aos mármore, embora recentemente se tenha concluído que a mesma é influenciada por alguns processos geológicos, como a dolomitização secundária e o metamorfismo de alta temperatura⁵³. Contudo, este método tem permitido uma melhor diferenciação entre os mármore mediterrânicos e os mármore da ZOM, permitindo ainda alguma diferenciação interna entre os mármore da ZOM⁵⁴.

Convém, todavia, ressaltar que tais estudos isotópicos só têm relevância quando cruzados com outras tipologias de estudos, uma vez que

“Evolução geodinâmica dos sectores setentrionais da Zona de Ossa-Morena [...]”; Moreira *et al.* “⁸⁷Sr/⁸⁶Sr applied to age discrimination of the Palaeozoic carbonates [...]”.

⁵¹ E.g.: Cabral *et al.* “Petrographic and isotopic characterization of marble from the Estremoz anticline”; Cabral *et al.* “A proveniência do mármore dos capitéis do templo romano de Évora”; Lapuente *et al.* “Marbles from Roman Hispania”; Lapuente *et al.* “White marble sculptures from the National Museum of Roman Art (Mérida, Spain)”; Tucci *et al.* “Italica (Seville, Spain): use of local marble in Augustan age”; Origlia *et al.* “Mineralogical, petrographic and geochemical characterisation [...]”; Taelman *et al.* “Roman marble from Lusitania”.

⁵² E.g.: Cabral *et al.* “Preliminary study on the isotopic and chemical characterization of marbles [...]”; Lapuente *et al.* “Marbles from roman Hispania”.

⁵³ Moreira. “Evolução geodinâmica dos sectores setentrionais da Zona de Ossa-Morena [...]”; Moreira *et al.* “Effects of secondary late dolomitization on ⁸⁷Sr/⁸⁶Sr isotopic ratio [...]”; Moreira *et al.* “⁸⁷Sr/⁸⁶Sr applied to age discrimination of the Palaeozoic carbonates [...]”.

⁵⁴ Morbidelli *et al.* “Roman quarries of the Iberian Peninsula”; Taelman *et al.* “Roman marble from Lusitania”; Moreira. “Evolução geodinâmica dos sectores setentrionais da Zona de Ossa-Morena [...]”; Moreira *et al.* “Effects of secondary late dolomitization on ⁸⁷Sr/⁸⁶Sr isotopic ratio [...]”; Moreira *et al.* “⁸⁷Sr/⁸⁶Sr applied to age discrimination of the Palaeozoic carbonates [...]”.

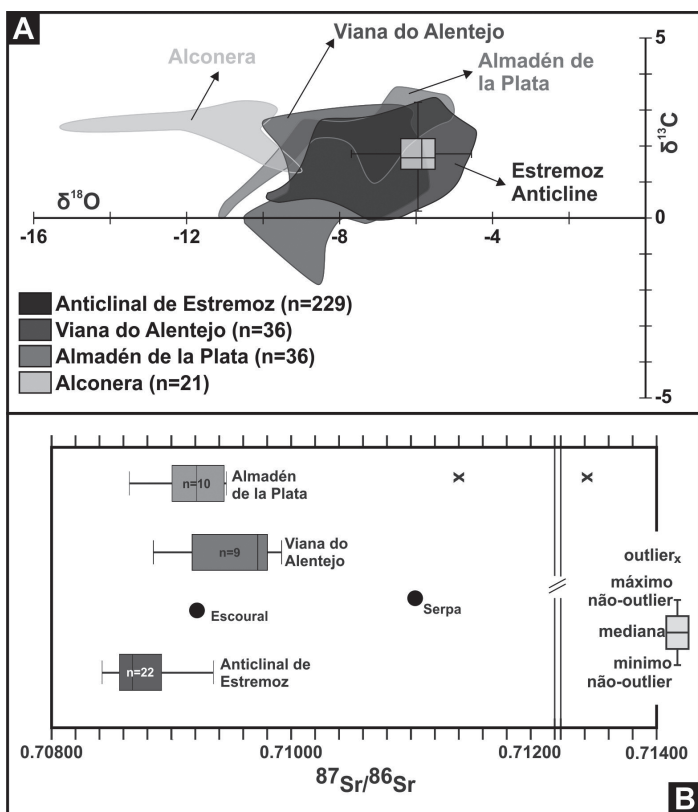
apenas com o controlo cuidadoso das características petrográficas destes mármore é que os dados isotópicos podem ser corretamente interpretados. Após esta pequena análise histórica, segue-se uma caracterização isotópica genérica dos Mármore de Estremoz, tendo em conta os dados publicados por diversos autores, que se apresentam sintetizados na Tabela 1 e na Figura 6.

Os Mármore de Estremoz apresentam sempre valores de $\delta^{13}\text{C}$ positivos (entre 0,10 e 3,20) e valores de $\delta^{18}\text{O}$ negativos (entre -4,56 e -9,80). Contudo,

Tabela 1

	$\delta^{13}\text{C}$	$\delta^{18}\text{O}$	$87\text{Sr}/86\text{Sr}$
Mínimo	0,10	-9,80	0,70842
Mínimo não outlier	0,20	-7,70	
Q1	1,36	-6,40	0,70856
Mediana	1,66	-5,86	0,70867
Q3	2,19	-5,51	0,70892
Máximo não outlier	3,20	-4,56	0,70949
Máximo			
Nº outliers	1	12	-
Média	1,74	-6,07	0,70881
Desvio Padrão amostral	0,57	0,84	0,00032
N	229	229	22

Tabela 1 – Tabela síntese dos dados isotópicos existentes para os mármore do anticlinal de Estremoz (Cabral et al., 1992; 2001; Lapuente & Turi, 1995; Perez et al., 1998; Lapuente et al., 2000; Morbidelli et al., 2007; Origlia et al., 2011; Taelman et al., 2013; Moreira, 2017; Moreira et al., in press).



a análise dos dados publicados⁵⁵ mostra que nem todos os dados obtidos têm relevância estatística. O conjunto de 229 análises do par $\delta^{13}\text{C}$ – $\delta^{18}\text{O}$ mostra que alguns dos valores se comportam como *outliers* (ou seja, dados isolados; Tab. 1 e Fig. 6A). No caso do $\delta^{13}\text{C}$, apenas um valor é considerado *outlier*, embora não seja um *outlier* severo, aproximando-se do mínimo não *outlier* (Tab. 1). Já no caso do $\delta^{18}\text{O}$, 12 resultados são considerados como *outliers*, alguns dos quais afastando-se de forma significativa do mínimo não *outlier* (Tab. 1).

Figura 6 - Caracterização isotópica dos Mármore de Estremoz e comparação com as assinaturas isotópicas de outros mármore utilizados em Época Romana: (A) $\delta^{13}\text{C}$ vs $\delta^{18}\text{O}$ (dados isotópicos de Cabral et al., 1992; 2001; Lapuente & Turi, 1995; Perez et al., 1998; Lapuente et al., 2000; Morbidelli et al., 2007; Origlia et al., 2011); (B) razão isotópica $^{87}\text{Sr}/^{86}\text{Sr}$ (dados isotópicos obtidos por Morbidelli et al., 2007; Taelman et al., 2013; Moreira, 2017; Moreira et al., in press).

⁵⁵ Cabral et al. "Petrographic and isotopic characterization of marble from the Estremoz anticline"; Cabral et al. "A proveniência do mármore dos capitéis do templo romano de Évora"; Lapuente e Turi. "Marbles from Portugal"; Pérez et al. "La aplicación del método de isotopos estables a mármoles [...]"; Lapuente et al. "Marbles from roman Hispania"; Morbidelli et al. "Roman quarries of the Iberian Peninsula"; Origlia et al. "Mineralogical, petrographic and geochemical characterisation [...]".

No que respeita aos dados relativos à razão $^{87}\text{Sr}/^{86}\text{Sr}$ (Fig. 6B), os dados são mais precisos com baixa variação ($0,70881 \pm 0,00032$; Tabela 1). Neste caso, o estudo estatístico sobre a totalidade de dados existentes⁵⁶ não revela a presença de *outliers*, com valores de $^{87}\text{Sr}/^{86}\text{Sr}$ variando entre 0,70842 e 0,70949, sendo a amplitude interquartil de 0,00036 (0,70856–0,70892) e a mediana de 0,70867.

4. MÁRMORES DE ESTREMOZ NO CONTEXTO DOS MÁRMORES “HISTÓRICOS” NA ZOM

A análise das sucessões estratigráficas da ZOM, estabelecidas localmente e organizadas em sectores distintos, permite a identificação de quatro episódios de sedimentação carbonatada marinha principais durante o Paleozoico⁵⁷: Câmbrio Inferior, Ordovício Superior, Silúrico Superior e Devónico Inferior a Médio⁵⁸.

O episódio do Câmbrio Inferior (Série 2)⁵⁹ é o mais bem representado cartograficamente. A idade está bem constrangida em Espanha, tendo em conta o conteúdo fóssilífero das Formações de Alconera e de Pedroche⁶⁰, havendo em Portugal dados biostratigráficos do sector Alter do Chão–Elvas (Formação Carbonatada de Elvas) que indicam a mesma idade, embora a informação seja mais fragmentária⁶¹. Este episódio é caracterizado por uma

⁵⁶ Morbidelli *et al.* “Roman quarries of the Iberian Peninsula”; Taelman *et al.* “Roman marble from Lusitania”; Moreira. “Evolução geodinâmica dos sectores setentrionais da Zona de Ossa-Morena [...]”; Moreira *et al.* “ $^{87}\text{Sr}/^{86}\text{Sr}$ applied to age discrimination of the Palaeozoic carbonates [...]”.

⁵⁷ Moreira *et al.* “Os episódios carbonatados do Câmbrio Inferior e Devónico Médio da Zona de Ossa-Morena [...]”.

⁵⁸ Robardet, Michel, e Juan C. Gutiérrez-Marco. “The Ordovician, Silurian and Devonian sedimentary rocks of the Ossa-Morena Zone (SW Iberian Peninsula, Spain)”. *J. Iber. Geol.* 30 (2004): 73–92; Oliveira *et al.* “Traços gerais da evolução tectono-estratigráfica da Zona de Ossa Morena [...]”; Moreira, Noel, e Gil Machado. “Devonian sedimentation in Western Ossa-Morena Zone and its geodynamic significance”. In *The Geology of Iberia: a Geodynamic Approach* (volume 2: *The Variscan Cycle*), ed. Cecílio Quesada e José Tomás Oliveira. Berlin: Springer, Regional Geology Review series, *in press*.

⁵⁹ Gozalo *et al.* “The Cambrian of the Iberian Peninsula: an overview”; Creveling, Jessica R., David Fernández-Remolar, Marta Rodríguez-Martínez, Silvia Menéndez, Kristin D. Bergmann, Benjamin C. Gill, John Abelson, Ricardo Amils, Bethany L. Ehlmann, Diego C. García-Bellido, John P. Grotzinger, Christian Hallmann, Kathryn M. Stack, e Andrew H. Knoll. “Geobiology of a lower Cambrian carbonate platform, Pedroche Formation, Ossa Morena Zone, Spain”. *Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology* 386 (2013): 459–478.

⁶⁰ Liñan, Eladio. “Introducción al problema de la paleogeografía del Cámbrico de Ossa Morena”. *Cuadernos de Lab. Xeolóxico de Laxe* 8 (1984): 283–314; Liñan, Eladio, e Cecílio Quesada. “Ossa-Morena Zone: stratigraphy”. In *Pre-Mesozoic Geology of Iberia*, editado por Robert David Dallmeyer e Enrique Martínez García, 229–266. Berlin: Springer-Verlag, 1990; Gozalo *et al.* “The Cambrian of the Iberian Peninsula: an overview”; Creveling *et al.* “Geobiology of a lower Cambrian carbonate platform [...]”.

⁶¹ Oliveira *et al.* “Traços gerais da evolução tectono-estratigráfica da Zona de Ossa Morena [...]”; vide também as referências inclusas.

sucessão carbonatada, com calcários e dolomias, com intercalações de rochas vulcânicas e siliciclásticas subordinadas⁶².

Contudo, em outros locais as características texturais primárias e fossilíferas destes carbonatos foram totalmente obliteradas, em consequência dos processos tectono-metamórficos ocorridos durante a Orogenia Varisca, dando origem a unidades essencialmente compostas por mármore (calcíticos e dolomíticos). São exemplo as sucessões de Estremoz, Viana do Alentejo-Alvito, Serpa, Trigaches-São Brissos, Vila Verde de Ficalho ou Almadén de la Plata (Espanha). Nestes casos, a atribuição da idade câmbria é baseada em correlações entre as diferentes sucessões litoestratigráficas, por vezes com auxílio de dados geoquímicos⁶³. Convém, no entanto, referir que no caso da sucessão de Estremoz, duas unidades de mármore são identificadas (a basal, de natureza dolomítica, e a de topo, de natureza calcítica, de onde são extraídos os Mármore de Estremoz), sendo a idade da sucessão de topo alvo de debate (Complexo Vulcano-Sedimentar Carbonatado de Estremoz)⁶⁴.

De todos os mármore câmbrios da ZOM, alguns ganham importância redobrada durante a ocupação romana da Península Ibérica. Para além dos mármore do anticlinal de Estremoz, encontram-se registos arqueológicos e arquitetónicos que mostram a utilização dos mármore de Trigaches-São Brissos, Viana do Alentejo, Almadén de la Plata e Alconera⁶⁵, seguidamente descritos.

⁶² E.g.: Oliveira *et al.* “Traços gerais da evolução tectono-estratigráfica da Zona de Ossa Morena [...]”; Sánchez-García, Teresa, Félix Bellido, Manuel Francisco Pereira, Martim Chichorro, Cecílio Quesada, Christian Pin, e José Brandão Silva. “Rift-related volcanism predating the birth of the Rheic Ocean (Ossa-Morena Zone, SW Iberia)”. *Gondwana Research* 17 (2010): 392-407. DOI: 10.1016/j.gr.2009.10.005; Pereira *et al.* “North-Gondwana assembly, break up and paleogeography”; Araújo *et al.* “As regiões central e sul da Zona de Ossa-Morena”; Moreira, Noel, Rui Dias, Jorge Pedro, e Alexandre Araújo. “Interferência de fases de deformação varisca na estrutura de Torre de Cabedal; sector de Alter do Chão-Elvas na Zona de Ossa-Morena”. *Comunicações Geológicas* 101, especial I (2014): 279-282.

⁶³ Oliveira *et al.* “Traços gerais da evolução tectono-estratigráfica da Zona de Ossa Morena [...]”; Pereira *et al.* “North-Gondwana assembly, break up and paleogeography”; Araújo *et al.* “As regiões central e sul da Zona de Ossa-Morena”; Moreira. “Evolução geodinâmica dos sectores setentrionais da Zona de Ossa-Morena [...]”; Puellas, Pablo, Benito Ábalos, José Ignacio Gil Ibarguchi, e Sergio Fernández-Armas. “Petrofabric of forsterite marbles and related rocks from a low-pressure metamorphic terrain (Almadén de la Plata massif, Ossa-Morena Zone, SW Spain) and its kinematic interpretation”. *Journal of Structural Geology* 117 (2018): 58-80. DOI: 10.1016/j.jsg.2018.09.006.

⁶⁴ Piçarra e Le Menn. “Ocorrência de crinoides em mármore [...]”; Piçarra. “Estudo estratigráfico do sector de Estremoz-Barrancos [...]”; Piçarra e Sarmiento. “Problemas de posicionamento estratigráfico dos calcários paleozoicos [...]”; Pereira *et al.* “North-Gondwana assembly, break up and paleogeography”; Moreira. “Evolução geodinâmica dos sectores setentrionais da Zona de Ossa-Morena [...]”.

⁶⁵ Fusco e Mañas. *Mármoles de Lusitania*; Morbidelli *et al.* “Roman quarries of the Iberian Peninsula”; Taelman *et al.* “Roman marble from Lusitania”.

– Trigaches–São Brissos

Foram explorados, provavelmente, desde o século I, embora a dispersão pelo território da Lusitânia seja menor, quando comparada com a dos mármore do anticlinal de Estremoz. Estes mármore tiveram uma ampla utilização em cidades proximais da província da Lusitânia, como Pax Julia (Beja) e Myrtilis (Mértola), com aplicação sob a forma de sepulturas e lápides funerárias e, mais raramente, como esculturas⁶⁶. Estes mármore apresentam características muito próprias e diferenciadoras, como sejam as suas tonalidades cinzento-escuras a azuladas e a sua elevada granulometria (comummente superior a 1 mm)⁶⁷. O seu grão grosseiro faz com que a sua utilização em estatuária seja rara, pois seria difícil o trabalho do mármore devido à dimensão dos cristais⁶⁸. Ferreira *et al.*⁶⁹ descrevem a presença de variedades impuras em São Brissos, também elas de grão grosseiro, enfatizando a presença de olivina (forsterite), bem como um conjunto de minerais ferromagnesianos. Outra particularidade, exclusiva destes mármore, é o cheiro fétido a ovos podres (SO₂) que libertam quando percutidos.

– Viana do Alentejo

Estes mármore têm também dispersão pela província da Lusitânia, sendo utilizados maioritariamente em altares e em lápides honoríficas⁷⁰. Também apresentam características muito diferenciadoras: granularidade média a grosseira (comummente superior a 1 mm), sendo que o denominado Verde Viana (nas suas variedades escura e ornamentada/vergada) tem características tipicamente distintivas dos demais mármore da ZOM⁷¹. Os mármore de Viana são geralmente maciços, embora surjam por vezes mármore foliados, resultantes da presença de um

⁶⁶ Fusco e Mañas. *Mármoles de Lusitania*.

⁶⁷ Matos, João Xavier, José Manuel Piçarra, Zélia Pereira, Ruben Dias, e Sophie Preteseille. “The Beja public geological trail – geology in the garden”. In *International Congress Arouca 2011: Geotourism in Action*, 59–62. S.l.: Arouca Geopark, 2011; Carvalho *et al.* “Portuguese ornamental stones”.

⁶⁸ Fusco e Mañas. *Mármoles de Lusitania*.

⁶⁹ Ferreira, Pedro, Rita Caldeira, José Manuel Piçarra, Ruben P. Dias, Rogério Calvo, Teresa Arriaga Cunha, Ana Margarida Pestana, João Pais, e Ricardo Ressurreição. “Cartografia geológica sistemática para a edição da folha 43-A, Cuba (carta geológica de Portugal, escala 1:50 000) – ponto da situação”. In *Geodinâmica e Tectónica Global; A Importância da Cartografia Geológica: Livro de Actas da 9.ª Conferência Anual do GGET-SGP*, editado por Noel Moreira, Rui Dias e Alexandre Araújo, 55–58. Estremoz: Polo de Estremoz da Universidade de Évora, 2013. ISBN: 978-989-95398-3-9.

⁷⁰ Fusco e Mañas. *Mármoles de Lusitania*.

⁷¹ Carvalho *et al.* “Portuguese ornamental stones”.

bandado composicional⁷². Os mármore podem ser dolomíticos ou calcíticos, com uma mineralogia acessória muito diversificada, incluindo⁷³: quartzo, olivina, serpentina, biotite-flogopite, anfíbola (tremolite), piroxena (diópsido), feldspatos *s.l.*, clorite, epidoto, talco, granada e esfena. Pontualmente, destaca-se a presença de óxidos de ferro (magnetite e hematite) e sulfuretos.

– Almadén de la Plata

Estes mármore da ZOM apresentam evidências de exploração durante a época romana⁷⁴, localizando-se na província romana da Bética (Fig. 1). São mármore grosseiros (dimensão dos cristais superior a 1 mm), geralmente vergados, com variedades brancas, cinzentas, rosas e esverdeadas⁷⁵. Geralmente de composição calcítica (80-97 %), com percentagem de dolomite que pode atingir valores consideráveis (superiores a 10 %), existem também variedades maioritariamente dolomíticas⁷⁶. Tal como em Viana do Alentejo, estes mármore apresentam uma mineralogia acessória diversificada (principalmente nas variedades bandadas verdes e cinzentas), embora a mineralogia acessória seja raramente superior a 5 %, contendo comumente quartzo, olivina, piroxena (diópsido), biotite-flogopite, espinela, titanite, moscovite, serpentina, feldspatos *s.l.*, anfíbola (tremolite), talco, óxidos de ferro e clorite⁷⁷. É comum haver mais do que uma geração de carbonatos, nomeadamente nos mármore dolomíticos⁷⁸.

⁷² Gomes, Elsa, e Paulo Emanuel Fonseca. “Eventos metamórfico/metassomáticos tardi-variscos na região de Alvito (Alentejo, sul de Portugal)”. *Cadernos do Lab. Xeológico de Laxe* 31 (2006): 67-85; Rosas, Filipe, Fernando Ornelas Marques, Michel Ballèvre, e Colombo Tassinari “Geodynamic evolution of the SW Variscides: orogenic collapse shown by new tectonometamorphic and isotopic data from western Ossa-Morena Zone, SW Iberia”. *Tectonics* 27, TC6008 (2008). DOI:10.1029/2008TC002333.

⁷³ Gomes e Fonseca. “Eventos metamórfico/metassomáticos tardi-variscos [...]”; Moreira. “Evolução geodinâmica dos sectores setentrionais da Zona de Ossa-Morena [...]”.

⁷⁴ Fortes *et al.* “Las canteras romanas de mármol de Almadén de la Plata (Sevilla)”.

⁷⁵ Ontiveros, Esther, José Beltrán Fortes, Ruth Taylor, Oliva Rodríguez, e Pedro A. López. “Petrography and elemental geochemistry of the roman quarries of Los Castillejos and Los Covachos (Almadén De La Plata, Seville, Spain). Outcrops and semi-elaborated products”. In *Interdisciplinary Studies on Ancient Stone. Proceedings of the ASMOSIA IX Conference (Tarragona, 2009)*, editado por Anna Gutiérrez García-M., Maria Pilar Lapuente e Isabel Rodà de Llanza, 407-418. Tarragona: Institut Català d'Arqueologia Clàssica, 2012. ISBN: 978-84-939033-8-1; Puellas *et al.* “Petrofabric of forsterite marbles and related rocks [...]”.

⁷⁶ Puellas *et al.* “Petrofabric of forsterite marbles and related rocks [...]”.

⁷⁷ Ontiveros *et al.* “Petrography and elemental geochemistry of the roman quarries [...]”; Puellas *et al.* “Petrofabric of forsterite marbles and related rocks [...]”.

⁷⁸ Puellas *et al.* “Petrofabric of forsterite marbles and related rocks [...]”.

– Alconera (Zafra)

Os mármore são claramente distintos dos previamente caracterizados. Nesta região foram também encontradas evidências de exploração durante a época romana, embora grande parte dos registos deva ter sido apagada pelas explorações mais recentes⁷⁹. Os Mármore de Alconera apresentam sempre granularidade fina e incluem um conjunto de litótipos característicos, desde os mármore calcíticos de tonalidades aguerridas (por vezes xistentos e pontualmente com a calcite muito recristalizada) até aos litótipos dolomíticos. Quanto às suas tonalidades, são mármore muito heterogéneos, com cores variáveis entre as variedades mais claras (entre o branco e o cinzento-pálido) até às mais intensas (cinzentos escuros, rosados e púrpuras). Tal como os mármore de Almadén de la Plata, estes mármore ficam localizados na província da Bética (Fig. 1); contudo, devido à sua proximidade e à presença de importantes vias de comunicação que passavam nas proximidades, são também amplamente utilizados (maioritariamente sob a forma de colunas) na província da Lusitânia, quer em Augusta Emerita (Mérida), mas também em Itálica (Santipone, Sevilha) e em Badajoz⁸⁰. Como referido, estes mármore são afetados por um metamorfismo de muito baixa temperatura⁸¹, o que permitiu a preservação e a identificação de um conjunto de características texturais primárias, como sejam as fácies recifais com arqueociatos e estromatólitos, mas também estruturas microbianas e algais, possibilitando, de acordo com o conteúdo faunístico, não só datar a formação como sendo do Câmbrio, como também corroborar a natureza marinha de plataforma carbonatada pouco profunda⁸².

No que respeita à comparação dos dados isotópicos obtidos no anticlinal de Estremoz com os restantes mármore clássicos, importa desde logo referir que os mármore de Trigaches-São Brissos são os únicos sem qualquer tipo de estudo isotópico. Contudo, e tendo em conta o enquadramento prévio, é possível realizar uma comparação dos dados obtidos para os mármore do anticlinal de Estremoz com os dados existentes para os restantes mármore clássicos da ZOM, nomeadamente Alconera, Viana do Alentejo e Almadén de la Plata.

No que respeita ao par $\delta^{13}\text{C}$ - $\delta^{18}\text{O}$, os dados existentes mostram uma sobreposição quase total dos dados do anticlinal de Estremoz com os dados

⁷⁹ Fusco e Mañas. *Mármore de Lusitania*.

⁸⁰ Fusco e Mañas. *Mármore de Lusitania*.

⁸¹ López-Munguira e Nieto García 2004.

⁸² Por exemplo: Liñan. “Introducción al problema de la paleogeografía del Cámbrico de Ossa Morena”; Liñan, Eladio. “Los pisos estratigráficos y la paleogeografía del Cámbrico en España: una visión retrospectiva”. *Geogaceta* 20, n.º 7 (1996): 1661-1664.

obtidos nos mármore de Viana do Alentejo e Almadén de la Plata. Exceção é feita para Alconera, que apresenta uma assinatura ligeiramente distinta, com valores de $\delta^{18}\text{O}$ geralmente mais baixos que os restantes mármore clássicos (Fig. 6A), embora a amostra seja menor. Uma das possíveis explicações para a uniformização dos valores de $\delta^{13}\text{C}$ e de $\delta^{18}\text{O}$ nos Mármore de Estremoz, Viana do Alentejo e Almadén de la Plata é a uniformização do sistema por influência dos processos metamórficos, o que também explicaria o destaque dos mármore de Alconera, onde o metamorfismo é de muito baixo grau.

Em relação à razão $^{87}\text{Sr}/^{86}\text{Sr}$ nos mármore da ZOM, apenas os mármore de Almadén de la Plata e Viana do Alentejo possuem dados para comparação com os obtidos para os Mármore de Estremoz. A análise dos dados mostra que, para ambos os casos, as razões $^{87}\text{Sr}/^{86}\text{Sr}$ são consistentemente mais elevadas que as obtidas para os Mármore de Estremoz. Na verdade, os limites de sobreposição entre os dados são bastante baixos, com apenas cerca de 25 % dos dados a sobreporem-se. No caso dos mármore de Almadén, a análise do conjunto da amostra de dados mostra ainda a presença de dois resultados anormalmente altos, considerados com *outliers* no conjunto dos dados (Fig. 6B).

Os mármore de Trigaches, Viana do Alentejo e Almadén de la Plata (todos eles localizados nos domínios meridionais da ZOM) apresentam características texturais e composicionais que os distinguem desde logo dos mármore do anticlinal de Estremoz. Todos estes mármore foram afetados por um metamorfismo de alta temperatura, que é responsável não só pelo aumento do tamanho do grão (são todos mármore de grão médio a grosseiro), como também pela mineralogia mais diversificada, quando comparada com os mármore do anticlinal de Estremoz⁸³, e que inclui piroxena e olivina, algo que é comum em mármore de alta temperatura⁸⁴. Foi recentemente proposto que o metamorfismo de alta temperatura seria capaz de provocar alterações na razão isotópica de estrôncio primária, por interação entre os mármore com fluidos metamórficos de origem crustal⁸⁵. Assim, será de pressupor que os már-

⁸³ Gomes e Fonseca. "Eventos metamórfico/metassomáticos tardi-variscos [...]"; Ontiveros *et al.* "Petrography and elemental geochemistry of the roman quarries [...]"; Ferreira *et al.* "Cartografia geológica sistemática [...]"; Puellas *et al.* "Petrofabric of forsterite marbles and related rocks [...]"; Moreira *et al.* " $^{87}\text{Sr}/^{86}\text{Sr}$ applied to age discrimination of the Palaeozoic carbonates [...]".

⁸⁴ Bucher, Kurt, e Rodney Grapes. *Petrogenesis of Metamorphic Rocks*. S.l.: Springer-Verlag, 8.ª ed., 2011.

⁸⁵ Moreira. "Evolução geodinâmica dos sectores setentrionais da Zona de Ossa-Morena [...]"; Moreira *et al.* "Effects of secondary late dolomitization on $^{87}\text{Sr}/^{86}\text{Sr}$ isotopic ratio [...]"; Moreira *et al.* " $^{87}\text{Sr}/^{86}\text{Sr}$ applied to age discrimination of the Palaeozoic carbonates [...]".

mores dos sectores mais meridionais da ZOM apresentem, todos eles (inclusive os de Trigaches), valores mais elevados da razão $^{87}\text{Sr}/^{86}\text{Sr}$, quando comparados com os Mármore de Estremoz, que terão uma assinatura próxima da primária⁸⁶. Estes dados estão também de acordo com as razões obtidas para outros mármore presentes nos domínios meridionais da ZOM, como sejam os mármore de Serpa e do Escoural (Fig. 6B), com enquadramento geológico semelhante. Por outro lado, apesar da inexistência de dados em Alconera, será de esperar que esses mármore apresentem valores da razão $^{87}\text{Sr}/^{86}\text{Sr}$ mais próximos da assinatura primária identificada não só nos Mármore de Estremoz, mas também em unidades correlacionáveis da ZOM, como seja a Formação Carbonatada de Elvas⁸⁷. Contudo, as suas características petrográficas são claramente distintas, permitindo assim a sua diferenciação dos demais mármore da ZOM.

5. EXPLORAÇÃO DOS MÁRMORES DE ESTREMOZ EM TEMPOS HISTÓRICOS; DADOS E MODELO DE EXPLORAÇÃO

A ocupação do território não é aleatória, estando condicionada pelos comportamentos e/ou necessidades das comunidades. Tal facto é válido desde os tempos mais remotos até à atualidade. Esta ocupação busca geralmente locais com elevada beleza estética, importância estratégica do ponto de vista defensivo e/ou, inevitavelmente, abundância de recursos naturais, sejam eles agrícolas, hídricos ou geológicos.

O Triângulo do Mármore é extremamente rico em vários destes pressupostos, com claro destaque para a abundância de recursos naturais, nomeadamente os mármore e a água. Como mencionado, os Mármore de Estremoz são explorados pelo menos desde a Antiguidade clássica, como se comprova pela utilização destes mármore em diversas peças arquitetónicas espalhadas pelo Império Romano⁸⁸.

⁸⁶ Moreira. “Evolução geodinâmica dos sectores setentrionais da Zona de Ossa-Morena [...]”; Moreira *et al.* “Effects of secondary late dolomitization on $^{87}\text{Sr}/^{86}\text{Sr}$ isotopic ratio [...]”; Moreira *et al.* “ $^{87}\text{Sr}/^{86}\text{Sr}$ applied to age discrimination of the Palaeozoic carbonates [...]”.

⁸⁷ Moreira. “Evolução geodinâmica dos sectores setentrionais da Zona de Ossa-Morena [...]”; Moreira *et al.* “Effects of secondary late dolomitization on $^{87}\text{Sr}/^{86}\text{Sr}$ isotopic ratio [...]”; Moreira *et al.* “ $^{87}\text{Sr}/^{86}\text{Sr}$ applied to age discrimination of the Palaeozoic carbonates [...]”.

⁸⁸ E.g.: Cabral *et al.* “Petrographic and isotopic characterization of marble from the Estremoz anticline”; Cabral *et al.* “A proveniência do mármore dos capitéis do templo romano de Évora”; Morbidelli *et al.* “Roman quarries of the Iberian Peninsula”; Tucci *et al.* “Italica (Seville, Spain): use of local marble in Augustan age”; Lapuente *et al.* “White marble sculptures from the National Museum of Roman Art (Mérida, Spain)”; Origlia *et al.* “Mineralogical, petrographic and geochemical characterisation [...]”; Taelman *et al.* “Roman marble from Lusitania”.

Segundo Fusco e Mañas⁸⁹, a explosão da utilização do mármore no Império Romano inicia-se com o imperador Augusto (27 a.C. a 14 d.C.). No caso concreto dos Mármores de Estremoz, esta exploração deverá ter começado na primeira metade do século I d.C., pouco depois da criação da província da Lusitânia, devido à necessidade de materiais para a magnífica construção de Augusta Emerita e de outras cidades da Lusitânia⁹⁰ (Fig. 1). O anticlinal de Estremoz afirmou-se desde logo como um dos principais (se não o principal) polos abastecedores de toda a província, contribuindo com toda a diversidade de mármore ali presentes: os mármore brancos, rosas, vergados e o ruivina foram explorados e difundidos por toda a província.

Pela importância e dispersão do Mármore de Estremoz, pressupõe-se a existência de um *pagus marmorarius* no anticlinal de Estremoz, direcionado para a exploração deste recurso estratégico em época romana, e que toda a exploração seria controlada pelo imperador e pela sua família, que assegurava a sua dispersão por todo o território e o abastecimento à capital da província⁹¹. A atividade extrativa na região seria, sem dúvida, uma das mais importantes atividades económicas da região, concentrando a população. Carneiro⁹² refere inclusive que os perfis de organização do povoamento na zona do anticlinal de Estremoz são um pouco distintos das tradicionais *villae* romanas; segundo o autor, seriam possivelmente povoações agrupadas relacionadas com a extração e o trabalho do mármore.

De acordo com Fusco e Mañas⁹³, as pedreiras desta região deveriam ser de grande dimensão, julgando pelo conjunto de achados arqueológicos com mármore (de proveniência provável) do anticlinal de Estremoz. Contudo, grande parte das evidências das pedreiras romanas não chegou até aos dias de hoje, pois foram obliteradas pelas explorações posteriores (que se prolongam de forma clara desde a época medieval à atualidade)⁹⁴, apagando assim as evidências de exploração antiga⁹⁵. No entanto, alguns vestígios dessa exploração e atividade durante a época romana chegaram até aos dias de hoje. Exemplo disso são: (1) os achados da Herdade da Vigária (Vila Viçosa), onde foram encontradas evidências de exploração, bem como várias peças em estado de produção (coluna, sarcófago e até esboços de esculturas)⁹⁶ e (2) vestígios da exploração romana de mármore *in situ*, em excelente estado de

⁸⁹ Mármores de Lusitania.

⁹⁰ Fusco e Mañas. *Mármores de Lusitania*.

⁹¹ Fusco e Mañas. *Mármores de Lusitania*; Carneiro. *Lugares, Tempos e Pessoas*.

⁹² *Lugares, Tempos e Pessoas*.

⁹³ *Mármores de Lusitania*

⁹⁴ Mourinha e Moreira. "Património edificado no triângulo do mármore [...]"

⁹⁵ Fusco e Mañas. *Mármores de Lusitania*; Carneiro. *Lugares, Tempos e Pessoas*.

⁹⁶ Fusco e Mañas. *Mármores de Lusitania*; Lopes e Martins. "Global heritage stone".

conservação, numa das pedreiras pertencentes à empresa Marmoz, na região da Lagoa (Bencatel)⁹⁷.

Outra das peças-chave para a dispersão deste recurso seriam as vias terrestres⁹⁸, que permitiriam a conexão com grandes cidades da província, como Augusta Emerita, Olisipo (Lisboa), Eborá (Évora) ou Pax Julia⁹⁹.

As pedreiras seriam zonas de extração a céu aberto (tal como na atualidade) de exploração protoindustrial totalmente artesanal, com auxílio de poucos equipamentos. Os trabalhos seriam realizados por um conjunto de operários e artesãos especializados nas distintas fases de trabalho do mármore, provavelmente com o contributo de homens livres, mas também de mão de obra escrava¹⁰⁰. Estes trabalhadores especializados teriam um conhecimento das características intrínsecas ao mármore, como a sua dureza, a presença de impurezas e de anisotropias, que seriam condicionantes da sua extração e do trabalho do mármore, permitindo assim a exploração mais sustentada e direcionada do recurso.

De facto, este conhecimento das características intrínsecas do mármore deverá ter sido uma peça fundamental na exploração deste recurso em época romana. Nesta época, a exploração sem uso de maquinaria e aplicando apenas técnicas rudimentares necessitaria de reconhecer as anisotropias e fraquezas da rocha para uma eficaz extração do recurso.

Todo o anticlinal de Estremoz é recortado por várias famílias de fraturas¹⁰¹ (Fig. 7A), que, para além de funcionarem como anisotropias que facilitam a extração de blocos, também potenciam a circulação de água no interior do substrato rochoso. Como previamente referido, os mármore, quando em contacto com a água das chuvas (naturalmente ácidas, devido à presença de ácido carbónico em solução), são dissolvidos; na presença de uma intensa fraturação, a área de contacto entre o mármore e as águas aumenta, exponenciando o processo de dissolução. A ação contínua do processo de dissolução vai criando um conjunto de geoformas, aumentando o espaçamento entre as paredes das fraturas, gerando um conjunto de depressões com formatos diversos, que podem chegar a vários metros de profundidade (Fig. 7B) e até gerar cavidades em profundidade por onde a água irá circular (o que explica, em parte, a abundância de água na região). Também os restantes planos de anisotropia da rocha (por exemplo,

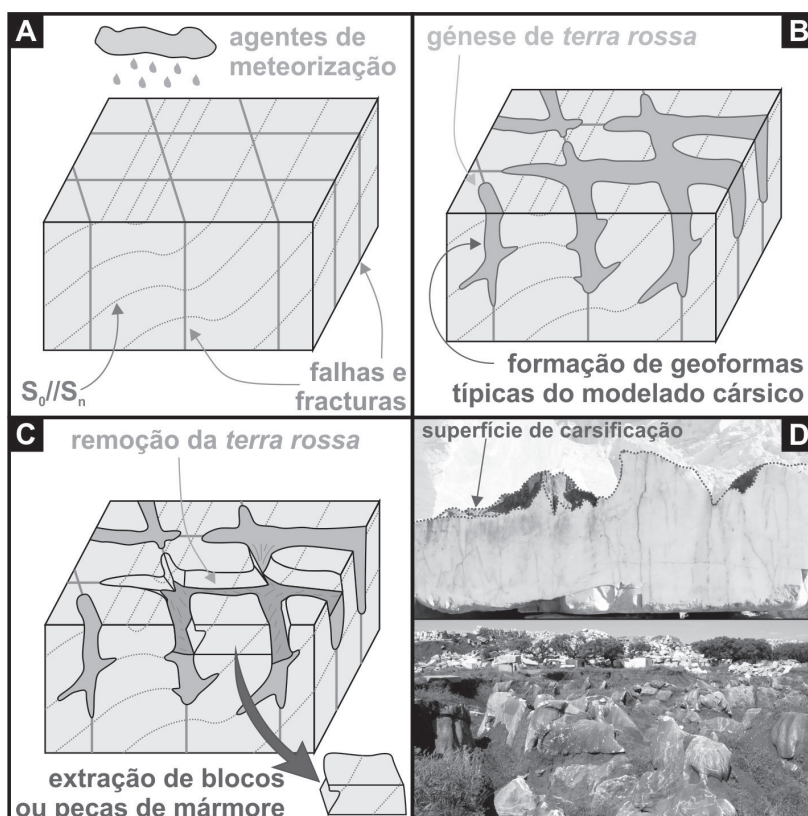
⁹⁷ Taelman *et al.* “Roman marble from Lusitania”; Lopes e Martins. “Global heritage stone”.

⁹⁸ Vide: Alarcão. “As vias romanas de Olisipo a Augusta Emerita”; Carneiro, André. *Itinerários Romanos do Alentejo: Uma Releitura de “As Grandes vias da Lusitânia”*, de Mário Saa, Quarenta Anos depois. Lisboa: Edições Colibri, 2008; Carneiro. *Lugares, Tempos e Pessoas*.

⁹⁹ Fusco e Mañas. *Mármoles de Lusitania*.

¹⁰⁰ Fusco e Mañas. *Mármoles de Lusitania*.

¹⁰¹ Lopes e Gonçalves. “Potencial económico das jazidas de rochas ornamentais [...]”; Lopes. “Contribuição para o conhecimento tectono-estratigráfico do Nordeste Alentejano [...]”.



a foliação) constituem canais preferenciais de circulação, facilitando ainda mais a dissolução do mármore. Este processo dá assim origem ao modelado cárstico, típico das regiões calcárias. Deste processo de dissolução resulta um concentrado argiloso avermelhado, composto por substâncias insolúveis, denominado *terra rossa*, que preenche o espaço criado entre as geoformas superficiais (Fig. 7B). Esta *terra rossa* constitui um subproduto da indústria dos mármore, que, comprovadamente, pode ser utilizado em olaria tradicional, assim como em cerâmica industrial¹⁰². Este subproduto poderá também ter sido utilizado em época romana para produção da mais diversificada cerâmica.

Figura 7 – Proposta de modelo de extração de mármore em época romana: (A–C) blocos diagrama mostrando as etapas relacionadas com os processos de carsificação, que condicionam a exploração dos mármore em Época Romana; (D) exemplos de carsificação dos mármore à escala do bloco (em cima) e à escala do afloramento (em baixo) evidentes em explorações atuais dos Mármore de Estremoz.

¹⁰² Cunha, Ana. “Aplicação na olaria de *terra rossa* de ocorrências no anticlinal de Estremoz”. Mestrado, Universidade de Évora, 2010; Cunha, Ana, Ruben Martins, Luís Lopes, Celso

As evidências de exploração romana no anticlinal de Estremoz são encontradas sempre associadas aos níveis superficiais do modelado cársico existente ao longo do anticlinal de Estremoz. Isto parece indicar que, durante o processo de prospeção e exploração do mármore em época romana, para além da qualidade do material, os “prospetores” também teriam em atenção a existência destas anisotropias naturais, uma vez que elas facilitariam a exploração do recurso. Isto significa que, apesar da grande exploração do recurso em época romana, as explorações seriam maioritariamente superficiais, não devendo exceder a dezena de metros de profundidade, podendo, no entanto, ser extensas em área. Por outras palavras, o recurso era tão abundante à superfície que não havia necessidade de avançar com explorações em profundidade, algo que não acontece nos dias de hoje. Com efeito, por vários motivos, existem atualmente pedreiras com mais de uma centena de metros de profundidade (há mesmo um caso único em que se atinge os 150 m). Contudo, o recurso está longe de se esgotar, já que estimativas muito conservadoras, considerando explorações inferiores aos 100 m de profundidade, apontam para mais de 500 anos de extração contínua¹⁰³.

Após a identificação de locais que obedeceriam às condições previamente mencionadas, e tal como hoje acontece, a primeira fase do processo de exploração seria a remoção da *terra rossa* que se encontra sobre o substrato rochoso (“destapação”), deixando a nu as “cabeças” (termo que designa as geoformas cársicas arredondadas e irregulares superficiais; Fig. 7D). Em seguida, com os mármore expostos, os operários identificariam os planos de heterogeneidade do maciço rochoso, procedendo à sua extração (Fig. 7C), utilizando ferramentas como cunhas, ponteiros, martelos e maços¹⁰⁴. No que respeita à exploração do recurso, a extração e os primeiros trabalhos de transformação do mármore eram feitos *in situ*, extraindo-se apenas as peças já semi-trabalhadas do maciço rochoso, não sendo de excluir que, em alguns casos, pudessem ser extraídos blocos mais ou menos intactos (embora o peso dos blocos implicasse uma força motriz adicional). Tal facto está em concordância com a presença de um conjunto de peças semiacabadas junto a locais de extração (como é o caso dos achados referidos na Herdade da Vigária). Mesmo no caso da extração de blocos intactos,

Gomes, Maria Arroz, Dulce Santos, e Francisco Rosado. “Aplicação de olaria de *terra rossa* de Vila Viçosa e Borba”. *Callipole* 19 (2011): 37–57; Alves, Tiago, Rúben Martins, Luís Lopes, Celso Gomes, Manuela Baroso, Dulce Santos, Francisco Rosado, e Luís Rosado. “Formulação de pastas cerâmicas a partir de matérias-primas argilosas e carbonatadas dos concelhos de Vila Viçosa e Redondo para a produção de olaria tradicional”. *Callipole* 23 (2016): 207–224.

¹⁰³ Lopes e Martins. “Global heritage stone”.

¹⁰⁴ Fusco e Mañas. *Mármoles de Lusitania*.

estes seriam trabalhados no local, transportando-se para o local de aplicação as peças praticamente concluídas, o que, sem dúvida, facilitaria o seu transporte. Como referido previamente, esta organização de trabalho implicaria um conjunto de trabalhadores especializados no local de extração, o que também está de acordo com os modelos de ocupação previamente propostos para a região¹⁰⁵.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi parcialmente financiado pela União Europeia através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (Programa ALENTEJO 2020), através do projeto “Modelos metalogénicos 3D da Zona de Ossa Morena: valorização dos recursos minerais do Alentejo” (Ref.^a: ALT20-03-0145-FEDER-000028).

BIBLIOGRAFIA

- Alarcão, Jorge de. “As vias romanas de Olisipo a Augusta Emerita”. *Conimbriga* 45 (2006): 211-251.
- Álvaro, J. Javier, Félix Bellido, Dominique Gasquet, M. Francisco Pereira, Cecílio Quesada, e Teresa Sánchez-García. “Diachronism in the late Neoproterozoic–Cambrian arc-rift transition of North Gondwana: a comparison of Morocco and the Iberian Ossa–Morena Zone”. *Journal of African Earth Sciences* 98 (2014): 113-132. DOI: 10.1016/j.jafrearsci.2014.03.024.
- Alves, Tiago, Rúben Martins, Luís Lopes, Celso Gomes, Manuela Baroso, Dulce Santos, Francisco Rosado, e Luís Rosado. “Formulação de pastas cerâmicas a partir de matérias-primas argilosas e carbonatadas dos concelhos de Vila Viçosa e Redondo para a produção de olaria tradicional”. *Callipole* 23 (2016): 207-224.
- Antonelli, Fabrizio, Lorenzo Lazzarini, Stefano Cancelliere, e David Dessandier. “Volubilis (Meknes, Morocco): Archaeometric study of the white and coloured marbles imported in the Roman age”. *Journal of Cultural Heritage* 10 (2009): 116-123. DOI:10.1016/j.culher.2008.04.006.
- Araújo, Alexandre, José Manuel Piçarra, José Borrego, Jorge Pedro, e José Tomás Oliveira. “As regiões central e sul da Zona de Ossa–Morena”. In *Geologia de Portugal*, ed. Rui Dias, Alexandre Araújo, Pedro Terrinha e José Carlos Kullberg, 509-549. Lisboa: Escolar Editora, vol. I, 2013.
- Bruno, Mathias, Donatto Attanasio, Walter Prochaska, e Ali Bahadir Yavuz. “An update on the use and distribution of white and black Göktepe marbles from the first century AD to Late Antiquity”. In *Interdisciplinary Studies on Ancient Stone: ASMOSIA X: Proceedings of the Tenth International Conference of ASMOSIA, Association for the Study of Marble et Other Stones in Antiquity, Rome, 21-26 May*

¹⁰⁵ E.g.: Carneiro. *Lugares, Tempos e Pessoas*.

- 2012, ed. Patrizio Pensabene e Eleonora Gasperini, 461-468. Roma: “L’Erma” di Bretschneider, 2015.
- Bucher, Kurt, e Rodney Grapes. *Petrogenesis of Metamorphic Rocks*. S.l.: Springer-Verlag, 8.^a ed., 2011.
- Cabral, João. “Neotectonics of mainland Portugal: state of the art and future perspectives”. *Journal of Iberian Geology* 38, n.º 1 (2012): 71-84. DOI: 10.5209/rev_JIGE.2012.v38.n1.39206.
- Cabral, João M. Peixoto, Maria da Conceição Vieira, Paula M. Carreira, Maria Ondina Figueiredo, Teresa Paula Pena, e A. Tavares. “Preliminary study on the isotopic and chemical characterization of marbles from Alto Alentejo (Portugal)”. In *Ancient Stones: Quarrying, Trade and Provenance. Interdisciplinary Studies on Stones and Stone Technology in Europe and Near East from the Prehistoric to the Early Christian Eeriod*, ed. Marc Waelkens, Norman Herze e Luc Moens, 191-198. Leuven: Leuven University Press, 1992.
- Cabral, João M. Peixoto, Manuel Justino Maciel, Luís Lopes, José Carrilho Lopes, A. P. V. Marques, Carla O. Mostra, e Paula M. Carreira. “Petrographic and isotopic characterization of marble from the Estremoz anticline: its application in identifying the sources of Roman works of art”. *Journal of Iberian Archaeology* 3 (2001): 121-128.
- Cabral, João M. Peixoto, Carla O. Mostra, e Theodor Hauschild. “A proveniência do mármore dos capitéis do templo romano de Évora”. *Conimbriga* 43 (2004): 171-177. DOI: 10.14195/1647-8657_43_7.
- Carneiro, André. *Itinerários Romanos do Alentejo: Uma Releitura de “As Grandes Vias da Lusitânia”, de Mário Saa, Quarenta Anos depois*. Lisboa: Edições Colibri, 2008.
- Carneiro, André. “Um primeiro olhar sobre o povoamento romano no concelho de Vila Viçosa”. *Calipolle* 21 (2013): 199-220.
- Carneiro, André. *Lugares, Tempos e Pessoas: Povoamento Rural Romano no Alto Alentejo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, vol. I, 2014. ISBN: 978-989-26-0831-0.
- Carvalho, Jorge M. F., Cristina I. Carvalho, José Vitor Lisboa, António Casal Moura, e Mário Machado Leite. “Portuguese ornamental stones”. *Geonovas* 26 (2013): 15-22.
- Casal Moura, António, Cristina Carvalho, Isabel Almeida, João Gabriel Saúde, João Farinha Ramos, João Augusto, José Delgado Rodrigues, Jorge Carvalho, Luís Martins, Maria João Matos, Maria Machado, Maria José Sobreiro, Marta Peres, Nélson Martins, Nuno Bonito, Paulo Henriques, e Sofia Sobreiro. *Mármore e Calcários Ornamentais de Portugal*. S.l.: INETI – National Institute of Engineering, Technology and Innovation, 2007. ISBN 978-972-676-204-1.
- Creveling, Jessica R., David Fernández-Remolar, Marta Rodríguez-Martínez, Silvia Menéndez, Kristin D. Bergmann, Benjamin C. Gill, John Abelson, Ricardo Amils, Bethany L. Ehlmann, Diego C. García-Bellido, John P. Grotzinger, Christian

- Hallmann, Kathryn M. Stack, e Andrew H. Knoll. “Geobiology of a lower Cambrian carbonate platform, Pedroche Formation, Ossa Morena Zone, Spain”. *Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology* 386 (2013): 459–478.
- Cunha, Ana. “Aplicação na olaria de terra rossa de ocorrências no anticlinal de Estremoz”. Mestrado, Universidade de Évora, 2010.
- Cunha, Ana, Ruben Martins, Luís Lopes, Celso Gomes, Maria Arroz, Dulce Santos, e Francisco Rosado. “Aplicação de olaria de terra rossa de Vila Viçosa e Borba”. *Callipole* 19 (2011): 37–57.
- Dias, Rui, Noel Moreira, A. Ribeiro, e Catherine Basile. “Late Variscan deformation in the Iberian Peninsula; a late feature in the Laurasia–Gondwana dextral collision”. *International Journal of Earth Sciences (Geol Rundsch)* 106, n.º 2 (2017): 549–567. DOI: 10.1007/s00531-016-1409-x.
- Dias, Rui, António Ribeiro, José Romão, Carlos Coke, e Noel Moreira. “A review of the arcuate structures in the Iberian Variscides; constraints and genetic models”. *Tectonophysics* 681 (2016): 170–194. DOI: 10.1016/j.tecto.2016.04.011.
- Ferreira, Pedro, Rita Caldeira, José Manuel Piçarra, Rúben P. Dias, Rogério Calvo, Teresa Arriaga Cunha, Ana Margarida Pestana, João Pais, e Ricardo Ressurreição. “Cartografia geológica sistemática para a edição da folha 43–A, Cuba (carta geológica de Portugal, escala 1:50 000) – ponto da situação”. In *Geodinâmica e Tectónica Global; A Importância da Cartografia Geológica: Livro de Actas da 9.ª Conferência Anual do GGET-SGP*, ed. Noel Moreira, Rui Dias e Alexandre Araújo, 55–58. Estremoz: Polo de Estremoz da Universidade de Évora, 2013. ISBN: 978-989-95398-3-9.
- Fortes, José Béltran, Oliva Rodríguez Gutiérrez, Pedro López Aldana, Esther Ontiveros, e Ruth Taylor. “Las canteras romanas de mármol de Almadén de la Plata (Sevilla)”. In *El Marmor en Hispania: Explotación, Uso y Difusión en Época Romana*, ed. Virginia García-Entero, 253–275. S.l.: UNED, 2012. ISBN: 978-84-362-6593-4.
- Fusco, Arianna, e Irene Mañas. *Mármoles de Lusitania. Catalogo de Exposición*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, 2006.
- Gomes, Elsa, e Paulo Emanuel Fonseca. “Eventos metamórfico/metassomáticos tardi-variscos na região de Alvito (Alentejo, sul de Portugal)”. *Cadernos do Lab. Xeológico de Laxe* 31 (2006): 67–85.
- Gonçalves, Francisco. “Contribuição para o conhecimento geológico dos mármores de Estremoz”. *Est. Notas e Trabalhos do SFM* 20, n.ºs 1-2 (1970): 201–209.
- Gozalo, Rodolfo, Eladio Liñán, Teodoro Palacios, José Antonio Gámez Vintaned, e Eduardo Mayoral. “The Cambrian of the Iberian Peninsula: an overview”. *Geologica Acta* 1 (2003): 103–112.
- Lapiente, Maria Pilar, e Bruno Turi. “Marbles from Portugal: petrographic and isotopic characterization”. *Science and Technology for Cultural Heritage* 4 (1995): 33–42.

- Lapiente, Maria Pilar, Bruno Turi, e Philippe Blanc. "Marbles from roman Hispania: stable isotope and cathodoluminescence characterization". *Applied Geochemistry* 15 (2000): 1469-1493.
- Lapiente, Maria Pilar, Trinida Nogales-Basarrate, Hernando Royo, e Mauro Brilli. "White marble sculptures from the National Museum of Roman Art (Mérida, Spain): sources of local and imported marbles". *Eur. J. Mineral.* 26 (2014): 333-354. DOI: 10.1127/0935-1221/2014/0026-2369.
- Liñan, Eladio. "Introducción al problema de la paleogeografía del Cámbrico de Ossa Morena". *Cuadernos do Lab. Xeolóxico de Laxe* 8 (1984): 283-314.
- Liñan, Eladio. "Los pisos estratigráficos y la paleogeografía del Cámbrico en España: una visión retrospectiva". *Geogaceta* 20, n.º 7 (1996): 1661-1664.
- Liñan, Eladio, e Cecilio Quesada. "Ossa-Morena Zone: stratigraphy". In *Pre-Mesozoic Geology of Iberia*, ed. Robert David Dallmeyer e Enrique Martinez Garcia, 229-266. Berlin: Springer-Verlag, 1990.
- LNEG. *Geological Map of Portugal at 1:1 000 000*. Lisboa: Laboratório Nacional de Energia e Geologia, 3.ª ed., 2010.
- Lopes, Luís. "Contribuição para o conhecimento tectono-estratigráfico do Nordeste Alentejano, transversal Terena-Elvas. Implicações económicas no aproveitamento de rochas ornamentais existentes na região (mármore e granitos)". Doutoramento, Universidade de Évora, 2003.
- Lopes, Luís. "O triângulo do mármore: estudo geológico". *Monumentos* 27 (2007): 6-15.
- Lopes, Luís, e Francisco Gonçalves. "Potencial económico das jazidas de rochas ornamentais na Zona de Ossa-Morena". In *Estudos sobre a Geologia da Zona de Ossa-Morena. Livro de Homenagem ao Professor Francisco Gonçalves*, ed. por Alexandre Araújo e Manuel Francisco Pereira, 263-282. Évora: Departamento de Geociências da Universidade de Évora, 1997.
- Lopes, Luís, José Carrilho Lopes, João M. Peixoto Cabral, e Panagiotis Sarantopoulos. "Caracterização petrográfica dos monumentos romanos de Évora". *Revista A Cidade de Évora* 4, série II (2000): 129-142.
- Lopes, Luís, e Ruben Martins. "Global heritage stone: Estremoz marbles, Portugal". In *Global Heritage Stone: towards International Recognition of Building and Ornamental Stones*, ed. Dolores Pereira, Brian R. Marker, Sabina Kramar, Barry J. Cooper e Björn E. Schouenborg, 57-74. London: Geological Society of London, special publications, 2015. DOI: 10.1144/SP407.10.
- Mañas, Irene, e Arianna Fusco. "Canteras de Lusitania. Un análisis arqueológico". In *Marmora Hispania: Explotación y Uso de los Materiales Pétreos en la Hispania Romana*, ed. Trinidad Nogales Basarrate e José Béltran Fortes, 481-522. Roma: "L'Erma" di Bretschneider, 2008.

- Matos, João Xavier, José Manuel Piçarra, Zélia Pereira, Rúben Dias, e Sophie Prete-seille. “The Beja public geological trail – geology in the garden”. In *International Congress Arouca 2011: Geotourism in Action*, 59–62. Arouca Geopark, 2011.
- Menningen, Johanna, Siegfried Siegesmund, Luís Lopes, Ruben Martins, e Luís Sousa. “The Estremoz marbles: an updated summary on the geological, mineralogical and rock physical characteristics”. *Environmental Earth Sciences* 77 (2018): 191. DOI: 10.1007/s12665-018-7328-3.
- Morbidelli, Paola, Patrizia Tucci, Claudio Imperatori, Angel Polvorinos, Maria Preite Martinez, Ettore Azzaro, e Maria Jesus Hernandez. “Roman quarries of the Iberian Peninsula: ‘Anasol’ and ‘Anasol’-type”. *Eur. J. Mineral.* 19 (2007): 125–135. DOI: 10.1127/0935-1221/2007/0019-0125.
- Moreira, Noel. “Evolução geodinâmica dos sectores setentrionais da Zona de Ossa-Morena no contexto do Varisco ibérico”. Doutoramento, Universidade de Évora, 2017.
- Moreira, Noel, Alexandre Araújo, Jorge Pedro, e Rui Dias. “Do rifting continental à abertura do Oceano Rheic; evidências de cariz multidisciplinar na Zona de Ossa-Morena”. In *Livro de Actas do IV Congresso Jovens Investigadores em Geociências*, 21–24. Estremoz: LEG, 2014.
- Moreira, Noel, Alexandre Araújo, Jorge Pedro, e Rui Dias. “Evolução geodinâmica da Zona de Ossa-Morena no contexto do SW ibérico durante o ciclo varisco”. *Comunicações Geológicas* 101, especial I (2014): 275–278.
- Moreira, Noel, Rui Dias, Jorge Pedro, e Alexandre Araújo. “Interferência de fases de deformação varisca na estrutura de Torre de Catedral; sector de Alter do Chão-Elvas na Zona de Ossa-Morena”. *Comunicações Geológicas* 101, especial I (2014): 279–282.
- Moreira, Noel, e Rui Dias. “Das estruturas geológicas à edificação de uma cadeia de montanhas; do ciclo das rochas ao ciclo tectónico”. *Geonovas* 28 (2015): 33–45. ISSN 0870-7375.
- Moreira, Noel, Jorge Pedro, José Francisco Santos, Alexandre Araújo, José Romão, Rui Dias, António Ribeiro, Sara Ribeiro, e José Mirão. “ $^{87}\text{Sr}/^{86}\text{Sr}$ ratios discrimination applied to the main Paleozoic carbonate sedimentation in Ossa-Morena Zone”. In *IX Congreso Geológico de España* (vol. especial). *Geo-Temas* 16, n.º 1 (2016): 161–164. ISSN 1576-5172.
- Moreira, Noel, Gil Machado, Rui Dias, Jorge Pedro, e José Romão. “Os episódios carbonatados do Câmbrio Inferior e Devónico Médio da Zona de Ossa-Morena; significado geodinâmico”. In *Livro de Actas do VIII Congresso Jovens Investigadores em Geociências*, 11–22. Estremoz: LEG, 2018.
- Moreira, Noel, Jorge Pedro, José Francisco Santos, Nuno Inês, Alexandre Araújo, Rui Dias, Sara Ribeiro, José Romão, e José Mirão. “Effects of secondary late dolomitization on $^{87}\text{Sr}/^{86}\text{Sr}$ isotopic ratio; examples from Ossa-Morena Zone

- carbonates”. In *Livro de Actas do XIV Congresso de Geoquímica dos Países de Língua Portuguesa, XIX Semana da Geoquímica*, 223–226. Vila Real, 2018.
- Moreira, Noel, e Gil Machado. “Devonian sedimentation in Western Ossa-Morena Zone and its geodynamic significance”. In *The Geology of Iberia: a Geodynamic Approach (volume 2: The Variscan Cycle)*, editado por Cecílio Quesada e José Tomás Oliveira. Berlin: Springer, Regional Geology Review series, *in press*.
- Moreira, Noel, Jorge Pedro, José Francisco Santos, Alexandre Araújo, Rui Dias, Sara Ribeiro, José Romão, e José Mirão. “ $^{87}\text{Sr}/^{86}\text{Sr}$ applied to age discrimination of the Palaeozoic carbonates of the Ossa-Morena Zone (SW Iberia Variscides)”. *International Journal of Earth Sciences (Geol Rundsch)* (2019). DOI: 10.1007/s00531-019-01688-9.
- Mourinha, Nuno, e Noel Moreira. “Património edificado no triângulo do mármore; evidências para a utilização contínua do mármore de Estremoz desde a época medieval à idade contemporânea”. In *Arqueologia 3.0 II. Comunicação, Divulgação e Socialização da Arqueologia*. S.l.: Fundação da Casa de Bragança, 2019, 171–206. ISBN: 978-972-9195-53-2.
- Oliveira, José Tomás, Victor Oliveira, e José Manuel Piçarra. “Traços gerais da evolução tectono-estratigráfica da Zona de Ossa Morena, em Portugal: síntese crítica do estado atual dos conhecimentos”. *Comun. Serv. Geol. Port.* 77 (1991): 3–26.
- Ontiveros, Esther, José Beltrán Fortes, Ruth Taylor, Oliva Rodríguez, e Pedro A. López. “Petrography and elemental geochemistry of the roman quarries of Los Castillejos and Los Covachos (Almadén De La Plata, Seville, Spain). Outcrops and semi-elaborated products”. In *Interdisciplinary Studies on Ancient Stone. Proceedings of the ASMOSIA IX Conference (Tarragona, 2009)*, editado por Anna Gutiérrez García-M., Maria Pilar Lapuente e Isabel Rodà de Llanza, 407–418. Tarragona: Institut Català d’Arqueologia Clàssica, 2012. ISBN: 978-84-939033-8-1.
- Origlia, Francesca, Elizabetta Gliozzo, Marco Meccheri, Jorge E. Spangenberg, Isabella Turbanti Memmi, e Emanuele Papi. “Mineralogical, petrographic and geochemical characterisation of white and coloured Iberian marbles in the context of the provenancing of some artefacts from Thamusia (Kenitra, Morocco)”. *Eur. J. Mineral.* 23 (2011): 857–869. DOI: 10.1127/0935-1221/2011/0023-2145.
- Ouazaa, Neija Laridhi, Lluís Casas, Aureli Álvarez, Boutheina Fouzai, Marta Moreno-Vide, Laurence Vidal, Roudosli Sihem, Corinne Sonzogni, e Daniel Borschneck. “Provenance of marble sculptures from the National Museum of Carthage (Tunisia)”. *Journal of Archaeological Science* 40 (2013): 1602–1610. DOI: 10.1016/j.jas.2012.10.035.
- Passchier, Cees W., e Rodolph A. J. Trouw. *Microtectonics*. Berlin: Springer, 2.^a ed., 2005.
- Pereira, Manuel Francisco, Ana Rita Solá, Martim Chichorro, Luís Lopes, Axel Gerdes, e José Brandão Silva. “North-Gondwana assembly, break up and paleogeography: U–Pb isotope evidence from detrital and igneous zircons of Ediacaran and

- Cambrian rocks of SW Iberia”. *Gondwana Research* 22, n.^{os} 3-4 (2012): 866-881. DOI:10.1016/j.gr.2012.02.010.
- Pérez, Aureli Álvarez, Marc Mayér Olivé, e Isabel Rodà de Llanza. “La aplicación del método de isotopos estables a mármoles explotados en época romana en la mitad sur de la Península Ibérica”. *AEspA* 71 (1998): 103-112.
- Piçarra, José Manuel. “Estudo estratigráfico do sector de Estremoz-Barrancos, Zona de Ossa Morena, Portugal”. Doutoramento, Universidade de Évora, 2000.
- Piçarra, José Manuel, e Jean Le Menn. “Ocorrência de crinoides em mármore do complexo vulcano-sedimentar carbonatado de Estremoz: implicações estratigráficas”. *Comunicações do Instituto Geológico e Mineiro* 80 (1994): 15-25.
- Piçarra, José Manuel, e Graciela Sarmiento. “Problemas de posicionamento estratigráfico dos calcários paleozoicos da Zona de Ossa Morena (Portugal)”. In *Livro de Actas do VII Congresso Nacional de Geologia*, 657-660. Estremoz: s.n.: vol. I, 2006.
- Puelles, Pablo, Benito Ábalos, José Ignacio Gil Ibarguchi, e Sergio Fernández-Armas. “Petrofabric of forsterite marbles and related rocks from a low-pressure metamorphic terrain (Almadén de la Plata massif, Ossa-Morena Zone, SW Spain) and its kinematic interpretation”. *Journal of Structural Geology* 117 (2018): 58-80. DOI: 10.1016/j.jsg.2018.09.006.
- Quintas, Armando. “Técnicas e tecnologias ligadas ao mármore: uma viagem pela história”, coord. Daniel Alves, *Mármore, Património para o Alentejo: Contributos para a Sua História (1850-1986)*. Vila Viçosa, Talentirazão, 2015, 129-159. ISBN 978-989-99164-1-8.
- Ribeiro, António, Miguel Telles Antunes, Martim Portugal Ferreira, Rogério Bordalo Rocha, António Ferreira Soares, Georges Zbyszewski, Fernando Moitinho de Almeida, Delfim de Carvalho, e José Hipólito Monteiro. *Introduction à la Géologie Générale du Portugal*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal, 1979.
- Ribeiro, António, José Munhá, Rui Dias, António Mateus, Eurico Pereira, Luísa Ribeiro, Paulo Emanuel Fonseca, Alexandre Araújo, José Tomás Oliveira, José Romão, Hélder Chaminé, Carlos Coke, e Jorge Pedro. “Geodynamic evolution of SW Europe Variscides”. *Tectonics* 26, TC6009 (2007). DOI: 10.1029/2006TC002058.
- Robardet, Michel, e Juan C. Gutiérrez-Marco. “Passive margin phase (Ordovician-Silurian-Devonian)”. In *Pre-Mesozoic Geology of Iberia*, ed. Robert David Dallmeyer e Enrique Martínez García, 249-251. Berlin: Springer-Verlag, 1990.
- Robardet, Michel, e Juan C. Gutiérrez-Marco. “The Ordovician, Silurian and Devonian sedimentary rocks of the Ossa-Morena Zone (SW Iberian Peninsula, Spain)”. *J. Iber. Geol.* 30 (2004): 73-92.
- Rosas, Filipe, Fernando Ornelas Marques, Michel Ballèvre, Colombo Tassinari. “Geodynamic evolution of the SW Variscides: orogenic collapse shown by new tectonometamorphic and isotopic data from western Ossa-Morena Zone, SW Iberia” *Tectonics* 27, TC6008 (2008). DOI:10.1029/2008TC002333.

- Russell, Ben. *Gazetteer of Stone Quarries in the Roman World*. Oxford Roman Economy Project, version 1.0, 2013. <http://www.romaneconomy.ox.ac.uk/> (consultado a 19 de Abril de 2019).
- Sánchez-García, Teresa, Félix Bellido, Manuel Francisco Pereira, Martim Chichorro, Cecílio Quesada, Christian Pin, e José Brandão Silva. "Rift-related volcanism predating the birth of the Rheic Ocean (Ossa-Morena Zone, SW Iberia)". *Gondwana Research* 17 (2010): 392-407. DOI: 10.1016/j.gr.2009.10.005.
- Soares, Alexis, Noel Moreira, Luís Pereira, Vânia Silva, e Rui Dias. "Porque estão os castelos onde estão? O exemplo do Castelo de Estremoz". In *Livro de Resumos do VII Encontro AFI – Aprendizagem em Ambiente Formal e Informal | XIII Encontro de Professores*, 155-158. Redondo: Universidade de Aveiro e PmatE, 2012.
- Taelman, Devi, Marlina Elburg, Ingrid Smet, Paul De Paepe, Luís Lopes, Frank Vanhaecke, e Frank Vermeulen. "Roman marble from Lusitania: petrographic and geochemical characterization". *Journal of Archaeological Science* 40 (2013): 2227-2236. DOI: 10.1016/j.jas.2012.12.030.
- Tucci, Patricia, Giovanna Marrese, Angel Polvorinos, e Ettore Azzaro. "Italica (Seville, Spain): use of local marble in Augustan age". *Period. Mineral. special issue* (2010): 113-129. DOI: 10.2451/2010PM0025.

A exploração romana do mármore no anticlinal
de Estremoz: extração, consumo e organização

.....

ANDRÉ CARNEIRO¹

¹ Departamento de História da Universidade de Évora; ampc@uevora.pt.

L'Exploration romaine du marbre dans l'anticlinal d'Estremoz: extraction, consommation et organisation

RÉSUMÉ: Nous présentons les premiers résultats du projet de recherche sur l'exploration du marbre dans l'anticlinal d'Estremoz à l'époque romaine. Nous réalisons un premier bilan sur le panoramique de la recherche, en soulignant que les deux dernières décennies ont apporté un renouvellement complet des perspectives traditionnelles, bien que les travaux récents continuent à porter surtout sur les *points de réception*, manquant encore des études sur les *zones d'extraction*, une situation que le projet en cours veut commencer à contrarier. Nous analysons ensuite quelques problématiques sur l'exploration du marbre dans la région de l'anticlinal, en particulier dans les questions se rapportant à la gestion et supervision des travaux, démontrant indiscutable l'intérêt que la maison impériale lui a consacré, à partir de l'action de Lucius Fulcinius Trio, légat de l'empereur Tibère, dans la promotion de grands programmes de construction à Augusta Emerita et dans la promotion d'actions de conciliation dans la région. L'importance du marbre comme produit économique et symbole de prestige est aussi discutée.

En suivant l'axe de la recherche, nous analysons les évidences d'exploration encore conservées dans la région, ainsi que les sites archéologiques qui se sont consacrés possiblement à l'extraction et les premiers travaux. La relation avec les voies et avec le réseau restant de peuplement est analysée aussi, en cherchant à entendre le mode par lequel le système économique local s'est organisé en fonction de l'exploitation et dans les autres valences du territoire.

Dans cette perspective, nous cherchons aussi à valoriser le mode dont tout au long de la diachronie les productions de marbre dans l'anticlinal ont été entendues en tant que produit d'exception employé dans les constructions les plus diverses et par les pouvoirs les plus diversifiés, que ce soit dans le domaine public, privé ou, à partir de la fin de l'Empire, au travers de l'action de l'Eglise.

The Roman marble exploration at the Estremoz anticline: extraction, consumption and organization

ABSTRACT: We present the first results of the research project on the exploration of marble in the Estremoz anticline during Roman times. An initial assessment of the research landscape is carried out, emphasizing that the two decades have brought a total renewal of traditional perspectives, although recent work continues to be mainly about *reception points*, with a lack of studies on *extraction areas*, something that this study attempts to address. After this, we analyse some problems regarding the exploitation of marble in the anticline region, especially in the matters related to the management and supervision of the works, and the undisputed interest that the imperial house dedicated, starting from the action of Lucius Fulcinus Trio, a legate of emperor Tiberius, to the promotion of major construction programs in Augusta Emerita and the promotion of conciliatory actions in the region. The importance of marble as an economic product and symbol of prestige is also discussed.

Following the axis of research, we analyse the preserved evidences of exploration in the region, as well as the archaeological sites that were possibly dedicated to extraction and used as primary worksites. We also analyse their relation with the roads and the rest of the settlement networks, while trying to understand how the local economic system was organised in function of the exploration and other territorial advantages.

In this perspective, we have also tried to value the way the marble productions of the anticline were understood as an exceptional product over the years, and employed in diverse constructions by different powers that be, be it public, private or, from the end of the Empire, through the action of the Church.

La exploración romana del mármol en el anticlinal de Estremoz: extracción, consumo y organización

RESUMEN: Se presentan los primeros resultados del proyecto de investigación sobre la exploración del mármol en anticlinal de Estremoz en época romana. Se realiza un primer balance sobre la panorámica de la investigación, realizándose que las dos décadas trajeron una total renovación de las perspectivas tradicionales, aunque los trabajos recientes continúen a ser sobre todo entre los *puntos de recepción*, faltando estudios sobre las *zonas de extracción*, situación que el presente proyecto pretende comenzar a contrariar. En seguida, se analizan algunas problemáticas sobre la exploración del mármol en la región del anticlinal, en especial en las cuestiones relacionadas con la gestión y supervisión de los trabajos, pareciendo ser indiscutible el interés que la casa imperial dedicó, a partir de la acción de Lucius Fulcinius Trio, legado del emperador Tiberio, en la promoción de grandes programas constructivos en Augusta Emerita y en la promoción de acciones conciliadoras en la región. La importancia del mármol como producto económico y símbolo de prestigio es también discutida.

Siguiendo el eje de la investigación, se analizan las evidencias de exploración aun conservadas en la región, bien como los sitios arqueológicos que posiblemente se dedicaron a la extracción y primeros trabajos. La relación con las vías y con la restante red de poblamiento es también analizada, buscando entender el modo como el sistema económico local se organizó en función de la exploración y de los otros valores del territorio.

En esa perspectiva, también se busca valorizar el modo como a lo largo de la diacronía las producciones marmolerías del anticlinal fueron entendidas también en producto de excepción empleo en las más diversas construcciones y por los más diversos poderes, sea en el ámbito público, privado o, a partir del final del Imperio, a través de la acción de la Iglesia.

1. PORQUE ERA O MÁRMORE IMPORTANTE?

O interesse pelo mármore é herdado: Roma adquire o fascínio que a cultura grega sentira por esta matéria-prima. As razões são naturais: o brilho imanente, a facilidade na modelação, a diversidade cromática, mas também a resistência ao tempo. Este aspeto era fundamental, pois as matérias-primas da península helénica, demasiado porosas e friáveis, não tinham esta qualidade. Note-se o exemplo de dois templos construídos ao mesmo tempo, sob o mesmo supervisor: Ictino (com Calícrates) foi o responsável pela construção do emblemático Pártenon de Atenas, ainda hoje o símbolo máximo da capital grega, mas em simultâneo projetou o templo de Apolo Epicúrio em Bassae, nas montanhas da Acádia. Esta construção empregou os calcários cinzentos da envolvente e foi no seu tempo emblemático, por ter sido uma das primeiras obras que utilizou o estilo coríntio. Todavia, jaz hoje em ruínas, um amontado informe de pedras, desmontado e desgastado pela erosão natural do tempo.

Por este motivo, o Império Romano, uma construção sociopolítica que os próprios julgavam que iria ser eterna, fez do mármore um elemento do mais elevado valor simbólico. Pela perenidade do material, mas também pelo seu valor cosmocrático, pois existem jazidas de pedras ornamentais em vários pontos do Império: por este motivo, Augusto irá mandar pavimentar o *forum augustum* da capital com mármore de todas as proveniências, evidenciando o papel da capital imperial enquanto *Roma caput orbis Terrarum* e o seu próprio papel como *principes* de uma *aurea aetas* na qual o globo está pacificado e o imperador controla os recursos disponíveis em qualquer parte.

A Igreja manteve o mármore como um elemento central no modo como transmitia sensações de maravilhamento, fundamentais para o culto. Gregório de Tours (538-594), uma das figuras essenciais na afirmação

da Igreja no conturbado mundo pós-Imperial da Gália e grande promotor edilício de novos templos, escreveu: “The fear of God is in it and a great brightness is seen, and in the spring a very pleasant fragrance as if of spices is perceived there by the devout. It has near the altar walls of variegated work adorned with many kinds of marble”².

Pelo texto se percebe claramente como se procurava uma multissensorialidade – os odores do incenso, o brilho da luz refletida nos mosaicos, nas pinturas ou nos mármore, além dos sons trazidos pelos cantos – que pretendia embalar o crente, conduzindo-o a um outro nível de consciência. E, nesse sentido, o mármore é fundamental, pois no seu brilho intrínseco e na sua pureza simboliza o desejado *Caelum in Terrae*.

2. UM OLHAR GLOBAL SOBRE A PANORÂMICA DA INVESTIGAÇÃO

O mármore de Estremoz/Vila Viçosa ainda não ocupa o lugar merecido na investigação sobre os recursos pétreos mais relevantes em época romana. A título de exemplo, veja-se que o insubstituível manual de referência sobre a construção em época romana escrito por Jean-Pierre Adam não menciona os mármore do anticlinal – nem qualquer produção hispânica – entre os “most frequently exploited rocks that were highly valued”³.

Apesar de nas últimas décadas o interesse ter aumentado, com um sustentado acréscimo no número de referências, podemos considerar que esse olhar tem sido lançado a partir do exterior, porque alguns investigadores identificaram produções do anticlinal em pontos de receção (cidades romanas ou residências rurais), no âmbito dos chamados estudos distributivos. Ora, este reconhecimento depende da compreensão dos investigadores: se estes estão familiarizados com os mármore estremocenses e calipolenses, então são identificados e mencionados como tal; se, pelo contrário, nunca com eles contactaram, os mármore são considerados como de outras proveniências (a atribuição errada a Luni-Carrara é um clássico, dadas as semelhanças globais).

Portanto, apesar do interesse exterior, continuamos a verificar que o mármore do anticlinal é, em grande parte, ignorado ou não reconhecido como sendo proveniente desta região. Apesar da visita ao anticlinal de vários investigadores, que colhem amostras e as levam para os laboratórios de referência de modo a permitir futuras identificações, muitos colegas

² Gregório de Tours (538–594), *History* 2.16, trad. P. Halsall.

³ Adam, Jean-Pierre. *Roman Building. Materials and Techniques*. London, New York: Routledge, 2005, 22.

não conhecem *in loco* a variedade de tipos e formas pétreas⁴. Embora, nos últimos anos, a generalização de análises arqueométricas tenha começado a colmatar estas lacunas, estes estudos são ainda escassos e, sobretudo, não permitem documentar produções mal recenseadas. Mas esta circunstância deriva também de uma outra realidade: nunca se verificou uma investigação séria, sustentada e empenhada, que permita caracterizar e divulgar as zonas de produção marmórea em época romana no anticlinal de Estremoz e Vila Viçosa.

Podemos invocar um outro exemplo paradigmático, mais próprio da investigação portuguesa e lusitana (aqui entendida no sentido da província romana). Para o grande público, o estudo de maior difusão continua a ser a apresentação feita por Fernando Real em "A Mineração Romana: Exploração de Materiais não Metálicos", em catálogo de uma exposição promovida pelo Museu Nacional de Arqueologia em 1997⁵. Esse trabalho apresenta seis páginas, das quais duas são mapas, e é complementado por um *case study* relativo ao estudo de Pierre André sobre o consumo de mármore na *villa* de Torre de Palma (mais três páginas). No trabalho de Fernando Real, o mármore não é individualizado, estando incluído no âmbito dos "minerais e rochas", que inclui todos os materiais pétreos no sentido mais lato do termo. Se compararmos o peso específico deste capítulo com os relativos a outras fontes de exploração, verificamos que "a água" ocupa 13 páginas, resultantes de uma monografia publicada poucos anos antes pelos autores⁶, sendo complementada com outro *case study* de 2 páginas; "os recursos marinhos" beneficiam de 24 páginas, com mais 7 de estudos específicos; "os metais" contam com 11 páginas; e "a tecnologia agrária romana" tem 12 páginas, acrescendo outros *case studies* com 7 páginas. Percebe-se, portanto, o peso específico dos mármore na investigação portuguesa.

Podemos considerar que se trata de um caso particular, não extrapolável, mas, na realidade, corresponde a uma tendência da investigação. O mármore do anticlinal – e, note-se, também outras produções de pedras ornamentais do território português, no sentido mais amplo do termo latino *marmor*, que se referia a esta larga aceção – não mereceu da investigação uma análise atenta que permitisse recensear:

⁴ Ver Moreira, Noel e Luís Lopes, neste volume.

⁵ Real, Fernando C. S. "A mineração romana: exploração de materiais não metálicos". In *Portugal Romano: a Exploração dos Recursos Naturais*, ed. Adília Alarcão, 77–82. Lisboa: Instituto Português dos Museus, 1997.

⁶ Quintela, Armando, José Luís Cardoso, e José Manuel Mascarenhas. *Aproveitamentos Hidráulicos Romanos a Sul do Tejo: Contribuição para a Sua Inventariação e Caracterização*. Lisboa: Ministério do Plano e da Administração do Território, 1986.

- locais de extração;
- áreas de apoio à laboração;
- infraestruturas de trabalho;
- espaços de vida e de morte;
- canais de escoamento do produto.

Ou seja, os resultados da investigação têm estado mais centrados nos pontos de receção do que nas áreas de produção. E este facto comporta substanciais dificuldades à análise, na medida em que muitas produções não são reconhecidas como de Estremoz, porque a cartografia do anticlinal não está realizada.

Tomemos o estudo pioneiro de Jorge de Alarcão⁷ sobre a cidade de Conímbriga, onde se analisa com detalhe a arquitetura e edificação da *urbs*. Pela primeira vez para um sítio arqueológico do território português, documentava-se o extenso aprovisionamento que o projeto de construção urbano implicava, bem como a amplitude das redes de abastecimento das pedras necessárias à construção e, sobretudo, à ornamentação dos espaços públicos e privados. Tornava-se assim evidente que, mesmo para um território tradicionalmente considerado periférico como a fachada atlântica, e para um aglomerado urbano de menor importância como a *urbs* conimbrigense, se emulavam os princípios e comportamentos patentes na própria metrópole, visto que em Roma os circuitos de fornecimento traçavam rotas provenientes de todo o território imperial⁸. Em toda a cidade, documentou-se uma relevante utilização do mármore de Estremoz/Vila Viçosa nos ornatos mais nobres da arquitetura pública, o que na altura constituiu uma absoluta novidade, pois não se havia considerado que o circuito de distribuição estivesse orientado para a região central do atual território português.

Apesar do valor informativo que a publicação de Conímbriga trouxe para o panorama da investigação, verifica-se que não houve um acréscido interesse pelas fontes de extração. Este facto fez com que, de modo paradoxal, o estudo do mármore do anticlinal decorresse mais a partir dos locais de descarga e uso do que da zona de origem. Tal premissa provocou duas consequências profundamente danosas para a investigação:

- por não se ter realizado trabalho de terreno que permitisse documentar as pedreiras romanas, verificou-se que estas foram

⁷ Alarcão, Jorge de, e Robert Étienne. *L'Architecture. Fouilles de Conimbriga I*. Paris: Diffusion E. de Boccard, 1977.

⁸ Pensabene, Patrizio. *I Marmi nella Roma Antica*. Roma: Carocci, 2013.

destruídas sem qualquer acompanhamento arqueológico, a partir do *boom* de exploração registado nos inícios da década de 80. Salvou-se um único exemplo, documentado pelos vestígios de exploração romanos na pedreira de Vigária (Vila Viçosa)⁹;

- tão ou mais relevante do que a anterior: criou-se a *invisibilidade* da presença de mármore do anticlinal nos locais de receção. Ou seja, como a origem dos tipos marmóreos não era documentada, o Mármore de Estremoz era geralmente atribuído a outras proveniências (Luni-Carrara com mais frequência, como foi referido anteriormente).

Por estes motivos, o reconhecimento do mármore de Estremoz como elemento relevante nos circuitos económicos do Império foi sempre secundarizado, ou mesmo completamente ignorado. Em várias obras de análise das produções económicas na Lusitania romana, o mármore não surge mencionado, ficando *na sombra* de produtos que, indiscutivelmente, tiveram relevância, como a mineração do ouro, as produções de preparados piscícolas ou de vinho e azeite, mas que não devem obscurecer o real peso económico do mármore na sua época.

Esta situação deriva também de um outro facto a montante da investigação atual: o mármore e as produções pétreas são completamente silenciados nas fontes, não existindo qualquer referência literária antiga. Apenas Plínio, o Velho¹⁰ menciona cristal (de rocha?) de grandes dimensões e gemas de *chrysoliton* (crisólito) na “Serra de Ammaia”. A referência pliniana é indireta, a partir do livro perdido do lusitano Lucius Cornelius Bocchus, individualidade que voltaremos a encontrar mais adiante no presente texto. Todavia, sobre o bem mais famoso mármore do anticlinal, não encontramos nem uma linha escrita.

Em resumo, e apesar da atenção dedicada por Jorge de Alarcão, concedendo-lhe destaque em obras de síntese e de grande divulgação¹¹, o mármore não foi objeto de um estudo continuado.

⁹ Veja-se a fotografia que documenta a vista geral da exploração em 1976 em Real. “A mineração romana: exploração de materiais não metálicos”, 82. É deste local que provêm os testemunhos de exploração romana exibidos junto à entrada do Museu de Arqueologia da Fundação da Casa de Bragança, em Vila Viçosa, além dos indicadores referidos por Jorge de Alarcão em *Roman Portugal*. Londres: Warminster & Phillips, 1988, 6-244: “fragmento de *terra sigillata* galo-romana com marca GEMINV e um fragmento de cerâmica de paredes finas pré-flaviana”. O único artigo sobre uma pedreira romana no anticlinal é o de Alarcão, Jorge de, e António Tavares. “A roman marble quarry in Portugal”. In *Studia Pompeiana and Classic in Honor of Wilhelmina F. Jashemski*, editado por Robert I. Curtis, 1-12. New Rochelle, New York: A. D. Caratzas, 1989.

¹⁰ *História Natural*, XXXVII, 24.

¹¹ Em especial, Alarcão, Jorge de. *O Domínio Romano em Portugal*. Mem-Martins: Europa-América, 1988, 135-137.

Em parte, a reversão da perspetiva foi possibilitada pela intensificação dos estudos arqueométricos aplicados à análise de proveniências. É certo que as produções do anticlinal levantam várias problemáticas do ponto de vista metodológico, visto que a sua constituição geológica (física e química) tem muitas semelhanças com as produções da zona de Almadén de la Plata (Sevilla)¹². Apesar das limitações que levam a que todos os resultados devam ser olhados com muita cautela, verifica-se que o mapeamento tem avançado a bom ritmo, permitindo determinar elementos previstos¹³ mas, sobretudo, trazendo à luz rotas e circuitos até agora insuspeitos, que em muito aumentam a cartografia de circulação destes materiais¹⁴. Estes novos dados permitem, não apenas alargar a escala dos circuitos de abastecimento, mas, em simultâneo, perceber que a extração de mármore se amplia substancialmente no tempo, mantendo-se com plena dinâmica durante os séculos IV e V e mesmo durante os seguintes.

Note-se, contudo, que o recente avanço dos estudos arqueométricos – que não cabe aqui discutir em pormenor – trouxe significativos motivos de debate, mas não resolve outras problemáticas metodológicas. Um dos feixes de análise que interessava descobrir centra-se na aplicação de leituras petrográficas aos materiais epigráficos, conforme foi já notado de modo certo por Javier Andreu Pintado¹⁵. Quer nos materiais de cariz público – cuja análise poderia trazer numerosas informações sobre as encomendas promovidas pelas entidades estatais – quer no âmbito privado, a aplicação de metodologias rigorosas aos suportes epigráficos – cuja determinação é geralmente macroscópica, ou muitas vezes não é assinalada – permitiria ultrapassar vários pontos difusos da investigação.

¹² Sobre estas questões e para uma panorâmica geral da investigação, veja-se Taylor, Ruth. “Las canteras romanas de Almadén de la Plata (Sevilla, España): un análisis arqueológico”. Doutoramento, Universidad de Sevilla, 2017.

¹³ O caso dos elementos marmóreos no templo de Évora: Lopes, Luís, João Carrilho Lopes, João Peixoto Cabral, e Panagiotis Sarantopoulos. “Caracterização petrográfica dos monumentos romanos de Évora”. *A Cidade de Évora* 4, série II (2000): 129–140.

¹⁴ É o caso dos inovadores e incontornáveis estudos analíticos promovidos por Sergio Vidal Alvarez sobre os sarcófagos tardoantigos do centro/norte da Hispania guardados no Museo Arqueológico Nacional, e que adiante serão analisados como casos de estudo. Veja-se, em particular, Vidal, Sergio. “Análisis arqueométricos del sarcófago de Pueblanueva (Toledo) y estudio de cinco fragmentos de sarcófago procedentes de Pueblanueva en las colecciones del Museo Arqueológico Nacional”. *Boletín del Museo Arqueológico Nacional* 34 (2016): 195–210. Para outras metodologias de análise, veja-se Vidal, Sergio, e Virginia García-Entero. “The use of Estremoz marble in Late Antique sculpture of Hispania: new data from the petrographic and cathodoluminescence analyses”. In *Interdisciplinary Studies on Ancient Stone. ASMOSIA X: Proceedings of the Tenth International Conference of ASMOSIA, Association for the Study of Marble and Other Stones in Antiquity, Rome, 21–26 May 2012*, ed. Patrizio Pensabene e Eleonora Gasparini, 413–420. Roma: “L’Erma” di Bretschneider, 2015.

¹⁵ Andreu Pintado, Javier. “Los marmora de Lusitania: su uso como soporte epigráfico”. In *El Marmor en Hispania: Explotación, Uso y Difusión en Época Romana*, ed. Virginia García-Entero, 315–330. Madrid: UNED, 2012.

Todavia, os avanços na investigação realizados nos últimos anos trouxeram importantes temas novos para o debate e para a percepção da real importância das produções do anticlinal estremocense e sua difusão à escala da Hispania e também do Império. Comprova-se que os circuitos de abastecimento eram muito direcionados: por exemplo, as produções das pedreiras do Sul, situadas na Betica, abastecia preferencialmente os âmbitos regionais da província, bem como as áreas levantinas (nomeadamente Cartago Nova), e as pedreiras da costa mediterrânica da Tarraconense também alimentavam os programas em curso no território envolvente, quer em cidades como Tarraco ou Barcino, quer nos sítios privados da região nor-oriental da Hispania. No entanto, as grandes novidades recentes demonstram que os circuitos de mármore de Estremoz/Vila Viçosa são mais amplos do que o esperado, entrando mesmo nos outros circuitos provinciais.

Veja-se, por exemplo, a presença recensada em Caesaraugusta, a atual Zaragoza¹⁶, bem no interior da Península Ibérica, em zona onde existem vários recursos autóctones, mas na qual o mármore estremocense atingiu parâmetros de grande realce, dada a utilização em elementos de aparato. A identificação de um busto atribuído a Tibério (embora com interrogações) levantou importantes questões sobre o aprovisionamento do mármore de Estremoz aos circuitos das cidades interiores.

Mas mais surpreendente talvez seja a chegada ao Norte de África, até pelo facto de competir diretamente com os recursos locais de uma região bem fornecida neste aspeto¹⁷, dada a grande diversidade de pedras ornamentais que se podiam encontrar na região. Nestes casos, a proveniência de Estremoz está assegurada por estudos arqueométricos que permitiram determinar que um pedestal e um revestimento parietal em mármore rosa são originários da área de Vila Viçosa. Falta realizar uma investigação sistemática que permita ampliar o leque de conhecimentos, pois seguramente que estas peças não viajaram isoladas, fazendo parte de cargas mais amplas, que estarão por identificar.

¹⁶ Nogales, Trinidad, Pilar Lapuente, e Isabel Rodà, "Dos nuevos retratos de Caesar Augusta". *Iconographie du Quotidien dans l'Art Provincial Romain: Modèles Régionaux*, Actes XIV Colloque International sur l'Art Provincial Romain. June 2015, Dijon, France. 261-270. 44.ème supplément à la Revue Archéologique de l'Est, Dijon: Rae, 2017.

¹⁷ Antonelli, Fabrizio, Pilar Lapuente, David Dessandier, e S. Kamel. "Petrographic characterization and provenance determination of the crystalline marbles used in the Roman city of Banasa (Morocco): new data on the import of Iberian marble in roman North Africa". *Archaeometry* 57, n.º 3 (2015): 405-425. O artigo remete para outros casos de estudo identificados na região onde o mármore de Estremoz também se encontra presente, como Volubilis.

Quanto ao centro da Hispania, trabalhos recentes vêm demonstrando a insuspeita quantidade de abastecimentos para programas públicos e privados, o que merece uma referência especial, dada a quantidade de casos que têm sido recenseados.

Efetivamente, ao contrário do que se supunha, as pedreiras de Estremoz não decaem na sua escala de produção com o passar dos séculos. Tradicionalmente, via-se a chegada do século III como sinónimo da reorientação produtiva na extração do mármore do anticlinal, o que se relacionava com duas causas: por um lado, a menor escala dos programas de edificação pública, que levava a uma menor *apetência* pela utilização de mármore novo, predominando o fenómeno de *spolia*, ou seja, a reutilização de mármore previamente disponíveis nos locais de abastecimento. Reciclando estes materiais presentes nos monumentos ao abandono não havia a necessidade de obtenção de mármore recém-extraídos. Por outro lado, encarava-se o progressivo domínio do mercado dos mármore norte-africanos e das áreas do Mediterrâneo Oriental (nomeadamente, as célebres oficinas de Afrodísias) como os causadores da progressiva minguagem de exploração do anticlinal, pois tratava-se de produções de maior escala e menores custos, apesar de transportados a maior distância.

Nos últimos anos, a cartografia das produções marmóreas do anticlinal que estão presentes no centro da Hispania alterou de modo significativo esta visão. A ampla difusão do mármore de Estremoz como integrante de fastosos programas decorativos em sítios de âmbito privado – as *villae* – foi demonstrada de modo inequívoco, pois os encomendantes das obras em curso recorrem a este mármore. Duas das mais monumentais *villae* do interior peninsular recebem abastecimentos estremocenses, conforme ficou documentado em Carranque (Toledo)¹⁸ e, mais recentemente, na villa de Noheda (Cuenca)¹⁹. Neste último local, a atribuição ao anticlinal é proposta a partir de dois achados de áreas separadas, sendo um proveniente da monumental sala triabsidada e outro do edifício termal. Esta situação demonstra a escala de aprovisionamento de que o sítio beneficiou, na medida em que ajudou a garantir todo o extenso programa decorativo de

¹⁸ García-Entero, Virgínia, e Sérgio Vidal. “El uso del marmor en el yacimiento de Carranque (Toledo)”. In *El Marmor en Hispania: Explotación, Uso y Difusión en Época Romana*, editado por Virgínia García-Entero, 135-153. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2012.

¹⁹ Valero, Miguel Angel, Anna Gutiérrez García-Moreno, e Isabel Rodà. “First preliminary results on the marmora of the Late Roman villa of Noheda (Cuenca, Spain)”. In *Interdisciplinary Studies on Ancient Stone. ASMOSIA X: Proceedings of the Tenth International Conference of ASMOSIA, Association for the Study of Marble and Other Stones in Antiquity, Rome, 21-26 May 2012*, editado por Patrizio Pensabene e Eleonora Gasparini, 393-401. Roma: “L’Erma” di Bretschneider, 2015.

dois edifícios em simultâneo. Note-se ainda que na *villa* de Las Pizarras (Coca, Segovia), identificada com a Cauca de Teodósio, o mármore de Estremoz se encontra em *crustae*, que no século IV guarnecem revestimentos parietais da *villa* áulica²⁰.

Ou seja, em *villae* de referência, nos maiores programas edilícios privados dos séculos III e IV, o mármore do anticlinal estremocense encontra-se representado em quantidades apreciáveis, como elemento de exceção e prestígio.

Estes exemplos, assim como outros em curso de investigação, demonstram como o mármore de Estremoz foi um elemento preferencial nos programas iconográficos e decorativos nas sumptuosas edificações privadas dos séculos III e IV na Hispania. Para os aglomerados urbanos, alguns indicadores soltos existem também, embora necessitem de melhor contextualização, quer no que se refere aos contextos arqueológicos de proveniência, quer aos dados arqueométricos de precisão.

O grande campo de novidades provém, contudo, da sistemática reavaliação da produção de sarcófagos e de escultura funerária. Os trabalhos desenvolvidos por Sérgio Vidal-Alvarez e Virgínia García-Entero têm provocado um notável fluxo de novos dados, que permite perceber a função central que o anticlinal de Estremoz desempenhou no abastecimento das encomendas relativas aos sarcófagos em mármore. As análises começaram com o emblemático sarcófago do Mausoléu de Pueblanueva (Toledo), identificado no século XIX, com a representação de Cristo entronizado flanqueado pelos seus apóstolos. A excecional qualidade da figuração levou, durante muito tempo, à sua filiação em oficinas orientais ou ravenaicas, até as análises laboratoriais terem confirmado que se trata de um bloco extraído no anticlinal estremocense²¹. Da mesma forma,

²⁰ Pérez, Cesareo, Olivia Reyes, Isabel Rodà, Aureli Àlvarez, Anna Gutiérrez García-Moreno, Anna Domènech, e Hernando Royo. "Use of marmora in the ornamental program of Las Pizarras Roman site (ancient Cauca, Segovia, Spain)". In *Interdisciplinary Studies on Ancient Stone. Proceedings of the IX ASMOSIA Conference (Tarragona 2009)*, editado por Anna Gutiérrez García-Moreno, Pilar Lapuente e Isabel Rodà, 413-420. Tarragona: Institut Català d'Arqueologia Clàssica, 2012.

²¹ Vidal, Sérgio, e Virgínia García-Entero. "The use of Estremoz marble in Late Antique sculpture of Hispania: new data from the petrographic and cathodoluminescence analyses". In *Interdisciplinary Studies on Ancient Stone. ASMOSIA X: Proceedings of the Tenth International Conference of ASMOSIA, Association for the Study of Marble and Other Stones in Antiquity, Rome, 21-26 May 2012*, editado por Patrizio Pensabene e Eleonora Gasparini, 413-420 (414-415). Roma: "L'Erma" di Bretschneider, 2015. Ver também Vidal, Sérgio. "Los sarcófagos tardoantiguos de Hispania: nuevos datos a partir de los análisis arqueométricos de los sarcófagos del Museo Arqueológico Nacional". In *Escultura Romana en Hispania VIII. Homenaje a Luis Baena del Alcázar*, editado por Carlos Márquez e David Ojeda, 143-161. Córdoba: UCOPress, 2018, 152-153.

também o notável sarcófago representando o ciclo de Jonas, proveniente de Carranque, foi confirmado como sendo atribuído a Estremoz²².

A cartografia, contudo, está a aumentar de forma constante, à medida que se realizam novos estudos de proveniência. É o caso da situação recentemente comprovada para o sarcófago de Tui (Pontevedra)²³, com o mármore de veios rosa a ser confirmado como sendo proveniente do anticlinal de Estremoz. E o emblemático sarcófago de Ithacius da catedral de Oviedo amplia a distribuição até à fachada norte da Hispania, sendo que neste caso a datação proposta atinge o século V²⁴, tornando este fluxo de novos dados ainda mais surpreendente e pleno de conteúdos.

O que significam estes dados? Em primeiro lugar, confirmam a posição excecional que as produções do anticlinal detêm, visto que a qualidade do mármore é apreciada de forma constante desde o século I até ao final do Império, quer em programas de ornamentação públicos, quer privados. Em segundo lugar, mas de modo igualmente relevante, confirma-se que a distribuição do mármore de Estremoz atinge mercados distantes na península, mas dominando, em especial (e de forma constante ao longo do tempo), os mercados de toda a fachada atlântica, do centro e do norte, onde é avaliado como a rocha ornamental por excelência, sobrepujando as produções locais. E, finalmente (e como será retomado adiante), a extração de mármore de Estremoz confirma-se como uma atividade relevante ao longo da diacronia, ao contrário da tese tradicional que propunha que, a partir dos séculos II e III, entrava em declínio e era ultrapassada por outros mármore mais competitivos. Verifica-se assim que, seja para a produção de estatuária, seja para a utilização de blocos, enquanto revestimento parietal ou de pavimentos ou, em fase tardia, como suporte de sarcófagos ricamente decorados, o mármore de Estremoz foi a pedra ornamental por excelência, como tal valorizado pelos encomendantes que desejavam associar uma pedra de exceção às suas construções.

*

Em termos globais, a investigação sobre os mármore do anticlinal tem ainda muitos pontos em aberto, relacionados sobretudo com a perceção do modo como se organizava a escala da produção e o que esta implicava em

²² Vidal e García-Entero. "The use of Estremoz marble in Late Antique sculpture of Hispania [...]", 415-416.

²³ González Soutelo, Sónia, Anna Gutiérrez-García-Moreno, e Hernado Royo Plumed. "El sarcófago romano de Tui (Pontevedra): un ejemplo de la presencia de material marmóreo foráneo en el noroeste de la Península Ibérica". *SPAL* 27, n.º 2 (2018): 229-246.

²⁴ Vidal e García-Entero. "The use of Estremoz marble in Late Antique sculpture of Hispania [...]", 416-417.

todas as suas dimensões. Este âmbito de análise implica que se tomem em consideração, de forma simultânea, as evidências de terreno (não apenas as diretas, como a extração nas pedreiras, mas também a compreensão da rede de povoamento em volta) e também a análise dos volumes e modos de receção nos locais de uso. Ou seja, refiro-me em concreto à possibilidade de perceção que podemos obter sobre a influência socioeconómica da extração do mármore como *fator de aceleração* e intensificação do sistema de povoamento na região. Por exemplo, em 1990, Jorge de Alarcão lançava a pista para uma investigação que não foi iniciada: “Na área de Estremoz, Vila Viçosa e Alandroal, a exploração de mármore poderá ter constituído, se não a base essencial da economia de certas *villae*, pelo menos uma fonte importante de rendimento de alguns particulares”²⁵. De que forma, portanto, a exploração de mármore criou *bolsas de riqueza*, com reflexos na subida dos índices de conforto das comunidades locais, e como é que tal se reflete, quer na cultura material, quer na expressão arquitetónica dos sítios?

A outra escala, é também necessário atentar na capacidade de Augusta Emerita se assumir como uma entidade gestora e coordenadora da exploração e/ou como ponto de articulação dos produtos na fase de escoamento; e, em última instância, olhando a uma escala mais ampla, na compreensão do verdadeiro *peso específico* do mármore como elemento de afirmação da Lusitania, enquanto centro distribuidor para o restante Império. Ou seja, a perceção das diversas escalas de produção que o mármore conseguiu enquanto elemento emblemático de um território é uma questão que permanece, na sua essência, em aberto, apesar dos vários contributos recentes²⁶.

3. ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

3.1. A infraestrutura territorial: logística e planeamento

A exploração dos recursos pétreos colocava um conjunto de problemas logísticos, que eram encarados de forma ampla à escala territorial. Se a

²⁵ Alarcão, Jorge de. “A produção e a circulação dos produtos”. In *Nova História de Portugal*, ed. Joel Serrão e António Henrique de Oliveira Marques, 409–441. Lisboa: Editorial Presença, vol. I, 1990, 427.

²⁶ De entre vários títulos que poderiam ser enunciados, veja-se, sobretudo, o texto fundador de Nogales Basarrate, Trinidad. “La escultura del territorio emeritense. Reflejos de la economía y producción en Lusitania romana”. In *Économie et Territoire en Lusitanie Romaine*, ed. Jean-Gérard Gorges e German Rodríguez Martín, 483–497. Madrid: Casa de Velázquez, 1999. Consultar também Nogales Basarrate, Trinidad, Luís Jorge Gonçalves e Pilar Lapuente. “Materiales lapídeos, mármoles y talleres en Lusitania”. In *Marmora Hispana: Explotación y Uso de los Materiales Pétreos en la Hispania Romana*, ed. Trinidad Nogales e José Beltrán, 483–522. Roma: “L’Erma” di Bretschneider, 2008. A autora que mais procurou perceber o papel das produções da Lusitania nas redes imperiais terá sido Irene Mañas Romero em “*Marmora de las canteras de Estremoz, Alconera y Sintra: su uso y difusión*”. In *El Marmor en Hispania: Explotación, Uso y Difusión en Época Romana*, ed. Virginia García-Entero, 331–346. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2012.

extração em si não era problemática, não exigindo o mesmo tipo de condicionantes que a exploração de minérios em galerias fechadas e profundas, era necessário prever todo o tipo de tarefas, seguidamente enunciadas:

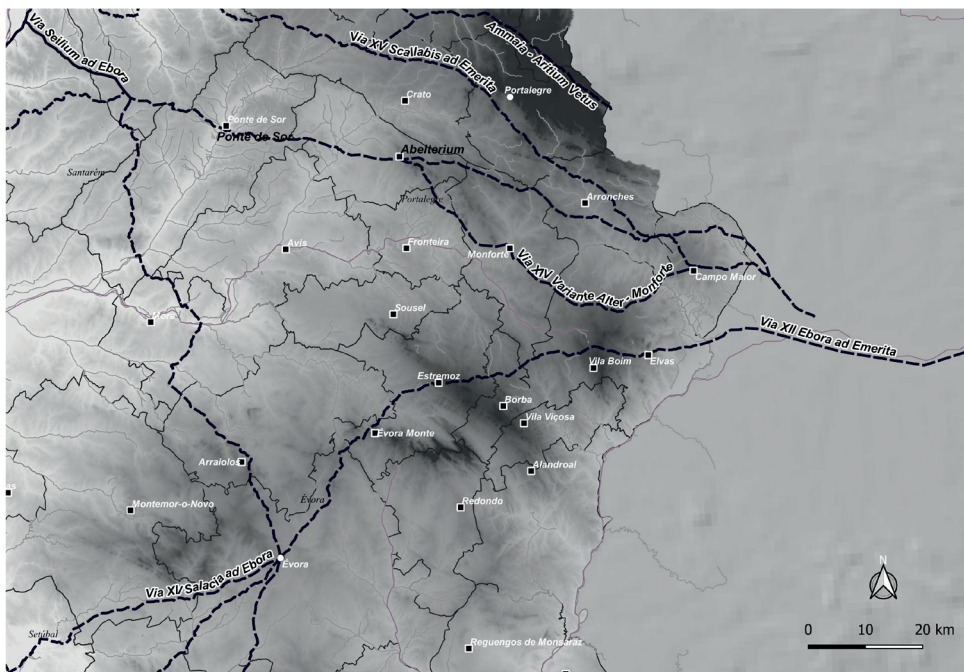
- a) *da pedreira à oficina de talhe*: os blocos de mármore eram conduzidos para um local onde se procedia aos primeiros trabalhos. Como tal, era necessário prever a existência de uma rede de caminhos internos nas pedreiras, conectando-as às oficinas de laboração; bem como espaços onde operários especializados pudessem trabalhar, providos de todo o instrumental e materiais necessários;
- b) *da oficina ao destino-escoamento*: o esforço na construção de uma infraestrutura viária é evidente no traçado da chamada via XII do Itinerário de Antonino, que ligava a capital provincial, Augusta Emerita, ao seu porto de mar atlântico, Olisipo, através de Ebora, e que constitui uma via sem qualquer preexistência²⁷ (Fig. 1). A passagem deste itinerário na zona do anticlinal foi comprovada pela identificação do topónimo Horta do Agacha na zona que confina imediatamente com o sul da Igreja de Senhora dos Mártires, de onde provém um marco miliário pertencente a este itinerário²⁸, o que permite perceber como a relevância estratégica do anticlinal era tão grande que levou ao desenho específico de uma via de primeira importância;
- c) *aprovisionamento*: teve de ser criada uma complexa rede de abastecimento, de modo que o trabalho das pedreiras fosse sempre alimentado pelas matérias-primas essenciais: cordas e elementos para roldanas; madeira para cunhas; metais necessários para todas as ferramentas, serras, pregos e cavilhas; e, claro, os elementos essenciais à subsistência das comunidades envolvidas, nomeadamente os de âmbito agropecuário. Todos estes recursos poderiam encontrar-se na envolvente do anticlinal, a diferentes distâncias e escalas, mas o mapeamento exaustivo dos recursos está por fazer.
- d) *apoio à laboração*: a laboração do mármore implica um complexo conjunto de condições. Por exemplo, um dos elementos essenciais reside na abundância de água, tal como ainda hoje é fundamental nas pedreiras. Seguramente, terão existido canais de condução de água e estruturas de contenção e armazenamento, sendo que até nós chegou o monumental exemplo da estrutura conhecida como “Tanque dos Mouros”, junto à cidade de Estremoz²⁹. Da mesma forma, é necessário supor a existência de pontos de apoio para trabalhos específicos: por exemplo, como as ferramentas de metal se desgastam rapidamente, encontrar-se-iam zonas de forjas para apoio à laboração, ainda detetáveis pela acumulação de escórias que por vezes se encontram em alguns pontos³⁰.

²⁷ Carneiro, André. *Itinerários Romanos do Alentejo: Uma Releitura de “As Grandes Vias da Lusitânia”*, de Mário Saa, quarenta anos depois. Lisboa: Edições Colibri, 2008, 49–58.

²⁸ Carneiro, André. *Lugares, Tempos e Pessoas. Povoamento Rural Romano no Alto Alentejo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, vol. 1, 2014, 173.

²⁹ Quintela et al. *Aproveitamentos Hidráulicos Romanos a Sul do Tejo*, 131–138, fotografias 102–107.

³⁰ Veja-se o caso de Nogueiras, adiante desenvolvido: Carneiro. *Lugares, Tempos e Pessoas*, vol. 2, 13.



e) *espaços de vida e de morte*: naturalmente, é necessário supor que existiriam as condições mínimas para albergar uma imensa mole de gente que laborava no anticlinal, como abrigos para os trabalhadores indiferenciados, mas também lugares de acolhimento para os escultores especializados, ou residências mais abastadas para os promotores da exploração. Da mesma forma, é necessário incluir elementos infraestruturais que são essenciais para o *modus vivendi* romano, tais como espaços de termas e de *convivium*, mercados e lugares de entretenimento. Também sobre algum templo ou santuário existem indicadores dispersos e, seguramente, terão existido em paisagem tão carregada de componentes simbólicas. Finalmente, os lugares de tumulação estão também por identificar, apesar de algumas inscrições sepulcrais terem sido encontradas, mas é de supor que uma larga extensão de gentes tivesse nesta região a sua última morada, em função dos contingentes necessários para tão exigentes tarefas e da elevada taxa de mortalidade que o trabalho nas pedreiras propiciava.

Figura 1 – Rede viária no Alto Alentejo, a partir de Carneiro, 2014. Mapa elaborado por Jesus Garcia Sánchez.

3.2. A supervisão e enquadramento

Sabemos que, através do denominado *direito de conquista*, os recursos mais relevantes dos territórios anexados ao Império seriam considerados como de relevância estratégica superior³¹. Isto significa, portanto, que seria a casa imperial a assumir de modo direto a gestão e exploração dos recursos, promovendo a dinamização da distribuição na escala da *economia-mundo* que o Império permitia.

Em outras situações, algumas fontes de rendimento passavam para a casa imperial através do direito de *ratio privata*, ou seja, a sua relevância geoestratégica levava a que o imperador tomasse a iniciativa de colocar a exploração dos recursos sob a sua alçada direta. Para tal, nomeava um *procurator metallorum* ou *marmororum*, como sucedeu em vários casos bem conhecidos do Império, em especial no Oriente (pedreiras existentes no atual território grego e turco, bem como no Egito)³².

O conceito amplo de *família* característico das sociedades mediterrânicas e do mundo romano conduziu a que, em muitas ocasiões, a exploração fosse concessionada a membros da sua família ou a integrantes do seu círculo pessoal, voltando à posse da casa imperial com a extinção do privilégio ao beneficiário. Este facto permitia que alguns membros privilegiados tivessem uma ou várias fontes de rendimento próprio, no âmbito do círculo imperial.

Finalmente, em outras situações identificadas, as explorações eram concessionadas a particulares, como na Lusitania é evidente no caso das minas de Vipasca, na medida em que se preservaram os documentos legais que organizava a sua exploração. Nestes casos, as explorações eram alugadas a particulares e supervisionadas por um *conductor*, que recolhia as taxas mas não intervinha, limitando-se a assegurar a gestão dos trabalhos e da rede de infraestruturas necessárias.

Para o caso do anticlinal de Estremoz/Vila Viçosa, não existem indicadores similares ao de Vipasca, pelo que não podemos perceber, de modo direto, como se organizava a exploração. Da mesma forma, como o mármore do anticlinal não tem sido devidamente considerado na sua importância, como se discutiu no ponto 2., sempre se presumiu que ocuparia um lugar secundário na escala dos recursos disponíveis em todo o Império.

Contudo, a possibilidade de existir uma ligação à casa imperial pode ser sustentada a partir de um indicador indireto encontrado fora da área

³¹ Hirt, Alfred Michael. *Imperial Mines and Quarries in the Roman World: Organizational Aspects*, 27 BC-AD 235. Oxford Classical Monographs. Oxford: Oxford University Press, 2010.

³² Fant, John Clayton. *Ancient Marble Quarrying and Trade*. British Archaeological Reports 453. Oxford: B.A.R., 1988.

de exploração. Entre o extenso conjunto de dedicações votivas dedicadas à divindade lusitana Endovéllico, que foram encontradas no seu provável santuário, a elevação de São Miguel da Mota (concelho de Alandroal), destaca-se uma inscrição, atualmente dada como perdida, mas cujo formulário é o seguinte:

DEO • ENDOVELLICO

HERMES • AVRELIAE

VIBIAE • SAB[I]NAE • SER(vus)

MARMORARIVS

A(nimo) (hedera) L(ibens) (hedera) P(osuit)

Infelizmente, não conhecemos a peça, que chegou até nós graças à recolha da inscrição em CIL II 133³³, mas cujo original se perdeu. Como é evidente, o seu conteúdo tem alimentado um amplo conjunto de debates, sendo aquele que agora mais diretamente nos interessa o debate centrado sobre a pessoa identificada pelo *servus marmorarius*, e que nos poderia permitir compreender o modo como a exploração era organizada³⁴.

A menção a Aurelia Vibia Sabina apresenta a extraordinária circunstância de se poder colocar em relação com a filha do Imperador Marco Aurélio, Vibia Aurélia Sabina, que viveu entre 166/170 e, possivelmente, 217 d.C³⁵. O debate gerado pela eventualidade deste nexo de ligação tem sido aceso e contraditório. José d'Encarnação apontou para uma coincidência derivada de um modismo³⁶. sem negar a elevada condição social

³³ Corpus Inscriptionum Latinarum II 1 869 (CIL II), 133, XXXVIII (= ILS 4513b e ILS 826). Comentários em *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras, 1984 (IRCP) 497, 577–578.

³⁴ Além da nota anterior, confrontem-se as opiniões dos autores, também referidos no texto principal: Canto, Alicia M. “Avances sobre la explotación del mármol en la España romana”. *Archivo Español de Arqueología* 50–51 (1977–1978): 165–188; e também Mayer i Olivé, Marc. “A propósito de las canteras de Vila Viçosa, Estremoz y de CIL II 133”. *O Arqueólogo Português*, série IV, n.º 26 (2008): 407–414.

³⁵ Sobre a biografia e as referências, veja-se a obra de Marc Mayer referida na nota anterior, 410–411; para um enquadramento mais amplo, consulte-se Birley, Anthony. *Marcus Aurelius, a Biography*. New York: Routledge, 2000.

³⁶ IRCP 578: “Não consideramos plausível tomar Hermes por escravo de alguém ligado aqui à corte imperial; quando muito, a onomástica foi assumida atendendo a uma moda, por influência da corte”. Em posterior texto, retomando a argumentação: “*Hermes est un marmorarius, servus d'Aurelia Vibia Sabina, une dame qui, ayant deux gentilices bien nobles (si on peut le dire...), appartenait, bien certainement, à une haute couche de la société locale [...]*” Encarnação, José d'. “Dédicants et cultores: quelques aspects... dans la Lusitanie romaine. Le cas d'Endovellicus.” In *Dedicanti e Cultores nelle Religioni Celtiche*, editado por Antonio Sartori, 61–71. Milano: Cisalpino, 2008, 64.

da nomeada, que se insere na grande prevalência regional de família(s) com a denominação Vibia³⁷.

Contra, veja-se sobretudo a argumentação produzida por Marc Mayer i Olivé³⁸, que se centra na relevância estratégica das pedreiras do anticlinal de Estremoz, um recurso de primeira ordem, que as tornaria merecedoras de integrar o património *publico iure* da casa imperial³⁹.

Note-se que a existência de pedreiras na Hispania que estariam integradas no património da casa imperial apresenta um outro provável paralelo, visto que o topónimo Statio Serrariorum Augustorum, próximo de Itálica (Sevilla)⁴⁰, parece referir-se, em simultâneo, a uma área de laboração de cantaria e a um domínio de posse imperial, talvez relacionado com o programa de construção que decorreu sob o governo de Adriano⁴¹ na cidade de Italica e na região bética, da qual o imperador era natural.

No caso da inscrição de *Hermes*, a sua autodesignação como *servus* é coerente com a putativa condição de servidor da casa imperial, trabalhando numa oficina como *marmorarius*, ou seja, um escultor qualificado e que poderia estar diretamente envolvido no talhe de elementos de grande relevância. Para percebermos a escala e a relevância do trabalho escultórico de um *marmorarius*, importa tomar em consideração outro dado existente. Note-se que, em Augusta Emerita, se encontram várias siglas de escultor de *G. Aulus: ex officina Gai Auli, ex officina G Auli fi o li, ex officina Gai Au, ex officina Gai A, ex officina Ga (vacat) i Auli, ex officina Gai A+++*, além de um *ex officin*^[42], e ainda uma *ex officina Franciae*⁴³, evidenciando bem a importância atribuída ao labor das oficinas escultóricas.

É necessário tomar em consideração que, por manifesta infelicidade, deste testemunho apenas sobreviveu a inscrição, o que nos impossibilita por completo de perceber qual o suporte e os pormenores técnicos

³⁷ Consulte-se o *Atlas Antroponímico*, mas também Canto, Alicia M. *Epigrafia Romana de la Betúria Céltica*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 1997.

³⁸ Mayer i Olivé. "A propósito de las canteras de Vila Viçosa, Estremoz y de CIL II 133", 411ss.

³⁹ Mayer i Olivé, Marc. "Vibia Aurelia Sabina, una emprendedora hija de Marco Aurelio. Notas epigráficas". *Sandalion* 31 (2009): 65-81.

⁴⁰ CIL II 1131 e 1132; Canto, Alicia M. "Avances sobre la explotación del mármol en la España romana", 177-178 e 184-185.

⁴¹ Contra, em face do limitado âmbito de dispersão dos mármore de Almáden de la Plata, pouco presentes fora da Hispania, e que, por isso, não teriam tanta relevância económica (ao contrário do que sucede com as produções do anticlinal de Estremoz), pronuncia-se Ben Russell (*The Economics of the Roman Stone Trade*. Oxford: Oxford University Press, 2013, 42, nota 26), que admite a hipótese de serem trabalhadores temporários da administração imperial, por estarem envolvidos num excecional programa de construção.

⁴² Ramírez Sádaba, José Luís. "Catálogo de las inscripciones imperiales de Augusta Emerita". *Cuadernos Emeritenses* 21, n.º 78-83 (2003): 141-148.

⁴³ Ramírez Sádaba. "Catálogo de las inscripciones imperiales de Augusta Emerita". *Cuadernos Emeritenses* 21, n.º 85 (2003): 148-149.

da peça, o que seria do máximo interesse para avaliar o labor técnico da mesma e permitir comparações tipológicas com outros elementos eventualmente semelhantes. De qualquer forma, a diversidade escultórica dos elementos encontrados em São Miguel da Mota indica-nos que seguramente existia uma oficina especializada que abastecia aquele santuário, dadas as diversas semelhanças existentes entre os materiais encontrados. Resta saber se a oficina estaria situada nas proximidades do local – como será mais lógico admitir – ou em algum ponto mais distante.

Neste feixe de raciocínios, outro argumento pode ser invocado. No já referido santuário do deus Endovélico, foi encontrada uma grande percentagem de estátuas com figurações militares, o que pode dever-se a várias causas, de entre as quais uma pode ser considerada: a presença de um contingente militar que estivesse estacionado na região, supervisionando a laboração das pedreiras do anticlinal de Estremoz e o normal funcionamento das taxas e licenças.

Da mesma forma, um outro dado colateral reside na significativa dispersão do mármore do anticlinal por todo o Império Romano, visto que, como foi anteriormente referido, o progresso da investigação e o cada vez mais apurado rastreio das proveniências marmóreas tem permitido ampliar de modo significativo a cartografia da distribuição. Desta forma, percebe-se que a escala do produto ultrapassou em muito o âmbito provincial, o que se torna muito relevante e testemunha a importância da matéria-prima dentro do quadro geoestratégico imperial.

Contudo, sem dados mais consistentes – sobretudo, no campo epigráfico – não poderemos avançar com mais do que meras especulações. Sabemos que, no Império, os recursos mais relevantes estavam na dependência direta da casa imperial, e seguramente que as produções do anticlinal teriam uma afamada reputação. E também sabemos que, com elevada probabilidade, um recurso marmóreo da Hispania era diretamente gerido pela casa imperial, a julgar pelas *tabulae marmoreae* da Baetica⁴⁴. Mas o que está em causa é a escala da geoestratégia imperial, que se movia dentro de um quadro de economia-mundo, e neste âmbito o mármore do anticlinal ocupava o seu devido lugar, mas que é difícil de perceber na ótica concorrencial de outras produções. Seja como for, parece evidente que, com o enorme abastecimento do mármore do anticlinal empregue nos programas construtivos de Augusta Emerita, a capital provincial as-

⁴⁴ CIL II 1131: M(arcus) Caelius Alexander ta/bulam marmoream d(onum) d(edit) / stationi serrariorum / Augustorum.

CIL II 1132: - - - - - / [- - -]EV[- - - / - - - tabula(m)] m[armoream - - -] / Lucret[io - - -]L Iulio Paulo [- - -] // [- - - / - - -]ICIO C[- - - / - - - ser]rar(iorum) O[- - -] / - - - - -.

sumiu um papel relevante na dinamização e eventual gestão das atividades extrativas, o que é também fundamental para a perceção da escala de interação entre a cidade e o seu território.

A ação das elites provinciais lusitanas na gestão estratégica deste território, controlando de modo direto ou indireto o anticlinal e a sua laboração, pode ser avaliada por um elemento da maior relevância e que não tem sido devidamente considerado pela investigação.

Refiro-me à presença de L. Fulcinius Trio, legado do imperador Tibério e governador provincial, que nesta função terá estado alguns anos em Augusta Emerita, possivelmente com envolvimento direto em alguns projetos de grandes espaços e edificações públicas, que nesta fase estão em construção na capital provincial⁴⁵. Inclusivamente, a sua ação terá sido em algum momento coordenada de modo conjunto com o lusitano L. Cornelius Bocchus, de grande influência e ação na província (cinco vezes *praefectus fabrum* do governador e *flamen* provincial), como ficou patente (apesar do estado fragmentado, que suscita dúvidas na leitura) na inscrição do designado *forum* da colónia de Augusta Emerita⁴⁶.

O elemento relevante para a compreensão do interesse que o poder imperial manifestou sobre o anticlinal de Estremoz reside na descoberta de um tratado de *fides* entre o legado imperial L. Fulcinius Trio e os representantes locais da *gens Stertinia*, e que se celebrou a 21 de janeiro de 31 d.C. Este tratado foi identificado em Juromenha⁴⁷ e colocava os representantes locais sob o estatuto de *in fidei clientelamque suam*, ou seja, com um estatuto de proteção de âmbito jurídico. Importa, portanto, considerar o interesse geoestratégico do ponto correspondente a Juromenha, que conduziu à celebração de um pacto entre, por um lado, o representante da casa imperial que geria o processo de edificação pública na capital provincial e, como interlocutores, os representantes da elite local. É muito provável que a relevância do local se centrasse na sua condição alcançada sobre o rio Guadiana; e, não sendo este navegável na sua totalidade, apresentaria condições para o envio de cargas marmóreas tendo como destino os programas edilícios em curso na capital provincial. Esta leitura, altamente

⁴⁵ Saquete, José Carlos. “L. Fulcinius Trio, Tiberio y el gran templo de culto imperial de Augusta Emerita”. *Epigraphica* 67 (2005): 279–308, 279ss. Sobre a ação de Cornelio Boco, veja-se González Herrero, Marta. “La figura de L. Cornelius L. F. Gal. Bocchvs entre los *praefecti fabrum* originarios de Lusitania”. In *Lucius Cornelius Bocchus. Escritor Lusitano da Idade da Prata da Literatura Latina*, ed. João Luís Cardoso e Martín Almagro-Gorbea, 245–258. Lisboa-Madrid: Academia Portuguesa de História e Real Academia de la Historia, 2011.

⁴⁶ Stylow, Armin, e Ángel Ventura. “Los hallazgos epigráficos”. In *El foro de Augusta Emerita. Genesis y Evolución de Sus Recintos Monumentales*, coord. Rocío Ayerbe, Teresa Barrientos e Félix Palma, 486–489. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2010.

⁴⁷ IRCP 479.

hipotética e construída em sucessivas deduções, procura explicar o singular interesse de um alto representante romano na celebração de um pacto com uma comunidade local de um território que, na ótica imperial, seria de elevado interesse estratégico, pois de outra forma não será fácil contextualizar a origem do processo de negociação.

4. DA PEDREIRA AO DESTINO: ALGUNS CASOS DE ESTUDO

4.1. Augusta Emerita: as oficinas da capital e a estatuária de mármore nos programas decorativos públicos

Duas estátuas da capital provincial apresentam significativos dados que permitem reconstruir os processos de laboração da estatuária romana e que por isso merecem aqui uma pequena referência.

São duas estátuas representando figuras em pose cerimonial, que estariam colocadas em espaços públicos de Augusta Emerita.

Uma delas provém do *forum* da colónia emeritense⁴⁸. Representa um togado esculpido em inícios do século I d.C., utilizando um mármore branco, muito perfeito, do anticlinal de Estremoz⁴⁹. O elemento relevante encontra-se na sua perna direita, ligeiramente fletida: a legenda de EX OFICINA G. AVLI⁵⁰.

Em outro ponto, no edifício interpretado como um *mithraeum*, ou um espaço de culto à divindade Mitra, foi identificada outra estátua⁵¹: neste caso, trata-se de um portador de uma tocha, que na base apresenta a legenda DEMETRIOS EPOIEI.

Estes dois testemunhos são da maior relevância para percebermos o processo de talhe e escultura empregue nos grandes programas públicos de representação, ao qual podemos associar o exemplo do togado que foi encontrado por terminar na pedreira da Vigária (Vila Viçosa). Esta estátua por finalizar representa o primeiro passo do processo: após a extração do bloco, este recebe o primeiro “desbaste” do mármore, que define de modo grosseiro, mas já perceptível, o formato definitivo.

Em seguida, a peça seria embalada e transportada para o seu destino.

⁴⁸ Museo Nacional de Arte Romano de Mérida, CE94.

⁴⁹ A presunção da proveniência de Estremoz, neste como no exemplar seguinte, não está baseada em estudos arqueométricos, mas na observação macroscópica da peça (pelos menos, são estes os dados conhecidos no momento de redação do presente texto). Contudo, esta situação não invalida as considerações que são tecidas neste ponto, visto que outras séries escultóricas atribuídas a G. Aulus e às escolas de Afrodísias são conhecidas no espaço emeritense.

⁵⁰ A leitura da legenda tem suscitado grandes dúvidas e debate; segue-se a proposta de Ramírez Sádaba. "Catálogo de las inscripciones imperiales de Augusta Emerita", n.º 78, 141-142, que interpreta G(aius) em lugar de C(aius), embora tal leitura não seja consensual. Veja-se a extensa bibliografia e as outras propostas consideradas.

⁵¹ Museo Nacional de Arte Romano de Mérida, CE89.

Aqui chegada, seria descarregada nas oficinas de escultores especializados. No primeiro caso, a oficina de produção de G(aius) Aulus, em meados do século II, foi a responsável pela ornamentação do grande projeto de construção pública do *forum* da *colonia* emeritense⁵². No segundo caso, temos o envolvimento de um escultor que porta um antropónimo grego, Demétrio⁵³, o que indica que na capital provincial possivelmente trabalhou um escultor desta proveniência, embora este tipo de onomástica fosse habitual entre escravos altamente qualificados. Sabemos que, no mundo antigo, os escultores helénicos eram os mais reputados e, neste caso, temos um importante paralelo para o já recenseado *Hermes marmorarius* do santuário a Endovélico, que dedicou uma invocação à divindade em nome de Aurélia Víbia Sabina. No caso da estátua de Augusta Emerita, a indicação do antropónimo helénico constitui mais uma evidência que demonstra o envolvimento de artesãos altamente especializados na produção dos grandes programas iconográficos da capital provincial. Como as oficinas de escultura eram agrupamentos de membros unidos por uma profissão comum, com um carácter social e de assistência mútua, podemos presumir a existência de um *collegium*, visto que o artesão/escultor trabalhava num espaço de convívio e reunião com os seus colegas⁵⁴.

O caso da série de togados provenientes da *officina* de Aulus mostra-nos a dimensão dos programas iconográficos públicos em curso na capital provincial, visto que as séries estatuárias de togados (que incluem, naturalmente, o destacado neste ponto) formam parte de um mesmo ciclo decorativo homogéneo. Mas um dado relevante a considerar reside na formação dos escultores que dominam de forma plena todos os cânones emanados da metrópole romana e que são reproduzidos nos programas construtivos em curso na capital provincial, de acordo com um fenómeno de *emulatio* devidamente estudado por Trinidad Nogales Basarrate⁵⁵. O elemento mais notável, contudo, é o facto de estes artesãos altamente qualificados e aptos a reproduzir os estereótipos artísticos e decorativos da capital o fazerem utilizando uma matéria-prima local: só este dado é demonstrativo da força dos esquemas produtivos que estão ativos entre a metrópole e

⁵² Além do exemplo aqui tratado, consultem-se os restantes enumerados por José Luiz Ramírez Sádaba e anteriormente apresentados: “Catálogo de las inscripciones imperiales de Augusta Emerita”, 143–148.

⁵³ *Epoiei* é o equivalente ao termo latino *fecit*, ou seja, “ele fez”.

⁵⁴ Sánchez Moreno, Eduardo, A. M. Lujan Díaz, e Walter Trillmich. “Observaciones en torno al escultor en la sociedad romana. Algunas cuestiones sobre la situación y consideración de los artistas/artesanos romanos”. *Cuadernos Emeritenses* 8 (1994): 72–118, 91.

⁵⁵ Nogales Basarrate, Trinidad. “Plástica romana emeritense en el contexto de *Hispania*: modelos y difusión”. In *Roma y las Provincias: Modelo y Difusión*, ed. Trinidad Nogales e Isabel Rodà, 653–670. Roma: “L’Erma” di Bretschneider, vol. II, 2011.

as províncias, mas também da articulação e flexibilidade do poder romano perante os recursos localmente existentes.

Já o caso de Demétrio evidencia outra fase do processo: o seu cânone artístico, mais “estereotipado”, pode ser relacionado como as oficinas de Afrodísias, que nesse momento se encontram a trabalhar nos programas do *forum* severiano⁵⁶, mas também com os elementos escultóricos que começam a abastecer outros programas decorativos em curso nos sítios e ambientes privados da cidade emeritense e do seu território de influência.

Outro elemento pode ser inferido das assinaturas destes dois elementos escultóricos, dada a diferente datação proposta. Tal significa que a capital provincial teve em funcionamento dois *ateliers* de produção escultórica ativos durante meados do século I e da centúria seguinte, o que demonstra a existência de um importante volume de trabalho e de obras em curso, que tinham de ser alimentadas pelas cargas marmóreas, e que, por sua vez, justificam a presença de *ateliers* de escultura. A relevância económica desta atividade era, portanto, notável, sendo de presumir que servia também como fonte de abastecimento de programas decorativos privados que estavam em curso nas *villae* que circundam o território emeritense, quer neste período, quer nos séculos seguintes, visto que os padrões escultóricos da região emeritense têm notáveis semelhanças com os da própria cidade, como já foi devidamente realçado⁵⁷.

4.2. Eborā Liberalitas Iulia: a utilização do mármore nos programas construtivos públicos

O emblema máximo da atual cidade de Évora continua a ser, como há 2000 anos, o seu templo denominado “de Diana”, embora sem qualquer relação com o culto a esta divindade. Após exaustivos estudos feitos na sua estrutura e na sua envolvente, conhecemos relativamente bem a sua planimetria e conceção arquitetónica, embora ainda estejam por identificar os elementos que ornamentavam o seu programa iconográfico e escultórico⁵⁸.

⁵⁶ Trinidad. “Plástica romana emeritense en el contexto de *Hispania*: modelos y difusión”, 665.

⁵⁷ Álvarez Martínez, José Maria, e Trinidad Nogales Basarrate. “Algunas consideraciones sobre la decoración de las *villae* del *territorium* emeritense: musivaria y escultura”. In *Les Campagnes de Lusitanie Romaine: Occupation du Sol et Habitats*, Collection de la Casa de Velázquez 47, ed. Jean-Gérard Gorges e Manuel Salinas de Frías, 273–296. Madrid, Salamanca: Casa de Velázquez, Ediciones Universidad de Salamanca, 1994, 295.

⁵⁸ Para uma descrição exaustiva, veja-se Hauschild, Theodor. “Untersuchungen am römischen temple von Évora: Vorbericht 1986/87”. *Madrider Mitteilungen* 29 (1988): 208–220. Para uma análise integrada no urbanismo da cidade, consulte-se Hauschild, Theodor. “Algunas observações nas construções do foro de *Eborā Liberalitas Iulia*”. In *Ciudad y Foro en Lusitania Romana*, coord. Trinidad Nogales Basarrate, 27–36. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, 2010.

O elemento mais impressionante do templo, ainda hoje, reside na solidez da sua construção. De planta de tipo períptero, com pódio (seguindo, assim, o modelo mais adotado na Hispania), apresenta um alicerce em *opus incertum*, construído maioritariamente em blocos pétreos heterogêneos de matérias da região, mas a parte monumental e visível encontra-se construída usando dois elementos fortemente contrastantes. Por um lado, a solidez robusta do granito cinzento da região, obtido provavelmente nas pedreiras do Alto de São Bento, mesmo defronte da cidade. A base do pódio e a cornija estão construídas em largos e robustos silhares deste tipo, que também constituem as impressionantes colunas de fustes de granito estriados, que na sua origem seriam estucados. Nas terminações, contudo, encontramos o mármore branco: quer nas bases, quer nos 12 capitéis coríntios conservados que as ornamentavam, trabalhados em 2 peças, como em vários outros pontos do Império, e que documentam uma laboração típica da primeira metade do século I d.C., como também se torna evidente pelo detalhe tipológico das folhas de acanto, reforçando os paralelos bem conhecidos com o templo do *forum* de Augusta Emerita. O contraste entre a rugosidade escura do granito e a brancura do mármore, fina e graciosamente esculpido nas terminações dos capitéis, ainda hoje impressiona quem contempla a estrutura.

Sabemos pelos estudos arqueométricos que o mármore utilizado provém do anticlinal de Estremoz⁵⁹. Este dado é de enorme importância, por nos permitir perceber que, até ao final da primeira metade do século I d.C., as pedreiras do anticlinal são a grande fonte de abastecimento dos programas edilícios em curso, quer em Ebora, quer em Augusta Emerita, como havíamos visto no ponto anterior (embora em tempos diferentes, pois o processo na urbe emeritense é ligeiramente anterior, dada a sua condição de *caput provinciae*). Esta situação poderá ser eventualmente relacionada com a presença de L. Fulcinius Trio, como foi anteriormente referido para a capital provincial.

Desta forma, documenta-se a exploração em tempos relativamente precoces, em grande escala, suficiente para abastecer os diversos programas urbanos em curso, mas também como elemento de exceção, na medida em que os mármore são o material nobre por excelência, em especial devido ao jogo visual de contraste com o granito (relembre-se, contudo, que na sua origem seria estucado e teria um cromatismo muito distinto).

⁵⁹ Cabral, João Peixoto, Carla Mostra, e Theodor Hauschild. “A proveniência do mármore dos capitéis do templo romano de Évora”. *Conímbriga* 43 (2004): 171-178.

Note-se ainda que o mármore de Estremoz foi também utilizado como elemento de pavimentação da grande praça do *forum*. Este amplo espaço nobre, de dimensões superiores à praça atual, foi recoberto em momento posterior – seguramente durante os flávios – com lajeado constituído por grandes placas marmóreas, conforme se tornou visível pelos negativos encontrados defronte do templo, documentando o seu arranque em período pós-romano, mas também por algumas placas conservadas no atual edifício do Museu de Évora, que foram encontradas *in situ* nas recentes obras de remodelação do edifício.

Data também deste segundo momento, correspondente ao embelezamento e à remodelação da praça, o achado de alguns elementos escultóricos que fariam parte do programa decorativo e iconográfico da praça e do *temenos* da cidade. Infelizmente, os elementos estão muito fragmentados, não consistindo em mais do que uma mão segurando uma *patera*, fragmentos de dedos e de uma cabeça⁶⁰. Contudo, na sua fragilidade conservada, documentam a existência de um grupo estatuario de grande relevo, possivelmente até com estátuas colossais, a julgar pelas dimensões originais (a mão poderia pertencer a uma estátua com cerca de 3 m, por exemplo). Note-se que são estilisticamente idênticas a exemplares conservados em Augusta Emerita, o que mostra que as oficinas da capital poderiam estar a abastecer os programas em curso nas diversas *urbes lusitanas*.

A dinâmica e a escala dos fragmentos conservados mostram também a capacidade empreendedora da elite eborense, visto que terá sido a magistratura municipal ou algum privado, de acordo com o mecanismo do *evergetismo*, a financiar a execução do programa escultórico e decorativo da cidade, o que se torna muito relevante para a compreensão socioeconómica da própria cidade eborense.

4.3. Santa Vitória do Ameixial (Estremoz): os programas decorativos em ambiente privado

Junto à terminação do anticlinal de Estremoz, onde os terrenos se tornam suaves e propícios para as atividades agropecuárias, encontramos os estabelecimentos privados conhecidos como *villae*, residências monumentais decoradas ao gosto urbano. Quase no extremo noroeste da formação geológica, próximo da fronteira entre o concelho de Estremoz e o de Sousel, encontra-se uma das mais originais: Santa Vitória do Ameixial, mesmo

⁶⁰ Gonçalves, Luís Jorge. *Escultura Romana em Portugal: Uma Arte do Quotidiano*. Studia Lusitana 2. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, 2007, 81-82, 461-463, 464-466, com bibliografia.

na extremidade norte da atual aldeia, que muito reutilizou materiais nas suas casas.

O sítio foi objeto de escavações arqueológicas promovidas entre 1914 e 1916 por uma equipa do Museu Nacional de Arqueologia, apesar de pontualmente terem existido intervenções posteriores, que, no entanto, não trouxeram dados substantivos para a análise que aqui importa⁶¹.

Trata-se de uma *villa* infelizmente muito destruída, mas com uma planta rara, porque dotada de grande originalidade, e com vários indicadores de fausto e de um consumo sumptuário. Os seus proprietários são completamente desconhecidos, embora alguns indicadores apontem para a sua ligação a um alto estatuto social e político: um extraordinário conjunto de 3500 moedas, que rompe completamente com os padrões conhecidos para a Lusitania; um pedestal com a inscrição *Bono reip(ublicae) natus*, indicando um dedicante que assume uma clara vinculação política no conturbado contexto do século IV; uma *bull*a de ouro, um objeto que denuncia um raríssimo poder aquisitivo; e uma coleção de baixela de cozinha em bronze com características únicas para a Lusitania. Estes são alguns dos elementos que demonstram a posição verdadeiramente excecional que Santa Vitória do Ameixial ostenta na cultura material das *villae* do território português. Tal não conduziu, no entanto, a uma exaustiva publicação dos achados, que nunca foi feita (nem os mesmos se encontram expostos em qualquer museu), nem impede que o sítio arqueológico esteja hoje fechado a cadeado.

Também do ponto de vista da planta arquitetónica, existem indicadores únicos, que demonstram uma conceção do espaço sem paralelo conhecido na província da Lusitania. Sem entrar em pormenores laterais ao propósito do presente trabalho, lembre-se a planificação do espaço que se molda à encosta através de “terraços descobertos que desceriam o outeiro por degraus e que estariam decorados com plantas e alguns pequenos tanques”⁶², ou seja, um conjunto de patamares intermédios com tanques e jogos de água, que criariam um efeito cénico extraordinariamente requintado recorrendo a uma exuberante decoração, visível nos estuques pintados e nos frisos marmóreos.

É precisamente aqui que podemos ver o recurso maciço do mármore do anticlinal como elemento de requinte, utilizado de acordo com uma planificação rigorosa que procura dotar o ambiente construído de um harmonioso e elaborado panorama, que conjuga a estrutura construída

⁶¹ Visão geral dos trabalhos realizados no local em Carneiro. *Lugares, Tempos e Pessoas*, vol. 2, 09.05, 221-229, com bibliografia.

⁶² Chaves, Luís. “Estudos lusitano-romanos. I – A villa de Santa Vitória do Ameixial.” *O Arqueólogo Português* 30 (1956): 14-117, legenda da estampa III.

com a criação de cenários naturais. Os elementos aludem à água e aos ciclos da natureza, formando um todo complexo e projetado na estrutura construída de modo harmónico, originando jogos visuais com o que seria a paisagem envolvente.

Note-se a escultura de uma divindade reclinada, que representará o inverno, embora a sua leitura seja problemática devido às fraturas que sofreu⁶³. Seguramente, estaria incluída num ciclo escultórico mais alargado e necessário à sua compreensão como um todo, e terá sido encontrada por Luís Chaves na sala junto ao *impluvium*, ou seja, em local de destaque na planimetria da casa.

Neste âmbito doméstico, observe-se a qualidade escultórica da caranca de fonte recolhida na *natatio* das termas, “obra executada por um artista que conhecia e dominava, na perfeição, a linguagem plástica e técnica deste tipo de esculturas”⁶⁴, demonstrando assim a elevada exigência por parte do encomendante.

E, finalmente, atente-se na profusa utilização de guarnições parietais com decoração vegetalista, executadas em diferentes tipos de mármore (num total de 21 elementos conservados), criando um ambiente ricamente decorado com a temática das plantas aquáticas, que se cruzariam visualmente com as plantas utilizadas para a decoração dos ambientes aquáticos e dos espaços abertos onde a água dominava⁶⁵. Em todos os exemplares conservados, observamos a qualidade técnica da gravação, definindo uma simbólica elaborada, que seria realçada pelos pigmentos vermelhos que permitem perceber uma decoração ostentatória.

A *villa* de Santa Vitória do Ameixial, bem próxima do anticlinal de Estremoz, mostra-nos como a utilização do mármore enquanto material nobre reforçava os elevados padrões ostentatórios de um ambiente de *luxuria privata*, bem ao gosto de uma elite de elevada erudição e capacidade financeira.

⁶³ Gonçalves. *Escultura Romana em Portugal: Uma Arte do Quotidiano*, 288–290.

⁶⁴ Gonçalves. *Escultura Romana em Portugal: Uma Arte do Quotidiano*, 451–452.

⁶⁵ Matos, José Luís de. *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia: Coleção de Escultura Romana*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, Instituto Português de Museus, 1995, 192–193.

5. A EXPLORAÇÃO ROMANA NO ANTICLINAL DE ESTREMOZ: OS DADOS DA ARQUEOLOGIA

5.1. Evidências da produção

A exploração dos mármore é uma atividade autofágica por natureza, na medida em que os trabalhos em curso irão sempre delapidar e destruir os testemunhos anteriores. Acresce a este aspeto, de evidência básica para percebermos a escassez de informação no terreno, a profunda alteração da paisagem que uma pedreira pressupõe: a criação de espaços de apoio à laboração, como lugares de estadia para os trabalhadores, nem que seja para se equiparem e tomarem as suas refeições; zonas de instalação de maquinarias e materiais de extração; circuitos de passagem para as máquinas poderem trabalhar e para o escoamento dos produtos; perímetros de descarga dos inertes e escombros; áreas de trabalho para o corte e a serração; zonas de escritórios; e espaços de armazenamento de maquinaria e dos blocos antes de serem exportados, entre outros elementos.

Portanto, a paisagem do anticlinal sofreu incomensuráveis alterações, ora abrindo e ampliando crateras, ora sepultando vestígios sob imensas escombrelas ou espaços de circulação. Olhar hoje para a paisagem do anticlinal implica observar uma paisagem profundamente antropizada, em escala dificilmente imaginável (Fig. 2). Sirva o seguinte exemplo como termo de comparação, retirado de um autor de meados do século XX:

A “cidade” dos Vilares, como aqui se diz, existira em torno da capela ou ermida de S. Marcos. A “cidade” desenvolvia-se para leste da capela, por terrenos extraordinariamente impregnados de fragmentos de telhas, no largo espaço que compreende Fonte da Moura e Fonte Soeiro. Colunas de mármore (pedra da região), silharia, pavimentos do costumado mosaico policrómico (em profusa quantidade), ladrilhos, objetos, inscrições, tudo aí aparece, e muito mais apareceu noutras idades, como referem monografias locais⁶⁶.

A viva descrição do autor foi comprovada no local, conversando com pessoas que conheceram a paisagem no início da laboração contemporânea, e que confirmaram a ocorrência de frequentes achados, em particular de sepulturas, ainda bem conservadas na sua arquitetura funerária. Hoje, em torno da igreja de São Marcos, desenvolve-se uma das mais ativas áreas de exploração do mármore de Vila Viçosa, com poços de exploração que ultrapassam a centena de metros de profundidade, enquanto o vale se encontra rodeado por montes de escombrelas com várias dezenas de metros de altura, ocupando inúmeros hectares. A igreja ergue-se solitária no meio de uma intensa vo-

⁶⁶ Saa, Mário. *As Grandes Vias da Lusitânia: o Itinerário de Antonino Pio*. Lisboa: edição do Autor, vol. 1, 1956, 138.



Figura 2 - Vista geral sobre área de exploração de pedreiras na zona de Vila Viçosa.

ragem de trabalho mecânico, durante vários anos alimentado a explosões de cargas de dinamite. Imaginar como seria a paisagem original é hoje um exercício quase impossível sem o apoio de recursos fotográficos como os existentes para a pedreira de Vigária⁶⁷, onde se torna evidente a profunda – no verdadeiro sentido da palavra – transformação da paisagem que aí ocorreu.

Estudar as paisagens marmóreas hoje é também compreender a dimensão da perda. Por isso, os testemunhos diretos são residuais, devendo ser divididos em dois âmbitos: os deslocados do seu posicionamento original e os ainda conservados, embora, neste caso, a atribuição cronológica à laboração de época romana possa ser dubitativa.

a) testemunhos deslocados – São sobretudo provenientes da pedreira da Vigária, em Vila Viçosa. A maioria encontra-se exposta no caminho de acesso ao Museu de Arqueologia da Fundação da Casa de Bragança, em Vila Viçosa (Fig. 3). O mais emblemático será o bloco contendo uma figuração de uma divindade aquática reclinada, esculpida

⁶⁷ Novamente remeto para Real. “A mineração romana: exploração de materiais não metálicos”, 82.



Figura 3 - Testemunho da exploração romana proveniente de Vigária e depositado no Museu de Arqueologia da Fundação da Casa de Bragança, em Vila Viçosa.

a partir da fissuração natural do bloco, de onde brotava água, situação que propiciou o talhe como forma de sacralizar o local⁶⁸. Em outros blocos expostos, podem-se observar as marcas de corte alinhadas, correspondendo ao processo utilizado para extração: aproveitando as diáclases naturais, os trabalhadores marcavam com cunhas de madeira os orifícios que iriam permitir a fraturação dos blocos. Neste mesmo local, são ainda observados elementos não totalmente talhados, nomeadamente bases e rolos de coluna. Note-se que, no próprio Museu de Arqueologia da Fundação da Casa de Bragança, estão expostos dois sarcófagos, escavados no mesmo bloco, que deixaram de ser trabalhados porque um deles fraturou, inviabilizando o produto definitivo. Ainda neste âmbito, é incontornável mencionar o togado que foi encontrado na pedreira de Vigária e que se guarda nas instalações da SOLUBEMA, por docu-

⁶⁸ A peça mereceu ficha própria no catálogo *Portugal Romano: a Exploração dos Recursos Naturais*, editado por Adília Alarcão, 77-82. Lisboa: Instituto Português dos Museus, 1997, 86, plinto 5.1.



Figura 4 - Testemunho de exploração *in situ* na pedra de Lagoa, Vila Viçosa.

Figura 5 - Possível negativo de extração de um sarcófago em Lagoa, Vila Viçosa.



mentar, um raro testemunho de uma peça esboçada mas não terminada, antes de ser expedida para o seu local definitivo.

b) testemunhos *in situ* – Em todo o anticlinal de Estremoz, o único local onde, com segurança, podem ser identificados testemunhos de exploração encontra-se a meio de uma paisagem profundamente transformada, na pedra abandonada conhecida por Lagoa (Vila Viçosa)⁶⁹ (Fig. 4). Ainda se encontra preservado o negativo do que terá sido um bloco para talhe de um sarcófago: o afloramento está cortado em forma subretangular, supostamente para extração do topo, que teria sido trabalhado em outro local (Fig. 5). Em seu redor, abundam os alinhamentos com cunhas, mostrando o processo de seleção da matéria-prima e a estratégia de extração, que privilegiava os topos onde as linhas de fissuração natural possibilitavam um menor investimento na ação humana.

⁶⁹ Carneiro. *Lugares, Tempos e Pessoas*, vol. 2, n.º 18/06, 429.

Não se encontram materiais arqueológicos que comprovem uma filiação em época romana, mas as evidências de exploração são significativas e merecem que o local seja protegido e salvaguardado da progressão da exploração contemporânea.

Um pouco mais a sul, notícias recentes que não foram passíveis de comprovação no local indicam que outras evidências de exploração antigas – possivelmente romanas – também existiriam quando se iniciou a corta de afloramentos entre o Monte da Lagoa e o Olival da Torre. Como (infelizmente) sempre sucede nestas ocasiões, o desmonte dos topos foi feito sem qualquer tipo de acompanhamento arqueológico, e as notícias só foram difundidas após a conclusão dos trabalhos de limpeza e corte superficial.

c) possíveis testemunhos – Junto ao sítio de Horta Nova (Borba), encontra-se uma extensão de afloramentos com plenas evidências de extração de blocos (Fig. 6). Estão conservados os testemunhos de negativos alinhados de modo retangular, procedendo à retirada de uma rocha calcária mais branda, possivelmente com intuito de a aproveitar como material edílico de alvenaria. Não é possível asseverar que a exploração tenha ocorrido em época romana, mas a contiguidade do referido sítio de Nogueiras indica que é provável a laboração durante este período.

d) notícias não confirmadas – Em 1980, foi detetado um conjunto de marcas antigas de laboração na pedreira do Regoto (Estremoz)⁷⁰. Os vestígios foram detetados “onde se extraía mármore branco anilado rosa, a uma profundidade de 2 ou 3 m debaixo da terra ali sedimentada”, havendo ainda um “bloco irregular com duas cavidades talhadas em forma de sarcófago”⁷¹, que tinha sido encontrado no local e deslocado para o Monte do Olival. Note-se que estas referências aproximam-nos da pedreira da Marinela, onde se situa um dos mais raros e apreciados mármore do anticlinal de Estremoz. O autor referencia ainda uma “villa no sítio de Alpalhão, junto ao cruzamento da estrada”⁷², que, apesar de todos os trabalhos de prospeção desenvolvidos no local desde 2008 até ao presente, nunca foi possível localizar no terreno⁷³. Sublinhe-se, contudo, que este facto não é surpreendente, dadas as profundas alterações da paisagem registadas no local, quer devido à laboração das pedreiras, quer devido à construção da autoestrada A6, que implicou a reformulação da rede viária nesta zona.

⁷⁰ As notícias foram registadas por Manuel Justino Maciel: “Évora na Antiguidade tardia”. In *Évora, História e Imaginário*, ed. Afonso de Carvalho, 27–42. Évora: Ataegina, 1997, 31; e “Arte romana e pedreiras de mármore na Lusitânia: novos caminhos de investigação”. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas* 11 (1998): 233–245.

⁷¹ Maciel. “Arte romana e pedreiras de mármore na Lusitânia”, 237.

⁷² Maciel. “Arte romana e pedreiras de mármore na Lusitânia”, 237–238, nota 20.

⁷³ Carneiro. *Lugares, Tempos e Pessoas*, vol. 2, 09.22, 244.



No mesmo texto, é feita alusão ao achado de dois sarcófagos na pedreira de São Marcos (Vila Viçosa), de que teve conhecimento o professor José Bairrão Oleiro⁷⁴, em 1966. Tratam-se dos sarcófagos que atualmente se encontram depositados no Museu de Arqueologia da Fundação da Casa de Bragança e que originalmente foram deixados no local, porque ocorreu uma fraturação na fase final de desbaste, que inviabilizou o prosseguimento dos trabalhos e a finalização das peças. Estes sarcófagos permitem documentar o processo de laboração destes elementos, observando-se que as paredes seriam lisas, dada a pouca espessura, que inviabiliza o talhe de elementos escultóricos; ainda são visíveis as marcas da serra que desbastou a rocha para separar os dois sarcófagos. Será das proximidades desta pedreira que são provenientes o “fuste de coluna, de uma base ática, de um fragmento de placa de revestimento e de um capitel bastante tardio, além de numerosos fragmentos de

Figura 6 - Possível pedreira romana em Horta Nova, Borba.

⁷⁴ Maciel. “Arte romana e pedreiras de mármore na Lusitânia”, 238-239, nota 21.

um único mosaico a duas cores”, que J. Bairrão Oleiro também registou, e que se guardam na mesma instituição⁷⁵.

Ainda no artigo de Justino Maciel, é mostrada uma fotografia de um sarcófago proveniente do Monte d'El-Rei (Bencatel, Vila Viçosa)⁷⁶, depositado também no Museu de Arqueologia da Fundação Casa de Bragança, embora no texto não se faça alusão à sua proveniência. Desta pedreira, que se encontra perto da ermida da Senhora das Mercês, são também provenientes alguns vestígios de laboração romana, nomeadamente o fuste de uma coluna grosseiramente desbastada, que se guarda na dependência do escritório de uma das pedreiras que laboram na zona. De novo, a profunda alteração da paisagem, visto que a área de laboração de Monte d'El-Rei é das mais ativas na zona de Bencatel, inviabiliza a perceção de outros vestígios na zona, embora a área tenha sido prospectada no decurso deste projeto, entre 2016 e 2018.

5.2. Os pontos de povoamento

Se a análise dos pontos de extração se encontra comprometida pelas profundas alterações da paisagem, a identificação dos possíveis locais de laboração e de habitação das comunidades da zona do anticlinal enfrenta outras dificuldades. Por exemplo, a aparente sobreposição dos atuais locais de maior concentração populacional: se as preexistências de Estremoz nunca foram devidamente justificadas e as lendas de uma Borba/Barbus celta ou romana parecem não ter fundamento, outras situações são mais difíceis de analisar. Note-se o caso de Vila Viçosa, onde a existência de uma mítica Callipole, com o seu santuário a Prosérpina, sustentada em especial na obra do padre Joaquim José da Rocha Espanca, é difícil de comprovar, pois os testemunhos invocados pelo autor não são localizáveis no terreno, embora existam alguns indicadores dispersos⁷⁷ que são sugestivos.

Neste, como nos casos anteriormente referidos, a ausência de programas sustentados de arqueologia urbana, onde as intervenções de movimentação de solos nos centros históricos deveriam sempre ser acompanhadas por arqueólogos, resulta como um severo óbice para a investigação. Note-se que foi no quadro de uma situação de processo de obra que foi identificado o sítio arqueológico de Cerca⁷⁸, mas, ironicamente, o curso da escavação foi tão

⁷⁵ Maciel. “Arte romana e pedreiras de mármore na Lusitânia”, 241, nota 29, sempre citando um parecer não publicado, da autoria de José Manuel Bairrão Oleiro, de 24 de março de 1966, intitulado *Achado de Dois Sarcófagos numa Pedreira em Pardais*. Lisboa: Junta Nacional de Educação.

⁷⁶ Maciel. “Arte romana e pedreiras de mármore na Lusitânia”, 243, fotografia 3.

⁷⁷ Carneiro, André. “Um primeiro olhar sobre o povoamento romano no concelho de Vila Viçosa.” *Callipole* 21 (2013): 211–232. Ver também o texto de André Carneiro entregue para publicação intitulado “Em busca das ‘Antiguidades’ no Alentejo. O movimento humanista português nos alvares da modernidade (1560–1600)”, 15–25.

⁷⁸ Carneiro. *Lugares, Tempos e Pessoas*, vol. 2, n.º 04/06, 73.

absurdo e mal conduzido que as informações sobre o resultado das intervenções são extremamente precárias⁷⁹.

Desta forma, o subsolo dos atuais aglomerados urbanos está por conhecer, ficando por resolver o esclarecimento sobre eventuais preexistências antigas, que parecem mais fruto de uma construção mítica da história local do que de realidades concretas.

Outra condicionante evidente é a profunda alteração da paisagem promovida pela laboração contemporânea, conforme houve oportunidade de descrever anteriormente. Por um lado, a circunstância inerente ao processo de laboração das pedreiras, que por natureza amplia a sua existência prévia, destruindo o existente para avançar em progressão. Por outro, o ocultamento promovido pelas escombrelas, que sepultam as evidências existentes.

Tendo este panorama em mente, é natural que a rede de povoamento na zona do anticlinal fosse mais densa e rica de evidências. Mesmo assim, e de norte para sul, olhemos para as situações recenseadas.

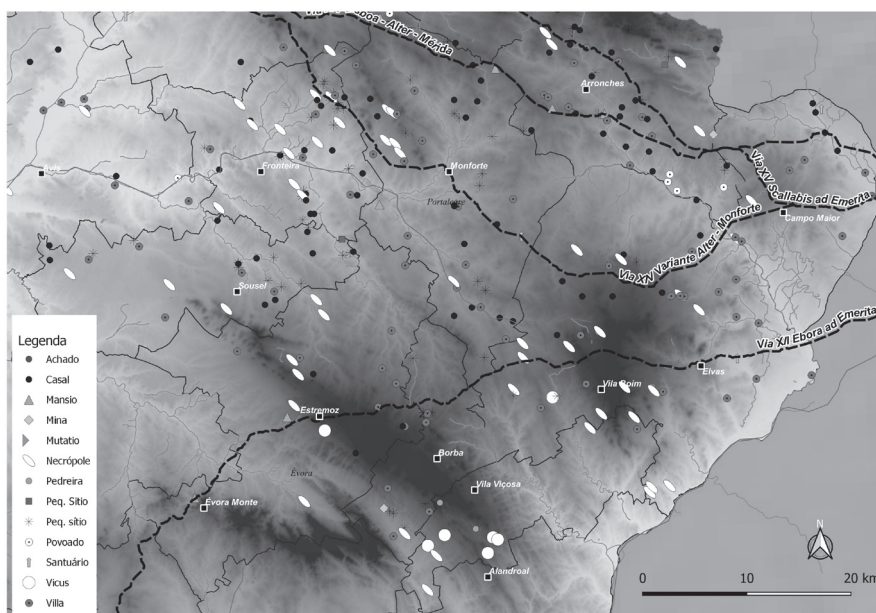


Figura 7 - Mapa de povoamento romano no Alto Alentejo, a partir de Carneiro, 2014. Mapa elaborado por Jesus García Sánchez.

⁷⁹ Adiante, o sítio merecerá uma análise própria, mas relembre-se que a intervenção se iniciou sob a direção científica de Ana Ribeiro, então arqueóloga do Gabinete Técnico Local do município de Borba, mas, em 2004, se deu a substituição por Artur Rocha, que alterou a metodologia de intervenção (de *open area* para diversas sondagens). Apesar dos promissores resultados, a obra de construção do loteamento municipal prosseguiu sem registo de acompanhamento arqueológico, pelo que o sítio romano da Cerca ficou condenado ao esquecimento e à destruição promovida pelo próprio município.

Estremoz

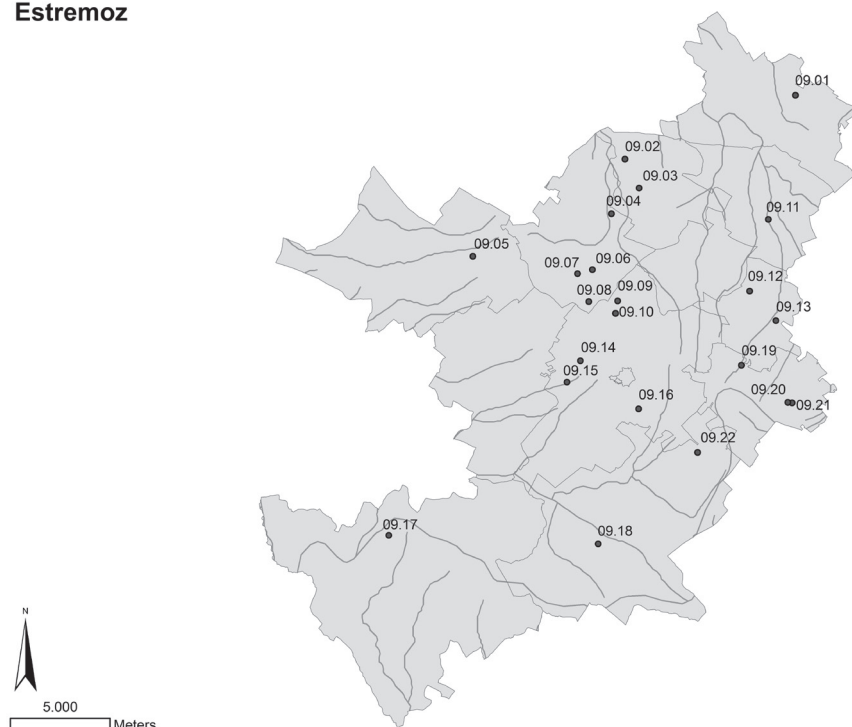


Figura 8 – Cartografia dos sítios arqueológicos da época romana no concelho de Estremoz. Elaboração por Joana Valdez-Tullet.

5.2.1.1. Concelho de Estremoz

O sítio de Senhora dos Mártires⁸⁰ apresenta um significativo conjunto de indicadores, infelizmente nunca abordados de forma integrada, de modo a esclarecer o verdadeiro perfil de povoamento do local. A situação é tanto mais bizarra quanto a proliferação de construções na envolvente tem sido feita sem acompanhamento arqueológico; e, apesar da monumentalidade de vestígios como o Tanque dos Mouros – ele próprio mutilado pela EN4 –, nunca houve uma ação de valorização e de divulgação destes elementos patrimoniais, únicos no território nacional. Sendo este claramente um dos locais mais relevantes do ponto de vista arqueológico

⁸⁰ Carneiro. *Lugares, Tempos e Pessoas*, vol. 2, n.ºs 09/16, 239–242, que apresenta todas as informações que se referem em seguida de modo desenvolvido e com bibliografia.



Figura 9 - Alçado do Tanque dos Mouros, Estremoz.

em todo o anticlinal, custa a perceber como nunca se concretizou um projeto de estudo e dignificação dos valores existentes (Fig. 9).

É provável que a magnitude e a diversidade dos vestígios existentes possam estar relacionadas com a passagem da via XII do Itinerário de Antonino, como em outras ocasiões aponte⁸¹, e me parece que a resolução da proveniência do miliário atribuído a Horta do Agacha esclarece definitivamente. Na zona de Mártires poderia existir o local de embarque das cargas marmóreas, fosse na direção da capital provincial, Augusta Emerita, fosse com destino para Ebora ou para o comércio atlântico.

Certo é que as referências a achados na zona de Mártires são inúmeras, dispersas por várias fontes até serem coligidas de forma tão sistemática quanto possível no âmbito dos trabalhos de campo que resultaram na minha monografia de 2014. Mas fica por saber o volume de informações recolhidas em achados avulsos que os

⁸¹ Carneiro. *Lugares, Tempos e Pessoas*, vol. 1, 173; Carneiro. *Itinerários Romanos do Alentejo*, 55-56.

habitantes da zona referem, tornando ainda mais incompreensível o modo como nunca se estruturou um projeto de investigação sistemático no local. Assim, temos a referência a aquedutos de transporte de água e a vários canais, alimentando e partindo da grande estrutura hidráulica conhecida como Tanque dos Mouros. Note-se também o raríssimo testemunho de um culto a Cibele, patente na dedicatória oferecida por Iulius Maximianus, um liberto de considerável poder financeiro⁸². Caso esta dedicatória estivesse inserida em alguma estrutura monumental, talvez o bizarro elemento escultórico figurando um cão (ou um símio) a ela pertencesse, embora a possibilidade de pertencer a uma estrutura de fonte ornamental em âmbito doméstico possa também ser considerada. E depois temos as múltiplas referências a achados de sepulturas, incluindo sarcófagos em mármore, por vezes com inscrições ilegíveis porque apagadas pelo tempo, mas sempre com peças de cerâmica e, por vezes, moedas de cobre ou ouro. No terreno, hoje em dia, observa-se cerâmica de construção e comum por larga extensão, em torno a quatro ou cinco hectares, sendo também evidente a existência de muitos blocos de mármore talhados de modo sumário, especialmente em torno do Tanque dos Mouros.

A proliferação de vestígios referenciados em notícias antigas e a diversidade de ocorrências que ainda hoje se observam no local, quer no terreno, quer em fotografias aéreas, deveriam merecer um mapeamento rigoroso, por forma a analisar o padrão de distribuição e o perfil de povoamento que existiu. As evidências apontam para um extenso local onde a relação com a passagem da via é evidente, possivelmente para o escoamento das cargas marmóreas. Contudo, é necessário perceber que tipo de povoado foi este. Da mesma forma, também é urgente dignificar os impressionantes restos da grande estrutura hidráulica do Tanque dos Mouros, que poderia ser o ponto de partida para um roteiro sobre a exploração romana do anticlinal de Estremoz. É incompreensível o esquecimento a que este sítio está votado.

⁸² IRCP 440.

Borba

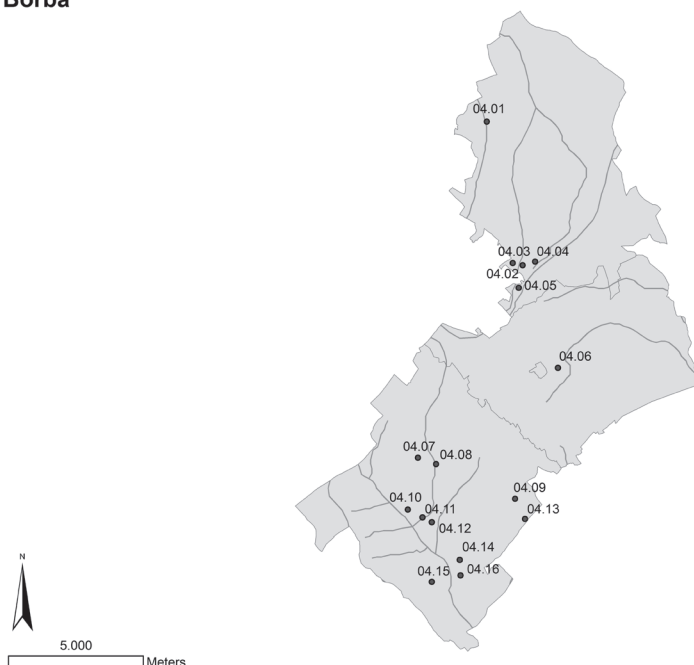


Figura 10 - Cartografia dos sítios arqueológicos da época romana no concelho de Borba. Elaboração por Joana Valdez-Tullet.

5.2.1.2. Concelho de Borba

O sítio de Nogueiras está referenciado como *villa*⁸³, mas as visitas feitas ao local nos últimos anos, no âmbito do projeto Património e História da Indústria dos Mármore (PHIM) e de anteriores estudos⁸⁴, permitiram traçar um enquadramento apurado do que terá sido um dos pontos mais interessantes para a perceção do povoamento romano na área do anticlinal. O sítio de Nogueiras merece, pela diversidade e relevância de indicadores, um olhar atento e um projeto de salvaguarda e estudo, pois apresenta um cruzamento de características únicas.

Os vestígios estendem-se por cerca de dois hectares, mas de modo mais intenso ao longo de uma plataforma ligeiramente sobre-elevada em face da envolvente e que poderá corresponder à existência de estruturas no subsolo. A cerâmica abunda no local: tégulas e imbrices,

⁸³ Plano Diretor Municipal de Borba, ficha n.º 50.

⁸⁴ Carneiro. *Lugares, Tempos e Pessoas*, vol. 2, n.º 04.13, 75-77.

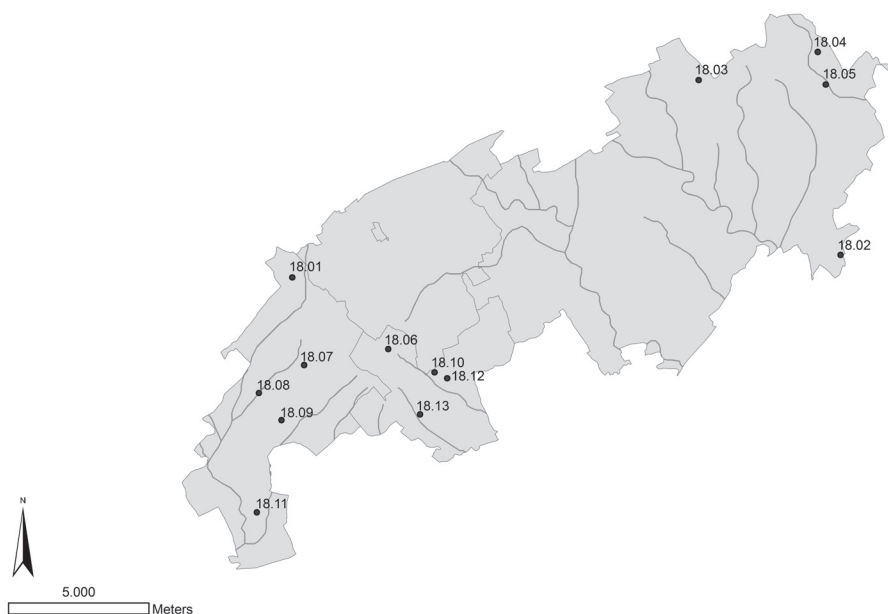
como em muitos sítios de laboração nesta área, mas em Nogueiras há a somar a presença de vários fabricos de cerâmica comum e alguns fragmentos de ânforas, *terra sigillata* galo-romana, hispânica e clara A e D. Ou seja, pelo registo de superfície, documenta-se um abundante conjunto de abastecimentos ao local e também uma persistência na diacronia de ocupação. Além das cerâmicas, merece destaque a profusão de escórias e subprodutos de atividades metalúrgicas, que, na sua maioria, foram depositados nos moroiços e acumulados de pedra ali existentes. A quantidade e a dimensão destes resíduos são evidentes, denunciando um intenso fabrico de materiais de ferro, sendo de notar que na envolvente estão referenciadas várias ocorrências de minas antigas. Note-se, também, que nos moroiços estão depositados vários blocos de quartzo com ocorrência de minério de ferro.

O dado mais relevante, contudo, consiste na profusão de blocos marmóreos semitrabalhados que se encontram no local e na envolvente. Alguns foram sumariamente talhados, como uma grande laje marmórea que se encontra na propriedade vizinha, havendo ainda outros dados relevantes, como um bloco que apresenta uma cruz grosseiramente desenhada. Em visita recente, também foi identificada uma base de coluna semiesboçada, com a morfologia e linhas características já evidenciadas. A quantidade de elementos marmóreos semitrabalhados é tão elevada que justifica a presença de vários moroiços, sobretudo na extrema da propriedade.

Embora este sítio tenha sido interpretado como uma *villa*, sem dúvida devido à identificação de cerâmica fina de importação, estão ausentes alguns dos elementos típicos dessa categoria, como, por exemplo, indicadores pertencentes a construções monumentais. Em contrapartida, todo o reportório aponta para a existência de áreas de laboração, quer pela ocorrência de escória e de vestígios de atividades metalúrgicas, quer pela profusão de blocos marmóreos semitrabalhados. Desta forma, no lugar de uma *villa marmoraria*, como em anterior texto foi proposto⁸⁵, talvez estejamos em presença de um extenso povoado com o maior e mais diversificado conjunto de indicadores da cultura material que pode ser encontrado em todo o anticlinal.

⁸⁵ Carneiro. *Lugares, Tempos e Pessoas*, vol. 2, n.ºs 04.13, 77.

Vila Viçosa



5.2.1.3. Concelho de Vila Viçosa

Não é fácil relacionar as referências na obra do padre Joaquim Espanca⁸⁶ com a paisagem atual. Além das necessárias alterações ocorridas em mais de um século, há que entender o pensamento do autor no seu contexto histórico, procurando enfatizar a riqueza do passado romano à luz de uma construção historiográfica. Atualmente, percorrendo os caminhos descritos, o que se encontra é um quadro mais estereotipado, de dispersão de cerâmica de construção e alguma cerâmica comum ao longo de vários hectares, deixando antever a existência de sítios extensivos e distendidos no espaço. Os “vilares” assim designados parecem corresponder a sítios amplos, mas com poucas evidências, onde as atividades de talhe e laboração do mármore são visíveis pela presença de

Figura 11 - Cartografia dos sítios arqueológicos da época romana no concelho de Vila Viçosa. Elaboração por Joana Valdez-Tullet.

⁸⁶ Espanca, P.^e Joaquim José da Rocha. *Memórias de Vila Viçosa*. Cadernos Culturais de Vila Viçosa 1-35. Vila Viçosa: Câmara Municipal de Vila Viçosa, 1983 (1.^a ed. 1885).

inúmeros restos de blocos marmóreos informes de pequena dimensão, possivelmente rejeitados e sobrantes sem utilidade.

É o caso da situação observada em Vilares da Galharda⁸⁷, junto a Bencatel, onde prosseguem válidas as impressões de terreno colhidas pelo padre Espanca: “há ladrilhos e telhões com alguns mármorees talhados, mas também muitíssima pedra miúda e alguma grossa”⁸⁸. A dispersão destes vestígios é, como nos outros casos, muito ampla, pois atinge os dois ou três hectares. Não se nota uma área de concentração diferenciada, mas zonas dispersas e espalhadas no espaço onde se encontram mais elementos, com a ocorrência de espaçamentos onde os materiais são mais raros.

Refira-se ainda que a presença humana foi dilatada no tempo, visto que se encontrou uma inscrição paleocristã, o epitáfio de uma criança denominada Domitia.

A situação é mais difusa em Aldeia das Freiras⁸⁹, onde os índices de ocupação atual no terreno tornam mais complicada a identificação de vestígios, dada a existência de variadas construções e parcelamentos. E esta situação contrasta com o panorama verificado pelo padre Espanca, a julgar pela profusão de evidências que descreve, mesmo sendo de considerar os evidentes exageros do autor⁹⁰:

1.º Uma grande pedra de doze palmos de comprimento por três de largura, a qual tinha no centro dos extremos uma cavidade como de rodízio ou couceira de porta, e junto dessa cavidade outra menos para gato de ferro. Era inquestionavelmente ali um grande pórtico. [...]. 4.º Uma outra não apurada a cinzel ou escoda estava empinada e sobre ela tinham posto os trabalhadores um busto de mármore, cuja cabeça padecera a lesão de uma lasca tirada na face esquerda, compreendendo boca, nariz e olho direito. [...] várias pedras grossas junto do pórtico referido e ao longo dos alicerces de uma capela ou templo, indicando serem bases sobre que se erguiam colunas ou grossas pilastras. Seria aqui algum templo de Fontano e Fontana?... Deus o sabe. Na traseira deste edifício apareceram alguns canos de chumbo em perfeita conservação. Eram aquedutos de pequena porção de água e, segundo parece, de umas termas ou banhos quentes, pois mais adiante estava um tanquinho ou banheira de argamassa duríssima, além de cinzeiros perto dos canos. [...] admirei novos mármorees, inculcando serem alicerces de outros [...] tábuas de mármore alvíssimo talhado à serra, pedaços de cornija, florões de cimento [...]⁹¹.

⁸⁷ Carneiro. *Lugares, Tempos e Pessoas*, n.ºs 18/07, 429.

⁸⁸ Espanca. *Memórias de Vila Viçosa*, 72.

⁸⁹ Carneiro. *Lugares, Tempos e Pessoas*, vol. 2, n.ºs 18/08, 430-431.

⁹⁰ Note-se a desmesurada extensão apontada, pois “Na Fonte das Freiras, desde o nascente até cerca da vila do Alandroal” existiriam vestígios: Espanca. *Memórias de Vila Viçosa*, 32.

⁹¹ Espanca. *Memórias de Vila Viçosa*, 80.

Fazendo fé na veracidade da descrição, teríamos nesta área um conjunto de edificações com carácter público, possivelmente albergando termas, a julgar pelo “tanquinho” e “canos de chumbo em perfeita conservação”. Quanto a “um grande pórtico”, poderia assinalar a entrada para um edifício ou recinto, marcada no terreno por uma soleira de porta. A existência de “uma mão” e “um busto” em mármore pode sugerir a existência de uma iconografia elaborada ornamentando o espaço, compaginável com a existência de um espaço de congregação de gentes.

Em algum local deveria existir um recinto funerário: a apreciável quantidade de inscrições assim o indica⁹², com a diversidade onomástica concordando com a existência de um local para onde confluíram pessoas de distintas proveniências, como a laboração do mármore deixa supor. Note-se ainda que do local provém uma rara inscrição a Fontano et Fontanae, que poderia pertencer ao hipotético edifício termal atrás referenciado, ou a alguma estrutura de carácter cultural que existisse no local, em agradecimento ao manancial que brotava do chão, conforme se registou na notícia do achado⁹³. Como em outro texto notei⁹⁴, a carga de conteúdos sacros do local manteve-se ao longo da diacronia histórica, uma vez que junto à azenha de Aldeia das Freiras se encontra a azenha da Saúde e, a 2 km para leste, a antiga Ermida de Santa Ana, que, como sabemos, está ligada à cura das doenças oftalmológicas, tendo por isso um conjunto de conotações salutíferas da mais elevada importância e que não devem ser deixadas de fora da análise⁹⁵.

Pelo exposto se conclui que a profusão de elementos descritos na zona de Aldeia das Freiras, a sul de Bencatel, torna o local como forte candidato a sede de um eventual núcleo de povoamento que organizasse a atividade extrativa nesta região. Se a maioria dos restantes sítios não apresenta grande variedade de indicadores, no caso de Aldeia das Freiras, as notícias antigas são eloquentes – e concordantes, embora, pelo menos no caso de Mário Saa, possamos estar perante a repetição de *topoi* provenientes

⁹² IRCP 438, 443, 452, 455 e 467.

⁹³ Vasconcelos, José Leite. *Religiões da Lusitânia*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, vol. I, 1905, 256: “A fonte é terrena, i.é., brota do chão. Podia ser transformação da antiga, caso ali tivesse tido, realmente, a sua sede o culto de Fontanus e Fontana. No terreno em volta vi muitos fragmentos de tegulas e pedras-mármorees aparelhadas; e soube também que ali apareceram moedas romanas”.

⁹⁴ Carneiro, André. “A cartografia dos cultos religiosos no Alto Alentejo em época romana: uma leitura de conjunto”. *Hispania Antiqua* 33-34 (2009-2010): 237-272, especialmente 254-255.

⁹⁵ Talvez por este facto, em notícia posterior, Mário Saa desloque para este lugar o achado da invocação: “Nas suas origens há um terreno denominado as Fontanas. Na sua margem esquerda, 2 km. a juzante dos Vilares e do M.^{te} da Galharda, houve uma ermida, [sic] dedicada a St.^a Ana, sucedânea dum templo romano consagrado aos deuses Fontanus e Fontana”. Saa. *As Grandes Vias da Lusitânia*, vol. I, 122.

de autores antigos, postura que o autor radicado no Ervedal por vezes adotava. Contudo, e para a investigação atual, o maior paradoxo reside no facto de ser precisamente neste local que menos vestígios se encontram à superfície, ou seja, as prospeções feitas em Aldeia das Freiras e na sua envolvente (incluindo Santa Ana) nunca trouxeram dados significativos que permitam esclarecer o efetivo perfil de povoamento de um dos sítios mais promissores de todo o anticlinal de Estremoz/Vila Viçosa. Questão em aberto, portanto.

Ainda no concelho de Vila Viçosa, outros núcleos emergem na freguesia de Pardais. Em torno de São Marcos⁹⁶, temos um conjunto de descrições de “vilares” ou do que seriam estes povoados híbridos, simultaneamente de extração e de laboração do mármore. Como foi atrás referido, as descrições de achados antigos em torno da igreja de São Marcos são eloquentes: além da habitual cerâmica de construção e comum, referem-se colunas de mármore, silhares e objetos vários. A novidade neste local é-nos dada através de Mário Saa, que refere o achado de mosaicos, embora esta informação deva ser lida com cuidado, uma vez que ninguém mais a reproduz⁹⁷. Soma-se também a descrição de um espaço de lagar, com uma grande pedra no seu centro, que foi obtida por informação oral recolhida no local. Além do mais, deveria existir um espaço sepulcral, pois os trabalhadores recordam-se de terem sido desmontadas algumas sepulturas com inumações no seu interior, além de conterem objetos, dos quais o mais emblemático seria uma pulseira de ouro que entretanto desapareceu.

Saindo de São Marcos para sul, a exploração contemporânea dos mármore atinge os limites máximos de extração, com pedreiras que laboram a 120 m de profundidade. É precisamente nesta zona que sobrevive um dos sítios mais interessantes do anticlinal: Fonte Soeiro⁹⁸, que se encontra próximo do aglomerado populacional, em zona de hortas e bons solos agrícolas, que, possivelmente por este motivo, têm salvaguardado o sítio arqueológico.

Temos vários testemunhos no local, alguns mais difíceis de avaliar, como a memória de um “caminho para Madrid”, que no terreno dificilmente se consegue perceber, embora tenha sobrevivido uma linha fóssil na paisagem, precisamente orientada para este. Os indicadores mais relevantes, contudo, estão à superfície, como cerâmicas de importação, nomeadamente *terra sigillata* hispânica, e ânforas de fabrico lusitano. Também abundam as cerâmicas de construção, fabricos de cerâmica

⁹⁶ Carneiro. *Lugares, Tempos e Pessoas*, vol. 2, n.º 18/10, 431-432.

⁹⁷ Saa. *As Grandes Vias da Lusitânia*, vol. I, 138.

⁹⁸ Carneiro. *Lugares, Tempos e Pessoas*, vol. 2, n.º 18/12, 432.



Figura 12 – Bloco de mármore semitrabalhado em Fonte Soeiro, Vila Viçosa.

comum, escória de ferro e manchas de *opus signinum*. Uma evidência direta é um grande bloco de mármore cinza semitrabalhado (Fig. 12). Mais para cima, na direção da encosta e das escombreiras atuais, várias fontes referiram achados antigos de sepulturas, sendo que há notícia de achados de “pedras com letras”.

No seguimento do vale, encontra-se o atual aglomerado urbano de Pardais⁹⁹. Aqui, os indicadores, embora abundantes, são mais difíceis de ler, em grande parte devido à sobreposição topográfica do aglomerado atual, não sendo de excluir que os vestígios anteriormente mencionados tivessem continuidade, de modo a estarmos, afinal, perante um mesmo sítio. Por serem indicadores tão relevantes e tão extensos, Mário Saa chega a colocar neste contínuo que vem de São Marcos a sede da *mansio* de *Ad Adrum Flumen*, ponto de passagem da via XIV mencionado no Itinerário de Antonino¹⁰⁰.

⁹⁹ Carneiro. *Lugares, Tempos e Pessoas*, vol. 2, n.^{os} 18/13, 432-433.

¹⁰⁰ Saa. *As Grandes Vias da Lusitânia*, vol. I, 138.

Sendo difícil discernir as realidades no terreno, assinala-se que estão atribuídos a Pardais os tapetes de mosaico e os materiais arqueológicos expostos hoje no Museu de Arqueologia da Fundação da Casa de Bragança, em Vila Viçosa¹⁰¹. Note-se que está atribuída a Pardais uma rara invocação epigráfica, constante de uma dedicatória a Salus em agradecimento por alguma graça curativa¹⁰². Dos topónimos referidos pelo padre Espanca, apenas o “Monte da Misericórdia” é hoje reconhecível, mas não se encontraram testemunhos de achados antigos, apesar dos “ladrilhos e telhões Romanos, que formam camadas de uns sobre outros, indicando serem relíquia de sumptuosos edifícios”¹⁰³ apontados pelo autor.

Note-se, por fim, que o próprio nome da povoação será uma corruptela da palavra “paredais”, indicando a existência de estruturas bem visíveis aquando do processo de reconstituição do aglomerado populacional.

5.2.1.4. Comentário: sítios de extração e laboração no anticlinal

Em termos gerais, os sítios recenseados diretamente no anticlinal e na sua orla apresentam um conjunto de características comuns.

Salvo honrosas exceções – como pode ter sido o caso de Vigária, mas a perceção global é truncada pela profunda alteração da paisagem envolvente –, os locais de extração marmórea no anticlinal privilegiam as cotas intermédias, estando ausentes dos pontos mais elevados. Este fator pode ser originado pela geografia da investigação: é nas cotas mais altas e nas zonas de cumeada que a progressão é mais difícil, seja porque o denteado das cristas coloca dificuldades ao trânsito, mas também pela vegetação de mato rasteiro cerrado que prolifera na maior parte desses pontos. Mas, em geral, as evidências de cortes antigos encontram-se em zonas mais planas, a média cota das elevações. É o caso de Lagoa, como também da zona entre São Marcos e Fonte Soeiro, ou ainda de Horta Nova. O propósito parece claro: a exploração romana privilegiou a compatibilidade entre o fácil acesso às diaclases de início de corte e a facilidade de escoamento dos blocos, procurando zonas de pendente suave por onde os carros de bois transportassem as cargas até às zonas imediatas de laboração. De um modo geral, em todo o anticlinal encontramos este padrão: Mártires tem pedreiras em toda a envolvente, mas estão em cota baixa, com fácil acesso; em Nogueiras/Horta Nova o mesmo sucede; *idem* em Lagoa e baixa de Bencatel; e o mesmo em São Marcos/Fonte Soeiro/Pardais. Apenas

¹⁰¹ Oleiro. *Achado de Dois Sarcófagos numa Pedreira em Pardais*; Maciel. “Arte romana e pedreiras de mármore na Lusitânia”, 241, nota 29.

¹⁰² *IRCP* 375.

¹⁰³ Espanca. *Memórias de Vila Viçosa*, 83.

Vigária se encontra a cota mais elevada, embora com uma pendente que facilita o acesso (ainda hoje, é este o caminho de escoamento).

Ou seja, os locais de extração/laboração situam-se no perímetro imediato do anticlinal, salvo existências ainda por identificar. Mapeando os conjuntos, encontramos uma associação que forma um anel incompleto, que rodeia o anticlinal por norte, oeste e sul. O significado ainda não é totalmente claro, mas esta é uma pista que poderá ser confirmada por futuros trabalhos de prospeção intensiva no terreno.

Quanto às evidências no terreno, o elemento mais notável a destacar é, desde logo, a grande extensão de cada um deles. De um modo geral, as unidades de povoamento estendem-se por dois a quatro hectares e, em vários casos, temos visões truncadas pelas transformações contemporâneas da paisagem. Esta impressão de áreas muito extensas justifica o qualificativo de “vilares” que os autores antigos atribuem, ou seja, “lugares ou pequenas aldeias”. Este dado, já de si significativo, contrasta fortemente com o panorama observado por Ruth Taylor para a sua área de estudo: “Se trata generalmente de yacimientos muy pequeños, con una extensión detectada en superficie entre 100 y 500 m², caracterizados por una dispersión de materiales muy pobres [...]”¹⁰⁴.

Pelo contrário, nos sítios do anticlinal, a extensão e a variedade de indicadores são a norma. Em geral, estamos perante unidades de grandes dimensões, equiparáveis ao que geralmente se atribui para uma *villa* ou para um *vicus*, ou seja, um panorama no qual vamos recorrentemente encontrando materiais durante várias centenas de metros. Atualmente, na maioria dos locais, apenas se visualizam materiais cerâmicos de construção e blocos marmóreos com evidências de talhe sumário. Contudo, como vimos, as informações antigas ampliam substancialmente o leque informativo, com notícias de elementos construtivos e ornamentais e, inclusivamente, de pavimentos de mosaico. Note-se, também, que parece existir uma rara contiguidade ou proximidade espacial entre os locais de vida e os âmbitos funerários, visto que não se notam separações na paisagem entre os espaços de laboração e aqueles onde se referem achados de elementos sepulcrais. Note-se ainda que os sítios do anticlinal apresentam uma profusa quantidade de epigrafia funerária, no que me parece ser um dos indicadores mais relevantes para uma análise sociocultural. Na verdade, contrariando a visão geral de massas de trabalhadores indiferenciados, observa-se que do anticlinal provêm várias inscrições funerárias ou votivas, apontando relevantes indicadores de cariz antroponímico (bastante onomástica helenizante, por exemplo) e económico. Merece

¹⁰⁴ Taylor. “Las canteras romanas de Almadén de la Plata (Sevilla, España)”, 241.

destaque a inscrição de Mártires atribuída a Iulius Maximianus, liberto que ostenta a sua condição de modo inequívoco.

Como foi referido por diversas vezes, todo o anticlinal necessita de um mapeamento rigoroso das suas evidências arqueológicas, até como forma de salvaguarda e valorização deste património. Mas um dos elementos relevantes para a compreensão espacial deste modelo de povoamento, que só de forma fugaz conseguimos entrever, é a proximidade destes “vilares” ou locais de laboração a mananciais de água. Em Mártires, esse facto é evidente, mas em todos os outros locais encontramos este tipo de proximidade, que inclusivamente origina os agradecimentos a Salus e a Fontano et Fontanae mencionados. Este pode ser outro indicador para o futuro da investigação: embora todo o anticlinal seja uma considerável reserva estratégica de água, em certos pontos privilegiados os mananciais afloram, tornando a laboração do mármore mais facilitada, dada a considerável quantidade de água corrente necessária.

Neste âmbito de análise, note-se ainda que em vários locais se observam indicadores microtopográficos sugestivos. Em locais como Galharda, Nogueiras ou Fonte Soeiro, notam-se pequenos relevos e plataformas que podem indicar a presença de estruturas no subsolo, eventualmente ainda bem conservadas. Seria, portanto, necessário que se cuidasse da preservação destes sítios e se procedesse a ações de mapeamento, eventualmente recorrendo a técnicas não invasivas, como a prospeção por georradar.

Note-se ainda que não existe a preocupação de orientar a implantação destes sítios de acordo com critérios de proximidade a solos de elevada aptidão agrícola. Este é um dos critérios que geralmente norteiam a escolha das *villae*: a proximidade a manchas de solo de grande capacidade, de classe A ou B. No caso do anticlinal, este padrão não se verifica: é certo que em algumas situações encontramos boas hortas nas proximidades, como em Aldeia das Freiras ou em Fonte Soeiro, mas a mancha de dispersão dos vestígios parece orientar-se para outras direções (em torno do curso de água, no primeiro caso, e para as atuais pedreiras, no caso do sítio próximo de Pardais). Nestas, como em outras ocorrências, a preocupação parece ser outra, direcionando-se em função de áreas com espaço para laboração e dos já referidos recursos hídricos em abundância.

5.2.2. Os sítios na envolvente do anticlinal: as villae

Como nota prévia, é preciso fazer notar que os três concelhos em análise – Estremoz, Borba e Vila Viçosa – não apresentam qualquer carta arqueológica publicada, resultado de prospeções sistemáticas no seu território. Existem trabalhos feitos aquando da elaboração dos Planos Diretores

Municipais, mas que não apresentaram uma metodologia clara que fosse exaustiva na cobertura de cada território.

Em função dos trabalhos de prospeção que, desde 2008, têm sido desenvolvidos em toda a área do anticlinal¹⁰⁵, começa a tornar-se nítido um perfil de povoamento em época romana na região. Ao contrário do geralmente suposto, até pela tradição da investigação sobre o tema, não parece existir uma direta vinculação das *villae* à exploração do mármore, o que de algum modo reforça o possível estatuto privilegiado que a tutela imperial estabeleceu na região.

Quero com isto reforçar que, se os sítios em torno das pedreiras obedecessem ao padrão de cultura material das *villae*, seguramente que a exploração teria um estatuto de concessão privada, onde cada *dominus* organizava a extração do mármore de acordo com os recursos existentes no seu *fundus* próprio.

No quadro que se vai desenhando, parece que os sítios vinculados com a laboração têm um perfil distinto – apesar das inúmeras dúvidas que ainda subsistem –, conforme tem sido expresso em anteriores textos¹⁰⁶. Por exemplo, o *fóssil* diretor geralmente reconhecido para a identificação de uma *villa* – a existência de pavimentos de mosaicos, sempre atribuído, embora erroneamente, a esta categoria de sítios – apenas se encontra comprovado em São Marcos (mesmo assim, uma referência que deve ser lida com reticências, pois Mário Saa não se deslocou ao local) e Pardais, dos quais se guardam fragmentos no Museu de Arqueologia da Fundação da Casa de Bragança.

Como foi referido no ponto anterior, os sítios existentes na área definida pelo anticlinal parecem corresponder a oficinas de laboração e/ou a aglomerados que congregavam as gentes que trabalhavam e geriam a exploração do mármore.

Para procurarmos a existência de *villae*, devemos olhar para a cintura que rodeia o anticlinal. Nessa área, situada a curta distância, mas fora do perímetro, encontramos vários sítios cuja cultura material efetivamente corresponde ao que podemos considerar como as grandes residências áulicas privadas, com elevados indicadores de monumentalidade e conforto.

Começando de norte para sul, temos o já referido caso de Santa Vitória do Ameixial. Objeto de escavações arqueológicas, ficou aqui documentado

¹⁰⁵ Carneiro. *Lugares, Tempos e Pessoas*. Até 2011, com posteriores prospeções não sistemáticas na realização do presente projeto.

¹⁰⁶ Carneiro. *Lugares, Tempos e Pessoas*; veja-se também Carneiro, André. “Vila Viçosa e a exploração do mármore em época romana”. In *Vila Viçosa. Vila Ducal Renascentista*. Vol. III – *Estudos Históricos do Dossiê de Candidatura de Vila Viçosa à Lista do Património Mundial da UNESCO*. Vila Viçosa: Município de Vila Viçosa, 2018.

um dos mais perfeitos exemplos do que seria uma *villa* de *otium* clássico, com uma das mais originais planimetrias arquitetônicas e programas decorativos conhecidos no Alentejo. Pelo exposto em capítulo anterior, parece natural vincular a propriedade do local com algum alto dignitário, em função dos diversos elementos da cultura material encontrados no sítio, em especial o possível pedestal com a inscrição de carácter político. Mais complexa parece ser a avaliação de uma eventual ligação do seu proprietário com a exploração dos mármore. Santa Vitória encontra-se na terminação da crista do anticlinal (a chamada Serra de São Miguel), mas em área onde não existe qualquer viabilidade para a exploração deste recurso. Pelo contrário, parece evidente que a cultura material do sítio – em especial, a identificação de um lagar – o pode vincular à exploração de carácter agropecuário. O local encontra-se próximo de solos de excelentes aptidões agrícolas e com uma implantação que sugere a busca das *paisagens ideais de otium et contemplatio*, muito caras ao imaginário dos *possessores das villae*, dominando um amplo horizonte visual que, por curiosidade, se situa na direção exatamente oposta ao do anticlinal. Portanto, não resulta clara a ligação a uma eventual área de laboração do mármore.

Ainda no concelho de Estremoz, mas para oriente, encontramos o sítio de Reguengo¹⁰⁷ (São Domingos de Ana Loura), onde os indicadores de terreno apontam para uma possível *villa*. Além de elementos relacionados com o espaço de habitação – canalizações em *opus signinum*, colunas e capitéis em mármore e numerosos materiais de superfície –, existem dados que apontam para uma área de âmbito funerário e para uma zona de laboração, com abundantes escórias de minério de ferro. Contudo, também não existe nada que vincule o sítio com a laboração do mármore: a paisagem é pouco apta, estando junto a excelentes solos agrícolas, e a vocação do local parece ter consistido nas atividades metalúrgicas. Conhecem-se elementos arquitetónicos em mármore, mas no terreno não se encontra um único fragmento deste material.

Próximo deste local encontra-se, já no concelho de Borba, a *villa* de Zumbrete¹⁰⁸. Apresenta um quadro paisagístico semelhante ao anterior, a média distância do anticlinal e em paisagem de elevada aptidão agropecuária, com visibilidade para a direção oposta ao anticlinal. No entanto, os indicadores são promissores, pois o mármore está bem presente na cultura material do sítio. Foi encontrado um pequeno elemento escultórico deste material, figurando uma perna de pequenas dimensões, e encontraram-se elementos arquitetónicos, como uma pequena base de coluna e

¹⁰⁷ Carneiro. *Lugares, Tempos e Pessoas*, vol. 2, 09.13, 237–239.

¹⁰⁸ Carneiro. *Lugares, Tempos e Pessoas*, vol. 2, 04.02, 71–72.



uma placa moldurada (Fig. 13). Sobretudo, temos presentes numerosos fragmentos informes, que podem indicar restos de laboração (além de fragmentos de escória de minério de ferro). Portanto, em Zumbrete temos um local com evidente potencial, que mereceria um estudo específico.

Na área urbana de Borba foi documentado o já referido sítio de Cerca¹⁰⁹, que infelizmente sofreu um processo de intervenção arqueológica bastante conturbado e que dificulta muito a análise do local. A primeira sondagem realizada documentou um interessante edifício de absides geminadas, com paredes revestidas a estuque e pavimento de mosaico, um dos poucos registados na área do anticlinal. Contudo, nem nos elementos construtivos, nem nos achados provenientes da escavação, em nenhum lugar se menciona a ocorrência de mármore. Desta forma, ficou por definir, não apenas se este material poderia fazer parte da cultura material do sítio, como o próprio perfil de povoamento no local. Note-se que, dos sítios incluídos neste capítulo, é a Cerca que se encontra mais próxima

Figura 13 - Base de coluna encontrada no sítio de Zumbrete, Borba.

¹⁰⁹ Carneiro. *Lugares, Tempos e Pessoas*, vol. 2, 04.06, 73-74.

das atuais áreas de laboração das pedreiras, pelo que parece ter-se perdido uma boa oportunidade de termos um *case study* que, de modo eficaz, nos permitisse conhecer os espaços de vida nesta região.

Finalmente, no concelho de Vila Viçosa, o único sítio que pode, com segurança, ser interpretado como *villa* será Torre do Cabedal¹¹⁰, onde, inclusivamente, decorreram escavações arqueológicas que nunca foram documentadas, pelo que, objetivamente, nada se sabe do que foi encontrado. No entanto, uma visita ao local permite perceber que se trata de um sítio de impressionante monumentalidade, mas que hoje está abandonado e entregue à depredação dos caçadores de tesouros. Os trabalhos arqueológicos decorreram no espaço termal, ricamente decorado com mosaicos de grande qualidade, mas não existe qualquer planimetria das estruturas, razão pela qual o sítio nunca aparece referido nos *corpora* respetivos. Por isso, fora a menção a uma “roda de ralo” em mármore, nada mais se conhece neste material que tenha sido identificado no local, nem à superfície se encontram materiais deste tipo – embora, volto a frisar, não se saiba o que foi encontrado nas escavações ali realizadas. De todos os sítios aqui registados, este será o que se encontra a maior distância do anticlinal, parecendo claramente vinculado com a exploração agropecuária da envolvente.

5.2.2.4. Comentário: sítios de exploração agropecuária na orla do anticlinal

Em visão geral, os sítios que se encontram na envolvente da formação geológica do anticlinal de Estremoz/Vila Viçosa parecem obedecer a um conjunto de constantes comuns. Note-se, contudo, que as considerações apresentadas são precárias em face do estado atual da investigação, que necessita de uma análise sistemática, que nunca foi realizada.

De qualquer forma, parecem existir alguns feixes de ligação. O dado mais relevante – visto que a cultura material e a planimetria estrutural dos sítios são desconhecidas – reside na implantação espacial. Em todos os casos, os sítios encontram-se a média distância do anticlinal. Nenhum apresenta relação visual com a zona dos mármore, ou seja, todos estão voltados para a linha de horizonte oposta. E este dado é, por si, só relevante, uma vez que em época romana o controlo visual da paisagem é de extrema importância. Notem-se as várias referências que as fontes literárias de época romana fazem ao modo como o *dominus* observava os seus trabalhadores no labor agrícola a partir de um plano elevado da sua

¹¹⁰ Carneiro. *Lugares, Tempos e Pessoas*, vol. 2, 18.05, 428–429.

villa (uma janela ou um terraço de contemplação)¹¹¹, hábito que se mantém para os autores cristãos. E note-se ainda como, nos sítios implantados no anticlinal e apresentados no ponto anterior, se verifica uma relação de contacto visual direto entre o local e a zona de laboração das pedreiras. Tal não se verifica nos sítios listados neste capítulo, que, inclusivamente, “viram costas” à elevação do anticlinal. A paisagem contemplada é eminentemente de índole agropecuária, com relevos suaves e vales de aluvião que propiciam uma agricultura de regadio, que poderia ser a base económica primordial de cada um. Mesmo no caso de leitura da paisagem mais problemática – o sítio de Cerca, em Borba, situado no subúrbio de saída do atual aglomerado urbano –, encontramos no sopé do vale um curso de água, a ribeira de Borba.

Relação visual inversa e proximidade a paisagens de base agropecuária, portanto. Quanto ao registo de superfície, o padrão também muda: sítios com diversidade artefactual mais abundante, onde se encontram as cerâmicas de importação, quer as de tipo *terra sigillata*, quer os contentores anfóricos de abastecimento. E a ausência dos blocos de mármore informes, que, como vimos, predominam em todos os sítios que se encontram na área do anticlinal e que, nestes situados na sua orla, apenas vimos em Zumbrete. Da mesma forma, também o padrão de dispersão é diferente, pois mais intenso: é certo que este facto depende muito das condições pós-deposicionais, mas em todos estes locais encontram-se manchas de dispersão de materiais muito densas, bem distantes do padrão rarefeito dos sítios do anticlinal. E encontramos também aparelhos construtivos de grande volumetria, como silhares de granito ou elementos arquitetónicos em mármore.

No restante, os poucos sítios escavados confirmam esta impressão. Se de Cerca as informações são pouco manuseáveis, dadas as condições em que decorreram as intervenções, em Santa Vitória do Ameixial e em Torre do Cabedal é bem evidente a magnitude da massa arquitetónica e o requinte decorativo dos locais, próprios de um fausto áulico característico das *villae*.

¹¹¹ A título de exemplo, veja-se a descrição de Sidónio Apolinar sobre a *villa* Leontina, um testemunho particularmente interessante por perpetuar, em pleno século V, as preocupações e o modo de habitar que os proprietários rurais ostentam desde o século I d.C. Note-se que o autor viveu entre c. 430 e 489 d.C., em conjuntura de acelerada mudança (Sidónio foi feito prisioneiro pelos godos, aquando da tomada de Clermont, em 474). Em *Carmina* XXII 210-215, podemos ler como o autor desfrutava da ampla paisagem proporcionada por uma larga janela instalada no segundo piso de um dos torreões laterais da fachada principal de uma *villa*, que apresenta interessantes paralelos com o exemplo conservado de São Cucufate (Vidigueira).

Inúmeras questões continuam em aberto, mas a dispersão de grandes sítios em torno do anticlinal parece indicar a presença de grandes *villae* dedicadas à exploração agroeconómica. A relação destes locais com os espaços de laboração fica por esclarecer, inclusivamente do ponto de vista das articulações mútuas de abastecimento e conectividade: eram estas *villae* que providenciavam os materiais de subsistência para as massas de gente que laboravam nas pedreiras ou, pela escala da exploração, os abastecimentos teriam de vir de longe? E era nas pedreiras que os *domini* procuravam os mármore que ornamentavam os programas decorativos e escultóricos das suas *villae*, ou as escolhas obedeciam a outros padrões? Responder a estas questões implica um estudo intensivo dos padrões da cultura material, mas, por enquanto, a leitura não parece ser unívoca e direta. Relembre-se, por exemplo, que na *villa* de Quinta das Longas (Elvas), o conjunto escultórico vem do outro extremo do Mediterrâneo, estando vinculado às oficinas de Afrodísias, e que na *villa* de Horta da Torre (Fronteira), em curso de escavação pelo signatário, os frisos do rodapé da grande sala do *stibadium* parecem ter vindo das pedreiras de Trigaches, não pertencendo seguramente ao anticlinal de Estremoz.

Há muito para conhecer ainda.

6. OS TEMPOS DA EXPLORAÇÃO: PARA UMA LEITURA DIACRÓNICA DA EXPLORAÇÃO DO MÁRMORE NO ANTICLINAL NA ÉPOCA ROMANA

Um facto parece ser seguro: antes da presença romana, não existia exploração do mármore no anticlinal de Estremoz/Vila Viçosa. Não se conhecem elementos escultóricos ou arquitetónicos em mármore na cultura material do povoamento indígena do sudoeste peninsular.

Esta ausência deve-se à inexistência de linguagens escultóricas próprias, porque a imagética teria certamente outras fórmulas de expressão. Para o atual território português, apenas para a área norte existem alguns elementos escultóricos, como as figuras de berrões e de guerreiros monumentais no âmbito da cultura castreja, em ambos os casos utilizando a rugosidade do granito autóctone. Mesmo nas áreas de contacto com o mundo clássico – em especial no sudeste levantino, onde as colónias gregas estavam instaladas –, os elementos são raros e de provável origem extrapeninsular. Desta forma, todos os modos de aproveitamento dos recursos geológicos endógenos surgem sob a gestão romana, no quadro da integração do território peninsular na administração do Império. E da preexistência, o poder romano pouco aproveita: não havia uma monumentalização arquitetónica; uma plástica urbana; um programa de extração e rentabilização económica destes recursos; nem um

“saber-fazer” sofisticado que Roma pudesse incorporar. Em resumo, é apenas com Roma que se inicia uma verdadeira exploração das pedreiras e dos recursos geológicos e também será com Roma que se inicia a utilização das pedras ornamentais, como o mármore.

Não é determinável o início da exploração dos recursos minerais em época romana. Não existem dados diretos sobre o início de laboração das pedreiras, apenas algumas indicações a partir das quais se podem inferir informações. Por exemplo, uma epígrafe proveniente de Alcácer do Sal¹¹² menciona-nos um *Vicanius*, filho de *Boutius* (dois nomes de ascendência celta), que dedica um voto a Augusto por ocasião do seu 12.º consulado (5 ou 4 a.C.). A peça é de granito da região, indicando uma precoce exploração das pedreiras de granito, seguramente no quadro dos programas edilícios então em curso nas cidades.

Quanto ao mármore, as primeiras evidências da sua extração pertencem ainda ao imperialato de Augusto, mas será com Tibério que se inicia verdadeiramente o investimento no anticlinal como recurso geoestratégico que irá alimentar os programas construtivos em curso. Já foi mencionada a importância de L. Fulcinus Trio neste processo, quer na negociação com as comunidades de Juromenha, quer na supervisão do movimento em curso na capital provincial, Augusta Emerita, que alimentava os seus principais monumentos com o mármore do anticlinal. É seguro que este processo segue com Cláudio, uma vez que detemos vários testemunhos da utilização do mármore de Estremoz e de Vila Viçosa em monumentos da Lusitania e da Betica durante este período.

Embora sejam mal conhecidos a escala e o alcance do processo, segue-se uma intensificação ainda maior com a dinastia flaviana, que procede a uma remodelação dos programas iconográficos e escultóricos de várias urbes da Lusitania, como ocorre em Conímbriga e também em Eborac Liberalitas Iulia, conforme se mencionou anteriormente. Desta forma, a exploração do mármore do anticlinal prossegue de forma intensa, abastecendo as principais cidades do território provincial, bem como os mercados locais da região envolvente: note-se a grande quantidade de elementos escultóricos e epigráficos que nesta época encontramos no santuário de Endovélico ou a profusão de inscrições funerárias, datadas desta época e da centúria seguinte, por toda a zona do Alto Alentejo e Alentejo central.

Desta forma, também durante o século II encontramos a presença do mármore estremocense em vários âmbitos, embora sobretudo na esfera mais privada. A situação intensifica-se durante o século seguinte, na me-

¹¹² IRCP 184.

dida em que se verifica a maciça utilização do mármore no processo de monumentalização das grandes *villae* que nesta época se irão construir em toda a Hispania.

Como foi referido anteriormente, o mármore é eleito como a matéria-prima por excelência na decoração dos ambientes construídos, em especial nas salas de receção e nos edifícios termiais. O uso do mármore é feito em larga escala como *ornatus* de excelência, transmitindo o brilho e o prestígio. Este processo está inclusivamente descrito em vários autores da época, que destacam a sua utilização como símbolo de prestígio na decoração de interiores: em Símaco encontramos os melhores exemplos, quer na referência aos revestimentos em mármore, feitos com tanta mestria que se julgaria de uma única peça, quer nos elementos arquitetónicos, como as colunas, tão perfeitas que poderiam ser de mármore da Bitínia¹¹³.

Encontramos o mármore do anticlinal em inúmeras *villae*, seja na própria área de exploração – o caso de Santa Vitória do Ameixial já foi apresentado com detalhe –, seja em âmbitos mais distantes na Hispania, como nas excepcionais *villae* de Carranque e Noheda. O âmbito da distribuição ganha ainda mais amplitude, na medida em que encontramos abastecimentos aos programas construtivos públicos em cidades do Norte de África, como Volubilis.

Tradicionalmente, pensava-se que a partir do século IV se iniciava um processo de decadência inexorável na atividade das pedreiras. A progressiva atrofia da vida urbana, com o final dos processos de construção na edilícia pública e a cada vez maior concorrência dos mármore orientais, colocados no mercado a preços muito competitivos, conduzia a este pressuposto. Mas a investigação recente tem levado a questionar esta leitura. Em outro capítulo do presente texto foi referido o modo como a investigação arqueométrica recente tem permitido confirmar que o mármore de Estremoz é a matéria-prima de eleição para a escultura funerária utilizada na Hispania, como a identificação de alguns sarcófagos por finalizar, encontrados no próprio anticlinal de Estremoz, já deixara perceber. Desta forma, vemos como, durante o século IV e os inícios do V, o mármore continuou a ser extraído, procedendo-se a uma fina elaboração escultórica, criando figurações que obedecem a preceitos de carácter espiritual e simbólico, refletindo também as influências filosóficas e religiosas destes tempos. A difusão do mármore do anticlinal continua a direccionar-se para o âmbito centro/norte da Hispania, acompanhando os programas construtivos e decorativos das grandes *villae*, sendo que os sarcófagos irão

¹¹³ Para ambas as referências: *Ep.* I, 12.

servir de última morada para estes *domini*, que elegem o mármore do anticlinal como matéria-prima de exceção. Neste domínio de valoração simbólica, a inscrição do sarcófago de Ithacius, na catedral de Oviedo, não deixa dúvidas sobre o “precioso mármore”, *praetioso marmore*.

No século V, inicia-se a viragem para um outro âmbito do domínio espiritual e religioso. Os escritos de âmbito cristão expressam a condenação ao luxo e à opulência que os ambientes áulicos materializavam, e o mármore está na primeira linha da crítica: renuncie-se aos *marmoribus tegi*, proclama Paciano de Barcelona¹¹⁴, e habite-se em ambientes austeros.

No entanto, verificamos que a utilização do mármore continua a ser exigida como elemento de excecionalidade. É certo que os ambientes mudam: já não é o âmbito doméstico que agora reclama o mármore, mas as construções religiosas cristãs. Nas igrejas e nos batistérios que modificam a paisagem da Lusitania, o mármore continua a manter todas as suas qualidades simbólicas: indício de requinte e de prestígio, é também identificado com a pureza, e o brilho que dele emana, ou a luz por ele refletida, adequam-se na perfeição aos ensinamentos e valores da pré-dica cristã.

Um trabalho recente permitiu realizar uma visão de síntese sobre a utilização do mármore em época tardoantiga¹¹⁵. Vemos, assim, como a escultura e os ambientes litúrgicos utilizam os mármore do anticlinal, permitindo perceber como seguem em funcionamento os locais de extração, que alimentam os templos cristãos que se constroem. Neste âmbito, o excecional achado de um pé de altar semitrabalhado, que na década de 80 foi fotografado *in situ* na pedreira de Horta Nova (Borba)¹¹⁶ (Fig. 14), mostra como as oficinas de laboração estavam em pleno funcionamento, o que ajuda a explicar a grande homogeneidade dos programas iconográficos e decorativos da zona emeritense. Ainda sobre o vizinho sítio de Nogueiras, atrás incluído na listagem de pontos de interesse arqueológico, note-se que uma recente prospeção por nós efetuada no local permitiu documentar a existência de um bloco de mármore semitrabalhado com uma cruz grosseiramente esquematizada, o que pode ser um indicador cronológico relevante (Fig. 15). Sublinhe-se, também,

¹¹⁴ *Sermus de Paenitentibus*, X, 3.

¹¹⁵ Cruz Villalón, Maria. “The use of marble in Lusitania between Rome and Islam”. In *Interdisciplinary Studies on Ancient Stone. ASMOSIA X: Proceedings of the Tenth International Conference of ASMOSIA, Association for the Study of Marble and Other Stones in Antiquity, Rome, 21–26 May 2012*, ed. Patrizio Pensabene e Eleonora Gasparini, 85–91. Roma: “L’Erma” di Bretschneider, 2015.

¹¹⁶ Deve-se a Jorge de Oliveira a documentação deste importantíssimo elemento, bem como a cedência da fotografia, pelo que muito agradeço ao autor. Infelizmente, o pé de altar ter-se-á perdido, não sendo identificado em visita posterior ao local, nem nas prospeções realizadas a partir de 2008.



Em cima:

Figura 14 - Elemento encontrado *in situ* em Nogueiras/Horta Nova, na década de 80. Fotografia de Jorge de Oliveira.

Em baixo:

Figura 15 - Bloco de mármore semitalhado encontrado em Nogueiras (Borba), com cruz grosseiramente desenhada.



que no registo de superfície do local estão presentes fragmentos de *terra sigillata* clara norte-africana A e D, o que pode indicar contextos de ocupação de pleno século V, eventualmente VI. Seguramente que com métodos arqueométricos se poderá continuar a preencher o mapa de difusão das produções do anticlinal de Estremoz/Vila Viçosa, que nos últimos tempos tem registado significativos contributos¹¹⁷.

É necessário também equacionar que a produção de mármore alimenta o ressurgimento da centralidade de Augusta Emerita a partir do século V e, especialmente, no VI. A sua condição de capital da Diocesis Hispaniarum conduziu a um renovado esforço construtivo, dada a presença na cidade de uma elite atuante e apostada em retomar o grandioso papel da urbe. Neste renovado fulgor, a Igreja assume também um papel decisivo enquanto construtor dos novos lugares de centralidade, como sucede com o mausoléu da mártir Eulália. Para a capital provincial, dispomos de um documento da maior relevância, que nos permite acompanhar o processo construtivo de templos que usam o mármore como elemento primordial na decoração. Trata-se da *Vitas Sanctorum Patrum Emeritensium*, um texto onde é descrito o memorial de Eulália: “Aquí, donde el brillo de relucientes mármoles, traídos de fuera y del propio país, llena de esplendor el templo santo [...]”¹¹⁸.

A referência é particularmente importante, não só pelo valor documental, que mostra o papel insubstituível do mármore, mas pela menção a “traídos de fora e do próprio país”: as redes de abastecimento mantinham-se eficazes, como aliás a cartografia dos naufrágios mediterrânicos evidencia para a Antiguidade Tardia¹¹⁹.

Até quando segue a exploração? Os dados são incertos e tornam-se cada vez mais difíceis de perceber com a passagem dos tempos. Contudo, durante o reinado de Afonso III (866–910), a monarquia asturiana procede à encomenda de mármore chegado por via marítima de uma pedreira peninsular. É muito provável que o mármore de Estremoz/Vila Viçosa continuasse a desfrutar do seu papel de matéria-prima por excelência para as construções de prestígio¹²⁰.

¹¹⁷ Carneiro, André. “Mudança e continuidade no povoamento rural no Alto Alentejo em época tardia”. In *A Lusitânia entre Romanos e Bárbaros*, coordenado por José d’Encarnação, Maria da Conceição Lopes e Pedro C. Carvalho, 281–308. Coimbra: Instituto de Arqueologia, Universidade de Coimbra, 2016.

¹¹⁸ Prudentius (348–410). *Himnus in Honoris Passionis Eulaliae Beatissimae Martyris*. BAC 427 (1981) III, 190–195.

¹¹⁹ Sodini, Jean-Pierre. “Marble and stoneworking in Byzantium, seventh to fifteenth centuries”. In *The Economic History of Byzantium from the Seventh to the Fifteenth Century*, editado por Angeliki Laiou, 129–146. Washington: Dumbarton Oaks, 2002.

¹²⁰ Aranda González, Raul, e Anna Gutiérrez García-Moreno. “An approach to literary sources for knowledge of *marmora* in northern Spain in the Early Middle Ages”. In

BIBLIOGRAFIA

- Adam, Jean-Pierre. *Roman Building. Materials and Techniques*. London, New York: Routledge, 2005.
- Alarcão, Adília (ed.). *Portugal Romano: a Exploração dos Recursos Naturais*. Lisboa: Instituto Português dos Museus, 1997.
- Alarcão, Jorge de. *Roman Portugal*. Londres: Warminster & Phillips, 1988.
- Alarcão, Jorge de. *O Domínio Romano em Portugal*. Mem-Martins: Europa-América, 1988.
- Alarcão, Jorge de. “A produção e a circulação dos produtos”. In *Nova História de Portugal*, ed. Joel Serrão e António Henrique de Oliveira Marques, 409-441. Lisboa: Editorial Presença, vol. I, 1990.
- Alarcão, Jorge de, e António Tavares. “A roman marble quarry in Portugal”. In *Studia Pompeiana and Classic in Honor of Wilhelmina F. Jashemski*, ed. Robert I. Curtis, 1-12. New Rochelle, New York: A. D. Caratzas, 1989.
- Alarcão, Jorge de, e Robert Étienne. *L'Architecture. Fouilles de Conimbriga I*. Paris: Diffusion E. de Boccard, 1977.
- Álvarez Martínez, José Maria, e Trinidad Nogales Basarrate. “Algunas consideraciones sobre la decoración de las villae del territorium emeritense: musivaria y escultura”. In *Les Campagnes de Lusitanie Romaine: Occupation du Sol et Habitats*, Collection de la Casa de Velázquez 47, ed. Jean-Gérard Gorges e Manuel Salinas de Frías, 273-296. Madrid, Salamanca: Casa de Velázquez, Ediciones Universidad de Salamanca, 1994.
- Andreu Pintado, Javier. “Los marmora de Lusitania: su uso como soporte epigráfico”. In *El Marmor en Hispania: Explotación, Uso y Difusión en Época Romana*, ed. Virgínia García-Entero, 315-330. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2012.
- Antonelli, Fabrizio, Pilar Lapuente, David Dessandier, e S. Kamel. “Petrographic characterization and provenance determination of the crystalline marbles used in the Roman city of Banasa (Morocco): new data on the import of iberian marble in roman North Africa”. *Archaeometry* 57, n.º 3 (2015): 405-425.
- Birley, Anthony. *Marcus Aurelius, a Biography*. New York: Routledge, 2000.
- Cabral, João Peixoto, Carla Mustra, e Theodor Hauschild. “A proveniência do mármore dos capitéis do templo romano de Évora”. *Conímbriga* 43 (2004): 171-178.
- Canto, Alicia M. “Avances sobre la explotación del mármol en la España romana”. *Archivo Español de Arqueología* 50-51 (1977-1978): 165-188.
- Canto, Alicia M. *Epigrafía Romana de la Betúria Céltica*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 1997.

Interdisciplinary Studies on Ancient Stone. ASMOSIA XII Proceedings of the Tenth International Conference of ASMOSIA Association for the Study of Marble and Other Stones in Antiquity. Izmir, 8-14 Oct. 2018, comunicação pessoal. É certo que a interpretação da passagem tem levantado um considerável debate, mas deve ser considerada.

- Carneiro, André. *Itinerários romanos do Alentejo: uma releitura de “as grandes vias da Lusitânia”*, de Mário Saa, quarenta anos depois. Lisboa: Edições Colibri, 2008.
- Carneiro, André. “A cartografia dos cultos religiosos no Alto Alentejo em época romana: uma leitura de conjunto”. *Hispania Antiqua* 33-34 (2009-2010): 237-272.
- Carneiro, André. “Um primeiro olhar sobre o povoamento romano no concelho de Vila Viçosa.” *Callipole* 21 (2013): 211-232.
- Carneiro, André. *Lugares, Tempos e Pessoas. Povoamento Rural Romano no Alto Alentejo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2 vols., 2014.
- Carneiro, André. “Mudança e continuidade no povoamento rural no Alto Alentejo em época tardia”. In *A Lusitânia entre Romanos e Bárbaros*, coord. José d’Encarnação, Maria da Conceição Lopes e Pedro C. Carvalho, 281-308. Coimbra: Instituto de Arqueologia, Universidade de Coimbra, 2016.
- Carneiro, André. “Vila Viçosa e a exploração do mármore em época romana”. In *Vila Viçosa. Vila Ducal Renascentista*. Vol. III – *Estudos Históricos do Dossiê de Candidatura de Vila Viçosa à Lista do Património Mundial da UNESCO*. Vila Viçosa: Município de Vila Viçosa, 2018.
- Carneiro, André. “Em busca das ‘antiguidades’ no Alentejo. O movimento humanista português nos alvares da modernidade (1560-1600)”, *in press*.
- Chaves, Luís. “Estudos lusitano-romanos. I – A villa de Santa Vitória do Ameixial”. *O Arqueólogo Português* 30 (1956): 14-117.
- Cruz Villalón, Maria. “The use of marble in Lusitania between Rome and Islam”. In *Interdisciplinary Studies on Ancient Stone. ASMOSIA X: Proceedings of the Tenth International Conference of ASMOSIA, Association for the Study of Marble and Other Stones in Antiquity, Rome, 21-26 May 2012*, ed. Patrizio Pensabene e Eleonora Gasparini, 85-91. Roma: “L’Erma” di Bretschneider, 2015.
- Encarnação, José d’. “Dédicants et cultores: quelques aspects... dans la Lusitanie romaine. Le cas d’Endovellicus”. In *Dedicanti e Cultores nelle Religioni Celtiche*, ed. Antonio Sartori, 61-71. Milano: Cisalpino, 2008.
- Espanca, P.^o Joaquim José da Rocha. *Memórias de Vila Viçosa*. Cadernos Culturais de Vila Viçosa 1-35. Vila Viçosa: Câmara Municipal de Vila Viçosa, 1983 (1.^a ed. 1885).
- Fant, John Clayton. *Ancient Marble Quarrying and Trade*. British Archaeological Reports 453. Oxford: B.A.R., 1988.
- García-Entero, Virgínia, e Sérgio Vidal. “El uso del marmor en el yacimiento de Carranque (Toledo)”. In *El Marmor en Hispania: Explotación, Uso y Difusión en Época Romana*, ed. Virginia García-Entero, 135-153. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2012.
- Gonçalves, Luís Jorge. *Escultura Romana em Portugal: Uma Arte do Quotidiano*. Studia Lusitana 2. Merida: Museo Nacional de Arte Romano, 2007.
- González Herrero, Marta. “La figura de L. Cornelius L. F. Gal. Bocchvs entre los praefecti fabrum originarios de Lusitania”. In *Lucius Cornelius Bocchus. Escritor Lusitano da*

- Idade da Prata da Literatura Latina*, ed. João Luís Cardoso e Martín Almagro-Gorbea, 245–258. Lisboa-Madrid: Academia Portuguesa de História e Real Academia de la Historia, 2011.
- González Soutelo, Sónia, Anna Gutiérrez-García-Moreno, e Hernado Royo Plumed. “El sarcófago romano de Tui (Pontevedra): un ejemplo de la presencia de material marmóreo foráneo en el noroeste de la Península Ibérica”. *SPAL* 27, n.º 2 (2018): 229–246.
- Hauschild, Theodor. “Untersuchungen am romischen temple von Évora: Vorbericht 1986/87”. *Madrider Mitteilungen* 29 (1988): 208–220.
- Hauschild, Theodor. “Algumas observações nas construções do foro de Ebora Liberalitas Iulia”. In *Ciudad y Foro en Lusitania Romana*, coord. Trinidad Nogales Basarrate, 27–36. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, 2010.
- Hirt, Alfred Michael. *Imperial Mines and Quarries in the Roman World: Organizational Aspects, 27 BC-AD 235*. Oxford Classical Monographs. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- Lopes, Luís, João Carrilho Lopes, João Peixoto Cabral, e Panagiotis Sarantopoulos. “Caracterização petrográfica dos monumentos romanos de Évora”. *A Cidade de Évora* 4, série II (2000): 129–140.
- Maciel, Manuel Justino. “Évora na Antiguidade tardia”. In *Évora, História e Imaginário*, ed. Afonso de Carvalho, 27–42. Évora: Ataegina, 1997.
- Maciel, Manuel Justino. “Arte romana e pedreiras de mármore na Lusitânia: novos caminhos de investigação”. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas* 11 (1998): 233–245.
- Mañas Romero, Irene. “Marmora de las canteras de Estremoz, Alconera y Sintra: su uso y difusión”. In *El Marmor en Hispania: Explotación, Uso y Difusión en Época Romana*, ed. Virgínia García-Entero, 331–346. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2012.
- Mayer i Olivé, Marc. “A propósito de las canteras de Vila Viçosa, Estremoz y de CIL II 133”. *O Arqueólogo Português*, série IV, n.º 26 (2008): 407–414.
- Mayer i Olivé, Marc. “Vibia Aurelia Sabina, una emprendedora hija de Marco Aurelio. Notas epigráficas”. *Sandalion* 31 (2009): 65–81.
- Matos, José Luís de. *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia: Coleção de Escultura Romana*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, Instituto Português de Museus, 1995.
- Nogales Basarrate, Trinidad. “La escultura del territorio emeritense. Reflejos de la economía y producción en Lusitania romana”. In *Économie et Territoire en Lusitanie Romaine*, ed. Jean-Gérard Gorges e German Rodríguez Martín, 483–497. Madrid: Casa de Velázquez, 1999.

- Nogales Basarrate, Trinidad. "Plástica romana emeritense en el contexto de *Hispania*: modelos y difusión". In *Roma y las Provincias: Modelo y Difusión*, ed. Trinidad Nogales e Isabel Rodà, 653–670. Roma: "L'Erma" di Bretschneider, vol. II, 2011.
- Nogales Basarrate, Trinidad, Jorge Gonçalves, e Pilar Lapuente. "Materiales lapídeos, mármoles y talleres en Lusitania". In *Marmora Hispana: Explotación y Uso de los Materiales Pétreos en la Hispania Romana*, ed. Trinidad Nogales e José Beltrán, 483–522. Roma: "L'Erma" di Bretschneider, 2008.
- Nogales, Trinidad, Pilar Lapuente, e Isabel Rodà. "Dos nuevos retratos de *Caesar Augusta*". *Actes XIV Colloque International sur l'Art Provincial Romain. June 2015, Dijon, France. Iconographie du Quotidien dans l'Art Provincial Romain: Modèles Régionaux*, 261–270. Dijon: Rae, 2017.
- Oleiro, José Manuel Baidrão. *Achado de Dois Sarcófagos numa Pedreira em Pardais*. Lisboa: Junta Nacional de Educação, 1966.
- Paciano de Barcelona, *Sermus de Paenitentibus*.
- Pensabene, Patrizio. *I Marmi nella Roma Antica*. Roma: Carocci, 2013.
- Pérez, Cesareo, Olivia Reyes, Isabel Rodà, Aureli Àlvarez, Anna Gutiérrez García-Moreno, Anna Domènech, e Hernando Royo. "Use of marmora in the ornamental program of Las Pizarras Roman site (ancient Cauca, Segovia, Spain)". In *Interdisciplinary Studies on Ancient Stone. Proceedings of the IX ASMOSIA Conference (Tarragona 2009)*, ed. Anna Gutiérrez García-Moreno, Pilar Lapuente e Isabel Rodà, 413–420. Tarragona: Institut Català d'Arqueologia Clàssica, 2012.
- Prudentius (348–410). *Himnus in Honoris Passionis Eulaliae Beatissimae Martyris*. BAC 427 (1981) III, 190–195.
- Quintela, Armando, José Luís Cardoso, e José Manuel Mascarenhas. *Aproveitamentos Hidráulicos Romanos a Sul do Tejo: Contribuição para a Sua Inventariação e Caracterização*. Lisboa: Ministério do Plano e da Administração do Território, 1986.
- Ramírez Sádaba, José Luís. "Catálogo de las Inscripciones Imperiales de Augusta Emerita". *Cuadernos Emeritenses* 21 (2003).
- Real, Fernando C. S. "A mineração romana: exploração de materiais não metálicos". In *Portugal Romano: a Exploração dos Recursos Naturais*, ed. Adília Alarcão, 77–82. Lisboa: Instituto Português dos Museus, 1997.
- Russell, Ben. *The Economics of the Roman Stone Trade*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- Saa, Mário. *As Grandes Vias da Lusitânia: o Itinerário de Antonino Pio*. Lisboa: edição do Autor, vol. 1, 1956.
- Sánchez Moreno, Eduardo, A. M. Lujan Díaz, e Walter Trillmich. "Observaciones en torno al escultor en la sociedad romana. Algunas cuestiones sobre la situación y consideración de los artistas/artesanos romanos". *Cuadernos Emeritenses* 8 (1994): 72–118.

- Saquete, José Carlos. "L. Fulcinus Trio, Tiberio y el gran templo de culto imperial de Augusta Emerita". *Epigraphica* 67 (2005): 279-308.
- Stylov, Armin, e Ángel Ventura. "Los hallazgos epigráficos". In *El Foro de Augusta Emerita. Genesis y Evolución de Sus Recintos Monumentales*, coord. Rocío Ayerbe, Teresa Barrientos e Félix Palma, 486-489. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2010.
- Taylor, Ruth. "Las canteras romanas de Almadén de la Plata (Sevilla, España): un análisis arqueológico". Doutoramento, Universidad de Sevilla, 2017.
- Valero, Miguel Angel, Anna Gutiérrez García-Moreno, e Isabel Rodà. "First preliminary results on the marmora of the late Roman villa of Noheda (Cuenca, Spain)". In *Interdisciplinary Studies on Ancient Stone. ASMOSIA X: Proceedings of the Tenth International Conference of ASMOSIA, Association for the Study of Marble and Other Stones in Antiquity, Rome, 21-26 May 2012*, ed. Patrizio Pensabene e Eleonora Gasparini, 393-401. Roma: "L'Erma" di Bretschneider, 2015.
- Vasconcelos, José Leite. *Religiões da Lusitânia*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, vol. I, 1905.
- Vidal, Sergio. "Análisis arqueométricos del sarcófago de Pueblanueva (Toledo) y estudio de cinco fragmentos de sarcófago procedentes de Pueblanueva en las colecciones del Museo Arqueológico Nacional". *Boletín del Museo Arqueológico Nacional* 34 (2016): 195-210.
- Vidal, Sergio. "Los sarcófagos tardoantiguos de Hispania: nuevos datos a partir de los análisis arqueométricos de los sarcófagos del Museo Arqueológico Nacional". In *Escultura Romana en Hispania VIII. Homenaje a Luis Baena del Alcázar*, ed. Carlos Márquez e David Ojeda, 143-161. Córdoba: UCOPress, 2018.
- Vidal, Sergio, e Virgínia García-Entero. "The use of Estremoz marble in Late Antique sculpture of Hispania: new data from the petrographic and cathodoluminescence analyses". In *Interdisciplinary Studies on Ancient Stone. ASMOSIA X: Proceedings of the Tenth International Conference of ASMOSIA, Association for the Study of Marble and Other Stones in Antiquity, Rome, 21-26 May 2012*, ed. Patrizio Pensabene e Eleonora Gasparini, 413-420. Roma: "L'Erma" di Bretschneider, 2015.

Do afloramento à coluna
(deambular breve nas antigas pedreiras)

.....

NUNO MIGUEL CASACA MOURINHA

RÉSUMÉ: Le marbre, de par sa texture, éclat et blancheur, a servi comme matière première par excellence pour les civilisations les plus diverses, à différentes époques.

Cette utilisation effrénée a donné naissance à une évolution technique et technologique de ses méthodes d'extraction.

Dans ce texte on présente, à grands traits, les principales innovations et évolutions du processus d'extraction et de transformation au cours des siècles. On accompagne une journée depuis la mise à découvert du marbre jusqu'à la colonne, à la statue, à l'obélisque en rapportant les (nombreux) intervenants anonymes dans cette métamorphose intemporelle du marbre.

ABSTRACT: Due to its texture, brightness and whiteness, marble served as a privileged raw material for the most diverse civilizations, across the ages.

This unbridled use gave rise to a technical and technological evolution of its methods of extraction.

In this text, the main innovations and evolutions of the extractive and transformative process over the centuries are presented. It follows the building process of the column, the statue and the obelisk, while referring to the (often) anonymous workers in this timeless metamorphosis of marble.

RESUMEN: El mármol, por su textura, brillo y albura, sirvió como materia prima de elección para las más diversas civilizaciones, en las más diversas épocas.

Esta desenfrenada utilización dio origen a una evolución técnica y tecnológica de sus métodos de extracción.

En el presente texto se presenta, de forma amplia, las principales innovaciones y evoluciones del proceso extractivo y transformativo a largo de los siglos. Acompañase la jornada del afloramiento a la columna, a la estatua, al obelisco referenciando las (muchas veces) anónimos intervinientes en esta intemporal metamorfosis del mármol.

VÊNUS E OBELISCOS

Existem em abundância materiais pétreos, das mais diversas formas e tamanhos, espalhados pelo chão. Se uma pedra é necessária para um determinado propósito, trata-se apenas de uma questão de procurar e recolher uma que satisfaça as necessidades desejadas. Terá sido exatamente isto que os nossos antepassados terão feito na pré-história. As pedras recolhidas eram utilizadas como ferramentas, ornamentos ou empilhadas para servirem de defesa contra as intempéries. Algumas poderiam até ser usadas para desenhar. Inicialmente, todas estas pedras eram intactas. Usadas com a forma original com que as tinham encontrado. Foram necessários milhares de anos até que os primeiros homens começassem a transformar pedras em primitivas ferramentas. Para este fim, selecionaram pedras que se aproximavam o mais possível das formas que procuravam, de modo a minimizar o trabalho de moldagem. Durante muito tempo, este trabalho continuou a ser demasiado árduo, de modo que era apenas executado para produzir ferramentas, objetos de culto e joias.

Um dos mais carismáticos testemunhos desta era é a Vénus de Willendorf, uma pequena estatueta em calcário, esculpida há cerca de 30 000 anos. Não sabemos se esta estatueta estaria relacionada com o culto de uma deusa ou se os fartos seios e coxas simbolizam força, saúde e fertilidade. O que é, no entanto, conhecido é que a sua produção remonta ao Paleolítico (entre 28 000 a.C. e 12 000 a.C.) e que estas Vénus se encontram distribuídas por toda a Europa, desde a costa atlântica até à Sibéria. O material de eleição era o calcário ou o mármore, embora também tenham sido encontrados alguns exemplares em terracota. A escolha do material ainda não seria seletiva. Seria, isso sim, uma escolha pragmática: tinha de ser um material abundante e facilmente moldável. Estes critérios continuaram a prevalecer até ao início da Idade do Bronze.



Figura 1 – Vénus de Willendorf.

Desde o século V a.C. até ao século III a.C., pequenas figuras e vasos de mármore estavam completamente disseminados em toda a Grécia, em Creta e nas Cíclades. A escolha do mármore acontece simplesmente porque o material estava extensivamente disponível em fragmentos de pequenas dimensões naturalmente moldados com as formas apropriadas. Esculturas semelhantes e contemporâneas foram produzidas em Malta, embora moldadas a partir de globigerina calcária (unicamente porque metade da ilha consiste deste mineral).

Os artistas foram capazes de moldar e decorar os materiais usando ferramentas feitas de minerais de alta dureza, como a obsidiana e o corindo, antes de proceder ao polimento com areia e pedra-pomes. As esculturas resultantes testemunham a habilidade dos escultores, embora estes estivessem severamente restringidos, no que diz respeito ao tamanho e à forma das peças. As dimensões da matéria-prima eram diretamente proporcionais ao tamanho da peça. A utilização irrestrita da matéria-prima pressupunha que esta não fosse recolhida aleatoriamente, mas sim especificamente selecionada com um dado objetivo e finalmente extraída. Serão os egípcios os pioneiros neste tipo de abordagem.

Por volta do século III a.C., serão os egípcios a iniciar o processo extrativo de formações rochosas e o posterior processamento dos materiais obtidos. Estes materiais são utilizados na construção de colunas e obeliscos, como ornamentos, joias, vasos ou como baixos-relevos. Existem duas razões para que os egípcios tomem a dianteira. Em primeiro lugar, tinham acabado de aprender a produzir, a partir do já há muito conhecido cobre, ferramentas estáveis que poderiam ser usadas para esculpir pedra.

Em segundo lugar, existiam extensas formações rochosas calcárias em ambas as margens do Nilo. O facto de poder ser facilmente talhado em blocos, devido à sua estratigrafia natural, torna o calcário o primeiro mineral a ser extraído para um fim específico.

AS PRIMEIRAS TÉCNICAS DE EXTRAÇÃO

O processo extrativo tem início com a prospeção com o intuito de identificar jazidas minerais. Neste caso, a primeira indicação pode ser a presença de uma determinada tipologia de rocha na superfície do solo.

Uma vez localizado o depósito, seria então necessário avaliar a qualidade da formação rochosa. Se a cor e a textura correspondessem às expectativas, era então necessário determinar se o mineral era adequado para o objetivo previsto. O critério seguinte seria a clivagem natural dentro da formação rochosa. Normalmente, numerosas fissuras atravessam a formação, muitas vezes de forma paralela, formando pontos de clivagem (no caso dos sedimentos calcários, trata-se, normalmente, de juntas de estratificação). O posicionamento das clivagens determina a dificuldade do processo extrativo e a dimensão máxima de corte do bloco. Deverá existir, preferencialmente, uma clivagem vertical e horizontal relacionada com a orientação extrativa projetada. Finalmente, a espessura da sobreposição dos estratos determinaria se a extração seria economicamente viável. Como a maioria das pedreiras egípcias era a céu aberto, era necessário um árduo trabalho de remoção de escombros.

Uma vez selecionado o depósito adequado, teria início o processo de implantação da pedreira, normalmente em banquetas que acompanhavam a inclinação natural da encosta, continuando de modo ascendente a partir da base da formação geológica. Se o depósito fosse muito extenso, seria escavada uma trincheira através da formação, de modo a permitir a extração simultânea de ambos lados.

As grandes pedreiras eram trabalhadas numa série de terraços dispostos em ângulo reto. Este tipo de *layout* permitia que mais trabalhadores laborassem na face rochosa, potenciando o seu rendimento; contudo, a dimensão dos blocos tendia a ser menor e as camadas inclinadas (monoclinais) eram mais afetadas por elementos erosivos. No caso específico do corte de grandes colunas monolíticas, seria necessário seguir a orientação natural da camada. Algo que envolveria mais trabalho, mas que garantia uma qualidade superior.

Cortar blocos era um trabalho árduo. Em primeiro lugar, os blocos tinham de ser descobertos e cortados em três lados. Sempre que possível, as clivagens existentes seriam alargadas, caso contrário uma série de sulcos teriam de ser talhados na rocha. As ferramentas utilizadas para talhar

os sulcos, com uma largura que variava entre os 50 cm e os 60 cm, eram cinzéis de cobre. Embora os cinzéis fossem continuamente afiados, em muitos casos não seria suficiente, tendo de se recorrer a minerais mais duros, como o diorito, para finalizar os talhes. Uma grelha de sulcos era criada no depósito rochoso, de modo a poupar trabalho, uma vez que cada sulco cortava dois blocos. Depois de o bloco ter sido cortado em três lados, os trabalhadores seriam confrontados com o estágio mais perigoso e complicado: o fundo do bloco tinha de ser separado da formação rochosa. Uma série de cunhas era introduzida com os potentes golpes de martelo, desprendendo, deste modo, o bloco da formação rochosa. Este laborioso processo poderia ser apressado se as cunhas de madeira secas fossem posteriormente embebidas com água. A dilatação da madeira auxiliaria a separação do bloco.

Todos estes métodos eram empíricos. Não existiam orientações relativas a corte de pedra. Todas as etapas do processo tinham de ser individualmente redefinidas para se adaptarem à natureza dos trabalhos, à formação rochosa, ao modo de corte e, por último, mas não menos importante, ao tamanho de bloco necessário. Tudo isto exigia uma extensa experiência e um vasto conhecimento. Por conseguinte, é muito provável que a primeira forma de especialização tenha surgido entre os trabalhadores das pedreiras do Egito faraónico, como foi subsequentemente documentado na Antiguidade grega e romana.

Existiria um tipo de pedreiro qualificado, que vigiava o corte de rochas. Este transmitiria os seus conhecimentos e habilitações no seio da sua família e, adicionalmente, ensinaria aprendizes. Existiriam também os trabalhadores simples e não qualificados, empregues principalmente na remoção da enorme quantidade de escombros. Estima-se que no Egito, ao longo de toda a Antiguidade e até aos tempos modernos, cada bloco cortado originava o mesmo volume de escombros.

Este facto daria origem a enormes problemas. Uma pequena fração deste escombros podia, pelo menos, ser reutilizada na produção de cal, mas a esmagadora maioria tinha de ser removida e depositada. Todo este excesso de inertes resultava na criação de escombrelas, que ameaçavam abafar o processo extrativo das pedreiras. Finalmente, a exploração das pedreiras terminava quando a frente da pedreira atingia uma altura de 15-20 m. A partir deste ponto, o trabalho necessário para o corte de rochas e a extração de blocos tornar-se-ia incontrolável.



Figura 2 - As picaretas utilizadas na antiga Grécia eram em tudo idênticas às utilizadas nas pedreiras romanas. Este facto parece ser comprovado pelas estrias identificadas nas pedreiras de mármore romanas.

Impulsionados pela vontade de enterrar os seus faraós em enormes túmulos de pedra que sobreviveriam às eras, os egípcios desenvolveram um novo tipo de material para a humanidade. Os métodos utilizados para o corte dos blocos de mármore há mais de 5000 anos continuaram e prevaleceram até meados do século XIX e, em alguns casos, até ao século XX. As mudanças substanciais que foram surgindo restringem-se aos materiais usados para produzir as ferramentas de extração. Os egípcios irão substituir o cobre pelo bronze em 1500 a.C. e, por volta de 700 a.C., surgem as primeiras ferramentas e cunhas feitas de ferro.

A exploração de pedreiras na Grécia antiga irá começar neste período. Embora a exploração de pedreiras tenha existido no século II a.C., durante a cultura minoica em Creta e a cultura micénica no continente, a técnica de extração terá desaparecido com o colapso destas culturas. Os trabalhadores helénicos, conhecidos como *technites*, terão introduzido uma inovação significativa, ao substituírem os até então habituais martelo e cinzel por um tipo de picareta utilizado para a criação de sulcos entre blocos. Estes novos instrumentos permitiam ainda alisar as superfícies dos blocos em bruto. A picareta rapidamente se afirmou como uma ferramenta versátil, prevalecendo durante toda a Idade Média como instrumento de eleição dos pedreiros, sendo ainda utilizada na extração contemporânea.

Em Roma, as mais diversas formações de mármore foram exploradas. A demanda de mármore era enorme. Inúmeros depósitos provinciais existentes foram amplamente explorados e outros tantos desenvolvidos de raiz.

Pouco se sabe sobre os métodos de prospeção praticados na Antiguidade. Segundo Plínio, o Jovem (Gaius Plinius Caecilius Secundus), a prospeção era cada vez mais sistemática, uma vez que os depósitos eram

difíceis de encontrar, demonstrando, deste modo, a prática de algum tipo de prospeção geológica na altura. Disciplinas científicas como a geologia e a mineralogia só surgem no século XVIII. É possível que os pedreiros se valessem dos conhecimentos empíricos adquiridos através de gerações passadas para determinarem depósitos com precisão considerável, observando os afloramentos e as características do terreno. Após a descoberta do depósito geológico, eram escavadas trincheiras de prospeção para uma avaliação clara.

Contudo, nem todos os depósitos de mármore eram identificados deste modo. Vitruvius, no seu tratado de arquitetura, numa narrativa um pouco caricata, refere:

Irei adiante com um pequeno extra sobre estas pedreiras, referindo como estas foram descobertas. Era uma vez um pastor chamado Pixodaro. Andava por estes lugares. Quando os cidadãos de Éfeso pensaram em levantar em mármore o templo de Diana e resolveram procurar mármore de Paros, do Proconeso, de Heracleia ou de Taso, Pixodaro, fazendo avançar as suas ovelhas, apascentava aqui o seu rebanho, e neste lugar, lutando entre si, dois carneiros passaram um pelo outro, tendo um deles, com o ímpeto, lascado com os chifres uma pedra da qual saiu uma esquirola com uma cor branquíssima.

Posto isto, talvez seja sensato aferir que os métodos de prospeção romanos estariam mais ligados à fortuna divina do que aos conhecimentos geológicos da altura.

CORDAS, SERRAS E DIAMANTES

A contribuição para o desenvolvimento desta técnica pelos romanos terá sido limitada, cingindo-se a uma utilização mais abrangente da tecnologia de serração de pedra, já conhecida há algum tempo. Em Venetia, um calcário tufáceo branco macio foi serrado diretamente da formação rochosa. Para este efeito, foi utilizada uma serra dentada tradicional. Este método não podia ser aplicado na exploração do mármore. Nesta tipologia de mineral, teria de ser aplicada uma técnica diferente, que se assemelhava mais a um corte abrasivo do que propriamente a serrar. Era utilizada areia com uma dureza superior ao mármore para efetuar o corte. A areia era esfregada de um lado para o outro no bloco de mármore com uma serra de *lâmina cega*. Desta forma, a lâmina ia aprofundando o corte até este estar completo.

Na maioria das vezes, era utilizada areia molhada, de modo a arrefecer a lâmina, sendo água continuamente adicionada enquanto se procedia à serração do bloco. Se a granulometria da areia fosse suficientemente fina, seria, teoricamente, possível eliminar a necessidade de um polimento subsequente.

Plínio, o Velho (Gaius Plinius Secundus), enumera, na sua *História Natural*, cinco diferentes tipos de areia utilizados para este fim, sendo algumas propositadamente importadas. São, no entanto, muito escassos os indícios que permitem testemunhar o uso destes equipamentos em pedreiras romanas. Mais comum seria a utilização deste método para os processos de acabamento, especialmente para o corte de placas para revestimento de paredes e pisos.

Em termos de dimensão, extensão e questões técnicas, as pedreiras medievais não foram além das suas contrapartes romanas.

Apenas no início da época moderna foram feitos esforços para utilizar novas máquinas e ferramentas, de modo a facilitar o trabalho físico das pedreiras. Em 1588, o engenheiro italiano Agostino Ramelli publica o seu livro *Le Diverse et Artificiose Machine del Capitano Agostino Ramelli, dal Ponte della Tresia, Ingeniero del Cristianissimo Re di Francia e di Pollonia*, em que descreve, entre outras coisas, uma serra movida a água. A serra construída por Ramelli consistia de uma estrutura com várias lâminas paralelas; contudo, desconhece-se se alguma vez terá sido utilizada ou se permaneceu simplesmente como conceito académico.

Em 1629, Giovanni Branca descreve uma serra de corda simples usada por trabalhadores de uma pedreira para cortar grandes blocos manualmente. O processo era extenuante e muito demorado. É, portanto, compreensível que tanto trabalhadores como donos de pedreiras depositassem grandes expectativas na utilização de pólvora no processo de extração.

Embora a pólvora fosse conhecida na Europa desde o século XIII, os seus primeiros usos em pedreiras ocorrem apenas no século XVIII. A euforia inicial com este novo método em pouco tempo se transforma em desilusão. Embora a detonação produzisse uma grande quantidade de rochas em muito pouco tempo, o rendimento dos blocos era pequeno e o volume de escombros muito considerável. Todas as tentativas de melhorar este método fracassaram, tendo apenas servido para aumentar o já elevado volume das escombrelas. A pólvora deixou de ser utilizada para extrair mármore até ao início do século passado. No entanto, se o tamanho do mineral é irrelevante, a utilização de rebentamentos permanece a primeira escolha até nos dias de hoje.

Somente no século XIX ocorreu um decisivo avanço, ao combinar os milenares métodos romanos de serrar pedra com novas técnicas e materiais. Como acontecia em Roma, as serras foram inicialmente apenas utilizadas para o acabamento dos blocos de mármore. Um relatório francês de 1829 descreve um processo de serração de pedra utilizando energia eólica, que apresentava um promissor desempenho.

Em 13 de julho de 1843, o negociante de mármore londrino William Hutchinson patenteia uma máquina para cortar ou serrar mármore e outras rochas. Contudo, esta máquina só poderia ser operada numa oficina.

Cerca de 10 anos depois, em 1854, o engenheiro belga Eugene Chevalier recebe a patente de um método de serrar que se adequa à utilização em pedreiras. A lâmina rígida de ferro é substituída por um cabo de aço flexível, que utiliza areia de quartzo húmida para efetuar o corte. Todo o aparelho é movido por um motor a vapor. A operação já não se encontra restringida a um lugar específico, podendo ser adaptada às condições locais. A velocidade de corte, de menos 10 cm por hora, não era exatamente de tirar o fôlego; contudo, era agora possível serrar um bloco com o tamanho desejado diretamente na frente de exploração. Chevalier, em 1856, ao expor um modelo mais refinado da sua serra de cabo de aço na Exposição Mundial de Paris, acaba por propagar, até ao fim do século, esta nova técnica a muitas pedreiras de mármore.

Depois de mais de 4000 anos, a serra de cabo de aço foi o primeiro, e até hoje o último, método radicalmente novo a ser concebido para produzir blocos de mármore. Finalmente, o trabalho árduo e lento de cortar sulcos tinha sido eliminado. A quantidade de escombro produzida diminui para menos de 50%. Ainda assim, algumas velhas e obsoletas pedreiras teimam em persistir.

No entanto, em meados do século XX, este método de corte era praticado na maioria das pedreiras de mármore; a única alteração: o motor a vapor dá lugar ao motor de combustão.

A inovação final ocorre em 1970. Engenheiros alemães desenvolvem uma serra que não requer areia ou qualquer outro material abrasivo. Um cabo de aço com ponta diamantada, acionado por um potente motor elétrico, corta a formação rochosa a uma velocidade 10 vezes superior às serras convencionais. Contudo, o cabo tinha de ser arrefecido com centenas de litros de água para impedir que fosse despedaçado pelo calor. Depois do período habitual de hesitação, esta tecnologia continua a ser utilizada pelas grandes pedreiras, onde, ainda hoje, permanece um item *standard* de equipamento.

As tipologias de extração de mármore permanecem quase inalteradas desde a Antiguidade. Continuam a dominar as pedreiras convencionais de baquetas, sendo a (pouca) exploração subterrânea a exceção. A única diferença notável, no que diz respeito à mineração a céu aberto, resume-se à profundidade de exploração. O desenvolvimento de equipamentos modernos de elevação nos últimos 60 anos possibilitou içar para a superfície blocos de mármore de profundidades cada vez maiores.



Quase 5000 anos se passaram desde que os egípcios começaram a extrair rochas. Os métodos aparentemente simples do antigo Egito mostraram-se idealmente adaptados à tarefa a que se destinavam. De tal modo que, durante todo este tempo, foram meramente refinados, mas nunca abandonados por completo.

A maneira imutável de extrair contrasta grandemente com a evolução extrema da utilização dos materiais extraídos. A dimensão da utilização do mármore, por parte de escultores e arquitetos, não era guiada pelos métodos de exploração das pedreiras, mas sim por um aspeto totalmente diferente.

TRANSPORTE, ORGANIZAÇÃO E COMÉRCIO

O peso médio do mármore é da ordem de 2,5 a 3 toneladas por metro cúbico, tornando-o, assim, relativamente leve quando comparado com outros minerais. No entanto, como resultado da preferência dos nossos antepassados por

Figura 3 - *The Stone Breakers*, de Robert Hermann Sterl (1867-1932). Quadro inspirado nos trabalhos de extração de calcário nas pedreiras de Elb.

um modo de construção monolítico, o peso de cada bloco individual era ainda bastante considerável.

Até meados do século XIX, o transporte de cargas pesadas em longas distâncias estava associado a um elevado esforço e ao recurso a um número considerável de mão de obra. Este facto é particularmente relevante no que diz respeito ao transporte terrestre baseado em simples rolos, trenós de madeira e carroças primitivas.

Consequentemente, a distribuição geológica de minerais exercia uma importante influência sobre a sua utilização seletiva. Os minerais identificados localmente eram, por conseguinte, utilizados principalmente ao nível local. Este paradigma só terminou quando o caminho de ferro surgiu como meio de transporte de cargas pesadas. Até então, a argila e a madeira permanecem como principais materiais construtivos, devido à sua abundância generalizada.

No entanto, como é o caso na maioria dos princípios, existe uma exceção à regra: os edifícios de prestígio ou as construções de cariz religioso. Nestes casos, governantes e mecenas impunham a sua vontade, anulando, deste modo, todo o tipo de considerações económicas. Nenhum esforço era poupado para assegurar apenas o melhor material, o que, por norma, se refere ao mármore. Esta imposição seria ainda mais soberana em períodos em que a mão de obra e a própria vida humana eram completamente descartáveis.

TRIUNFO E PERFEIÇÃO

Augusto, o primeiro imperador romano (31 a.C. a 14 d.C.), vangloriou-se de, ao chegar a Roma, ter encontrado uma aldeia de madeira e ter legado à posteridade uma cidade de mármore e pedra. Esta é, certamente, apenas uma meia verdade. Os primeiros templos em mármore branco foram erigidos por Q. Cecílio Metello, logo em 146 a.C. Na altura, quer o arquiteto, quer o mármore tiveram de ser importados e, mesmo em Luna, a Carrara de hoje, foi utilizado mármore grego no período inicial.

Após a vitória de Augusto na batalha de Ácio (31 a.C.), o mármore ganhou uma especial importância como material construtivo. Roma era agora a capital de um império mundial e Augusto o seu imperador, tendo ambos de ser vistos na sua total magnificência.

Rapidamente, grandes quantidades de mármore vindas de Luna chegaram à cidade. O geógrafo e historiador grego Estrabão relatava que:

Nas proximidades (da cidade de Luna) há fossas onde se encontra pedra branca e azulada que fornece tantos e tão grandes blocos e colunas. Estes são os mais utilizados na arquitetura de Roma e de outras cidades. Estas pedras podem ser facilmente distribuídas à medida que os poços são localizados perto do porto, uma vez que os navios podem atravessar o mar e navegar pelo Tibre.

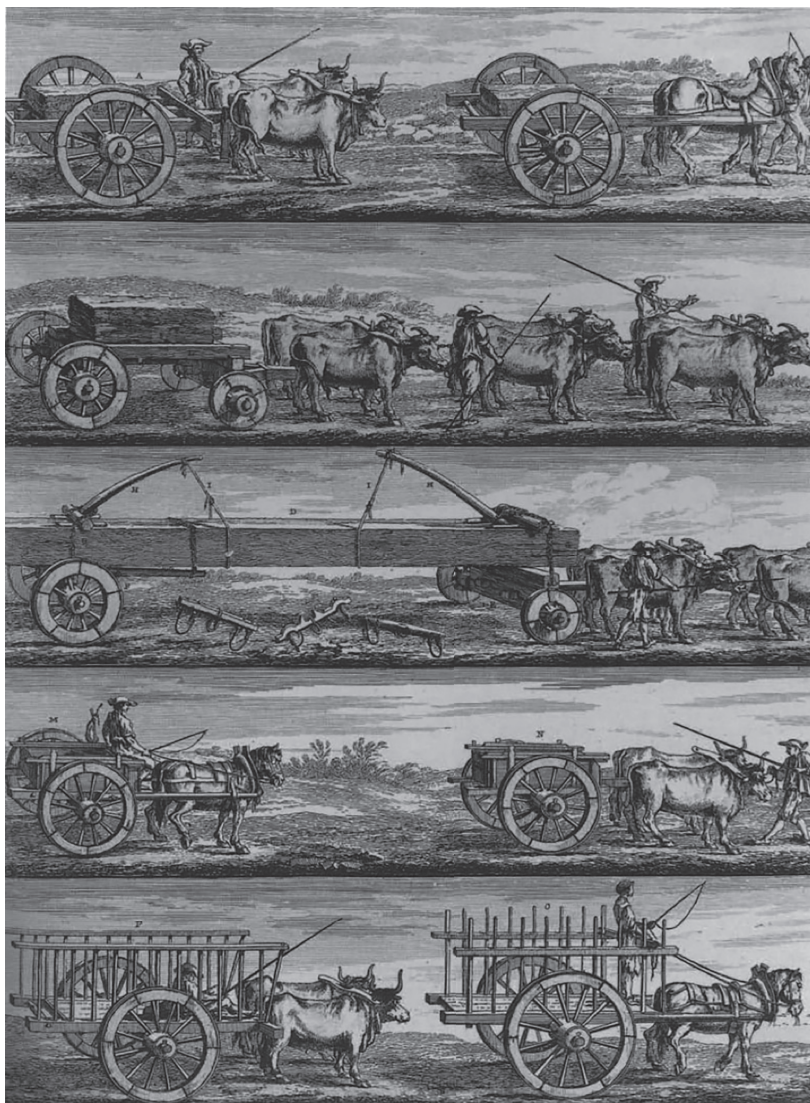


Figura 4 - Carroças para transporte de pedra, segundo Nicoló Zabaglia, 1742. Esta figura ilustra a evolução dos meios de transporte de carga ao longo de 600 anos.

Estrabão realçava, deste modo, o desenvolvimento inovador introduzido por Roma: o transporte marítimo de blocos de mármore em navios: *naves lapidariae*. Por este motivo, eram preferenciais as pedreiras próximas do mar ou de rios. Os romanos atingiram assim dimensões inteiramente novas, no que diz respeito ao tamanho e ao peso das cargas.

São raros os enormes monólitos em Roma. O que não impede que sejam transportadas grandes cargas de blocos de mármore de menores dimensões por ruas estreitas e becos da cidade. O poeta romano Juvenal, observador atento e crítico dos costumes do seu tempo, ridiculariza as condições caóticas de trânsito em Roma: “Se o eixo do veículo que transporta blocos de pedra da Ligúria [Luna/Carrara] parte e toda a carga cai em cima de transeuntes, deles nada resta. Quem poderá encontrar os seus membros e ossos? Não só morrem as pessoas, também os seus corpos são esmagados”¹.

Não se tratava de notáveis inovações tecnológicas no transporte de mármore em águas abertas, uma vez que as embarcações pouco tinham mudado. A grande mudança é a ordem política que possibilita o transporte marítimo. O imperador Augusto, ao decretar a *pax romana*, cria regras vinculativas, que Roma estava preparada para impor e controlar.

Deste modo, o comércio de mármore cresce sob Augusto, especialmente devido ao surto de exigências por parte da aristocracia. O mármore local de Luna já não satisfazia os desejos mais exóticos. Os mármore longínquos tornaram-se uma questão de *status* e de prestígio. Mármore do recém-anexado Egito e da área do mar Egeu enchiam Roma. As pedreiras de Simitthus (atualmente Chemtou, na Tunísia), no Norte de África, forneciam o tão apreciado amarelo *numidicum*.

O comércio de mármore estava a ser rapidamente empurrado até ao limite no final do reinado de Augusto. O aumento da procura já não conseguia ser satisfeito, mesmo com a abertura de novas pedreiras. Tibério (14-37) é forçado a decretar medidas especiais: o *ratio marmorum*. A partir destas medidas, vai emergir um sistema complexo, que evolui ao longo de várias décadas, de modo a satisfazer as necessidades comerciais do mármore em todo o Império. O *ratio marmorum* é caracterizado por seis elementos principais, alguns dos quais são reminiscências dos métodos modernos económicos e de produção. No entanto, nem todos estes elementos são introduzidos ao mesmo tempo. Alguns evoluem gradualmente, dando resposta às exigências de mercado.

As pedreiras passam a estar sob controlo estatal. Durante a República, as pedreiras eram maioritariamente propriedade privada. Em 17 d.C.,

¹ Juvenal. 3, 252-254.

Tibério inicia uma campanha de nacionalização das principais pedreiras englobadas no Império, transformando-as em *patrimonium*, ou seja, propriedade imperial.

Os seus sucessores foram, no entanto, mais além. Grandes programas construtivos nos reinados de Domiciano (81–96 d.C.) e Trajano (98–117 d.C.) causaram uma grave escassez de recursos, o que obrigou Adriano (117–138 d.C.) a reorganizar as operações de extração, com o objetivo de racionalizar a produção. O novo sistema foi encabeçado pelo *procurator marmorum*, que, rodeado por uma hoste de oficiais, administrava todas as pedreiras estatais desde Roma. Do mesmo modo, foi estabelecida uma estrutura hierárquica rígida em todas as grandes pedreiras que tivessem até 500 trabalhadores.

A direção da pedreira cabia ao *procurator*, sendo este um escravo ou um liberto imperial. O *officinador* era a pessoa responsável pelas secções individuais da pedreira (*officina*), em subordinação direta ao *procurator*.

Nas pedreiras geridas por militares, o *officinador* tinha a patente de centurião. Algo que acontecia particularmente em algumas regiões da Gália e da Germânia, devido a instabilidades fronteiriças.

Extempores e *lapicidinarii* extraíam as pedras e removiam o escombros. Os blocos eram cortados em placas pelos *serrarii*, enquanto o trabalho de pedreiro era concluído pelos *opifices lapidarii*. Finalmente, o trabalho dos *marmorii* estaria algures entre o pedreiro e o escultor. Além disso, cada pedreira empregava um *faber* (ferreiro) para manutenção das ferramentas, enquanto o *probator* selecionava as pedras para extração.

Esta reorganização, combinada com o controlo estatal, aumenta exponencialmente a produção ao longo do segundo século. Além disso, a base económica das pedreiras acaba por se transformar. No passado, as pedras tinham sido principalmente fornecidas para obras imperiais ou públicas; as pedreiras funcionavam principalmente para o Estado. A partir deste momento, as pedreiras passam também a fornecer privados, na sua maioria aristocratas que desejam exibir a sua riqueza.

Esta mudança de relações comerciais influenciou invariavelmente o funcionamento das pedreiras. Anteriormente, os produtos requisitados pelos principais clientes eram maioritariamente personalizados. A partir desta altura, as pedreiras adotam uma espécie de produção em série, baseada nas tendências com mais procura. As colunas passam a ser fornecidas em comprimentos padrão, sendo os mais populares as de 10, 20, 30, 40 ou 50 pés romanos. Os sarcófagos encontravam-se finalizados, faltando apenas esculpir localmente as características do falecido.

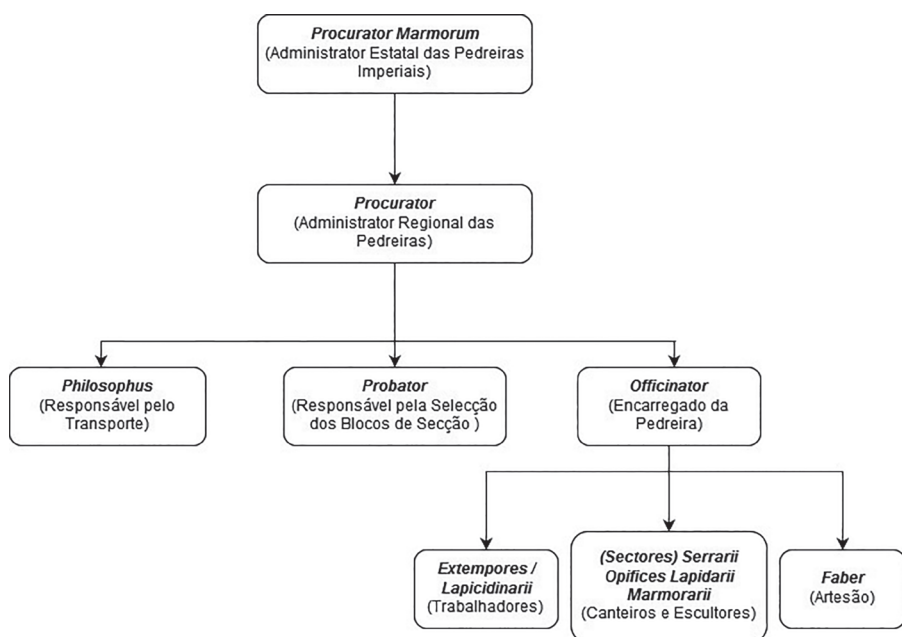


Figura 5 - Diagrama simplificado da organização das pedreiras romanas.

As quantidades produzidas excediam em larga escala as exigências do dia a dia. Devido a esta nova tipologia de relação entre cliente e fornecedor, numerosos blocos, colunas e sarcófagos eram armazenados nas pedreiras ou, preferencialmente, em locais-chave de distribuição. Os clientes deixam de selecionar diretamente o mármore na pedreira. Em vez disso, os revendedores compram os produtos e distribuem-nos pelos mercados mais importantes.

A via Marmorata, em Roma, era o coração desta nova forma de comércio de mármore. Localizada nas margens do rio Tibre, tinha cais próprio, onde o mármore era descarregado em depósitos próprios de armazenamento de mármore, onde os clientes podiam escolher os seus blocos e colunas.

A responsabilidade das pedreiras já não terminava com a venda do mármore. Antes de o produto final poder ser criado a partir do bloco de mármore, era necessário executar um trabalho extensivo. Este tipo de trabalho necessitava de artesãos especializados, familiarizados com as

características do material. Além disso, com a expansão dos mercados, muitas compras eram feitas em áreas em que o mármore e o seu processo de transformação eram desconhecidos, pelo que as pedreiras tinham de colocar os seus artesãos à disposição dos clientes.

Finalmente, esta tipologia de relações comerciais modificadas requer novas formas de organização. Não é suficiente produzir blocos de mármore em quantidade. O transporte e a venda dos produtos necessitam de uma logística que permita coordenar artesãos e trabalhadores, inclusive em distâncias de várias centenas de quilómetros da pedreira. Consequentemente, as pedreiras são obrigadas a criar as suas próprias agências comerciais para acederem a novos mercados e satisfazerem as suas peculiaridades regionais.

Estas inovações são um tremendo sucesso. Grandes quantidades de mármore rapidamente chegam a Roma oriundas das mais diversas partes do mundo. Devido ao mecanismo burocrático criado através do *procurator marmorum*, todos os blocos tinham de ser claramente identificados, quer através de símbolos simples ou figuras, quer através de identificações mais complexas, que envolviam nome da pedreira, data, distrito contabilístico (*ratio*), secção de pedreira (*officina*), localização precisa (*locus*) e um determinado número de série.

Blocos armazenados por períodos prolongados eram contabilizados de modo a permitir aos concessionários discernir o *stock* existente.

Depois de Adriano ter impulsionado a reorganização das pedreiras, o novo sistema rapidamente floresceu. Na segunda metade do século II d.C., uma enorme fábrica é fundada em Simitthus (Norte de África), demonstrando a impressionante capacidade produtiva romana. Esta fábrica consistia num complexo quadrado de 57 000 m cercado por muros, implantado nas imediações da pedreira imperial.

O edifício mais importante dentro do complexo seria o acampamento, com capacidade para albergar até 1 200 escravos.

Existiam ainda espaços reservados para os oficiais imperiais e os soldados, diversos banhos, armazéns e o centro de produção propriamente dito, onde eram produzidos em massa pratos de mármore amarelo local.

Todo o sistema de produção em massa foi subdividido numa série de processos individuais em tudo semelhantes aos de uma linha de produção contemporânea.

A primeira etapa envolvia o corte do mármore em bruto em formas toscas; de seguida eram esculpidos finos pratos, lixados e polidos no interior e no exterior.

Embora seja possível ter alguma informação detalhada no que diz respeito aos princípios básicos do comércio de mármore na altura, ainda nos encontramos muito dependentes de estimativas quando se trata de quantidades. Muitas das pedreiras que existiam na Antiguidade não são ainda hoje conhecidas. Será neste ponto que métodos químicos e geológicos podem ser combinados, por forma a localizar a origem específica do mármore utilizado na época clássica.

A situação não é muito diferente quando abordamos os preços do mármore na Antiguidade. Uma das poucas informações de que dispomos é o édito de preços de Diocleciano, datado de 301 d.C. O controlo estatal de preços foi introduzido numa tentativa fútil de evitar uma inflação desenfreada.

Por conseguinte, o custo do mármore de Docimium (Pavonazzetto) era de 200 denários por pé cúbico, enquanto o mármore de igual valor e qualidade proveniente de Skyros era avaliado em apenas 40 denários. Efetuar uma comparação moderna de preços é algo complicado; no entanto, parece-nos evidente que o preço de venda era regido principalmente pelos custos de transporte.

O mármore de Docimium necessitava de transporte de várias centenas de quilómetros por via terrestre antes de chegar ao porto marítimo, enquanto as pedreiras de Skyros estavam implantadas diretamente na costa.

DAMNATI AD METALLA

Na República Romana e durante as primeiras décadas do Império, os *extempores* eram principalmente escravos e ocasionalmente prisioneiros de guerra. Embora não tivessem direitos, detinham ainda algum valor material para os seus proprietários, sendo tratados conforme esse valor.

O novo sistema implantado por Tibério necessitava de um número significativo de mão de obra, numa altura em que o número de escravos estava em declínio.

As guerras de conquista de Roma tornavam-se cada vez mais raras, havendo, por isso, necessidade de adaptar ao Império um princípio do antigo Egito, segundo o qual crimes graves deviam ser punidos com trabalho nas pedreiras. Este tipo de pena torna-se padrão em Roma, transformando os *damnati* (os condenados) na maior fonte de abastecimento de mão de obra não qualificada. A pena conhecida como *ad metalla* seria das mais rígidas, sendo apenas ultrapassada pela tortura e pela condenação à morte.

Por se tratar de condenados, os operadores das pedreiras deixaram de ter preocupações com a saúde dos *extempores*. Contudo, este tipo de pena

era reservado aos plebeus (*humiliores*); os aristocratas (*honoratiores*), na pior das condenações, apenas seriam banidos ou deportados.

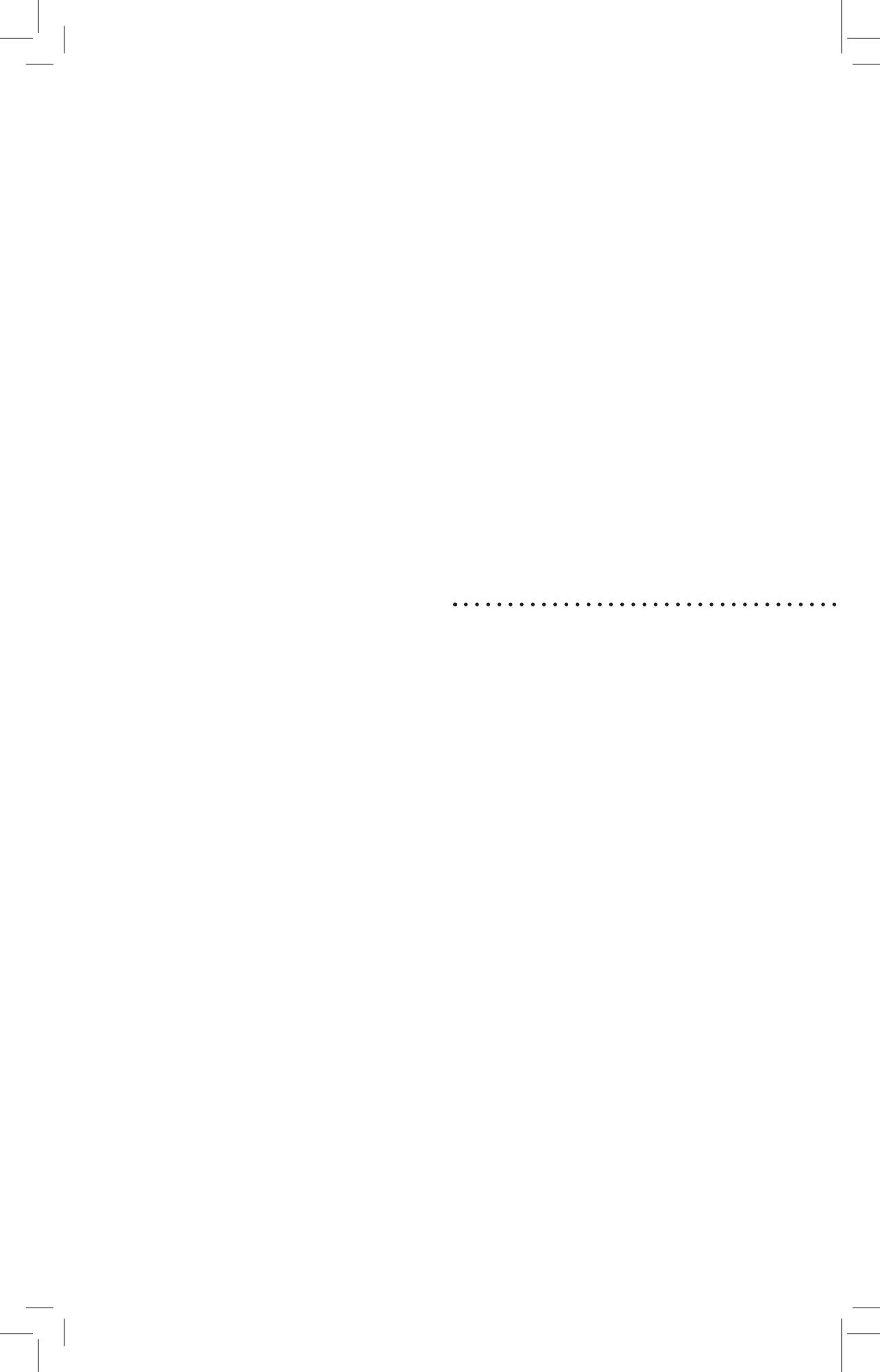
Este estranho influxo de mão de obra foi tão bem sucedido que contribuiu para a saturação dos mercados no final do século II. Os *stocks* estavam atafalhados de tal modo, que apenas o mármore de melhor qualidade tinha procura em Roma. O restante material era forçosamente escoado para as cidades provinciais e os mercados secundários. É nesta altura que o registo efetuado pelo governo central termina, provavelmente devido à reprivatização e ao fecho de algumas pedreiras. No entanto, o comércio de mármore em todo o Império continuou a prosperar durante, pelo menos, mais 200 anos, enquanto a *pax romana* garantiu estabilidade política e condições sociais.

No início do século IV, a procura mais uma vez excedeu as provisões. Contudo, todo o sistema acaba por colapsar no final do século IV, quando o Império se encontrava cada vez mais abalado por conflitos internos. Restos do sistema seriam conservados no Império Romano oriental, mas na metade ocidental o apogeu do mármore estava irremediavelmente acabado. A Coluna de Focas será a última coluna do mármore branco de Luna a ser erguida sobre o *forum romanum*. No ano de 608, a outrora próspera cidade de Luna (Carrara) apenas se resume a um conglomerado de cabanas de madeira rodeadas por antigos monumentos.

As “trevas” da Idade Média tinham começado.

BIBLIOGRAFIA

- Alarcão, Jorge de. *Introdução ao Estudo da Tecnologia Romana*. Cadernos de Arqueologia e Arte 7. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2005.
- Davey, Norman. *A History of Building Materials*. London: Phoenix House, 1961.
- Duane, Roller. *The Geography of Strabo: An English Translation, with Introduction and Notes*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- Fant, John Clayton. *Ancient Marble Quarrying and Trade*. British Archaeological Reports International Series 453. Oxford: British Archaeological Reports, 1988.
- Hazel, Dodge, e Bryan Ward-Pekins. *Marble in Antiquity: Collected Papers of J. B. Ward-Perkins*. Archaeological Monographs of the British School at Rome 6. London: British School at Rome, 1992.
- Juvenal. *The Satires*, traduzidas e adaptadas por Niall Rudd. Oxford: Oxford University Press, 1992.
- Vitrúvio. *Tratado de Arquitectura*, traduzido e adaptado por Manuel Justino Maciel. Lisboa: Instituto Superior Técnico Press, 2006.



Os *marmora* da *villa* romana de Noheda (Cuenca, Espanha).
Antecipação dos primeiros resultados¹

.....

MIGUEL ÁNGEL VALERO TÉVAR²

¹ Este artigo foi elaborado no quadro do projeto de investigação “Delimitación espacial y caracterización morfológica y funcional del área sureste del sector residencial de la *villa* romana de Noheda” –SBPLY/17/180801/000019 e com a ajuda dos projetos “*Exemplun et spolia*. Perduración, reutilización y transformación en Carthago Nova, Valentia y Lucentum” – HAR 2015-64386-c4-2-p e “Utilización de tecnologías IOT para la aplicación de normas europeas de conservación preventiva. Uso en pequeñas y medianas colecciones del patrimonio cultural español” – HAR 2017-85557-P.

² Universidad de Castilla-La Mancha; MiguelAngel.Valero@uclm.es.

RÉSUMÉ: Si la *villa* romaine de Noheda est connue fondamentalement pour ses mosaïques impressionnantes, il n'est pas moins important l'ensemble des *marmora* qui y ont été découverts. Ces dernières années ont démarré les travaux de classement et d'étude de ce matériau lapidaire, montrant qu'il existe une trentaine de types marmoréens qui y furent employés à différentes époques de ce complexe.

La richesse de l'ensemble des marbres s'enracine dans la grande diversité de provenances parmi lesquels différents types égyptiens, anatoliens, grecs et nord-africains, à côté d'un groupe significatif de marbres lusitaniens.

The marbles from the Roman villa of Noheda (Cuenca, Spain). Anticipation of the first results

ABSTRACT: Although the Roman villa of Noheda is known mainly for its impressive mosaics, the set of marbles discovered there are no less relevant. In recent years, work began on the classification and study of the stone material, proving that there are about thirty marble types that were used in the decoration of the various divisions/rooms of this complex.

The richness of the set of marbles lies in the great diversity of their provenance, including several Egyptian, Anatolian, Greek and North African types that stand out together with a large group of Lusitanian marbles.

KEYWORDS: late Roman *villa*, Hispania, *triclinium*, *balneum*, *marmora*, *opus sectile*.

RESUMEN: Si bien la villa romana de Noheda es conocida fundamentalmente por sus impresionantes mosaicos, no menos relevante es el conjunto de *marmora* descubiertos en ella. En los últimos años se han iniciado los trabajos de clasificación y estudio del material lapídeo, comprobando que existe una treintena de tipos marmóreos que fueron empleados en la decoración de diversas estancias del complejo.

La riqueza del conjunto de mármoles radica en la gran diversidad de procedencias entre las que destacan diversos tipos egipcios, anatolios, griegos y norteafricanos, junto a un nutrido grupo de mármoles lusitanos.

1. INTRODUÇÃO

O presente contributo constitui uma apresentação da antecipação dos primeiros resultados de uma das linhas de investigação que atualmente se estão a desenvolver na jazida arqueológica da *villa* romana de Noheda (Cuenca, Espanha): a identificação dos tipos de *marmora* utilizados como parte da decoração das várias divisões escavadas até agora.

Pretende-se, deste modo, alcançar dois objetivos primordiais: primeiro, conhecer a proveniência dos elementos lapídeos, permitindo com isso reconstruir as rotas comerciais marmóreas no final do Império; e, segundo, abordar a reconstrução ornamental de cada uma das divisões do imóvel, favorecendo assim o conhecimento da mensagem que o *dominus* queria transmitir aos visitantes do complexo³.

Este trabalho surge da necessidade de contribuir para o estudo integral da jazida, pois é justo reconhecer que, até ao momento, foi um mosaico figurado localizado no *triclinium* da *villa* a evidência mais notória do mesmo, pela qual é conhecido⁴. Considerou-se que a investigação sobre o enclave deve enfocar

³ Valero Tévar, Miguel Ángel. “La escenografía del poder en los grandes complejos de la Antigüedad tardía: los *triclinia* triabsidados en la *pars occidentalis* del Imperio”. *Scientia Antiquitatis* 1 (2017): 29; Valero Tévar, Miguel Ángel. *La Persuasión de las Imágenes. Convivium y Escenografía del Poder en el Triclinium de la Villa Romana de Noheda*. Cuenca: Real Academia Conquense de Artes y Letras, 2018, 15–16.

⁴ Valero, Miguel Ángel. “La villa de Noheda: esplendor tardoimperial”. *Revista Memorias* 15 (2009): 53–58; Valero, Miguel Ángel. “La villa romana de Noheda: avance de los primeros resultados”. *Informes sobre Patrimonio* 1 (2010): 12–17; Valero, Miguel Ángel. “Les images de *ludi* de la mosaïque romaine de Noheda (Villar de Domingo García, Cuenca)”. *Nikephoros* 24 (2011): 97–114; Valero, Miguel Ángel. “The late-antique villa at Noheda (Villar de Domingo García) near Cuenca and its mosaics”. *Journal of Roman Archaeology* 26 (2013): 313–325; Valero, Miguel Ángel. “Estudio arqueométrico de las muestras procedentes del mosaico de la villa romana de Noheda (Cuenca): primeros resultados”. In *Actas del X Congreso Ibérico de Arqueometría*, 56–66. Castellón: Instituto de Conservación y Restauración Valenciano, 2014; Valero, Miguel Ángel. “La representación de instrumentos

de maneira integral, isto é, sem esquecer o tapete musivário, mas concedendo a mesma relevância ao resto dos aspetos que compõem o complexo. Nesta linha, já se efetuaram alguns estudos que analisaram arquitetonicamente várias divisões: a cronologia do complexo, a evolução das fases de construção, a edificação empregada e o processo de destruição⁵. De igual modo, também se abordaram análises sobre os elementos que ornamentavam a *pars urbana* do conjunto⁶, o estudo de captação de recursos hídricos com os quais se abastecia o complexo rural⁷, ou os primeiros resultados sobre os programas de prevenção e conservação efetuados no tapete musivário⁸. Além disso, também se realizou a análise do território suscetível de compor o *fundus* da quinta e as suas adaptações e/ou transformações motivadas pela inserção deste espaço no âmbito de exploração da *villa*⁹, a que se soma a reconstrução paleoambiental do espaço durante todas as suas etapas de ocupação¹⁰.

musicales en el mosaico de la villa romana de Noheda”. In *Libro de la 53 SMR de Cuenca*, 81–104. Cuenca: Excma. Diputación de Cuenca, 2014; Valero, Miguel Ángel. “La villa romana de Noheda: la sala triclinar y sus mosaicos”. Doutoramento, Universidad de Castilla-La Mancha, 2015; Valero, Miguel Ángel. “Los mosaicos del triclinium de la villa romana de Noheda (Villar de Domingo García, Cuenca)”. In *Proceedings XVIIIth International Congress of Classical Archaeology*, 1347–1351. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, 2015; Valero, Miguel Ángel. “Los mosaicos de la villa romana de Noheda (Villar de Domingo García, Cuenca)”. In *XII Colloquio AIEMA*, 439–444. Verona: Scripta Edizioni, 2015; Valero, Miguel Ángel. “La iconografía del mito de Pélope e Hipodamía en la musivaria romana. Nuevas aportaciones a partir del mosaico de Noheda”. *Anales de Arqueología Cordobesa* 27 (2016): 125–160; Valero, Miguel Ángel. “La representación del circo en el mosaico de Noheda”. In *Tarraco Biennal. La Glòria del Circ. Curses de Carros i Competicions Circenses*, ed. Jordi López Vilar, 75–82. Tarragona: Fundació Privada Mutua Catalana, 2017; Valero, Miguel Ángel. “New representations of the myth of Pelops and Hippodamia in roman mosaic art”. *Journal of Mosaics Research* 11 (2018): 297–313; Valero Tévar, Miguel Ángel, e Joan Gómez Pallarés. “El mimo del celoso adinerado: literatura y espectáculo en la villa de Noheda (Cuenca)”. *Quaderni Urbitali di Cultura Classica* 102 (2013): 87–106.

⁵ Valero Tévar, Miguel Ángel. “El triclinium de la villa de Noheda (Villar de Domingo García (Cuenca))”. In *La Villa Restaurata e i Nuovi Studi sull’Edilizia Residenziale Tardoantica*, ed. Patrizio Pensabene e Carla Sfameni, 521–531. Bari: Edipuglia, 2014.

⁶ Valero Tévar, Miguel Ángel, Anna Gutiérrez, e Isabel Rodà. “First preliminary results on the marmora of the late roman villa of Noheda (Cuenca, Spain)”. In *Interdisciplinary Studies on Ancient Stone. ASMOSIA X*, editado por Patrizio Pensabene e María Gasparini, 393–401, Roma: “L’Erma” di Bretschneider, 2015.

⁷ Mejías, Miguel, Carlos Martínez, Pedro Pablo Goicoechea, e Miguel Ángel Valero. *Estudio Geológico e Hidrológico del Yacimiento Arqueológico de Noheda (Villar de Domingo García, Cuenca)*. Madrid: Instituto Geológico y Minero de España, 2013, 4–15.

⁸ Valero, Miguel Ángel, Paloma Merelló, Ángel Fernández Navajas, e Fernando-Juan García-Diego. “Characterisation and evaluation of a thermo-hygrometric corrective action carried out at the Noheda archaeological site (Noheda, Spain)”. *Sensors* 14 (2014): 1665–1679.

⁹ Valero Tévar, Miguel Ángel. “El proyecto FUNDUS de la villa romana de Noheda: plan-teamientos metodológicos y primeros resultados”. In *Arqueologia da Transição. Entre o Mundo Romano e a Idade Média*, coord. Cláudia Teixeira e André Carneiro, 65–84. Coimbra: Coimbra University Press, 2017.

¹⁰ Valero Tévar, Miguel Ángel. “Anthropic dynamics and vegetation landscape in the inland area of the Iberian Peninsula: new perspectives drawn from palynological studies

A villa romana de Noheda é uma jazida conhecida desde há muito tempo¹¹, embora a existência do mosaico figurado tenha sido documentada a partir de meados dos anos 'j80 do século XX.

A jazida está localizada na parte central da Península Ibérica, próxima das cidades de Segóbriga (a 58 km), Ercávica (a 44,5 km) e Valeria (a 43,5 km), situando-se a 18 km a norte da atual cidade de Cuenca. A villa está a escassos 500 m a noroeste da localidade de que toma o nome, a saber, o município de Villar de Domingo García (Fig. 1).



Figura 1 - Localização de Noheda no mapa da Península Ibérica.

at the villa of Noheda (Cuenca, Spain)". *European Journal of Post-Classical Archaeologies* 8 (2018): 219-238; Valero Tévar, Miguel Ángel. "Análisis palinológico de la villa de Noheda (Cuenca). Evolución del paisaje vegetal e interacción antrópica en la Submeseta Sur desde época romana". *Anales de Arqueología Cordobesa* 29 (2018): 177-198.

¹¹ Coello, Francisco. "Caminos romanos de Cuenca". *Boletín de la Real Academia de la Historia* XXXI (1897): 19-25; Santa María, Julio. "Itinerarios romanos de la provincia de Cuenca". *Boletín de la Real Academia de la Historia* XXXI (1897): 5-19; Larrañaga, Julio. *Guía de Cuenca*. Cuenca: Excma. Diputación Provincial de Cuenca, 1966, 438; Abascal Palazón, Juan Manuel. *Vías de Comunicación Romanas de la Provincia de Guadalajara*. Guadalajara: Diputación Provincial de Guadalajara, Instituto Provincial de Cultura Marqués de Santillana, 1982, 68; Palomero Plaza, Santiago. *Las Vías Romanas de la Provincia de Cuenca*. Cuenca: Excma. Diputación Provincial de Cuenca, 1987, 169.

A sua localização geográfica no contexto peninsular determina um acentuado carácter de confluência de caminhos, tornando-se uma passagem natural de sul para norte, entre as cordilheiras montanhosas antes mencionadas, e fazendo desta zona uma via natural de comunicação¹², percorrida, precisamente, por algumas calçadas romanas.

As escavações arqueológicas começaram em finais de 2005, revelando rapidamente a relevância da jazida, o que motivou que, a partir do ano seguinte, a Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha assumisse as responsabilidades e o financiamento da investigação. Além disso, sempre se pôde contar com a hospitalidade e o compromisso da povoação de Villar de Domingo García, a que importa juntar o apoio demonstrado nos últimos anos pela excelentíssima Assembleia Provincial de Cuenca.

O complexo arqueológico foi declarado Bem de Interesse Cultural em 2012, principalmente pelos mosaicos ali descobertos; ainda que não seja a fase tardoantiga a única que conta com provas antrópicas, é todavia justo reconhecer que, até agora, essa é a fase mais bem documentada. As investigações realizadas nos últimos anos puseram em evidência que, por baixo da *villa* tardorromana, ficou provada a existência de estruturas arqueológicas pertencentes ao Alto Império em bom estado, embora se tenham tornado a canteira para as construções sobrepostas¹³.

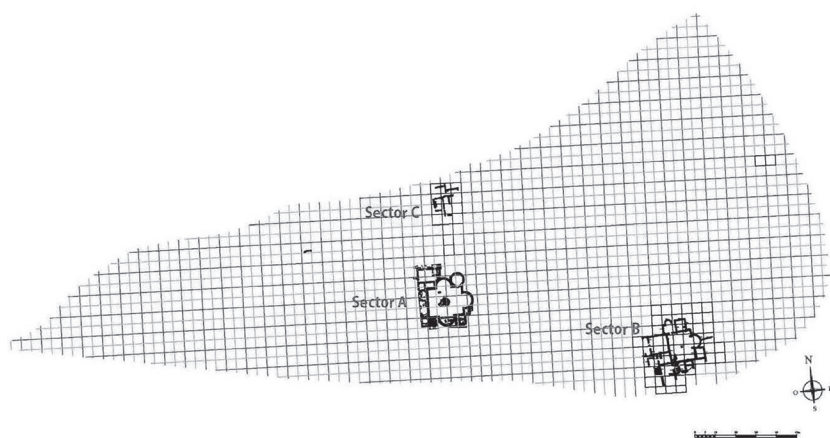
Mas, sem dúvida, será o complexo tardorromano a fase mais destacada da jazida, documentando-se uma etapa de ocupação em que se acentuam os esforços de construção. Erigiu-se, deste modo, um conjunto edilício de nova planta, com flamantes edificações de dimensões imponentes, as quais, além disso, sofrem sucessivas ampliações ou modificações, cujo objetivo é a monumentalização da *villa*. Esta fase coincide, cronologicamente, com o processo de eclosão e auge das grandes *villae* documentadas na parte ocidental do Império¹⁴.

¹² Valero Tévar, Miguel Ángel. “El territorio ibérico en La Manchuela: avance de los primeros resultados”. *Studia Académica* número extraordinario I (2008): 180.

¹³ Valero Tévar, Miguel Ángel. “El proyecto *FUNDUS* de la villa romana de Noheda”, 68.

¹⁴ Vera, Daniela. “Schiavitù rurale e colonato nell’Italia imperiale”. *Scienze dell’Antichità Storia Archaeologica Antropologica* 6–7 (1992–1993): 299; Volpe, Giuliano. *Contadini, Pastori e Mercanti nell’Apulia Tardoantica*. Munera 6. Bari: Edipuglia, 1999, 210; Sfameni, Carla. *Ville residenziali nell’Italia tardoantica*. Bari: Edipuglia, 2006, 19–21; Chavarría Arnau, Alexandra. “Villas en Hispania durante la Antigüedad tardía”. In *Villas Tardoantiguas en el Mediterráneo Occidental*, ed. Alexandra Chavarría, Javier Arce e Gian Pietro Brogiolo, 17–36. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2006, 19; Chavarría Arnau, Alexandra. *El Final de las Villae en Hispania (Siglos IV–VIII)*. Bibliothèque de l’Antiquité Tardive 7. Turnhout: Brepols, 2007, 53–57; Pensabene, Patrizio. “La villa del Casale tra Tardo Antico e Medioevo alla luce dei nuovi date archaeologici: funzioni, decorazioni e trasformazioni”. *Rendiconti della Pontificia Accademia Romana di Archeologia* LXXXIII (2010–2011): 171–174; Hidalgo Prieto, Rafael. “¿Fue Cercadilla una villa? El problema de la función del complejo de Cercadilla en Corduba”. *Archivo Español de Arqueología* 87 (2014): 217–241, 229.

Desta etapa, até agora, são duas as áreas escavadas. Por um lado, interveio-se nalgumas estruturas que parecem pertencer à *pars rustica* (sector C). Com a presença destas últimas, o complexo contaria com os edifícios necessários que lhe concediam essa vocação agrícola, que é inerente ao conceito de *villa rústica*¹⁵ (Fig. 2).



E, por outro, dois sectores afetados à *pars urbana*. Neles se centraram os esforços de investigação, o que permitiu a exumação do *balneum* (sector B) e de algumas divisões do sector residen-

Figura 2 - Planimetria geral de la villa romana de Noheda com indicação dos sectores.

¹⁵ Richmond, Ian. "The plans of roman villas in Britain". In *The Roman Villas in Britain*, editado por Albert Rivet e Frederick Lionel, 49-70. New York: Frederick A. Praeger, 1970, 51; McKay, Alexander G. *Houses, Villas and Palaces in the Roman World*. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1975, 100-108, 288; Percival, John. *The Roman Villa, a Historical Introduction*. London: Batsford, 1976, 13; Johnston, David. *Roman Villas*. Ayresbury: Shire Publications, 1983, 3-8; Balmelle, Catherine. *Les Demeures Aristocratiques d'Aquitaine*. Supplément 10. Bordeaux-Paris: Ausonius, 2001, 16; Gros, Pierre. *L'Architecture Romaine*, 2. *Maisons, Palais, Villas et Tombeaux*. *Les Manuels d'Art et d'Archéologie Antique*. Paris: Persée, 2001, 265; Mulvin, Linda. *Late Roman Villas in the Danube-Balkan Region*. BAR International Series 1064. Oxford: B.A.R., 2002, 3; Chavarría Arnau, Alexandra. "Villas in Hispania during the fourth and fifth centuries". In *Hispania late Antiquity. Current Perspectives*, ed. Kim Bowes e Michael Kulikowski, 223-226. *The Medieval and Early Modern Iberian World* 24. Leiden-Boston: Brill, 2005; Arce, Javier. "Villae en el paisaje rural de Hispania romana durante la Antigüedad tardía". In *Villas Tardoantiguas en el Mediterráneo Occidental*, Anejos del Archivo Español de Arqueología 39, editado por Alexandra Chavarría, Javier Arce e Gian Pietro Brogiolo, 9-16. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto de Historia, Departamento de Historia Antigua y Arqueología, 2006, 14; Arce, Javier. *El último siglo de la España Romana*. Madrid: Alianza Editorial, 2009, 136, 284-412; Arce, Javier. "Campos, tierras y villae en Hispania". In *Visigodos y Omeyas. El Territorio*, ed. Luis Caballero Zoreda, Pedro Mateos e Tomás Cordero Ruiz. Anejos de Archivo Español de Arqueología 61. Mérida: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2012, 27; Sfameni, Carla. *Ville Residenziali nell'Italia Tardoantica*, 110.

cial (sector A). Assim, o edifício termal usufrui de umas dimensões de quase 900 m² e conta com um esquema axial-simétrico¹⁶. É composto por várias salas de uso, dispostas em torno do eixo central, que marcam a entrada em *narthex*, o *apodyterium* e o grande *frigidarium*. Tal como se manifesta noutros recintos termais datados a partir de finais do século III ou ao longo do século IV, em Noheda aprecia-se o gosto pela complexificação dos esquemas de funcionamento e a profusão de espaços absidados ou octogonais.

À monumentalização arquitetónica do *balneum* soma-se a preeminência das salas de ambiente frio, que não só ocupam a maior parte do edifício, mas gozam de um sobrecarregado aparato ornamental, composto por um vistoso pavimento de mosaico¹⁷ e um colorido rodapé nos paramentos murados, que se resolve mediante *opus sectile*. Isto põe em evidência a utilização de materiais construtivos nobres na decoração das divisões principais da *villa*, podendo ser associados ao gosto da elite social.

No que diz respeito às estruturas de uso residencial, até ao momento, escavaram-se completamente sete divisões, entre as quais se destaca a chamada Sala Triabsidada, que usufrui de umas dimensões imponentes – 290,64 m² – e de uns extraordinários pavimentos¹⁸. A isto há que somar uma complexa articulação arquitetónica e uma cuidada decoração parietal, composta por um rodapé de placas de mármore, que será analisada de seguida, juntamente com um alçado de pintura mural. A sua morfologia quadrangular com êxedras em três dos seus lados permite associá-la ao tipo de salas triforas que se tornam frequentes nos mais luxuosos conjuntos residenciais datados a partir de finais do século III¹⁹. Trata-se de

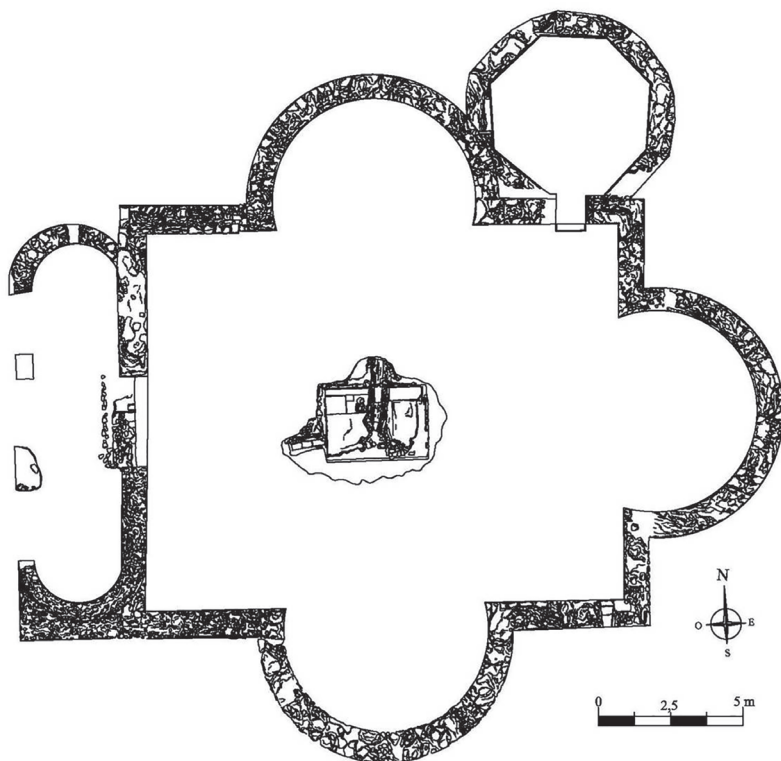
¹⁶ García Entero, Virginia. *Los Balnea Domésticos – Ámbito Rural y Urbano – en la Hispania Romana*. Anejos de Archivo Español de Arqueología XXXVII. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2005, 751; García Entero, Virginia. “Los balnea de las villae tardoantiguas en Hispania”. In *Villas Tardoantiguas en el Mediterráneo Occidental*, Anejos de AEsA XXXIX, ed. Alexandra Chavarría, Javier Arce e Gian Pietro Brogiolo, 97-112. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2006, 107.

¹⁷ Valero Tévar, Miguel Ángel. “Primeras aproximaciones a los mosaicos del *balneum* de la villa romana de Noheda (Cuenca)”. In *Estudios sobre Mosaicos Antiguos y Medievales*, ed. Luz Neira, 521-531. Roma: “L’Erma” di Bretschneider, 2016.

¹⁸ Valero Tévar. “Les images de *ludi* de la mosaïque romaine de Noheda [...]”, 97-110; Valero Tévar. “The late-antique villa at Noheda [...]”, 319-325; Valero Tévar. “La representación de instrumentos musicales [...]”, 85-93; Valero Tévar. “La villa romana de Noheda [...]”; Valero Tévar. “Los mosaicos del *triclinium* de la villa romana de Noheda [...]”, 1348-1350; Valero Tévar. “Los mosaicos de la villa romana de Noheda [...]”, 439-444; Valero Tévar. “La iconografía del mito de Pélope e Hipodamia en la musivaria romana.”, 136-146; Valero Tévar. “La representación del circo en el mosaico de Noheda”, 75-82; Valero Tévar. “New representations of the myth of Pelops and Hippodamia [...]”, 299-309; Valero e Gómez. “El mimo del celoso adinerado [...]”, 91-05.

¹⁹ Romizzi, Lucia. “Le ville tardo-antiche in Italia”. In *Villas Tardoantiguas en el Mediterráneo Occidental*, editado por Alexandra Chavarría, Javier Arce e Gian Pietro Brogiolo, 37-60. Anejos del Archivo Español de Arqueología 39. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2006, 29.

dependências de articulação *trichora* que se interpretam como *triclinia*²⁰, adaptando assim as formas arquitetônicas às novas tendências na organização espacial dos comensais em banquetes, com leitos dispostos em semicírculo: os *stibadia*²¹ (Fig. 3).



Como se observou anteriormente, numa investigação integral da jazida, não se pode omitir o estudo do mármore que decora um bom

Figura 3 - Planta do triclinium.

²⁰ Hidalgo Prieto, Rafael. "El triclinium triconque del palatium de Córdoba". *Anales de Arqueología Cordobesa* 9 (1998): 273-302, 283; Dunbabin, Katherine M. D. *The Roman Banquet. Images of Conviviality*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, 198; Mar, Ricardo, e Giuseppe Verde. "Las villas tardoantiguas: cuestiones de tipología arquitectónica". In *Las Villae Tardorromanas en el Occidente del Imperio: Arquitectura y Función*, ed. Carmen Fernández Ochoa, Virginia García Entero e Fernando Gil Sendino. Gijón: Ediciones Trea, 2008, 78; Arce, Javier. "El complejo residencial tardorromano de Cercadilla, (Corduba)". In *Las áreas Suburbanas en la Ciudad Histórica. Topografía, Usos, Función*, ed. Desiderio Vaquerizo, 397-412. Monografías de Arqueología Cordobesa 18. Córdoba: Universidad de Córdoba, 2010, 401.

²¹ Rossiter, Jeremy. "Convivium and villa in Late Antiquity". In *Dinning in a Classical Context*, ed. Willian Slater, 199-214. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1991, 203; Volpe, Giuliano. "Stibadium e convivium in una villa tardoantica (Faragola-Ascoli-Satriano)". In *Studi in Onore di Francesco Grelle*, ed. Marina Silvestrini, Tullio Spagnuolo e Giuliano Volpe, 319-349. Bari: Edipuglia, 2006, 323.

número de divisões da *villa*. Portanto, apesar do estado embrionário da investigação, considera-se fundamental apresentar aqui e agora uma exposição preliminar dos primeiros resultados da classificação e análise dos *marmora* da *villa romana* de Noheda.

2. OS MARMORA DA VILLA ROMANA DE NOHEDA:

APROXIMAÇÃO PRELIMINAR

O *marmor* em Noheda documenta-se com diversos usos: em forma de tesselas do mosaico, como grandes placas usadas para revestir o rodapé do *triclinium*, pequenas placas para *opera sectilia*, ou como matéria para a realização do nutrido conjunto escultórico encontrado²².

O programa decorativo de várias divisões do complexo está configurado com um impressionante elenco de pedras provenientes de todo o Império, de que já se deu conta em trabalhos anteriores²³. As escavações arqueológicas realizadas na jazida encontraram um ingente volume de peças de várias centenas de milhares de fragmentos de diversos tamanhos, que colocam esta *villa* entre as mais ricas da Hispânia, ao nível do conjunto de Carranque (Toledo), onde se encontraram 39 tipos de mármore²⁴, ou da *villa* de Las Pizarras, situada na antiga Cauca (Segóvia), em que o impressionante programa decorativo se formaliza em torno a 8 tipos de *marmora*²⁵. Sem dúvida, a grande quantidade e o amplo elenco de mármore usados em Noheda colocam o enclave numa das jazidas tardoantigas em

²² Valero Tévar, Miguel Ángel. “El triclinium de la villa Noheda (Villar de Domingo García, Cuenca)”. In *La Villa Restaurata e i Nuovo Studi sull’Edilizia Residenziale Tradoantica*, ed. Patrizio Pensabene e Carla Sfameni, 521–531. Bari: Edipuglia, 2014, 255.

²³ Valero et al. “First preliminary results on the *marmora* [...]”, 395–399.

²⁴ Rodà, Isabel. “Los mármoles de Carranque”. *Carranque, Centro de Hispania Romana*, 111–118. Guadalajara: Ediciones Aache, 2001; García-Entero, Virginia, e Sergio Vidal Álvarez. “Marmora from the roman site of Carranque (Toledo, Spain)”. *MARMORA. An International Journal for Archaeology, History and Archaeometry of Marbles and Stones* 3 (2007): 53–69; García-Entero, Virginia, María del Mar Salán, e Sergio Vidal Álvarez. “El *marmor* en el yacimiento de Carranque. Algunas consideraciones sobre las marcas de herramientas”. In *Marmora Hispana. Explotación y Uso de los Materiales Pétreos en la Hispania Romana*, ed. Trinidad Nogales e Julia Beltrán, 197–212. Roma: “L’Erma” di Bretschneider, 2008; García-Entero, Virginia, e Sergio Vidal Álvarez. “Los *marmora* y la decoración arquitectónica del edificio A de Carranque (Toledo): primeros resultados”. In *Las Villae Tardorromanas en el Occidente del Imperio: Arquitectura y Función*, editado por Carmen Fernandez Ochoa, Virginia García-Entero e Fernando Gil Sendino, 591–508. Gijón: Ediciones Trea, 2008; García-Entero, Virginia, e Sergio Vidal Álvarez. “El uso del *marmor* en el yacimiento de Carranque (Toledo)”. In *El Marmor en Hispania: Explotación, Uso y Difusión en Época Romana*, ed. Virginia García-Entero, 141–148. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2012.

²⁵ Pérez, Cesareo, Olivia Reyes, Isabel Rodà, Aureli Álvarez, Anna Gutiérrez García-M., Ana Domènech, e Hernando Royo. “Uso de *marmora* en el programa ornamental del sitio romano Las Pizarras (antiguo Cauca, Segovia, España)”. In *Estudios Interdisciplinarios sobre Piedra Antigua. Actas de la IX Conferencia de ASMOSIA (Tarragona 2009)*, ed. Anna Gutiérrez García, Pilar Lapuente e Isabel Rodà, 151–160. Documenta 23 Tarragona: Institut Català d’Arqueologia Clàssica, 2012.

que o uso de *marmora* importados supõe uma tónica comum, demonstrando a alta capacidade económica e social dos seus *possessores*.

Como primeiro passo, este trabalho empreendeu uma exaustiva revisão da totalidade de mármore encontrados nas escavações²⁶. A ação seguinte foi a classificação lítica e tipológica mediante a análise macroscópica das peças²⁷, que ainda decorre, mas que já documentou até 30 tipos de *marmora* que foram empregues na decoração dos edifícios. Esta classificação está à espera de ser confirmada ou, inclusive, aumentada, nos casos em que a observação macroscópica não permite uma identificação clara da peça.

A procedência dos mármore corresponde às citadas áreas pertencentes à *pars urbana* do complexo, em concreto, às do *balneum* e do sector residencial, do qual, neste estudo, somente abordaremos as peças localizadas no *triclinium*, pois as provenientes do resto das divisões encontram-se nos primeiros processos de análise e seria ousado avançar com dados.

A identificação macroscópica das placas marmóreas e dos fragmentos de *opus sectile* permite comprovar que a ampla maioria das peças de *marmora* localizadas nas escavações tem uma origem forânea (não hispânica), cobrindo um amplo espectro geográfico.

Do cômputo total de tipos²⁸, destacam-se pela sua proporção as peças de *giallo antico* (*marmor Numidicum*)²⁹ provenientes das minas de Chemtou

²⁶ Tanto das peças encontradas nas campanhas arqueológicas dirigidas por nós, como dos mármore procedentes das campanhas de 2005, 2006 e 2007, dirigidas por Dimas Fernández Galiano, Isabel Puche e Jorge Vega, que foram armazenados nas dependências municipais.

²⁷ Esta ação desenvolveu-se em diversas etapas, em que alguns dos maiores especialistas (Isabel Rodà, Anna Gutiérrez, Virginia García-Entero e Salvador Domínguez Bella) levaram a cabo vários estudos interpretativos.

²⁸ Na atualidade, estamos a realizar a quantificação numérica de cada um dos tipos marmóreos achados.

²⁹ Gnoli, Raniero. *Marmora Romana*. Roma: La nave di Teseo, 1971, 139-141; Gnoli, Raniero. *Marmora Romana*. Roma: Edizioni dell'Elefante, 1988, 166-168; Rakob, Frederic, e Thomas Hraus. "Chemtou. Die Geschichte des numidischen Steinbruchs". *Die Kunstzeitschrift* 3 (1979): 36-70; Horn, Heinz Günter. "Aussellung Katalog". In *Die Numider. Reiter und Könige nördlich der Sahara*, ed. Heinz Günter Horn e Christoph B. Rüger, 173-180. Führer des Rheinischen Landesmuseums 96. Bonn: R. Habelt, 1979; Álvarez, Aureli. "El giallo antico de Jendouba (Tunisia)". *Informació Arqueològica* 44 (1985): 46-50; Mielsch, Harald. *Buntmarmor aus Rom im Antikenmuseum Berlin*. Berlin: Staatliche Museen Preussischer Kulturbesitz, 1985, 56; Gaggiotti, Michele. "L'importazione del mármol numídico a Roma in época tardo-republicana". In *L'Africa Romana IV-2*, 201-213. Sassari: Università degli Studi di Sassari, 1987; Gaggiotti, Michele. "Pavimenta poenica marmore numídico constrata". In *L'Africa Romana V*, 215-221. Sassari: Università degli Studi di Sassari, 1988; Röder, Gertrud. "Numidian marble and some of its specialities". In *Classical Marble: Geochemistry, Technology, Trade. Proceedings of the NATO Advanced Research Workshop on Marble in Ancient Grece and Rome: Geology, Quarries, Commerce, Artefacts*, ed. Norman Herz e Marc Waelkens, 91-96. Boston-London: Springer-Dordrecht, 1988; *Marmi Antichi. Roma*. Materiali della Cultra Artistica 1. Editado por Gabriele Borghini. Roma: DEL, 1989, 214-215; Maryer, Marc. "La circulación del marmor numidicum en Hispania". In *L'Africa*

(antiga Simitthu, Tunísia). Deste tipo, não só se detetou a mais comum em amarelo homogéneo, mas diversas variantes que incluem brechas (*giallo Brecciato*), bem como *giallo antico* de tom rosado, que recentemente foi denominado como *giallo antico carnacino*³⁰, precisamente pela característica cor. Este tipo de mármore foi empregue profusamente na decoração dos edifícios destacados da *villa*. Dentro das amostras examinadas, foram identificados *crustae*, peças de *opus sectile* e, inclusive, elementos figurativos, entre os quais se destaca uma perna humana³¹ (Fig. 4).

Do mesmo modo, são muito abundantes as placas de *greco scritto* provenientes das pedreiras de Cabo de Garda (Ras el-Hamra), a uns 10 km de Annaba – cerca da antiga Hipona (Hippo Regius) –, na Argélia, que são consideradas tradicionalmente a principal fonte deste mármore³². No entanto, estudos mais recentes revelam a existência de vários afloramentos noutras zonas argelinas³³, ou inclusivamente perto da antiga Éfeso (Turquia)³⁴, que forneciam um mármore de aspeto quase idêntico ao da referida pedra argelina, e temos hoje em dia um registo fiável de que este se utilizou amplamente por todo o Império Romano.

São muito substanciais as variantes marmóreas provenientes do âmbito grego, tanto insular como continental. Por exemplo, são comuns as peças de *portasanta* (*marmor Chium*)³⁵ provenientes da ilha de Chio

Romana XI-2, *Atti dell'XI convegno di Studio (Cartago)*, 837-848. Ozieri: Università degli Studi di Sassari, 1996; Blanco, Giorgio. *Dizionario dell'Architettura di Pietra. I Material*. Roma: Unibrio, 1999, 89-90; Lazzarini, Lorenzo. “La determinazione della provenienza delle pietre decorative usate dai romani”. In *I marmi Colorati della Roma Imperiale*, coord. Marilda de Nuncio e Lucrezia Ungaro, 243-244. Roma: Mardilio Edizioni, 2002; *Pietre e Marmi Antichi. Natura, Caratterizzazione, Origine, Storia d'Uso, Diffusione, Collezionismo*, editado por Lorenzo Lazzarini. Milano: Cedam, 2004, 85.

³⁰ Bufalo, Dario del. *Marmi antichi e pietre dure*. Roma: Mario Congedo Editore 2000, 160.

³¹ Valero et al. “First preliminary results on the *marmora* [...]”, 398.

³² Antonelli Fabrizio, e Stefano Cancelliere. “Mineropetrographic and geochemical characterization of greco scritto marble from Cap de Garde, near Hippo Regius (Annaba, Algeria)”. *Archaeometry* 51 (2009): 351-365.

³³ Herrmann, Joseph, Donato Attanasio, Robert H. Tykot, e Annewies van den Hoek. “Characterization and distribution of marble from Cap de Garde and Mt. Filfila, Algeria”. In *Interdisciplinary Studies on Ancient Stone. Proceedings of the IX ASMOSIA Conference (Tarragona 2009)*, ed. Anna Gutiérrez García-M., Pilar Lapuente e Isabel Rodà, 300-309. Documenta 23. Tarragona: Institut Català d'Arqueologia Clàssica, 2012.

³⁴ Yavuz, Ali Bahadır, Bruno Matthias, e Attanasio Donato. “An updated, multi-method database of Ephesos marbles, including white, greco scritto and bigio varieties”. *Archaeometry* 53/2 (2011): 215-240; Donato, Attanasio Yavuz Ali Bahadır, Bruno Matthias, Herrmann Joseph, Tykot H. Robert, e Annewies van den Hoek. “On the Ephesian origin of greco scritto marble”. In *Interdisciplinary Studies on Ancient Stone. Proceedings of the IX ASMOSIA Conference (Tarragona 2009)*, ed. Anna Gutiérrez García-M., Pilar Lapuente e Isabel Rodà, 245-254. Documenta 23. Tarragona: Institut Català d'Arqueologia Clàssica, 2012.

³⁵ Gnoli. *Marmora Romana*, 1971, 145-146; Gnoli. *Marmora Romana*, 1988, 171-173; Mielsch. *Buntmarmor aus Rom im Antikenmuseum Berlin*, 58; Borghini. *Marmi Antichi*. Roma, 202-203; Blanco. *Dizionario dell'Architettura di Pietra*, 60-61; Lazzarini. “La determinazione della provenienza [...]”, 257-258; Lazzarini. *Pietre e Marmi Antichi*, 93.



À esquerda:
Figura 4 - Fragmento de
figura humana realizada
em giallo antico (marmor
Numidicum).



À direita:
Figura 5 - Fragmento de
portasanta (marmor Chium).

(Grécia), ainda que em menor quantidade que o tipo mármoreo analisado anteriormente, mas ainda assim muito abundante, sendo empregue como placas ou como peças de tamanho pequeno, cortadas fundamentalmente como filetes (Fig. 5).

Igualmente de proveniência grega é o mármore branco e verde, denominado *cipollino* (marmor *Carystium*)³⁶, originário da ilha de Eubeia, localizado em *crustae* de tamanho grande, que realçam a sua formosura, pois este tipo de pedra ganha em beleza quando se apresenta uma superfície relativamente grande, permitindo que todos apreciem as suas ondas bicolores.

Um grupo muito importante de materiais lapídeos de origem grega em Noheda é o *serpertino* (*lapis Lacedaemonius*)³⁷, proveniente das pedreiras de

³⁶ Gnoli. *Marmora Romana*, 1971, 154-156; Gnoli. *Marmora Romana*, 1988, 181-183; Mielsch. *Buntmarmore aus Rom im Antikenmuseum Berlin*, 55-56; Borghini. *Marmi Antichi. Roma*, 285-287; Blanco. *Dizionario dell'Architettura di Pietra*, 189-190; Lazzarini. "La determinazione della provenienza [...]", 263-265; Lazzarini. *Pietre e Marmi Antichi*, 93.

³⁷ Gnoli. *Marmora Romana*, 1971, 115-118; Gnoli. *Marmora Romana*, 1988, 141-142; Mielsch. *Buntmarmore aus Rom im Antikenmuseum Berlin*, 66; Borghini. *Marmi Antichi. Roma*, 279-281; Blanco. *Dizionario dell'Architettura di Pietra*, 185-186; Lazzarini. "La determinazione della provenienza [...]", 254-256; Lazzarini. *Pietre e Marmi Antichi*, 92; Zezza, Umberto, e Lorenzo Lazzarini. "Krokeatis lithos (*lapis lacedaemonius*): source, history of use, scientific characterization". In *Interdisciplinary Studies on Ancient Stone. Proceedings of the VI*

Krokees no Peloponeso, bem como algumas das suas variantes. Este tipo de marmor emprega-se como peças de *opera sectilia*. Igualmente originário do Peloponeso, concretamente das pedreiras do cabo Tênaros, na villa atesta-se a presença de *rosso antico* (marmor *Taenarium*)³⁸, em forma de pequenos elementos de ornamentação parietal (Fig. 6).

O *verde antico* (marmor *Thessalicum*)³⁹, proveniente da área de Larissa na Tessália, está documentado em forma de grandes placas que ornamentavam o estanco do *triclinium*, mas também como elementos de tamanho pequeno que formavam parte dos *opera sectilia* do *frigidarium*.

Para terminar com os *marmora* oriundos do âmbito grego, deve mencionar-se a presença de algumas peças de *breccia di Sciro* ou *di Settebassi* (marmor *Scyrium*)⁴⁰, originário de Esquiro, com presença de pequenas placas de morfologia retangular.

Por outro lado, são muito abundantes em Noheda os mármore, oriundos do Egito, do tipo *porfido rosso* (*lapis Porphyrites*)⁴¹, cujo ponto de extração são as minas de Gabal Abu Dukhan. As peças encontradas formaram parte de *opera sectilia*, tanto parietais como pavimentais, conforme a espessura dos elementos achados. Destas mesmas pedreiras também

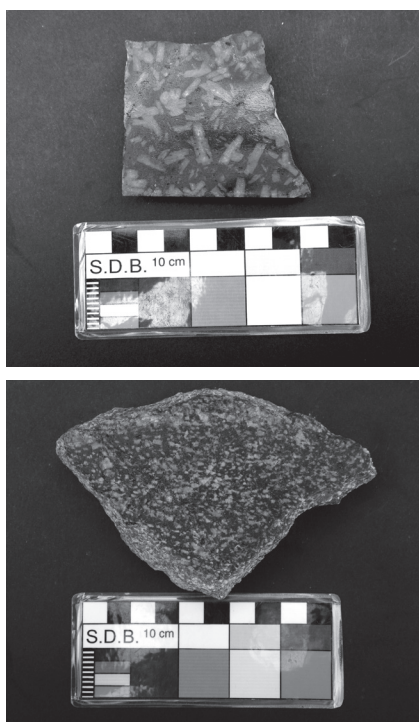
ASMOSIA Conference (Venezia 2000), ed. Lorenzo Lazzarini, 245-254. Padova: Università degli Studi di Padova, 2002.

³⁸ Gnoli. *Marmora Romana*, 1971, 161-164; Gnoli. *Marmora Romana*, 1988, 187-191; Mielsch. *Buntmarmor aus Rom im Antikenmuseum Berlin*, 63-64; Borghini. *Marmi Antichi. Roma*, 292-293; Blanco. *Dizionario dell'Architettura di Pietra*, 228; Lazzarini. "La determinazione della provenienza [...]", 261; Lazzarini. *Pietre e Marmi Antichi*, 95.

³⁹ Gnoli. *Marmora Romana*, 1971, 136-138; Gnoli. *Marmora Romana*, 1988, 162-165; Mielsch. *Buntmarmor aus Rom im Antikenmuseum Berlin*, 46; Borghini. *Marmi Antichi*. 288; Blanco. *Dizionario dell'Architettura di Pietra*, 199-201; Lazzarini. "La determinazione della provenienza [...]", 256; Lazzarini. *Pietre e Marmi Antichi*, 92; Giorgioni, Carlo, Lorenzo Lazzarini, e Paolo Pallante. "New archaeometric data on Rosso Antico and other red marbles used in antiquity". In *Interdisciplinary Studies on Ancient Stone. Proceedings of the VI ASMOSIA Conference (Venezia 2000)*, ed. Lorenzo Lazzarini, 199-206. Padova: Università degli Studi di Padova, 2002.

⁴⁰ Gnoli. *Marmora Romana*, 1971, 181-201; Gnoli. *Marmora Romana*, 1988, 232-235; Mielsch. *Buntmarmor aus Rom im Antikenmuseum Berlin*, 47; Borghini. *Marmi Antichi. Roma*, 192-193; Blanco. *Dizionario dell'Architettura di Pietra*, 41-42; Lazzarini. "La determinazione della provenienza [...]", 258-260; Lazzarini. *Pietre e Marmi Antichi*, 45.

⁴¹ Gnoli. *Marmora Romana*, 1971, 98-108; Gnoli. *Marmora Romana*, 1988, 122-123; Mielsch. *Buntmarmor aus Rom im Antikenmuseum Berlin*, 64-65; Borghini. *Marmi Antichi. Roma*, 274-275; Blanco. *Dizionario dell'Architettura di Pietra*, 183-185; Maxfield, Valerie, e David Peacock. *The Roman Imperial Quarries: Survey and Excavation at Mons Porphyrites 1994-1998. Excavation Memoirs/Egypt Exploration Fund* 67. London: Memoir Egypt Exploration Society, 2001; Lazzarini. "La determinazione della provenienza [...]", 233-235; Lazzarini. *Pietre e Marmi Antichi*, 83; Peacock, David, e Valerie Maxfield. *The Roman Imperial Quarries: Survey and Excavation at Mons Porphyrites 1994-1998*. London: Egypt Exploration Society, vol. 2, 2007.



Em cima:
Figura 6 - Fragmento de
serpentina (lapis Lacedaemo-
nius).

Em baixo:
Figura 7 - Fragmentos
de porfido rosso (lapis Por-
phyrites).

provém outro dos tipos de mármore egípcio documentado em Noheda: o *porfido nero*⁴² (Fig. 7).

No que diz respeito à área circunscrita à Ásia Menor, encontrou-se uma ingente quantidade de peças, tanto em *crustae*, como peças de tamanho reduzido do inconfundível *pavonazzetto* (marmor Docimium, Phrygium ou Synnadicum)⁴³, com os característicos tons brancos e aviolados, que é originário da zona turca de Iscehiar (Afyon). Usaram-se como *crustae* retangulares e de diferentes tamanhos. A maioria das peças mostra o aspeto

⁴² Gnoli. *Marmora Romana*, 1971, 112-113; Gnoli. *Marmora Romana*, 1988, 138; Mielsch. *Buntmarmore aus Rom im Antikenmuseum Berlin*, 65; Borghini. *Marmi Antichi*. Roma, 272; Blanco. *Dizionario dell'Architettura di Pietra*, 183; Maxfield e Peacock. *The Roman Imperial Quarries*; Lazzarini. "La determinazione della provenienza [...]", 233-235; Peacock e Maxfield. *The Roman Imperial Quarries*.

⁴³ Gnoli. *Marmora Romana*, 1971, 142-144; Gnoli. *Marmora Romana*, 1988, 59; Röder, Gertrud. "Marmor Phrygium. Die abtiken marmorbriche von Iscehisar in Westanatolien". *Jahrbuch Dai Rom* 86 (1971): 254-312; Mielsch. *Buntmarmore aus Rom im Antikenmuseum Berlin*, 59; Borghini. *Marmi Antichi*. Roma, 264-265; Fant, John Clayton. *Cavum Antrum Phrygiae. The Organization and Operations of the Roman Imperial Marble Quarries in Phrygia*. BAR International Series 482. Oxford: B.A.R., 1989; Blanco. *Dizionario dell'Architettura di Pietra*, 162-163; Pensabene, Patrizio. "Le principali cave di marmo bianco". In *I Marmi Colorati della Roma Imperiale*, coord. Marilda de Nuncio e Lucrezia Ungaro, 203-222. Venecia: Marsilio Editore, 2002, 205-207.

mais característico do *pavonazzetto*, mas, nalguns casos, as características também poderiam pertencer a um mármore de tipo *grecco scritto*.

Ainda com proveniência da península Anatólica, estão documentadas peças do denominado mármore *africano* (*marmor Luculleum*)⁴⁴ das pedreiras de Kara Göl e Beylerköy, em Teos, da variedade verde. Identificaram-se peças de *opera sectilia* e de molduras.

O tipo *biogio antico* cinzento e, por vezes, com manchas, originário da Ásia Menor, não é demasiado comum na amostra de peças de encaixe de Noheda, aparecendo empregue em *crustae* de tamanho médio.

No que diz respeito aos *marmora* da Península Ibérica, conta-se com uma destacadíssima⁴⁵ representatividade de mármore provenientes do anticlinal de Estremoz (Portugal)⁴⁶ em numerosas variantes cromáticas.

⁴⁴ Ballance, Michael. "The origin of Africano". *PBSR* 34, n.s. XXI (1966): 79–81; Ward-Perkins, Bryan. "Marmol africano e lapis sarcophagus". *RPAAR* 39 (1967): 127–133; Gnoli. *Marmora Romana*, 1971, 147–151; Gnoli. *Marmora Romana*, 1988, 174–178; Mielsch. *Buntmarmore aus Rom im Antikenmuseum Berlin*, 54; Borghini. *Marmi Antichi*. Roma, 133–135; Fant. *Cavum antrum Phrygiae*; Fant, John Clayton. "Poikoloi lithoi: the anomalous economics of the Roman Imperial marble quarry at Teos". In *The Greek Renaissance in the Roman Empire. Papers from the Tenth British Museum Classical Colloquium*, ed. Susan Walker e Averil Cameron, 206–218. Bulletin of the Institute of Classical Studies 55. London: Institute of Classical Studies, 1989; Blanco. *Dizionario dell'Architettura di Pietra*, 13–14; Lazzarini. "La determinazione della provenienza [...]", 250–251; Lazzarini. *Pietre e Marmi Antichi*, 88.

⁴⁵ Deste tipo de mármore, encontraram-se algumas centenas de milhares de peças, muitas delas de grande dimensão, o que indicia uma intensíssima relação comercial entre a zona lusitana e o centro peninsular.

⁴⁶ Alarcão, Jorge de, e Tavares, António. "A roman marble quarry in Portugal". In *Studia Pompeiana and Classica in Honor of Wilhelmina F. Jashemski*, ed. Robert I. Curtis, 1–12. New Rochelle, New York: A.D. Caratzas, vol. 2, 1989; Cabral, Joao Miguel Peixoto; Vieira, Manuel Carlos; Carreira, Paula Maria; Figueiredo, Maria Ondina; Pena, Teresa e Tavares, António. "Preliminary study on the isotopic and chemical characterization of marbles from Alto Alentejo (Portugal)". In *Ancient tones: Quarrying Trade and Provenance: Interdisciplinary Studies on Stones and Stone Technology in Europe and Near East from the Prehistoric to the Early Christian Period*, ed. Marc Waelkens, Norman Herz e Luc Moens, 191–198. Leuven: Leuven University Press, vol. 4, 1992; Lapuente, Pilar. "Mineralogical, petrographic and geochemical characterization of white marbles from Hispania". In *The Study of Marble and Other Stones Used in Antiquity. Asmosia III Athens: Transactions of the 3rd International Symposium of the Association for Study of Marble and Other Stones Used in Antiquity*, ed. Yannis Maniatis, Norman Herz e Yannis Basiakos, 151–160. London: Archetype, 1995; Álvarez, Aureli. "Description of the marbles from Estremoz, Almadén de la Plata and Macael". In *The Archaeology of Early Roman Baetica*, ed. Simon Keay, 230–231. Supplementary Series 29. Portsmouth: Journal of Roman Archaeology, 1998; Nogales, Trinidad, José Luis de la Barrera, e Pilar Lapuente. "Marbles and other stones used in Augusta Emerita, Hispania". In *Archéomatériaux Marbres et Autres Roches. Actes de la IV^{ème} Conférence Internationale de l'Association pour L'Étude des Marbres et Autres Roches Utilisés dans le Passé, Asmosia IV*, ed. Max Schvoerer, Norman Herz, Katherine A. Holbrow e Shelley Sturman, 339–345. Bordeaux: CRPAA, 1999; Álvarez, Aureli, Marc Mayer, e Isabel Rodà. "La aplicación del método de isotopos estables a mármoles explotados en época romana en la mitad sur de la Península Ibérica". *Archivo Español de Arqueología* 71 (2000): 103–112; Lapuente, Pilar, e Philippe Blanc. "Marbles from Hispania: scientific approach based on cathodoluminescence". In *Interdisciplinary Studies on Ancient Stones: ASMOSIA 5: Proceedings of the Fifth International Conference of the Association for the Study of Marble and Other Stones in Antiquity*, ed. John

Desta maneira, evidenciou-se o uso deste tipo de mármore num fuste de coluna encontrado no *balneum*, bem como em forma de grandes placas que configuravam o soco que ornamentava o *triclinium* da *villa*. Nesta zona residencial localizaram-se peças de tom grisalho, mas igualmente do tipo branco com veias rosáceas e cinzento listado.

Da mesma forma encontraram-se pequenas peças de *opera sectilia* do chamado *broccatello* de Tortosa⁴⁷ (antiga Dertosa, Espanha), também conhecido localmente como Jaspi de la Cinta⁴⁸, com vestígios mineiros nas margens do rio Ebro. A localização deste último supõe uma novidade porque estas pedreiras não usufruem de uma ampla distribuição, cingindo-se o seu comércio principalmente à área costeira noroeste da Hispânia. Pelo contrário, no interior peninsular, até agora só se haviam documentado algumas peças nas reformas efetuadas no fórum de Segóbriga na época de Augusto⁴⁹ (Fig. 8).

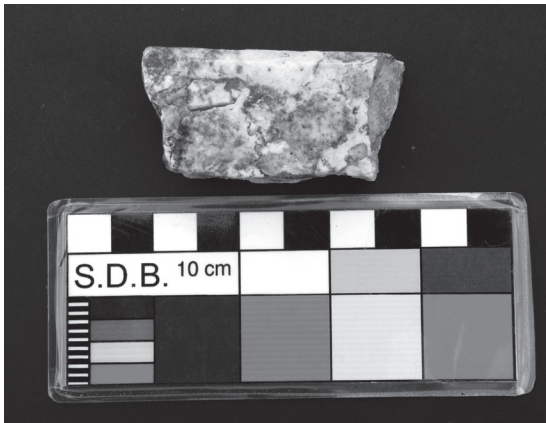


Figura 8 - Fragmento de *broccatello* de Tortosa.

Por outro lado, importa mencionar a presença de outras *crustae* que se cortaram de pedras, que, devido à sua coloração, se empregaram para conseguir o efeito cromático desejado, mas cuja proveniência, até ao mo-

J. Herrmann, Noman Herz e Richad Newman, 143-151. Boston: Archetype Publications, 2002; Fusco, Arianna, e Irene Mañas. *Mármoles de Lusitania*. Badajoz: Museo Nacional de Arte Romano, 2006, 21-24.

⁴⁷ Álvarez, Aureli, Ana Domènech, Pilar Lapuente, África Pitarch, e Hernando Royo. *Marbles and stones of Hispania*. Tarragona: Institut Català d'Arqueologia Clàssica, 2009, 74-79.

⁴⁸ Valero et al. "First preliminary results on the *Marmora* [...]", 398.

⁴⁹ Cebrián, Rosario, Juan Manuel Abascal, e Markus Trunk. "Epigrafía, arquitectura y decoración arquitectónica del foro de Segóbriga". In *La Decoración Arquitectónica en las Ciudades Romanas de Occidente*, ed. Sebastián Ramallo, 219-256. Cartagena: Universidad de Murcia, 2004; Rodà, Isabel. "La difusión de los mármoles pirenaicos en Hispania y la datación epigráfica de los inicios de la explotación de las canteras". In *L'Aquitania et l'Hispanie Septentrionale à l'Époque Julio-Claudienne. Organisation et Exploitation des Espaces Provinciaux. IV Colloque Aquitania (Saintes 2003)*, 461-471. Bordeaux: Fédération Aquitania, 2005.

mento, não se pôde identificar, sem rejeitar inclusivamente uma origem local ou regional. São pedras de calcário negro fossilífero, calcário vermelho fossilífero, calcário rosáceo maciço, calcário maciço branco, calcário maciço creme, calcário cinzento e pedra de mina.

Quanto aos mármore brancos, pôde-se identificar, até ao presente, em mármore *proconnesio* (*marmor Proconnesium*), proveniente das pedreiras de Monastyr, Kavala e Saraylar, na ilha turca de Mármara. Os exemplos achados pertencem a pequenas peças e *crustae*.

Do âmbito grego procedem um conjunto de *marmora* brancos, de entre os quais se destacam uma pequena peça de morfologia quadrangular de mármore de Thassos e um fragmento de moldura que, segundo a análise arqueométrica realizada⁵⁰, podem relacionar-se com os mármore de Paros, da ilha homónima situada no arquipélago das Cíclades.

Por outro lado, conta-se também com peças de mármore branco muito depurado, usado na estatuária e decoração parietal, compatível com o *marmor* de Carrara proveniente da Toscana italiana, bem como com o mármore de Göktepe, em Mugla (Turquia).

3. PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES

Os trabalhos de catalogação e estudo iniciados na *villa* romana de Noheda, juntamente com a realização das primeiras análises litológicas, permitem discernir uma série de dados que ajudam a entender como era a esmerada decoração de determinadas divisões do complexo, presidida por um luxo desmesurado.

Neste sentido, cabe destacar o grupo de *marmora* coloridos provenientes de praticamente todos os cantos do Império: Egito, Grécia, Ásia Menor, Norte de África, Península Italiana e Hispânia. Mas são igualmente relevantes os mármore brancos importados, que chegam a Noheda a partir das mais importantes pedreiras imperiais.

Esta labuta de quantificação constitui apenas uma primeira fase, que ajudará a compreender a magnificência das salas da *villa*, dado que, graças ao édito promulgado por Diocleciano em 301 (*Edictum Diocletiani*

⁵⁰ Este conjunto de análises efetuadas realizou-se na Unidad de Estudios Arqueométricos (UEA) do Institut Català d'Arqueologia Clàssica (ICAC), com exceção da de isótopos estáveis, levada a cabo no Laboratorio di Isotopi stabili del Dipartimento di Scienze delle Terre da Università di Roma-La Sapienza. Para esse fim, empregaram-se os materiais de referência depositados no Laboratorio para el Estudio de Materiales Lapídeos de la Antigüedad (LEMLA) da Universitat Autònoma de Barcelona (UAB), juntamente com a coleção de amostras depositadas na Unitat d'Estudis Arqueomètrics (UEA) do ICAC e as da coleção da Área de Petrología y Geoquímica de la Universidad de Zaragoza (UNIZAR), às quais se vem aplicando uma idêntica metodologia analítica. Estes trabalhos foram realizados pelos doutores Isabel Rodà, Anna Gutiérrez, Ana de Mesa e Hernando Royo.

et Collegarum de Pretiis Rerum Venalium)⁵¹, se conhecem os preços de até 19 tipos de mármore⁵². Deste modo, depois da completa ponderação dos mármore conservados e dos pertinentes cálculos das partes referidas em espólio, estar-se-á em condições de avaliar o gasto que o *dominus* investiu na decoração marmórea.

É preciso dizer que os *marmora* achados pertencem aos revestimentos ornamentais que decoravam profusamente as paredes e os pavimentos de determinadas divisões.

Uma primeira abordagem a estas peças mostra que se elaboraram dois tipos de *opera sectilia* para a decoração interior do *balneum*, não só como peças geométricas, mas também com *crustae* figurativas. Vale a pena mencionar que os tamanhos significativamente diferentes de cada elemento sugerem que, provavelmente, pertencem a composições diversas em que se sucedem figuras humanas, animais e fitomórficas.

Felizmente, algumas peças das *opera sectilia* conservaram-se na sua posição original em pequenas áreas das paredes do *frigidarium*. Portanto, há poucas dúvidas acerca da sua localização. Os estudos vindouros trarão, provavelmente, dados sumamente interessantes, que ajudarão a compreender as combinações ornamentais de mármore que cobriram os muros do *balneum* (Fig. 9).

Além disso, no *triclinium* encontrou-se uma ingente quantidade de fragmentos de azulejos de revestimento de grande tamanho e grossura. A quantidade é tão importante que se pode considerar que o material marmóreo recuperado deste aposento é um dos maiores no centro de Hispânia, senão mesmo o maior.

Ainda nesta divisão, localizaram-se *in situ* alguns destes fragmentos de *marmora*, o que ajuda a compreender o efeito cromático buscado na decoração, uma vez que em determinadas zonas alternam mármore de diferentes tipos e cores, enquanto noutras partes da casa de campo se procura uma maior uniformidade de tons (Fig. 10).

Importa chamar a atenção para o facto de que, de maneira incipiente, se vai iniciar a segunda fase do projeto de investigação, centrada na identificação da funcionalidade de cada fragmento marmóreo (*opus sectile* de pares ou pavimentos, *crustae*, elementos arquitetónicos, relevos, etc.). Quando se concluírem estes trabalhos, estar-se-á em condições de reconstruir a decoração de cada um dos ambientes escavados.

⁵¹ Giachero, Marta. *Edictum Diocletiani et Collegarum de Pretiis Rerum Venalium*. Genova: Istituto di Storia Antica e Scienze Ausiliare, 1974.

⁵² Reynolds, Joyce. "The prices edict". In *Aphrodisias in Late Antiquity*, ed. Charlotte Roueché, 265-318. London: King's College, 1989.



Em cima:
Figura 9 - *Opera sectilia*
in situ, localizada no bal-
neum.

Em baixo:
Figura 10 - Placas de már-
more encontradas *in situ*
no *triclinum* da villa.

A análise dos mármore de Noheda ajudará a conhecer melhor as redes comerciais – a todas as escalas/níveis – de elementos lapídeos na Antiguidade tardia, bem como a compreender os processos de decadência ulteriores que tiveram lugar no centro de Hispânia.

BIBLIOGRAFIA

- Alarcão, Jorge de, e António Tavares. "A Roman marble quarry in Portugal". In *Studia Pompeiana and Classica in Honor of Wilhelmina F. Jashemski*, ed. Robert I. Curtis, 1-12. New Rochelle, New York: A. D. Caratzas, vol. 2, 1989.
- Abascal Palazón, Juan Manuel. *Vías de Comunicación Romanas de la Provincia de Guadalajara*. Guadalajara: Diputación Provincial de Guadalajara, Instituto Provincial de Cultura Marqués de Santillana, 1982.
- Àlvarez, Aureli. "El giallo antico de Jendouba (Tunisia)". *Informació Arqueològica* 44 (1985): 46-50.
- Àlvarez, Aureli. "Description of the marbles from Estremoz, Almadén de la Plata and Macael". In *The Archaeology of Early Roman Baetica*, ed. Simon Keay, 230-231. Supplementary Series 29. Portsmouth: Journal of Roman Archaeology, 1998.
- Àlvarez, Aureli, Marc Mayer, e Isabel Rodà. "La aplicación del método de isótopos estables a mármoles explotados en época romana en la mitad sur de la Península Ibérica". *Archivo Español de Arqueología* 71 (2000): 103-112.
- Àlvarez, Aureli, Ana Domènech, Pilar Lapuente, África Pitarch, e Hernando Royo. *Marbles and Stones of Hispania*. Tarragona: Institut Català d'Arqueologia Clàssica, 2009.
- Arce, Javier. "Villae en el paisaje rural de Hispania romana durante la Antigüedad tardía". In *Villas Tardoantiguas en el Mediterráneo Occidental*, ed. Alexandra Chavarría, Javier Arce e Gian Pietro Brogiolo, 9-15. Anejos del Archivo Español de Arqueología 39. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2006.
- Arce, Javier. *El Último Siglo de la España Romana*. Madrid: Alianza Editorial, 2009.
- Arce, Javier. "El complejo residencial tardorromano de Cercadilla, (Córdoba)". In *Las Áreas Suburbanas en la Ciudad Histórica. Topografía, Usos, Función*, ed. Desiderio Vaquerizo, 397-412. Monografías de Arqueología Cordobesa 18. Córdoba: Universidad de Córdoba, 2010.
- Arce, Javier. "Campos, tierras y villae en Hispania". In *Visigodos y Omeyas. El Territorio*, ed. Luis Caballero Zoreda, Pedro Mateos e Tomás Cordero Ruiz, 21-30. Anejos de Archivo Español de Arqueología 61. Mérida: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2012.
- Donato Attanasio, Yavuz Ali Bahadır, Bruno Matthias, Herrmann Joseph, Tykot H. Robert, e Annewies van den Hoek. "On the Ephesian origin of grecco scritto marble". In *Interdisciplinary Studies on Ancient Stone. Proceedings of the IX ASMOSIA Conference (Tarragona 2009)*, ed. Anna Gutiérrez García-M., Pilar Lapuente e Isabel Rodà, 245-254. Documenta 23. Tarragona: Institut Català d'Arqueologia Clàssica, 2012.
- Ballance, Michael. "The origin of Africano". *PBSR* 34, n.s. XXI (1966): 79-81.
- Balmelle, Catherine. *Les Demeures Aristocratiques d'Aquitaine*. Supplément 10. Bordeaux-Paris: Ausonius, 2001.

- Blanco, Giorgio. *Dizionario dell'Architettura di Pietra. I Materiali*. Roma: Unibrio, 1999.
- Borghini, Gabriele (ed.). *Marmi Antichi*. Roma. *Materiali della Cultura Artística* 1. Roma: DEL, 1989.
- Bufalo, Dario del. *Marmi Antichi e Pietre Dure*. Roma: Mario Congedo Editore, 2000.
- Cabral, Joao Miguel Peixoto, Manuel Carlos Vieira, Paula Maria Carreira, Maria Ondina Figueiredo, Teresa Pena, e António Tavares. "Preliminary study on the isotopic and chemical characterization of marbles from Alto Alentejo (Portugal)". In *Ancient Stones: Quarrying Trade and Provenance: Interdisciplinary Studies on Stones and Stone Technology in Europe and Near East from the Prehistoric to the Early Christian Period*, ed. Marc Waelkens, Norman Herz e Luc Moens, 191-198. Leuven: Leuven University Press, vol. 4, 1992.
- Cebrián, Rosario, Juan Manuel Abascal, e Markus Trunk. "Epigrafía, arquitectura y decoración arquitectónica del foro de Segóbriga". In *La Decoración Arquitectónica en las Ciudades Romanas de Occidente*, ed. Sebastián Ramallo, 219-256. Cartagena: Universidad de Murcia, 2004.
- Chavarría Arnau, Alexandra. "Villas in Hispania during the fourth and fifth centuries". In *Hispania Late Antiquity. Current Perspectives*, ed. Kim Bowes e Michael Kulikowski, 223-226. The Medieval and Early Modern Iberian World 24. Leiden-Boston: Brill, 2005.
- Chavarría Arnau, Alexandra. "Villas en Hispania durante la Antigüedad tardía". In *Villas Tardoantiguas en el Mediterráneo Occidental*, ed. Alexandra Chavarría, Javier Arce e Gian Pietro Brogiolo. Anejos del Archivo Español de Arqueología 39. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2006.
- Chavarría Arnau, Alexandra. *El Final de las Villae en Hispania (Siglos IV-VIII)*. Bibliothèque de l'Antiquité Tardive 7. Turnhout: Brepols, 2007.
- Coello, Francisco. "Caminos romanos de Cuenca". *Boletín de la Real Academia de la Historia*, XXXI (1897): 19-25.
- Dunbabin, Katherine M. D. *The Roman Banquet. Images of Conviviality*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- Fabrizio, Antonelli, e Stefano Cancelliere. "Mineropetrographic and geochemical characterization of grecco scritto marble from Cap de Garde, near Hippo Regius (Annaba, Algeria)". *Archaeometry* 51 (2009): 351-365.
- Fant, John Clayton. *Cavum Antrum Phrygiae. The Organization and Operations of the Roman Imperial Marble Quarries in Phrygia*. BAR International Series 482. Oxford: B.A.R., 1989.
- Fant, John Clayton. "Poikoloi lithoi: the anomalous economics of the Roman Imperial marble quarry at Teos". In *The Greek Renaissance in the Roman Empire. Papers from the Tenth British Museum Classical Colloquium*, ed. Susan Walker e Averil Cameron, 206-218. Bulletin of the Institute of Classical Studies 55. London: Institute of Classical Studies, 1989.

- Fusco, Arianna, e Irene Mañas. *Mármoles de Lusitania*. Badajoz: Museo Nacional de Arte Romano, 2006.
- Gaggiotti, Michele. “L’importazione del marmo numídico a Roma in época tardo-republicana”. In *L’Africa Romana IV-2*, 201-213. Sassari: Università degli Studi di Sassari, 1987.
- Gaggiotti, Michele. “Pavimenta poenica marmore numídico constrata”. In *L’Africa Romana V*, 215-221. Sassari: Università degli Studi di Sassari, 1988.
- García Entero, Virginia. *Los Balnea Domésticos – Ámbito Rural y Urbano – en la Hispania Romana*. Anejos de Archivo Español de Arqueología XXXVII. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2005.
- García Entero, Virginia. “Los balnea de las villae tardoantiguas en Hispania”. In *Villas Tardoantiguas en el Mediterráneo Occidental*, ed. Alexandra Chavarría, Javier Arce e Gian Pietro Brogiolo, 97-112. Anejos de AEspA XXXIX. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2006.
- García-Entero, Virginia, e Sergio Vidal Álvarez. “Marmora from the roman site of Carranque (Toledo, Spain)”. *MARMORA. An International Journal for Archaeology, History and Archaeometry of Marbles and Stones* 3 (2007): 53-69.
- García-Entero, Virginia, e Sergio Vidal Álvarez. “Los marmora y la decoración arquitectónica del edificio A de Carranque (Toledo): primeros resultados”. In *Las Villae Tardorromanas en el Occidente del Imperio: Arquitectura y Función*, ed. Carmen Fernandez Ochoa, Virginia García-Entero e Fernando Gil Sendino, 591-508. Gijón: Ediciones Trea, 2008.
- García-Entero, Virginia, María del Mar Salán, e Sergio Vidal Álvarez. “El marmor en el yacimiento de Carranque. Algunas consideraciones sobre las marcas de herramientas”. In *Marmora Hispana. Explotación y Uso de los Materiales Pétreos en la Hispania Romana*, ed. Trinidad Nogales e Julia Beltrán, 197-212. Roma: “L’Erma” di Bretschneider, 2008.
- García-Entero, Virginia, e Sergio Vidal Álvarez. “El uso del marmor en el yacimiento de Carranque (Toledo)”. In *El Marmor en Hispania: Explotación, Uso y Difusión en Época Romana*, ed. Virginia García-Entero, 141-148. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2012.
- Giachero, Marta. *Edictum Diocletiani et Collegarum de Pretiis Rerum Venalium*. Genova: Istituto di Storia Antica e Scienze Ausiliare, 1974.
- Giorgioni, Carlo, Lorenzo Lazzarini, e Paolo Pallante. “New archaeometric data on Rosso Antico and other red marbles used in antiquity”. In *Interdisciplinary Studies on Ancient Stone. Proceedings of the VI ASMOSIA Conference (Venezia 2000)*, ed. Lorenzo Lazzarini, 199-206. Padova: Università degli Studi di Padova, 2002.
- Gnoli, Raniero. *Marmora Romana*. Roma: La nave di Teseo, 1971.
- Gnoli, Raniero. *Marmora Romana*. Roma: Edizioni dell’Elefante, 1988.

- Gros, Pierre. *L'Architecture Romaine, 2. Maisons, Palais, Villas et Tombeaux*. Les Manuels d'Art et d'Archéologie Antique. Paris: Persée, 2001.
- Herrmann, Joseph, Donato Attanasio, Robert H. Tykot, e Annewies van den Hoek. "Characterization and distribution of marble from Cap de Garde and Mt. Filfila, Algeria". In *Interdisciplinary Studies on Ancient Stone. Proceedings of the IX ASMOSIA Conference (Tarragona 2009)*, ed. Anna Gutiérrez García-M., Pilar Lapuente e Isabel Rodà, 300-309. Documenta 23. Tarragona: Institut Català d'Arqueologia Clàssica, 2012.
- Hidalgo Prieto, Rafael. "El triclinium triconque del palatium de Córdoba". *Anales de Arqueología Cordobesa* 9 (1998): 273-302.
- Hidalgo Prieto, Rafael. "¿Fue Cercadilla una villa? El problema de la función del complejo de Cercadilla en Corduba". *Archivo Español de Arqueología* 87 (2014): 217-241.
- Horn, Heinz Günter. "Ausstellung Katalog". In *Die Numider. Reiter und Könige nördlich der Sahara*, ed. Heinz Günter Horn e Christoph B. Rüger, 173-180. Führer des Rheinischen Landesmuseums 96. Bonn: R. Habelt, 1979.
- Johnston, David. *Roman Villas*. Aylesbury: Shire Publications, 1983.
- Lapuente, Pilar. "Mineralogical, petrographic and geochemical characterization of white marbles from Hispania". In *The Study of Marble and Other Stones Used in Antiquity. Asmosia III Athens: Transactions of the 3rd International Symposium of the Association for Study of Marble and Other Stones Used in Antiquity*, ed. Yannis Maniatis, Norman Herz e Yannis Basiakos, 151-160. London: Archetype, 1995.
- Lapuente, Pilar, e Philippe Blanc. "Marbles from Hispania: scientific approach base don cathodoluminescence". In *Interdisciplinary Studies on Ancient Stones: ASMOSIA 5: Proceedings of the Fifth International Conference of the Association for the Study of Marble and Other Stones in Antiquity*, ed. John J. Herrmann, Norman Herz e Richard Newman, 143-151. Boston: Archetype Publications, 2002.
- Larrañaga, Julio. *Guía de Cuenca*. Cuenca: Excma. Diputación Provincial de Cuenca, 1966.
- Lazzarini, Lorenzo. "La determinazione della provenienza delle pietre decorative usate dai romani". In *I Marmi Colorati della Roma Imperiale*, coord. Marilda de Nuncio e Lucrezia Ungaro. Roma: Mardilio Edizioni, 2002.
- Mar, Ricardo, e Giuseppe Verde. "Las villas tardoantiguas: cuestiones de tipología arquitectónica". In *Las Villae Tardorromanas en el Occidente del Imperio: Arquitectura y Función*, ed. Carmen Fernández Ochoa, Virginia García Entero e Fernando Gil Sendino, 49-84. Gijón: Ediciones Trea, 2008.
- Maryer, Marc. "La circulación del marmor numidicum en Hispania". In *L'Africa Romana XI-2, Atti dell'XI Convegno di Studio (Cartago)*, 837-848. Ozieri: Università degli Studi di Sassari, 1996.

- Maxfield, Valerie, e David Peacock. *The Roman Imperial Quarries: Survey and Excavation at Mons Porphyrites 1994-1998*. Excavation Memoirs/Egypt Exploration Fund 67. London: Memoir Egypt Exploration Society, 2001.
- Mckay, Alexander G. *Houses, Villas and Palaces in the Roman World*. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1975.
- Mejías, Miguel, Carlos Martínez, Pedro Pablo Goicoechea, e Miguel Ángel Valero. *Estudio Geológico e Hidrológico del Yacimiento Arqueológico de Noheda (Villar de Domingo García, Cuenca)*. Madrid: Instituto Geológico y Minero de España, 2013.
- Mielsch, Harald. *Buntmarmore aus Rom im Antikenmuseum Berlin*. Berlin: Staatliche Museen Preussischer Kulturbesitz, 1985.
- Mulvin, Linda. *Late Roman Villas in the Danube-Balkan Region*. BAR International Series 1064. Oxford: B.A.R., 2002.
- Nogales, Trinidad, José Luis de la Barrera, e Pilar Lapuente. "Marbles and other stones used in Augusta Emerita, Hispania". In *Archéomatériaux Marbres et Autres Roches. Actes de la IVème Conférence Internationale de l'Association pour L'Étude des Marbres et Autres Roches Utilisés dans le Passé, Asmosia IV*, ed. Max Schvoerer, Norman Herz, Katherine A. Holbrow e Shelley Sturman, 339-345. Bordeaux: CRPAA, 1999.
- Palomero Plaza, Santiago. *Las Vías Romanas de la Provincia de Cuenca*. Cuenca: Excma. Diputación Provincial de Cuenca, 1987.
- Peacock, David, e Valerie Maxfield. *The Roman Imperial Quarries: Survey and Excavation at Mons Porphyrites 1994-1998*. London: Egypt Exploration Society, vol. 2, 2007.
- Pensabene, Patrizio. "Le principali cave di marmo bianco". In *I Marmi Colorati della Roma Imperiale*, coord. Marilda de Nuncio e Lucrezia Ungaro, 203-222. Venezia: Marsilio Editore, 2002.
- Pensabene, Patrizio. "La villa del Casale tra Tardo Antico e Medioevo alla luce dei nuovi date archaeologici: funzioni, decorazioni e trasformazioni". *Rendiconti della Pontificia Accademia Romana di Archeologia LXXXIII* (2010-2011): 171-174.
- Percival, John. *The Roman Villa, a Historical Introduction*. London: Batsford, 1976.
- Pérez, Cesareo, Olivia Reyes, Isabel Rodà, Aureli Álvarez, Anna Gutiérrez García-M., Ana Domènech, e Hernando Royo. "Uso de marmora en el programa ornamental del sitio romano Las Pizarras (antiguo Cauca, Segovia, España)". In *Estudios Interdisciplinarios sobre Piedra Antigua. Actas de la IX Conferencia de ASMOSIA (Tarragona 2009)*, ed. Anna Gutiérrez García, Pilar Lapuente e Isabel Rodà, 151-160. Documenta 23. Tarragona: Institut Català d'Arqueologia Clàssica, 2012.

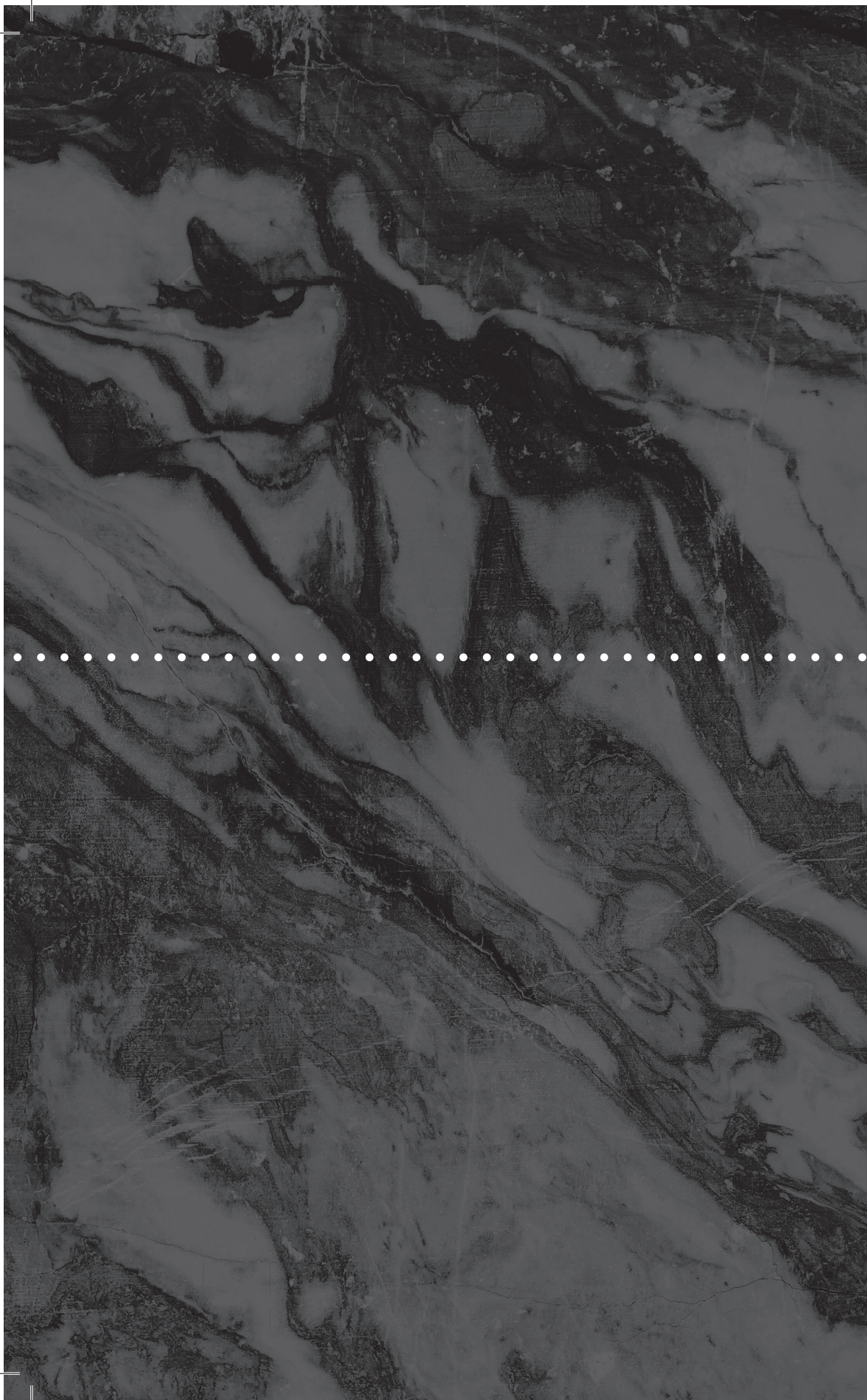
- Pietre e Marmi Antichi. Natura, Caratterizzazione, Origine, Storia d'Uso, Diffusione, Collezionismo*, editado por Lorenzo Lazzarini. Milano: Cedam, 2004.
- Rakob, Frederic, e Thomas Hraus. "Chemtou. Die Geschichte des numidischen Steinbruchs". *Die Kunstzeitschrift* 3 (1979): 36-70.
- Reynolds, Joyce. "The prices edict". In *Aphrodisias in Late Antiquity*, ed. Charlotte Roueché, 265-318. London: King's College, 1989.
- Richmond, Ian. "The plans of roman villas in Britain". In *The Roman villas in Britain*, ed. Albert Rivet e Frederick Lionel, 49-70. New York: Frederick A. Praeger, 1970.
- Rodà, Isabel. "Los mármoles de Carranque". *Carranque, Centro de Hispania Romana*, 111-118. Guadalajara: Ediciones Aache, 2001.
- Rodà, Isabel. "La difusión de los mármoles pirenaicos en Hispania y la datación epigráfica de los inicios de la explotación de las canteras". In *L'Aquitanie et l'Hispanie Septentrionale à l'Époque Julio-Claudienne. Organisation et Exploitation des Espaces Provinciaux. IV Colloque Aquitania (Saintes, 2003)*, 461-471. Bordeaux: Fédération Aquitania, 2005.
- Röder, Gertrud. "Marmor Phrygium. Die abtiken marmorbriche von Iscehisar in Westanatolien". *Jahrbuch Dai Rom* 86 (1971): 254-312.
- Röder, Gertrud. "Numidian marble and some of its specialities". In *Classical Marble: Geochemistry, Technology, Trade. Proceedings of the NATO Advanced Research Workshop on Marble in Ancient Grece and Rome: Geology, Quarries, Commerce, Artefacts*, ed. Norman Herz e Marc Waelkens, 91-96. Boston-London: Springer-Dordrecht, 1988.
- Romizzi, Lucia, "Le ville tardo-antiche in Italia". In *Villas Tardoantiquas en el Mediterráneo Occidental*, ed. Alexandra Chavarría, Javier Arce e Gian Pietro Brogiolo, 37-60. *Anejos del Archivo Español de Arqueología* 39. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2006.
- Rossiter, Jeremy. "Convivium and villa in Late Antiquity". In *Dinning in a Classical Context*, ed. Willian Slater, 199-214. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1991.
- Santa María, Julio. "Itinerarios romanos de la provincia de Cuenca". *Boletín de la Real Academia de la Historia* XXXI (1897): 5-19.
- Sfameni, Carla. *Ville Residenziali nell'Italia Tardoantica*. Bari: Edipuglia 2006.
- Valero, Miguel Ángel. "La villa de Noheda: esplendor tardoimperial". *Revista Memorias* 15 (2009): 53-58.
- Valero, Miguel Ángel. "La villa romana de Noheda: avance de los primeros resultados". *Informes sobre Patrimonio* 1 (2010): 12-17.
- Valero, Miguel Ángel. "Les images de *ludi* de la mosaïque romaine de Noheda (Villar de Domingo García, Cuenca)". *Nikephoros* 24 (2011): 97-114.

- Valero, Miguel Ángel. "The late-antique villa at Noheda (Villar de Domingo García) near Cuenca and its mosaics". *Journal of Roman Archaeology* 26 (2013): 313-325.
- Valero, Miguel Ángel. "Estudio arqueométrico de las muestras procedentes del mosaico de la villa romana de Noheda (Cuenca): primeros resultados". In *Actas del X Congreso Ibérico de Arqueometría*, 56-66. Castellón: Instituto de Conservación y Restauración Valenciano, 2014.
- Valero, Miguel Ángel. "La representación de instrumentos musicales en el mosaico de la villa romana de Noheda". In *Libro de la 53 SMR de Cuenca*, 81-104. Cuenca: Excma. Diputación de Cuenca, 2014.
- Valero, Miguel Ángel. "Los mosaicos del *triclinium* de la villa romana de Noheda (Villar de Domingo García, Cuenca)". In *Proceedings XVIIIth International Congress of Classical Archaeology*, 1347-1351. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, 2015.
- Valero, Miguel Ángel. "Los mosaicos de la villa romana de Noheda (Villar de Domingo García, Cuenca)". In *XII Colloquio AIEMA*, 439-444. Verona: Scripta Edizioni, 2015.
- Valero, Miguel Ángel. "La villa romana de Noheda: la sala triclinar y sus mosaicos". Doctoramento, Universidad de Castilla-La Mancha, 2015.
- Valero, Miguel Ángel. "La iconografía del mito de Pélope e Hipodamia en la musivaria romana. Nuevas aportaciones a partir del mosaico de Noheda". *Anales de Arqueología Cordobesa* 27 (2016): 125-160.
- Valero, Miguel Ángel. "La representación del circo en el mosaico de Noheda". In *Tarraco Biennal. La Glòria del Circ. Curses de Carros i Competicions Circenses*, ed. Jordi López Vilar, 75-82. Tarragona: Fundació Privada Mutua Catalana, 2017.
- Valero, Miguel Ángel. "New representations of the myth of Pelops and Hippodamia in roman mosaic art". *Journal of Mosaics Research* 11 (2018): 297-313.
- Valero Tévar, Miguel Ángel. "El territorio ibérico en La Manchuela: avance de los primeros resultados". *Studia Académica* número extraordinario I (2008): 155-195.
- Valero Tévar, Miguel Ángel. "El *triclinium* de la villa de Noheda (Villar de Domingo García (Cuenca))". In *La Villa Restaurata e i Nuovi Studi sull'Edilizia Residenziale Tardoantica*, ed. Patrizio Pesabene e Carla Sfameni, 521-531. Bari: Edipuglia, 2014.
- Valero Tévar, Miguel Ángel. "Primeras aproximaciones a los mosaicos del *balneum* de la villa romana de Noheda (Cuenca)". In *Estudios sobre Mosaicos Antiguos y Medievales*, ed. Luz Neira, 521-531. Roma: "L'Erma" di Bretschneider, 2016.

- Valero Tévar, Miguel Ángel. “La escenografía del poder en los grandes complejos de la Antigüedad tardía: los *triclinia* triabsidados en la *pars occidentalis* del Imperio”. *Scientia Antiquitatis* 1 (2017): 29.
- Valero Tévar, Miguel Ángel. “El proyecto FUNDUS de la villa romana de Noheda: planteamientos metodológicos y primeros resultados”. In *Arqueologia da Transição. Entre o Mundo Romano e a Idade Média*, coord. Cláudia Teixeira e André Carneiro, 65–84. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.
- Valero Tévar, Miguel Ángel. “Análisis palinológico de la villa de Noheda (Cuenca). Evolución del paisaje vegetal e interacción antrópica en la Submeseta Sur desde época romana”. *Anales de Arqueología Cordobesa* 29 (2018): 177–198.
- Valero Tévar, Miguel Ángel. “Anthropic dynamics and vegetation landscape in the inland area of the Iberian Peninsula: new perspectives drawn from palynological studies at the villa of Noheda (Cuenca, Spain)”. *European Journal of Post-Classical Archaeologies* 8 (2018): 219–238.
- Valero Tévar, Miguel Ángel. *La Persuasión de las Imágenes. Convivium y Escenografía del Poder en el Triclinium de la Villa Romana de Noheda*. Cuenca: Real Academia Conquense de Artes y Letras, 2018.
- Valero Tévar, Miguel Ángel, Anna Gutiérrez, e Isabel Rodà. “First preliminary results on the *marmora* of the late roman villa of Noheda (Cuenca, Spain)”. In *Interdisciplinary Studies on Ancient Stone*. ASMOSIA X, ed. Patrizio Pensabene e María Gasparini, 393–401, Roma: “L’Erma” di Bretschneider, 2015.
- Valero Tévar, Miguel Ángel, e Joan Gómez Pallarés. “El mimo del celoso adinerado: literatura y espectáculo en la villa de Noheda (Cuenca)”. *Quaderni Urbitali di Cultura Classica* 102 (2013): 87–106.
- Valero, Miguel Ángel, Paloma Merelló, Ángel Fernández Navajas, e Fernando-Juan García-Diego. “Characterisation and evaluation of a thermo-hygrometric corrective action carried out at the Noheda archaeological site (Noheda, Spain)”. *Sensors* 14 (2014): 1665–1679.
- Vera, Daniela. “Schiavitù rurale e colonato nell’Italia imperiale”. *Scienze dell’Antichità Storia Archaeologia Antropologia* 6–7 (1992–1993): 291–339.
- Volpe, Giuliano. *Contadini, Pastori e Mercanti nell’Apulia Tardoantica*. Munera 6. Bari: Edipuglia, 1999.
- Volpe, Giuliano. “Stibadium e convivium in una villa tardoantica (Faragola-Ascoli-Satriano)”. In *Studi in Onore di Francesco Grelle*, ed. Marina Silvestrini, Tullio Spagnuolo, e Giuliano Volpe, 319–349. Bari: Edipuglia, 2006.
- Ward-Perkins, Bryan. “Marmol africano e *lapis sarcophagus*”. *RPAAR* 39 (1967): 127–133.

Yavuz, Ali Bahadır, Bruno Matthias, e Attanasio Donato. "An updated, multi-method database of Ephesos marbles, including white, greco scritto and bigio varieties". *Archaeometry* 53/2 (2011): 215-240.

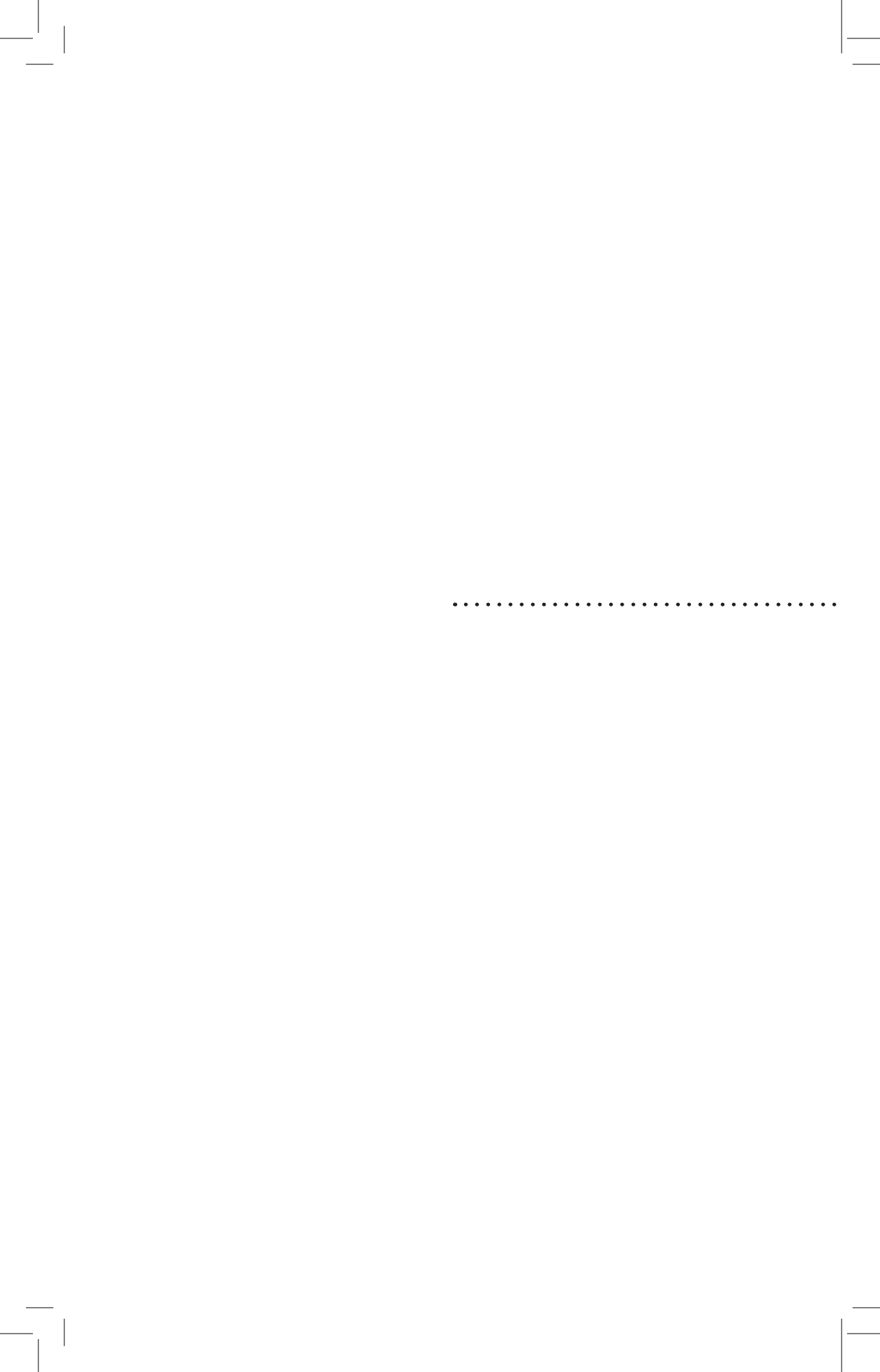
Zezza, Umberto, e Lorenzo Lazzarini. "Krokeatis lithos (*lapis lacedaemonius*): source, history of use, scientific characterization". In *Interdisciplinary Studies on Ancient Stone. Proceedings of the VI ASMOSIA Conference (Venezia 2000)*, ed. Lorenzo Lazzarini, 245-254. Padova: Università degli Studi di Padova, 2002.





PARTE II

Artistas e obras
(séculos XVI-XVIII)



Testemunhos da “*nobre arte do mármore*” na arquitetura
e na escultura maneirista alentejana (séculos XVI-XVII):
três casos de estudo

.....

VÍTOR SERRÃO

Témoignages du “*noble art du marbre*” dans l’architecture et dans la sculpture manieriste de l’alentejo (XVI–XVIIème siècles): trois cas d’étude.

Sont étudiés ici trois exemples de l’utilisation des marbres de l’Alentejo dans la production artistique des XVI–XVIIème siècles, qui attestent les multiples possibilités de son utilisation par des artistes notables, comme par exemple celle de l’architecte Nicolau de Frias dans l’église d’Almodôvar, du sculpteur André Francisco pour le tombeau de l’évêque de Plasencia. Ces cas d’étude nous éclairent sur l’importance des choix artistiques vus comme le meilleur moyen pour s’assurer des matériaux d’une qualité sans faille, comme c’est le cas dans les trois exemples qui suivent. La fidélisation aux bons matériaux comme une plus value par les entreprises artistiques d’une plus grande portée a été une des caractéristiques de ce temps long de la Renaissance qui détermine l’ascension sociale des artistes et donne appui à leurs revendications de classe dans le but d’obtenir un nouveau statut de liberté. Les contrats entre les artistes et leur clientèle (tiers ordres, confréries, sièges épiscopaux, paroisses, couvents, structures royales et municipales, etc.), qui subsistent de manière significative dans les fonds d’archives, nous dévoilent une série de données et autres références qui revêtent un intérêt pour la caractérisation des matériaux qui étaient utilisés dans les chantiers en vue de commandes publiques et privées.

Testimonies of the “*noble art of marble*” in architecture and maneirist sculpture of alentejo (16th – 17th centuries): three case studies.

Three examples of the use of Alentejo marbles in the artistic production of the 16th–17th centuries are studied, attesting to the multiple possibilities of their use by gifted artists, such as the architect Nicolau de Frias in the church of Almodôvar, sculptor and architect Pero Vaz Pereira in a civil work in Vila Viçosa, and the sculptor André Francisco in the sepulchre of the Bishop of Coria in a church of Plasencia. All of these case studies show the importance of artistic choices, which are seen as the best means to ensure materials of unequivocal quality, as in the following three examples. Loyalty to good materials as a source of added value for greater artistic ventures was one of the characteristics of this *long Renaissance period* that determines the social rise of artists and sustains their class claims for a new status of *liberality*. Contracts between artists and their clientele (brotherhoods, confraternities, episcopal offices, parishes, convents, royal and municipal structures, etc.), which subsist in significant numbers in archives, bring to our knowledge a series of data and other references of interest for the characterization of the materials that were used in the contracts for public and private orders.

Testimonio del “*noble arte del mármol*” en la arquitectura y en la escultura maneirista alentejana (siglo XVI–XVII): tres casos de estudio.

Se estudian tres ejemplos de utilización de los mármoles alentejanos en la producción artística de los siglos XVI–XVII, que demuestra las múltiples posibilidades de su utilización por artistas encima de la medianía, casos del arquitecto Nicolau de Frias en la iglesia de Almodôvar, del escultor y arquitecto, Pero Vaz Pereira en una obra civil en Vila Viçosa, y del escultor André Francisco en el sepulcro del Obispo de Coria en una iglesia de Plasencia. Todos estos casos de estudio nos iluminan sobre la importancia de las elecciones artísticas, vistas como el mejor medio para asegurar materiales de inequívoca cualidad, como sucedió en los tres ejemplos que se siguen. La fidelización a los buenos materiales como plusvalía para los emprendimientos artísticos de mayor aliento fue una de las características de este *largo tiempo de Renacimiento* que determina la ascensión social de los artistas y da sustento a sus reivindicaciones de clase en pro de un nuevo estatuto de *liberalidad*. Los contratos entre artistas y sus clientelas (hermandad, cofradías, sedes episcopales, parroquias, conventos, estructuras regias y municipalizó, etc), que subsisten en número significativo en los fondos archivados, traen a nuestro conocimiento una serie de datos y otras referencias que se revisten de intereses para la caracterización de los materiales que eran utilizados en las contratas para encomiendas públicas y privadas.

1. OS MATERIAIS DA ARTE COMO MAIS-VALIA

As artes do mármore encontram uma notável representação artística na arquitetura e na escultura portuguesa da Idade Moderna, por força da abundância e qualidade das pedreiras marmóreas existentes em algumas zonas do país, com realce para a região de Estremoz, Borba, Alandroal e Vila Viçosa, onde as circunstâncias naturais ajudaram a fixar um mecenato consciente dessa mais-valia e um escol de artistas com técnica e competência para a usar¹.

Durante os séculos XVI a XVIII, assim, foram executados muitos e vultosos empreendimentos artísticos utilizando tais recursos, ajudando a configurar um panorama de certa maneira distinto daquilo que sucede na paisagem construída nacional, sempre conformada à limitação das existências materiais e, por isso, mais fidelizadas a modelos e soluções vernaculares².

Remetendo-me ao espaço alentejano, região de bons mármore, se-riei três exemplos que destacam as múltiplas possibilidades da sua utilização por artistas de bitola acima da mediania: o arquiteto Nicolau de Frias, numa obra religiosa em Almodôvar, o escultor e arquiteto Pero Vaz Pereira, numa obra civil em Vila Viçosa, e o escultor André Francisco, num sepulcro em Plasencia. Todos estes casos de estudo nos iluminam sobre a importância das escolhas artísticas, vistas como o melhor meio para assegurar materiais de inequívoca qualidade, como sucedeu nos três exemplos que se seguem.

¹ Veja-se, por exemplo, Aires-Barros, Luís. *As Rochas dos Monumentos Portugueses. Tipologias e Patologias*. Cadernos, II série, 3. Lisboa: IPPAR, 2 vols., 2001.

² Cf. a síntese de Correia, José Eduardo Horta. *Arquitectura Portuguesa: Renascimento, Maneirismo, Estilo Chão*. Lisboa: Editorial Presença, 1991.

A fidelização aos bons materiais como mais-valia para os empreendimentos artísticos de maior fôlego foi, portanto, uma das características deste *longo tempo de Renascimento*³ que, com os séculos XVI e XVII, determina a ascensão social dos artistas e dá sustento às suas reivindicações de classe em prol de um novo estatuto de *liberalidade*. Sobre este tema, muito se tem escrito, mas é sempre de estimar o modo como o uso de bons materiais sedimentou essa renovada mentalidade. Anoto, como mero exemplo, o facto de um mestre de pedraria de Estremoz, ainda que muito considerado no seu ofício, ter ousado assinar com o seu nome, em 1629, a obra de reconstrução e ampliação de uma igreja do Alto Alentejo raiano, ordenada pelo arcebispo D. Teotónio de Bragança. Refiro-me a Pedro Álvares Moniz e à igreja matriz de São Brás da Granja, no atual concelho de Mourão, cuja fachada ostenta um rico portal marmóreo com colunas de ordem dórica e lintel guarnecido de triglifos e métopas, integrando uma inscrição onde se diz: “ESTE PORTAL SE FES NO ANNO DE 1629 SEMDO PRIOR FREI Mel DE LOVREIRO [...] LAVROUO PEDRALVRZ MONIS DESTREMOS”, o que constitui um caso não muito comum de afirmação de liberalidade artística de um mestre de pedraria⁴! E não só de liberalidade, mas também de ancianidade: quando o arcebispo D. Teotónio de Bragança procedeu à revitalização do culto de um mártir paleocristão e alegado primeiro bispo de Évora, São Marcos, desejou “fazerlhe uma igreja na parte onde na Cidade foy martirizado: como por tradição se diz: à Porta de Moura, onde està huma coluna de pedra mármore, metida na parede do muro, com hum Crucifixo em cima: à qual dizem foi atado, quando em seu martirio o açoutaram” (segundo diz, em 1614, o biógrafo do arcebispo, padre Agostinho Nicolau). O aval dado à coluna onde São Manços teria sido flagelado reforça-se pela ancianidade do material, argumento que aliás se repete na validação de outros sítios paleocristãos que à época mereceram ser revitalizados para cultuação cristã e afirmação de antiguidade do território, à luz dos novos interesses manifestados pelo Concílio de Trento pela revitalização das *sacrae imagines* e dos lugares primordiais de culto, aspeto que encontrou nos artistas do tempo uma empenhada participação⁵. A capela-oratório de São Manços embutiu-se, assim, numa parede da Casa Soure, no corpo da torre da primitiva cintura romana, junto às Portas de Moura, com seu nicho parietal para conservar

³ Recorro ao conceito de longa duração artística utilizado por Marías, Fernando. *El Largo Siglo XVI: los Usos Artísticos del Renacimiento Español*. Madrid: Taurus, 1989.

⁴ Espanca, Túlio. *Inventário artístico de Portugal*. IX. Distrito de Évora. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1978, 190.

⁵ Serrão, Vítor. “‘Restauro storico’ y ‘sacrae imagines’ en Évora bajo el gobierno del arzobispo don Teotonio de Braganza (1578–1602)”. *Archivo Español de Arte* 354 (abr.-jun. 2016): 133–152.

a piedosa e preciosa *coluna-calvario* de pedra mármore. Idêntico interesse moveu D. Teotónio de Bragança a mandar escavar junto a Sines, em 1591 (segundo narra um escritor do tempo de D. João V, o médico Estêvão de Lis Velho), um túmulo de mármore com um esqueleto sem cabeça e umas lápides alegadamente alusivas a São Torpes e a Santa Celarina.

Voltando ao campo da arquitetura portuguesa da Idade Moderna e aos dados de pesquisa reunidos a respeito da sua produção artística, com ênfase no estudo dos materiais, por um lado, e dos contratos de trabalho, por outro, estes revelam uma série de elementos que justificam uma leitura de conjunto por parte dos profissionais envolvidos, sejam historiadores de arte, museólogos, técnicos de mineralogia e petrologia, físicos e químicos, ou técnicos de conservação e restauro. Os contratos realizados entre os artistas e as suas clientelas (irmandades, confrarias, sedes episcopais, paróquias, conventos, estruturas régias e municipais, etc.), que subsistem em número significativo nos fundos arquivísticos para os séculos XVI a XVII, trazem ao nosso conhecimento uma série de dados e outras referências que se revestem de interesse para a caracterização dos materiais que eram utilizados nas empreitadas para encomendas públicas e privadas.

Voltando à construção portuguesa dessas centúrias, em que o mármore é material imperante, facilmente se verificam, pela análise de obras de arquitetura e escultura, as peculiaridades de uma realidade artística em que não só *antigo* e *moderno*, tradição vernácula e inovações tratadísticas, resistência de módulos e ruturas espaciais, coabitam nas encomendas e nos empreendimentos (religiosos, aristocráticos ou civis), mas também os sinais de respeito pela boa escolha dos materiais usados. O mercado artístico nacional, entre o Gótico tardio, o “manuelino”, o Renascimento, o Maneirismo, o “estilo chão”, e outras expressões e estilemas de construção, esteve sempre apto a reelaborar alternativas aos estímulos do “centro”, resistindo a *modelos de novidade*, ou por falta de recursos, ou porque *a periferia possuía reservas de identidade* suficientemente atrativas. Também algumas igrejas tardorrenascentistas do Algarve, já bem avançadas no século XVI, mostram (como no caso de Alferce, também assinada pelo seu pedreiro: “GASCÃO A FEZ. A. 1578”) que a fidelidade regional a módulos construtivos e decorativos, só aparentemente anacrônica, foi fértil terreno embrionário de adequações pragmáticas a soluções originais. Uma das características do mercado artístico provincial foi, aliás, o ter estado sempre apto a reelaborar alternativas ao estímulo que do “polo central” oferecia, resistindo a *modelos de novidade*, ou porque os recursos para os gerar eram inatingíveis, ou por fidelidade a materiais e técnicas

próprias da região, ou porque a *periferia* possuía reservas de identidade suficientemente atrativas para certas soluções prevalecerem.

O processo de estudo integrado da obra arquitetónica portuguesa só é possível se, aliadas à análise formal e comparatista, forem analisadas as fontes documentais e arquivísticas, que nos dão dados sobre os agentes do mercado (clientes, arquitetos, tracistas, obreiros, mestres de empreitada, etc.) através dos contratos e livros de “férias”, acrescentando-se a estas as fontes iconográficas (desenhos, plantas, alçados, gravuras, pinturas, fotografias), os testemunhos criptoartísticos (referenciais de campanhas já desaparecidas, alteradas ou tão-só imaginizadas) e as fontes tratadísticas, manuscritas ou editadas, que ilustram o modo de pensar e agir do arquiteto em determinado contexto histórico. Todas estas fontes contribuem para alargar saberes sobre o nosso património, fases de construção e reforma, equipamento decorativo, restauros sofridos, etc. O que subsiste em contexto dos arquivos públicos e privados nacionais é, por isso, muito importante para reforçar a importância deste trabalho plural.

2. OS MÁRMORES DA IGREJA-SALÃO DE ALMODÔVAR

As artes do mármore encontram notável representação artística na arquitetura promovida na Arquidiocese de Évora, região muito rica nesse material, no tempo de ilustres arcebispos como o cardeal D. Henrique, D. João de Melo e Castro e D. Teotónio de Bragança, como bem atestou Manuel Joaquim Branco na notável síntese que realizou sobre o património construído em tal contexto histórico-devocional⁶.

Uma das figuras que então emerge é o grande arquiteto lisboeta Nicolau de Frias (1530-1610)⁷, artista com formação romana, que acompanhou D. Sebastião à malograda jornada de África e esteve cativo em Alcácer Quibir (juntamente com o engenheiro italiano Filippo Terzi), que esteve ligado às mais altas instâncias da corte e a cargos de responsabilidade que lhe granjearam celebridade, e que não deixou de assumir papel preponderante nas construções do Alentejo, tanto para o Arcebispado de Évora como para a Casa de Bragança. Era um arquiteto estimadíssimo, a

⁶ Branco, Manuel Joaquim. “Renascimento, maneirismo e ‘estilo chão’ em Évora”. In *Do Mundo Antigo aos Novos Mundos. Humanismo, Classicismo e Notícias dos Descobrimentos em Évora (1516-1624)*, comissariada por Fernando António Baptista Pereira, 219-247. Évora: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

⁷ Sobre Nicolau de Frias, o estudo mais recente é o de Deswarte-Rosa, Sylvie. “Identificação do anónimo português do Museo Cartaceo de Cassiano del Pozzo: Nicolau de Frias em Roma, 1568-1570”. *Artis – Revista de História da Arte e Ciências do Património* 5 (2017): 20-31, e a informação documental aduzida em Serrão, Vítor. *Arte, Religião e Imagens em Évora no Tempo do Arcebispo D. Teotónio de Bragança, 1578-1602*. Vila Viçosa: Fundação da Casa de Bragança, 2015.

que as fontes dominicanas chamam “famoso”, foi autor do único manual conhecido em Portugal que se dedica às ordens arquitetónicas, com inspiração no de Vignola (BNP, Cód. 12.956), e foi tracista de uma série de edifícios sacros e civis de primeira importância⁸.

Nicolau de Frias foi o arquiteto predileto de D. Teotónio de Bragança. Para ele fez traças de igrejas, desenhou peças litúrgicas (uma custódia, o sepulcro do Santíssimo Sacramento da Sé, vários retábulos, etc.), escolheu materiais, dirigiu estaleiros, fez vistorias, opinou sobre processos de intervenção. É de crer que, como já defendi, Nicolau de Frias tenha tido um papel fundamental, junto ao arcebispo, na adequação das traças para o mosteiro da Cartuxa de Évora a partir das que gizara o arquiteto servita italiano Giovanni Vincenzo Casale (1539-1593). O facto de os mercados para os quais trabalhou oscilarem sempre entre a novidade (no caso da Scala Coeli, ou Cartuxa de Évora) e as perenizações de modelos (caso da igreja matriz de Almodôvar, de que falarei de seguida) atesta bem a disponibilidade de Nicolau de Frias em se adequar aos gostos, por vezes contraditórios, ou a condições de mão de obra local nem sempre satisfatórias.

Neste segundo exemplo, vemos o famoso arquiteto cortesão, em 1591, a receber por contrato estabelecido com D. Fernando de Castro, 1.º conde de Basto, a construção da matriz dessa vila sul-alentejana, especificando-se a opção por um modelo já tradicionalista de *igreja-salão*, tomando como referência a igreja “henriquina” de Santo Antão de Évora (obra dos arquitetos Miguel de Arruda e Manuel Pires, c. 1567-1578). A igreja de Almodôvar, mesmo que alterada na sua especialidade intestinal pelas obras posteriores ao terramoto de 1755, que a danificou, é, pois, um caso muito tardio da manutenção (excecional mesmo, pela data assaz avançada!) da tradição das *hallenkirche* góticas e manuelino-joaninas, ainda patentes até muito tarde na paisagem portuguesa. Constitui, pois, um bom testemunho daquilo que, para além de uma primeira estranheza plausível em face da sua cronologia retardatária, foi designado por Aby Warburg como “iconologia do intervalo” e que, como útil categoria operativa, ajuda a perceber muitas das apreciações críticas quando a história da arte não se conforma com uma mera dimensão formalista e historicista e pretende seguir um diálogo transmemorial com os discursos artísticos⁹.

⁸ Cf. Ruão, Carlos. “‘O Eupalinos moderno’. Teoria e prática da arquitectura religiosa em Portugal (1550-1640)”. Tese de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 3 vols. (vol. II), 2006, 129-170.

⁹ Serrão, Vítor. “A leitura micro-artística e a eficácia teórico-metodológica da nossa disciplina: ‘estudos de caso’ na Idade Moderna portuguesa”. In *Pensar História da Arte. Estudos de Homenagem a José-Augusto França (Actas do IV Congresso Internacional de História da Arte)*, coordenado por Pedro Flor, 59-80. Lisboa: Esfera do Caos, 2016.

Como se sabe, a série de igrejas de tipo *hallekirche* da fase gótico-manuelina recebeu em Portugal uma inusual adaptação, através das sedes das novas dioceses que se criam no final do reinado de D. João III (Leiria, por Afonso Álvares (1551-1573); Portalegre e Miranda do Douro, por Miguel de Arruda; Angra do Heroísmo, acaso por António Rodrigues, Goa, por Júlio Simonis) e de uma série de igrejas paroquiais (Estremoz, Veiros, Monsaraz, etc.) que nascem seguindo idêntica opção pela espacialidade civilista das igrejas-salão. A linhagem das igrejas portuguesas do tipo *hallenkirche* teve especial fortuna no período “manuelino”, como se atesta pelo extraordinário exemplo das naves da igreja do mosteiro de Santa Maria de Belém, de c. 1516, da autoria do célebre arquiteto biscainho João de Castilho, recebendo de seguida inúmeras variações (Freixo de Espada à Cinta, Olivença, Arronches, Jesus de Setúbal).

Este testemunho exemplar de persistência e retoma de uma solução tão arcaizante, a *hall church* de Almodôvar, desenhada em 1591 por Nicolau de Frias a mando de D. Fernando de Castro, 1.º conde de Basto, alcaide e governador de Évora e senhor de Almodôvar, inspirou-se em modelo de uma famosa *hallenkirche* do Renascimento (a igreja de Santo Antão de Évora). Trata-se da mais tardia representação de uma linhagem de igrejas góticas do tipo *hallenkirche*, que tivera especial fortuna na era “manuelina” (Jerónimos de Lisboa, Jesus de Setúbal, Freixo de Espada à Cinta, Arronches) e que terá, no fim do Renascimento, um novo uso com a sua interessantíssima readaptação a novos espaços, mantendo a volumetria, as coberturas artesanadas e as colunas (ou pilastras) de suporte, como sucede, no tempo de regência de D. Catarina de Áustria, com as igrejas das novas sés diocesanas (Miranda do Douro, Leiria, Portalegre) e as igrejas matrizes alentejanas (como Veiros, Santo Antão de Évora, Monsaraz, Estremoz) e mesmo de Misericórdias (a de Santarém, 1559, traça de Miguel de Arruda). Trata-se de um fenómeno de vernaculismo português, segundo George Kubler¹⁰, onde a tradição gótico-manuelina, o “estilo chão” e o classicismo renascentista se conjugaram em uma receita singular – e, no contexto europeu, absolutamente única! Chamar “retardatário” a tal fenómeno, apesar da cronologia tardia em que ocorre, é não perceber as fidelidades, as constâncias e os recursos de adaptabilidade da arquitetura portuguesa numa das suas fases mais brilhantes... E são precisamente essas linguagens *contracorrente* que se impõe analisar e perceber nos seus exatos contextos – neste caso também ancoradas, por certo, na qualidade dos materiais judiciosamente escolhidos nas pedreiras

¹⁰ Cf. Kubler, George. *Portuguese Plain Architecture between Spices and Diamonds, 1521 to 1706*. Harmondsworth: s.n., 1976.

de Mármore de Estremoz e que o próprio mestre de empreitada considerava uma mais-valia, a ponto de requerer um melhor pagamento pelas dificuldades acrescidas que o labor de escopro lhe impunha...

Remontava a 1590 o desejo de D. Fernando de Castro, o poderoso conde de Basto e alcaide-mor de Évora, custear a construção da grande matriz da sua vila de Almodôvar, que deveria ser concebida como uma *hall church*, uma igreja-salão do tipo das que haviam notabilizado a era catarinista-sebástica e que para o encomendante deviam ser o modelo, inspirado na de Santo Antão de Évora. Em 29 de maio de 1592, nas notas do tabelião lisboeta Belchior de Montalvo, o arquiteto régio Nicolau de Frias desenha a *traça da matriz de Almodôvar*, em modelo *hall church*, a mando de D. Fernando, conde de Basto, inspirada na de Santo Antão de Évora¹¹. Da empreitada que então se iniciou conhece-se um desenvolvimento: a 22 de maio de 1593, realiza-se um contrato sobre a *empreitada das colunas de mármore para essa igreja de Almodôvar* pelo mestre pedreiro Domingos Moreira, mestre pedreiro de Almodôvar. Este solicitou ao encomendante que tivesse em consideração a dimensão das grandes colunas de mármore e a dificuldade do seu trabalho, pedindo uma revisão das condições de trabalho, que em parte lhe foi concedida¹². É este último contrato, por ser inédito, e se revestir de muito interesse para o esclarecimento de certos aspetos que envolviam uma empreitada deste género, no fim do século XVI, que aqui se transcreve:

[Instrumento de declaração da obra de empreitada das colunas da Igreja de Almodôvar] [fl. 55]/ fecta

Saibam os que este estormento de declaração de obra de empreitada da Igreja d'almodouuar virem que no anno do nascimento de nosso senhor Jesu cristo de mil quinhentos E nouenta E tres annos aos vinte e dois dias do mes d'abril nesta çidade d'euora nas casas E apouento do senhor dom diogo de castro estando elle hi presente que a esto Jntreuejo em nome E como procurador bastante do senhor conde de basto seu pay em todas as causas negocios e Rendimentos pertencentes a comenda d'almodouuar E em causa propia como dise ser contheudo em ha dita procuraçam que dise ter que mostrara quando comprir de hũa parte / E bem asi estando presente de outra parte domingos moreira pedreiro morador na dita villa de almodouuar logo por elles foi dito em presença de mim tabaliam E das testemunhas Ao diante escritas que asi hera verdade que elle dito senhor dom diogo tem dado de empreitada a dita Jgreja d'almodouuar ao dito domingos moreira pedreiro como se hi vio per hum publico estormento de contrato sobescrito E assinado em publico por belchior de montaluo tabaliam das notas na çidade de lixboa aos vinte E noue

¹¹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), 15.º Cartório Notarial de Lisboa, *Livro de Notas do Tabelião Belchior de Montalvo*, s/n.º de fls.

¹² Arquivo Distrital de Évora (ADE), Cartório Notarial de Évora, *Livro do Tabelião Baltazar de Andrade*, livro 275, fls. 55-56v. (PT/ADEVR/NOT/CNEVR/001/0275) (contrato de 22 abr. 1593). Leitura e transcrição paleográfica pela senhora doutora Lina Maria M. de Oliveira.

dias do mes de mayo do anno pasado de quinhentos E nouenta E dous / E pelo dito domingos moreira foi dito a elle senhor dom diogo que asi hera verdade que no dito contrato esta hũa clausula em que diz que elle domingos moreira sse obriga conforme a elle a dar acabada na dita Jgreja cada hũa culuna por preço E contia de trinta e sinco mil e quinhentos reais que pedia ora a elle senhor lhe quisesse alterar mais as ditas culunas cada hũa dellas no preço que lhe parecesse justo¹³ porquanto herão muito grandes e de grande altura E a parte aomde as aRancaua tinha muita altura E a pedraria hera muito boa E erão trabalhosas de laurar E visto pelo dito senhor dom diogo seu Requerimento E a jnformação que do caso ouue dise que lhe prazia como de feito logo aprouue de lhe acrescentar mais em cada hũa culuna vistas as causas que alega dez mil reais que vem a ser em cada hũa [sic]¹⁴ corenta e sinco mil E quinhentos reais E que outrosi estaa ordenado no dito contrato que posto que a obra [fl. 55v.] se faça de empreitada pelos preços nelle declarados digo E outrosi esta no dito contrato ordenado que se pague per ferias aos pedreiros E cauouqueiros que andarem na dita obra ha noue vintens por dia / E a elle domingos moreira mestre a çento E sesenta reais E aos seruidores a cem reais cada hum a qual clausula hão por quebrada E que somente querem E hão por bem que daqui em diante da feita deste estormento se paguem as ditas ferias a cada pedreiro E cauouqueiro E a elle mestre a Rezão de çem reais por dia E a cada seruidor a sesenta reais por cada hum dia / E outrosi asentarão E ordenarão que ho dito domingos moreira sera hobrigado no fim do mes de Junho que vem deste anno presente de quinhentos E nouenta E tres a mandar medir toda a obra que teuer feita na dita Jgreja do dia do contrato em diante ate o dito mes de junho por pessoa ou pessoas de que elle senhor seja contente E que bem saibão medir a dita obra E feita a dita medição se sabera ho que tem Reçebido pelo liuro das ferias E pagamento das achegas que esta em poder do escriuão da camara E por vinte mil reais que elle senhor lhe mandou emprestar em principio da dita obra por belchior d'aruelos E somado tudo ho que pola dita maneira teuer Reçebido se fara conta E encontro com o que montar a obra a que ao tal tempo teue feita conforme aos presos da empreitada do contrato E achando que elle dito senhor dom diogo lhe fica deuendo cousa allgũa sera obrigado a lho pagar Jnteiramente conforme ao dito contrato / E sendo caso que ho dito domingos moreira mestre fique devendo allgum dinheiro do que mais teuer Reçebido sera obrigado ao dar E pagar ao dito senhor dom diogo ou a seu feitor do dia das contas ha quinze dias primeiros seguintes¹⁵ tudo ho que asi teuer mais Reçebido do que se montar da obra feita conforme a sua empreitada E ate não ter em tudo satisfeito [fl. 56] E pago lhe não coRerão com as pagas das ferias E tudo sera hobrigado a depositar em dinheiro de contado em mão delle senhor ou de seu feitor sem a ello vir com embargos E vindo com elles primeiro que seja ouuido em juizo nem fora delle se hobriga depositar como dito he sem elle senhor nem seu feitor serem obrigados a darem fiança porque pera ello os haa por fieis seguros E abonados / E que não comprindo elle domingos moreira o dito contrato E este estormento E cada hũa destas cousas E o mais ao diante declarado especialmente não lhe pagando a elle senhor tudo ho que elle mestre lhe ficar devendo em cada hũa

¹³ Ms. repete: "justo".

¹⁴ Deveria ser "em todas" e não "em cada uma" (N.T.).

¹⁵ Cancelado entre dois traços paralelos: "E não pagando".

conta que asi lhe for tomada lhe possa liurementemente Remouer E tirar a dita obra E quebrar-lhe o dito contrato E este estormento E dar de nouo ha dita obra a quem lhe aprouuer sem mais pera ello o dito domingos moreira ser chamado çitado nem Requerido / E que outrosi sera hobrigado elle domingos moreira mestre cada dous meses depois do mes de Junho que vem de nouenta E tres como lhe for tomada a dita conta primeira a jr dando a dita conta per mediçois do mais que teuer feito ate se acabar a dita obra de todo de maneira que cada dous meses se faça conta E que quem deuer que pague E satisfaça o que asi ficar devendo pela maneira E ordem atras declarada da conta que se ouuer de fazer no dito mes de junho E que elle domingos moreira se hobriga a Responder conforme ao dito contrato Acerca das Renunciaçois E desaforamentos delle pera o qual asi comprirem elle senhor dom diogo obrigou seus bens E Rendas E elle dito domingos moreira obrigou todos seus bens avidos E por aver moueis E de Raiz E em testemunho de verdade outorgarão E mandarão dello ser feito este estormento E os que desta nota comprirem E eu tabaliam como pessoa publica estepulante E azeitante em nome das pesoas aub-sentes ha que isto convem convir tocar E pertencer pode o estepulei E a-[fl. 56v.]çitei testemunhas que presentes forão adam ferreira E Joam ferreira E bellchior de miranda da casa delle senhor moradores nesta çidade diz o Riscado /E não pagando/ porque todo se fez por verdade baltasar d'andrade tabaliam o stprevi.

(aa) Dom diogo — domingos moreira — Joam ferreira — Adão ferreira — Melchior de mjranda¹⁶.

A igreja matriz de Almodôvar, de invocação de Santo Ildefonso, foi erigida em 1592-1593, como se viu, substituindo um anterior templo gótico doado por D. Dinis aos freires espatários. Todavia, por efeitos do megassismo de 1755, o templo chegou aos nossos dias muito alterado na sua fachada e nos seus equipamentos, e no abobadamento da campanha de Frias, que ruiu, ainda que a estrutura intestina, de três naves de quatro tramos, com suas grossas colunas marmóreas, se mantenha incólume.

3. O PAÇO DUCAL DE VILA VIÇOSA COMO CASO DE ESTUDO

As artes do mármore encontram notável representação artística na figura de um arquiteto-escultor ativo à sombra da Casa de Bragança, Pero Vaz Pereira (c. 1570-1644), ainda mal conhecido, mas que, pela sua intensa atividade, granjeou muito prestígio no seu tempo¹⁷. Trata-se de um artista natural de Portalegre, que teve estágio em Roma, para onde foi enviado sob o mecenato do arcebispo de Évora D. Teotónio de Bragança, a quem serviu como escultor e arquiteto, trabalhando na Cartuxa de Évora, por exemplo.

¹⁶ Cf. nota 3.

¹⁷ Cf., por exemplo, Serrão, Vítor. “A fachada do paço ducal de Vila Viçosa e os seus arquitetos Nicolau de Frias e Pero Vaz Pereira: uma nebulosa que se esclarece”. *Callipole* 22 (2015): 13-45.

Após a morte deste seu protetor, em 1602, Vaz Pereira passou a servir o 7.º duque de Bragança, D. Teodósio II, dirigindo as grandes obras do paço de Vila Viçosa, começadas por Nicolau de Frias, e morando na vila calipolense. A sua produção conhecida, quer de escultura marmórea (um belo fogão de sala em depurado gosto maneirista), quer de marcenaria (um retábulo lateral na Sé de Portalegre), quer sobretudo de arquitetura sacra (traça da sacristia da Sé de Elvas, adições na igreja de São Tiago de Évora, traça da nova igreja de Santa Maria de Machede, etc.) e civil (término da fachada do paço de Vila Viçosa, fonte grande dessa cidade, um palacete em Castelo de Vide, etc.), mostram um perfil interessantíssimo de artista de dimensão internacional. Acrescem outras peças marmóreas desenhadas por Vaz Pereira e a analisar em cotejo: o elegante fontenário que centra o claustro grande da Cartuxa de Évora, obrado entre 1619 e 1625 (e considerado nas fontes de época “obra famosa”, com suas três taças de mármore branco assentes em colunas bojudas), a pia de água benta da igreja de Santo António da Piedade de Évora, o púlpito da igreja de Santa Maria de Machede, a chaminé de sala do paço de Vila Viçosa e, ainda, a fonte-*tempietto* de Elvas.

Além da execução intrépida, com uma cultura romanizada dentro dos parâmetros da Contrarreforma, mostrando conhecimento dos valores de austeridade tridentina de arquitetos como Domenico Fontana, Martino Longhi e outros, a produção de Pero Vaz Pereira atesta também o bom domínio dos materiais usados, que escolhia criteriosamente junto dos seus oficiais. Pereira privilegiou as qualidades do mármore alentejano, bem percebido em respeito pelas suas texturas e visto como uma mais-valia do próprio discurso artístico. Escreveu também um *Tratado de Rádio Latino*, dedicado ao duque seu protetor, prova dos seus múltiplos interesses humanísticos. Como escultor, lavrou em 1611 o fogão de sala de mármore para a sala de Medusa do paço de Vila Viçosa¹⁸. Trata-se, sem dúvida, de uma figura de artista interessantíssimo, personalidade plurifacetada que precisa de ser mais e mais bem estudada¹⁹.

Sabemos que Pero Vaz Pereira – nomeado arquiteto da casa ducal dos Bragança em 23 de março de 1604, com ordenado anual de 60 000 rs²⁰ – prosseguiu as obras do paço de Vila Viçosa, traçadas por Nicolau de Frias, por volta de 1583 e esteve ao serviço do 7.º duque, D. Teodósio II (falecido em 1630), e do 8.º duque, D. João II (que em julho de 1641, já tornado rei após a Restauração, o designa para cargo honorífico de arquiteto do

¹⁸ Serrão. *Arte, Religião e Imagens em Évora* [...], 89-103.

¹⁹ Serrão. *Arte, Religião e Imagens em Évora* [...], 89-103.

²⁰ Teixeira, José de Monterroso. *O Paço Ducal de Vila Viçosa: Sua Architectura e Suas Coleções*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1983, 121.

Convento de Cristo de Tomar²¹). As suas intervenções no paço calipolense são, além do equipamento intestino e de peças de escultura marmórea de fogões de sala, a do acabamento da frontaria, sendo responsável pelo remate do corpo central e pelo último piso, em empreitada que se prolonga durante vários anos. Leia-se, por exemplo, o que diz Diogo Ferreira de Figueiroa ao visitar o paço em 1632, à data do casamento do duque D. João II com D. Luísa de Guzmán: a fachada, “o frontespício avendo de prefeição coarsse virá a ser composto com quatro columnas três janellas a do meyo hade ser rasgada de sacada conforme ao que mostra”²².

Em junho de 1601, trabalhava-se muito no revestimento marmóreo da fachada palatina, por mãos do mestre Francisco Lopes, pedreiro de Borba, que fazia “dous vãos de pedraria na frontaria das casas dos paços de Sua Excellência sobre as duas ordens de pedraria que já estão feitas nas dittas casas”, a 40 000 réis cada vão, segundo a “traça” fornecida²³. Na obrigação lê-se que

cada vão se entende de pillar a pillar em largura e há altura se entende de sima da cornija da segunda ordem ate ao alquitrave da terceira ordem da torre que são desassete palmos dalto, fazendo em cada vão destes hum pedestal e simalha vasa e pilar conforme aos que estão jaa feitos na tore, e a arquitrave, frizo e cornija será conforme ao modelo da mostra que fica em poder de Sua Excellência.

Em cada vaso rasgar-se-ia uma janela

que responda ao vão de cada huma dellas conforme os debaxo que já estão feitos na dita frontaria, com ha altura conforme a amostra e assi a feição e molduras que pera isso se darão moldes, a qual janela será de pedraria branca e assi mesmo os pilares, o vão que fica entre elles e as janellas será de pedraria preta, e toda a dita pedraria terá muito bons leitos de modo que ella por si se tenha e será toda muito bem lavrada e bornida a bornideiras sem falhas nem quebraduras e toda muito bem dezempenada com os junctos e leitos muito bem feitos, posta toda ao pee da frontaria dos paços do dito senhor.

Em junho desse ano, fez-se ainda o marmoreado de dois vãos das “casas novas” pelo mestre de Estremoz André Francisco²⁴, que recebeu “riscos” e indicações “da mão de Manuel Ribeiro mestre das obras de Sua Ex^a e escudeiro de sua casa”. A obra destes vãos refere-se ao andar

²¹ Viterbo, F. M. de Sousa. *Dicionario Historico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes*. Lisboa: s.n., 2.^a série, 1911, 249.

²² Figueiroa, Diogo Ferreira de. *Epítome das Festas Que Se Fizeram no Casamento do Sereníssimo Principe Dom João*. Évora: [Manoel Carvalho Impressor da Universidade], 1633, fl. 4, apud Teixeira, O Paço Ducal de Vila Viçosa [...], 85.

²³ ADE, Cartório Notarial de Vila Viçosa, *Notas de André Luís de Cerveira*, livro 6, fls. 109–111v.

²⁴ ADE, Cartório Notarial de Vila Viçosa, *Notas de André Luís de Cerveira*, livro 6, fls. 111v.–114v.

“sobre as duas ordens de pedraria que já estão feitas nas ditas casas”, tratando-se do risco de Nicolau de Frias desenhado em 1583, mais se dizendo que

cada vão se entende de pillar a pillar e largura, e a altura se entende de cima da cornija da segunda ordem ate o alquitrave da terceira ordem da torre, que sam desassete palmos dalto, fazendo em cada vão destes hum pedestal e simalha, vasa e pillar conforme aos que estão já feitos na torre e a alquitrave, frizo e cornija seráconforme ao modelo da mostra que fica em poder de Sua Excellençia

dentro dos trâmites da obrigação feita com Francisco Lopes, cabendo a ambos a fatura de quatro tramos do andar superior. Acompanhando o estudo das existências e a informação documental, a 5 de novembro de 1601, Escobar de Lira contrata ainda o mestre Manuel de Loureiro para integrar a empreitada das “casas nobres” junto a Manuel Ribeiro e Manuel Rodrigues e acelerar o seu término²⁵. Ao mesmo tempo, decorrem, no interior, as obras de forro de carpintaria e começam grandes campanhas de pintura fresquista nas salas de Medusa e David, no oratório de D. Catarina e na *galerietta* destinada a D. Ana de Velasco y Girón, esposa de Teodósio II, tudo ainda existente e já devidamente documentado e estudado²⁶.

4. O SEPULCRO DO BISPO DE CORIA POR ANDRÉ FRANCISCO, ESCULTOR DE ESTREMOZ

A derradeira obra relevante lavrada em mármore de Estremoz que se escolheu para esta análise comparada leva-nos a Plasencia e à igreja de San Nicolàs, onde se encontra o sepulcro de um alto dignitário da Igreja provincial, ornado com a sua escultura de vulto em pose de orante. Trata-se de um trabalho de André Francisco, tal como é dado a conhecer por documentação revelada por Florencio-Javier García Mogollón²⁷.

Ao contrário do que pensava este investigador, o nome do artista alentejano não é desconhecido: estamos perante o mesmo artista que acabámos de ver envolvido no término da fachada das “casas novas” do paço ducal de Vila Viçosa, sob batuta do arquiteto Pero Vaz Pereira²⁸. O sepulcro é obra muito cuidada em termos de qualidade técnica, material e artística e já merecera o elogio rasgado de autores como D. José Ramón Mélida,

²⁵ ADE, Cartório Notarial de Vila Viçosa, *Notas de André Luís de Cerveira*, livro 8, fls. 12-14.

²⁶ Serrão, Vítor. *O Fresco Maneirista do Paço de Vila Viçosa, Parnaso dos Duques de Bragança*. Caxias: Fundação da Casa de Bragança, 2007.

²⁷ García Mogollón, Florencio-Javier. “El sepulcro del obispo de Coria D. Pedro de Carvajal Girón en la placentina iglesia de San Nicolàs. Una obra del escultor portugués Andrés Francisco”. *Norba-Arte V* (1984): 141-162.

²⁸ Archivo Histórico Provincial de Cáceres (AHPC), Notariales, *Blasco Gil escribano de Plasencia*, Legajo 917, Escritura de 4 ago. 1613.

que, em 1924, elogia as qualidades do mármore e a bela traça clássica, com frontispício de dois pilares de colunas toscanas de fustes estriados, frontão quebrado e a escultura orante do prelado, de joelhos diante de um reclinatório²⁹. É justamente considerada uma das peças mais importantes da escultura funerária estremenha³⁰.

Os factos da encomenda estão hoje clarificados. Em 4 de agosto de 1613, nas notas do tabelião de Plasencia Blasco Gil, compareceram o senhor D. Pedro de Carvajal, bispo de Coria, e o mestre de cantaria e escultor André Francisco, morador na vila de Estremoz, no reino de Portugal, que se obrigou a dar cumprimento a um contrato já firmado em notário de Badajoz, a 13 de janeiro do mesmo ano, sobre a feitura do túmulo do referido prelado na igreja de San Nicolás, em Plasencia, por preço de 1 000 ducados³¹. A obra, que seria de mármore fino e que incluía a figura de vulto do bispo, de joelhos diante de um atril, deveria estar concluída e assente em junho de 1615, data em que se fecharia o pagamento total da empreitada.

O contrato identifica taxativamente esta importante obra de arte, pois o sepulcro chegou aos nossos dias, na capela do lado do evangelho da igreja de San Nicolás em Plasencia. O bispo, natural de Plasencia, era um homem culto, pois fora deão da Catedral de Toledo durante o governo dos arcebispos-cardeais Quiroga, arquiduque Alberto, D. Bernardo de Carvajal y Rojas e García de Loaysa, fase áurea da arte toledana, e aí se envolveu em empreitadas artísticas de relevo.

Dada a sua importância para a história da arte portuguesa, para o estudo dos mármore, e para a caracterização da escultura funerária peninsular, a figura de André Francisco merece, doravante, maior atenção. Por isso, julgo interessante que outro documento que lhe faz referência, pois mostra-o envolvido nas obras da fachada do paço de Vila Viçosa, seja transcrito³²:

[fl. 111v.] Contratto que os officiaes das obras de Sua Excelencia fizerão com Andre francisco d'estremoz fara a sua Excelencia Saibão quantos este publico estromento de contrato E obrigação virem que no anno do nascimento de nosso senhor Jesu cristo de mil E seiscentos E hum annos aos dezaseis dias do mes de Junho do ditto anno em Villa Viçosa nas pousadas do senhor Escouar de lira

²⁹ Mélida y Alinari, D. José Ramón. *Catálogo Monumental de España. Provincia de Cáceres (1914-1916)*. Madrid: s.n., tomo II, 1924, 308-309.

³⁰ García Mogollón. *Catálogo Monumental de España*, 159.

³¹ AHPC, Notariales, *Blasco Gil Escribano de Plasencia*, Legajo 917, Escritura de 4 ago. 1613.

³² ADE, Cartório Notarial de Vila Viçosa, Livros de notas, livro 6, fls. 111v.-114v. (PT/ADEVN/NOT/CNVVC/001/0006): instrumento de contrato e obrigação feito com André Francisco, pedreiro, para fazer dois vãos de pedraria no paço ducal de Vila Viçosa (16 jun. 1601) (transcrição paleográfica realizada por Lina Maria M. de Oliveira).

fidalgo da caza do Duque nosso senhor, E prouedor de suas obras sendo elle ahj presente logo por elle foy ditto ante mjm tabeliam E testemunhas ao diante nomeadas, que elle por comissão que para isso tem de sua Excellencia [fl. 112] estava concertado com andre francisco pedreiro morador na Villa d'estremos que presente estava pera fazer dous vãos de pedraria na frontaria das casas dos paços do ditto senhor sobre as duas ordens de pedraria que já estão feitas nas dittas casas, E que cada vão se entende de pillar a pillar em largura, E a altura se entende de cima da cornija da segunda ordem ate a alquitraue da terceira ordem da torre que são dezasette palmos d'alto fazendo em cada vão destes hum pedestal E simalha, vasa, E pillar conforme aos que estão já feitos na torre, E a alquitraue frizo E cornija sera conforme ao modello da mostra que fica em poder de sua Excellencia, E o ditto pedestal, simalha E alquitraue, frizo E cornija tornejarão de pillar a pillar, E cada vão destes sobreditos tera sua janella que responda o vão de cada hũa dellas conforme os de baxo que ja estão feitos, na ditta frontaria, E a altura sera conforme a amostra E assj a feição E molduras E pera isso se darão os moldes, a qual Janella E os pilares serão de pedraria branca, E o vão que fica entre os dittos pilares E janellas sera feito de pedraria preta, E toda a ditta pedraria tera muito bons leitos de modo que ella por sy se tenha, E sera toda muito bem laurada E bornida a bornideira, sem falhas nem quebraduras [fl. 112v.] E toda muito bem desempenada E com as juntas E leitos muito bem-feitos posta toda ao pé da frontaria dos paços do ditto senhor a custa delle pedreiro per preço E contia de quarenta mil reis cada vão em dinheiro contado pagas as pagas assy como se for fazendo a ditta obra, E logo ao fazer desta escritura Recebeo elle Andre francisco da mão de manael Ribeiro mestre das obras de sua Excellencia E escudeiro da sua caaa vinte mil reis de que lhe deu per esta, pura E inteira quitação, E as mais pagas lhe ira fazendo o ditto Manoel Ribeiro per ordem do ditto Escouar de lira assj como elle pedreiro as for merecendo na continuação da ditta obra, da qual dara feito hum vão inteiro E acabado per todo o mes de setembro deste anno presente E o outro irá logo fazendo com outro official que va jndo pello menos sem nunca alleuantar mão delle ate de todo o acabarem: dizendo mais o ditto senhor Escouar de lira que se obrigaua em nome de sua Excellencia ao comprimento da dita escritura, E a mandar fazer os pagamentos della inteiramente sem dilação nem falta algũa, E elle Manoel Ribeiro a os fazer assi sem diminuição algũa; E elle Andre francisco acceitou a ditta obra pello ditto preço com obrigação de a dar toda feita e acabada no ditto tempo E pello modo que isto he com pena que não o dando assj no [fl. 113] ditto tempo, o ditto provedor das obras de sua Excellencia E mais officiaes dellas a poderão mandar fazer toda ou a parte que della faltar a custa delle pedreiro a quem quisessem digo quizerem, E pello preço com que se concertarem que se pagara de sua fazenda delle Andre francisco pera o que sera executado em sua pessoa E bens assj E da maneira que se executão E arrecadão as diuidas que se devem à fazenda d'el-Rej nosso senhor sem elle pedreiro poder Vir com embargos, suspeições, duuida, ou outra cousa ou Rezão posto que de direito seja de receber que tolha a ditta Execução e pagamento da ditta pedraria que assi se mandar fazer per sua conta delle pedreiro porquanto d'agora pera então disse que não queria em tal caso ser ouuido em Juizo nem fora delle sem primeiro depositar na mão do ditto prouedor E mestre das obras de sua Excellencia duzentos cruzados de pena E em nome de pena que Receberão sem dar fiança nem

lhe ser pedida outra algũa obrigação per que d'agora pera então disse elle pedreiro que auia per abonadas E habilitadas suas pessoas pera pera [sic] Reçeberem o ditto deposito o qual assi feito ha per bem que se perca pera nunca mais em tempo algum poder digo o poder [fl. 113v.] pedir e ficara pera a fazenda de sua Excellência somente em pena de assj querer encontrar E contradizer esta escritura, a qual pena levada ou não contudo ella fiquara sempre em sua força E vigor, E pera o comprimento della E todas suas dependências se desafforou de Juiz de seu foro, E de qualquer outro que per priuilegio tenha E se obrigou a Responder E estar a direito perante o Ouvidor dos feitos da fazenda de sua Excellência, ho instituiu per seu procurador pera ser citado em seu nome pera todo o sobredito, E o que dello naçer quer seja Reo, quer autor ou procurador que for do conçelho nesta villa ao tempo das citações, E he contente que pella citação ou Requerimento nelle feito se proceda contra elle pedreiro ate final sentença E execução della sem nunca em tempo algum poder allegar do feito da citação, E declarou mais que em caso que não cumpra esta escritura em parte ou em todo, E se mande fazer a ditta obra ou algũa della per sua conta delle pedreiro conforme ao que atras fica declarado, que hé contente que a dita pedreiria digo que a despesa da ditta pedraria assj mandada fazer se aurigue E liquide per juramento somente [f. 114.] dos dittos offiçiaes ou de qualquer delles por sj, E que com a ditta decraração de juramento fique esta escritura dereita contra elle pedreiro, E se proçeda por ella como per sentença final dada em contraditorio Juizo no modo que fica continuado, em fee E testemunho de verdade assj a outorgue E digo a outorgarão todos E dello mandarão fazer este publico estromento de contratto E obrigação que acceitarão E assinarão, o qual Eu taballião como pessoa publica estipulante E acceitante estipulei E aceitei em nome do Duque nosso senhor E de sua fazenda, E officiaes della a esto auzentes com mais declaração que sendo caso que per Rezão dos dittos moldes elle pedreiro faça algũa melhoria na ditta pedraria do que esta na ditta amostra, se pagara mais a elle pedreiro tudo aquillo que se oluidrar que mais merecer o ditto acrescentamento E melhoria sendo a todo presentes per testemunhas Manuel de loureiro pedreiro, E francisco conde filho de pero conde alfayate moradores ambos nesta Villa. Andre luis da çerveira tabaliam que o escrevi E declararão mais que não comprindo elle pedreiro como fica dito, pagara a cento E cincoenta reis por dia a pessoa que o demandar pagara a cento E çincoenta reis por dia a pessoa que o demandar E acrecentar ate Real entrega [fl. 114v.] testemunhas as atras dittas ditto tabalião que o escrevi.

(aa) Escouar di lyra — Andre francisco— Manoel de lloureiro — Francisco comde — manoell Ribeiro

Trata-se, sem dúvida, de uma figura a estudar no contexto de um projeto desta natureza, como o que decorre sob o temário artístico do mármore. Nesse âmbito, o nome do escultor-pedreiro André Francisco (como o do arquiteto-escultor Pero Vaz Pereira, atrás referido) justifica um estudo integrado em que a história da arte se reveja na análise precisa dos materiais marmóreos utilizados.

5. CONCLUSÃO

Estas obras marmóreas que se referiram, e muitas outras, eram peças sempre elogiadas, pois exigiam perícia de mãos e eram, além de custosas, muito trabalhosas.

Veja-se o elogio que um cronista faz à fachada e ao portal do mosteiro da Scala Coeli de Évora (Cartuxa), enaltecendo o esforço de D. Teotónio de Bragança (1530–1602) em o iniciar, sem todavia o ter podido integralmente cumprir:

famozo e admirável pórtico da Igreja nova, de pedraria de Estremos, mármore finíssimos, e lavrados com todo o primor da arte, que a acabarse como elle o começou, será dos melhores na pompa e bizarria; dará mate forçado aos mais magestosos pórticos que celebra a fama; mas impediolhe o acabálo, e continuar com a Igreja como desejava, quem tudo embarga, embargando a vida e cortandolhe os fios: a morte³³.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Aires-Barros, Luís. *As Rochas dos Monumentos Portugueses. Tipologias e patologias*.

Cadernos, II série, 3. Lisboa: IPPAR, 2 vols., 2001.

Arquivo Distrital de Évora (ADE), Cartório Notarial de Vila Viçosa, *Notas de André Luís de Cerveira*, livro 6, fls. 109–111v.

ADE, Cartório Notarial de Vila Viçosa, *Notas de André Luís de Cerveira*, livro 8, fls. 12–14.

ADE, Cartório Notarial de Évora, *Livro do Tabelião Baltazar de Andrade*, livro 275, fls. 55–56v., contrato de 22 abr. 1593 (PT/ADEVR/NOT/CNEVR/001/0275).

Archivo Histórico Provincial de Cáceres (AHPC), Notariales, *Blasco Gil Escribano de Plasencia*, legajo 917, escritura de 4 ago. 1613.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Livro de Notas do Tab. Belchior de Montalvo*, s/n.º de fls.

Branco, Manuel Joaquim Branco. “Renascimento, Maneirismo e ‘estilo chão’ em Évora”. In *Do Mundo Antigo aos Novos Mundos. Humanismo, Classicismo e Notícias dos Descobrimentos em Évora (1516–1624)*, comissariada por Fernando António Baptista Pereira, 219–247. Évora: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

Correia, José Eduardo Horta. *Arquitectura Portuguesa: Renascimento, Maneirismo, Estilo Chão*. Lisboa: Editorial Presença, 1991.

Deswarte-Rosa, Sylvie. “Identificação do anónimo português do Museo Cartaceo de Cassiano del Pozzo: Nicolau de Frias em Roma, 1568–1570”. *Artis – Revista de História da Arte e Ciências do Património* 5 (2017): 20–31.

³³ Escudero, Juan Mayo. *As Cartuxas de Portugal através dos Séculos. Crónicas das Cartuxas Portuguesas*. Analecta Cartusiana 268. Salzburg: Institut für Anglistik und Amerikanistik, Universität Salzburg, 2011, 81–98 (transcrição do mss. de 1725, citação das pp. 97–98).

- Escudero, Juan Mayo. *As Cartuxas de Portugal através dos Séculos. Crónicas das Cartuxas Portuguesas*. Analecta Cartusiana 268. Salzburg: Institut für Anglistik und Amerikanistik, Universität Salzburg, 2011, 81-98.
- Espanca, Túlio. *Inventário Artístico de Portugal. IX. Distrito de Évora*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1978.
- García Mogollón, Florencio-Javier. "El sepulcro del obispo de Coria D. Pedro de Carvajal Girón en la placentina iglesia de San Nicolàs. Una obra del escultor português Andrés Francisco". *Norba-Arte V* (1984): 141-162.
- Kubler, George. *Portuguese Plain Architecture between Spices and Diamonds, 1521 to 1706*. Harmondsworth: s.n., 1976.
- Mariás, Fernando. *El Largo Siglo XVI: los Usos Artísticos del Renacimiento Español*. Madrid: Taurus, 1989.
- Mélida y Alinari, D. José Ramón. *Catálogo Monumental de España. Provincia de Cáceres (1914-1916)*. Madrid: s.n., tomo II, 1924.
- Ruão, Carlos. "'O Eupalinos moderno'. Teoria e prática da arquitectura religiosa em Portugal (1550-1640)". Tese de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 3 vols. (vol. II), 2006.
- Serrão, Vítor. *O Fresco Maneirista do Paço de Vila Viçosa, Parnaso dos Duques de Bragança*. Caxias: Fundação da Casa de Bragança, 2007.
- Serrão, Vítor. *Arte, Religião e Imagens em Évora no Tempo do Arcebispo D. Teotónio de Bragança, 1578-1602*. Vila Viçosa: Fundação da Casa de Bragança, 2015.
- Serrão, Vítor. "A fachada do paço ducal de Vila Viçosa e os seus arquitectos Nicolau de Frias e Pero Vaz Pereira: uma nebulosa que se esclarece". *Callipole 22* (2015): 13-45.
- Serrão, Vítor. "A leitura micro-artística e a eficácia teórico-metodológica da nossa disciplina: 'estudos de caso' na Idade Moderna portuguesa". In *Pensar História da Arte. Estudos de Homenagem a José-Augusto França (Actas do IV Congresso Internacional de História da Arte)*, coord. Pedro Flor, 59-80. Lisboa: Esfera do Caos, 2016.
- Serrão, Vítor. "'Restauo storico' y 'sacrae imagines' en Évora bajo el gobierno del arzobispo don Teotonio de Braganza (1578-1602)". *Archivo Español de Arte* 354 (abr.-jun. 2016): 133-152.
- Teixeira, José de Monterroso. *O Paço Ducal de Vila Viçosa: Sua Arquitectura e Suas Coleções*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1983.
- Viterbo, F. M. de Sousa. *Dicionario Historico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes*. Lisboa: s.n., 2.^a série, 1911.



Em cima:

Figura 1 - Portal marmóreo da igreja de São Brás da Granja (concelho de Mourão), por Pedro Álvares Moniz, mestre pedreiro de Estremoz, 1619.

Em baixo:

Figura 2 - Pormenor da inscrição do frontão do portal da igreja de São Brás da Granja, por Pedro Álvares Moniz, 1619.



Figura 3 e 4 - Fachada do paço ducal de Vila Viçosa (campanha de revestimento de mármore de início do século XVII, sob direção do arquiteto Pero Vaz Pereira).



Em cima:

Figura 5 - Interior da igreja matriz de Almodôvar, traça de Nicolau de Frias (1591), colunas marmóreas pelo pedreiro Domingos Moreira (1591-1593).

Ao centro:

Figura 6 - Pormenor da figura do bispo-orante, pelo escultor André Francisco, na sepultura do bispo de Coria D. Pedro de Carvajal, 1613-15. Plasencia, igreja de San Nicolàs.



Em baixo:

Figura 7 - Pero Vaz Pereira (atrib.), fonte marmórea do claustro pequeno do mosteiro da Scala Coeli da Cartuxa de Évora. Início do século XVII.

Famílias de pedreiros na “região do mármore”: os Cordeiro

.....

PATRÍCIA MONTEIRO

Une famille de maçons dans la "région du marbre": les Cordeiro

Le départ des ducs de Bragança de Vila Viçosa vers Lisbonne, tout de suite après le cout d'état du 1^{er} décembre 1640, a provoqué une interruption dans ce qui était le mécénat ducal, bien qu'il n'ait pas représenté la fin des grands chantiers artistiques, que ce soit dans la ville elle-même ou que ce soit dans localités voisines.

En réalité, l'activité artistique et, plus concrètement, l'activité architectonique a connu un énorme développement au niveau régional dès les premières décennies du XVII^{ème} siècle, pour ensuite s'affermir au XVIII^{ème} siècle, promue par une clientèle composée, majoritairement, par des confréries, des ordres religieux et des miséricordes (un réseau caritatif national). Cela nous est révélé par le volume immense de documentation disponible, dispersé dans des archives diverses et qui permet de reconstruire, avec la rigueur possible, ce en quoi a consisté l'ambiance artistique dans cette région du pays concernant la période en question. Dans ce contexte, nous devons renforcer l'importance de fonds documentaires comme les *Bureaux Notariaux*, dans lesquels peuvent être trouvés des centaines de contrats de travaux contenant des informations vitales pour l'histoire et l'art de l'Alentejo. L'importance donnée à ce type de source documentaire est justifiée par son extraordinaire potentiel informatif en ce qui concerne les caractéristiques d'un certain ouvrage, des délais d'exécution, des matériaux devant être utilisés et des formes de paiement. Il s'agit ainsi d'un document contraignant, entre les parties signataires, qui établissait, aussi, des pénalités concrètes dans le cas de non respect.

De plus, la documentation nous permet d'identifier qui ont été les principaux intervenants dans les campagnes artistiques qui se sont intensifiées au cours du XVII^{ème} et du XVIII^{ème} siècle, en grande partie à cause du développement dans la transformation du marbre et de son application, dans ce que configure une des périodes les plus éclatantes dans l'histoire de l'architecture régionale. De nombreux artistes responsables par l'activité constructive dans cette région demeurent anonymes. D'autres, à leur tour, ont leur nom associé à un *corpus* impressionnant d'œuvres, beaucoup d'entre elles encore présentes dans le territoire étudié. Le plus parfait exemple est celui de la famille de maîtres maçons Cordeiro, originaire de la ville de Borba. L'immense volume de documentation, recueilli et systématisé, qui décrit, de manière consistante, l'activité de ces artistes, associé au nombre d'ouvrages d'architecture provenant d'eux et qui sont parvenus jusqu'à nos jours, font qu'ils méritent un regard plus attentif dans le contexte de l'architecture régionale.

Il est important de dire, toutefois, que la distinction entre les catégories des "maçons", "chantiers", "maîtres d'œuvres" et, surtout, des "bâisseurs", n'est pas toujours claire dans la documentation consultée et il arrive, souvent, que le même

artiste soit désigné de différentes manières. Mais plus qu'une question étymologique, les variantes de classement devront être mises en relation avec la versatilité assumée par les artistes, capables de remplir des tâches distinctes au sein de la même œuvre.

De nombreuses questions sont encore ouvertes en ce qui concerne les Cordeiro, à commencer à ce qui concerne le cadre d'apprentissage des premiers membres de cette famille, bien avant que les influences du chantier de Mafra ne parviennent dans l'Alentejo. Il n'a pas été possible non plus de déterminer si cette période de formation initiale aura été réalisée seulement dans la ville d'où ils étaient originaires (Borba), ou en dehors, alors que l'on connaît de manière assurée et documentée la mobilité de divers éléments de cette famille, au travers de localités voisines, en vue de la réalisation de commandes. De la même manière, l'origine des auteurs de quelques-unes des œuvres accomplies continue à ne pas être totalement claire, en considérant que plusieurs noms reviennent y compris pour des dates qui sont rapprochées. De plus, il faudra encore considérer tous ceux qui ne portant pas le nom des Cordeiro maintenaient, avec eux des liens familiaux et de travail importants, grâce aux liens de mariage.

Ce qui semble indéniable, c'est que, pendant un siècle et demi, les Cordeiro ont travaillé, de manière assez consistante, dans la production de l'architecture locale, en laissant un legs impressionnant, un exemple achevé de ce qui serait le modèle de travail officinal, dans le cadre familial, ce qui les rend dignes de la plus grande attention dans de futurs projets de recherche.

Families of masons in the "marble region": the Cordeiro family

The departure of the Bragança family from Vila Viçosa and their move to Lisbon, shortly after the coup of December 1, 1640, interrupted a ducal patronage, even though it did not end the great artistic endeavours, either in the town itself or in the neighbouring places.

In fact, artistic activity, specially architecture, experienced a great regional development in the last decades of the 17th century, towards its establishment in the 18th century, due to the existence of clients such as brotherhoods, confraternities, religious orders and *misericórdias*. This is confirmed through the immense volume of available documentation, scattered in several archives, allowing us to reconstruct, with the approximate accuracy, the artistic environment of this region of the country during this period. In this context, we should stress the importance of documental archives such as *Notarial Offices*, where we can find hundreds of building contracts with vital information for the history of art of Alentejo. The emphasis given to this type of documental source is justified by its extraordinary informational potential regarding the characteristics of a particular work, deadlines, materials used and forms of payment.

They are binding documents between parties, which also include concrete penalties in case of non-compliance.

Additionally, the documentation allows us to identify who were the main players in the artistic campaigns that intensified during the 17th and 18th centuries, also due to the increase in the transformation of marble and its use, in one of the most prolific periods for the history of regional architecture. Many of the artists responsible for the building activities in this region remain anonymous. Others, in turn, have their names associated with an impressive set of works, many of them still present today in the territory under study. The most perfect example is the family of master masons, the Cordeiro family, from the village of Borba. The immense volume of surveyed and systematized documentation, consistently describing the activity of these artists, associated with their architectural works we can still visit today, should be further analysed in the context of regional architecture.

It is important to note, however, that the distinction between the categories of “*masons*”, “*craftsmen*”, “*master builders*” and, above all, “*alvanéis*” is not always clear in the accessed documentation, and the same artist can be designated in different ways. More than an etymological issue, the classification variants should be related to the versatility assumed by the artists, capable of performing multiple tasks in the same work.

Many questions are still open concerning the Cordeiro family, starting from the education of the first family members, long before the influences of the Mafra worksite arrived to Alentejo. It is also not possible to determine if this period of initial education was carried out only in the village where they were born (Borba) or in someplace else, as we can find records of travels of many members of this family through neighbouring locations, to carry out their work. Similarly, we still cannot confirm the authorship of several of their works, considering that several names are repeated, even in close dates. Besides, it will be necessary to consider all the people who did not have the Cordeiro family name but had important family and working relations with them, thanks to marriage.

What seems to be undeniable is that, for a century and a half, the Cordeiro family worked very consistently in local architecture, leaving behind an impressive legacy, a finished example of a family working model, which makes them worthy of the greatest attention in future research projects.

Familias de albañiles en la “región del mármol”: los Cordeiro

La partida de los Bragança de Vila Viçosa para Lisboa, luego después del golpe de 1 de diciembre de 1640, dictó una interrupción en aquello que era el mecenazgo ducal, mucho, aunque no haya representado el fin de grandes emprendimientos artísticos, quiera en la propia villa, quiera en las localidades vecinas.

En la realidad, la actividad artística y, más concretamente, la arquitectónica conoce un enorme desarrollo a nivel regional luego en las últimas décadas del siglo XVII, para después se afirmar en el siglo XVIII, promovida por una clientela compuesta, mayoritariamente, por hermandades, cofradías, órdenes religiosas y misericordias. De eso nos da cuenta o inmenso volumen de documentación disponible, disperso en diversos archivos y que permite reconstruir, con el rigor posible, aquello en que consistió el ambiente artístico en esta región del país para el período en causa. En este contexto debemos reforzar la importancia de fondos documentales como los *Cartórios Notariais*, en los cuales pueden ser encontrados centenas de contratos de obra con informaciones vitales para la Historia y el Arte de Alentejo. El destaque dado a este tipo de fuente documental es justificado por su extraordinario potencial informativo en lo que dice respecto a las características de determinada obra, plazos de ejecución, de materiales para utilizar y formas de pago. Tratase, así, de un documento que vincula, entre las partes firmantes, que establecía, también, penalizaciones concretas en el caso de incumplimientos.

Más allá de eso, la documentación nos permite identificar quienes fueron los principales intervinientes en las campañas artísticas que se intensificaron a lo largo de los siglos XVII y XVIII, debido, también, al incremento en la transformación del mármol y de su aplicación, en aquello que configura unos de los períodos más brillantes para la historia de la arquitectura regional. Muchos de los artistas responsables por la actividad constructiva en esta región permanecen en el anonimato. Otros, por su turno, tienen su nombre asociado a un impresionante *corpus* de obras, muchas de las aun hoy presentes en el territorio en estudio. El más perfecto ejemplo es el de la familia del maestro albañil Cordeiro, natural de la villa de Borba. El inmenso volumen de documentación, recogido y sistematizado, que describe, de forma consistente, la actividad de estos artistas, asociado al número de obras de arquitectura de su autoría y que llegaron hasta la actualidad, hace con que merezcan un mirar más atento dentro del contexto de la arquitectura regional.

Es importante referir, entre todo, que la distinción entre las categorías de los “albañiles”, “canteros”, “maestros de obras” es, sobre todo, de los “albañiles”, ni siempre es clara en la documentación consultada ocurriendo, muchas veces, que el mismo artista sea designado de diferentes formas. Más de que una cuestión etimológica, las variantes clasificación debieron estar relacionadas con la versatilidad asumida por los artistas, capaces de desempeñar distintas tareas en la misma obra.

Muchas cuestiones están aún en abierto en lo que dice al respecto a los Cordeiro, desde luego en lo que se refiere a la esfera de aprendizajes de los primeros elementos de esta familia, mucho antes de las influencias de lo astillero mafrense llegaron a Alentejo. También no es posible determinar si ese período de formación inicial habrá sido realizado apenas en la villa de donde eran naturales (Borba), o fuera de ella, siendo cierto que se encuentra bien documentada la movilidad de diversos elementos de esta familia, a través de localidades vecinas, para el cumplimiento de contrato. Del mismo modo, la autoría de algunas de las obras realizadas continua a no ser totalmente clara, considerando que varios nombres se repiten, inclusive en fechas que son próximas. además de eso, habrá que considerar todos aquellos que, no teniendo apellido Cordeiro, mantenían con ellos importantes ellos familiares y laborales, gracias a las ligaciones matrimoniales.

Lo que parece ser innegable es que, durante un siglo y medio, los Cordeiro trabajaron, de forma muy consistente, en la producción de la arquitectura local, dejando un impresionante legado, ejemplo acabado de aquello que sería el modelo de trabajo oficial, de ámbito familiar, el que los torna merecedores de la mayor atención en futuros proyectos de investigación.

A REGIÃO DO ALTO ALENTEJO NA ÉPOCA MODERNA

O período compreendido entre a segunda metade do século XVII e o século XVIII foi um dos mais complexos ao nível político, económico e social, quer na Europa, como em Portugal. Após uma conjuntura de prosperidade que marcou a primeira metade do século XVI, seguiu-se uma inflexão da economia nacional, agravada por conflitos internacionais que acabariam por criar graves tensões para a União Ibérica. O desfecho anunciado ocorreria a 1 de dezembro de 1640, através do golpe que viria a dar lugar à restauração da independência, colocando no trono de Portugal o 8.º duque de Bragança, D. João II (1640-1656). Esta seria uma data marcante não só para o país, mas também, em concreto, para a região do Alentejo, que, no presente, compreende os concelhos de Estremoz, Borba, Vila Viçosa e Alandroal.

Muito antes de formarem parte de um mesmo cenário político, estas localidades, situadas ao longo do designado anticlinal de Estremoz, já partilhavam um mesmo denominador comum, cuja presença milenar marcou de forma contundente toda a região: o mármore. Mais do que uma ocorrência geológica, o mármore viria a ser um elemento fulcral para a dinamização da economia e da arquitetura locais em contextos históricos muito específicos¹.

Das quatro localidades referidas, poucas conheceram um papel tão relevante como Vila Viçosa, centro nevrálgico de um dos mais brilhantes períodos culturais, não apenas da região, mas do próprio país. O ambiente de prosperidade que se começara a desenhar logo em finais do século XV tivera origem na afluência de receitas particulares da casa de Bragança, para além das receitas das comendas e das alcaidarias-mores que lhe

¹ AA.VV. “Potencialidades de uma exploração de mármore do anticlinal de Estremoz”. *Rochas & Equipamentos* 64, XVI ano (4.º trim. 2001): 68.

pertenciam². Deste modo, Vila Viçosa assistiu a um crescimento urbanístico e construtivo que incluiu, também, múltiplas obras de beneficiação, com novos palácios, ermidas e conventos, graças ao patronato brigantino. Este clima de desafogo financeiro só viria a ser interrompido pela morte do 2.º duque de Bragança, D. Fernando, a 20 de junho de 1483, na sequência do seu julgamento e condenação pela conspiração contra o rei D. João II. Este infeliz episódio teve como consequência imediata a extinção da casa, passando Vila Viçosa para o duque de Beja, D. Manuel, o qual, após ser consagrado rei de Portugal, se encarregaria de devolver à vila o seu esplendor.

O 4.º duque de Bragança, D. Jaime I (1479-1532), foi responsável pela promoção de uma grande atividade construtiva, não só em casas conventuais (com destaque para os capuchos, ordem religiosa que protegeu, tanto em Vila Viçosa, como em Borba), mas sobretudo no paço e na respetiva capela, edifício construído em local afastado do centro da vila e que impulsionaria o seu crescimento nesta direção. Quase em simultâneo, durante o governo do mesmo duque, a Casa de Bragança foi começando a organizar a sua estrutura política e económica, o que se refletiu nas relações matrimoniais que procurou estabelecer com grandes casas senhoriais de Castela.

Esta estratégia, que não contemplava alianças com a nobreza portuguesa, era partilhada também pela Coroa, que procurava evitar familiaridades excessivas com outras casas nobres do reino, visando, como alternativa, uniões “socialmente aceitáveis”³. O exemplo mais significativo foi o matrimónio de D. Jaime, a 11 de setembro de 1500, com D. Leonor de Mendoza y Guzman, filha do 3.º duque de Medina Sidónia e de D. Isabel Velasco⁴. As relações entre as duas famílias ficariam fragilizadas aquando do assassinato de D. Leonor, às mãos do próprio duque, circunstância que, não obstante, não ofuscou a distinção já criada na vila calipolense e que se viria a desenvolver durante os ducados seguintes, de D. Teodósio I (c. 1503-1563), D. João I (1543-1583), D. Teodósio II (1568-1630) e, por fim, de D. João II (futuro D. João IV).

Após a restauração da independência, Vila Viçosa adquiriu maior peso simbólico, dado ter sido o berço da nova dinastia reinante. Por este motivo, e pelo facto de se encontrar numa localização estratégica privilegiada na ligação com as terras vizinhas (Borba, Alandroal e Terena), a vila seria cercada pelo exército comandado pelo marquês de Caracena. Este episódio conheceu

² Espanca, P.º Joaquim. *Memórias de Vila Viçosa*. Cadernos Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa 5, 1983 (1.ª ed. 1894), 8.

³ Cunha, Mafalda Soares da. *Redes Clientelares da Casa de Bragança (1560-1640)*. Évora: Universidade de Évora, 16-17.

⁴ Pestana, Manuel Inácio. “A casa de Bragança e a casa de Medina Sidónia. Relações históricas e familiares – sécs. XVI e XVII”. *Callipole* 10/11 (2002/2003): 49-51.

o seu desfecho a 17 de junho de 1665, com a batalha de Montes Claros, próximo de Estremoz, durante a qual o exército inimigo bateu em retirada.

Vila Viçosa merece ser destacada, sobretudo, pelo seu importante papel enquanto centro de produção artística com ramificações para as localidades vizinhas. O círculo erudito e literato promovido pela corte dos Bragança a partir do paço ducal foi responsável por um período fértil em concretizações artísticas de destaque ao nível regional, e que se prolongou pelos séculos XVI e XVII. De facto, Vila Viçosa foi o perfeito exemplo de como um centro urbano periférico foi capaz de assumir, ao longo de um determinado período da sua história, uma posição central, fruto de “especificidades regionalistas”⁵.

A corte dos Bragança protegeu e promoveu a poesia, a música (arte de eleição do futuro rei D. João IV) e a pintura, estando em sintonia com o Renascimento europeu desde, pelo menos, o governo de D. Jaime I (1479–1532), vindo a formar uma cultura humanista e de cariz literário neoplatónico. Os contactos que resultaram de várias visitas importantes à pequena corte calipolense tiveram comprovada influência no meio artístico local. Entre as mais significativas, conta-se a embaixada do cardeal Alexandrino, enquanto representante da Santa Sé (1571), do duque Rainúncio de Parma (1601), do vice-rei cardeal Alberto de Áustria (1584), ou ainda do próprio Filipe I de Portugal (1583).

Em Vila Viçosa, brilharam artistas atraídos pelo clima mecenático fomentado pela corte dos Bragança e pelas sucessivas campanhas artísticas que iam promovendo no seu próprio paço, bem como em muitos dos edifícios da vila. Alguns dos artistas que aqui trabalharam viram o seu talento ser reconhecido através de cargos distintivos. Assim aconteceu com vários pintores nomeados para o cargo de “pintores privativos” dos duques, como foi o caso de Giraldo Fernandes de Prado (c. 1530–1592)⁶, do seu discípulo e su-

⁵ Rodrigues, Dalila. “Centralidade e periferismo na pintura quinhentista da oficina de Viseu”. In *Oficinas Regionais, Actas do IV Simpósio Luso-Espanhol da História de Arte*, 161–183. Viseu, Tomar: Centro de Estudos de Arte e Arqueologia – Instituto Politécnico de Tomar, 1991.

⁶ Serrão, Vítor. “*Maniera*, mural painting and calligraphy: Giraldo Fernandes de Prado (c.^a 1530–1592)”. In *Out of the Stream: New Perspectives in the Study of Medieval and Early Modern Mural Painting*, editado por Luís Afonso. Manchester: s.n., 2007, 115–140. Giraldo Fernandes de Prado foi confirmado cavaleiro e pintor privativo do duque D. Teodósio II a 10 de setembro de 1585, título que comprova a nobilitação que conseguira atingir à data. A atividade de Giraldo estendeu-se a desempenho em ramos colaterais à pintura, como a iluminura ou a caligrafia, tendo sido autor de um *Tratado de Caligrafia*, ou *Tratado de Letra Latina*, datado de 1560–1561, que reflete o conhecimento de obras semelhantes, nacionais e estrangeiras. O *Tratado de Caligrafia* de Giraldo de Prado encontra-se na Rare Book and Manuscript Library da Columbia University, em Nova Iorque (Cód. Plimpton MS 297). Encontra-se em preparação a edição e a publicação desta obra. *Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa. Primeiros Tratados de Pintura 12*, coord. Vítor Serrão e Patrícia Monteiro. S.l.: Círculo de Leitores, 2019 (no prelo).

cessor André Peres (c. 1570–1637)⁷ ou ainda de Tomás Luís (c. 1560–c. 1612)⁸. Assim também com pedreiros e arquitetos, entre os quais destacamos Pero Vaz Pereira (c. 1570–1643)⁹, cavaleiro do duque D. Teodósio II, bem como seu arquiteto e escultor privado.

No centro de todo este ambiente de dinamismo cultural e artístico, encontrava-se o paço ducal. A história do paço de Vila Viçosa começa logo no início do século XVI (entre 1501–1502), graças, uma vez mais, à ação de D. Jaime I. Antes de o duque ter tomado a decisão de erguer uma nova construção, o paço permanecia na Alcáçova, local que deixara de ser adequado para albergar a casa ducal, de acordo com o enobrecimento que a mesma pretendia alcançar. A dinastia dos Bragança fora restaurada em 1496 com a subida ao trono de D. Manuel I, tendo o mesmo monarca declarado como seu herdeiro presuntivo o seu sobrinho, o duque D. Jaime, em 1498¹⁰. O duque resolve, então, ordenar a construção de um palacete que estivesse afastado do centro da vila, optando pela aquisição dos terrenos da Horta do Reguengo, o que veio permitir uma nova orientação urbanística da vila nesta direção¹¹. A primitiva habitação corresponde ao corpo norte, que vai da Porta dos Nós (Fig. 1) ao jardim de D. Jaime I. As obras principais do paço terão sido concluídas antes de 1503, por forma a receber o duque recém-casado com a sua primeira mulher, D. Leonor de Gusmão, mas a capela e o pequeno claustro para o qual está voltada só vieram a ser construídos em 1505¹².

Os seus sucessores, os duques D. Teodósio I (c. 1503–1563), D. João I (1546–1583) e D. Teodósio II (1568–1630), deram continuidade às obras no paço, que foi palco para a receção de algumas das personagens mais ilustres que passaram por Vila Viçosa, como o cardeal Alexandrino, legado do papa Pio V (1571), o rei D. Sebastião (1577), o vice-rei cardeal Alberto de Áustria (1584), a primeira embaixada japonesa que visitou a Europa (1584), o 4.º duque de Parma D. Rainúncio (1601) e, mais tarde, a embaixada do duque de Toscana Cosme de Médicis (1669)¹³.

⁷ Serrão, Vítor. “Uma obra desconhecida do pintor maneirista André Peres: as tábuas do antigo retábulo da Misericórdia de Arraiolos (1602)”. *Callipole* 5/6 (1997–1998): 123–140, 129.

⁸ Monteiro, Patrícia. “A pintura mural na ‘Região do Mármore’ (1640–1750): Estremoz, Borba, Vila Viçosa e Alandroal”. Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, vol. I, 2007, 34.

⁹ Borges, Artur Goulart de Melo, e Vítor Serrão. “O ciclo de frescos com sibilas e profetas da igreja de Nossa Senhora de Machede (c.ª 1604–1625) e o seu programa iconológico”. *Artis, Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa* 3 (2004): 211–238, 219.

¹⁰ Após a morte do príncipe D. Miguel da Paz, o duque D. Jaime I passou a ser um forte candidato à Coroa de Portugal. Espanca. *Memórias de Vila Viçosa*, 44.

¹¹ Teixeira, José Monterroso. “O paço, passo a passo: a estratégia arquitectónica ducal (sécs. XVI–XVIII)”. *Monumentos* 6 (mar. 1997): 8–13.

¹² Espanca. *Memórias de Vila Viçosa*, 50.

¹³ Espanca, Túlio. *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, vol. IX, 1978, 612.



Figura 1 - Porta dos Nós, Paço Ducal, Vila Viçosa, século XVI, CECHAP.

Terá sido durante o governo de D. Teodósio I que se começou a construir o corpo sul, com dois pisos, que constitui atualmente o edifício principal deste complexo arquitetónico. Este bloco, com as suas salas pintadas, estaria ainda em obras em 1601, levando o duque de Parma a instalar-se em divisões interiores, próximas do tanque do Reguengo¹⁴.

Porém, o revestimento de mármore que foi colocado na fachada deve-se já a D. Teodósio II, por ocasião do seu casamento com D. Ana de Velasco e Giron (1603). É conhecido o contrato notarial, datado de 1601, segundo o qual os pedreiros Manuel do Loureiro e Manuel Rodrigues estavam obrigados a fazer “as casas novas de Sua Excelencia [...] fazendo toda a silharia preta que vai ante os pillares conforme aos da ditta frontaria que já estão feitos, de maneira que toda a pedraria fique lavrada [...]”¹⁵ (Figs. 2 e 3).

Quando D. Teodósio morre, em 1630, as obras das “casas novas”, como passaram a ser conhecidas as divisões do paço, não estavam ainda terminadas. O testemunho do cronista António de Oliveira Cadornega é muito relevante, por se referir a acontecimentos que tinham ocorrido, segundo ele, “há mais de 40 anos”. Sendo a primeira edição da sua obra datada de 1683, vemos que muitas das notícias de que dá conta são já contemporâneas ao governo do duque D. João II. Cadornega descreve, por exemplo, a chegada ao paço de D. João e de sua mulher, D. Luísa de Gusmão, referindo que o edifício

[...] se divide em Paço Novo e Paço Velho, o antigo é de muitos sobrados acima e o novo é todo em um andar, ao moderno, um e outro de belíssima cantaria de fermosíssimos mármore lavrados todos e

¹⁴ Espanca. *Inventário Artístico de Portugal*, 614.

¹⁵ ADE, Cartórios Notariais de Vila Viçosa, livro 6, 15 maio 1601, fls. 60v.-62v.



Em cima:
Figura 2 - Paço Ducal, Vila Viçosa (fachada principal), século XVII, CECHAP.

brunidos que bempodiam ter nome de jaspes ou alabastros na sua fineza, com frisos saídos fora, que anda gente por eles quando se ornam de luminárias¹⁶.

Em baixo:
Figura 3 - Paço Ducal, Vila Viçosa (pormenor), século XVII, CECHAP.

Após o golpe de 1 de dezembro de 1640, a corte muda-se, definitivamente, para Lisboa, deixando então o paço de ter a mesma importância política e cultural que tivera durante os tempos em que servira de residência aos duques. Apesar disso, o edifício continuou a ser utilizado,

¹⁶ Cadornega, António de Oliveira de. *Descrição de Vila Viçosa*. Biblioteca de Autores Portugueses. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983 (1.ª ed. 1683), 76.

recebendo beneficiações diversas ao longo do reinado de D. João V, nomeadamente em 1716, por ocasião de uma visita ao santuário de Nossa Senhora da Conceição, e em 1729, aquando da “Troca das Princesas”, no Caia, que marcou a união entre príncipes portugueses e espanhóis¹⁷.

A partida dos Bragança de Vila Viçosa para Lisboa ditou uma interrupção naquilo que era o patronato de campanhas de obras de cariz erudito, muito embora não tenha representado o fim de grandes empreendimentos artísticos, quer na própria vila, quer nas localidades vizinhas. É necessário recordar que, após os conflitos que se seguiram à restauração da independência, Portugal assinou, em 1668, a paz com Espanha, iniciando-se, então, um novo período, marcado pelos reinados de D. Afonso VI e do seu irmão D. Pedro II, com traços absolutistas que o herdeiro, D. João V, saberia desenvolver¹⁸.

Quando D. João V sobe ao trono (1706-1750), Portugal tinha entrado na Guerra da Sucessão de Espanha, como aliado da Inglaterra, existindo ainda uma grande partilha de poderes entre a Coroa e a nobreza, que o monarca procurou contrariar. Do mesmo modo, desde cedo que D. João V colocou a Igreja Católica sob a sua autoridade, inclusivamente através da restauração do beneplácito régio, o que implicava a confirmação pelo rei de bulas, breves e decretos papais, levando ao corte de relações com a Santa Sé, em 1728¹⁹.

Durante este período, a arte portuguesa, em geral, foi condicionada pelos mesmos parâmetros contrarreformistas que orientaram a arte espanhola, podendo mesmo falar-se numa cultura *hispânica*, de raiz comum, que a restauração de 1640 nunca chegaria a apagar. Basta recordar que, em 1637, o (ainda) duque D. João II enviava a Madrid, capital do império Habsburgo, o pintor Manuel Franco, para que aí pudesse realizar uma formação no sentido de aperfeiçoar a sua arte²⁰.

Na realidade, a atividade artística e, mais concretamente, a arquitetónica conheceram um significativo desenvolvimento ao nível regional logo nas últimas décadas do século XVII, para se afirmarem depois no século XVIII, acompanhando a longa evolução do estilo barroco nas suas múltiplas facetas. Disso nos dá conta o enorme volume de documentação disponível, dispersa em diversos arquivos (distritais, municipais, paroquiais, de antigas Misericórdias), e que, lentamente, ajuda a reconstruir,

¹⁷ Teixeira, José Monterroso. *O Paço Ducal de Vila Viçosa, Sua Arquitectura e Suas Coleções*. Vila Viçosa: Fundação da Casa de Bragança, 1983, 95.

¹⁸ *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e António Henrique de Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Presença, vol. VII, 2001, 193-194 e 196.

¹⁹ *Nova História de Portugal*, dir. Serrão e Marques. 91.

²⁰ ADE, Cartórios Notariais de Vila Viçosa, livro 96, 26 out. 1637, fls. 189-191.

com rigor, aquilo em que consistiu o ambiente artístico nesta região do país para o período em causa. Neste sentido, não será exagero reforçar a importância de fundos documentais como os cartórios notariais²¹, nos quais podem ser encontradas centenas de contratos de obra com informações vitais para a história e a arte do Alentejo. O destaque dado a este tipo de fonte documental é justificado pelo seu extraordinário potencial informativo. O contrato era um instrumento de regulamentação de todas as vertentes ligadas à produção de determinada obra (prazos, características da obra, materiais a utilizar, formas de pagamento), assinado, por um lado, pelo patrono (ou pelo seu procurador) e, por outro, pelos artistas encarregados da sua execução. Trata-se, portanto, de um documento vinculativo entre as partes assinantes, que estabelecia, também, penalizações concretas no caso de incumprimentos²². A fórmula dos contratos manteve-se inalterada ao longo de séculos, tornando-os dos mais rígidos e estáveis elementos de controlo da atividade laboral, mesmo depois de os pintores se terem libertado dos vínculos que os equiparavam aos oficiais mecânicos²³.

Alguns artistas, contudo, parecem ter trabalhado um pouco à margem desta realidade, ao desempenharem funções como “assalariados” para um único patrono. Veja-se, apenas como exemplo, o já citado Pero Vaz Pereira, natural da cidade de Portalegre, arquiteto do duque de Bragança, D. Teodósio II, o qual acaba por representar uma exceção num contexto onde a atividade laboral era maioritariamente regida, como foi dito, pelos contratos²⁴.

Importa ainda ter presente um fator-chave, o qual consistiu no incremento progressivo da exploração e posterior aplicação da pedra mármore, no século XVII e, sobretudo, no XVIII. Este material, endógeno à região em causa, foi da maior relevância para a definição da imagem da arquitetura local. De facto, as características materiais e estilísticas do mármore colocaram-no, desde sempre, num registo à parte das restantes rochas

²¹ No decurso do projeto Património e História da Indústria dos Mármore (PHIM), foi realizado um levantamento sistemático da documentação dos cartórios notariais, com especial incidência nas localidades de Borba, Vila Viçosa, Estremoz e Alandroal, que marcam uma região bem definida, onde a presença do mármore está, ainda hoje, bem visível na arquitetura local. Como resultado deste trabalho, todas as referências a este material, à sua utilização e aos artistas que o trabalharam foram reunidas na base de dados Zotero, ficando disponíveis para consulta *online*.

²² Monteiro, Patrícia. “A pintura mural no Norte Alentejo (séculos XVI-XVIII): núcleos temáticos da Serra de S. Mamede”. Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, vol. I, 2012, 46.

²³ Serrão, Vítor. *O Maneirismo e o Estatuto Social dos Pintores Portugueses*. Arte e Artistas. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983, 53.

²⁴ ADP, Cartórios Notariais de Castelo de Vide, cx. 6, livro 14, 17 jul. 1623, fls. 95-97. Cf. Monteiro. “A pintura mural no Norte Alentejo (séculos XVI-XVIII)”, vol. I, 53.

ornamentais. A sua utilização intensiva, desde o período romano, parece ter servido ao propósito de criação de uma imagem de nobreza e de perpetuidade, o que, de certa forma, explica a sua continuada mimetização, até aos nossos dias, através de técnicas ornamentais tão diversas como os marmoreados, os embutidos fingidos, ou ainda as escaiolas²⁵ (Figs. 4 e 5). Este património artístico coexistiu, em muitos casos, com outras soluções ornamentais, incluindo o verdadeiro mármore, respondendo a requisitos de natureza conceptual nem sempre fáceis de compreender, mas que parecem ter obedecido ao desejo de reforçar o carácter “nobre” inerente a este material e que, no final, resulta algo redundante (Fig. 6).

No território definido pelos concelhos de Borba, Estremoz, Vila Viçosa e Alandroal, em alguns períodos, o mármore chegou mesmo a rivalizar com outras técnicas decorativas, como foi o caso da talha dourada, o que fica bem demonstrado na documentação recolhida. Através desse volume de informação é possível aferir, também, as distintas formas de utilização do mármore, quais as principais pedreiras ativas e a sua localização, qual o tipo de mármore mais utilizado ou, pelo menos, aquele que era alvo da preferência dos encomendantes, qual o seu valor económico no contexto geral de uma obra e, ainda, quais os locais para onde era exportado²⁶.

Para além disso, a documentação permite-nos, também, identificar quem foram os principais intervenientes no processo da transformação do mármore e da sua aplicação em campanhas artísticas, que se intensificaram ao longo dos séculos XVII e XVIII. Muitos dos artistas responsáveis pela atividade construtiva nesta região permanecem no anonimato. Outros, por seu turno, têm o seu nome associado a um impressionante *corpus* de obras, que ainda hoje estão presentes no território em estudo, testemunhando aquilo que foi um dos períodos mais brilhantes para a história da arquitetura regional. O mais perfeito exemplo é o da família de mestres pedreiros Cordeiro, naturais da vila de Borba. O imenso volume de documentação recolhida e sistematizada, que descreve, de forma consistente, a atividade destes artistas, associada ao número de obras de sua autoria que chegaram até à atualidade, faz com que mereçam um olhar mais atento dentro do contexto da arquitetura regional.

²⁵ Monteiro, Patrícia. “Stuccos in Alentejo’s heritage of ornamental arts”. *Revista de História da Arte – Serie W: The Art of Ornament. Senses, Archetypes, Shapes and Functions* 8 (2019): 153.

²⁶ Em 1635, os “mestres de pedraria” António Fernandes Carneiro e Francisco Pires, naturais de Estremoz, assinavam um contrato que os obrigava a levar até Madrid diversas colunas de mármore, para serem aplicadas numa obra (não especificada) que pertencia ao rei D. Filipe II. ADP, Cartórios Notariais de Elvas, cx. 107, livro 24, 30 jun. 1635, fls. 79-80. Cf. Monteiro, Patrícia. “A pintura mural no Norte Alentejo (séculos XVI-XVIII)”, vol. II, tabela 3, 2012.



Em cima:

À esquerda:

Figura 4 - Antiga portaria do convento das Maltezas, Estremoz (pormenor de moldura com marmoreados), segunda metade do século XVIII, Patrícia Monteiro.

À direita:

Figura 5 - Igreja de São Bartolomeu, Vila Viçosa, (pormenor de embutidos de mármore), início do século XVIII, Patrícia Monteiro.

Em baixo:

Figura 6 - Igreja de Santiago, colégio do Salvador, Elvas (pormenor marmoreados), 2.ª metade do século XVIII, Patrícia Monteiro.



ARQUITETOS, PEDREIROS, CANTEIROS, MESTRES DE OBRAS E ALVANÉIS

A categoria dos pedreiros e alvanéis é, seguramente, aquela que reúne um maior número de nomes nas fontes documentais consultadas, circunstância que, por si só, é reveladora da primazia que a atividade construtiva alcançava, quando comparada com obras de talha dourada ou de pintura. Muitos destes nomes não têm, até ao momento, obras atribuídas, enquanto, em outros, estão relacionados com obras que, entretanto, desapareceram. Poucos são os casos em que, dentro da mesma família, é possível rastrear o percurso de vários elementos, estando todos eles envolvidos em campanhas de obras em edifícios que chegaram até à atualidade.

É importante referir, contudo, que a distinção entre as categorias dos pedreiros, dos canteiros, dos mestres de obras e, sobretudo, dos alvanéis, nem sempre é clara na documentação consultada, ocorrendo, muitas vezes, que o mesmo artista seja designado de diferentes formas. Mais do que uma questão etimológica, as variantes classificativas deverão estar relacionadas com a versatilidade assumida pelos artistas, capazes de desempenhar distintas tarefas na mesma obra. De qualquer forma, estas categorias pressupunham um trabalho prático, adquirido através da experiência em estaleiro de obra, dando continuidade a métodos laborais não muito divergentes daqueles que vigoravam ainda no período medieval²⁷.

Já no que diz respeito à categoria dos arquitetos, o mesmo problema de terminologia parece não se colocar. A partir do século XVI, o arquiteto distingue-se das demais categorias laborais por ser alguém que, para além de dominar a *praxis* da sua profissão, possui conhecimentos teóricos, sobretudo de matemática e geometria, conquistando, aos poucos, o estatuto de profissional liberal²⁸.

O arquiteto era, antes de mais, aquele que idealizava determinada obra, ou que dava a traça que depois outros executariam, seguindo ao pormenor os planos pré-definidos e aprovados pelo encomendante. Nessa medida, a sua participação em determinada obra tornava-se, por vezes, mais conceptual do que efetiva. Em alguns casos, a função do arquiteto ia um pouco mais longe, ao ponto de dar a sua aprovação, também, a projetos de pintura²⁹. Citamos, uma vez mais, Pero Vaz Pereira, identificado como “ar-

²⁷ Marías, Fernando. *El Largo Siglo XVI: los Usos Artísticos del Renacimiento Español*. Conceptos Fundamentales en la Historia del Arte Español 5. Madrid: Taurus, 1989, 494.

²⁸ Para o caso peninsular, Fernando Marías citou o arquiteto Diego de Sagredo (c. 1490–c. 1528) na sua definição daquilo que seria a formação do arquiteto: “[...] liberales se llaman los que trabajan solamente con el espíritu y con el ingenio [...]”. Marías. *El Largo Siglo XVI*, 495–496.

²⁹ Tratava-se de um programa narrativo, de sentido moralizante, composto por sibilas e profetas. Borges e Serrão. “O ciclo de frescos com sibilas e profetas [...]”, 215. Os

chitecto do senhor Duque de bragança”, D. Teodósio II (1604), o qual, para além de ter dado a traça da igreja de Santa Maria de Machede, em Évora, foi também o responsável pelo rascunho do programa pictórico a realizar no seu interior³⁰. Este caso demonstra existir por parte do arquiteto um entendimento global do edificado, tanto na sua vertente arquitetónica, como do património nele integrado.

Pero Vaz Pereira foi, aliás, um dos artistas de maior destaque para a arquitetura maneirista da região do Alentejo, fazendo a transição entre os finais do século XVI e a primeira metade do XVIII. Uma passagem por Roma viria a marcar a sua formação profissional, deslocação narrada em tom laudatório por Diogo Pereira Sotto Maior no seu *Tratado da Cidade de Portalegre*³¹. Quando regressa a Portugal e, mais concretamente, ao Alentejo, no início de 1594, assume de imediato o cargo de escultor do arcebispo de Évora, D. Teotónio de Bragança³². Em 1595, encontrava-se a trabalhar no mosteiro da Cartuxa, em Évora, em colaboração com o arquiteto régio Nicolau de Frias³³ (Fig. 7).

Em 1599, Pero Vaz Pereira colabora na construção da capela-mor e da sacristia da Sé de Elvas, entrando ao serviço de D. Teodósio II, logo em 1602, com o título de cavaleiro do duque, seu arquiteto e escultor, auferindo um vencimento de 60 000 réis ao ano³⁴. A partir de então, trabalha quase em exclusivo para o seu patrono, acompanhando-o aquando da sua participação na *joyeuse entrée* de D. Filipe II, em Lisboa. A sua dedicação às obras de pedraria foi, contudo, prevalecente, tanto em empreitadas para o próprio duque (1614)³⁵, como na definição de projetos que outros levariam a cabo (1620–1623)³⁶.

autores citam, a propósito deste artista, a obra de Pestana, Manuel Inácio. “Pero Vaz Pereira, arquiteto seiscentista de Portalegre. Tentativa cronológica e questões a propósito”. *A Cidade* 8, nova série, 1993.

³⁰ Borges e Serrão. “O ciclo de frescos com sibilas e profetas [...]”, 220 e 226.

³¹ Sotto Maior, Diogo Pereira. *Tratado da Cidade de Portalegre*. Introdução de Leonel Cardoso Martins, Temas Portugueses. S.l.: Imprensa Nacional–Casa da Moeda/Câmara Municipal de Portalegre, 1984 (1.^a ed. 1619), 63.

³² Este facto, de grande relevância, levou Luís Keil a considerar serem suas algumas peças na cidade de Portalegre, entre elas o túmulo em *stucco* do cavaleiro Gaspar Frago, na igreja do convento de São Francisco, atribuição que deve ser revista por carecer de fundamento. Keil, Luís. *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Portalegre*. Lisboa: Academia de Belas Artes, 1943, XXXII.

³³ Borges e Serrão. “O ciclo de frescos com sibilas e profetas [...]”, 217.

³⁴ Borges e Serrão. “O ciclo de frescos com sibilas e profetas [...]”, 218.

³⁵ Cf. Gonçalves, Carla Alexandra. “A obra do escultor e ensamblador maneirista Gaspar Coelho, ‘mestre que foy desta arte principal nestes tempos, neste Reyno’”. Mestrado, Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 1995, 31.

³⁶ Muito embora fosse assalariado do duque, isso não o impediu de se envolver em projetos para residências de outros nobres, como aconteceu com os aposentos de D. Mendo Álvares de Matos, em Castelo de Vide, fidalgo da casa de D. Filipe II. A propósito da atividade de Pero Vaz Pereira, veja-se Serrão, Vítor. *O Fresco Maneirista do Paço de Vila Viçosa: Parnaso dos Duques de Bragança (1540–1640)*. Vila Viçosa: Fundação da Casa de Bragança, 2008.



O exemplo de Pero Vaz Pereira é absolutamente ímpar, uma vez que o modelo de trabalho mais comum era ainda o ofical, realizado por um mestre, rodeado pelos seus colaboradores. Ao analisarmos as centenas de nomes de pedreiros ou de alvanéis constantes nas escrituras notariais, ao longo dos séculos XVII e XVIII, é possível verificar, também, que muitos deles tinham uma grande mobilidade, circulando por localidades mais ou menos longínquas, incluindo espanholas. Este importante fator sugere que, nestes casos, a sua atividade possa ter tido um alcance muito mais abrangente do que se poderia prever, permitindo-lhes deixar, por contaminação, a sua linguagem estilística (ou marca autoral), quer nas localidades por onde transitaram, quer nas relações laborais que mantiveram, por períodos de duração variável.

Ainda sobre Vaz Pereira, importa mencionar o seguinte documento: ADP, Cartórios Notariais de Castelo de Vide, cx. 5, livro 8, 18 nov. 1620, fls. 231v.-233v.

Figura 7 - Igreja do mosteiro da Cartuxa *Scala Coeli*, Évora (fachada principal), século XVI-XVII, CECHAP.

Por outro lado, há que considerar, também, em que consistiam as redes de clientelismo ativas durante os séculos XVII e XVIII e quais os requisitos impostos para a mão de obra disponível. No período em causa, a clientela era composta, predominantemente, por confrarias, irmandades, ordens religiosas e misericórdias. Existiu também, ainda que em menor escala, um clientelismo ligado às mais altas hierarquias da nobreza e da Igreja, que, por vezes, deu origem a programas caracterizados por um maior grau de erudição na conceção de determinada obra. Perante a quantidade e a heterogeneidade da encomenda, os artistas ativos durante este período assumiriam parcerias muito diversas. A caracterização do contexto arquitetónico regional torna-se mais complexa se considerarmos, ainda, um outro aspeto de maior significado e que consistiu na presença de mão de obra de pedreiros e mestres canteiros que, deslocando-se do norte do país para participarem em grandes estaleiros de obras (dos quais o mais emblemático terá sido o de Mafra), acabariam por permanecer nesta região, ao invés de regressarem às localidades de onde eram naturais³⁷.

No que diz respeito aos artistas que laboraram nos principais concelhos em foco, durante os séculos XVII e XVIII, conhecem-se inúmeros nomes de pedreiros, canteiros e alvanéis, com raios de ação muito diferenciados e cuja obra permanece *in situ*, o que lhes confere um papel fundamental para o estudo da arquitetura regional. Trata-se de casos como o da família Cordeiro, a qual, durante várias gerações, exerceu a sua atividade a partir da vila de Borba, um caso muito interessante e bem documentado daquilo que foi o trabalho de uma laboriosa oficina familiar, com ramificações por outros concelhos vizinhos³⁸.

³⁷ Vale a pena referir o nome de Martinho Ferreira (at. 1731-1743) “mestre canteiro e entalhador”, natural da vila de Pombeiro (Guimarães) e ativo na vila de Amieira do Tejo (concelho de Nisa), onde viria a realizar um retábulo em granito para a capela do Senhor Jesus do Calvário. Outro dado da maior importância é o facto de, em 1741, Martinho Ferreira ser dado como assistente em Castela, trabalhando em obras que não são especificadas. Nessa data, o mestre assina um contrato de ensino com Fernando Arze, natural de uma localidade próxima de Lucillo, no bispado de Astorga (reino de Leão), para o auxiliar na sua formação, por este “[...] se achar imperfeito no dito officio de canteyro, e desejar fazerse nelle perito [...]”. Martinho Ferreira, nome ainda desconhecido no panorama da arquitetura nacional de meados do século XVIII, teve, assim, um papel que merece ser avaliado com a maior atenção, não só pelas influências estilísticas que trouxe consigo do norte para o Alentejo, como, também, por aquelas que tenha vindo a transmitir para fora do país através dos seus discípulos. Monteiro, Patrícia. “A pintura mural no Norte Alentejo (séculos XVI-XVIII)”, vol. I, 101. ADP, Cartórios Notariais de Nisa (Amieira do Tejo), cx. 9, livro 2, 31 jul. 1741, fls. 154-154v.

³⁸ Uma caracterização biográfica e laboral de vários elementos desta família foi apresentada por João Miguel Simões, na sua obra *Borba: Património da Vila Branca*. Lisboa/Borba: Colibri/Câmara Municipal de Borba, 2007. Esta primeira abordagem de sistematização carece de ulterior desenvolvimento, considerando o número de casos onde os Cordeiro estiveram envolvidos, muitos dos quais chegaram até à atualidade.

A presença da família Cordeiro está assinalada, desde logo, na grande campanha de transformação realizada no convento do Bosque, em Borba. O primeiro edifício fora fundado, em 1505, pelo duque D. Jaime I, enquanto protetor da regra capucha da Piedade, um braço da Ordem de São Francisco³⁹. Não oferecendo todas as condições necessárias à instalação da nova comunidade, em 1548, o duque D. Teodósio I viria a patrocinar uma nova construção no mesmo local.

O convento sofreu remodelações na segunda metade do século XVII, assinalando-se a 7 de julho de 1674 uma grande campanha de obras de pedraria, realizadas pelos pedreiros Manuel Cordeiro (at. 1674-1677) e os seus dois filhos António Cordeiro (at. 1671-1690) e Manuel Cordeiro (at. 1673-1718), auxiliados por João Reis Guatom e António Fernandes Monteiro⁴⁰ (Fig. 8).

Por seu turno, Manuel Cordeiro (o “jovem”) tinha também um filho, de seu nome João Cordeiro, o qual, em 1680, é referido numa escritura de ensino celebrada com o alvanel João Nunes. O facto de Manuel Cordeiro procurar para o seu filho uma formação laboral fora do contexto familiar é, de algum modo, estranho. Apesar disso, a escritura não se viria a realizar, uma vez que João Nunes acabaria por desistir da obrigação de ensinar o seu mester a João Cordeiro⁴¹.

Apenas três anos mais tarde, em 1677, a mesma equipa composta por pai (Manuel Cordeiro) e os seus dois filhos (António e Manuel) assumiu uma importante intervenção, desta vez junto ao convento das Servas da vila de Borba⁴² (Fig. 9). O contrato, assinado com os irmãos da Ordem Terceira, consistia no fornecimento de pedra já trabalhada para a posterior aplicação na igreja da referida irmandade, anexa à igreja conventual das clarissas, e que viria a adotar, já no século XIX, o orago de Senhor Jesus dos Aflitos. Muito embora sejam indicados todos os locais onde a pedraria seria utilizada (nomeadamente nos cunhais, no portal, nos vãos das janelas e na arcaria da capela), do documento não consta qualquer referência à extraordinária fachada em blocos de pedra mármore de cor branca e negra, dispostos formando um padrão axadrezado (Fig. 10). Com efeito, o frontispício deste templo viria a ser construído apenas no ano seguinte (1678), sem que seja possível confirmar, com exatidão, se também aqui terão estado envolvidos os Cordeiro, ou antes Lázaro Moniz (at. 1675-1679), mestre de alvenaria, responsável pela traça do

³⁹ Espanca. *Inventário Artístico de Portugal*, 91.

⁴⁰ ADE, Cartórios Notariais de Borba, livro 19, 7 jul. 1674, fls. 113-115.

⁴¹ ADE, Cartórios Notariais de Vila Viçosa, livro 145, 25 abr. 1680, fls. 45-46. O contrato não teve efeito, pelo facto de o mestre se ter arrependido, não assinando a escritura.

⁴² ADE, Cartórios Notariais de Borba, livro 25, 27 abr. 1677, fls. 123v.-125.

Em cima:
Figura 8 - Convento do Bos-
que, Borba, 1674, CECHAP.



Em baixo:
Figura 9 - Igreja da Vene-
rável Ordem Terceira (Se-
nhor Jesus dos Aflitos),
Borba, c. 1678 (pormenor).
Foto: Carlos Filipe (CECHAP).
(P0797 / 100_2498)





edifício e pelo início da sua construção⁴³. Esta segunda hipótese parece, de facto, mais segura, uma vez que, em 1679, um erro de cálculo levaria a que fosse necessário “desmanchar” a dita fachada, erro esse que acabaria por ser imputado ao dito Lázaro Moniz, fazendo com que fossem descontados no seu vencimento os custos com as devidas demolições⁴⁴.

Apesar de os Cordeiro poderem ter sido responsáveis apenas pelo fornecimento do mármore trabalhado, certo é que a linguagem estética da fachada da igreja da Venerável Ordem Terceira, muito pouco usual na região, acabaria por ser replicada, mais tarde, na capela-mor da igreja de São Bartolomeu, também em Borba, obra, essa sim, documentalmente atribuída aos Cordeiro⁴⁵ (Fig. 11).

Figura 10 - Igreja da Venerável Ordem Terceira (Senhor Jesus dos Aflitos), Borba, c.1678. Foto: Patrícia Monteiro.

⁴³ Simões. *Borba: Património da Vila Branca*, 162-163. Informações recolhidas pelo autor nos arquivos paroquiais de Borba, PRQBRB, cx. 4, *Livro de Receita e Despesa da Venerável Ordem Terceira*, 1674-1686, fls. 32v.-33v.

⁴⁴ Simões. *Borba: Património da Vila Branca*, 163-164.

⁴⁵ André Cordeiro, cuja atividade está documentada na vila de Borba entre 1694 e 1753, seria o responsável pelo trabalho de mármore que decora a capela-mor da igreja de São Bartolomeu. Cf. Simões. *Borba: Património da Vila Branca*,



Figura 11 – Capela-mor da igreja de São Bartolomeu, Borba, c 1693-1696, Patrícia Monteiro.

A próxima referência envolvendo a família Cordeiro data de julho de 1685. A obra em questão é a da igreja matriz de Mourão, inicialmente a cargo de Domingos Nunes e de António Fernandes, mas que, através de um trespasse, acabaria por ser entregue a Manuel Cordeiro. À data, Cordeiro apresenta-se como estando a trabalhar em parceria com Faustino Fernandes, um pedreiro natural da própria vila de Mourão⁴⁶. Por motivos que não são claros, a obra ter-se-á arrastado no tempo. Apenas cinco anos mais tarde, em 1690, surge nova referência à matriz de Mourão. Manuel Cordeiro mantém a sua participação na obra, mas não a sua parceria com Faustino Fernandes. O seu companheiro é, uma vez mais, o seu irmão, António Cordeiro, dando ambos fiança para a obra desta igreja⁴⁷ (Figs. 12 e 13).

246. Informações recolhidas pelo autor nos arquivos paroquiais de Borba: PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento do Ano de 1693 a 1696*, fls. 17, 24 e 24v.

⁴⁶ ADE, Cartórios Notariais de Vila Viçosa, livro 154, 23 jul. 1685, fls. 137-138v.

⁴⁷ ADE, Cartórios Notariais de Borba, livro 36, 26 maio 1690, fls. 51v.-52v.



Em cima:
Figura 12 - Igreja de Nossa
Senhora das Candeias, Mou-
rão, finais do século XVII,
CECHAP.

Figura 13 - Igreja de Nossa
Senhora das Candeias, Mou-
rão, (pormenor do portal prin-
cipal), finais do século XVII,
CECHAP.



Figura 14 – Igreja do convento de São Francisco, Campo Maior, finais do século XVII, CECHAP.

Por seu turno, em 1687, o mesmo António Cordeiro assumira, em conjunto com João Rodrigues Cordeiro, o encargo da obra de pedraria do convento de São Francisco, em Campo Maior, campanha em que esteve envolvido, também, o alvanel oliventino Francisco João⁴⁸ (Fig. 14). Analisando a documentação disponível e as datas em causa, é possível que João Rodrigues Cordeiro e João Rodrigues sejam a mesma pessoa. Na verdade, João Rodrigues foi um pedreiro de Borba, acerca do qual se conheciam apenas alguns dados biográficos que o faziam ativo entre 1676 e 1688, embora sem nenhuma obra, até ao momento, atribuída⁴⁹. Este é apenas um dos muitos exemplos que demonstram a importância de uma análise minuciosa da documentação disponível para os diferentes concelhos e distritos do Alentejo, uma vez que só uma abordagem global e um método comparativo permitirão alcançar conclusões sólidas quanto aos artistas em causa.

⁴⁸ ADP, Cartórios Notariais de Elvas, cx. 39, livro 137, 8 ago. 1687, fls. 13v.-15v. Cf. Monteiro. “A pintura mural no Norte Alentejo (séculos XVI-XVIII)”, vol. II, 126.

⁴⁹ Simões. *Borba: Património da Vila Branca*, 268.

A 4 de setembro de 1688, o padre João Pita de Vasconcelos, juiz da comarca de Estremoz, contratou os irmãos Manuel e António Cordeiro, para levarem a cabo a pavimentação do interior da igreja matriz de Jurumenha⁵⁰. O facto de o patriarca Manuel Cordeiro não ser mencionado na presente escritura poderá querer indicar que, entretanto, já teria falecido. No mesmo documento, os irmãos Cordeiro surgem designados tanto como “canteiros”, quanto como “oficiais de pedreiros” e ainda como “cantoneiros de pedraria”, o que atesta como, por vezes, é difícil precisar quais as suas verdadeiras funções.

O trabalho consistia na colocação de lajes de pedra sobre as sepulturas que se encontravam no interior deste templo “[...] na forma do lajeado da Igreja de Nossa Senhora da Conceição [...]”, ou seja, o santuário de Vila Viçosa, modelo que, neste caso, deveria ser seguido⁵¹. Muito embora o documento não o especifique, a “pedraria lavrada” em questão seria o mármore, material, aliás, com o qual os irmãos Cordeiro estavam bastante familiarizados.

Os pagamentos seriam realizados de modo faseado: “[...] todas as vezes que tiverem des campas feitas na forma declarada [...] serão obrigados a fazeremno a saber ao tizoureiro da fabrika da dita Igreja da vila de iurumenha [...] e então se lhe ade dar des mil reis [...]”, estando ainda a fábrica da mesma igreja obrigada a dar aos pedreiros “[...] de comer e beber e cama donde dromirem [...]”. A obra teria de estar terminada até junho de 1689, no dia de São João Batista.

O nome de António Cordeiro surge ainda uma outra vez, em 1698, ligado às obras do convento dos jesuítas, em Vila Viçosa. Cordeiro é identificado na qualidade de “oficial de pedreiro”, trabalhando em parceria com Francisco Fernandes, “oficial de alvanel”⁵² (Fig. 15).

Apesar da intensa atividade laboral levada a cabo pelos Cordeiro no decurso da segunda metade do século XVII, na viragem para o século XVIII, a família continuou sendo muito dinâmica, assumindo diversos empreendimentos construtivos, não só em Vila Viçosa, mas também no Redondo, em Elvas e em Campo Maior. Importará, também, referir que a atividade laboral dos Cordeiro não era a sua única fonte de receitas, uma vez que são conhecidos inúmeros documentos relativos a alguns dos elementos da família envolvidos em compras e vendas de vinhas, aforamentos e empréstimos de

⁵⁰ ADE, Cartórios Notariais de Borba, livro 32 (parte III), 4 set. 1688, fls. 12-14. O livro 32 é composto por dois livros de notas distintos. O primeiro termina com uma escritura de 4 de maio de 1688, no fl. 120v., embora esta numeração seja indicada pelo leitor, uma vez que a margem superior direita desapareceu. Terminado este primeiro livro, tem início o segundo, com um índice. É neste livro, nos fls. 12 a 14, que se encontra a presente escritura.

⁵¹ ADE, Cartórios Notariais de Borba, livro 32 (parte III), 4 set. 1688, fl. 12.

⁵² ADE, Cartórios Notariais de Vila Viçosa, livro 169, 27 mar. 1698, fls. 64v.-66.



Figura 15 - Igreja de São João Evangelista, antigo colégio da Companhia de Jesus, Vila Viçosa, finais do século XVII, CECHAP.

dinheiro a juros, o que atesta alguma distinção económica dentro do panorama social da época⁵³.

Logo em janeiro de 1700, o nome de João Fernandes Cordeiro (at. 1697-1719), “oficial de alvanel”, surge mencionado na documentação notarial, estando a trabalhar em parceria com Manuel Rodrigues Barroqueiro, do mesmo ofício, nas obras da escadaria da sacristia do convento de São Paulo da Serra de Ossa⁵⁴ (Fig. 16). Os religiosos deste edifício recorreriam, já em 1709, novamente à família Cordeiro para a construção de uma fonte em pedra mármore, que ficaria localizada no centro do claustro con-

⁵³ Veja-se, a título de exemplo, os dados biográficos relativos a Manuel Cordeiro (at. 1673-1718). Cf. Simões. *Borba: Património da Vila Branca*, 284-285.

⁵⁴ ADE, Cartórios Notariais de Borba, livro 53, 23 jan. 1700, fls. 37-39.



Figura 16 - Escadaria do convento de São Paulo da Serra d'Ossa, Redondo, 1700, CECHAP.

ventual. Para esse efeito, contrataram o “oficial de pedreiro” Manuel Cordeiro, o mesmo que sabemos ter estado envolvido na empreitada da igreja matriz de Mourão⁵⁵. A repetição de nomes dentro da mesma família, associada ao facto de, em muitos casos, os distintos elementos estarem ativos na mesma época, dificulta, por vezes, a identificação de cada um destes protagonistas, bem como das obras a que estiveram ligados. Parece, contudo, certo que este Manuel Cordeiro tenha vindo a falecer ainda antes de 1718, uma vez que, nessa data, a sua mulher, Maria Mendes Franca, é identificada como estando já viúva⁵⁶.

Quanto a João Fernandes Cordeiro, este viria a assumir, nos anos seguintes, distintos encargos, bem documentados, alguns deles em conjunto com Tomé da Silva (at. 1708-1760), como veremos mais adiante⁵⁷.

⁵⁵ ADE, Cartórios Notariais de Borba, livro 59, 30 jul. 1709, fls. 73v.-74v.

⁵⁶ Simões. *Borba: Património da Vila Branca*, 285.

⁵⁷ Na documentação consultada nos Cartórios Notariais de Borba este artista surge, por vezes, nomeado apenas como João Fernandes, o que dificulta a sua verdadeira identificação, assim como a da sua obra. Com base na documentação recolhida em diversos fundos arquivísticos, João Simões considerou tratar-se de quatro artistas distintos,

Outro membro da mesma família foi Bento Cordeiro (at. 1694-1704), oficial de alvanel, o qual, em 1704, estava a trabalhar nas obras da tribuna e do novo altar-mor da igreja do convento das Chagas, em Vila Viçosa. O contrato, assinado em parceria com o entalhador Bartolomeu Gomes, estipulava a obrigação de “[...] tirar todo o azuleio ate a proposam da obra da talha que for nesessario [...]”⁵⁸, o que permite perceber que os azulejos que revestem os alçados da nave se estenderiam inicialmente, também, para a zona da capela-mor.

As referências aos Cordeiro prosseguem, praticamente, até ao século XIX. Sendo artistas muito requisitados e que assumiam empreitadas de vulto em diversas localidades em torno de Borba, não deixa de ser de estranhar a sua ausência em alguns casos de elevado significado do ponto de vista simbólico. Assim aconteceu, por exemplo, em 1716, na obra de embutidos do retábulo da capela-mor da igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Vila Viçosa, que acabaria por ser entregue aos mestres alvanéis José de Oliveira⁵⁹ e Miguel Pinheiro⁶⁰. O contrato indica, especificamente, que os mestres deveriam seguir “a planta” que tinha vindo de Lisboa, de autoria do padre Manuel Pereira, da Congregação do Oratório. O modelo a seguir estava, assim, apresentado: uma obra de pedra embutida, de acordo com a linguagem estilística do arquiteto régio João Antunes (1642-1712), com grande fortuna artística por todo o país, embora um pouco à margem daquilo que os Cordeiro realizaram ao longo de quase dois séculos nesta região⁶¹. O documento em questão não deixa de ser de elevado interesse para a história da arte local, sendo notório o cuidado na indicação dos detalhes da obra e nos cuidados com os materiais a utilizar:

[...] que eles ditos mestres se obrigão a serem todos os embutidos com botume de fogo, feito na melhor forma que for possível, e nestes embotados não entrara senão pedra putea de Lisboa amarella e vermelha; e a branca ade ser da melhor que ouuer e se costuma tirar nesta Vila e seus oridores [...].

dois de nome João Fernandes e os outros de nome João Cordeiro. Cf. Simões. *Borba: Património da Vila Branca*, 264-267.

⁵⁸ Biblioteca Pública de Évora (BPE), Cimélios, Fundo dos Antigos Conventos, Convento das Chagas de Vila Viçosa, livro 30, 3 jan. 1704, fls. 124-130.

⁵⁹ José de Oliveira, morador em Viçosa, surge identificado como “mestre de obras de arquitectura”, “mestre de obras de pedraria lavrada” e ainda “mestre das obras dos paços” num contrato datado de 1722, através do qual se comprometia a fazer um nicho em “pedra de Estremos” para albergar a imagem da Senhora da Penha de França, no adro da igreja de São Francisco, em Évora. ADE, Cartórios Notariais de Évora, cx. 8, livro 1068, 11 jul. 1722, fls. 4-5.

⁶⁰ ADE, Contratos Notariais de Vila Viçosa, livro 182, 2 fev. 1716, fls. 99v.-101.

⁶¹ A propósito da atividade do arquiteto João Antunes, veja-se o aturado trabalho de investigação realizado por Coutinho, Maria João Fontes Pereira. “A produção portuguesa de obras de embutidos de pedraria policroma (1670-1720)”. Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2010.

No presente esta obra não existe, pelo que resta a dúvida sobre se alguma vez terá, de facto, sido edificada.

Logo em 1718, volta a surgir referência ao nome de João Fernandes Cordeiro, “mestre alvanel”, o qual, associando-se ao pedreiro Tomé da Silva, deu continuidade às obras de construção da igreja de Santiago, colégio do Salvador, em Elvas⁶² (Fig. 17). Recordamos que Tomé da Silva foi um dos artistas regionais com uma das mais extensas fortunas histórico-artísticas, merecendo, por isso mesmo, a atenção de diversos autores, à semelhança de outros artistas do mesmo labor, como Gregório das Neves Leitão (at. 1739-1752) ou José Francisco de Abreu (at. 1746-1758)⁶³. Na realidade, o nome de Tomé da Silva está ligado, pelo menos desde 1711, ao de um João Fernandes, morador em Olivença, quando ambos se contrataram com os religiosos do convento de São Paulo, em Elvas, para a realização da sua igreja⁶⁴. É muito possível que se trate do mesmo João Fernandes Cordeiro, considerando que todas as obras realizadas em conjunto com Tomé da Silva tiveram lugar no mesmo espaço geográfico, num período de tempo relativamente curto.



Figura 17 - Igreja de Santiago, colégio do Salvador, Elvas, segunda metade do século XVII, Patrícia Monteiro.

⁶² ADP, Cartórios Notariais de Elvas, cx. 46, livro 186, 12 fev. 1718, fls. 55-55v. Cf. Monteiro. “A pintura mural no Norte Alentejo (séculos XVI-XVIII)”, vol. II, tabela 3.

⁶³ Pina, Fernando Correia. “O convento de São Paulo de Elvas. Breve notícia histórica”. *Callipole* 2, 1994. O autor apresenta vários dados sobre Tomé da Silva. Cabeças, Mário. “A transfiguração barroca de um espaço arquitectónico: obra setecentista na Sé de Elvas”. Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011.

⁶⁴ ADP, Contratos Notariais de Elvas, cx. 184, livro 6, 28 jul. 1711, fls. 137-138.



Figura 18 - Igreja de São Bartolomeu, Borba, finais do século XVII, CECHAP.

Entre as obras mais bem documentadas desta região encontra-se a igreja de São Bartolomeu, em Borba, a qual, entre os anos de 1683 e 1684, receberia importantes campanhas artísticas, ainda hoje *in situ* (Fig. 18). Curiosamente, os Cordeiro não participaram nestas campanhas, talvez por se encontrarem ocupados com outras empreitadas fora da vila. Assim sendo, o contrato da obra foi assinado entre a irmandade de São Bartolomeu, que tutelava o templo, e o “mestre de pedra de cantaria” João Rodrigues Texugo,



Figura 19 - Igreja de São Bartolomeu, Borba, (por-menor do portal principal), 1683-1683, CECHAP.

natural de Estremoz. Logo no final de 1683, os irmãos da confraria de São Bartolomeu contrataram João Rodrigues Texugo para a construção de “[...] hum portado de pedra de cantaria com suas culumas estirriadas e com vasa e capiteis direitos e seu pedrastal e vassa e capitel para a mesma culuna e sua lagem para asentar a vasa do pedrestal [...]”⁶⁵ (Fig. 19). Para a construção deste portal, pelo qual receberia 52 500 réis, João Texugo contou com elementos que se encontravam no portal “da porta travessa da dita igreja” (como a cimalha, o friso e os pináculos), nos quais seria obrigado a realizar as alterações necessárias para a adaptação à nova obra. O contrato refere ainda que o frontispício deveria ser “[...] de volta redonda com sua cimalha de redor [...] e dentro no frontespissio fara dois anjos que estarão coroados a senhora [...]”. No mesmo documento está bem patente o cuidado que seria necessário com a qualidade do material a utilizar, neste caso, o mármore branco, que o próprio mestre teria de apresentar: “[...] que [a] dita pedraria

⁶⁵ ADE, Cartórios Notariais de Borba, livro 31, 18 dez. 1683, fls. 101v.-103v.

seia bem tratada de lavrar, bem bornida ssem pedassos quebrados nem peguados [...]”. A construção do janelão tardo-barroco que se encontra situado no eixo do portal viria a causar a destruição parcial da obra acima descrita (Fig. 20).

Em fevereiro de 1684, o mesmo João Rodrigues Texugo prossegue ligado às campanhas artísticas de São Bartolomeu, deste vez sendo-lhe



Figura 20 - Igreja de São Bartolomeu, Borba (pormenor do janelão sobre o portal principal), segunda metade século XVIII, CECHAP.

atribuída a obra “[...] dezanove lioins de pedra de cantaria para os quadros da dita igreia [...] com a cara levantada e com as mãos voltadas atras com que se estam firmando nas pernas [...] e a guadelha ha de ser anelada toda [...]”⁶⁶ (Fig. 21). As referidas peças seriam utilizadas como elementos de suporte das seis telas que se encontravam distribuídas pelos alçados da nave, conjunto, aliás, que ainda se encontra no mesmo templo.

Seria necessário aguardar uma década para que os Cordeiro viessem a estar relacionados com as obras desta igreja. De facto, entre 1694 e 1696, André Cordeiro (at. 1694-1753), pedreiro, realizaria o trabalho de pedraria lavrada a utilizar na capela-mor do templo⁶⁷. Mais tarde, em 1730, o mesmo artista viria a trabalhar no edifício das cavalariaças reais, na vila de Borba,

⁶⁶ ADE, Cartórios Notariais de Borba, livro 31, 25 fev.1684, fls. 113-114.

⁶⁷ Simões. *Borba: património da Vila Branca*, 246.



para o qual forneceu toda a pedraria necessária à realização da obra⁶⁸.

O fornecimento de pedra mármore para ser utilizada em outras obras encontra-se também registado em 1735, data em que Manuel Cordeiro (at. 1720-1745) se obriga a garantir este material para a construção da nova igreja de São João Batista, em Campo Maior⁶⁹ (Fig. 22). Dois anos antes, tinha realizado as pilastras em mármore para a teia da igreja da Santa Casa da Misericórdia de Borba⁷⁰.

O apelido Cordeiro permanece na documentação durante todo o século XVIII, misturando-se com outros apelidos e afastando-se, por vezes, da principal atividade que caracterizaria a família: as obras de pedraria⁷¹. O último dos

Figura 21 - Igreja de São Bartolomeu, Borba, (pormenor de leão de mármore), 1684, Patrícia Monteiro.

⁶⁸ ADE, Cartórios Notariais de Borba, livro 134, 10 jul. 1730, fls. 101v.-103.

⁶⁹ ADE, Cartórios Notariais de Borba, livro 108, 3 mar. 1735, fls. 251v.-252.

⁷⁰ Simões. *Borba: Património da Vila Branca*, 285. De acordo com dados apurados em SCMB, *Livro de Receita e Despesa da Santa Casa da Misericórdia de Borba do Ano de 1732 a 1733*, fl. 39v.

⁷¹ Em 1720, na cidade de Elvas, o mestre pedreiro Tomé da Silva, em conjunto com a sua mulher e os respetivos ir-



Figura 22 - Igreja de São João Baptista, Campo Maior, primeira metade século XVIII, CECHAP.

Cordeiro de que há registo trabalhando directamente no mester da família foi o mestre-pedreiro Francisco Miguel Cordeiro (at. 1768-1796), o qual, entre 1785-1786, seria responsável pela autoria da traça da capela da irmandade do Santíssimo Sacramento, na igreja de São Bartolomeu, em Borba⁷² (Fig. 23).

Através da abundante documentação relacionada com a família Cordeiro, é possível compreender o papel vital que esta desempenhou nesta região. Contudo, muitas questões permanecem ainda por responder, desde logo no que se refere à esfera de aprendizagem dos primeiros elementos

mãos, aparecem envolvidos numa escritura de partilhas com a cunhada, a qual, à data, era viúva de João Cordeiro Mimoso, um ajudante de cavalaria. Não deixa de ser relevante o facto de João Cordeiro Mimoso ser irmão de Manuel Francisco, mestre-pedreiro mencionado na escritura, e de ambos serem cunhados de Tomé da Silva. Por apurar fica uma eventual ligação aos Cordeiro de Borba. ADP, Cartórios Notariais de Elvas, cx. 47, livro 191, 25 ago.1720, fls. 30v.-32. Cf. Monteiro. “A pintura mural no Norte Alentejo (séculos XVI-XVIII)”, vol. II, tabela 3, 2012.

⁷² Simões. *Borba: Património da Vila Branca*, 260. De acordo com dados obtidos pelo autor no arquivo da igreja paroquial de São Bartolomeu. PRQBRB, *Livro de Receita e Despesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de S. Bartolomeu*, 1785-1787, s. fl.



Figura 23 - Igreja de São Bartolomeu, Borba, (pormenor da capela do Santíssimo Sacramento), CECHAP.

desta família, muito antes de as primeiras influências do estaleiro mafrense chegarem ao Alentejo, transmitindo, depois, os seus conhecimentos para as gerações seguintes. Também não é possível determinar se esse período de formação inicial terá sido realizado apenas na vila de onde eram naturais (Borba) ou também fora dela, sendo certo que se encontra bem documentada a mobilidade de diversos elementos desta família através de localidades vizinhas, para o cumprimento de empreitadas⁷³. Do mesmo modo, a autoria de algumas das obras realizadas continua a não ser totalmente

⁷³ A mobilidade dos artistas, quer pelo território nacional, quer do outro lado da fronteira com Espanha, era algo de bastante comum, com implicações muito relevantes no que diz respeito a intercâmbios estilísticos. Muitas são as referências a pedreiros de Borba que trabalharam, por exemplo, do outro lado da fronteira com Espanha. Entre aqueles que trabalharam em regiões fronteiriças, encontrava-se o pedreiro Gaspar Rodrigues, que, em 1637, se deslocou a Badajoz para realizar algumas obras (não especificadas) no convento de Santo Agostinho (ADP, Cartórios Notariais de Elvas, cx. 107, livro 26, 2 jun. 1637, fls. 137v.-139). Em 1726, foi a vez de os pedreiros Salvador Ferreira e Caetano Martins se dirigirem à mesma cidade no sentido de construírem uma capela “de pedraria” dedicada a Nossa Senhora de Guadalupe no convento hieronimita de Badajoz, assinando contrato com D. Diogo de Badajoz (ADE, Cartórios Notariais de Vila Viçosa, livro 247, 30 jan. 1726, fls. 8v.-9).

clara, considerando que vários nomes se repetem, inclusive em datas que são próximas. Para além disso, haverá ainda que considerar todos aqueles que, não tendo apelido Cordeiro, mantinham com eles importantes elos familiares e laborais, graças a ligações matrimoniais⁷⁴. Assim sendo, é fundamental reanalisar todos os dados biográficos que se conseguiram apurar para cada um destes elementos, no sentido de determinar, com exatidão, quais as ligações que mantinham entre si e aquilo que puderam transmitir aos que com eles trabalharam.

O que parece ser inegável é que, durante um período significativo, os Cordeiro nunca deixaram de estar presentes no contexto da produção da arquitetura local, exemplo acabado daquilo que seria o modelo de trabalho oficial de âmbito familiar, o que os torna merecedores da maior atenção em futuros projetos de investigação.

BIBLIOGRAFIA

- AA.VV. “Potencialidades de uma exploração de mármore do anticlinal de Estremoz”. *Rochas & Equipamentos* 64, XVI ano (4.º trim. 2001): 68–84.
- Borges, Artur Goulart de Melo, e Vítor Serrão. “O ciclo de frescos com sibilas e profetas da igreja de Nossa Senhora de Machede (c.ª 1604–1625) e o seu programa iconológico”. *Artis, Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa* 3 (2004): 211–238.
- Cabeças, Mário. “A transfiguração barroca de um espaço arquitectónico: a obra setecentista na Sé de Elvas”. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011.
- Cadornega, António de Oliveira de. *Descrição de Vila Viçosa*. Biblioteca de Autores Portugueses. Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 1983 (1.ª ed. 1683).
- Coutinho, Maria João Fontes Pereira. “A produção portuguesa de obras de embutidos de pedraria polícroma (1670–1720)”. Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2010.
- Cunha, Mafalda Soares da. “Redes clientelares da casa de Bragança, 1560–1640”. Doutoramento, Universidade de Évora, 1997.
- Espanca, P.º Joaquim José da Rocha. *Memórias de Vila Viçosa*. Cadernos Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa 5 e 6. Vila Viçosa: Câmara Municipal de Vila Viçosa: 1983 (1.ª ed. 1894).
- Espanca, Túlio. *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora IX*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1978.

⁷⁴ Citamos, como exemplo, o caso de Maria Teresa Cordeira, filha do mestre pedreiro Bartolomeu Lopes Cordeiro (at. 1735–1775) e casada com o (também) mestre-pedreiro João Mansos da Silva, moradores em Borba. Cf. Simões. *Borba: Património da Vila Branca*, 253.

- Gonçalves, Carla Alexandra. “A obra do escultor e ensamblador maneirista Gaspar Coelho, ‘mestre que foy desta arte principal nestes tempos, neste Reyno’”. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995.
- Keil, Luís. *Inventário Artístico de Portugal*. Distrito de Portalegre. Lisboa: Academia de Belas Artes, 1943.
- Mariás, Fernando. *El Largo Siglo XVI: los Usos Artísticos del Renacimiento Español*. Conceptos Fundamentales en la Historia del Arte Español 5. Madrid: Taurus, 1989.
- Monteiro, Patrícia. “Stuccos in Alentejo’s heritage of ornamental arts”. *Revista de História da Arte – Serie W: The Art of Ornament. Senses, Archetypes, Shapes and Functions* 8 (2019): 151–161.
- Monteiro, Patrícia. “A pintura mural no Norte Alentejo (séculos XVI–XVIII): núcleos temáticos da Serra de S. Mamede”. Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2 vols., 2012.
- Monteiro, Patrícia. “A pintura mural na Região do Mármore (1640–1750): Estremoz, Borba, Vila Viçosa e Alandroal”. Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2 vols., 2007.
- Nova História de Portugal*, dirigida por Joel Serrão e Anónio Henrique de Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Presença, vol. VII, 2001.
- Pestana, Manuel Inácio. “A casa de Bragança e a casa de Medina Sidónia. Relações históricas e familiares – Sécs. XVI e XVII”. *Callipole* 10/11 (2002/2003): 49–61.
- Pina, Fernando Correia. “O convento de São Paulo de Elvas. Breve notícia histórica”. *Callipole* 2 (1994): 51–54.
- Rodrigues, Dalila. “Centralidade e periferismo na pintura quinhentista da oficina de Viseu”. In *Oficinas Regionais, Actas do IV Simpósio Luso-Espanhol da História de Arte*, 161–183. Viseu/Tomar: Centro de Estudos de Arte e Arqueologia – Instituto Politécnico de Tomar, 1991.
- Serrão, Vítor. *O Maneirismo e o Estatuto Social dos Pintores Portugueses*. Arte e Artistas. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.
- Serrão, Vítor. “Uma obra desconhecida do pintor maneirista André Peres: as tábuas do antigo retábulo da Misericórdia de Arraiolos (1602)”. *Callipole* 5/6 (1997–1998): 123–140.
- Serrão, Vítor. “Maniera, mural painting and calligraphy: Giraldo Fernandes de Prado (c.^a 1530–1592)”. In *Out of the Stream: New Perspectives in the Study of Medieval and Early Modern Mural Painting*, coord. Luís Afonso, 115–140. Manchester: s.n., 2007.
- Serrão, Vítor. *O Fresco Maneirista do Paço de Vila Viçosa: Parnaso dos Duques de Bragança (1540–1640)*. Vila Viçosa; Fundação da Casa de Bragança, 2008.
- Simões, João Miguel. *Borba: Património da Vila Branca*. Lisboa/Borba: Colibri/Câmara Municipal de Borba, 2007.
- Sotto Maior, e Diogo Pereira. *Tratado da Cidade de Portalegre*. Introdução de Leonel Cardoso Martins. Temas Portugueses. S.l.: Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Câmara Municipal de Portalegre, 1984 (1.^a ed. 1619).

Teixeira, José Monterroso. “O paço, passo a passo: a estratégia arquitectónica ducal (sécs. XVII-XVIII)”. *Monumentos* 6 (mar. 1997): 8-13.

Teixeira, José Monterroso. *O Paço Ducal de Vila Viçosa, Sua Arquitectura e Suas Coleções*. Vila Viçosa: Fundação da Casa de Bragança, 1983.

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Distrital de Évora (ADE), Cartórios Notariais de Borba, livro 19, 7 jul. 1674, fls. 113-115.

ADE, Cartórios Notariais de Borba, livro 25, 27 abr. 1677, fls. 123v.-125.

ADE, Cartórios Notariais de Borba, livro 31, 18 dez. 1683, fls. 101v.-103v.

ADE, Cartórios Notariais de Borba, livro 31, 25 fev. 1684, fls. 113-114.

ADE, Cartórios Notariais de Borba, livro 36, 26 maio 1690, fls. 51v.-52v.

ADE, Cartórios Notariais de Borba, livro 32 (III), 4 set. 1688, fls. 12-14.

ADE, Cartórios Notariais de Borba, livro 53, 23 jan. 1700, fls. 37-39.

ADE, Cartórios Notariais de Borba, livro 59, 30 jul. 1709, fls. 73v.-74v.

ADE, Cartórios Notariais de Borba, livro 108, 3 mar. 1735, fls. 251v.-252.

ADE, Cartórios Notariais de Borba, livro 134, 10 jul. 1730, fls. 101v.-103.

ADE, Cartórios Notariais de Évora, cx. 8, livro 1068, 11 jul. 1722, fls. 4-5.

ADE, Cartórios Notariais de Vila Viçosa, livro 6, 15 maio 1601, fls. 60v.-62v.

ADE, Cartórios Notariais de Vila Viçosa, livro 96, 26 out. 1637, fls. 189-191.

ADE, Cartórios Notariais de Vila Viçosa, livro 145, 25 abr. 1680, fls. 45-46.

ADE, Cartórios Notariais de Vila Viçosa, livro 154, 23 jul. 1685, fls. 137-138v.

ADE, Cartórios Notariais de Vila Viçosa, livro 169, 27 mar. 1698, fls. 64v.-66.

ADE, Contratos Notariais de Vila Viçosa, livro 182, 2 fev. 1716, fls. 99v.-101.

ADE, Cartórios Notariais de Vila Viçosa, livro 247, 30 jan. 1726, fls. 8v.-9.

Arquivo Distrital de Portalegre (ADP), Cartórios Notariais de Castelo de Vide, cx. 5, livro 8, 18 nov. 1620, fls. 231v.-233v.

ADP, Cartórios Notariais de Castelo de Vide, cx. 6, livro 14, 17 jul. 1623, fls. 95-97.

ADP, Cartórios Notariais de Elvas, cx. 107, livro 24, 30 jun. 1635, fls. 79-80.

ADP, Cartórios Notariais de Elvas, cx. 39, livro 137, 8 ago. 1687, fls. 13v.-15v.

ADP, Cartórios Notariais de Elvas, cx. 46, livro 186, 12 fev. 1718, fls. 55-55v.

ADP, Contratos Notariais de Elvas, cx. 184, livro 6, 28 jul. 1711, fls. 137-138.

ADP, Cartórios Notariais de Elvas, cx. 47, livro 191, 25 ago. 1720, fls. 30v.-32.

ADP, Cartórios Notariais de Elvas, cx. 107, livro 26, 2 jun. 1637, fls. 137v.-139.

ADP, Cartórios Notariais de Nisa (Amieira do Tejo), cx. 9, livro 2, 31 jul. 1741, fls. 154-154v.

Biblioteca Pública de Évora (Cimélios), Fundo dos Antigos Conventos, Convento das Chagas de Vila Viçosa, livro 30, 3 jan. 1704, fls. 124-130.

Os mármore do Alentejo no século XVIII, entre a procura
e a oferta.

.....

CARLOS FILIPE

Les marbres de l'Alentejo au XVIII^e siècle, entre offre et demande

Cet article cherche à aborder la question de l'activité des marbres provenant de l'exploitation des carrières de Borba, Estremoz et Vila Viçosa, au cours du XVIII^e siècle.

Nous cherchons à transmettre une vision sur quelques cas que nous identifierons au cours de notre recherche et qui passent par une analyse des sources documentaires.

En partant des recherches réalisées, sur divers fonds pour la thématique du labourage des carrières de marbre, un travail d'approfondissement qui a été développé dans le cadre de l'étude du Patrimoine et Histoire de l'Industrie du Marbre¹, il a été possible d'identifier depuis le XVIII^e siècle un ensemble de contrats établis entre les deux parties, datés entre 1675 et 1689 (?). Ces dates sont simplement indicatives, car le travail de recherche a identifié beaucoup d'autres documents, en plus de cette chronologie, ce qui nous conduit à confirmer l'existence d'une organisation installée au cours de son histoire.

L'importance des marbres de l'Alentejo est associée aux caractéristiques géologiques de la qualité de cette ressource. L'Anticlinal des marbres d'Estremoz correspond à la géographie de cinq cantons, au Sud Alandroal, Vila Viçosa, Borba, Estremoz et au Nord le canton de Sousel. Cette désignation est décrite par les géologues "forme de la façon dont les différentes roches se distribuent dans l'espace, c'est-à-dire, initialement les roches se seraient formé par dépôt de sédiments (fragments provenant d'autres roches et transportées dans des cours d'eau ou par action du vent) et des matériaux provenant d'anciens volcans (aujourd'hui méconnaissables pour un laïc en géologie), qui se seraient accumulés dans un bassin de sédimentation dans des strates sensiblement horizontales"².

Ils furent utilisés dans les principaux monuments des derniers siècles, décrits par les chroniqueurs ayant un grain "très fin" et cristallin.

L'affirmation de marbres "très fins" est ancienne dans la littérature et reconnue par les maîtres qui ont utilisé cette ressource. Nous pouvons affirmer la même chose, concernant les relations entre ceux qui cherchent et ceux qui fournissent l'expression marbres d'"Estremoz"³.

¹ <https://marmore-cechap.pt>

² Lopes, Luís. "O triângulo do mármore: estudo geológico". In revue *Monumentos*, n° 27, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, Lisboa, 2007, p. 158-167. Consulter aussi: Alfredo Tinoco; Filipe, Carlos, Ricardo Hipólito. *A Rota do Mármore do Anticlinal de Estremoz*. CECH-IUL/ISCTE-IUL, 2014.

³ Nous ignorons quel aura été la première source de documentation à rapporter l'existence des marbres d'"Estremoz", bien que l'on trouve des citations de plusieurs auteurs et chroniqueurs depuis le XV^e siècle. Actuellement les carrières de marbre se trouvent localisées dans leur majorité, dans la région des cantons de Vila Viçosa et Borba, ce qui n'était pas le cas avant la réforme administrative du territoire au XIX^e siècle, ou les carrières faisaient partie du canton d'Estremoz, à l'exception des carrières localisées à Montes Claros dans le canton de Vila Viçosa.

Les marbres depuis l'antiquité constituent un des thèmes les plus importants et d'un sens de relief historique, artistique et scientifique, entre les matériaux utilisés par l'homme et la relation avec son usage.

Les marbres qui ont été destinés à satisfaire la commande de l'architecture et de la sculpture, développée par la genèse de l'art des marbriers au cours des siècles est une image type de la culture de l'Alentejo. Nous ne pouvons pas rester indifférents à la qualité de l'œuvre et du marbre utilisé dans les constructions des cités et des villages, où l'expression maximale se révèle dans les détails artistiques des principaux édifices nobles et religieux, en même temps qu'elle se manifeste dans une architecture vernaculaire.

La période de la Renaissance a provoqué dans les arts de l'office du marbrier une nouvelle connaissance sur les matériaux marmoréens, une transmission du savoir technique et de pratique de l'atelier, un processus qui est passé de génération en génération et qui s'est prolongé jusqu'au XXI^{ème} siècle.

Il ne sera pas exagéré de souligner la portée que l'étude dédiée au Patrimoine et Histoire de l'Industrie des Marbres aura révélée comme intérêt dans la communauté académique et chez le public en général. Nous n'hésitons pas à affirmer que nous sommes en possession d'un instrument intéressant pour l'historiographie sur un secteur de l'économie. Il s'agit encore d'une source d'information dont il faut tenir compte dans les futures politiques sur le territoire. Commencé en 2012, avec la recherche et l'inventaire de sources primaires et bibliographiques, l'étude PHIM a révélé des informations inédites de cas sur le labourage dans les carrières, sur l'art de tailler le marbre et son utilisation, qu'aucun autre projet dans le cadre des roches ornementales n'a atteint au plan national.

À la suite du travail développé pour le travail de maîtrise sur le thème "Le Patrimoine édifié à Vila Viçosa au XVIII^{ème} siècle : Commande, Financement et Construction"⁴, un contact de proximité avec l'industrie des marbres a été possible en observant la nécessité d'approfondir globalement le thème sur l'industrie au XVIII^{ème} siècle. Avec cet objectif nous avons pu d'obtenir une plus grande connaissance sur l'organisation de la commande, du financement et de la construction du patrimoine à Vila Viçosa, une étude des commandes et des relations entre les commanditaires et les maîtres marbriers. Nous avons cherché à rassembler des éléments associés aux commandes sur les maîtres maçons, de pierrerie, marbriers et autres de leurs relations.

Dans cet article nous abordons la question du labourage dans les carrières de marbre au XVIII^{ème} siècle dans les cantons de Borba, Estremoz et Vila Viçosa⁵ ; l'organisation

⁴ Filipe, Carlos. "O património edificado de Vila Viçosa no século XVIII: encomenda, financiamento e construção". Mestrado, ISCTE-IUL, 2015.

⁵ Fonds notariales des Archives du District d'Évora (actes de location de carrières dans le canton de Vila Viçosa et Borba).

des contrats de labourage des carrières⁶ ; et l'organisation de l'offre et de la demande à des chantiers ; des maîtres ; et de la constitution de sociétés.

Dans ce chapitre nous cherchons à montrer un exemple de sociétés qui se sont constituées, leurs membres et leur engagement professionnel dans chacune de ces entreprises formées à Vila Viçosa, dans la seconde moitié du XVIII^e siècle⁷.

C'était une pratique, la constitution de sociétés entre maîtres de diverses professions, à chaque fois que les commandes l'exigeaient. Nous avons trouvé dans plusieurs œuvres accordées la présence d'un ou deux maîtres pour assumer le contrat. Parfois l'œuvre, à cause de sa dimension, exigeait la réalisation de sous-entreprises ou la constitution de sociétés avec d'autres collègues de profession pour la concrétisation des travaux accordés.

Finalement, l'inclusion de quelques noms qui sont devenus les principaux protagonistes, en tant que maîtres de leur art, mais aussi par la capacité de gestion des commandes auxquelles ils se sont engagés, en permettant un croisement d'information, en laissant comme contribution une brève biographie de chacun des artistes cités.

⁶ Arquivo Distrital de Évora (ADEVR), Cartório Notarial de Estremoz (CNETZ), Livro de Notas n.º 78, fls. 125v.-127v. Escreptura de Arendamento do Terreno de Huma Courella para Huma Pedrejra que Arenda Maria Cortes Veuva que Ficou de Antonio Martins a João Lopes e a Thome Martins (PT/ADEVR/NOT/CNETZ/001/0082).

⁷ Filipe, Carlos. «O património edificado de Vila Viçosa».

Marbles of Alentejo in the 18th century, between supply and demand

This article seeks to address the activity of the marble industry in Borba, Estremoz and Vila Viçosa during the 18th century.

We have tried to convey a vision about some of the cases identified during our research, while submitting them through an analysis of documental sources.

This is a project developed for the study of the Heritage and History of the Marble Industry¹, and through surveys carried out on various documental archives for mining quarries, it was possible to identify since the 17th century a set of established contracts between parties, dated from 1675 to 1989. These dates are merely indicative, as the research work has identified many other documents, beyond that timeframe, which leads us to confirm the existence of an organization throughout its history.

The importance of Alentejo marble is associated with the geological characteristics of the quality of this resource. The so-called Anticlinal of the marbles of Estremoz corresponds to the geography of five municipalities, to the South, Alandroal, Vila Viçosa, Borba, Estremoz and to the North the municipality of Sousel. This designation is des-

¹ <https://marmore-cechap.pt>

cribed by geologists as “the way different rocks are distributed in space, that is, initially the rocks would have been formed by deposition of sediments (fragments from other rocks and transported in streams or carried by the winds) and materials from ancient volcanoes (now unrecognizable to a layman in geology), which accumulated in a sedimentation basin in fairly horizontal strata”².

They were used in many of the main monuments in the last centuries, described by the chroniclers as having a “fine” and crystalline grain.

The affirmation of “very fine” marbles has an old tradition in literature and is recognized by the masons who worked it. The same can be said in the relations between those who demand and those who supply who use the expression of “Estremoz” marbles³.

Since antiquity, marbles have the higher historical, artistic and scientific importance and significance among the materials used by man and the relation with its use.

The marbles destined to fulfil the orders of architecture and sculpture, developed by the art of the masons throughout the centuries, are a markedly cultural image of Alentejo. We cannot be indifferent to the quality of the works and the marble used in the constructions of cities and towns, where the maximum expression is revealed in the artistic details of the main noble and religious buildings as well as in vernacular architecture.

The Renaissance period brought about a new knowledge of marble materials in the arts of their craft, in a transmission of theoretical knowledge and practice, a process that has been going on from generation to generation and has continued until the 21st century.

It is not an exaggeration to highlight the extent of the interest that the study on the Heritage and History of the Marble Industry has revealed in the academic community and the general public. We do not hesitate to say that we are in possession of an interesting instrument for historiography on a sector of the economy. It is also a repository of information to take into account in future policies enacted on the territory. Starting in 2012, with the research and inventory of primary and bibliographical sources, the PHIM study has revealed unprecedented information on quarrying, the art of carving marble and its use, like no other project in the field of ornamental rock has reached on the national level.

² Lopes, Luís. “O triângulo do mármore: estudo geológico”. In revista *Monumentos*, no. 27, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, Lisbon, 2007, p. 158-167. See also: Alfredo Tinoco; Filipe, Carlos and Hipólito, Ricardo. *A Rota do Mármore do Anticlinal de Estremoz*. CECH-IUL / ISCTE-IUL, 2014.

³ We do not know what would have been the first documental source to mention the existence of the “Estremoz” marbles, although quotes from various authors and chroniclers have been found since the 15th century. At present most of the marble quarries are located in the geography of the municipalities of Vila Viçosa and Borba. The same did not happen before the administrative reform of the territory in the 19th century, where the quarries were part of the municipality of Estremoz, with the exception of quarries located at Montes Claros in the municipality of Vila Viçosa.

Following the work developed for the masters dissertation on the theme “The built Heritage in Vila Viçosa in the 18th century: Demand, Financing and Construction”⁴, it was possible to establish a close contact with the marble industry, evidencing the need to globally deepen the theme on industry in the 18th century. Thus, it was possible to advance to a greater knowledge about the organization of the demand, financing and construction of the heritage in Vila Viçosa, a study framed in the orders and relations between the commissioners and the masons. We have tried to gather elements associated with the orders on master masons, craftsmen and others related to them.

In this article we address the mining in marble quarries in the 18th century in the councils of Borba, Estremoz and Vila Viçosa⁵; the organization of mining contracts for quarries⁶; and the organization of supply and demand. We explore contracts, masons and the constitution of societies.

In this chapter, we seek to present an example of the companies that were incorporated, their partners and the professional performance in each of the contracts established in Vila Viçosa for the second half of the 18th century.⁷

The constitution of societies between workers of various professions was a common practice, whenever the orders so demanded. We found in several orders more than one craftsman signing the deal. Sometimes the works required subcontracting or the formation of partnerships with other colleagues to carry out the agreed work, due to their size.

Finally, we include some of some personalities who became protagonists, as masters of their art, but also by the ability to manage the orders in which they got involved, allowing us, through cross-examination of information, to provide a brief biography of each of the artists cited.

⁴ Filipe, Carlos. “O património edificado de Vila Viçosa no século XVIII: encomenda, financiamento e construção”. Mestrado, ISCTE-IUL, 2015.

⁵ Documental archives of the District Archive of Évora (official lease agreements for the quarries in the municipalities of Vila Viçosa e Borba).

⁶ Arquivo Distrital de Évora (ADEVR), Cartório Notarial de Estremoz (CNETZ), Livro de Notas n.º 78, fls. 125v.-127v. Escreptura de Arendamento do Terreno de Huma Courella para Huma Pedrejra que Arenda Maria Cortes Veuva que Ficou de Antonio Martins a João Lopes e a Thome Martins (PT/ADEVVR/NOT/CNETZ/001/0082).

⁷ Filipe, Carlos. «O património edificado de Vila Viçosa».

Los mármoles de Alentejo en el siglo XVIII, entre en la demanda y la oferta

El presente artículo, busca abordar la cuestión de la actividad de los mármoles provenientes de la exploración de las pedreras de Borba, Estremoz y Vila Viçosa, en el recorrer del siglo XVIII.

Buscamos transmitir una visión sobre algunos casos que identificamos a lo largo de nuestra investigación y que pasaron por un análisis de las fuentes documentales.

Partiendo de levantamientos realizados, sobre diversos fondos para temática de labra de las pedreras de mármoles, trabajo de investigación que han sido desenvuelto en el ámbito del estudio del Patrimonio e Historia de la Industria de los Mármoles¹, fue posible identificar desde el siglo XVII, un conjunto de contratos establecidos entre partes, datados entre 1675 y 1989. Estas fechas son meramente indicativas, pues el trabajo de investigación ha identificado muchos otros documentos, más allá de aquella cronología, lo que nos lleva a confirmar la existencia de una organización instalada a lo largo de su historia.

La importancia de los mármoles de Alentejo, está asociada a las características geológicas de la cualidad de su recurso. El designado Anticlinal de los mármoles de Estremoz corresponde a la geografía de cinco concejos, al Sur, Alandroal, Vila Viçosa, Borba, Estremoz y al Norte el concejo de Sousel. Esta designación es descrita por los geólogos “forma como las diferentes rocas se distribuyen en el espacio, o sea, inicialmente las rocas se habían formado por deposición de sedimentos (fragmentos provenientes de otras rocas y transportadas en cursos de agua o por acción del viento) y materiales provenientes de antiguos volcanes (hoy irreconocibles para un lego en geología), que se habrán acumulado en una vasija de sedimentación en estratos sensiblemente horizontales”².

Utilizados en muchos de los principales monumentos en los últimos siglos, descritos por los cronistas de un grano “finísimo” y cristalino.

La afirmación de mármoles “finísimos” es longinqua en la literatura y reconocida por los maestros que utilizaron el recurso. El mismo se puede afirmar, en las relaciones entre los que buscan y los que fornecen que utilizan la expresión de mármoles de “Estremoz”³.

Los mármoles desde la antigüedad constituyen unos de los temas más importantes y de relevante significado histórico, artístico y científico, entre los materiales utilizados por el hombre y la relación con su uso.

Los mármoles que fueron destinados a satisfacer la encomienda de la arquitectura y de la escultura, desenvolvía por la génesis del arte de los canteros a lo largo de los siglos es una imagen marcadamente cultural del Alentejo. No podemos quedar indiferentes a la cualidad de la obra y del mármol utilizado en las construcciones de las

¹ <https://marmore-cechap.pt>

² Lopes, Luís. “O triângulo do mármore: estudo geológico”. In revista *Monumentos*, nº 27, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, Lisboa, 2007, p. 158-167. Consultar ainda: Alfredo Tinoco; Filipe, Carlos e Hipólito, Ricardo. *A Rota do Mármore do Anticlinal de Estremoz*. CECH-IUL / ISCTE-IUL, 2014.

³ Desconhecemos, qual terá sido a primeira fonte documental a referir a existência dos mármore de “Estremoz”, embora se encontrem citações de vários autores e cronistas desde o século XV. Actualmente as pedreiras de mármore na sua maioria, encontram-se localizadas na geografia dos concelhos de Vila Viçosa e Borba, o mesmo não acontecia antes da reforma administrativa do território no século XIX, em que as pedreiras faziam parte do concelho de Estremoz, com a excepção das pedreiras localizadas no lugar de Montes Claros no concelho de Vila Viçosa.

ciudades y villas, donde la expresión máxima es revelada en los detalles artísticos de los principales edificios nobles y religiosos al mismo tiempo que una arquitectura de manifestación vernácula.

El período del Renacimiento, provocó en las artes del oficio del cantero un nuevo conocimiento sobre los materiales marmóreos, en una transmisión de saber teórico y de práctica oficial, proceso que han recorrido de generación en generación y que se prolongó hasta el siglo XXI.

No será exagero evidenciar el alcance que el estudio dedicado al Patrimonio e Historia de la Industria de los Mármoles, habrá revelado el interés en la comunidad académica y en el público en general. No hesitamos en afirmar que estamos en posesión de un interesante instrumento para la historiografía sobre un sector de la economía. Tratase también de un repositorio de información a tener en cuenta en las futuras políticas sobre el territorio. Iniciado en el año 2012, con la pesquisa e inventario de fuentes primarias y bibliográficas, el estudio PHIM, han revelado informaciones inéditas de casos sobre la labra de las pedreras, del arte de tallar el mármol y de su utilización, como en ningún otro proyecto en el ámbito de las rocas ornamentales alcanzó el nivel nacional.

En la secuencia del trabajo desenvuelto para la disertación del master sobre el tema “El Patrimonio edificado en Vila Viçosa en el siglo XVIII: Encomienda, Financiamiento y Construcción”⁴, fue posible un contacto de proximidad con la industria de los mármoles, observando la necesidad de globalmente profundizar el tema sobre la industria en el siglo XVIII. En ese objetivo fue posible avanzar para un mayor conocimiento sobre la organización de la encomienda, financiamiento y construcción del patrimonio en Vila Viçosa, estudio encuadrado en las encomiendas y relacione entre los comendadores y los maestros canteros. Buscamos reunir elementos asociados a las encomiendas sobre maestros pedreros, de pedrería, canteros y otros de su relación.

En el presente artículo abordamos la cuestión de la labra en las pedreras de mármol en el siglo XVIII en los concejos de Borba, Estremoz y Vila Viçosa⁵; la organización de los contratos de labra de las pedreras⁶; y la organización de la oferta y la demanda. Contrata, maestros y la constitución de sociedades.

En este capítulo buscamos traer un ejemplo de sociedades que se constituyeron, sus socios y o desempeño profesional en cada una de las contratas constituidas en Vila Viçosa, para a segunda mitad del siglo XVIII⁷.

⁴ Filipe, Carlos. "O património edificado de Vila Viçosa no século XVIII: encomenda, financiamento e construção". Mestrado, ISCTE-IUL, 2015.

⁵ Fundos notariais do Arquivo Distrital de Évora (escrituras de arrendamento de pedreiras no concelho de Vila Viçosa e Borba).

⁶ Arquivo Distrital de Évora (ADEVR), Cartório Notarial de Estremoz (CNETZ), Livro de Notas n.º 78, fls. 125v.-127v. Escreptura de Arendamento do Terreno de Huma Courella para Huma Pedrejra que Arenda Maria Cortes Veuva que Ficou de Antonio Martins a João Lopes e a Thome Martins (PT/ADEVR/NOT/CNETZ/001/0082).

⁷ Filipe, Carlos. «O património edificado de Vila Viçosa».

Era una práctica, la constitución de sociedades entre maestros de varias profesiones, siempre que las encomiendas así o exigiesen. Encontramos en varias obras acordadas la presencia de uno o dos maestros que asumieron el contrato. A veces la obra debido a su dimensión, exigía la realización de subcontrato o la constitución de sociedades con otros colegas de profesión para la concretización de los trabajos acordados.

Finalmente, la inclusión de algunos nombres que se volvieron principales protagonistas, en cuanto a maestros de su arte, pero también por la capacidad de gestión de las encomiendas en que se involucraron, permitiendo a través del cruzamiento de información, dejar como aportaciones una breve biografía de cada uno de los artistas citados.

.....

NOTA INTRODUTÓRIA

A questão dos recursos e do ordenamento do território está hoje na ordem do dia, com novas e pertinentes preocupações na sua gestão.

É necessário enquadrar a evolução histórica do comércio dos mármore com a procura de novos mercados, a possibilidade de melhores transportes, a intensificação industrial com a introdução de novas tecnologias, para compreender como chegámos à atual paisagem das pedreiras, profundamente transformada por poços e escombrelas. Todo este processo tem de ser avaliado a partir do que se entende e pretende sobre este nobre recurso natural.

Estamos hoje confrontados com um problema de passivo ambiental de enormes proporções, provocado pelo “total desconhecimento e desregulação da indústria”¹ ou por uma economia que nem tão-pouco tem servido os interesses coletivos. O próprio Estado, que produz legislação e regulamentação, não tem tido a necessária lucidez para acompanhar o fenómeno de desenvolvimento da indústria, para ser competente através de uma orientação pedagógica e corretiva das más práticas e indicar o caminho na defesa de um bem que é de todos.

À medida que vamos tendo contacto com outras geografias onde existem recursos marmóreos, maior é a nossa convicção em afirmar que Portugal e, em particular, o Alentejo, dispõe de recursos geológicos, como os mármore, de enorme valor. Não bastará afirmar o nosso ego quando queremos evidenciar a qualidade, é necessário provar que assim é, e para isso a história, nas diversas variantes, tem o papel fundamental de reunir as provas, produzir e transmitir esse conhecimento.

¹ Filipe, Carlos. "A Indústria dos mármore. Notas e apontamentos para memória futura". 2019 (no prelo).

A arqueologia e a história, nas suas diversas variantes, não podem ser menosprezadas; aliás, deverão ser uma preocupação constante de atitude entre o entendimento de um passado, o nosso presente e a ponte para o futuro.

Desde a Antiguidade, os mármore constituem um dos temas mais importantes e de relevante significado histórico, artístico e científico, entre os materiais utilizados pelo Homem e a relação com o seu uso.

O exemplo sobre a atividade milenar dos mármore deve-nos levar a questionar como terá sido possível, em tantos séculos de utilização de um recurso geológico a partir da lavra das suas pedreiras, coabitar com a necessidade de preservar o território. É a partir desse entendimento que devemos refletir sobre o futuro da indústria dos mármore.

Os mármore que foram destinados a satisfazer a encomenda da arquitetura e da escultura, desenvolvida pela génese da arte dos canteiros ao longo dos séculos, são uma imagem marcadamente cultural do Alentejo. Não podemos ficar indiferentes à qualidade da obra e do mármore utilizado nas construções das cidades e vilas, onde a expressão máxima é revelada nos detalhes artísticos dos principais edifícios nobres e religiosos, cuja arquitetura é ao mesmo tempo uma manifestação vernacular.

Para compreendemos o que foi a exploração e a aplicação dos mármore, é necessário enquadrar a história da arte nos ciclos em que foi desenvolvida. Sempre foi assim, a lavra das pedreiras tem conhecido as oscilações entre maior ou menor procura, instigada por questões sociais, políticas, económicas ou religiosas.

Temos de entender a relação existente entre a qualidade do material e o conhecimento do mestre ou do técnico nas diversas fases da sua intervenção. Sem entendermos quais foram os modelos e as técnicas utilizadas pelos artistas da cantaria, sem os instrumentos que a evolução tecnológica hoje proporciona à indústria dos mármore, dificilmente se entenderá o que foi a sua evolução artística. Esse exercício tem de ser assumido. Há uma história por revelar sobre o modelo de lavra das pedreiras, de talhe dos blocos, de transporte dos mesmos e da sua utilização. Tal como hoje se conhece, sempre existiu uma organização da atividade de exploração e de transformação extremamente hierárquica. Desde a lavra na pedreira até à condução da pedra ao estaleiro do canteiro, tudo decorria numa organização acordada por instrumentos contratuais.

O período do Renascimento provocou nas artes do ofício do canteiro um novo conhecimento sobre os materiais marmóreos, numa transmissão de saber teórico e de prática oficial, processo que tem decorrido de geração em geração e que se prolongou até ao século XXI.

Não será exagero evidenciar o interesse que o estudo dedicado ao património e história da indústria dos mármore despertou na comunidade académica e no público em geral. Não hesitamos em afirmar que estamos em posse de um interessante instrumento para a historiografia sobre um sector da economia. Trata-se ainda de um repositório de informação transversal a ter em conta nas futuras políticas sobre o território. Iniciado no ano 2012, com a pesquisa e a inventariação de fontes primárias e bibliográficas, o estudo PHIM – Património e História da Indústria dos Mármore tem revelado informações inéditas de casos sobre a lavra das pedreiras, a organização da encomenda, a arte de talhar o mármore e a sua utilização na arquitetura e escultura como nenhum outro projeto teve sobre um estudo multidisciplinar de um sector de actividade económica em Portugal.

Na sequência do trabalho desenvolvido para a dissertação de mestrado sobre o tema “O património edificado em Vila Viçosa no século XVIII: encomenda, financiamento e construção”², foi possível um contacto de maior proximidade com a indústria dos mármore, observando a necessidade de globalmente aprofundar o tema sobre a indústria no século XVIII. Nesse âmbito, foi possível avançar para um maior conhecimento sobre a organização da encomenda, o financiamento e a construção do património em Vila Viçosa, estudo esse enquadrado nas encomendas e relações entre os encomendadores e os mestres canteiros. Procurámos reunir elementos associados às encomendas sobre mestres pedreiros, de pedraria, canteiros e outros de sua relação.

Um outro contributo significativo para o desenvolvimento de um trabalho de conjunto que agrupasse globalmente a informação sobre a problemática das pedreiras de exploração e transformação na região do Alentejo é dado, desde 2012, através do já mencionado projeto Património e História da Indústria dos Mármore³. Este estudo, do qual fazemos parte, tem desenvolvido um trabalho de investigação multidisciplinar, que tem revelado um conjunto de informações inéditas, identificando nomes e obras relacionados com o ofício de canteiro.

² Filipe, Carlos. “O património edificado em Vila Viçosa no século XVIII: encomenda, financiamento e construção”. Mestrado, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, 2015.

³ Consultar: <https://marmore-cechap.pt>.

1. A LAVRA NAS PEDREIRAS DE MÁRMORE NO SÉCULO XVIII NOS CONCELHOS DE BORBA, ESTREMOZ E VILA VIÇOSA

O século XVIII é um século de intensa lavra nas pedreiras de mármore. A procura intensificou-se a partir da encomenda destinada à capela-mor da Sé de Évora, como podemos mais adiante observar.

As encomendas surgiam de importantes mercados, como Lisboa, Évora, Elvas, Campo Maior, Portalegre e tantos outros lugares do Alentejo e do país, mas também de Espanha.

Conforme anteriormente apontámos, durante o trabalho de mestrado, concentrámos as nossas atenções num período do século XVIII, onde procurámos evidenciar a atividade das pedreiras de mármore nos concelhos de Borba, Estremoz e Vila Viçosa. O conjunto da informação reunida foi largamente ampliado pela pesquisa de novas fontes, trabalho desenvolvido pela equipa de investigadores do projeto Património e História da Indústria dos Mármore.

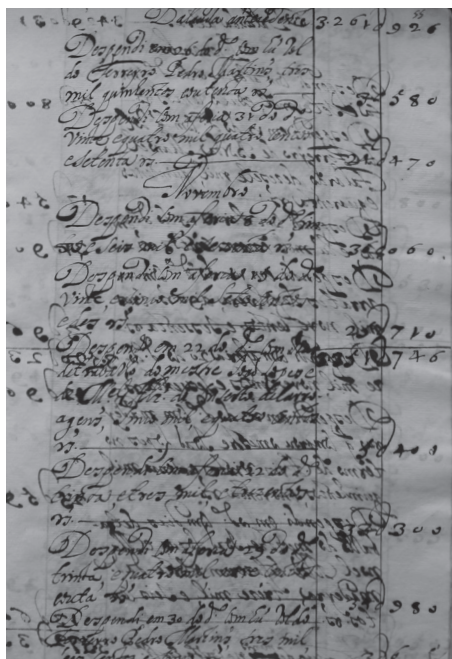
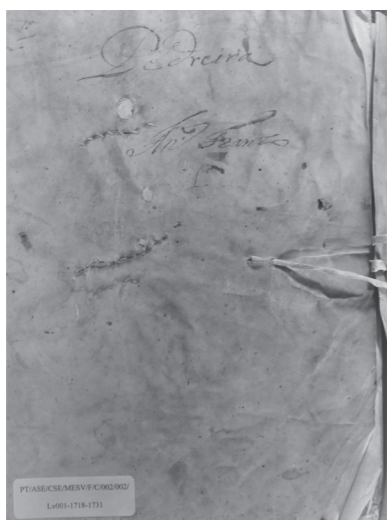
Existem escassos estudos para os séculos XVIII e XIX na geografia alentejana sobre a organização do estaleiro das pedreiras, os métodos de trabalho e os instrumentos utilizados ou a relação desta atividade com a dos seus fornecedores⁴.

Para a organização das encomendas de arquitetura, investigámos, com o apoio de outros estudos publicados, a temática da organização do estaleiro, a participação dos artífices nas empreitadas. O problema surgiu ao longo da nossa investigação por falta de documentação sobre a contabilidade dos empreiteiros, com as descrições dos dinheiros recebidos e dos pagamentos efetuados, condição essencial para compreendermos a dimensão e a rede fornecedora do estaleiro.

A atividade das pedreiras de mármore da região de Vila Viçosa mobilizava recursos significativos, não só humanos, mas também materiais, em que a deslocação às pedreiras dos mestres canteiros não podia deixar de acontecer para o bom cumprimento da encomenda. É neste contexto que o trabalho dos canteiros no estaleiro tem de ser compreendido, pela dimensão e pela exigência da encomenda. Para compreendermos a lavra das pedreiras e o trabalho nos telheiros e nas oficinas de canteiro que remonta ao século XVIII, contamos com a informação recolhida em fontes orais a antigos cabouqueiros e canteiros da região de Vila Viçosa. Foi por nós constatado que o processo de trabalho nas pedreiras e nas oficinas

⁴ Soares, Clara Moura. “A lavra das pedreiras e o estaleiro das obras de restauro do mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XIX”. Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999.

de canteiro não se alterou até ao primeiro quartel do século XX⁵. Outra fonte a que recorremos foi o fundo do Cabido da Sé de Évora⁶, nos livros da despesa com a obra da capela-mor, realizada na primeira metade do século XVIII, em que podemos encontrar elementos sobre a encomenda dos mármore, as pedreiras, os transportes, os pagamentos dos materiais e das férias aos seus artífices (Figs. 1 e 2).



À esquerda:

Figura 1 - PTASECSEC002
Lv001-1718-1731 - Registo
das Despesas da Pedraria de
Estremoz.

À direita:

Figura 2 - *Idem*, fls. 55.

⁵ Filipe, Carlos, e Ricardo Hipólito. *Património industrial: História da Indústria do Mármore - "do Trabalho à Memória"*. Vila Viçosa, 2011 (Proposta de projeto apresentada ao CECHAP).

⁶ Arquivo da Sé de Évora (ASE), Cabido da Sé de Évora (CSE), livro n.º 001 - 1718-1731 - *Registo das Despesas da Pedraria de Estremoz* (PT/ASE/CSE/C/002). ASE, CSE, livro n.º 002 - 1731-1735 - *Registo das Despesas da Pedraria de Estremoz* (PT/ASE/CSE/C/002).

Incluiremos uma abordagem histórica sobre a lavra das pedreiras e o fornecimento e o transporte dos mármore, identificando as possíveis pedreiras fornecedoras nas empreitadas⁷.

2. A ORGANIZAÇÃO DOS CONTRATOS DE LAVRA DAS PEDREIRAS

Iniciado o trabalho dos cabouqueiros na pedreira, o canteiro acompanhava a seleção dos blocos para utilizar na obra, havendo um telheiro junto à pedreira onde se procedia ao desbaste dos blocos antes do transporte para o destino. Esse processo manteve-se ao longo da história até ao século XX, como foi observado nos anos '30 pelos técnicos de então⁸. O cabouqueiro trabalhava por conta própria, estabelecendo um contrato de arrendamento com o proprietário do terreno. De seguida, estabelecia um acordo com o canteiro para o fornecimento das pedras. Na maior parte das vezes, os blocos eram extraídos e transformados em cantaria, sendo vendidos a empreiteiros ou então aos canteiros.

Estabelecendo um contrato notarial, as partes asseguravam o arrendamento da pedreira por um determinado período, estabelecendo o número de cabouqueiros que deviam permanecer no decorrer da lavra e o valor da renda anual. As obrigações ficavam asseguradas pelas condições de cada uma das partes, fixando as penalizações em caso de incumprimento, bem como a substituição dos oficiais em caso de doença, morte ou abandono, para que o efetivo de oficiais se mantivesse.

Identificámos, por uma escritura de arrendamento de uma courela de terra na freguesia de São Tiago de Rio de Moinhos, firmada a 17 de março de 1723 no cartório da antiga vila de Estremoz⁹, um contrato assumido por cabouqueiros, moradores em Bencatel, explorando uma pedreira, como abaixo se descreve (Fig. 3):

⁷ Fundos notariais do Arquivo Distrital de Évora (escrituras de arrendamento de pedreiras no concelho de Vila Viçosa e Borba).

⁸ Ribeiro, Félix. “A indústria dos mármore. Tese apresentada ao I Congresso da União Nacional”. *Congresso da União Nacional*. Lisboa: Oficina Fernandes, 1934, 29: “O chamado telheiro é a pequena oficina de canteiro, a oficina do pequeno industrial empreiteiro, algumas vezes constituído o pessoal pelos varões duma mesma família”.

⁹ Arquivo Distrital de Évora (ADEVR), Cartório Notarial de Estremoz (CNETZ), Livro de Notas n.º 78, fls. 125v.-127v. *Escreptura de Arendamento do Terreno de Huma Courella para Huma Pedrejra que Arenda Maria Cortes Veuva que Ficou de Antonio Martins a João Lopes e a Thome Martins* (PT/ADEVR/NOT/CNETZ/001/0082).

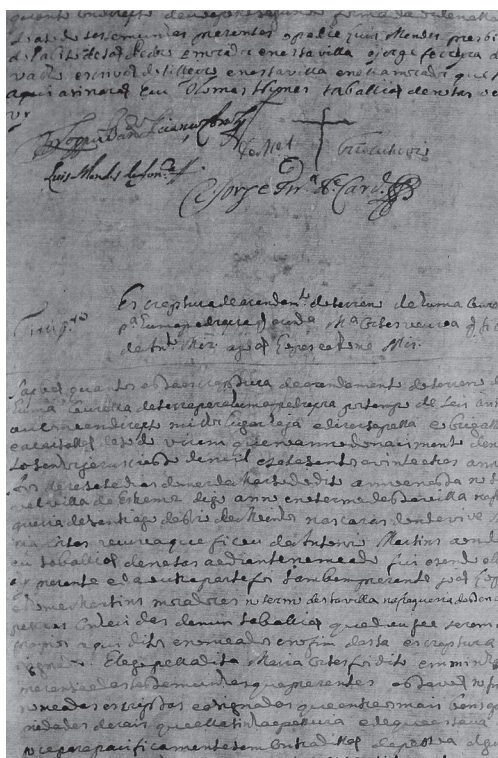


Figura 3 - PT-ADEVR-NOT-CNETZ-001-0078, fls. 125V.

Saybão quantos esta escriptura de arrendamento do terreno de huma courella de terra pera huma pedreyra por tempo de seis annos ou como em direyto melhor lugar haja e dizer se possa e obrigassão e aceitassão de todo virem que no anno do nascimento de nosso senhor jesus cristo de mil e setesentos e vinte e tres annos Aos dezesete dias do mes de Marso do dito anno e nesta notavel villa de Estremoz digo anno e no termo desta villa na freguezia de Santiago de Rio de Moinhos nas cazas donde vive Maria Cortes veuva que ficou de Antonio Martins aonde eu taballião de notas ao diante nomeado fui e sendo ella ahi presente e da outra parte foi tambem presente joão Lopes e thome Martins moradores no termo desta villa na freguesia de Bencatel pessoas conhecidas de min taballião que dou fee serem os propios aqui ditos e nomeados e no fim desta escriptura assignados. E logo pella dita Maria Cortes foi dito em minha prezença e das testemunhas que presentes estavam no fim nomeadas escriptas e assignadas que entre os mais bens e propiedades de rais que ella tinha e pessua e de que estaua de poce para pacificamente sem contradissão de pessoa alguma era bem assim de huma courella de terra sita no termo desta villa na freguezia de santiago de Rio de Moinhos [fl. 126] na erdade do monte do franco que parte de huma parte com a erdade da salgada e pella outra com courella de francisco gomes Maneta e com outras mais confrontassois e devizois con quem mais de dereyto dereytamente deua e haja a dita courella de terra de partir demarcar e confrontar a qual courella de terra atras declarada e confrontada dice ella dita Maria Cortes era sua e como tal della arendava o terreno pera huma pedreyra com a obrigassão de lhe não agravarem as oliueyras que tem a dita courella nem terra boa

della de lavoura e de não trabalharem na dita pedreyra mais de tres ofeciais todos os dias de servisso durante este arendamento e adoe-
cendo algum ou deixando de trabalhar na dita pedreyra por algum
empedimento no fim do arendamento se acabarão de prehenxer dos
homens que deixarem de trabalhar ou dentro do mesmo arenda-
mento os poderão acrecentar en termos que se preenchão os ren-
deyros a respeito de tres homens de servisso todos os dias com mais
condissão de ella senhoria não poder arendar a dita courella de terra
pera pedreyra a outrem durante este dito arendamento cujo arenda-
mento fazia aos ditos João Lopes e a thome Martins que presentes
estauão por tempo de seis annos compridos e acabados as quais hão
de principiari de correr e ter principio pello primeyro dia deste pre-
zente mez de Marso desta presente era de mil e setesentos e vinte
e tres e hão de acabar pello ultimo dia do mez de feuereyro do anno
de mil e setesentos e vinte e nove ou tempo que for e na verdade se
achar compridos e acabados os ditos seis annos e de todo perfeitos
e por presso e renda en cada hum dos ditos seis annos de nove mil
e seissentos reis pagos en dois pagamentos en hum como o outro
a valer quatro mil e outosentos reis pello primeyro dia do mez de
Marso e os outros quatro mil e outosentos reis pello ultimo dia do
mez de Agosto de cada hum anno e o primeyro pagamento que elles
ditos rendeyros hão de fazer a dita senhoria sera pello primeyro dia
do mez de Marso presente primeyro en que com ella decorrer e ter
principio este dito arendamento e o segundo pagamento sera pello
ultimo dia do mez de Agosto deste mesmo anno [...] ¹⁰.

As encomendas eram asseguradas, por norma, por escritura pública. Quando não era possível ao encomendador estar presente, este designava um procurador para o representar na assinatura. No caso do arquiteto João António de Pádua, este passou uma procuração juntamente com padres do Real Convento de São Domingos de Lisboa, para ser representado na escritura contratual de pedra mármore de Estremoz, destinada a uma obra no Convento de Lisboa (Figs. 4 e 5).

Saibão quantoz este publico Instrumento de escriptura de Contrato e
obrigaçam ou como em direyto melhor Lugar haja virem que no anno
do nascimento de nosso Senhor Jezus Christo de mil settecentos e
quarenta e sinco annos aos outo dias do mes de Junho do dito anno
em esta notauel villa de Estremos no escriptorio de my taballiam
foram presentes de huma parte frey Antonio do Couto Relligiozo
da ordem de Sam Domingos morador em o Conuento do dito Santo
da cidade de Elvas estante ao presente nesta dita villa e bem asim
Diogo Mendes Pinto mestre pedreyro morador nesta villa pesoas
que Reconheço e dou fe serem os proprios de que trato no fim desta
escriptura assignados com as testemunhas que presentes estauam
perante as quaez e em minha prezença pello sobredito Reverendo
Padre frey Antonio do Couto foi ditto que elle era Procurador bas-
tante dos Relligiozos do Real Conuento de Sam Domingos Citto na

¹⁰ ADEV, CNETZ, Livro de Notas n.º 146, fls. 61-63. *Escritura de Contrato e Obrigação entre o Reverendo Prior do Convento de São Domingos de Lisboa e Diogo Pinto, Mestre Pedreiro de Estremoz*, 8 jun. 1745 (PT/ADEV/NOT/CNETZ/001/0150). Agradecemos ao Dr. Artur Goulart a disponibilização desta fonte documental.

cidade de Lisboa e logo o mostrou Ser por huma procuraçam que apresentou Reconhecida pello taballiam Manoel de Oliueira na ditta Corte Cujá procuraçam hirá inCorporada nesta escriptura e que os ditos seus constituintes pello Architecto Joam Antonio de Padua de seu mandado e Consentimento se contratara com o Mestre Diogo Mendes Pinto que presente estaua em Certa quantia E pedras acabadas de suas mãos e postas promptas para Serem Remetidas á ditta Corte por Conta e Risco dos dittos seus constituintes cujo Contrato Se fizera pella forma e maneyra seguinte a saber seis figuras pello preço de sesenta moedas de Ouro de quatro mil e outocentoz cada huma Duas pedras para hum sacrario e duas para dois Anjos pello preço de desasseis moedas de quatro Mil e outocentos cada huma E seis Anjos e quatro [fl. 61v.] azas pello preço de dezassete Moedas de ouro de quatro mil e outocentoz e assim mais quatro azas pello preço de outo moedas de quatro mil e outocentoz cada huma e huma pedra para o padustal da senhora do Rozario por preço de sinco moedas de ouro da sobredita quantia cujas pedras em Numero fazem vinte e sinco e a Sua importancia de cento e seis moedas de ouro ordinarias da Conta e quantia declarada com a Clauzulla e condiçam de ser toda a pedraria de boa qualidade Liure de ueyas negras e posta prompta the dia de Natal que ha de vir deste presente anno no principio desta escriptura deClarado e Seram as ditas pedras conforme Os moldes e grandeza que para ellas lhe deu o ditto architecto e porque huma das condições [...].

3. ENTRE A OFERTA E A PROCURA: EMPREITADAS, MESTRES E A CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADES

Neste capítulo, procuramos trazer um exemplo das sociedades que se constituíram, os seus sócios e o seu desempenho profissional em cada uma das empreitadas constituídas em Vila Viçosa na segunda metade do século XVIII.

Era comum a constituição de sociedades entre mestres de várias profissões, sempre que as encomendas assim o exigissem. Encontrámos em várias obras acordadas a presença de um ou dois mestres a assumirem o contrato. Por vezes, devido à sua dimensão, a obra exigia a realização de subempreitadas ou a constituição de sociedades com outros colegas de profissão para a concretização dos trabalhos acordados.

Destacamos três nomes, que, devido ao número de obras contratadas em que estiveram envolvidos, merecem um estudo biográfico mais aprofundado. Trata-se de José Francisco de Abreu, Gregório das Neves Leitão e José Mendes Brochado. O primeiro, sendo um canteiro oriundo da região de Torres Vedras, de competência teórica e talento artístico, era também um empreiteiro reconhecido, com condições financeiras, capaz de assumir contratos de grande montante. Verificámos pela documentação que José Francisco de Abreu, identificado em alguns documentos como “arquiteto”, desenvolveu empreitadas em simultâneo em Elvas, Vila

Viçosa, Campo Maior, Barbacena e Monforte. Essa situação só era possível com a participação de outros companheiros de ofício ou similares de confiança, para que pudesse à distância confiar na boa execução das obras. Identificámos um telheiro que José Francisco de Abreu manteve numa pedreira de Borba. Na parte final do artigo, juntamos um resumo biográfico de informações sobre a atividade deste interessante mestre.

Quanto a Gregório das Neves Leitão, natural de Barcarena, terá ido para o Alentejo à procura de trabalho. Foi um canteiro dedicado à sua profissão, talhando o mármore de uma forma exímia, algo que pode ser testemunhado ainda hoje, um pouco pelos diversos centros artísticos do Alentejo. Percorrendo o mesmo espaço que José Francisco de Abreu, pois mantiveram trabalhos em várias sociedades, a sua obra concentrou-se na encomenda da cantaria, situação diferente do seu sócio, que acordou outros trabalhos para a arquitetura.

Finalmente, José Mendes Brochado, natural de Vila Viçosa, mestre de obras reais, terá ingressado no ofício de pedreiro ao serviço da Casa de Bragança, vindo a tornar-se também um empreiteiro reconhecido. É autor de várias obras contratadas, como os edifícios dos municípios de Redondo e de Vila Viçosa, neste último, em sociedade com José Francisco de Abreu. Constatámos igualmente ter estado associado a outras tantas encomendas de pedraria, assumidas a sós ou em sociedade, quer em Vila Viçosa, quer em Borba.

Nos documentos que consultámos para identificar os nomes dos mestres para cada contrato ajustado, verificámos existir uma rede de interesses entre os empreiteiros arrematantes e os vários mestres que figuravam nas escrituras, alternando de acordo com os interesses de cada momento. Os intervenientes, por vezes, serviam como testemunhas, outras como fiadores ou abonadores ou mesmo como sócios nas empreitadas.

Contrariamente à experiência de sociedade que tiveram os mestres Gregório das Neves Leitão e José Francisco de Abreu, na cidade de Elvas, para a construção da capela-mor da Sé, em que os sócios assumiram a encomenda com o bispo elvense nas condições contratuais em plena solidariedade de direitos e deveres, o mesmo não aconteceu em Vila Viçosa, nas obras em que estiveram envolvidos. Não encontrámos nas fontes documentais provas da existência de sociedades ou parcerias assumidas entre os dois mestres em Vila Viçosa, não querendo isto dizer que não possam ter existido. É provável que o mestre canteiro Abreu, nas obras que arrematou, se tenha ajustado com o seu companheiro Gregório Leitão para a campanha realizada entre os anos de 1754 e 1757. Nesse período, decorreram em simultâneo as intervenções na igreja de Nossa Senhora da

Graça (Agostinhos), a edificação da câmara e da cadeia e o provável início da edificação da igreja de Nossa Senhora da Lapa, todas elas atribuídas ao risco e apontamentos do “arquiteto” José Francisco Abreu (Figs. 6, 7 e 8).





Na página anterior

Em cima:

Figura 6 - Câmara Municipal de Vila Viçosa (1754-1757).

Em baixo:

Figura 7 - Igreja dos Agostinhos - bastrada do coro-alto - Vila Viçosa (1754).

Figura 8 - Igreja de Nossa Senhora da Lapa dos Milagres - Vila Viçosa (1757-1769).

Nas várias empreitadas, os mestres foram sendo utilizados pelos arrematantes de acordo com o interesse de cada momento, como se verá a seguir.

Para as empreitadas, foi necessária a participação de mestres canteiros e de outros artistas de apurada competência técnica, administrativa e artística, o que nos reforça a pensar que o arrematante José Francisco de Abreu teve necessidade de fazer sociedade ou parceria com os outros mestres, conforme se pode depreender do contrato de subempreitada para o trabalho de carpintaria destinado à obra da Câmara e da cadeia, escritura realizada em 1756, em que o canteiro Gregório aparece com procuração de António de Sequeira Ramalho, morador na cidade de Elvas, o que é revelador da continuação da ligação ao mestre canteiro José Francisco de Abreu e da sua presença em Vila Viçosa.

Ainda sobre a construção do edifício da Câmara de Vila Viçosa, houve necessidade de expropriar casas e terrenos para a sua edificação, sendo nomeado como avaliador em representação da Fazenda Real o mestre José Mendes Brochado, ficando com a tarefa de atribuir o valor a cada imóvel. Aquele mestre, após arrematada a obra, vai constar na escritura do contrato de março de 1754 para a construção do edifício, figurando na qualidade de fiador do arrematante José Francisco de Abreu. Mais tarde, na subempreitada de fornecimento de materiais de carpintaria da mesma obra, consta no contrato a sua participação em sociedade com José Francisco de Abreu.

Outro exemplo de sociedade é a participação, como empreiteiro, de José Mendes Brochado, no ano de 1758, com Gregório das Neves Leitão, além de outros mestres associados, para a construção dos retábulos da igreja dos Agostinhos (Fig. 9).



Para além das sociedades constituídas nesta vila, José Mendes Brochado, Gregório das Neves Leitão e José Francisco de Abreu, fora de Vila Viçosa, mantinham paralelamente outras encomendas de arquitetura, assumidas em novas sociedades com outros mestres ou unipessoalmente. Os três mestres assumiram contratos de obras que decorreram em prazos simultâneos. José Francisco de Abreu, entre os anos 1754 e 1757, esteve ligado a várias empreitadas em Vila Viçosa, Elvas, Campo Maior, Barbacena e Monforte (Figs. 10 a 13). O mestre José Mendes Brochado esteve ligado, no período de 1752



Na página anterior:
Figura 9 - Igreja dos Agostinhos - Altar-mor - Vila Viçosa (1758-1763).

À esquerda:
Figura 10 - Igreja de Nossa Senhora da Assunção [antiga Sé] - Altar-mor - Elvas.

À direita:
Figura 11 - Palácio dos Carvajais - Campo Maior.

Em baixo:
Figura 12 - Igreja Matriz - Barbacena.



Figura 13 – Câmara Municipal de Monforte.

a 1760, a outra que terá arrematado na vila de Redondo uma obra de arquitetura, construção do novo edifício da Câmara Municipal e na então vila de Borba para a reconstrução do Convento do Bosque, no ano 1756¹¹. Quanto ao mestre canteiro Gregório das Neves Leitão, igualmente com obras em Vila Viçosa, terá assumido outras empreitadas entre os anos de 1754 e 1760, nas cidades de Elvas e Portalegre¹².

Gregório das Neves Leitão – Mestre canteiro, nasceu em Barcarena, concelho de Oeiras, e lá encontrou o ensino da profissão. Muito cedo começa a ter atividade enquanto canteiro, alcançando encomendas. Aos 21 anos encontrava-se ativo na cidade de Portalegre, onde, com outros

¹¹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Reino (MR), Consultas à Junta da Sereníssima Casa de Bragança, mç. 521, cx. 649, fl. 55. Ver ainda a citação, Teixeira, José de Monterroso. *O Paço Ducal de Vila Viçosa*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1983, 103.

¹² Consultar anexo: Quadros dos mestres – Cronologia de obras.

mestres, fez um contrato de sociedade com os religiosos do Convento de São Bernardo para a execução de uma obra de cantaria. Provavelmente, já se encontrava em 1743 na cidade de Elvas, onde assumiu vários contratos de obras até 1752, ano em que esteve ligado a boa parte das encomendas. Fora da cidade de Elvas, participou numa obra que concluiu no ano 1752, no palácio de Queluz. Esteve até ao ano de 1754 a trabalhar em Elvas e no ano seguinte, em setembro, já morava em Vila Viçosa, certamente acompanhando alguns dos trabalhos de cantaria a pedido do seu antigo sócio, o “arquiteto” José Francisco de Abreu. Encontrando-se com a sua oficina de canteiro em Vila Viçosa, estabelece um contrato para a construção de um retábulo com os religiosos do Convento de Santa Maria de Agostinhos Descalços de Portalegre, em julho de 1757¹³. Em Vila Viçosa, já sem o seu companheiro “arquiteto”, assume, em 1758, em sociedade com outros mestres, importantes trabalhos de cantaria, como a execução do retábulo da capela-mor e das capelas laterais do cruzeiro da igreja de Nossa Senhora da Graça (Agostinhos) e a obra de cantaria da capela-mor da igreja da Senhora da Lapa, no ano de 1759. No ano de 1764, acorda com a Irmandade da Misericórdia de Évora um contrato para executar a cantaria da portada da sua igreja¹⁴.

Não encontrámos documentos que o comprovem, mas estamos em crer que terá executado, em mármore, quatro capelas da igreja de São Bento e um retábulo para a capela da Irmandade dos Terceiros de São Francisco, na igreja do Convento de Nossa Senhora da Esperança, todas em Vila Viçosa. A nossa convicção vai no sentido de que são obras daquele período e seguem a linguagem estilística utilizada pelo mestre canteiro.

O regionalismo alicerçado na policromia marmórea impõe-se. No entanto, a importância dos materiais é relativa em qualquer atividade artística. Não sendo determinante a dureza, a flexibilidade ou a textura dos materiais, ao artista é exigida criatividade, conhecimento técnico e proficiência. O trabalho do artista canteiro desenvolve-se não apenas pela prática quotidiana da utilização das ferramentas, mas tem também de ser complementado por um conhecimento teórico, para que a conceção da sua própria obra artística se concretize.

O canteiro Gregório é determinante na execução dos riscos do “arquiteto” Abreu. Sem a sua capacidade e gosto artísticos, a arte final poderia ter sido bem diferente. A parceria foi interrompida por morte do “arquiteto”, em

¹³ Arquivo Distrital de Portalegre (ADPTG), Cartório Notarial de Portalegre (CNPTG), *Livro de Notas* n.º 025 a fls. 84v.-85v. (PT-ADPTG-CNPTG02-01-025). Obtivemos esta informação, que agradecemos, através de Fernando Correia Pina.

¹⁴ ADEVR, Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Évora (AHSCMEV), *Livro de Lembranças* n.º 29, 1764-1776, fls. 22v.-23v.

1757, mas ficaram certamente os apontamentos e riscos destinados às obras em Vila Viçosa. Após a morte daquele, o mestre Gregório soube transpô-los para as obras que executou, como é o caso da igreja de Nossa Senhora da Graça (Agostinhos) (Figs. 14 e 15).



À esquerda:

Figura 14 - Igreja dos Agostinhos - Altar colateral cruzeiro - Vila Viçosa.

À direita:

Figura 15 - Igreja dos Agostinhos - Altar colateral cruzeiro - Vila Viçosa.

Fiança que deu Gregório das Neves Leitan à obra da Capela dos Monges de Santo Agostinho distribuída a 20 de Junho de 1758.

Em nome de Deus amém saibam quantos este público instrumento de escritura de fiança a bonança de declaração com a gorança ou como em dinheiro melhor deva ser e poderem vir que no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos cinquenta e oito anos aos treze dias do mês de Junho nesta Vila Viçosa nas casas de morada do doutor desembargador ouvidor Miguel de Oliveira Guimarães e Castro e cujas casa eu tabelião adiante nomeado fiz sendo ali presente José Mendes Bruchado mestre alvinéu e Gregório das Neves oficial de canteiro e Bento da Silva oficial de canteiro como procurador bastante de Joan da Costa Torres oficial de canteiro como

consta da procuração bastante que me apresentou e que no fim desta escritura irá tresladada pelas pessoas reconhecidas de mim tabelião e nomeadas as testemunhas desta escritura no fim assinadas e consignadas. E logo pelos mesmos foi dito em presença de mim tabelião e das ditas testemunhas que era verdade que haviam tomado e rematado a obra do altar mor e colaterais em uma da Igreja do Convento de Santo Agostinho desta villa pella quantia de quinze mil cruzados e obrigação de faze-la e executa-la na forma dos riscos e apontamentos se risca chamando dele o dito doutor desembargador ouvidor para a fazerem com todas as cláusulas e condições e a segurança assim da obra com o de todo o prejuízo que podia resultar a referida féria e que para segurança da sua arrematassem davam fiadores e principais pagadores de coisa própria a parte de José Mendes Bruchado assinam Nunes Rosa oficial de curtidor morador na villa de Borba e pela parte que pertenceu os ditos Gregório das Neves e João da Costa Torres [...]»¹⁵

Todavia, esta importante obra demonstra que, ao longo do seu percurso, nas diferentes edificações em que participou, utilizou particularmente os mármore brancos, ruivina (escuro) e pedra lioz (avermelhado), preocupações de carácter estético reveladoras da sua própria proveniência artística.

Com a irmandade da igreja da Senhora da Lapa dos Milagres, em Vila Viçosa, o canteiro Gregório das Neves Leitão acordou uma encomenda, por escritura de 1 de fevereiro de 1759, para a obra do retábulo da capela-mor daquela igreja¹⁶ (Fig. 16).



Figura 16 – Igreja de Nossa Senhora da Lapa dos Milagres – Altares – Vila Viçosa.

¹⁵ ADEVR, Cartório Notarial de Vila Viçosa (CNVVC), *Livro de Notas* n.º 271 a fls. 37v.-40.

¹⁶ ADEVR, CNVVC, *Livro de Notas* n.º 292 a fls.119-121.

Logo que o contrato ficou assinado, o empreiteiro Gregório Leitão recorreu ao estabelecimento de um contrato de sociedade com outros mestres: Francisco Miguel Cordeiro, mestre canteiro, Luís das Neves Leitão, canteiro, e João da Costa Torres, canteiro, cujo objetivo era a obra referida.

As condições da sociedade foram estabelecidas entre os mestres, por escritura feita no cartório notarial de Vila Viçosa, em 7 de fevereiro de 1759¹⁷. Estes anuíram fazer todo o trabalho nas condições, nos riscos e materiais a utilizar descritos na escritura que o empreiteiro Gregório Leitão fizera com a Irmandade de Nossa Senhora da Lapa. Tratando-se de uma empreitada, ficou acordado que cada mestre, no decurso da obra, recebesse uma jorna diária de valor fixo. O restante valor seria repartido entre os sócios no final da empreitada¹⁸ (Fig. 17).

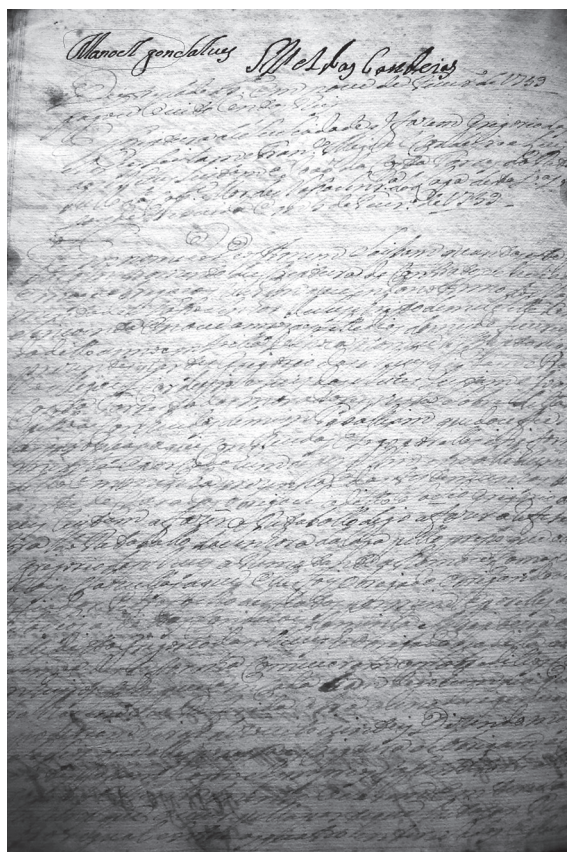


Figura 17 – PT-ADEVN-NOT-CNVV-Livro de Notas n.º 270, fls. 113v.

¹⁷ ADEVN, CNVVC, Livro de Notas n.º 270 a fls. 113v.-114.

¹⁸ Cf. Espanca, Túlio. “Igreja de Nossa Senhora da Lapa de Vila Viçosa”. In *Cadernos de História e Arte Eborense. Estudos Alentejanos*. Évora: Livraria Nazareth, 1975, 41-42.

[...] contrato de sociedade e mais obrigações virem que no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos cinquenta e nove anos e sete dias do mês de Fevereiro do dito ano em Vila Viçosa e morada de mim tabelião se acham presentes partes Gregório das Neves Leitão mais Francisco Miguel Cordeiro e Luís das Neves Leitão e João da Costa Torres todos moradores nesta sobredita vila todos conhecidos de mim tabelião que dou fé serem os próprios os quais conhecidos e logo por eles está formada e por cada um por si saber dizer que foi dito em presença das testemunhas abaixo assinadas e declaradas obriga-se o dito sócio Gregório da Neves Leitão a fazer o retábulo da referida obra da Senhora da Lapa pelo preço que o dito Gregório das Neves arrematante e arrematou com condições e cláusulas a que ele foi obrigado e obrigando-se de entregar fiador pedras como de todas formalidades e eles ditas sanções e ditas condições da minha escritura a que ele mestre Gregório das Neves se obrigado pela dita obra sendo desta forma comunicarem aos sobreditos companheiros que em cada um dia que trabalharem na mesma referida obra além de dispêndio não poderiam tirar dezoito mil réis. dizendo mais eles a todos que deles passassem escritura de obrigação e capaz de fazer com eles próprios [...]¹⁹.

Artista na sua profissão de canteiro escultor, deixou obra reconhecida em diversos lugares, como Portalegre, Elvas, Queluz, Vila Viçosa, Portel ou Évora. Terá chegado a Vila Viçosa a partir de 1754, por ligação a José Francisco de Abreu, para participar na obra da igreja de Nossa Senhora da Graça (Agostinhos) e aí terá permanecido com a sua oficina de canteiro em outras empreitadas.

José Mendes Brochado – Mestre das reais obras do paço, ao serviço da sereníssima Casa de Bragança, no tempo de D. João V, prolongou a sua atividade até ao reinado de D. José I. Desconhecemos o início da sua formação. Contudo, a identificação como “mestre das obras do paço”²⁰ leva a crer que o seu percurso profissional se terá iniciado com o ciclo de obras desenvolvidas pela casa ducal. Na atividade empreendida ao serviço da Casa de Bragança, procurou certamente empenhar-se no estudo das letras e dos números, condição essencial para a elaboração de cálculos orçamentais e que viria a ser determinante para a sua futura carreira profissional.

Já reconhecido como mestre de obras, fez parte de uma sociedade em 1739, em Vila Viçosa, para a construção da cadeia, juntamente com o arquiteto-pedreiro Manuel da Costa Negreiros, da cidade de Lisboa, e de outros mestres²¹. Na referida obra, foi nomeado tesoureiro, com a obrigação

¹⁹ ADEV, CNVV, *Livro de Notas* n.º 292 a fls. 118v.-121.

²⁰ Cf. Teixeira. *O Paço Ducal de Vila Viçosa*, 104.

²¹ Falcão, José António. “O arquiteto Manuel da Costa Negreiros e a formação de uma sociedade para a construção da cadeia de Vila Viçosa em 1739, considerações em torno de um documento quase esquecido”. *Callipole*, 1 (1993): 77-87.

de administrar e acompanhar a empreitada e de apontar nos livros todas as receitas e despesas.

Participou de novo noutra empreitada importante, a construção do edifício da Câmara e da cadeia de Vila Viçosa, em sociedade com o “arquiteto” José Francisco de Abreu, em 1754.

Devido à ruína provocada pelo terramoto de 1 de novembro de 1755, arrematou, em 1756, a obra de reedificação do Convento da Piedade, no Bosque, em Borba²² (Fig. 18).

Terá sido mestre de obras e empreiteiro no Convento de Nossa Senhora da Esperança, em Vila Viçosa, num tempo de acomodações do próprio espaço conventual, até 1758, e do arranjo dos muros da cerca, em 1789²³ (Fig. 19).

José Francisco Abreu – Mestre canteiro que alguns historiadores identificam como “arquiteto”, com ligação à escola de Mafra²⁴ ou à campanha da construção da capela-mor da Sé de Évora²⁵, enquadra-se na nova geração de mestres da campanha tardobarroca do século XVIII.

É sempre difícil analisar, do ponto vista da história da arte, a tendência estética de um mestre ao qual estiveram associadas diferentes encomendas, executadas em simultâneo para a arquitetura civil e religiosa. Assim acontece com o “arquiteto” José Francisco de Abreu. Não se conhecendo o seu percurso de formação, legou ao Alentejo um conjunto de obras artísticas onde participou. É identificado nos documentos contratuais com vários atributos profissionais: pedreiro, mestre canteiro, mestre de obras, medidor ou ainda arquiteto. Não encontramos uma coerência para esses atributos de acordo com a encomenda, não restando dúvidas de que a sua atividade esteve associada sobretudo às obras de cantaria. É-lhe reconhecido o gosto pela utilização dos mármore locais, branco e escuro, incluindo no ambiente que virá a triunfar na segunda metade do século XVIII, no predomínio da arquitetura sobre a escultura.

São exemplos, entre outros, as encomendas executadas, atribuídas ao seu risco, no retábulo da capela-mor da Sé de Elvas, e depois em Vila Viçosa, no retábulo da capela-mor da igreja de Nossa Senhora da Graça (Agostinhos), numa influência da retabulística da basílica de Mafra ou da capela-mor da Sé de Évora. Utilizando uma linguagem tardobarroca

²² ANTT, MR, Consultas à Junta da Sereníssima Casa de Bragança, cxs. 649, mç. 521, fl. 55.

²³ Lopes, Inês Isabel Florindo. “O real convento de Nossa Senhora da Esperança de Vila Viçosa”. Mestrado, Universidade de Évora, tomo I, 2008, 51.

²⁴ Borges, Nelson Correia. “A arquitectura”. In *Do Barroco ao Rococó*. História da arte em Portugal 9. Lisboa: Publicações Alfa, 1986, 109–110.

²⁵ Borges. “A arquitectura”.



de cunho regionalista²⁶, a obra é desenvolvida a partir de 1746, em Elvas, com a encomenda do bispo da Sé; linguagem que manterá, na companhia do mestre canteiro Gregório das Neves Leitão. Conforme referimos, José Francisco de Abreu era mestre canteiro, com conhecimentos

Em cima:

Figura 18 – Igreja do Convento de Nossa Senhora da Consolação (Bosque) – Borba.

Em baixo:

Figura 19 – Igreja do Convento de Nossa Senhora da Esperança – Vila Viçosa.

²⁶ Pereira, José Fernandes, e Paulo Pereira. *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Presença, 1989, 13-14.

e capacidade de projetar, revelando-se particularmente como um especialista na construção de retábulos religiosos. Para além de Elvas e de Vila Viçosa, esteve envolvido noutras encomendas nas vilas próximas de Campo Maior e de Barbacena.

Na descrição de frei Jerónimo de Belém, os mestres canteiros que riscaram e executaram o altar e o retábulo da capela da Senhora da Soledade da igreja de Santa Clara, no Convento de Nossa Senhora da Conceição, em Elvas (das freiras de Santa Clara), terão sido os mesmos que foram convidados pelo bispo D. Baltazar Villas-Boas para a construção da nova capela-mor da Sé daquela cidade. Adianta ainda que aqueles mestres teriam chegado há pouco à cidade de Elvas, idos do estaleiro de obras do Convento de Mafra, e que procuraram na execução da encomenda a perfeição e a fama do seu trabalho, para que pudessem ser procurados²⁷.

Miguel Vallecillo Teodoro alude, na sua obra, à formação de alguns mestres, entre eles, José Francisco de Abreu, que poderá ter começado em Elvas ao serviço de importantes mestres alvíneos com atividade naquela cidade, por volta dos anos '30 do século XVIII²⁸. Há uma ligação a Tomé da Silva, este nomeado no ano de 1734 como “mestre de obras da Câmara de Elvas”, e com ele terá iniciado o seu percurso profissional²⁹. Segundo o autor, a primeira obra de que há notícia é do ano 1741, em que ajusta, na cidade de Elvas, com João Aguiar Mexia fazer uma intervenção na casa dos herdeiros de Francisco de Magalhães³⁰. Pelo documento de escritura que consultámos, verificámos existir um equívoco do historiador. Com efeito, o contrato de obra em questão foi realizado no ano 1751³¹.

Não nos parece que tenha sido assim. José Francisco de Abreu era canteiro, especializou-se nessa arte até alcançar o estatuto de mestre, com conhecimentos de desenho, capacidade artística e de dimensionar e organizar o estaleiro das suas obras. No decorrer da sua atividade profissional, transmitiu conhecimentos da sua arte, ao admitir novos aprendizes na profissão de canteiro³².

²⁷ Espanca, Joaquim José da Rocha. *Memórias de Vila Viçosa*. Vila Viçosa: Cadernos Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa n.º 25, 1988, 54-63.

²⁸ Vallecillo Teodoro, Miguel Ángel. “El arquitecto elvense José Francisco de Abreu. Su aportación a la arquitectura y escultura alentejana del XVIII”. *A Cidade* 12, nova série (1998): 213-214.

²⁹ Vallecillo Teodoro. “El arquitecto elvense José Francisco de Abreu”, 213.

³⁰ Vallecillo Teodoro. “El arquitecto elvense José Francisco de Abreu”, 215.

³¹ ADPTG, Cartório Notarial de Elvas (CNELV), *Livro de Notas* n.º 128, fls. 142-143 (PT-ADPTG-CNELV06-01-128).

³² ADPTG, Tribunal da Comarca de Elvas (TCELV), Processo Orfanológico n.º 28 820, mc. 667, fls. 126-126v. Consta de um documento junto no processo, reclamando uma dívida de um oficial canteiro ao serviço do seu mestre José Francisco de Abreu: “Diz Francisco Velez oficial de canteiro morador desta cidade, que elle suplicante esteve cinco anos concertado com José Francisco Arquitecto morador da mesma, p^a no decurso de lhe o dar o mesmo

A encomenda executada na Sé de Elvas, a construção da nova capela-mor, seguiu princípios muito precisos de gosto e harmonia proporcional, em que o uso da policromia dos mármore branco, ruivina (negro) e da pedra lioz confirmam a importância da arquitetura sobre a escultura. Se ao “arquiteto” Abreu podemos atribuir a competência artística nos seus projetos, isso dever-se-á à exigência da profissão de canteiro e à coadjuvação do seu sócio, o mestre canteiro Gregório das Neves Leitão. A singularidade da obra da Sé de Elvas mereceu do bispo Baltazar Villas-Boas um reconhecimento público no sermão do dia 15 de agosto de 1749, em documento publicado³³.

Sobre a encomenda executada na Sé de Elvas pelos mestres Abreu e Gregório, duas coisas nos parecem evidentes: a primeira, o empenhamento artístico e o conhecimento técnico dos autores; a segunda, o reconhecimento da sua qualidade artística e, como consequência, como consequência a divulgação da sua obra com fortes possibilidades de futuras encomendações, como veio acontecer nas encomendas em que esteve associado. Também nos parece, pelo texto do sermão de frei Dionísio de Deus, uma certa proteção ou uma escusa de afirmar claramente a autoria daquela obra artística, preferindo afirmar o resultado do singular trabalho ali executado.

Alguns centros artísticos no Alto Alentejo foram importantes devido ao elevado número de encomendas, destacando-se, além de Vila Viçosa, Évora, Portalegre e Elvas. Neste último, o “arquiteto” José Francisco de Abreu foi, sem dúvida, a ponte do meio artístico, preponderante na segunda metade do século XVIII, entre aquela cidade e Vila Viçosa, com

ensinado, no mesmo ofício de canteiro, sendo todo o dispêndio que adquiriu nos mesmos anos, p^a o mesmo José Francisco, segundo o obtido praticado entre este, e semelhantes ofícios; e fidando os mesmos cinco anos, em primeiro de Março passado do presente ano; ficou o suplicante continuando no trabalho do mesmo ofício no decurso de onze dias como oficial nas obras da St^a. Sé, em q ganhava de dispêndio diário duzentos e quarenta réis ó dia, em que o suplicante seu mestre faleceu [...]”.

³³ Dionísio de Deus, *Sermão da Assumpção de Nossa Senhora: E Collocação da Sua Sagrada Imagem na Magestosa Capella mor da Santa Sé da Cidade de Elvas, novamente Fabricada de Finos, e Preciosos Mármore pela Cuidadosa Direcção, e Ardente Zelo do Exm^o e Rm^o Senhor D. Baltazar de Faria Villas-Boas, Digníssimo Bispo da mesma Cidade: Aos 15. De Agosto de 1749. Pregou na Tarde do Mesmo Dia O.M.R.P.M. Fr. Dionysio de Deus, Religioso da Ordem de S. Paulo primeiro Eremita, Doutor, e Lente Actual de Theologia no Collegio da Mesma Ordem na Universidade de Évora*: “Para isto não só formaram na sua ideia o desenho, mas também o reduziram a praxe, levantando já umas sobre outras máquinas, acrescentando já uns a outros mármore, e finalmente pondo e ajustando umas sobre outras pedras. Assim cresceu a obra [...] e a terra edificando também uma nova Capela, cujas elevadas paredes se compõem dos mais finos, e preciosos mármore [...] verdadeira digna do seu Autor. E se curiosamente me perguntais quem ele é? Sabei, que nem eu o posso dizer, nem tão pouco vós necessitais de mo perguntar; pois à vista de uma obra tão magnifica, tão perfeita, e em tudo tão excelente, que se há-de, ou pode inferir, senão que só um Autor Excelentíssimo faria esta grande obra? [...]”.

reflexos nas encomendas em localidades vizinhas contribuindo para o melhor que se produzia na arte da cantaria. Representou, para a arte religiosa, a inovação, correspondendo à encomenda do retábulo de mármore. Desencadeou novas encomendas e a transmissão da arte a novos mestres, subsistindo até ao primeiro quartel do século XIX na região, utilizando os mármore das pedreiras de Borba, Estremoz e Vila Viçosa.

A sua ligação a Vila Viçosa é iniciada com duas obras de arquitetura praticamente em simultâneo. Uma para a igreja de Nossa Senhora da Graça (Agostinhos) e outra para a empreitada do edifício da Câmara Municipal, cadeia e mais oficinas, assinando, em março de 1754, um contrato como empreiteiro principal, assumindo uma encomenda de construção civil destinada ao poder político. Na primeira encomenda, é empregado como mestre de obras para a construção de uma balaustrada em mármore, segundo proposta do seu risco e dos materiais a utilizar. É uma obra claramente para um canteiro de formação.

Emnome de deos amem saybam quantos este publico instrumento deajuste econtrato dehobras poder virem qano anno donascimento de Nofso Senhor Jesus Cristo de mil esetecentos esincoente equatro annos aos seis dias domes deAbril do dito anno emes nesta villa Viçosa no Convento de Santo Agostinho na Sella do Reverendo padre Frei Francisco deAnunciacam prior do dito Convento donde eu Tabaliam a o diante nomiado fuy sendo elle ahi presentes mais Reverendos padres deputados do dito Convento chamados e comvocados asom de campa tangida conforme seu louvando cantigo custume todos nomidados easignados no fim desta escretura sendo também prezente José Francisco Mestre de hobras morador na cidade de Elvas ehora estando nesta villa todos pessoas reconhefidas demim Tabaliam quedou fee serem ao próprios aqui com sendos edeclarados Elogo pello dito Reverendo padre prior eReverendos deputados do dito Convento foy dito emprezensa demim Tabaliam eperante as testemunhas desta escretura no fim nomidados cosignadas quehera verdade que tinha ajustado com odito Jose Francisco a fazer lhe charmerlhe humas grades do coro dasua Igreja depedra Branca naforma do Risco que odito lheaprezentou com Balahustres de pedra Branca fina com os fundos vermelhos adonde ocuza aletra V na face que fica para ocoro ena que fica para algreja os pilares também Brancos com os fundos vermelhos na mesma forma dos Balaustres afaçe sobre que asentám os Balaustres epilares será dipedra demontes Claros enomeyo destas grades, se hade por hum Calvario para sepôr huma Cruz depedra demontes Clarosque será deAlto três palmos emeyo edelargo oque for bastante para asegurar bem eficar seguro tudo Lavrado no ultimo primor elustrado muito bem depuseya os Balaustres honde ser desinco palmos deAlto easimalha hade ser de grosura três quartas ea Base também hade ser de três quartos degrosso epor toda esta hobra bem feita eposta emlhe vinte outo deagosto deste prezente anno demil sete centos

esincoenta equatro annos e lheonde dar osditos Religiozos pella dita hobra duzentos ecorenta mil Reis nam [...] ³⁴.

Na segunda encomenda, a empreitada de construção do novo edifício destinado aos paços do concelho, não poderemos garantir se o projeto foi seu. No entanto, tratava-se de uma obra de construção civil, num registo bem diferente daquele que se conhecia e, desse ponto de vista, uma experiência bem conseguida (Fig. 20).



Esriptura de contrato daobra da Cadeya e Cazas daCamara desta Vª Vçª, q formando ofs. Camara des [...] damesma com José Francº. deAbreu da-cidade deElvas.

Emnome de Deos Amem Saybam quantos este Publico Instromento de Esriptura decontrato ou como em direito maiz firme for e derir se-pofsa emais obrigações virem queno Anno doNascimento deNofso Senhor Jesus Christo demil Settecentos sincoenta equatro annoz Aos vinte nove diaz domez demarco do ditto anno nesta Villa Vifosa naCaza daCamara desta Villa donde eu Taballia eno fim nomiado fui echa-mado de ordem do Douttor Dezembargador Megulle deOliveyra Guimaraes e Castro ou-vidor desta Camara everiadores ou officiaes e procurador doconselho desta etermo Villa no-

Figura 20 - Edifício da Câmara Municipal de Vila Viçosa.

³⁴ ADEV, CNVVC, *Livro de Notas* n.º 266 a fls. 90v.-92 (PT-ADEV-NOT-CNVVC-001-0266).

miados esignados esendo outro sim ali presente Jose Francisco de Abreu morador na cidade deElvas hora estantes nestaVilla que dou fée serem os proprios aqui conhecidoz ede fora dos E logo portodos juntos epor cada hum delles inesollidade foy ditto que esendo emodia vinte eouto domez defevereyro deste anno demil settecentos sincoenta equatro estando todos juntos nas ditas cazas dacamra desta villa para searematarem da Obra da Cadeya cazas dacamara emais officinas na forma daplanta que seacha namesma camara e por ordem quetem o ditto Douttor Dezembargador desta camara deSua Magestade que Deos guarde aquém seobrigava fazella pormenos esegundo os apontamentos das mesmas obras planta edeclarações que fez oditto Douttor Dezembargador ouvidor fora aremattada ao ditto José Francisco de Abreu porvinte dous mil cruzados obrigan-dose omesmo aexecuttala naforma referida easatizfaçam domismo Douttor Dezembargador porlheser cometida asuperintendencia da ditta obra por Sua Magestade Obrigandose mais o ditto arematante adala feita acabada dentro em três annos contados do dia da rema-tação damesma recebendo asua importância aquarteiz o primeyro no prencipio della o segundo estando feyra metade detoda adita obra eo ultimo optando toda completa prefeyta eacabada nareferida forma sendo primeyro mista porlhes três perefaz que afirmem nasafer al-guma falta ounotta queselhhepofsa por aleas nam receber [...]»³⁵.

Noutros projetos, como a igreja de peregrinação de Nossa Senhora da Lapa dos Milagres, em Vila Viçosa, cujo risco foi atribuído ao “arquiteto” Abreu, obra iniciada entre os anos de 1756 e 1757, foi possível confirmar que não teve participação naquele projeto. A arquitetura do santuário da Lapa em Vila Viçosa segue a continuação de um regionalismo do século XVIII, em que o programa arquitetónico se aplica em igrejas de romaria no Alentejo: Elvas, igreja do Senhor Jesus da Piedade, Viana do Alentejo, igreja da Nossa Senhora de Aires, risco da autoria do padre João Baptista, do Convento dos Congregados de Estremoz³⁶.

Tradicionalmente, os historiadores de arte identificam José Francisco de Abreu como “arquiteto”, mas o seu ofício é identificado nos documentos como “mestre de obras” ou “mestre canteiro”, o que nos dificulta a confirmação do seu estatuto profissional, a origem da aprendizagem do ofício, a sua carreira militar, se a houve, a escola onde terá adquirido a sólida formação técnica e artística, tendo como base as disciplinas de matemática e de geometria.

A sua passagem por Vila Viçosa consagrou o seu estatuto de “arquiteto”, mas não assistirá à conclusão das obras. Poucos são os documentos que conseguimos identificar sobre José Francisco de Abreu como “arquiteto”. Além do citado processo existente na Biblioteca da Fundação Casa de Bragança,

³⁵ ADEVR, CNVVC, *Livro de Notas* n.º 284 a fls. 52-53v.

³⁶ Pereira e Pereira. *Dicionário da arte barroca em Portugal*, 348.

destacamos a escritura da subempreitada de carpintaria para a obra da Câmara de Vila Viçosa³⁷ e ainda o registo da sua sepultura na Sé de Elvas³⁸.

Por fim, encontramos no processo de inventário orfanológico, aberto após a sua morte, os documentos que o identificam inúmeras vezes como mestre canteiro³⁹.

ANEXOS

Gregório das Neves Leitão – Mestre canteiro, nasceu na freguesia de São Pedro de Barcarena, bispado de Lisboa, em 8 de dezembro de 1718, filho de Francisco das Neves e de Catarina da Silva⁴⁰.

No processo do Tribunal do Santo Ofício – Conselho Geral de Habilitações Incompletas, consta “ter aprendido o ofício de canteiro na sua freguesia de origem, e sendo capaz do seu ofício terá saído para Elvas ainda solteiro”. A folha 10, no verso, sobre o depoimento das testemunhas, em Elvas, em 15 de agosto de 1751, refere: “ter conhecimento da sua chegada acerca de nove anos atrás, ser mestre-de-obras de pedraria, saber ler e escrever e poder-se confiar em negócios de importância nos trabalhos entregues. Possuir casas e vinha própria”.

Na continuação das informações do Tribunal do Santo Ofício, as diligências prosseguiram em Elvas, em 1770, onde já não residia nem tinha bens por os ter vendido. Segundo as testemunhas, “morava há quase um ano com a mulher e filhos na Torre da Serra e que vivia de mestre de pedraria. Depois de várias tentativas para se encontrar com inquiridor num dos Domingos quando vinha à cidade de Elvas, não voltou a aparecer. Elvas 2 de julho de 1770”. Foi suspenso pela Mesa do Tribunal por não querer continuar com o processo de habilitação, conforme consta do despacho proferido em Lisboa, em 28 de outubro de 1770⁴¹.

Em sociedade com Fernando Cardoso e António Gomes, oficiais canteiros, todos assistentes na cidade de Portalegre, faz contrato e obrigação com o padre frei João Barreto, feitor e procurador-geral dos religiosos do Mosteiro de São Bernardo naquela cidade, uma obra de cantaria num piso

³⁷ ADEVR, CNVVC, *Livro de Notas* n.º 267 a fls. 124-126v.

³⁸ Arquivo Histórico da Paróquia de Nossa Senhora da Assunção de Elvas (AHPNSAE), *Livro de Registo de Sepulturas 1746*, fl. 63v., s/cota.

³⁹ ADPTG, TCELV, *Processo Orfanológico* n.º 28 820, mç. 667.

⁴⁰ ANTT, Arquivo Distrital de Lisboa (ADL), Registos Paroquiais, Freguesia de São Pedro de Barcarena – Oeiras, livro 3-B, fl. 58v. – Barcarena – Oeiras (microfilme, imagem 1368).

⁴¹ ANTT, Tribunal do Santo Ofício (TSO). Documento Composto: *Diligência de Habilitação de Gregório das Neves Leitão*, mç. 51, doc. 2158, 1751-1770, fls. 5v.-6, 10-13 e 21 (PT-ANTT-TSO/CG/2158).

térreo. A escritura foi efetuada pelo tabelião de Portalegre, em 6 de julho de 1739⁴².

Há notícia da sua participação em trabalho conjunto com o mestre José Francisco de Abreu, ao serviço do Convento de Nossa Senhora da Conceição, em Elvas, na construção da capela da Senhora da Soledade na igreja de Santa Clara, das freiras de Santa Clara, cujo trabalho teve início em junho de 1744⁴³.

O mestre canteiro esteve ao serviço da obra de reedificação do novo Hospital da Misericórdia de Elvas, com diversos trabalhos de lavra de pedra para as enfermarias e casa do consistório, onde também esteve António Gomes, seu sócio, em 1739, em Portalegre. O tesoureiro geral da Misericórdia de Elvas regista no livro de despesas ter pago, entre outros valores, 200 000 réis ao mestre canteiro Gregório das Neves Leitão, em 28 de junho de 1744⁴⁴. Pagou mais 620 000 réis por conta da obra de pedra para as enfermarias, em 30 de junho de 1745⁴⁵. Na mesma obra, recebeu 700 000 réis, por conta da empreitada feita, em 30 de junho de 1746⁴⁶. Continuou nos trabalhos do Hospital de Elvas, de que recebeu do tesoureiro 550 000 réis por conta da “pedraria lavrada”, em 30 de junho de 1747⁴⁷. Numa rubrica paga pelo tesoureiro da Misericórdia, entregou aos vários mestres, incluído o trabalho por conta da empreitada do mestre Gregório, o montante de 913 800 réis, em 30 de junho de 1748⁴⁸. Continuou o seu trabalho no ano seguinte e recebeu 110 000 réis em 30 de junho de

⁴² ADPTG, Cartório Notarial de Portalegre (CNP), *Livro de Notas* n.º 012 a fls. 166–167 (PT-ADPTG-CNP-02/001/0012).

⁴³ Cf. Belém, Fr. Jeronymo de. *Chronica Serafica da Santa Provincia dos Algarves da Regular Observancia do Nosso Seráfico Padre S. Francisco, Em Que Se Trata da Sua Origem, Progressos, e Fundações de Seus Conventos*. Lisboa: Officina de Ignacio Rodrigues, vol. IV (4 vols.), 1750–1758, fls. 426–429, onde consta: “de pedra fosse a Capela, mandou logo chamar os oficiais; e em presença do Confessor da casa se fez o ajuste. Propuseram-lhe os homens as suas razões; certificando-se do culto, e desempenho da obra, em que só que tinham o interesse de lhes servir de credito para adquirirem algumas mais na cidade, onde pretendiam fazerem-se conhecidos. [...] Pactuado o ajuste, e feito o risco, partiu o mestre principal para Montes-claros, e Borba, a buscar pedra conveniente à obra [...] Teve seu princípio em junho de 1744, e em breves tempos se concluiu a obra, que é toda de pedraria com boa figura, e singulares entalhados, com sua glória de Anjos, da mesma matéria, sobre o arco da tribuna [...] Logo que a Capela se fez patente aos olhos de todos, que por isso ficou no corpo da Igreja defronte da porta principal, a mandou ver o Excelentíssimo Bispo por um Cônego da Sé, e como ele desse boas informações, em pessoa chegou a vê-la. Bem satisfeito da sua perfeição, mandou logo chamar os mesmos mestres, e com eles fez ajuste da Capela-mor da mesma Sé de Elvas, que hoje mostra na sua fábrica ser uma das maiores singulares obras de Elvas”.

⁴⁴ Santa Casa da Misericórdia de Elvas – Arquivo Histórico (SCME-AH), *Livro do Dinheiro e Fructos* Ano 1743 p^a. 1744 – *Receyta e Despeza*, fl. 54v.

⁴⁵ SCME-AH, *Livro do Dinheiro e Fructos* ano 1744 p^a. 1745 – *Receyta e Despeza*, fls. 54–55.

⁴⁶ SCME-AH, *Livro do Dinheiro e Fructos* ano 1745 p^a. 1746 – *Receyta e Despeza*, fl. 59v.

⁴⁷ SCME-AH, *Livro do Dinheiro e Fructos* ano 1746 p^a. 1747 – *Receyta e Despeza*, fl. 59v.

⁴⁸ SCME-AH, *Livro do Dinheiro e Fructos* ano 1747 p^a. 1748 – *Receyta e Despeza*, fl. 55.

1749⁴⁹. No ano seguinte, recebeu por conta da sua empreitada 85 600 réis, em 29 de junho de 1750⁵⁰. Recebeu ainda 10 000 réis pelo trabalho de pedra das ombreiras, vergas e dias de trabalho que fez para a casa dos enjeitados e, de acerto, 6 400 réis, em 20 de abril de 1751⁵¹.

Casou com Dionísia de Sande em 21 de agosto de 1745⁵², na freguesia de Santa Maria da Alcáçova, na cidade de Elvas, onde residia. Do casamento nasceram, naquela cidade, três filhos: Francisco Xavier, batizado na Sé de Elvas, foram padrinhos o padre Francisco Xavier e sua irmã, Ignácia Jacinta Xavier, em 7 de julho de 1749⁵³; Ana, batizada na igreja do Salvador, foi padrinho o tenente Pedro da Costa Beguino, em 29 de julho de 1751⁵⁴; e Maria, batizada na mesma igreja, seu padrinho Francisco Xavier, cirurgião-mor, em 20 de outubro de 1753⁵⁵.

Após o casamento, tornaram-se irmãos da Confraria das Almas, com sede na Sé de Elvas, conforme consta no livro de registo de irmãos:

Aos 13 dias do mês se Abril de 1746 juntos os Irmãos da mesa aceytarão por Irmãos desta confr^a. aGregorio Neves Leytão Mtr^o. Xantr^o. E sua mull^o Donna Dionizia de Sande moradores desta Cid^a, ederão a esmola costumada de quatro centos rs. Cada hum, prometendo guardarem [...]⁵⁶.

Com José Francisco de Abreu, constituiu uma sociedade e subcreveu uma escritura com o bispo da Sé de Elvas, D. Baltazar de Faria e Villas-Boas, em contrato de “continuarem e concluírem a obra da Capella Mayor da Igreja da St^a See de Elvas destacidade, ejuntamento^o huma Caza de Orattorioque o ditto Exmo^o e Ver^o Seu constituinte manda fazer no seu Pallacio”. A escritura foi feita em casa do procurador padre João de Macedo, pelo tabelião de Elvas, em 12 de maio de 1746⁵⁷.

Ratifica por escritura o ajuste da obra com D. Baltazar de Faria e Villas-Boas, bispo da Sé de Elvas, o contrato para a construção da capela-mor da mesma igreja e ainda a execução da construção do oratório do seu paço episcopal em sociedade constituída com o mestre José Francisco de Abreu. Na primeira escritura contratual, feita pelo tabelião Manuel da Ponte Caldeiro, no ano de 1746, foram estabelecidas todas as cláusulas

⁴⁹ SCME-AH, *Livro do Dinheiro e Fructos ano 1748 p^a. 1749 – Receyta e Despeza*, fl. 59.

⁵⁰ SCME-AH, *Livro do Dinheiro e Fructos ano 1749 p^a. 1750 – Receyta e Despeza*, fl. 61v.

⁵¹ SCME-AH, *Livro do Dinheiro e Fructos ano 1750 p^a. 1751 – Receyta e Despeza*, fls. 55v. e 61.

⁵² Arquivo Histórico Câmara Municipal de Elvas (AHCME), Freguesia de Santa Maria de Alcáçova de Elvas (FSMAE), Registos Paroquiais, Casamentos, mc. 026/11, fl. 26.

⁵³ AH, CME, Freguesia da Sé de Elvas, registos paroquiais, Baptizos, mc. 039/03.

⁵⁴ AH, CME, Freguesia do Salvador de Elvas, registos paroquiais, Baptizos, mc. 057/01, fl. 144.

⁵⁵ AH-CME, Freguesia do Salvador de Elvas, Baptizos, mc. 057/01, fls. 180-180v.

⁵⁶ Arquivo Histórico Paróquia Nossa Senhora da Assunção de Elvas (AHPNSAE), *Livro dos Irmãos das Almas*, fl. 63.

⁵⁷ ADPTG, CNELV, *Livro de Notas n.º 220 a fls. 103v.-106 (PT-ADPTG-NOT-CNELV04-001-0220)*.

da mesma, aceite pelos dois mestres e o bispo de Elvas. A escritura de ratificação foi feita no cartório notarial de Elvas, a 27 de março de 1747⁵⁸.

Com a sua mulher, Dionísia de Sande, foi aceite como irmão da Irmandade das Chagas de Jesus:

Gregorio das Neves Leytão N R cantº. Esua Mulher D. Dionizia de Sande se sentarão por Irmãos desta Irmdª. por terem os requetzitos nesseofº. E prometerão guardar o compromifso apresentou opa e capelinho derão de esmolla oito tostois de q fis este termo aos 8 dias do mês de Marçº de 1748⁵⁹.

Na qualidade de irmão da Irmandade das Chagas de Jesus, juntamente com outros irmãos, subscreveu, conforme assinatura, uma decisão sobre a reforma das capelas dos Passos na cidade com seguinte teor:

Aos 23 dias do Mez de Mayo de 1747 acordorão em meza os Mordomos da Irmdª. das Chagas de Jezus sita na See desta cidª. de Elvas q atentos a desnudes com q se achavão os Passos da Nª Irmdª. detriminava compor e reformar os mesmos e asim determinarão que se fizesse oPasfo de fronte do Srº. Bpº. A custa da Irmandª. e por ter efeitos pª isfo, esta Lçª. sua Exª. por peticas q se lhe fes eoPasfo da Misericordia q se fizesfe por conta dos Mordomos concorrendo cada hum pró esta o q lhe tocar epª. firmeza deste ordenava a meza eescrivão da sobredita Irmdª. q fizesfe este termo q por todos seria asignado eq. Eu satisfiz dia mês e anno vs supra o Pe. Mel doCoutto Perª. q oescrevi como escrivão q. sou da Irmandª.⁶⁰.

O ajuste da obra, que se descreve, fez-se com Gregório das Neves Leitão:

Aos 26 dias do mês de Julho deste preztº. Anno de mil e sete centos equarenta e sete annos nesta cidª. de Elvas, e sanchristia da Irmdª. das Chagas de Jezus onde eu escrivão fui pª efeito de se determinar a obra dos dois Pasfos estando presentes em mêza os snrºs. Mordomos, e oMestre pedreiro Gregorio das Neves ajustaram com este a pedraria dos etoºs. Passos Conforme o risco q o mesmo de o cujo hade ficar na nossa mão pª a seu tempo se ver se confere n obra com o mesmo sem q mude do sentido oq está levantado, e nos entrevallos q ficam ao lado do moldado da pedraria se farão duas figuras de Azulejo pondo-lhe todas as cores q primittir hum Anjo pª q assim fique mais bem acompanhado o caxilho depedraria, eeste será também maltizado com as cores q lhe quizerem meter e a Banqueta será à Romana tornyando pello Altar abaxo esta pedraria de cada hum dos Pafos será mtº. bem burnida, e lustrada como a Cappª da See, e por cada hum dos caxilhos se ajustou em oito moedas de ouro de quatro mil e oito centos e pello q toca as figuras se encomendarão com o mais azolejo tomandosse medidas pª qº. não venha de maior, e pello q pretende a obra da pedraria com as condiçõis asima exprefsadas difse o sobre ditº. Gregório das Neves se obrigava fazer sem faltar ao risco q tinha dado, c os Mordomos a satisfazer em tudo

⁵⁸ ADPTG, CNELV, *Livro de Notas* n.º 221 a fls. 61-62v. (PT- ADPTG-NOT-CNELV04-1-221).

⁵⁹ AHPNSAE, *Livro dos Acentos dos Irmãos da Irmandade das Chagas de Jesus*, fl. 118v.

⁶⁰ AHPNSAE, *Livro de Eleições e Acórdãos da Irmandade das Chagas de Jesus*, fls. 82-83.

oq com elle setinha ajustado p^a. firmeza do q todos aqui assignarão.
Elvas dia, mês, e anno, vt supra⁶¹.

Uma procuração que Francisco da Costa fez a "Mel^o do Espirito Santo e a Franc^o. das Neves", calceteiros, assistentes na vila de Olivença, constituiu-os “bastante procuradores” num trabalho que Gregório das Neves Leitão terá assumido com o senado da Câmara daquela vila:

que cada hum delles porsy insolitam pofam em nome delles outro se assignar huma escriptura de contrato, que Gregório Neves Leytam tem contrato com Illustre Sennado da Camara desta Vi^a p^a assento tem fazer huma aprentadoria naqual Escripura hé elle outro q f^{oi} fiador e principal do Gregorio Neves Leytam daquantia detrezentos etantos mil reis que o mesmo arematante hade receber ao assignar da ditta escriptura do Illustre Senado da Camara e signará cada hum delles ou insólito, ou ambos juntos aest^a escriptura com todas as-clausullas condifsoes eobrigações nele possas p^a vallid^a damesma, quepara tudo q adiant sedá e concede todos os seus poderes contest^o nelepafados e escriptos dos seus procuradores ambos juntos ou cada hum depois indo do termo justo obra confignado quer^o he de se o havia apor firme e vallido de todos [...].

A escritura foi efetuada pelo tabelião de notas de Elvas, em 27 de dezembro de 1748⁶². Desconhecemos qualquer intervenção do mestre Gregório na vila de Olivença, ao serviço do Senado daquela Câmara.

Compra uma vinha, no termo da cidade de Elvas, a Madalena Joaquina, viúva, moradora da vila de Olivença, por escritura de 20 de março de 1749⁶³.

Na mesma cidade, compra uma cocheira a Sebastião de Brito de Carvalho Abreu Pereira, através do seu procurador, Francisco Rodrigues, pelo preço de 30 000 réis. A escritura foi efetuada no cartório notarial de Elvas em 2 de março de 1750⁶⁴.

Ainda no ano de 1750, acorda com os padres jesuítas do Colégio de São Tiago, na cidade de Elvas, a execução de dois púlpitos lavrados em mármore para a sua igreja, pelo valor total de 540 000 réis. Tendo recebido por conta, nesse ano, 100 000 réis⁶⁵, em 1752, mais 140 000 réis e, no ano seguinte, aquando da conclusão, o restante⁶⁶.

⁶¹ AHPNSAE, *Livro de Eleições e Acórdãos da Irmandade das Chagas de Jesus*, fl. 83 (AHPNSAE-ICCE). Ver ainda, d'Almada, Vitorino. *Elementos para Um Dicionário de Geographia e História Portuguesa: Concelho D'Elvas e Extintos de Barbacena, Villa-Boim e Villa Fernando*. Elvas: Tipografia Elvense, 3 volumes, 1881-1891.

⁶² ADPTG, CNELV, *Livro de Notas* n.º 222 a fl. 136v. (PT-ADPTG-CNELV04/001/0222).

⁶³ ADPTG, CNELV, *Livro de Notas* n.º 126 a fls. 56v.-59 (PT-ADPTG-CNELV05/001/0126).

⁶⁴ ADPTG, CNELV, *Livro de Notas* n.º 044, a fls. 74v.-76 (PT-ADPTG-CNELV05/01/044).

⁶⁵ Arquivo Histórico do Tribunal de Contas (AHTC), Junta da Inconfidência da Companhia de Jesus (FJICJ), *Livro 206, Receita e Despesas Geral de 1730 a 1751*, fl. 138v.

⁶⁶ AHTC, FJICJ, *Colégio de São Tiago de Elvas da Companhia de Jesus*, *Livro 208, L.º da Despesa da Igreja, Capelas, Esmolas, Livraria, Enfermaria e Foros. Ano de 1745*, fls. 46, 51 e 52.

Em 23 de janeiro de 1751, entrega aos religiosos do Convento de São Domingos de Elvas um recibo da quantia de 50 000 réis, referente à obra da sua igreja. Este valor era a primeira importância recebida para a execução do pedestal do gigante do cruzeiro e do meio pedestal da “Imag^a da N. Snr^a da Mll. [...]”. A obra de cantaria terá sido acordada no montante total de 100 000 réis e, em 3 de abril de 1752, entrega o documento: “Estou satisfeito de toda a quantia de sem mil Reis por q. ajustei a obra desta obrigação se foy hoje Elvas 3 de Abril de 1752, Gregório Neves Leitão”⁶⁷.

Estabelece por escritura de contrato, obrigação e fiança com os religiosos de São Domingos da cidade de Elvas a execução das bases das colunas trabalhadas em mármore e brunidas para a igreja daquela comunidade. A escritura foi efetuada na casa do capítulo do Convento de São Domingos pelo tabelião da cidade de Elvas, em 11 de fevereiro de 1752⁶⁸.

Há notícia de que esteve envolvido em diversos trabalhos no palácio de Queluz, com assentamento da cantaria da fachada principal e das janelas do andar nobre do edifício, concluindo a empreitada em abril de 1752⁶⁹.

Executou um trabalho de canteiro, por vários anos, no edifício do Hospital da Misericórdia de Elvas. Entre outros trabalhos, destaca-se o pórtico da fachada principal, lavrado em mármore, e a construção de três retábulos para os altares das enfermarias. A obra teve conclusão com a “Provisão” do bispo D. Baltazar Vilas-Boas, em 22 de junho de 1752⁷⁰.

Acerta condições de um contrato e fiança com o juiz da Irmandade de Nossa Senhora dos Bem Casados para a execução da obra dos retábulos da mesma igreja, estendendo-se o contrato por um prazo de um a cinco anos. A escritura foi efetuada pelo tabelião de Elvas, em 16 de dezembro de 1752⁷¹.

Residindo já em Vila Viçosa, regista o batismo do seu quarto filho, José, em 24 de novembro de 1755. Foram seus padrinhos Luiz Tavares de Sande, morador em Elvas, e Nossa Senhora da Conceição, na freguesia de São Bartolomeu, em Vila Viçosa⁷². Em 12 de setembro de 1756, na referida paróquia, foi padrinho de batismo de José⁷³. Regista o batismo do filho

⁶⁷ ADPTG, Fundos Conventuais, Convento de São Domingos de Elvas (CSDELV), mc. 66, cx. 16.

⁶⁸ ADPTG, CNELV, *Livro de Notas* n.º 129 a fls. 111–112v. (PT-ADPTG-CNELV04-01-129).

⁶⁹ Guedes, Natália Brito Correia. *O Palácio dos Senhores do Infantado em Queluz*. Lisboa: Horizonte, 1971, 97. Ver ainda Pires, António Caldeira. *História do Palácio de Queluz. Subsídios para a História da Arte Portuguesa*, XVI. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2 vols., 1924–1926, 91.

⁷⁰ Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Elvas (AH-SCME), *Livro Accordões da Mesa da Misericórdia*, fl. 211.

⁷¹ ADPTG, CNELV, *Livro de Notas* n.º 047 a fls. 54v.–56 (PT-ADPTG-CNELV04-1-047).

⁷² ADEVR, Registos Paroquiais de Vila Viçosa (PRQVVC), Paróquia de São Bartolomeu (PSB), livro n.º 5, fl. 271 (PT-ADEVR-PRQEVV-VVC05).

⁷³ ADEVR, PRQVVC, PSB, livro n.º 5, fl. 285v. (PT-ADEVR-PRQEVV-VVC05).

Nicolau. Foram padrinhos Nicolau das Neves Leitão e Nossa Senhora da Lapa, na mesma igreja e freguesia, em 31 de dezembro de 1757⁷⁴. No dia 20 de agosto de 1759, regista, na igreja e freguesia de São Bartolomeu, o seu filho Bernardo; é seu padrinho o bispo D. João da Silva Ferreira, por seu procurador o reverendo padre José Pessoa da Silva, seu secretário, e a madrinha Nossa Senhora da Lapa⁷⁵. No dia 27 de novembro de 1762, regista na mesma freguesia o filho Joaquim⁷⁶. Em 18 de junho de 1765, regista na mesma freguesia a filha Donizia. Foram padrinhos Francisco Franc^a. de Magalhães e Nossa Senhora do Loreto⁷⁷.

Por escritura com José Mesquita Mascarenhas, fidalgo da Casa de Sua Majestade, arrenda a herdade da Nora, no termo de Vila Viçosa, por um período de 4 anos, pelo valor de 52 000 réis e pitanças de 12 queijos avaliados em 12 vinténs cada. Foi seu fiador Bento da Silva, canteiro. A escritura foi efetuada pelo tabelião de Vila Viçosa, em 30 de setembro de 1755⁷⁸.

Morou na rua de Santa Luzia, no ano 1756, conforme consta do lançamento de impostos naquele ano⁷⁹. No ano seguinte, encontram-lo com morada na rua da Aldeia⁸⁰. Vamos encontrá-lo com nova morada na rua dos Fidalgos, todas em Vila Viçosa, no ano 1759⁸¹.

Em representação do fiador do carpinteiro da obra da Câmara de Vila Viçosa, recebeu procuração em Elvas, em 9 de abril de 1756⁸², de António de Sequeira Ramalho, pintor, morador em Elvas, representando aquele na escritura de contrato de execução dos trabalhos de carpintaria e fornecimento dos materiais com o arrematante Joaquim Mourato, da cidade de Portalegre. A escritura de contrato com o mestre Joaquim Mourato foi assinada em Vila Viçosa, em 10 de abril de 1756⁸³.

Esteve ativo em Vila Viçosa, como mestre canteiro, conforme consta da descrição das atividades profissionais sujeitas ao pagamento de impostos⁸⁴.

⁷⁴ ADEVR, PRQVVC, PSB, livro n.º 5, fl. 322 (PT-ADEVR-PRQEVV-VVC05).

⁷⁵ ADEVR, PRQVVC, PSB, livro n.º 5, fl. 369 (PT-ADEVR-PRQEVV-VVC05).

⁷⁶ ADEVR, PRQVVC, PSB, livro n.º 5, fl. 444 (PT-ADEVR-PRQEVV-VVC05).

⁷⁷ ADEVR, PRQVVC, PSB, livro n.º 6, fl. 18 (PT-ADEVR-PRQEVV-VVC05).

⁷⁸ ADEVR, CNVVC, *Livro de Notas* n.º 290, fls. 52-54 (PT-ADEVR-NOT-CNVVC).

⁷⁹ Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Vila Viçosa (AHCMVV, *Livro p.º o Lancam.tº do 4º, e meyo p.º esta V.º no anno de 1756*, fl. 70 (AHVV-95/CID.52).

⁸⁰ AHCMVV, *Livro p.º nelle se tresladar o Lancam.tº do quarto e meyo por cento este presente anno de mil esette centos e sincoenta esette*, fl. 15 (AHVV-96/CID.53).

⁸¹ AHCMVV, *Livro p.º o Lancam.tº de quatro e meyo por cento deste prez.te anno de mil esette centos e sincoenta e ouitto*, fl. 56v (AHVV-98/CID.55).

⁸² ADEVR, CNVVC, *Livro de Notas* n.º 267 a fls. 124-126v., transladada a procuração no final da escritura.

⁸³ ADEVR, CNVVC, *Livro de Notas* n.º 267 a fls. 124-126v.

⁸⁴ Anexo: gráfico de rendimentos: Impostos cobrados – Décima e 4,5 %, 43. Consultar: Filipe, Carlos. “O património edificado em Vila Viçosa no século XVIII: encomenda, financiamento construção”. Mestrado, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, 2015.

Apresentou com outros mestres, entre os quais consta o nome do mestre alvanéu, José Mendes Brochado, um orçamento para reconstrução da igreja de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, após a trágica derrocada da nave central, provocada pelo terramoto de 1755⁸⁵.

Ajusta um contrato e obrigação por escritura pública com o Convento de Santa Maria dos religiosos Agostinhos Descalços, da cidade de Portalegre, para a execução de um retábulo de mármore destinado à capela-mor, em 30 de julho de 1757⁸⁶.

Terá mantido uma intensa atividade com o seu companheiro e sócio, José Francisco de Abreu, conforme se pode constatar nos documentos diversos anexos no processo orfanológico que decorreu à ordem do Tribunal de Elvas, com dívidas ativas à data da morte do primeiro⁸⁷.

É chamado à cidade de Elvas pelo juiz de fora e dos órfãos daquela comarca para ir a Campo Maior fazer uma avaliação sobre um trabalho que José Francisco de Abreu tinha à data da sua morte, 17 de março de 1757. Tratou-se da obra de cantaria na casa nobre da senhora “D. Paula”, da vila de Campo Maior, adjudicada pelo valor de 881 100 réis, que não concluíra, tendo sido necessário informar o tribunal dos valores em causa⁸⁸.

Por escritura com Manuel Diogo da Silveira de Menezes, arrenda as casas nobres na rua dos Fidalgos, Vila Viçosa, por um período de 15 anos, com início em princípios de janeiro de 1758. A escritura foi efetuada no cartório notarial de Vila Viçosa, em 16 de novembro de 1757⁸⁹.

Foi testemunha, com o seu irmão, Luís Leitão, na escritura de procuração que fez João da Costa Torres a Bento da Silva, em 21 de maio de 1758⁹⁰, para se representar na escritura de contrato da obra do retábulo da igreja de Nossa Senhora da Graça (Agostinhos) de Vila Viçosa, em 13 de junho de 1758.

Sobre esta obra, fez parte da escritura de sociedade com outros mestres (José Mendes Brochado e Bento da Silva, como procurador de João da Costa Torres) e os padres daquele convento para a execução da empreitada do retábulo do altar-mor, em 13 de junho de 1758⁹¹.

Em contrato com a Irmandade de Nossa Senhora da Lapa, fez escritura de contrato, no montante de 900 000 réis, para a execução do retábulo

⁸⁵ Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas (AHMOP), Processos de obras públicas específicas: Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa – 1756/7 (AHMOP–Ministério do Reino 32/3/1 s/d)

⁸⁶ ADPTG, Cartório Notarial de Portalegre (CNPTG), Livro de Notas n.º 025 a fls. 84v.-85v. (PT-ADPTG-CNPTG02-01-025).

⁸⁷ ADPTG, TCELV, Processo Orfanológico n.º 28 820, mc. 667.

⁸⁸ ADPTG, TCELV, Processo Orfanológico n.º 28 820, mc. 667 a fls. 85-86.

⁸⁹ ADEV, CNVVC, Livro de Notas n.º 291 a fls.130-132.

⁹⁰ ADEV, CNVVC, Livro de Notas n.º 271 a fls. 37v.-40.

⁹¹ ADEV, CNVVC, Livro de Notas n.º 271 a fls. 37v.-40.

da capela-mor da nova igreja de Nossa Senhora da Lapa. Foi fiador Pedro Coelho de Matos, oficial de curtidor, abonador Manuel Palmeiro, alvenêu, ambos moradores em Vila Viçosa, e testemunha António Franco Painho, canteiro, morador em Borba. A escritura foi efetuada pelo tabelião em Vila Viçosa, em 1 de fevereiro de 1759⁹².

Constituiu uma sociedade por escritura pública com Francisco Miguel Cordeiro, Luís das Neves Leitão e João da Costa Torres, todos canteiros residentes em Vila Viçosa, para executar um trabalho do retábulo da capela-mor da igreja de Nossa Senhora da Lapa, em 7 de fevereiro de 1759⁹³.

Por escritura notarial, passou procuração ao doutor António Alberto da Silva, da cidade de Portalegre, para o representar em questões de justiça. Foram suas testemunhas, neste ato, Bento da Silva e José da Silva. A escritura foi efetuada no cartório notarial de Vila Viçosa, em 20 de maio de 1759⁹⁴.

Ativo e morador na rua dos Fidalgos, terá pago do seu maneio para impostos 1 200 réis no ano de 1762⁹⁵.

Esteve presente na reunião com o escrivão da mesa e mais irmãos me-sários na casa do escritório da Santa Casa da Misericórdia de Évora para estabelecer as condições contratuais da obra e do fornecimento da pedra mármore para a execução da portada da igreja daquela Misericórdia, com um valor acordado em 240 000 réis, no dia 19 de novembro de 1764⁹⁶.

José Francisco de Abreu – Natural da freguesia de Mata Cães, do concelho de Torres Vedras. Teve atividade em Vila Viçosa e encontramos uma referência nesta vila, numa casa que arrendou na rua de Frei Manuel, onde se instalava por períodos entre os anos de 1754 e 1757, o que nos leva a crer que a sua morada de residência se tivesse mantido na cidade de Elvas até à sua morte, como adiante confirmaremos.

Há notícia da sua participação em trabalho conjunto com o mestre canteiro Gregório das Neves Leitão, ao serviço do Convento de Nossa Senhora da Conceição, em Elvas, na construção da capela da Senhora da Soledade, na igreja de Santa Clara, cujo trabalho teve início em junho de 1744⁹⁷.

Fez escritura de sociedade entre ele próprio e Gregório das Neves Leitão e, a outra parte, o bispo da Sé de Elvas, D. Baltazar de Faria e Villas-Boas, em contrato de “continuarem e concluírem a obra da Capella

⁹² ADEVR, CNVVC, *Livro de Notas* n.º 292 a fls.119-121.

⁹³ ADEVR, CNVVC, *Livro de Notas* n.º 270 a fls. 113v.-114.

⁹⁴ ADEVR, CNVVC, *Livro de Notas* n.º 271 a fls.132-132v.

⁹⁵ AHCMVV, *Contribuições e Impostos/Maneios – Livro de Lançamento dos Tratos e Maneios de que Se Deve Dessima* – anos 1762.12.20 a 1773.12.29, fl. 94 (AHVV-181/CIM.1).

⁹⁶ SCMEV, *Livro de Lembranças* n.º 29 – anos 1764, a 1776, fls. 22v.-23v (AH-SCMEV)

⁹⁷ Consultar nota de rodapé 42.

Mayor da Igreja da St^a See de Elvas destacadade, ejuntament^o huma Caza de Orattorioque o ditto Exmo^o e Ver^o Seu constituinte manda fazer no seu Pallacio”. A escritura foi feita em casa do procurador, padre João de Macedo, pelo tabelião de Elvas, em 12 de maio de 1746⁹⁸.

Ratifica, por escritura, o ajuste com D. Baltazar de Faria e Villas-Boas, bispo da Sé de Elvas, o contrato para a construção da capela-mor da mesma igreja e ainda a execução de construção do oratório do seu paço episcopal, em sociedade com o mestre Gregório das Neves Leitão. A escritura foi feita pelo tabelião de Elvas, em 27 de março de 1747⁹⁹. Na primeira escritura foram descritas todas as cláusulas estabelecidas entre os dois mestres e o bispo de Elvas no ano de 1746.

Ao consultarmos os livros do município de Elvas, encontrámos uma fiança de José Francisco, que prestou a João Roiz, trabalhador, para poder manter-se a morar numa casa daquela cidade. Na assinatura do documento, que comparámos com outras utilizadas em escrituras por ele assinadas, verificamos grande aproximação, podendo tratar-se de José Francisco de Abreu, morador na quinta da Amoreira, na cidade de Elvas¹⁰⁰.

Por escritura de contrato e obrigação com os religiosos do Convento de São Domingos da cidade de Elvas, estabelece a empreitada de execução de oito pedestais das colunas da igreja daquela comunidade. A escritura foi feita pelo tabelião da cidade de Elvas, em 27 de maio de 1747¹⁰¹.

Por escritura de contrato e obrigação com D. João de Aguillar Mexia, fidalgo da Casa de Sua Majestade, aceita executar uma obra de trabalhos em pedra de Borba, compostos por uma escadaria, portados e janelas. Na escritura é identificado como mestre arquiteto, assistente na cidade de Elvas. A escritura foi efetuada no tabelião de Elvas, em 16 de junho de 1751¹⁰².

Pelo trabalho de medição que fez para toda a pedraria da obra do hospital, com as suas enfermarias novas, entregue ao mestre Francisco Senna e restantes companheiros, recebeu do tesoureiro geral da Misericórdia de Elvas 24 000 réis, em 6 de setembro de 1751¹⁰³.

Terá chegado a Vila Viçosa, onde estabeleceu contactos em data não determinada, mas que pensamos ter sido no ano 1753, arrematando várias empreitadas que executou. Para acompanhamento dos trabalhos nesta vila, terá arrendado uma casa a Mariana da Conceição, na rua Frei Manuel, atual rua

⁹⁸ ADPTG, CNELV, *Livro de Notas* n.º 220 o, fls. 103v.-106 (PT-ADPTG-CNELV04-001-220).

⁹⁹ ADPTG, CNELV, *Livro de Notas* n.º 221 a fls. 61-62v. (PT-ADPTG-CNELV04-1-221).

¹⁰⁰ AH-CME, *Livro de Fianças dos que Tratão com Fazendas Alheias* – ano 1748, fl. 95v.

¹⁰¹ ADPTG, CNELV, *Livro de Notas* n.º 221, fls. 86v.-88 (PT-ADPTG-CNELV04-1-221); Cabeças, Mário Z. “O restauro da igreja do Convento de São Domingos de Elvas (1937-1945), circunstâncias e critérios”. *A Cidade* 8 (1993): 109-128.

¹⁰² ADPTG, CNELV, *Livro de Notas* n.º 128, fls. 142-143 (PT-ADPTG-CNELV06-1-128).

¹⁰³ SCME, *Livro do Dinheiro, e Fructos Ano 1751 p^a. 1752 – Receyta e Despeza* fls. 48v. (AH-SCME).

Martim Afonso de Sousa, onde se instalara por épocas para acompanhar a obra de construção da câmara e da cadeia, entre os anos 1754 e 1757¹⁰⁴.

Arrematou a obra da cadeia, casas da Câmara e mais oficinas do município de Vila Viçosa, em 28 de fevereiro de 1754¹⁰⁵.

Em sessão da vereação, reunida na casa da Câmara com os procuradores do concelho, propuseram o remate da empreitada das casas da Câmara, da cadeia e mais oficinas, que aceitaram José Mendes Brochado como fiador, em 2 de março de 1754, “sábado”¹⁰⁶.

Como arrematante e empreiteiro da obra da Cadeia, das casas da Câmara e mais oficinas de Vila Viçosa, fez escritura em Vila Viçosa com os oficiais daquela Câmara, em 29 de março de 1754¹⁰⁷.

Em escritura de contrato com o padre frei Francisco da Anunciação, prior do Convento de Santo Agostinho, aceita a obra da grade (balaustrada) de mármore de várias cores do coro alto da igreja de Nossa Senhora da Graça (panteão dos duques de Bragança) no mesmo convento. Foram testemunhas: Manuel Palmeiro e Domingos Rodrigues Virtuoso, moradores em Vila Viçosa. A escritura foi assinada no tabelião de Vila Viçosa, em 6 de abril de 1754¹⁰⁸.

Celebrou uma escritura de dívida e obrigação com o vigário da Sé de Elvas, o padre Manuel Martins Salgado, a quem emprestou 200 000 réis, ao juro de 6,4 %, por um ano, por penhor. A escritura foi efetuada no tabelião de Elvas, em 10 de junho de 1754¹⁰⁹.

Celebrou outra escritura de fiança e obrigação num empréstimo que concedeu de 93 000 réis, a juro de um ano, a Francisca da Silva, moça solteira, por contrato subscrito no tabelião de Elvas, em 2 de dezembro de 1754¹¹⁰.

Como sócio e empreiteiro da obra da Câmara de Vila Viçosa, com José Mendes Brochado, passa procuração em Elvas, em 9 de abril de 1756¹¹¹, a

¹⁰⁴ ADPTG, TCELV, Processo Orfanológico n.º 28 820, mc. 667, fl. 138: “Diz Mariana da Conceição, moradora em Vila Viçosa, que na mesma alugou a suplicante uma morada de casas, que possui na Rua de Frei Manuel, a José Francisco, arquiteto, morador desta cidade, pela quantia de sete mil, e duzentos réis em cada ano, p^a o suplicante assistir nas ocasiões, em que costumava ir à mesma vila, e porque o mesmo, é falecido da vida presente e ficou a dever à suplicante, a mesma quantia acima declarada do aluguer de um ano vencido agora, por São João [...]”.

¹⁰⁵ ADEVR, CNVVC, *Livro de Notas* n.º 284 a fls. 52-53v.

¹⁰⁶ [CMVV], *Livro Vereações 1750-1755 p.^a nelle Se Escreverem as Vereasoeihs do Senado da Camara desta V.^a Viçosa* fls. 136-136v. (AHCMVV-802/VE.67).

¹⁰⁷ ADEVR, CNVVC, *Livro de Notas* n.º 284 a fls. 52-53v.

¹⁰⁸ ADEVR, CNVVC, *Livro de Notas* n.º 266 a fls. 90v.-92.

¹⁰⁹ ADPTR, CNELV, *Livro de Notas* n.º 228 a fls. 32v.-33 (PT-ADPTR-CNELV04/01/0228).

¹¹⁰ ADPTR, CNELV, *Livro de Notas* n.º 042 a fls. 5-6 (PT-ADPTR-CNELV07/01/042).

¹¹¹ ADEVR, CNVVC, *Livro de Notas* n.º 267 a fls. 124-126v., transladada a procuração no final da escritura.

Manoel Gonçalves, oficial pedreiro, morador em Vila Viçosa, para o representar na escritura de contrato de fornecimento de materiais e da execução dos trabalhos de carpintaria com o arrematante Joaquim Mourato, da cidade de Portalegre. A escritura de contrato com o mestre Joaquim Mourato foi assinada em Vila Viçosa, em 10 de abril de 1756¹¹².

Segundo consta no registo da sua morte, era natural da Ordasqueira, freguesia de Matacães, concelho de Torres Vedras¹¹³. Mas Miguel Vallecillo Teodoro encontra razões, quanto a nós infundadas, para avançar que o mestre era natural de Elvas. Seria filho de Francisco de Abreu, que faleceu em Elvas, em 1715, e de Maria Gomes, e possivelmente teria um irmão de nome Nicolau de Abreu, que terá falecido na mesma cidade, em 1753¹¹⁴.

O seu falecimento, no dia 15 de março de 1757, está confirmado, segundo consta em dois documentos: o registo paroquial da freguesia da Sé e o registo de sepultura na igreja da Sé de Elvas. No primeiro registo, o padre Manoel Dias escreve que não sabe quem são os pais: “José Francisco moço solteiro [...] não recebeu sacramento algum por ser repentina a sua morte nem tinha feito testamento. Foi sepultado nesta Sé de que era freguês”¹¹⁵. No registo dos enterramentos, o padre da Sé escreve: “no nº 123, ocupa com o arquiteto José Francisco de Abreu”, em 15 de março de 1757, o que vem confirmar o primeiro registo¹¹⁶.

Após a sua morte, foi aberto, pelo juiz de fora e dos órfãos do Tribunal de Elvas, um processo de inventário orfanológico, por ter comparecido uma menor reclamando ser “sua filha natural”¹¹⁷.

Este inédito documento tornou-se, para a dissertação, uma fonte de informação, de maior interesse, para a aclaração sobre algumas das empreitadas que lhe têm sido atribuídas em Vila Viçosa e que não podem ser confirmadas. Ficámos ainda conhecedores, pela descrição no processo e pelos documentos anexos, das seguintes notícias:

Na condição de solteiro, viemos a saber que tinha uma filha com a idade de 14 anos, à data da sua morte, que provavelmente terá nascido de um relacionamento na região de Lisboa, onde esteve na companhia da mãe, Joaquina

¹¹² ADEVR, CNVVC, Livro de Notas n.º 267 a fls. 124-126v.

¹¹³ AH, CME, Registos Paroquias, Freguesia da Sé – Assunção (RPFSAE), Registo de mortes, mc. 048/03.

¹¹⁴ Vallecillo Teodoro. “El arquitecto elvensé José Francisco de Abreu”, 213-217.

¹¹⁵ AH-CME, RPFSAE, Registo de mortes, mc. 048/03, fl. 146v.

¹¹⁶ AH-SEPNSA, Sé de Elvas, *Livro de Registo de Sepulturas*, 1746, fl. 63v, s/cota. Esta informação foi-nos prestada pela colaboração do Dr. Artur Goulart, coordenador científico do Inventário Artístico da Arquidiocese de Évora, ao qual agradecemos.

¹¹⁷ ADPTG, TCELV, Processo Orfanológico n.º 28 820, mc. 667, fl. 1: 1757.Março.18 *Inventário Q o Doutor Bernardo Coelho da Gamachos Juiz de Fora e Horfaos e nesta Cidade de Elvas e Seu Termo Mandou Fazer do Bens Que Ficaram por Morte de Falecimento de Jose Francisco de Abreu Moso Soltº Q. Faleceu [...]*.

da Silva, solteira, “moradora q foi na corte de Lisboa”, e que terá ido para junto do pai, em Elvas, após o terramoto de 1755, data provável do desaparecimento da sua progenitora. Em consequência da morte de seu pai, foi aberto no Tribunal da Comarca de Elvas um processo orfanológico em favor de Ana Joaquina de Abreu, menor, e nomeado um cabeça de casal, António Rodrigues, mestre vidraceiro, como administrador dos bens do falecido José Francisco de Abreu, morador na horta do Bispo, na cidade de Elvas¹¹⁸.

José Francisco de Abreu, com a profissão de mestre canteiro, conforme consta nos vários documentos do processo orfanológico, morreu sem ter outros ascendentes ou descendentes legítimos¹¹⁹.

Sobre a herança e os bens, o Cabido da Sé terá pago a António Rodrigues, oficial de vidraceiro, a importância devida ao mestre

architeto Joze Fran.º de Abreo das obras da Caza Capitular a quantia de quinhentos e quarenta mil quinhentos e setenta e quatro reis que tanto constou ficar devendo a Fabrica ao tempo da sua morte por hum escripto de ajuste de contas assignado pello Exmo. Snr Bispo Dom Balthazar de Faria [...] ¹²⁰.

Possuía um telheiro junto a uma pedreira de Borba, certamente de apoio ao desbaste e talho dos mármore extraídos, destinando-se estes ao fornecimento das obras por si contratadas¹²¹.

¹¹⁸ ADPTG, TCELV, Processo Orfanológico n.º 28 820, mç. 667. O processo principal anexa várias cartas precatórias, em que constam importantes informações sobre os bens do casal, as dívidas ativas, passivas e outros documentos de contas particulares. Não consta qualquer bem de raiz: no entanto, confirma-se a sua capacidade económica enquanto mestre canteiro e empreiteiro. Consta ainda na abertura do processo o seguinte: “Inventário que o Doutor Bernardo Coelho da Gama e Castro, Juiz de Fora e Órfãos e nesta cidade de Elvas e seu termo mandou fazer dos bens que ficaram por morte de falecimento de José Francisco de Abreu moço solteiro se faleceu [...] No ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e cinquenta e sete anos aos dezoito dias do mês de março do dito ano nesta cidade de Elvas e horta do Bispo e casas donde lá ficou a José Francisco de Abreu mestre canteiro e moço solteiro aonde eu escrivão fui demandado comissão do Doutor Bernardo Coelho de Gamados, Juiz de Fora geral e dos Órfãos consultado por sua Majestade que Deus o Guarde e na mesma cidade e seu termo [...] mais [...] a feito de segurança de inventário dos bens que ficaram por morte a familiares do referido José Francisco de Abreu por lhe vir a notícia Era falecido da vida presente e por sua morte se achou estabelecida uma sua filha [...] por cuja razão e por obrigação de seu nobre cargo lhe o [...] nas casas em posse de seus Bens e Cabeça de Casal António Rodrigues mestre vidraceiro”. Consultar: Filipe, Carlos. “O património edificado em Vila Viçosa no século XVIII” 2015.

¹¹⁹ ADPTG, TCELV, Processo Orfanológico n.º 28 820, mç. 667, fls. 49-50.

¹²⁰ AH, CME, *Livro de Despesas da Fabrica da Sé 1758-1802* – n.º 6683, fls. 11-11v. Agradecemos a disponibilidade desta informação ao Dr. Artur Goulart, coordenador do Inventário do Património Cultural Móvel da Arquidiocese de Évora.

¹²¹ ADPTG, TCELV, Processo Orfanológico n.º 28 820, mç. 667, fl.17: “[...] um telheiro na pedreira de Borba avaliado em três mil reis [...]”.

Consta ter feito uma sociedade com Manuel da Silveira de Portalegre, para a construção da cadeia de Monforte¹²².

Entre José Francisco Abreu e o seu companheiro e sócio Gregório das Neves Leitão existem várias dívidas, como consta que terão feito uma escritura de dinheiro a juro, em 20 de dezembro de 1754¹²³.

Fez uma escritura de dívida e obrigação ao devedor António Gonçalves, lavrador da herdade da Ferroa, a quem emprestou 100 000 réis, a juro de 4,6 %, por um ano, juros que não foram pagos no ano de 1756. A escritura foi feita pelo tabelião na casa do devedor, em 11 de junho de 1752¹²⁴. Segundo consta, a escritura não foi encontrada pelo cabeça de casal para ser junta ao processo orfanológico.

Consta ter aceitado um contrato e executado uma obra de cantaria na casa nobre da senhora D. Paula, da vila de Campo Maior, pelo valor de 881 100 réis, que não concluiu devido à súbita morte do mestre¹²⁵.

Consta da carta precatória que, por provisão do desembargo do paço, foi arrematada a reconstrução da igreja matriz da vila de Barbacena, devido à ruína em que se encontrava a abóbada. Nesse contrato, arrematado por José Francisco de Abreu, mestre canteiro, consta ainda a construção da capela-mor com o seu retábulo em pedraria, dando como seu fiador e principal pagador o mestre canteiro José Francisco de Matos, natural de Monsaraz e morador na cidade de Elvas. A escritura foi feita na casa de morada do doutor Feliz Francisco da Silva, desembargador, pelo montante de 1 conto e 100 000 réis, recebendo logo 100 000 réis da mão do depositário geral daquele juízo, Joaquim António de Sequeira, em 22 de outubro de 1754. Ao que parece, num requerimento anexo à referida carta precatória, a obra não chegou a ser concretizada, tendo o desembargador mandado que devolvesse o dinheiro entregue, bem como o risco e apontamentos:

Lá se contem e declara, em seu cumprimento mandará vossa mercê entregar a Joaquim António de Sequeira depositário geral deste Juízo os cem mil réis que o dito José Francisco de Abreu dele recebeu por conta da obra que arrematou por não ter feito coisa alguma nela; como também mandará entregar ao escrivão que esta se escreveu o risco da dita obra que na mão do dito defunto parava, constar desta

¹²² ADPTG, TCELV, Processo Orfanológico n.º 28 820, mc. 667, fl. 62v. A construção da obra da cadeia e Câmara de Monforte decorreu em paralelo ao processo de construção da Câmara de Vila Viçosa, desconhecendo nós qual o envolvimento de José Francisco de Abreu na empreitada de Monforte.

¹²³ ADPTG, TCELV, Processo Orfanológico n.º 28 820 – mc. 667, fl. 62v.

¹²⁴ ADPTG, CNELV, Livro de Notas n.º 226, fls. 68-68v. (PT-ADPTG-CNELV04/01/0226).

¹²⁵ ADPTG, TCELV, Processo Orfanológico n.º 28 820 – mc. 667, fls. 85-86: “Digo eu Gregorio Neves Leitão, Mestre pedreiro q por mandato do Dr. Juiz de Fora e Órfãos da cidade de Elvas Bernardo Coelho da Gama e Castro fosse a Campo Maior avaliar e medir a pedraria q José Francisco de Abreu já defunto tinha feito p a obra da Snr^a D. Paula o q achei pertencente ao casal do dito defunto [...]”.

no fim lançados; por estarem a tudo obrigado os bens do dito defunto na forma da sua obrigação para com os referidos cem mil réis e o mais dinheiro que se achar em seu poder das providencias necessária à factura da referida obra [...]¹²⁶.

Terá acordado com a Irmandade do Santíssimo Sacramento de Campo Maior a construção do retábulo da sua capela, sita na igreja matriz, conforme se pode concluir pelo pagamento ao cabeça de casal da dívida existente à data da sua morte¹²⁷.

Outra obra que acordara com a Irmandade de Nossa Senhora do Paço na vila de Barbacena foi a construção de um retábulo de mármore, que executou e que não foi pago na totalidade¹²⁸.

José Mendes Brochado – Mestre de obras (reais obras de Vila Viçosa), empreiteiro, natural da freguesia da Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, nasceu em 24 de outubro de 1702¹²⁹, filho de André Mendes Brochado e de Ana Cordeiro, casou pela primeira vez, em 1724, com Ana Maria da Guerra, e pela segunda vez, como viúvo, com Jacinta Rosa, em 1774. Foi morador na rua de Dona Pascoela, do lado direito vindo do terreiro de D. João.

Esteve ativo em Vila Viçosa como mestre de obras, conforme consta nos livros das atividades profissionais sujeitos ao pagamento de impostos¹³⁰.

Fez parte da sociedade para a construção da cadeia de Vila Viçosa, em 1739¹³¹. A sociedade foi encabeçada pelo arquiteto-pedreiro Manuel da Costa Negreiros, da cidade de Lisboa, e pelos restantes mestres assistentes António Gonçalves Pereira, Salvador Ferreira e Domingos Timóteo. Na sociedade, foi nomeado tesoureiro e apontador, recebendo a obrigação de administrar a obra e assentar as receitas e despesas, comunicando depois estes dados ao escrivão para o seu registo oficial.

¹²⁶ ADPTG, TCELV, Processo Orfanológico n.º 28 820, mç. 667, fls. 206–209v.

¹²⁷ ADPTG, TCELV, Processo Orfanológico n.º 28 820, mç. 667, fl. 88: “Recebi de Pe. Vaz fidalgo recebedor da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Vª de Campo Maior vinte e oito mil setecentos quarenta e quatro réis resto q se devia ao defunto José Francisco de Abreu da obra da Capela do Santíssimo Sacramento sita na Igreja Matriz desta Vª e cuja quantia passei recibo ao dtº Recebedor [...]”.

¹²⁸ ADPTG, TCELV, Processo Orfanológico n.º 28 820, mç. 667, fls. 92: “O Recebedor de Nª Srª do Paço pague logo ao Suplicante porque nos consta ser certa a dívida. Elvas 3 de Outubro de 1756”.

¹²⁹ ADEV, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição (Matriz) (PNSCVV), *Livro de Baptizos* n.º 5, fls. 15v. (PT-ADEV-PRQEV-VVC05).

¹³⁰ Consultar: gráfico de rendimentos (impostos cobrados – décima e 4,5 %). Filipe, Carlos. “O património edificado em Vila Viçosa no século XVIII”, 2015.

¹³¹ ADEV, CNVC, *Livro de Notas* n.º 228 a fls. 76v.–79.

Fez parte da escritura de “Juro, Importância e Fiança” em 27 de setembro de 1753¹³², que terá dado a Paula Pereira da Costa, a sua irmã órfã, os bens que haviam ficado de seu pai, André Mendes Brochado, e da segunda mulher dele, Teresa de Assumpção, para que os seus bens não lhe fossem retirados enquanto não tivesse idade para ser emancipada.

Por decreto de Sua Majestade, foi louvado por parte da Fazenda Real como mestre das reais obras, para avaliar casas e terrenos destinados à construção da Câmara e da cadeia de Vila Viçosa, em 1754¹³³.

Em sessão da vereação, reunida com os procuradores do concelho, aceita o remate da empreitada das casas da Câmara, da cadeia e mais oficinas, como fiador de José Francisco de Abreu, em 2 de março de 1754, “sábado”¹³⁴.

Como fiador do empreiteiro José Francisco de Abreu e de António Madeira, oficial de ferreiro, para a execução da empreitada da obra da Câmara de Vila Viçosa, fez parte da escritura no tabelião de notas em Vila Viçosa, na presença dos oficiais daquela Câmara, em 29 de março de 1754¹³⁵.

Foi padrinho de batismo de Inês, na igreja matriz de Vila Viçosa, em 20 de maio de 1755¹³⁶.

Assinou, na qualidade de sócio da obra da Câmara e cadeia de Vila Viçosa, a escritura de contrato de fornecimento de materiais e mão de obra de carpintaria com o mestre Joaquim Mourato, da cidade de Portalegre, em 10 de abril de 1756¹³⁷.

Como consequência do terramoto de 1755, o Convento da Piedade (Bosque), na então vila de Borba, teve de ser reconstruído pelos danos sofridos, com ajuda dos seus padroeiros, os duques de Bragança. Por ordem de Sua Majestade, para arrematação da obra, foi proposta a entrega da empreitada ao mestre Brochado, em 8 de maio de 1756, conforme se descreve: “não há quem faça mayor ou menor Lanço, do que deu o Mestre do Paço José Mendez Brochado, pello que, pertence a Alvenaria dois contos nove centos e settenta mil reis [...]”¹³⁸.

Apresentou com outros mestres, entre os quais consta o nome do mestre canteiro Gregório das Neves Leitão, um orçamento para recons-

¹³² ADEVR, CNVVC, *Livro de Notas* n.º 264 a fls. 136-137v.

¹³³ [AHCMVV], *Título das Casaz da Camara de Villa Viçosa (Avaliações. Escrituras)*, fls. 5v.-6. (AHCMVV-728/TB.3).

¹³⁴ AHCMVV, *Livro Vereações 1750-1755 p.^a nelle Se Escreverem as Vereasoeñs do Senado da Camara desta V.^a Viçosa*, a fls. 136-136v. (AHCMVV-802/VE.67).

¹³⁵ ADEVR, CNVVC, *Livro de Notas* n.º 284 a fls. 52-53v.

¹³⁶ ADEVR, PNSCVV, *Livro de Registos Matrimónios* n.º 15, 1758-1780, fl. 159v. (PT-ADEVR-PRQEV-PRQEV-728/TB.3).

¹³⁷ ADEVR, CNVVC, *Livro de Notas* n.º 267 a fls. 124-126v.

¹³⁸ ANTT, MR, consultas à Junta da Sereníssima Casa de Bragança, mc. 52, cx. 649, fl. 55.

trução da igreja de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, após a trágica derrocada da nave central, provocada pelo terramoto de 1755¹³⁹.

Por escritura, distratou o empréstimo de 50 000 réis a Marinho José como cabeça de casal, com uma declaração de que o dito dinheiro lhe pertence por falecimento do tio, o “Padre Joam Rodrigues da Silva”, prior de Vila Viçosa. A escritura foi efetuada pelo tabelião de Vila Viçosa, em 12 de agosto de 1757¹⁴⁰.

Em suas casas entregou procuração sua e de seus filhos, Bento José, Inês Maria e Maria Rosa, ao doutor Francisco da Silva Abreu Teixeira, advogado da Corte de Lisboa, para o representar num processo-crime que corria no juízo de Vila Viçosa e que iria transitar para o Supremo Tribunal de Lisboa. A escritura foi feita pelo tabelião de Vila Viçosa, em 26 de agosto de 1757¹⁴¹.

Há notícia da sua participação, como empreiteiro, nas obras do Real Convento de Nossa Senhora da Esperança, em Vila Viçosa, até ao ano de 1758¹⁴².

Fez procuração com o seu irmão, António Pedro Brochado, natural de Vila Viçosa, a José de Figueiredo, da Vila de Fronteira, por escritura no tabelião de Vila Viçosa, em 6 de junho de 1759¹⁴³.

Pagou de imposto do seu maneio 1 800 réis no ano de 1762¹⁴⁴.

Contraiu um empréstimo de 100 000 réis com a sua mulher, Ana Maria, a 5 % de juro ao ano, e foi seu fiador o filho, Bento José Brochado, concedido pelo padre reitor do Seminário da Capela Real de Vila Viçosa, Alexandre Delgado Janeiro, sendo a escritura efetuada no tabelião de Vila Viçosa, em 3 de setembro de 1770¹⁴⁵.

Viúvo, casou com Jacinta Rosa em 9 de janeiro de 1774, na igreja matriz de Vila Viçosa¹⁴⁶.

Disponha de património: uma morada de casas no largo da Fonte Grande, que vendeu, em 1790, ao padre José Valério, capelão da Real Capela; uma vinha na Nora, avaliada em 6 000 réis, que passou para Luís Jorge da Costa por uma dívida a juro de 110 000 réis; um olival no sítio de

¹³⁹ AHMOP, MR, Processos de obras públicas específicas: Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa – 1756/7 (PT-AHMOP-Ministério do Reino 32/3/1 s/d).

¹⁴⁰ ADEVR, CNVVC, *Livro de Notas* n.º 291 a fls. 79v.-80v.

¹⁴¹ ADEVR, CNVVC, *Livro de Notas* n.º 269 a fls. 53v.-54.

¹⁴² Cf. Espanca, Túlio. *Inventário Artístico de Portugal. IX. Distrito de Évora*. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, vol. I, 1978, 571.

¹⁴³ ADEVR, CNVVC, *Livro de Notas* n.º 271 a fls. 143-143v.

¹⁴⁴ AHCMVV, Contribuições e Impostos/Maneios, *Livro de Lançamento dos Tratos e Maneios de Que Se Deve Dessima* – anos 20 dez. 1762 a 29 dez. 1773, fl. 75 (AHCMVV-181/CIM.1).

¹⁴⁵ ADEVR, CNVVC, *Livro de Notas* n.º 295 a fls. 92v.-94.

¹⁴⁶ ADEVR, PRQVVC, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição (Matriz de Vila Viçosa), *Livro de Registos Matrimónios* n.º 15, 1758-1780, fl. 78v. (PT-ADEVR-PRQEVV-VVC03).

Malfreire, avaliado em 1 500 réis, que vendeu; um olival e uma vinha no sítio do Paul, avaliado em 2 000 réis, que vendeu a Francisco José Valério¹⁴⁷.

Por escritura de compra e venda realizada no tabelião de Borba, adquire uma morada de casas no fundo da rua da Aramenha, em Borba, a Manoel Diogo Mizurado Azevedo, em 15 de julho de 1803¹⁴⁸.

BIBLIOGRAFIA

- Belém, Fr. Jeronymo de. *Chronica serafica da Santa Provincia dos Algarves da Regular Observancia do Nosso Seráfico Padre S. Francisco, em Que Se Trata da Sua Origem, Progressos, e Fundações de Seus Conventos*. Lisboa: Officina de Ignacio Rodrigues, vol. IV (4 vols.), 1750-1758.
- Borges, Nelson Correia. "A arquitectura". In *Do Barroco ao Rococó*. História da arte em Portugal 9. Lisboa: Publicações Alfa, 1986.
- Cabeças, Mário Z. "O restauro da igreja do convento de São Domingos de Elvas (1937-1945), circunstâncias e critérios". *A Cidade* 8 (1993): 109-128.
- d'Almada, Vitorino. *Elementos para Um Dicionário de Geographia e História Portuguesa: Concelho D'elvas e Extintos de Barbacena, Villa-Boim e Villa Fernando*. Elvas: Tipografia Elvense, 3 volumes, 1881-1891.
- Espanca, Túlio. "Igreja de Nossa Senhora da Lapa de Vila Viçosa". In *Cadernos de História e Arte Eborense. Estudos alentejanos*. Évora: Livraria Nazareth, 1975.
- Espanca, Túlio. *Inventário Artístico de Portugal. IX. Distrito de Évora*. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, vol. I, 1978.
- Falcão, José António. "O arquitecto Manuel da Costa Negreiros e a formação de uma sociedade para a construção da cadeia de Vila Viçosa em 1739, considerações em torno de um documento quase esquecido". *Callipole* 1 (1993): 77-87.
- Filipe, Carlos. "O património edificado em Vila Viçosa no século XVIII: encomenda, financiamento e construção". Mestrado, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, 2015.
- Filipe, Carlos, e Ricardo Hipólito. *Património Industrial: História da Indústria do Mármore: "do Trabalho à Memória"*. Vila Viçosa, 2011 (Proposta de projeto apresentada ao CECHAP).
- Guedes, Natália Brito Correia. *O Palácio dos Senhores do Infantado em Queluz*. Lisboa: Horizonte, 1971.
- Lopes, Inês Isabel Florindo. "O real convento de Nossa Senhora da Esperança de Vila Viçosa". Mestrado, Universidade de Évora, tomo I, 2008.
- Pereira, José Fernandes, e Paulo Pereira. *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Presença, 1989.

¹⁴⁷ AHCMVV, Livro 2.º Cadastro de 1767 a 1736, fls. 144v.-145 (AHCMVV-729/TB.4).

¹⁴⁸ ADEVR, Cartório Notarial de Borba CNBRB, Livro de Notas n.º 190 a fls. 177-177v.

Pires, António Caldeira. *História do Palácio de Queluz*. Subsídios para a História da Arte Portuguesa, XVI. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2 vols., 1924-1926.

Ribeiro, Félix. “A indústria dos mármore. Tese apresentada ao I Congresso da União Nacional”. *Congresso da União Nacional*. Lisboa: Oficina Fernandes, 1934.

Soares, Clara Moura. “A lavra das pedreiras e o estaleiro das obras de restauro do mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XIX”. Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999.

Teixeira, José de Monterroso. *O Paço Ducal de Vila Viçosa*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1983.

Valleccillo Teodoro, Miguel Ángel. “El arquitecto elvense José Francisco de Abreu. Su aportación a la arquitectura y escultura alentejana del XVIII”. *A Cidade* 12, nova série (1998): 213-214.

ANEXOS:

Quadro – Cronologia de obras em Vila Viçosa

Anos	Nomes / Mestres	Obra
1754	José Francisco de Abreu	Igreja de Nossa Senhora da Graça (Agostinhos) (balaustrada do coro-alto)
1754 a 1757	José Francisco de Abreu e José Mendes Brochado	Edificação dos paços do concelho de Vila Viçosa
1758 a 1763?	Gregório das Neves Leitão, José Mendes Brochado e outros	Igreja de Nossa Senhora da Graça (Agostinhos) (retábulos da capela-mor e laterais do cruzeiro da igreja)
1759 a 1760	Gregório das Neves Leitão e outros com-panheiros	Igreja de Nossa Senhora da Lapa (retá-bulo da capela-mor)

Quadros dos Mestres

Quadro A – José Francisco de Abreu

Crronologia de outras obras onde terá participado

Ano	Nomes / mestres	Localidade	Obra
1744	José Francisco de Abreu e Gregório das Neves Leitão	Elvas	Capela Senhora da Soledade, Igreja de Santa Clara. Convento de Nossa Senhora da Conceição
1746	José Francisco de Abreu e Gregório das Neves Leitão	Elvas	Paço do bispo (casa capitular e oratório)
1747	José Francisco de Abreu e Gregório das Neves Leitão	Elvas	Capela-mor da Sé
1747	José Francisco de Abreu	Elvas	Igreja do Convento de São Domingos (pe-destais e colunas)
1751	José Francisco de Abreu	Elvas	Casa D. João de Aguiar Mexia (escadaria, portados e janelas em mármore)
1751	José Francisco de Abreu	Elvas	Hospital da Misericórdia (medição de toda a pedraria)

Ano	Nomes / mestres	Localidade	Obra
1754	José Francisco de Abreu	Barbacena	Igreja Matriz de Barbacena (reconstrução da nave e nova capela-mor). Não terá sido concluída.
1757?	José Francisco de Abreu	Campo Maior	Casa de Paula Antónia de Carvajal (obra de cantaria)
?	José Francisco de Abreu	Campo Maior	Igreja Matriz – Irmandade do Santíssimo Sacramento (construção do retábulo da capela)
?	José Francisco de Abreu	Barbacena	Irmandade de Nossa Senhora do Passo (construção do retábulo da capela-mor em mármore)

Quadro B – Gregório das Neves Leitão

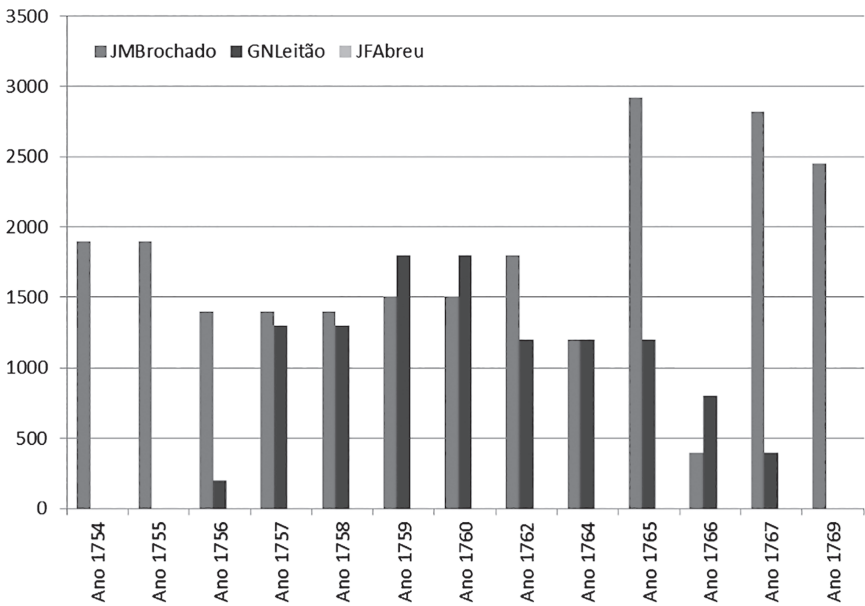
Cronologia de outras obras onde terá participado

Ano	Nomes / mestres	Localidade	Obra
1739	Gregório das Neves Leitão, Fernando Cardoso e António Gomes	Portalegre	Mosteiro de São Bernardo (colocação de piso em mármore)
1744	Gregório das Neves Leitão e José Francisco de Abreu	Elvas	Capela Senhora da Soledade, Igreja de Santa Clara. Convento de Nossa Senhora da Conceição
1744 a 1751	Gregório das Neves Leitão	Elvas	Hospital da Misericórdia
1746	Gregório das Neves Leitão e José Francisco de Abreu	Elvas	Paço do bispo (casa capitular e oratório)
1747	Gregório das Neves Leitão e José Francisco de Abreu	Elvas	Capela-mor da Sé
1747	Gregório das Neves Leitão	Elvas	Reforma das capelas dos Passos Processionais
1748?	Gregório das Neves Leitão	Oliveira	Senado da Câmara
1751 a 1757?	Gregório das Neves Leitão	Elvas	Convento de São Domingos
1752	Gregório das Neves Leitão	Queluz	Palácio
1752	Gregório das Neves Leitão	Elvas	Hospital da Misericórdia
1752 a 1757	Gregório das Neves Leitão	Elvas	Igreja de Nossa Senhora dos Bem Casados
1757	Gregório das Neves Leitão	Portalegre	Convento de Santa Maria dos Agostinhos
1762	Gregório das Neves Leitão	Évora	Igreja da Misericórdia

Quadro C – José Mendes Brochado
Crronologia de outras obras onde terá participado

Ano	Nomes / mestres	Localidade	Obra
1752 a 1754	José Mendes Brochado	Redondo	Câmara Municipal
1755	José Mendes Brochado	Borba	Convento da Piedade (Bosque)

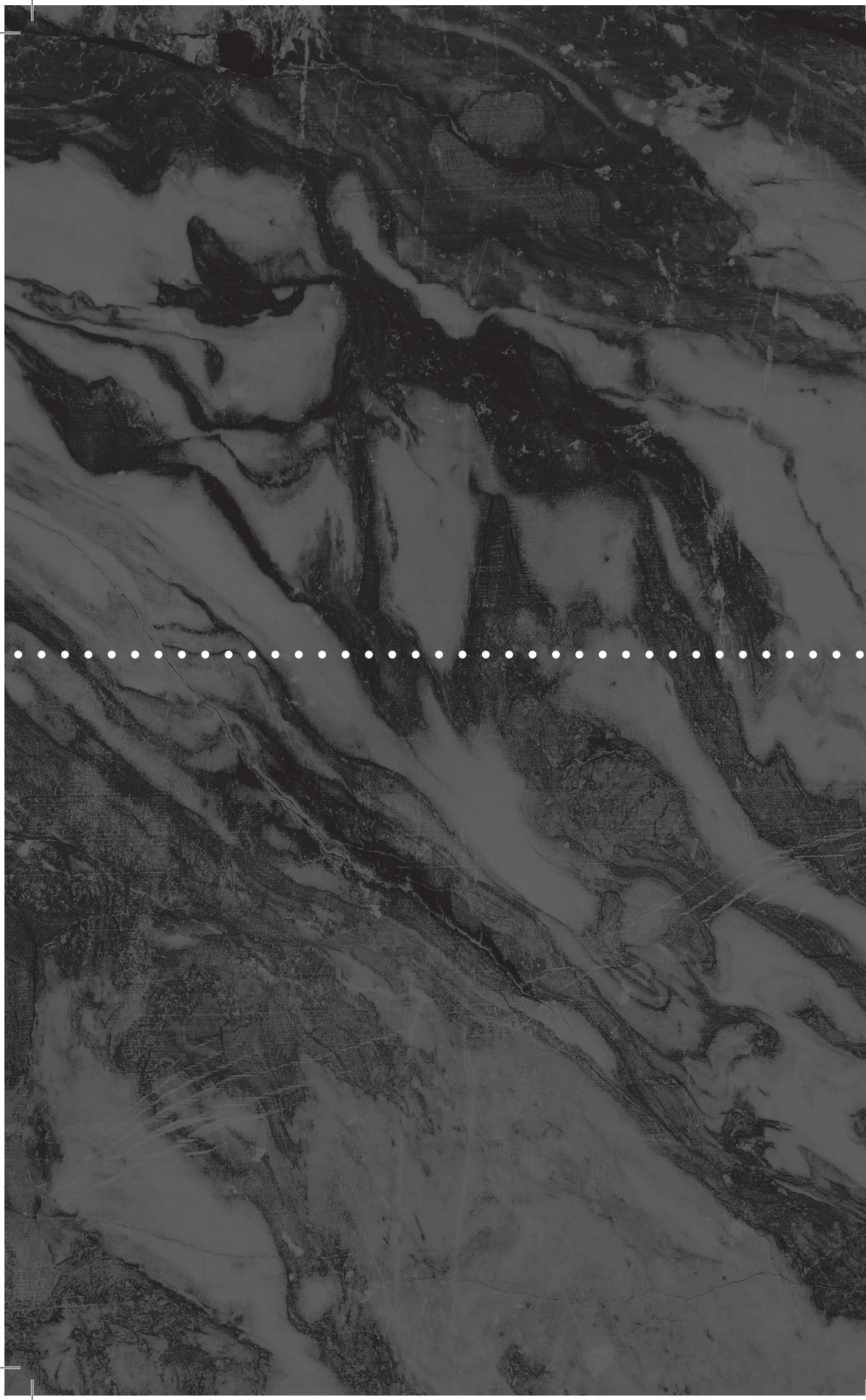
Gráfico de rendimentos (impostos cobrados – décima e 4,5 %):



Nota: Impostos anuais (livros da décima e 4,5 %). Valor cobrado em réis pela Câmara de Vila Viçosa sobre os rendimentos de cada um dos mestres:

- José Mendes Brochado (azul)
- Gregório das Neves Leitão
- José Francisco de Abreu a)

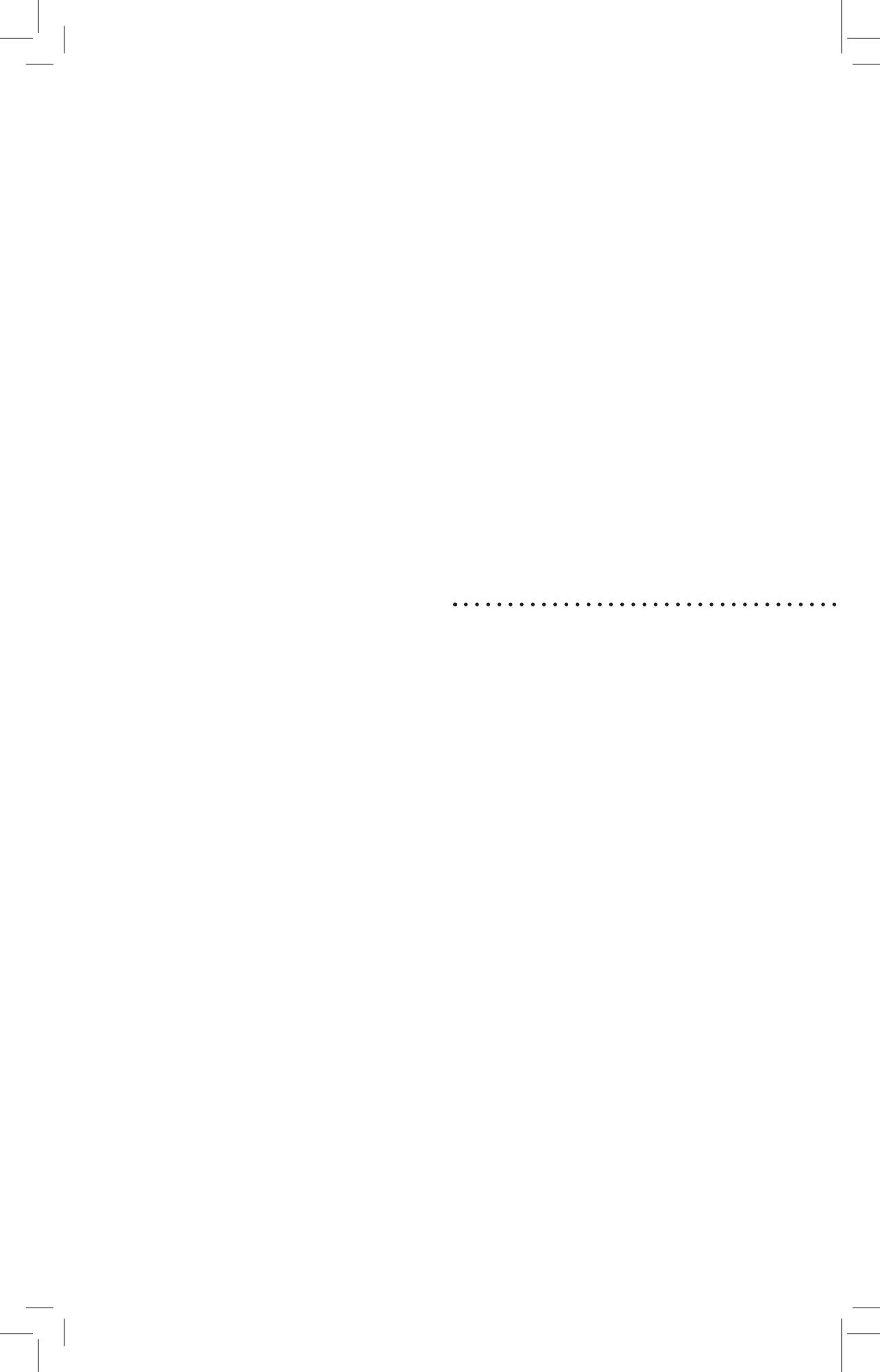
a) Não identificámos nos livros rendimentos cobrados ao mestre / "arquiteto".





PARTE III

O Mármore na
arquitetura da água



A aplicação do mármore na hidráulica: chafarizes

.....

PATRÍCIA ALHO

L'application du marbre dans l'hydraulique: les fontaines.

Cette étude résulte du travail développé dans la ligne thématique: "Le marbre et son application dans l'architecture hydraulique", insérée dans le Projet PHIM: "Patrimoine et histoire de l'industrie des marbres", dans laquelle nous nous sommes proposés de faire un inventaire des fontaines et d'autres éléments architectoniques hydrauliques en marbre.

Nous présenterons un ensemble de fontaines dans l'axe géographique d'Estremoz, Vila Viçosa, Évora et Borba, construites entre le XVII^{ème} et le XVIII^{ème} siècles. Il importe de souligner que cet inventaire n'est pas achevé et que dans ce texte nous avons pris l'option de présenter quelques-unes de ces pièces.

Au cours du processus civilisateur, l'eau, au travers de ses multiples représentations et fonctions, a assumé un rôle stratégique prépondérante, que ce soit au plan civilisateur, politique, religieux ou artistique.

L'importance et le sens de l'eau dans la vie peuvent être confirmés par son constant surgissement au cours de l'Histoire de l'Art, que ce soit au travers de sa représentation, ou bien comme matériel intégrant l'œuvre elle-même.

Dans une perspective historico-artistique, on peut dire que l'eau surgit d'abord comme thème dans l'art, et seulement après comme matériel intégrant l'œuvre d'art, l'usage fréquent, dans la peinture et dans la sculpture, étant d'être représentée par l'intermédiaire d'images symboliques et allégoriques.

La ligne d'études: "Le marbre et son application dans l'architecture hydraulique" s'étendra du XVI^{ème} au XX^{ème} siècle, en prenant comme contexte géographique les territoires d'Elvas (Hôpital, entre autres), Estremoz (Couvent des Augustins, entre autres), Vila Viçosa, Borba (Fontaine de Dona Maria, entre autres), Alter do Chão (fontaine), Évora, Monforte, Crato, Redondo, Olivença et Badajoz.

Dans ces cantons, le marbre a marqué l'histoire des communautés locales et des techniques, en transformant le paysage dans l'exploitation de cette ressource. Les fontaines sont les registres les plus visibles de l'application du marbre à l'ingénierie hydraulique, sans parler aussi des œuvres de grande envergure comme l'Aqueduc de Água da Prata à Évora.

L'utilisation et l'importance de l'application du marbre en hydraulique sont dues en partie au fait qu'il soit un matériel d'élection pour les constructions hydrauliques, puisqu'il s'agit d'un bon conducteur des eaux pluviales et résiduelles, marquant clairement le paysage de l'Alentejo et montrant à partir de ce matériel la richesse et l'exubérance des communautés.

Nous soulignons le nombre élevé des structures hydrauliques construites au cours des siècles dans cette région du Portugal, considérant que cela est dû au besoin évident d'apporter de l'eau vers le centre des communautés, nous montrant

que l'eau est un des éléments les plus délicats de la société en servant comme objet de démonstration de la richesse et du développement.

L'application du marbre dans l'hydraulique est une fois de plus évident, car au-delà du fait qu'il traduit l'exubérance et la prospérité, il est aussi un matériel qui permet à l'eau de parvenir au consommateur avec un nombre réduit d'impuretés, en devenant ainsi un matériel "propre" et hygiénique.

The Use of marble in hydraulics: fountains

This study results from the work developed in the thematic area: "Marble and its use in hydraulic architecture", as part of the PHIM Project: "Heritage and History of the Marble Industry", in which we set out to make an inventory of fountains and other marble architectural elements.

We will present a set of fountains in the area of Estremoz, Vila Viçosa, Évora and Borba, all built between the 16th and 18th centuries. It is important to note that this inventory has not been completed and that in this text we have chosen to present some of these pieces.

Throughout the civilizational process, water, through its multiple representations and functions, assumed a central strategic role, be it civilizational, political, religious or artistic.

The importance and meaning of water in life can be attested by its constant emergence throughout Art History, whether through its representation or as a part of the work itself.

From a historical-artistic perspective, it can be said that water first appears as a theme in art, and only later as a part of the work of art. It is frequently represented in painting and sculpture through symbolic and allegorical imagery.

The research line "Marble and its use in hydraulic architecture" will extend from the 16th century to the 19th century, having as geographical context the territories of Elvas (Hospital, among others), Estremoz (Convent of the Augustines, among others), Vila Viçosa, Borba (Fonte de Dona Maria, among others), Alter do Chão (fountain), Évora, Monforte, Crato, Redondo, Olivença and Badajoz.

In these places, marble has dictated the history of local communities and techniques, transforming the landscape due to the exploration of this resource. Fountains are the most visible records of the use of marble in hydraulic engineering, but there are also large works such as the Aqueduto da Água da Prata in Évora.

The use and importance of marble in hydraulics is due in part to the fact that it is one of the materials of choice for hydraulic constructions, since it is a good conductor of rainwater and residual waters, marking the landscape of Alentejo and showing the richness and exuberance of the communities.

La Aplicación del mármol en la hidráulica: chafarices.

El presente estudio resulta del trabajo desarrollado en la línea temática: “El mármol y su aplicación en la arquitectura hidráulica”, inserida en el Proyecto PHIM: “Patrónimo e Historia de la Industria de los Mármoles”, en que nos propusimos hacer un inventario de las fuentes y otros elementos arquitectónicos hidráulicos en mármol.

Presentaremos un conjunto de chafarices en el eje geográfico de Estremoz, Vila Viçosa, Évora y Borba, construidos entre el siglo XVI y XVIII. Es importante reguardar que este inventario no se encuentra concluido y que en este texto optamos por presentar algunas de estas piezas.

A lo largo del proceso de la civilización, el agua, a través de sus múltiples representaciones y funciones, asumió una componente estratégica preponderante, sea a nivel civilización, político, religioso o artístico.

La importancia y el significado del agua en la vida pueden ser atestadas por su constante surgimiento a lo largo de la Historia del Arte, como sea a través su representación, o como material integrante en la propia obra.

En una perspectiva histórico-artística, puede decirse que el agua surge, primeramente, como tema en el arte, y, solo después, como material integrante de la obra de arte, siendo frecuente, en la pintura y en la escultura, estar representada a través de imágenes simbólicas y alegóricas.

La línea de estudios “*O mármore e a sua aplicação na hidráulica*” se extiende del siglo XVI al siglo XIX, teniendo como contexto geográfico los territorios de Elvas (Hospital, entre otros), Estremoz (Convento de los Agustinos, entre otros), Vila Viçosa, Borba (Fuente de Dona Maria, entre otras), Alter do Pinto (fontanal), Évora, Monforte, Crato, Redondo, Olivença y Badajoz.

En estos concejos, los mármoles han dictado la historia de las comunidades locales y de las técnicas, transformando los paisajes en la exploración de este recurso. Las fuentes y los fontanales son los registros más visibles de la aplicación del mármol a una ingeniería hidráulica, habiendo también obras de grande envergadura como el Acueducto del Agua da Prata en Évora.

La utilización y la importancia de la aplicación del mármol en la hidráulica se debe en parte a hecho de ser un material de elección para las construcciones hidráulicas, por visto se trata de un buen conductor de las aguas pluvial y residuos, marcando de forma clara y evidente el paisaje alentejano y mostrando a partir de este material la riqueza y exuberancia de las comunidades.

Destacamos el número elevado de estructuras hidráulicas construidas a lo largo de los siglos e esta región de Portugal, considerando que el mismo se debe a la necesidad evidente de traer el agua para el centro de las comunidades, mostrando-nos que el agua es uno de los elementos más indispensable de la sociedad sirviendo como objeto de muestreo de riqueza y desarrollo.

La aplicación del mármol en la hidráulica es una vez más evidente, pues además de traducir exuberancia y prosperidad también es un material que permite que el agua llegue al consumidor con un número reducido de impurezas, volviéndose así un material “limpio” e higiénico.

.....

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA TEMÁTICA E SUA IMPORTÂNCIA

Ao longo do processo civilizacional, a água, através das suas múltiplas representações e funções, assumiu uma componente estratégica preponderante, seja ao nível civilizacional, político, religioso ou artístico.

A importância e o significado da água na vida podem ser atestados pelo seu constante surgimento ao longo da história da arte, quer seja através da sua representação, ou como material integrante da própria obra.

Numa perspetiva histórico-artística, pode dizer-se que a água surge, primeiramente, como tema na arte e só depois como material integrante da obra de arte, sendo frequente, na pintura e na escultura, a sua representação através de imagens simbólicas e alegóricas.

A linha de estudos “O mármore e a sua aplicação na hidráulica” estender-se-á do século XVI ao século XIX, tendo como contexto geográfico os territórios de Elvas (hospital, entre outros), Estremoz (convento dos Agostinhos, entre outros), Vila Viçosa, Borba (fonte de Dona Maria, entre outras), Alter do Chão (fontanário), Évora, Monforte, Crato, Redondo, Olivença e Badajoz.

Nestes concelhos, o mármore tem ditado a história das comunidades locais e das técnicas, transformando a paisagem na exploração deste recurso. As fontes e os fontanários são os registos mais visíveis da aplicação do mármore a uma engenharia hidráulica, havendo também obras de grande envergadura, como o aqueduto da Água da Prata, em Évora.

A utilização e a importância da aplicação do mármore na hidráulica deve-se, em parte, ao facto de ser um dos materiais de eleição para as construções hidráulicas, visto tratar-se de um bom condutor das águas pluviais e residuais, marcando de forma vincada a paisagem alentejana e mostrando, a partir deste material, a riqueza e a exuberância das comunidades.

2. DESCRIÇÕES DAS FONTES EXISTENTES EM ÉVORA, ESTREMOZ, BORBA, VILA VIÇOSA E ALANDROAL

2.1. Évora

A cidade de Évora é um exemplo muito importante para o estudo da hidráulica em Portugal, não só devido à construção do aqueduto da Água da Prata, mas também devido ao número considerável de fontes construídas dentro da urbe, onde destacamos duas fontes de elevada importância monumental.

O provimento de águas à cidade de Évora, tal como a outras cidades, era um problema que se colocava com a extensão da zona urbana; daí a necessidade de levar o fornecimento público a partir do seu principal ponto de abastecimento, o aqueduto da Água da Prata, a novos pontos de abastecimento.

A fonte das Portas de Moura insere-se no processo de renovação urbanística idealizado pelo arcebispo de Évora, o cardeal D. Henrique.

Construída numa das praças mais emblemáticas da urbe quinhentista, rodeada por solares nobres das famílias mais importantes, a fonte das Portas de Moura foi inaugurada, conforme inscrição na esfera marmórea, a 4 de dezembro de 1556, e pensa-se ter sido edificada por Diogo de Torralva¹, que à altura era também o mestre responsável pelas obras do aqueduto.

A obra compõe-se de dois tanques retangulares, estando o principal em plano mais elevado, a que se acede através de três degraus. A fonte é em forma de esfera em mármore assente num fuste circular, composto por quatro carrancas representadas por serafins de alto-relevo, que abastecem os tanques.

Mesmo não tendo a grandiosidade e o impacto da fonte da praça do Giraldo (em parte, devido ao local onde se encontra instalada), a fonte das Portas de Moura veio inaugurar a tipologia maneirista de fontes na cidade de Évora, significando também uma marca de poder e de progresso durante o governo do cardeal D. Henrique.

¹ Diogo de Torralva (1500-1566) ocupa uma posição destacada na arquitetura portuguesa no século XVI, durante o período de transição do renascimento para o maneirismo. Entre as muitas obras que lhe são atribuídas, sabemos que foi o responsável pelo túmulo de D. Luís da Silveira, na igreja matriz de Góis, no ano de 1529. No ano de 1534, casou com a filha de Francisco de Arruda, tendo sido nomeado, nesse mesmo ano, mestre das obras régias. Em 1548, sucede ao seu sogro no cargo de mestre de todas as obras da comarca do Alentejo e dos paços de Évora e na renovação da Quinta da Bacalhoa, tendo também sido nomeado medidor de todos os trabalhos régios. Entre os anos de 1534 e 1538, trabalhou na Torre do Outão. Sabe-se que teve uma intervenção no convento da Madre de Deus, em Lisboa. Foi-lhe atribuída a autoria do convento do Bom Jesus de Valverde e, em 1551, surge como mestre encarregado da nova capela-mor do mosteiro dos Jerónimos, onde também foi responsável pela conclusão do claustro de João de Castilho e projetou o cadeiral maneirista do coro-alto. Também foi responsável pela construção do claustro de D. João III, no convento de Cristo.



Figuras 1 e 2 - Fonte das Portas da Moura, Patrícia Alho.

Em 1537, foi construída uma fonte na praça do Giraldo, exatamente no local onde se encontra a atual. Esta fonte anterior foi aí construída para marcar a conclusão da obra do aqueduto da Água de Prata, que terminava neste local.

A atual fonte faz parte do plano henriquino de modernização do centro da cidade de Évora e, em especial, das anteriores estruturas de abastecimento de água mandadas construir por D. João III. A fonte foi construída pelo arquiteto Afonso Álvares, mestre de obras do infante D. Henrique. Esta construção vem na sequência do desmontar, em 1570, do arco triunfal romano, que terá existido desde os primeiros séculos da era cristã no local do foro latino Liberalitas Julia. A fonte é construída em mármore branco, proveniente das pedreiras de Estremoz. Possui uma planta circular, dividida em embasamento, fuste, taça e arca, tem bojo curvilíneo rematado por

uma coroa real de bronze e assenta sobre uma peanha de secção cilíndrica, anelada.

Neste ano 1573, se acabou de fazer a FONTE de mármore, que está na Praça desta cidade de Évora, a qual custou muito a fazer; e, juntamente, tiraram a Fonte-Velha do lugar em que estava, que era à porta da igreja de Santo-Antão, por cuja causa de ali, porque, doutra maneira, não lhe ficava a porta na Praça, como agora está [...]. A pedra grande da Fonte se trouxe de Estremoz com muitas juntas de bois, no ano de 1571, e se quebrou uma umbreira da porta, para poder entrar [...]².

As linhas gerais barrocas dão-lhe um ar imponente e, segundo a tradição, as oito carrancas em bronze correspondem às oito ruas que desembocam na praça do Giraldo.

O tanque, de forma circular, foi, a partir de 1865, envolvido por um gradeamento em ferro forjado, que lhe reduzia as proporções; como tal, no ano de 1970, a Câmara Municipal decidiu reconstituir-lhe a forma original, com os guarda-balcões de mármore branco regional.

A fonte da praça do Giraldo constituiu, ao longo dos séculos, uma das mais importantes estruturas de abastecimento de água à população. Para além do seu carácter utilitário e social, a evidente monumentalidade da fonte fez com que esta se instituisse como um símbolo da cidade de Évora ao longo dos tempos.



Figura 3 - Chafariz da praça do Giraldo, Patrícia Alho.

² Quintas, Armando, e Carlos Filipe. “O mármore alentejano na arquitectura da água: o caso de Évora”. *A Cidade de Évora. Boletim de Cultura da Câmara Municipal de Évora*, III série, n.º 2 (2018): 130-149.



2.2. Estremoz

Na cidade de Estremoz, destacamos a fonte Redonda, assim conhecida no passado, que, devido às várias obras que sofreu, perdeu a sua aparência original. Provavelmente, terá sido construída no século XVI, sendo composta por uma taça enobrecida por oito carrancas leoninas, que jorram água para um tanque octogonal. É importante destacar também os elementos de mármore brancos e negros no cimo da fonte.



Em cima:
Figura 4 - Chafariz da praça
do Giraldo, Patrícia Alho.

Em baixo:
Figura 5 - Fonte Redonda,
Patrícia Alho.



Figura 6 - Fonte Redonda, Patrícia Alho.

2.3. Borba

Na cidade de Borba, destacamos a fonte das Bicas, uma imponente construção barroca setecentista, produzida em mármore branco, e mandada edificar pelo município da vila, no ano de 1781, com o objetivo de assinalar a visita dos reis D. Maria I e D. Pedro III. A autoria da fonte das Bicas deve-se ao engenheiro José Álvares de Barros (desenho) e aos escultores José Mendes da Silva e António Franco Painho. Os nomes de António e Angélico Velez, artistas locais, estão também ligados à obra, tendo realizado o exame final da mesma, a pedido do município, no ano de 1785.

A peça encontra-se sobre um estrado lajeado, com acesso por dois degraus contracurvados, e é defendida por um pequeno labirinto de balaústres. Construída em mármore branco da região, é composta por três tanques, um central e de maiores dimensões e dois laterais, sobre os quais estão representados os bustos de D. Maria e D. Pedro. A taça central é composta por três bicas e as taças laterais são compostas por uma bica em cada, sendo todas em forma de carranca.

Anexo à fonte, fica um extenso tanque retangular, rematado a sul por um bebedouro para animais e um lavadouro, integrando-se, deste modo, as serventias públicas básicas, de acordo com a encomenda municipal.



2.4. Vila Viçosa

Em Vila Viçosa, encontramos três fontes públicas, das quais destacamos apenas duas: a fonte Pequena, como é conhecida, construída no ano de 1687, conforme pode ver-se na parede frontal de mármore branco, que, embora tenha sido remodelada nos séculos XVII e XIX, mantém a sua sobriedade. Está ladeada por paredes brancas, composta por uma pia retangular e quatro bicas, cujo acesso é conseguido através de quatro passadeiras. E a fonte Grande, construída em mármore branco, com três saídas de água que confluem numa grande pia retangular.

Figuras 7 e 8 - Fonte das Bicas, Borba, Patrícia Alho.





Na página anterior:
Em cima:
Figuras 9 e 10 - Fonte Pequena, Vila Viçosa, Patrícia Alho.

Figuras 11 e 12 - Fonte Grande, Vila Viçosa, Patrícia Alho.

2.5. Alandroal

Finalmente, destacamos a fonte das Bicas no Alandroal, uma monumental fonte barroca, que terá sido erguida no início do século XVIII para aproveitar a grande quantidade de água subterrânea captável na vila e nos arredores. A água de muitas nascentes da localidade era considerada de grande qualidade, atribuindo-se-lhe mesmo propriedades termais. A construção do tanque de lavagem foi atribuída a José Pereira e Nicolau da Rocha. No ano de 1708 já existia a fonte, embora seja apontada como uma obra tardia do reinado de D. Pedro II.

A fonte é de planta retangular, composta por uma caixa paralelepípedica, com frontaria em mármore, constituída por um brasão central correspondente ao século XVIII, exibindo as armas reais rematadas por coroa fechada e ladeada por dois bustos sobre as pilastras centrais do frontispício.

O tanque também faz parte deste conjunto artístico com planta retangular, que se estende ao longo da frontaria e é alimentado pelo depósito de água, situado na parte inferior da caixa e vazado por seis bicas em forma de carrancas.

Estas têm a forma de cabeças de leões, às quais a tradição dá os nomes de bica das Feiticeiras, bica de Santo António, bica dos Namorados, bica dos Reis, bica de São Pedro e bica de São João. O conjunto tem ainda anexado um bebedouro para animais, tal como anteriormente destacámos na fonte das Bicas, em Borba.

Sabe-se que, entre os anos de 1786 e 1790, foram efetuadas reparações na fonte, levadas a cabo pela Câmara Municipal, sendo dessa altura a construção da atual caixa de alvenaria; também no ano de 1778 se leva a cabo a construção, anexa à fonte, do tanque de lavagem do povo, que existiu até ao princípio do século XXI.



Figuras 13 e 14 – Fonte das Bicas, Alandroal, Patricia Alho.



3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em jeito de conclusão, destacamos o número elevado de estruturas hidráulicas construídas ao longo dos séculos nesta região de Portugal, considerando que o mesmo se deve à necessidade evidente de trazer a água para o centro das comunidades, mostrando-nos que a água é um dos elementos mais decisivos da sociedade, servindo como objeto de exibição de riqueza e desenvolvimento.

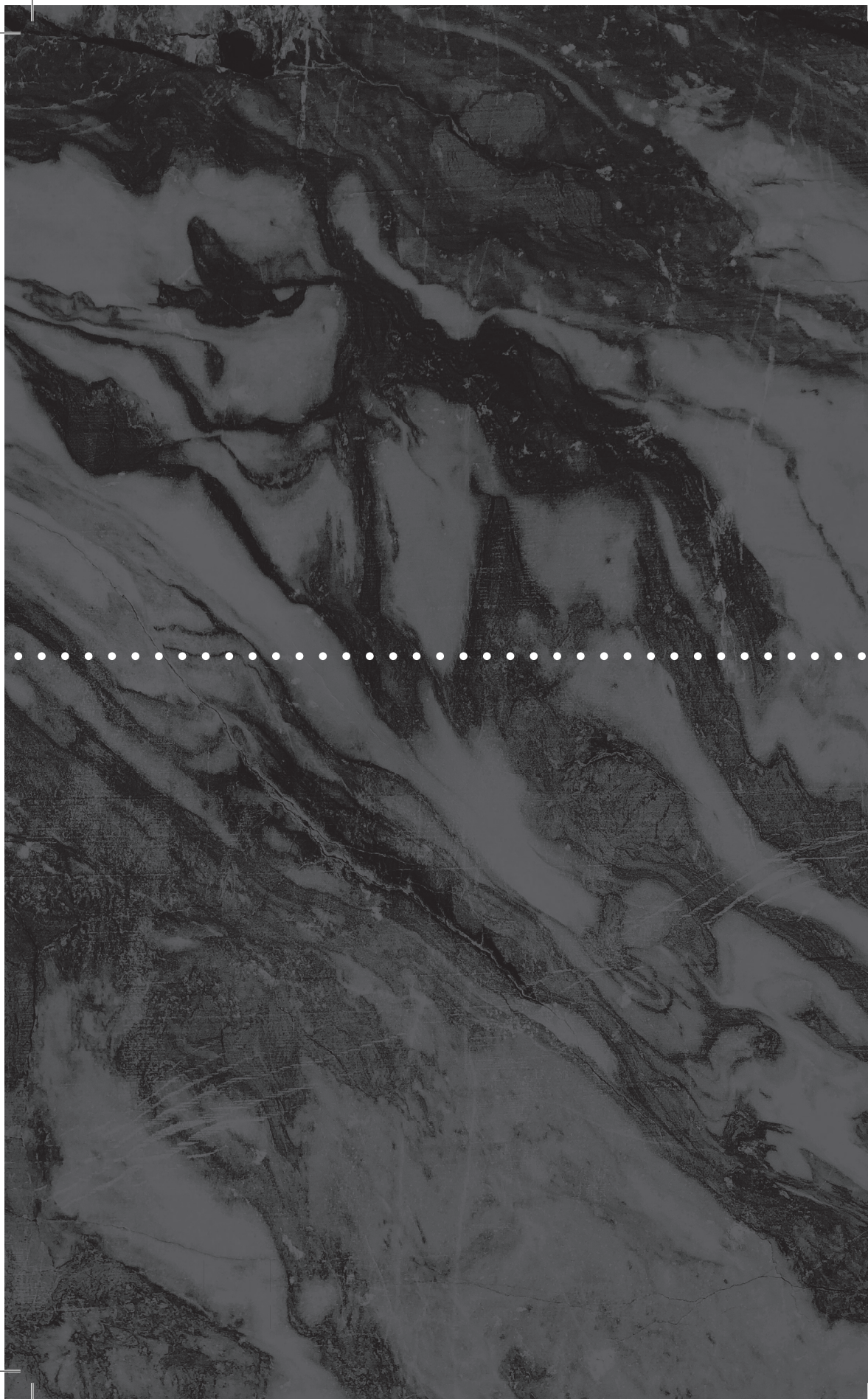
A aplicação do mármore na hidráulica é, uma vez mais, evidente, pois, para além de traduzir exuberância e prosperidade, também é um material que permite que a água chegue ao consumidor com um número reduzido de impurezas, tornando-se assim um material “limpo” e higiénico.

BIBLIOGRAFIA

Dicionário Temático de Hidráulica. EngenhariaCivil.com, s.d. <https://www.engenhariacivil.com/dicionario/tema-hidraulica> (acedido em 15 nov. 2018).

Quintas, Armando, e Carlos Filipe. “O mármore alentejano na arquitectura da água: o caso de Évora”. *A Cidade de Évora. Boletim de Cultura da Câmara Municipal de Évora*, III série, n.º 2 (2018): 130-149.

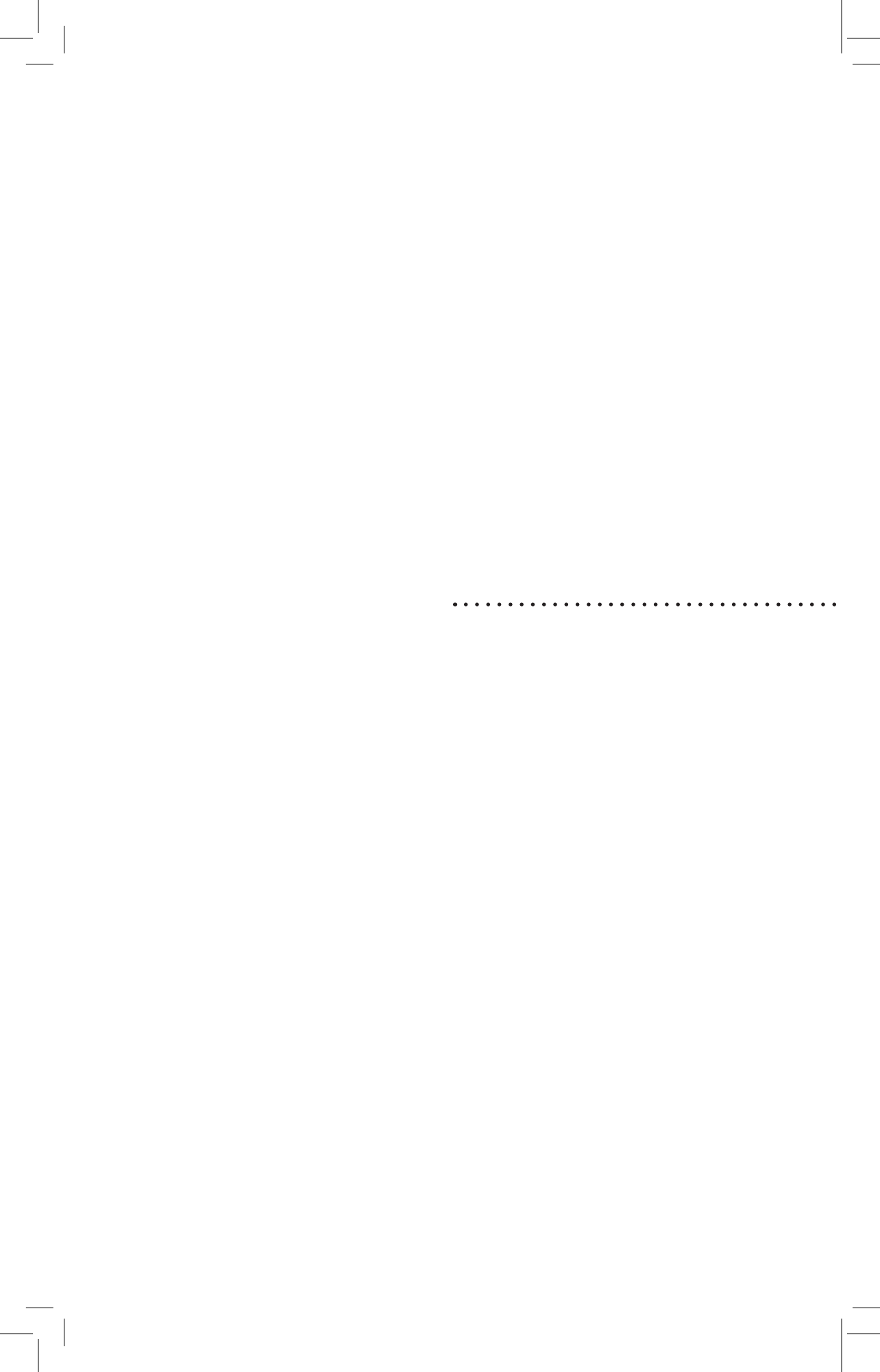
Figura 15 – Fonte das Bicas, Alandroal, Patrícia Alho.





PARTE IV

Documentos de arquivo
(séculos XVI-XVIII)



Encomendas de obras em “pedra branca”: os mármore
alentejanos nos documentos de arquivo dos séculos XVI a XVIII

.....

LINA MARIA MARRAFA DE OLIVEIRA¹

¹ Investigadora de História e História da Arte (CLEPUL e ARTIS, FLUL).

Commandes d'oeuvres en "pierre blanche"- Les marbres de l'Alentejo dans les documents d'archives du XVI au XVIII^{ème} siècle

Cette étude est le résultat d'une recherche accomplie dans des sources primaires totalisant 25 documents des Archives des Districts d'Évora et de la Torre de Tombo concernant les commandes, contrats et paiements d'œuvres d'architecture civile et religieuse, tumulaire et sculpture accomplies entre les XVI et XVIII^{ème} siècles à Vila Viçosa, Évora, Estremoz, Almodôvar, Avis, Olivença, Lisboa, Santarém et Vilar de Frades, qui emploient la pierre marbrée de l'Alentejo.

La recherche maintenant commencée prétend lancer les bases d'une étude plus approfondie et la création d'un *corpus* documentaire consacré aux savoir-faire de la construction utilisant le marbre, depuis la commande de l'œuvre jusqu'à son accomplissement matériel, incluant le travail dans les carrières de pierre, les multiples aspects pratiques et constructifs, intervenants, esquisses et modèles, techniques et outils, transports, paiements et organisation administrative. Les témoignages écrits incluent encore une très riche terminologie que peut être cataloguée dans un glossaire de termes techniques appliqués aux savoir-faire de la construction en marbre.

Nous suggérons encore que le contenu textuel des documents soit traité de manière à systématiser et clarifier au mieux les informations et à les rendre utiles aux chercheurs sur une base de données qui sera alimentée au fur et à mesure que la documentation sera lue et transcrite, rendant possible la réalisation d'études chronologiques, locales, sectorielles et comparatives, à partir des champs suivants : Datation ; Localisation ; Monument/Œuvre ; Commanditaires /Mécène ; Architecte/Maître / Entrepreneur ; Officiels/ Travailleurs ; Détails d'exécution ; Remarques et esquisses de travail ; Matières premières et autres matériels ; Techniques ; Outils/ Instruments/ Ouvrages ; Carrières de pierre ; Transports ; Délais ; Paiements ; Aspects administratifs. En accord avec ces paramètres, voici quelques-unes des informations les plus saillantes collationnées dans cette recherche :

Commanditaire/ Mécène:

Pour les commanditaires et mécènes de l'époque moderne, les œuvres d'art avaient, en plus de leur fonctionnalité, un objectif marqué d'affirmation et d'ostentation, ce qui fait que leur volonté était déterminante dans des termes formels et de procédures. Ils traitaient directement ou indirectement, au travers des représentants, avec les artistes, donnaient des avis sur les esquisses, les structures et les matériaux, imposaient leur volonté et contrôlaient la marche de l'œuvre.

La documentation étudiée révèle que les commanditaires d'œuvres en marbre proviennent des strates sociales les plus élevées, comme des membres de la royauté, des nobles et des clercs, auxquels s'ajoutent des entités collectives municipales, des Miséricordes, etc.

On commande des pièces ouvragées, des quantités de pierre pour faire ou conclure un ouvrage déterminé, réaliser des réparations et des ajouts à des œuvres déjà existantes et on lance des constructions nouvelles à réaliser sur une ou deux tâches.

Architecte/ Maître/Entrepreneur:

L'activité constructive portugaise a connu une transition longue entre les pratiques de la période médiévale et moderne, se prolongeant au-delà du XVI^{ème} siècle, ce qui donne une prééminence au maître d'œuvre essentiellement pratique dirigeant les réalisations architectoniques, bien que parfois éclairés par des architectes, qui progressivement deviennent les entités prépondérantes, ce qui est notoire dans la documentation étudiée.

Jérôme de Rouen est désigné comme maître d'œuvre entrepreneur dans les travaux de la chapelle principale de Santa Maria de Belém; dans l'église d'Almodôvar, le responsable est le maître maçon Domingos Moreira; le pavement de l'église de Espírito Santo, ou de la Miséricorde, de Vila Viçosa a été réalisé sous la direction du maître d'œuvre Diogo Fernandes; Pedro Álvares Moniz, maître d'œuvre du Couvent de l'Ordre d'Aviz, a été chargé de la construction de la grande fontaine de Vila Viçosa; l'élaboration de pièces sculptées pour le Couvent Saint Dominique de Lisbonne, a été supervisée par l'architecte João António de Pádua et l'exécution par Diogo Mendes Pinto, maître maçon d'Estremoz.

Officiels/ Travailleurs:

De même que quelques-uns des ces maîtres, qui faisaient les officiels qui travaillaient sous leurs ordres dans les constructions étaient, dans leur majorité, natifs et/ ou habitants de la région où ils ont développé leur travail, en particulier Vila Viçosa, Borba, Estremoz et Évora.

Au-delà des maçons et ouvriers, qui faisaient le principal travail des réalisations en marbre, on remarque d'autres officiels comme imaginaires, qui sculptaient des reliefs et pièces de sculpture et charpentiers de construction, qui travaillaient le bois, préparaient les parquets, tapissaient et érigeaient des cloisons, faisaient des arcades, des échafaudages, des brancards et des chariots pour transporter des matériaux et aussi les charpentes des toits et des vérandas sous lesquels, sur les chantiers, on mettait la chaux, une composante principale des mortiers après avoir été dûment mélangée de trois parts de sable et aspergée d'eau douce par les serveurs.

Détails de l'exécution:

Les documents offrent de nombreuses références aux éléments architectoniques et ornementaux que les édifices devaient contenir, y compris les instructions détaillées relativement à son exécution, par exemple, le mode de pose des blocs en pierre et des pierres taillées sur des murs, des dallages, des couvercles de tombeaux, des creux et des moulages, des voûtes, des garnitures, couronnements et des toits, avec leurs formats et mesures, comme la taille et la longueur des colonnes et l'ordre de leurs chapiteaux

et bases ; des formes de fenêtres, cimaises, architraves, piliers, frises et corniches, marches, tabliers et arcs.

Remarques et dessins de travail:

A la lecture des contrats on constate que l'œuvre devait suivre les remarques, modèles, échantillons, moulages, esquisses ou plans approuvés par le commanditaire, bien que l'on sache rarement qui en était le dessinateur. Une des exceptions est Pero Vaz, architecte des œuvres du Duc de Bragança, qui a été l'auteur de l'esquisse, du modèle et des dessins de la fontaine de Vila Viçosa. Parfois ceux-ci restaient attachés aux actes d'adjudication, une preuve de l'existence d'un concours préalable, ou alors un exemplaire du dessin de travail et/ ou des remarques qui restaient en possession des maîtres et officiels afin de s'y orienter. Dans d'autres cas, encore, on fournissait un modèle tridimensionnel, comme pour les colonnes du Couvent de Vilar de Frades, qui devaient avoir la taille d'un bout de bois qui serait confié au maçon, restant ainsi comme modèle pour sa fabrication.

Matières-premières et autres matériaux:

Le marbre est la principale matière-première, parfois se spécifiant être d'Estremoz, et faisant allusion fréquemment à sa couleur et qualité.

Pour la fontaine de Vila Viçosa, a été utilisé du marbre blanc dans tous les éléments de la fontaine et dalles du pavement, base, piédestal et chapiteau avec une tête de cheval, mais aussi de la maçonnerie, de l'argile dans les pièces du conduit et des pierres (de gravier) sur le même. Pour l'ajout des maisons nouvelles du Palais Ducal de Vila Viçosa on a recommandé l'usage d'une pierre égale ou assortie à celle de la façade déjà existante, pierre de taille noire/bleue entre les piliers de pierre blanche et sur les fenêtres de la pierre blanche, bien gracieuse, très bonne et avec de très bons lits.

Les dalles pour l'Eglise de Espírito Santo (ou de la Miséricorde) de Vila Viçosa doivent être en pierre marbre, les tombeaux avec des traits de pierre noire et les creux tapissés de briques et la chaux, le maître devant rentabiliser le marbre que l'on trouverait dans l'église. Pour la fontaine de la Quinta dos Pardais, seraient utilisés des dallages et d'autres éléments de pierre blanche. L'escalier du Couvent de Saint Paul de Serra d'Ossa aurait des tabliers de dalles noires et blanches; des arcs et frontons de pierre blanche; fermoir noir et de la pierre de grés jaune sur les meneaux. Les pièces sculptées pour Saint Dominique de Lisbonne devaient être en pierre de bonne qualité et exempte de veines noires.

Techniques et outils:

Il existe de nombreuses allusions au mode du travail de la pierre, relatives à la pose, à la taille, labourer ou comment donner certaines finitions aux blocs, pierre de taille et des éléments architectoniques et ornementaux, de même les outils et des instruments utilisés par les officiers maçons. Normalement, tout devrait être très bien labouré, appareillé, scruté, mis adroitement, toujours bien achevé et bruni, sans aucune cassure.

Pour la fontaine de Vila Viçosa, la pierre serait labourée au dedans et au dehors, avec une laie, sans failles ni cassures; les jointures du parapet seraient unies avec des

chats de cuivre bons et forts, plombés; le (mociço) de pierre et chaux et sable de Asseca et de la bonne pierre; l'arche de la pierre serait d'une seule pierre creusée en carré, totalement layée; le piédestal, les narines du cheval et les pierres par où l'eau montent seraient trouées grâce à un fer à trouser, le piédestal et le cul-de-lampe brunis avec un brunisseur.

Dans la chapelle principale de l'église de Saint Benoît de Avis, le labeur de la pierre serait comme dans celle de Capelos et fait par celui qui aurait été assez compétent dans cet art, bien brunie, sans qu'elle reste enfarinée et avec des restes de bitume collés. Sur les escaliers du Couvent des Frères de Avis, la pierre serait travaillée avec une petite pioche à pierre dure et au Couvent de Saint Paul de Serra d'Ossa, tout serait layé.

Carrières:

La première phase du processus constructif était l'entame de la matière-première des carrières de pierre, habituellement exécutée par les terrassiers, parfois avec le concours de maçons, qui réalisaient les premiers travaux de dégrossissage, afin de réduire le poids et le volume des blocs de pierre. On choisissait aussi des strates donnés en vue de la qualité de la matière-première, ce qui est confirmé par la documentation.

Pour l'œuvre de la chapelle principale de Belém, les terrassiers et les maçons ont travaillé à l'extraction et au polissage des pierres, et il y avait des travailleurs qui au préalable s'étaient employés à découvrir la pierre, ayant encore acheté un roc à partir duquel ont tiré plusieurs grandes pierres.

Les colonnes pour l'église d'Almodôvar, étant très grandes et très hautes, ont été extraites d'un lieu de la carrière de pierre avec beaucoup de hauteur et avec une pierre de qualité. Les pierres employées dans la chapelle principale de l'église de Saint Benoît de Avis devaient être arrachées en dessous de la terre, recommandant qu'elles n'aient pas été de couleur grise, ni n'aient souffert non plus des inclemences du temps, sans cavités, claires et ayant un bon poids.

Transports; Délais; Paiements; Aspects administratifs:

Pour la réalisation de la majorité des œuvres, on avait recours à des carrières de pierre proches du lieu de la construction, afin de minimiser le temps et les coûts de transport, mais dans le cas de constructions dans des lieux lointains, les marbres devaient être transportés avec la contrainte contractuelle de la livraison de la pierre près du lieu des travaux ou dans un local qui puisse rendre son transport ultérieur vers le chantier des travaux, normalement sur des voitures ou chariots ou charrettes conduits par des paires de bœufs, chevaux ou ânes, ce qui a donné son origine aux termes "carreto" (charrette), signifiant transporter, et "carrada", "carretada" ou "carga" (charge) désignant la quantité de pierre transportée par un chariot, qui accorderait le nombre de voyages nécessaire à la quantité de matériel à transporter.

C'est à l'aide de charrettes que sont parvenues les blocs de marbre pour l'œuvre de la chapelle principale de l'Eglise de Sainte Marie de Belém, pour lesquels on a acheté du savon et du sébum, tirées par 118 paires de bœufs, en deux voyages jusqu'à Benavente, un homme se consacrant à faire les chemins et à commander devant les charrettes.

Il existait toujours un délai pour la conclusion des travaux, plus ou moins étendu selon leur dimension, décompté normalement à partir de la date de la production du contrat. Quant aux paiements, les tâches, les ouvrages parcellaires ou les pièces étaient payées de manières diverses, lesquelles apparaissaient minutieusement spécifiées dans les contrats.

La coordination de la fabrique de construction impliquait l'existence d'une organisation administrative. Il revenait au conducteur des travaux d'orienter les travaux, commander les matériaux et les outils et recevoir les ordres du commanditaire ou du mécène qu'il maintenait informé; un receveur se chargeait des paiements. En cours de travaux et après leur conclusion, un mesureur ou maître d'ouvrage reconnu mesurait et conférait les quantités et la qualité des pierres employées; quelqu'un était chargé d'évaluer les travaux dans leur totalité ou dans leurs parties, le respect des contrats et la justesse des paiements.

Conclusion

La recherche archivistique, la lecture et l'analyse des sources documentaires actuellement démarrée est fondamentale, étant donné qu'elle rend possible d'atteindre une plus grande connaissance de l'art de construire et de décorer avec le marbre, concernant les différents procédés pratiques que cette activité englobe et qui ne sont habituellement pas abordés ou sont peu clarifiés. Il permettait de procurer des fondations profondes, solides et scientifiques à la connaissance de ces réalisations artistiques et de ce qui est derrière l'œuvre, en complétant l'information véhiculée par la bibliographie et par l'observation directe, en permettant de connaître les monuments de l'intérieur vers l'extérieur ce dont ils sont faits, comment, quand et par qui ils ont été produits, ce qu'ils transportent avec eux et ce qu'ils reflètent, et qui ne s'atteint pas d'une manière complète et fondée d'une autre manière.

Orders of "white stone" works – Alentejo marbles in archival documents from the 16th to 18th centuries

This study is the result of a research work carried out in primary sources totalling 25 documents from the Archives of Évora and Torre do Tombo, concerning orders, contracts and payments for works of civil and religious architecture, tombs and sculptures carried out between the 16th and 18th centuries in Vila Viçosa, Évora, Estremoz, Almodôvar, Avis, Olivença, Lisbon, Santarém and Vilar de Frades, with marble stone from Alentejo.

This new research intends to lay the foundations for a more in-depth study and the creation of a documentary corpus dedicated to the know-how of marble construction, ranging from ordering the work to its material realization, including work in the quarries, the multiple practical and building aspects, players, designs and models, techniques and tools, transport, payments and administrative organization. The written

documents also include a rich terminology that can be listed in a glossary of technical terms used in the know-how of marble construction.

We also suggest that the textual content of the documents be included in a constantly updated database, so the information can be systematized and clarified and be useful to researchers, as the documentation is read and transcribed, allowing chronological, local, sectorial and comparative studies, from the following fields: Dating; Location; Monument/Work; Acquirer/Patrons; Architect/Master Builder/Contractor; Subordinates/Workers; Details of implementation; Work notes and drawings; Raw materials and other materials; Techniques; Tools/Instruments/Artefacts; Quarries; Transportation; Deadlines; Payments; Bureaucracy. According to these parameters, we present some of the most relevant information collected in this research.

Acquirer / Patrons:

For the acquirers and patrons of the modern era, works of art had, along with their functionality, a striking goal of affirmation and ostentation, the reason why their specifications were determinant in formal terms and procedures. They dealt with artists both directly or indirectly, through representatives, giving them opinions on designs, structures and materials, imposing their will and controlling the work progress.

The surveyed documentation reveals that the commissioners of works in marble stone came from the highest social strata, such as members of royalty, nobles and clerics, besides municipal collective entities, Misericórdias, among others.

They ordered carved pieces, raw stones to be carved or to complete a certain work, to provide repairs and additions in existing works, and also new works to be carried out in one or more instalments.

Architect/Master Builder/Contractor:

Portuguese building activity experienced a long transition between the medieval and modern eras, lasting beyond the 16th century, so there was a predominance of the practical nature of the master builder to direct architectural works, although at times these were designed by architects, which progressively became the predominant entities, attested by the surveyed documentation.

Jerónimo de Ruão was identified as the master builder of the work of the main chapel of the Church of Santa Maria de Belém; in the church of Almodôvar, the one in charge was master mason Domingos Moreira; the layout of the Church of the Holy Spirit, or of the Misericórdia, of Vila Viçosa was carried out under the direction of the master builder Diogo Fernandes; Pedro Álvares Moniz, master builder of the Convent of the Order of Avis, was in charge of the construction of the large fountain of Vila Viçosa; the creation of the sculpted pieces for the Convent of Saint Domingos of Lisbon was supervised by the architect João António de Pádua and executed by Diogo Mendes Pinto, master mason of Estremoz.

Subordinates/Workers:

Like some of these master builders, the workers who laboured under their orders in the worksites were mostly natural and/or residents in the region where they developed their work, namely Vila Viçosa, Borba, Estremoz and Évora.

Besides masons and alvenéis, who managed the actual physical strength behind marble works, there are other workers, such as the imaginários, who carved reliefs and sculptural pieces, and construction carpenters, who made the tiles, floors, erected partitions, trusses, scaffolds, stretches and cars to carry working materials, and also made planks for the roofs and balconies, under which lime was placed, the main component of mortars after they were duly processed with three parts of sand and warmed with fresh water by the servants.

Details of implementation:

The documents contain many references to the architectural and ornamental elements that buildings should contain, including detailed instructions for their execution, for example, how to set the stone blocks on walls, slabs, grave covers, spans and frames, domes, garrisons, finishes and roofs, with their shapes and sizes, such as the thicknesses and lengths of columns and the order of their chapitels and bases; forms of windows, cymatium, architraves, pillars, friezes and cornices, steps, supports and arches.

Work notes and drawings:

By reading the contracts, we can see that the work should follow the notes, models, samples, shapes, designs or plans approved by the acquirer, although it is seldom known who the designer is. One of the exceptions is Pero Vaz, architect of the Duke of Bragança's works, who was the author of the design, model and notes for the fountain of Vila Viçosa. Sometimes these were annexed to the auction proceedings, which served as proof of a prior auction, or a copy of the work drawing was kept by the master builders or workers to serve as template.

In other cases, a three-dimensional model was also provided, as happened for the columns for the Convent of Vilar de Frades, which should have the thickness of a *couto* that would be given to the mason, being a model for its shape.

Raw materials and other materials:

Marble is the main raw material, and sometimes it was specifically identified as being from Estremoz, with its colour and quality being frequently mentioned.

White marble was used in all the elements of the fountain of Vila Viçosa, including the slabs of the floor, base, pedestal and chapitel with a horse's head, but also masonry in the gutter, terracotta in the pieces for the pipes, and gravel stone were used. For the extension of the new houses of the Ducal Palace of Vila Viçosa, the use of similar stones for matching the façade was recommended, blue or black masonry between the existing white stone pillars, and white stones in the windows, all straightened out and of good quality.

The slabs for the Church of the Holy Spirit (or Misericórdia) of Vila Viçosa should be made of marble stone, the tombstones with black stone slats and pits lined with tile and lime, and the master builder should take advantage of the marble stone found in the church. In the fountain at Quinta dos Pardais, white and blue stones should be used, and the rest of the elements and slabs should be of white stone. The ladder of the Convent of Saint Paul of Serra d'Ossa would carry supports of black and white slabs; arches and portico of white stone; black clasp and stone brooch (yellow stoneware) on the doorframes. The pieces carved for Saint Dominic in Lisbon should be of good quality stone and free of black veins.

Techniques and tools:

There are many allusions to the method of working the stone, concerning settlement, carving, mining or providing finishing touches to the stone blocks, shingles, and architectural and ornamental elements, even the tools and instruments used by the masons. Normally, everything should be mined, trimmed, squared, straightened up, polished, while leaving no cracks.

In the fountain of Vila Viçosa the stones should be worked from inside and outside, with brushes, without flaws or cracks; the joints should be mended with very good and strong copper jackets; the stone-and-lime should include very good lime and sand from Asseca and good stones; the ark of stonemasonry should be just one square shaped stone; the pedestal, the base and the stones by which the water would run should be drilled with an iron, the pedestal and the shroud should be burnished with a proper brush.

In the main chapel of the Church of Saint Benedict, in Avis, the stonework should be similar to the one from Capelos and made by those who really understood the art, well burnished, without being flushed and with bitumen. In the stairs of the Convent of the Brothers of Avis, the stone should be worked with a small pickaxe and in the Convent of Saint Paul of Serra d'Ossa, an *escoda* should be used.

Quarries:

The first phase of the construction process was quarrying for raw materials, which was usually executed by the diggers, sometimes with the help of masons, who performed the first thinning work to reduce the weight and volume of the stone blocks. Certain strata were chosen for the quality of the raw material, which is certified by the documentation.

For the work of the chapel of Belém, the diggers and masons worked to cut the stones, and there were workers who had previously been employed to discover the stones. A rock was bought from which a few stones were taken.

The columns for the church of Almodôvar were torn from a high place of the quarry with good stones, because they were very large and of great height. The stone used in the main chapel of the church of Saint Benedict in Avis was cut from under the earth, and it was recommended that it should not be grey or worn, without holes, bubbles, and it should be white and very heavy.

Transportation; Deadlines; Payments; Bureaucracy:

Quarries located near the construction sites were used for the majority of works, in order to minimize transport time and costs. But for remote construction sites, marbles had to be carried with a contractual obligation to deliver the stones to the sites or to a place that would allow them to be transported to the worksite, usually in cars, wagons, or carts carried by oxen, horses or donkeys, giving rise to terms such as “carreto”, meaning carrying, and “carrada”, “carretada” or “carga”, referring to the amount of stone carried by a single transport, which would be important to determine the number of necessary trips to move a certain amount of material.

The stones used for the main chapel of the church of Saint Mary of Belém were carried in cars, where soap and tallow were used, carried by 118 yoke of oxen, in two trips to Benavente, while someone was making the roads and calling the cars afterward.

There was always a deadline for the completion of the works, more or less extended depending on their size, usually counted since the contract celebration date. Construction works, partial works or pieces were paid in different ways, and these terms were meticulously specified in the contracts.

The coordination of the works demanded a structured bureaucracy. It was up to the contractor to supervise the works, order materials and tools and take orders from the acquirer or patron, who was constantly informed, and a receiver was in charge of the payments. In the course of the works and after their completion, a reputed master mason would measure and evaluate quantities and the quality of the stones used, and an evaluator would certify the work as a whole or in parts, as well as the fulfillment of the contracts and the regularity of the payments.

Conclusion

Archival research, including the reading and analysis of the documentary sources currently under way, is fundamental, since it allows a greater knowledge of the art of constructing and decorating with marble, in the different practical procedures that this activity involves and that are not usually studied or clarified. It allows a deep, solid and scientific understanding of these artistic works and their authors, completing information through biographical research and direct observation, allowing the knowledge of a monument from the inside out, its materials and purposes, by whom it was built and when, what it carries and what it reflects, which is unknowable otherwise.

Encomiendas de obras en “piedra blanca” – los mármoles alentejanos en los documentos de archivos de los siglos XVI a XVIII

Este estudio es resultado de una investigación realizada en fuentes primarias totalizando 25 documentos de los Archivos Distrital de Évora y de Torre do Tombo concerniente a las encomiendas, contratos y pagamentos de obras de arquitectura civil y religiosa, tumularia y escultura realizadas entre los siglos XVI y XVIII en Vila Viçosa,

Évora, Estremoz, Almodôvar, Avis, Olivença, Lisboa, Santarém y Vilar de Frades, con piedra mármol de Alentejo.

La pesquisa ahora iniciada pretende lanzar las bases de un estudio más profundo y creación de un *corpus* documental dedicado a los saberes hacer de la construcción con mármol, desde la encomienda de la obra a su realización material, incluyendo el trabajo en las pedreras, los múltiples aspectos prácticos y constructivos, intervinientes, trazas y modelos, técnicas, ingenios y herramientas, transportes, pagamentos y orgánica administrativa. Los testimonios escritos incluyen además una riquísima terminología que puede ser enumerada en un glosario de términos técnicos aplicados a los saberes-hacer de la construcción en mármol.

Sugerimos además que el contenido textual de los documentos sea tratado de modo a sistematizar y clarificar al máximo las informaciones y volverlas útiles a los investigadores en una Base de Datos que será alimentada a medida que la documentación fuera leída y transcrita, posibilitando la realización de estudios cronológicos, locales, sectoriales y comparativos, a partir de los siguientes campos: Fecha; Localización; Monumento / Obra; Comendador / Mecenaz; Arquitecto / Master /Contratista; Oficiales / Trabajadores; Pormenores de ejecución; Apuntamientos y diseños de trabajo; Materias-primas y otros materiales; Técnicas; Herramientas / Instrumentos / Artefactos; Pedreras; Transportes; Plazos; Pagamentos; Aspectos administrativos. De acuerdo con estos parámetros, he aquí algunas de las informaciones más relevantes recogidas en esta investigación.

Comendador / Mecenaz:

Para los comendadores y mecenaz de la época moderna, las obras de arte tenían, a la par de su funcionalidad, un marcado objetivo de afirmación y ostentación, por lo que su voluntad era determinante en términos formales y de procedimientos. Trataban directa o indirectamente, a través de representantes, con los artistas, daban pareceres sobre trazados, estructuras y materiales, imponían su voluntad y controlaban el funcionamiento de la obra.

La documentación pesquisada revela que los comendadores de obras en piedra mármol son provenientes de los estratos sociales más elevados, como miembros de la realeza, nobles y clérigos, a la que se juntan entidades colectivas municipales, Misericordias, etc.

Se Encomiendan piezas trabajadas, cantidades de pedrería para hacer o concluir determinada obra, realizar conciertos y añadiendo en obras ya existentes y se contratan construcciones de raíz para realizar en una o más contrata.

Arquitecto / Maestro / Contratista:

La actividad constructiva portuguesa conoció una demorada transición entre los modos medieval y moderno, durando para más allá del siglo XVI, por lo que existe una predominancia de lo esencialmente práctico maestros de obras a dirigir las realizaciones arquitectónicas, aunque, a veces, industriados por arquitectos, que progresivamente pasan a ser las entidades preponderantes, lo que es notorio en la documentación estudiada.

Jerónimo de Ruão es designado maestro de obras contratista en la obra de la capilla-mor de la Iglesia de Santa Maria de Belém; en la Iglesia de Almodôvar el responsable es el maestro pedrero Domingos Moreira; el enlosado de la Iglesia del Espírito Santo, o de la Misericordia, de Vila Viçosa fue realizado bajo la dirección del maestro de obras Diogo Fernandes; Pedro Álvares Moniz, maestro de obras del Convento de la Orden de Avis, fue encargado de la construcción de la fuente grande de Vila Viçosa; la elaboración de piezas esculpidas para el Convento de São Domingos de Lisboa, estaba en supervisado por el arquitecto João António de Pádua y la ejecución por Diogo Mendes Pinto, maestro pedrero de Estremoz.

Oficiales / Trabajadores:

Tal como algunos de estos maestros, los oficiales que laboraban bajo sus órdenes en las edificaciones eran, en su mayoría, naturales y/o moradores en la región donde desenvolvían su trabajo, especialmente Vila Viçosa, Borba, Estremoz y Évora.

Más allá de los pedreros y albañiles, principal fuerza física de las realizaciones en mármol, se registran otros oficiales como imaginarios, que esculpían relieves y piezas escultóricas y carpinteros de construcción, que labraban tablado, entarimar, forraban y levantaban divisorias, hacían cimbres, andamos, bandejas y carros para transportar materiales y también las vigas de los tejados y alpendres bajo los cuales, en los artilleros, se colocaba la cal, componente principal de las argamasas después de debidamente amasada con tres partes de arena y mezclado con agua doce por los servidores.

Pormenores de ejecución:

Los documentos poseen muchas referencias a los elementos arquitectónicos y ornamentales que los edificios deberían contener, incluyendo instrucciones detalladas relativamente a su ejecución, por ejemplo, el modo de asentar los bloques pétreos y piedras labradas en paredes, placas, tapas de sepultura, vanos y molduras, bóvedas, guarniciones, coronamientos y tejados, con sus formatos y medidas, como las grosuras y complimientos de columnas y la orden de sus capiteles y bases; formas de ventanas, cimacio, arquitrabes, pilares, frisos y cornisas, escalón, bandejas y arcos.

Apuntamientos y diseños de trabajo:

De la lectura de los contratos se infiere que la obra debía seguir los apuntamientos, modelos, muestras, moldes, trazos o plantas aprobadas por el comendador, aunque raramente se sabía quién es el delineador. Una de las ejecuciones es, Pero Vaz, arquitecto de las obras del Duque, que fue autor del trazo, modelo y apuntamientos para la fuente de Vila Viçosa, A veces estos quedaban anexo a los Autos de Adjudicación, prueba de la existencia de concurso previo, o entonces un ejemplar del diseño de trabajo y/o apuntamientos quedaban en poder de los maestros y oficiales para que se guiaran. En otros casos, también, proveerse un modelo tridimensional, como para las columnas para el Convento de Vilar de Frades que debían tener la grosura de un cauto que sería dado al pedrero, quedaban de modelo para su forma.

Materias primas y otros materiales:

El mármol es la principal materia prima, a veces especificándose ser de Estremoz, y aludiendo frecuentemente a su color y cualidad.

En el chafariz de Vila Viçosa se utilizó mármol blanco en todos los elementos del chafariz y mosaicos del pavimento, embasamiento, pedestal y capitel con una cabeza de caballo, pero también albañilería en la canaleta, barro bien cocido en las piezas del caño, y piedras lutito sobre el mismo. Para añadir en las casas nuevas del Paço Ducal de Vila Viçosa se recomendó el uso de pedrería igual o condeciente con la fachada ya existente, piedra labrada negra/azul entre los pilares de pedrería blanca y en las ventanas pedrería blanca, toda bien desempeñada, muy buena y con muy buenos lechos/camas.

Los mosaicos para la Iglesia del Espírito Santo (o el de la Misericordia) de Vila Viçosa debían ser de piedra mármol, las sepulturas con listones de piedra negras y las fosa forradas de ladrillo y cal, debiendo el maestro aprovechar la piedra mármol que se encontrara en la iglesia. En la fuente de la Quinta dos Pardais serían usadas mosaicos de pedrería blanca y azul y las placas de mosaicos y restantes elementos de pedrería blanca. La escalera del Convento de São Paulo da Serra d'Ossa llevaría tableros de mosaicos negros y blancos; arcos y portal de pedrería blanca; cerradura negra y piedra rustico (granos de cuarzo, amarillo) en las ventanas y puertas. Las piezas esculpidas para São Domingos de Lisboa debían ser de piedra de buena calidad y libre de venas negras.

Técnicas y Herramientas:

Existen muchas alusiones al modo de trabajar la piedra, concerniente al asentamiento, tallar, labrar o dar determinados acabamientos a los bloques, piedras labradas y elementos arquitectónicos y ornamentales y hasta las herramientas e instrumentos utilizados por los oficiales pedreros. Normalmente todo debía ser muy bien labrado, preparado, escuadrado, quedando el derecho, siempre bien acabado y pulido, sin ninguna quebradura.

En el Chafariz de Vila Viçosa la pedrería sería labrada la parte de dentro y por fuera, con escoda, sin fallas ni rupturas; las juntas del alféizar serían unidas con gatos de cobre muy buenos y fuertes, emplomados; o albañilería de piedra y cal llevaría muy buena cal y arena de la Asseca y buena piedra; el depósito de pedrería sería de una sola piedra cavada en cuadrado, toda escodada; el pedestal, las ventas del caballo y las piedras por donde el agua sobe serían perforadas con un hierro de perforar, el pedestal y el remate pulidos con un pulidor.

En la capilla mor de la Iglesia de São Bento de Avis, la labor de la pedrería sería como en las Capillas y hecho por quien bien entendiese el arte, bien pulido, sin quedar polvillos y con betunes pegados. En las escaleras del Convento de los Freires de Avis la piedra sería trabajada con pico pequeño y en el Convento de São Paulo da Serra d'Ossa, todo sería de escoda.

Pedreras:

La primera fase del proceso constructivo era el arranque de la materia-prima de las pedreras, usualmente ejecutado por los excavadores, a veces con el concurso de pedreros

que realizaban los primeros trabajos de desbaste, para reducción del peso y volumen de los bloques de piedra. También se escogían determinados estratos teniendo en vista la cualidad de la materia-prima, lo que es atestado por la documentación.

Para la obra e la capilla-mor de Belém, los excavadores y pedreros trabajaron el extraer y desgastar las piedras y había trabajadores que previamente se emplearon a descubrir la pedrería, siendo también comprado un emplumado del cual se tiraron algunas piedras.

Las columnas para la Iglesia de Almodôvar, por ser muy grande y de mucha altura, fueron arrancadas de un local de la pedrera com mucha altura y con piedra muy buena. La pedrería emplea en la capilla-mor de la iglesia de São Bento de Avis debería ser arrancada debajo de la tierra, recomendándose que no fuese de color gris ni hubiese sufrido las inclemencias del tiempo, sin huecos, ni ampollas, pura y bien pesada.

Transportes; Plazos; Pagamentos; Aspectos administrativos:

Para la realización de la mayoría de las obras se recurría a la pedreras próximas del local de la construcción, para minimizar tiempo y costos de transporte, pero en el caso de construcciones realizadas en locales longincuos, los mármoles tenían que ser transportados, habiendo una obligatoriedad contractual de entrega de la piedra junto a la obra o en un local que permitiese su posterior transporte para el astillero de la obra, normalmente en carros, carretas o carretones estirados por yuntas de bueyes, caballos, bestias o asnos, dando origen a los términos “Carreto”, significando acarrear, y “carrada”, “carretada” o “carga” refiriéndose a la cantidad de piedra transportada por un carro, que haría el número de viajes necesario de acuerdo con la cantidad de material a transportar.

Fue en carretas que vino la pedrería de mármol para la obra de la capela-mor de la Iglesia de Santa María de Belém, para las cuales se compró jabón y sebo, estiradas por 118 yuntas de bueyes, en dos viajes hasta Benavente, estando un hombre que iba haciendo los caminos y llamando la delantera de las carretas.

Existía siempre un plazo para la conclusión de las obras, más o menos dilatada consonante la dimensión de las mismas, contado normalmente a partir de la fecha de haber hecho el contrato. En cuanto a los pagamentos, los contratistas, obras parcelares o piezas eran pagas de forma diversa, siendo los mismos minuciosamente especificados en los contratos.

La coordinación de la fábrica constructiva implicaba la existencia de una orgánica administrativa. Era al veedor de las obras que cabía orientar los trabajos, encomendar materiales y herramientas y recibir órdenes del comendador o mecenas a quien mantenía informado y un receptor se encargaba de los pagamentos. En el transcurso y después de la conclusión de las obras un medidor o maestro de obras conceptuado media y confería las cantidades y cualidad de la pedrería emplea y un evaluador juzgaba sobre las obras en su todo o en partes, el cumplimiento de los contratos y la precisión de los pagamentos.

Conclusión

La investigación archivista, lectura y análisis de las fuentes documentales actualmente encetada es fundamental una vez que posibilita alcanzar un mayor conocimiento del arte de construir y decorar con mármol, en lo que concierne a los diferentes procedimientos prácticos que esta actividad envuelve y que no son habitualmente abordados o están poco clarificados, permitiendo dotar de un cimiento profundo, sólido y científico el conocimiento de estas realizaciones artísticas y de lo que está por detrás de la obra, completando la información vehiculada por la bibliografía y por la observación directa, permitiendo conocer el monumento de dentro para fuera, aquello de que son hechos y como, cuando y por quien fueron producidos, lo que consigo transportan y reflejan y no se alcanza de forma completa y comprobada de otro modo.

.....

Este estudo é exclusivamente alicerçado em fontes primárias e consubstancia a minha participação na 2.^a fase do projeto Património e História da Indústria dos Mármoreos (PHIM), tendo como fundamento a pesquisa e a transcrição paleográfica de documentos² que se encontram nos livros de notas dos cartórios notariais de Vila Viçosa, Borba, Évora e Estremoz, depositados no Arquivo Distrital de Évora, e ainda de alguns documentos constantes do fundo do Corpo Cronológico do Arquivo da Torre do Tombo, que dizem respeito a encomendas, contratos e pagamentos de obras realizadas entre os séculos XVI e XVIII, nos quais foram empregues materiais pétreos marmóreos do Alentejo.

A investigação agora encetada, e muito longe do seu *terminus*, teve como desafio e objetivo fundamental lançar as bases de uma pesquisa mais alargada e proporcionar um melhor e mais profundo entendimento dos saberes-fazer da construção ligados ao mármore, e do modo como se elaboravam e levavam à prática as encomendas e as realizações materiais de obras arquitetónicas e escultóricas executadas com a denominada “pedra branca” do Alentejo, desde o seu arranque das pedreiras até ao produto finalizado. Deste modo, tomou-se como ponto de partida toda a classe de informações contidas nos documentos, relativas aos aspetos práticos da construção e a tudo o mais que a mesma envolve, ultrapassando em muito as habituais questões de autoria e datação que, normalmente, constituem o principal enfoque dos autores.

Mais do que efetuar aquilo a que se pode chamar “desconstrução” do monumento, realizada da frente para trás ou de fora para dentro, a fim de se analisarem as componentes, estruturais, arquitetónicas e ornamentais do

² A documentação transcrita foi previamente selecionada pelo professor doutor Vítor Serrão, no âmbito deste projeto.

mesmo, este é um exercício de voltar atrás no tempo e assistir à sua edificação desde o início, a par e passo, a partir dos testemunhos escritos, olhando a obra de dentro para fora.

Para além dos documentos até ao momento transcritos, que permitiram esta abordagem, foi iniciado um trabalho paralelo de levantamento sistemático de fontes nos livros de notas do Cartório Notarial de Vila Viçosa, a saber, escrituras, cartas de compra, obrigações, contratos, aforamentos e procurações, cujo conteúdo se enquadra na mesma temática, que serão transcritos e estudados numa próxima fase deste projeto. A estes se juntarão progressivamente muitos mais, que implicam um vasto trabalho de pesquisa em diversos arquivos, que contemplem a multiplicidade dos aspetos práticos da construção realizada com mármore, como mandados, certidões, ordens, quitações, fianças, alvarás, relações, recibos, provisões, livros e cadernos de receita e despesa, avaliações, róis de trabalhadores e listas de materiais, etc., que, após a sua transcrição paleográfica, virão a alimentar o *corpus* documental agora encetado.

Em termos práticos, no início da época moderna, a maior parte das edificações era ainda e somente regulamentada pelos contratos, redigidos segundo as determinações do encomendador ou mecenas da obra e individualizados para cada realização arquitetónica, pelo que são estes e outros documentos, a que acima fizemos referência, que permitem avaliar os procedimentos construtivos, a especificação das profissões e as suas atribuições.

Na realidade, os documentos transcritos durante esta fase do projeto constituem uma ínfima parte de vastos, variados e dispersos acervos documentais, em que se podem encontrar inúmeras informações sobre os empreendimentos construtivos das épocas medieval e moderna, no que concerne às técnicas, aos engenhos e às ferramentas utilizadas nas pedreiras e nos estaleiros das obras, ao manuseamento e transporte dos materiais pétreos e outros, aos mestres, empreiteiros, oficiais e outros trabalhadores, aos custos e pagamentos das pedras, serviços e peças, aos mecenas e encomendadores, assim como referências aos aspetos administrativos das obras, às traças, aos modelos e apontamentos, e ainda a uma riquíssima terminologia que propomos que seja devidamente elencada num glossário de termos técnicos aplicados aos saberes-fazer da construção em mármore.

No âmbito deste estudo preliminar, foram transcritos 25 documentos, que cronologicamente se balizam entre 1509 e 1745 e dizem respeito a várias obras de arquitetura civil e religiosa, tumulária e escultura, realizadas e/ou destinadas a Vila Viçosa, Évora, Estremoz, Almodôvar, Avis, Olivença, Lisboa, Santarém e Vilar de Frades.

Aguardando transcrição estão, neste momento, mais de 30 documentos dos livros de notas do Cartório Notarial de Vila Viçosa, que temos vindo a levantar, datados entre 1588 e 1601, que se referem não só às construções de âmbito público e privado como identificam os seus encomendantes e os executores, como alvenéis, pedreiros, carpinteiros, imaginários e pintores, indicando a sua naturalidade. Para além destes, podem ser acrescentados à lista outros 63 documentos levantados no Arquivo da Torre do Tombo, no fundo do Ministério do Reino: Expediente da Casa de Bragança – Consultas da Junta de Estado e Casa de Bragança, Correspondência do Provedor da Casa das Obras e Paços Reais e Negócios Diversos, que mencionam, sobretudo, obras de reparação e reedificação, realizadas entre 1757 e 1833, nas igrejas de Arraiolos, Vila Viçosa, Vila Fernando, Mértola, Ourém e Sacavém, nos palácios de Sintra, Belém, Ajuda, Mafra, Pinheiro, Vendas Novas, Salvaterra de Magos, Vila Viçosa e Barcelos, e também a execução de obras em estruturas públicas, como na Lagoa de Pardais, casas da Câmara e Cadeia de Évora Monte, celeiros de Ourém, lagar de azeite em Roncão, castelo, fontes, calçadas, engenhos e aquedutos de Vila Viçosa, torre e ponte de Barcelos, algumas destas intervenções com o concurso de Carlos Mardel e de Mateus Vicente de Oliveira, acrescentando alguns documentos que referem fornos de cozer telha e ladrilhos para os edifícios de Reguengos de Monsaraz, engenhos de serrar madeira em Cristelo, fornos de cal para as obras e para caiar o paço de Vila Viçosa, existência de “caeiras” na vila de Lavre e em Aldeia Galega, para além de mapas detalhados dos trabalhos realizados, listas de intervenientes e seus ofícios e de materiais de construção empregues, onde, obviamente, se incluem os mármore alentejanos.

Partindo das transcrições já realizadas e da pesquisa acima mencionada, sugerimos que todas as informações coligidas sejam tratadas de modo a clarificar ao máximo os conteúdos textuais da documentação e a torná-los úteis aos investigadores, vertendo-os numa base de dados, que será sistematicamente alimentada à medida que os documentos vão sendo lidos e transcritos. A finalidade é que a mesma se constitua como uma chave de compreensão dos múltiplos aspetos teóricos e práticos da arte de construir com mármore, possibilitando ainda a realização de estudos de âmbito cronológico, locais, sectoriais, comparativos e de leituras múltiplas, oferecendo uma panorâmica mais lata do trabalho e emprego dos mármore alentejanos durante um determinado período temporal e estilístico, num espaço territorial mais ou menos alargado.

Com sustentação científica nas matérias contempladas nos conteúdos textuais dos documentos transcritos, podemos desde já avançar determi-

nados pontos que se começam a destacar e que são suscetíveis de formar um elenco de nomenclaturas que constituirão os campos da base de dados aludida:

- Datação;
- Localização;
- Monumento/Obra (arquitetura; escultura; tumulária; outra);
- Encomendador/Mecenas;
- Arquiteto/Mestre/Empreiteiro;
- Oficiais/Trabalhadores (pedreiros; canteiros; alvenéis; cabouqueiros; servidores; outros);
- Pormenores de execução;
- Apontamentos e desenhos de trabalho (traças; plantas; moldes; desbuxos; modelos; outros);
- Matérias-primas e outros materiais;
- Técnicas aplicadas aos materiais;
- Ferramentas/Instrumentos/Artefactos;
- Pedreiras;
- Transportes;
- Prazos;
- Pagamentos;
- Aspetos administrativos.

De acordo com o objetivo que nos propusemos e tomando como ponto de partida os itens acima listados, passamos a expor as informações que consideramos mais relevantes, contidas na documentação transcrita no âmbito deste projeto.

DATAÇÃO; LOCALIZAÇÃO; OBRA; ENCOMENDADOR/MECENAS

Para os encomendadores e mecenas da época moderna, as obras arquitetónicas tinham, a par da evidente finalidade funcional, um marcante objetivo de afirmação e de ostentação pessoal, pelo que a sua vontade era determinante em termos formais e de procedimentos, tratando direta ou indiretamente, através dos seus representantes, com os artistas, dando pareceres sobre traçados, estruturas e materiais, e impondo a sua vontade e o seu gosto de forma sistemática quando contratavam uma obra.

A documentação tem revelado que os encomendantes de obras de arte em pedra mármore são provenientes de vários estratos sociais, embora com especial ênfase para membros da realeza, nobres e clérigos, a que se juntam entidades coletivas municipais, misericórdias, etc.

Em 1561, o padre João de Santa Maria, reitor do convento de Vilar de Frades e arcebispo de Braga, encomendou 50 colunas para o referido convento.

A rainha D. Catarina mandou proceder ao pagamento da pedraria da capela-mor da igreja de Santa Maria de Belém, em 1571.

No mesmo ano, o cardeal-infante D. Henrique, como arcebispo de Évora e perpétuo administrador da obra da Sé, contratou uma obra de conserto da capela-mor.

O juiz, os vereadores e o procurador do concelho de Vila Viçosa ajustaram a construção de um chafariz, em 1588, que foi alargado em 1590, com a construção de um lavadouro e a ampliação do espaço envolvente, determinando o concelho a compra e o derrube de casas para criar um terreiro público com fonte grande, construída em 1618, desta feita contratada pelo duque de Bragança (por meio do juiz de fora) e os vereadores de Vila Viçosa.

Em 1593, o conde de Basto e comendador de Almodôvar (pelo seu filho e procurador Diogo de Castro) determinou fazer a obra de empreitada da igreja da mesma vila.

O duque de Bragança (por intermédio de Escovar de Lira, fidalgo da casa do duque e provedor das suas obras, e de Manuel Ribeiro, seu mestre das obras) contratou sucessivas empreitadas para o acrescento das casas novas do paço ducal de Vila Viçosa: obra de pedraria na frontaria virada para o terreiro, incluindo vãos de pedraria, de maio a novembro de 1601, a que se seguiram as empreitadas das obras de carpintaria, pintura e douramento das mesmas casas, entre julho de 1601 e agosto de 1602.

Estêvão Mascarenhas, escrivão da mesa da Misericórdia, e Manuel Lopes, irmão da mesma instituição e almoxarife do paço do duque de Bragança, encomendaram o lajeamento da igreja do Espírito Santo (ou da Misericórdia) de Vila Viçosa, em 1606.

A obra de alvenaria e pedraria do mosteiro de Santa Ana de Olivença, realizada em 1622, foi ajustada pelos oficiais da Câmara de Olivença.

Em 1634, frei Rui de Sousa, comendador da Ordem de Cristo, encomendou a feitura de uma fonte na Quinta dos Pardais (ou os Paços) de Vila Viçosa.

Lourenço de Sousa e Silva contratou a construção da sacristia da igreja de São Brás de Estremoz, em 1666.

O prior António de Brito Pereira, superior, e os freires do convento de São Bento de Avis ajustaram, em 1692, a obra de pedraria da capela-mor da igreja conventual.

O reverendo mestre frei Estêvão da Purificação, examinador das três ordens militares e reitor geral da Ordem de São Paulo, contratou a feitura de uma escada no convento de São Paulo da Serra d'Ossa, em 1700.

Em 1717, o doutor frei Manuel Soeiro da Ponte, juiz da Ordem de Avis na comarca de Estremoz e prior da igreja matriz da mesma vila, ordenou a execução de uma obra de pedraria na igreja dos Freires de Avis.

O reverendo prior e os religiosos do convento de São Domingos de Lisboa encomendaram a feitura de várias peças esculpidas, em 1745.

ARQUITETO/MESTRE/EMPREITEIRO

A atividade construtiva em território nacional conheceu um dilatado tempo de transição entre os modos medieval e moderno, que se prolongou para além do século XVI, pelo que não é de estranhar que continuemos a assistir a uma preponderância do essencialmente prático mestre de obras à frente das realizações arquitetónicas, embora, por vezes, industriados por arquitetos.

Em 1571, Jerónimo de Ruão é o mestre de obras empreiteiro da obra da capela-mor da igreja de Santa Maria de Belém.

A obra de empreitada da igreja de Almodôvar, que teve lugar em 1593, esteve a cargo de Domingos Moreira, mestre pedreiro de Almodôvar, segundo contrato assinado em Lisboa no ano anterior, trazendo consigo cabouqueiros, pedreiros e servidores.

O lajeamento da igreja do Espírito Santo (ou da Misericórdia) de Vila Viçosa foi realizado em 1606, sob a direção do mestre de obras Diogo Fernandes.

Pedro Álvares Moniz, mestre de obras do convento do Mestrado da Ordem de Avis, foi encarregue da construção da fonte grande de Vila Viçosa, em 1618.

A elaboração de peças esculpidas para o convento de São Domingos de Lisboa, em 1745, teve a supervisão do arquiteto João António de Pádua e a execução de Diogo Mendes Pinto, mestre pedreiro de Estremoz.

OFICIAIS/TRABALHADORES (PEDREIROS; CANTEIROS; ALVENÉIS; CABOUQUEIROS; SERVIDORES)

A documentação revela que os oficiais contratados para a realização prática das edificações acima elencadas eram, na sua maioria, naturais e/ou moradores na região onde desenvolveram o seu trabalho. Inclusivamente, para além da documentação específica referente às obras que executaram, nos livros de notas do Cartório Notarial de Vila Viçosa, entre 1588 e 1604, que temos vindo a pesquisar paralelamente, surgem várias escrituras respeitantes à compra de casas, vinhas, azeite e mato para fazer carvão por parte de alguns destes trabalhadores, atestando a sua vivência local.

Do acrescento das casas novas e vãos de pedraria do paço ducal de Vila Viçosa, em 1601, foram encarregues Manuel de Loureiro e Manuel Rodrigues, pedreiros da mesma vila, Francisco Lopes e um seu irmão, André Lopes, oficiais pedreiros de Borba, e André Francisco, pedreiro de Estremoz.

De Estremoz era igualmente André Álvares, que executou as 50 colunas para o convento de Vilar de Frades, em 1561.

O chafariz de Vila Viçosa foi executado, em 1588, pelo pedreiro António Fernandes.

A obra de alvenaria e pedraria do mosteiro de Santa Ana de Olivença, realizada em 1622, esteve a cargo de outro Manuel Rodrigues, pedreiro de Estremoz, que deveria trazer consigo quatro oficiais e os servidores de que necessitasse, ficando como seu fiador outro pedreiro, Manuel de Torres, de Vila Viçosa, o mesmo que executou uma fonte na Quinta dos Pardais (ou os Paços) de Vila Viçosa, em 1634.

Da obra da capela-mor da igreja do convento de São Bento de Avis, levada a cabo em 1692, se encarregaram Manuel Simões, Bartolomeu Martins, António Maris e Manuel Banha, oficiais de pedreiro de Estremoz.

Ainda em Avis, as obras de pedraria na igreja dos Freires foram realizadas em 1717 por Manuel Antunes, pedreiro de Estremoz, com um oficial.

A escada no convento de São Paulo da Serra d'Ossa foi feita em 1700 pelo oficial canteiro Manuel Rodrigues Barroqueiro e pelo oficial de alvenaria João Fernandes Cordeiro, ambos de Borba.

A sacristia da igreja de São Brás de Estremoz teve, em 1666, a intervenção de outro alvenel, Manuel Gomes.

Para além dos pedreiros e alvenéis, que são obviamente a principal força braçal exigida nos trabalhos cuja principal matéria-prima é o mármore, existem algumas obras que implicam o concurso de outros oficiais especializados, muitas vezes trabalhando em conjunto com os pedreiros, como são os imaginários e os carpinteiros. É o caso de Manuel Mendes, carpinteiro de marcenaria e imaginária, que com Mateus Neto, pedreiro, foi encarregado da obra da capela-mor da Sé de Évora e acabamentos do retábulo, em 1575.

Outros carpinteiros referenciados são André Correia, António Rodrigues, António Pina, Manuel Nunes, Francisco Nunes, Simão Ponteira e Gregório Simões, este de Évora.

De realçar que grande parte da atividade dos carpinteiros de construção era indispensável à obra de pedraria, pois para além de lavrar tabuado, soalhar, forrar e erguer divisórias, faziam cimbres, andaimes, padiolas e carros para transportar materiais e também travejamentos de telhados e alpendres, sob os quais, nos estaleiros das obras, se colocava a cal, matéria-prima primordial para as argamassas com que se assentavam os perpianos e silhares de pedra.

PORMENORES DE EXECUÇÃO

As fontes documentais pesquisadas e transcritas são profícuas em referências aos elementos arquitetónicos e ornamentais que os edifícios deveriam conter, mas, mais do que isto, muitas vezes incluem instruções detalhadas relativamente à execução das obras como, por exemplo, a forma de assentamento e aplicação dos blocos pétreos, silhares, lajes, vãos e molduras, com os seus formatos e medidas.

As 50 colunas para o convento de Vilar de Frades deveriam ter a grossura de 1 coute e comprimento de 8 palmos, e as bases e capitéis na ordem das mesmas, que se especifica ser a dórica e diminuídas no topo de cima, conforme à arte delas.

Na capela-mor da Sé de Évora era necessário desassentar a pedraria sob o retábulo, endireitá-la e voltar a assentá-la, acrescentando-lhe uma laje de um palmo e meio por baixo; desassentar os degraus velhos e voltar a assentá-los, completando-os, assim como as lajes dos tabuleiros sobre os degraus.

O acrescento nas casas novas do paço ducal de Vila Viçosa, do lado das Chagas, deveria ser executado conforme à frontaria que estava feita no terreiro, com 2 ordens de altura, com 1 pilar no cabo, janelas iguais às da frontaria, sobre as 2 ordens de pedraria que já estavam feitas, de pilar a pilar, em largura e altura de 17 palmos, desde a cornija da 2.^a ordem até à arquitrave da 3.^a ordem da torre; cada vão com sua janela, como as de baixo, e 1 pedestal e cimalha, vaza e pilar conforme aos da torre, com arquitrave, friso e cornija entre pilares.

No lajeamento da igreja do Espírito Santo (ou da Misericórdia) de Vila Viçosa, seriam incorporadas 49 campas, todas com seus listões de pedra preta, cada campa com 2 pedras e numa delas 1 buraco para se poder levantar, especificando-se deverem ser como as campas da igreja de Nossa Senhora da Conceição.

Na obra de alvenaria e pedraria do mosteiro de Santa Ana de Olivença, particulariza-se a construção de paredes e outras obras de alvenaria; abóbadas, guarnições, ladrilhado, telhado *ensofitado*, moldura, guarnição de cimalha, coroamento, etc.

A fonte na Quinta dos Pardais (ou os Paços) de Vila Viçosa teria o seu tanque com espaldar e um pátio lajeado com cercadura e degraus.

Para a escada do convento de São Paulo da Serra d'Ossa, deveriam ser talhados 30 degraus e feitos 2 tabuleiros, 1 arco na entrada da escada e outro para o lavatório da sacristia; 1 portado para a escada e 4 ombreiras.

As peças esculpidas para o convento São Domingos de Lisboa totalizavam 25 pedras acabadas e postas, prontas para serem remetidas: 6 figuras, 2 pedras para o sacrário, 8 anjos, 8 asas e 1 pedra para o pedestal de Nossa Senhora do Rosário.

APONTAMENTOS E DESENHOS DE TRABALHO (TRAÇAS; PLANTAS; MOLDES; DEBUXOS; MODELOS)

Da leitura dos contratos de obras, infere-se que a execução dos elementos arquitetónicos e escultóricos em mármore, fossem isolados ou em conjunto, devia obedecer a modelos previamente desenhados para o efeito, embora nem sempre se saiba quem é o delineador dos mesmos, por não constar dos

contratos. Por vezes, o texto dos documentos refere que os apontamentos e os desenhos-guia estavam apensos aos autos de arrematação, supondo a existência de um concurso prévio, como no caso do chafariz de Vila Viçosa, o que direciona de imediato para a necessidade de uma investigação documental complementar nos arquivos das câmaras municipais.

Do conteúdo textual do acervo documental estudado se depreende ainda que era usual um exemplar do desenho de trabalho ficar em poder dos mestres e oficiais que executavam a obra, e por todos assinado, para se irem guiando por ele no decorrer da construção. Noutros casos, fornecia-se um modelo tridimensional, como para as colunas para o convento de Vilar de Frades, em que se dá a instrução de deverem ser da grossura de um couro que o padre daria ao pedreiro, ficando de modelo para o seu feitio.

Para a obra da capela-mor da Sé de Évora, o cardeal infante D. Henrique enviou uns apontamentos juntamente com a traça, feitos a seu mando por António Mendes, mestre de obras.

O acrescento nas casas novas do paço ducal de Vila Viçosa deveria ser executado conforme a amostra que tinham e os moldes que foram dados, acrescentando-se que, se em relação às amostras e aos moldes o pedreiro fizesse alguma melhoria na pedraria, se pagaria mais por esse acrescento e essa melhoria.

Na igreja do Espírito Santo (ou da Misericórdia) de Vila Viçosa, as campas seriam realizadas conforme a planta que o mestre tinha em sua mão.

A fonte grande de Vila Viçosa seria feita pela traça e pelo modelo de Pero Vaz, arquiteto das obras do duque de Bragança, e os apontamentos feitos pelo mesmo, com o tamanho e as medidas que estivessem na traça e molduras conforme aos moldes.

A obra de alvenaria e pedraria do mosteiro de Santa Ana de Olivença devia seguir a traça e os apontamentos que foram dados ao pedreiro aquando da arrematação da obra.

O modo de executar a fonte da Quinta dos Pardais de Vila Viçosa constava de um modelo que se deu ao pedreiro.

A capela-mor da igreja de São Bento de Avis e o portado da mesma igreja deveriam ser construídos na forma das respetivas plantas, que foram dadas e assinadas.

Para a construção da escada do convento de São Paulo da Serra d'Ossa, os empreiteiros haviam de se “acomodar” com as plantas.

As peças esculpidas para o convento de São Domingos de Lisboa deveriam estar conforme aos moldes e à grandeza dados pelo arquiteto João António de Pádua.

MATÉRIAS-PRIMAS E OUTROS MATERIAIS

Na documentação levantada e transcrita, a principal matéria-prima referida é, como seria de esperar, o mármore, especificando-se, por vezes, ser de Estremoz e aludindo frequentemente à sua cor e até à sua qualidade.

No que respeita aos outros materiais pétreos, para além do mármore ou pedra branca de Estremoz, há algumas referências ao uso de outras pedras e de outros materiais, como, por exemplo, pedra baça da terra para a execução dos degraus e lajes dos tabuleiros da capela-mor de Évora.

No chafariz de Vila Viçosa, utilizou-se mármore branco em todos os elementos do chafariz e das lajes do pavimento, embasamento, pedestal e capitel com uma cabeça de cavalo, mas também alvenaria na calha para o cano, barro muito bem cozido nas peças do cano, e pedras piçarras sobre o mesmo cano.

Para o acrescento das casas novas do paço ducal de Vila Viçosa, recomendou-se o uso de pedraria igual ou condizente à da frontaria que já estava feita, silharia preta/azul entre os pilares de pedraria branca e nas janelas pedraria branca igual à existente, toda muito boa e com muito bons leitos.

As lajes a aplicar na igreja do Espírito Santo (ou da Misericórdia) de Vila Viçosa deviam ser de pedra mármore e as campas com listões de pedra preta, sendo as paredes das covas de ladrilho e cal. Há ainda uma recomendação para o mestre aproveitar as campas de pedra mármore que se acharem na igreja.

Na fonte na Quinta dos Pardais seriam usadas lajes de pedraria branca e azul, e os lajões e restantes elementos deviam ser de pedraria branca.

A escada do convento de São Paulo da Serra d'Ossa levaria tabuleiros de lajes pretas e brancas; arcos e portado de pedraria branca; fecho preto e pedra broeira (grés amarelo) nas ombreiras, como no convento.

Para as peças esculpidas para o convento de São Domingos de Lisboa, toda a pedraria devia ser de boa qualidade e livre de veias negras.

TÉCNICAS APLICADAS AOS MATERIAIS

FERRAMENTAS/INSTRUMENTOS/ARTEFACTOS

Nos documentos pesquisados, avultam alusões ao modo de trabalhar as pedras, tais como o assentamento, o talhar, lavrar ou dar determinados acabamentos aos blocos, silhares e elementos arquitetónicos e ornamentais executados em pedra mármore, e até as ferramentas, instrumentos e artefactos utilizados pelos oficiais pedreiros.

Deste modo, as colunas para o convento de Vilar de Frades deveriam ser muito bem acabadas e brunidas, muito sãs e sem nenhuma quebradura.

Para a obra da Sé de Évora, a pedra deveria ser lavrada de tal modo que ficasse “a direito” e brunida.

No chafariz de Vila Viçosa, a pedraria teria que ser lavrada da parte de dentro e de fora, com escoda, sem falhas nem quebraduras; as juntas do peitoril por cima seriam unidas com gatos de cobre muito bons e fortes, chumbados; o mociço de pedra e cal levaria muito boa cal e areia da Asseca e boa pedra; a arca de pedraria seria de uma só pedra cavada em quadrado, toda escodada; o pedestal, as ventas do cavalo e as pedras por onde a água subiria teriam de ser furadas com um ferro de furar; e o pedestal e o remate brunidos com uma brunideira.

Para o acrescento nas casas novas do paço ducal, toda a pedraria a utilizar nas molduras, no pedestal, nos pilares, na silharia e nas carrancas da cornija deveria ser muito bem lavrada, aparelhada e brunida a brunideira, sem falhas, pedaços nem quebraduras, e sem haver nenhuma divisão no feito da pedraria em relação à que já lá estava; toda a pedraria deveria ser bem desempenada, com juntas e leitos bons e muito bem feitos, de modo que ficasse bem assentada.

Na fonte grande de Vila Viçosa, toda a pedraria seria lavrada com toda a diligência de ambas as faces da arquitrave para cima e brunida de brunideira com as juntas muito bem feitas, de modo que ficasse pedra com pedra e os leitos muito bem executados e desempenados e direitos para assentarem bem; o lajedo do chão, sem falhas nem quebradura, devia ser desbastado por baixo para assentar bem.

Na feitura da fonte na Quinta dos Pardais, as lajes, os lajões, os degraus, os assentos, as cercaduras, o espaldar, etc., deviam ser muito perfeitos e muito bem lavrados, esquadriados, desempenados e brunidos.

Para a obra da capela-mor da igreja de São Bento de Avis, o lavor da pedraria seria como o da capela dos Capelos, da mesma igreja, “conforme a arte e parecer de homens que o entendem”, bem brunida, sem ficar enfarinhada e com betumes pegados.

Durante a obra da capela-mor da igreja de Santa Maria de Belém, mandaram-se consertar dois engenhos, que se desmancharam na primeira viagem de transporte das pedras, e pagou-se a um ferreiro, que aguçou os picões.

Nos portados da igreja dos Freires de Avis, a pedra deveria ser brunida, enquanto nas escadas e nos tabuleiros seria trabalhada a picão miúdo.

Já na escada no convento de São Paulo da Serra d’Ossa, tudo seria de escoda e o arco teria as vasas, os capitéis e o fecho brunidos.

PEDREIRAS

Quando falamos em materiais pétreos, a primeira fase do processo construtivo é o arranque dos blocos de pedra das pedreiras, o que era usualmente

executado pelos cabouqueiros, por vezes com o concurso de pedreiros, que se encarregavam dos primeiros trabalhos de desbaste, para redução do peso e volume dos blocos, assim como a utilização de determinados estratos de pedra, que eram minuciosamente escolhidos tendo em vista a qualidade da matéria-prima, o que é atestado pela documentação agora estudada.

Para a obra da capela-mor de Belém, os cabouqueiros e os pedreiros trabalharam a arrancar e a desgastar as pedras e havia trabalhadores que previamente se empregaram a descobrir a pedraria, sendo ainda comprado um penedo, do qual se tiraram algumas pedras.

As colunas para a igreja de Almodôvar, por serem muito grandes e de muita altura, foram arrancadas de um local da pedreira com muita altura e com pedra muito boa.

A pedraria empregue na capela-mor da igreja de São Bento de Avis deveria ser arrancada debaixo da terra, recomendando-se que não fosse de cor cinzenta nem tivesse sofrido as inclemências do tempo, sem buracos, nem bolhas, alva e bem pesada, e para a escadaria conventual, a pedra arrancada da pedreira deveria ser posta junto da obra, pronta para o pedreiro a cortar.

Existe uma escritura, datada de 1723, que respeita ao arrendamento por seis anos, a João Lopes e Tomé Martins, de um terreno de uma courela na freguesia de Santiago de Rio de Moinhos, herdade do Monte do Franco, para dele tirarem pedras, com condição de não agravarem o terreno de lavoura e as oliveiras e de não trabalharem mais do que três oficiais.

Para a obra da escada do convento de São Paulo da Serra d'Ossa, enquanto se estivesse a arrancar e a lavrar a pedra, se daria de comer aos mestres das obras por conta da Ordem.

TRANSPORTES; PRAZOS; PAGAMENTOS

Para a realização da maioria das obras arquitetónicas, a prática habitual era o recurso a pedreiras situadas nas proximidades do local da construção, para minimizar o tempo e os custos de transporte, mas no caso de obras realizadas em locais longínquos com mármore alentejanos, os mesmos tinham de ser transportados, pelo que em quase todas as construções que temos vindo a referir havia uma obrigatoriedade contratual da entrega dos blocos de pedra junto da obra ou então num local acessível, que permitisse o seu posterior transporte, por terra, rio ou mar, para o estaleiro da obra.

Desta forma, no contrato para feitura de peças esculpidas para o convento de São Domingos de Lisboa refere-se que as pedras deviam ser arrancadas e postas prontas e em estado de poderem ser colocadas nos carros.

Estes carros, carretas ou carretões destinavam-se à locomoção por via terrestre e eram maioritariamente puxados por juntas de bois, cavalos, bestas ou asnos, dando origem aos termos “carreto”, significando acarretar,

e “carrada”, “carretada” ou “carga”, referindo-se à quantidade de pedra transportada por um carro, que faria o número de viagens necessário, de acordo com a quantidade de material a transportar.

Deste modo, a pedraria para a obra da capela-mor da igreja de Santa Maria de Belém foi de Vila Viçosa transportada em carretas, para as quais se comprou sabão e sebo, puxadas por 118 juntas de bois, em 2 viagens até Benavente, implicando o trabalho de um homem que ia fazendo os caminhos e chamando a dianteira das carretas. Para a execução deste trabalho, uma das carretas trazia alavancas e enxadas, que eram igualmente utilizadas nas pedreiras para o arranque dos blocos.

Para a feitura da escada no convento de São Paulo da Serra d’Ossa, os carretos da pedraria branca e preta seriam por conta dos empreiteiros, e a pedra *gram* e escura, degraus e ombreiras, seriam conduzidos por conta da Ordem.

Existia sempre um prazo para a conclusão das obras, mais ou menos dilatado consoante a dimensão das mesmas, que era contado normalmente a partir da data da feitura do contrato.

Quanto aos pagamentos, as empreitadas, obras parcelares e peças eram pagas de forma diversa, sendo os mesmos pagamentos minuciosamente especificados nos contratos.

No caso das 50 colunas a executar para o convento de Vilar de Frades, o valor total era de 50 000 réis, inferindo-se, portanto, que seriam 1 000 réis por peça.

À empreitada da capela-mor da Sé de Évora foi atribuído um valor total de 22 000 réis, repartido em três pagas, a saber, no início, meio e fim da obra. Esta era a prática mais comum no que respeitava ao pagamento de empreitadas, embora se registassem exceções.

Por exemplo, no caso do chafariz de Vila Viçosa, a cabeça de cavalo seria paga à parte, pelo que a mesma valesse.

Na obra de empreitada da igreja de Almodôvar, seriam pagas individualmente as férias do mestre, pedreiros, cabouqueiros e servidores, e os pagamentos das achegas (materiais de construção) seriam feitos à parte e registados, ficando em poder do escrivão da Câmara.

No acrescento nas casas novas do paço ducal de Vila Viçosa, os pagamentos seriam feitos individualmente, por cada elemento arquitetónico realizado, medidos a palmos (embasamento, pedestal e banco, cimalha sobre o pedestal, vaza sobre o pedestal, pilar, capitel, arquitrave, friso, cornija, silharia preta), e por cada janela e banco, com os seus componentes, valendo 40 000 réis cada vão.

No que respeitou à obra de alvenaria e pedraria do mosteiro de Santa Ana de Olivença, os elementos estruturais e arquitetónicos foram pagos

à braça, à vara e ao palmo, além dos 300 000 réis dados logo de início, para comprar todos os pertences, achegas, pagar a oficiais e servidores, e o restante à medida que fosse sendo necessário.

No contrato para a feitura de peças esculpidas para o convento de São Domingos de Lisboa, especificam-se os valores individualizados por cada tipologia das 25 peças encomendadas, totalizando 106 moedas de ouro.

ASPETOS ADMINISTRATIVOS

Está igualmente patente nos documentos que a coordenação e vigilância dos trabalhos e a organização da fábrica construtiva implicavam a existência de uma orgânica administrativa. Na maior parte dos casos, esta responsabilidade era atribuída a um vedor das obras, a quem cabia a orientação da edificação, a encomenda de instrumentos e materiais de construção e receber ordens do encomendador ou mecenas, a quem mantinha informado do andamento da obra.

No decurso e após a conclusão das obras, realizavam-se medições e verificações por um medidor ou mestre de obras conceituado, que conferia as quantidades e a qualidade da pedraria empregues, e havia ainda um avaliador, que ajuizava sobre o que fora feito, no seu todo ou em partes, o cumprimento dos contratos e a justeza dos pagamentos.

Na empreitada da capela-mor da Sé de Évora, o vedor da obra foi Mateus Pereira, que tinha como função vigiar a mesma com muito cuidado, para que se fizesse bem feita e em sua perfeição.

Durante a construção da igreja de Almodôvar, o mestre teria de mandar medi-la a cada dois meses, por pessoas capazes de o fazer, e ir dando conta do andamento das obras até ao final da empreitada, do dinheiro que recebia e dos pagamentos das achegas.

A obra da fonte da Quinta dos Pardais seria vista por Miguel d'Alcalá e Diogo Lopes, pedreiros, devendo toda a pedraria estar lavrada na forma declarada e o pedreiro estar presente enquanto se assentasse aquela, para atestar e consertar o que fosse necessário.

CONCLUSÃO

Tendo como base a investigação arquivística, leitura e análise das fontes documentais, que recentemente se iniciou, pretendemos alcançar um mais completo conhecimento da arte de construir e decorar com mármore, no que concerne aos diferentes procedimentos que esta atividade envolve, partindo da pedreira, passando pelas várias etapas da construção, por quem trabalhou e assentou as pedras e pelos desígnios dos encomendadores e mecenas, que se eternizaram nas obras de arte produzidas.

É fundamental o levantamento e o estudo das fontes arquivísticas que abordam os múltiplos aspetos da execução prática construtiva, que não são habitualmente abordados ou estão pouco clarificados, dotando de um alicerce profundo, sólido e científico o conhecimento destas realizações artísticas e permitindo alcançar, de uma forma o mais completa e pormenorizada possível, o que está por detrás da obra, completando a informação veiculada pela bibliografia e pela observação direta e, se assim nos é permitido dizer, atingir o ADN dos monumentos arquitetónicos e escultóricos, ou seja, aquilo de que são feitos e como e por quem foram produzidos, o que consigo transportam e refletem e não se alcança de forma completa à vista desarmada, para o que este estudo constituiu apenas o primeiro passo, mas é deste modo que se iniciam as longas caminhadas.

FONTES MANUSCRITAS

ADE, Cartório Notarial de Évora, Livros de Notas, *Escritura de Contrato para a Feitura de 50 Colunas para o Convento de Vilar de Frades*, 29 maio 1561, fls. 8v.-11 (PT/ADEVR/NOT/CNEVR/001/0082).

ADE, Cartório Notarial de Évora, Livros de Notas, *Instrumento de Obrigação de Empreitada, Feito com Mateus Neto, Pedreiro, e Manuel Mendes, Carpinteiro, para Fazerem a Obra da Capela-Mor da Sé de Évora*, 16 jul. 1575, fls. 41v.-45 (PT/ADEVR/NOT/CNEVR/001/0050).

ADE, Cartório Notarial de Évora, Livros de Notas, *Instrumento de Declaração da Obra de Empreitada das Colunas da Igreja de Almodôvar*, 22 abr. 1593, fls. 55-56v. (PT/ADEVR/NOT/CNEVR/001/0275).

ADE, Cartório Notarial de Évora, Livros de Notas, *Instrumento de Obrigação para a Feitura da Fonte Grande de Vila Viçosa*, 19 dez. 1618, fls. 96v.-106v. (PT/ADEVR/NOT/CNEVR/001/0063).

ADE, Cartório Notarial de Évora, Livros de Notas, *Contrato da Obra da Sepultura do Arcebispo de Évora, D. José de Melo, na Igreja de Nossa Senhora dos Remédios*, 11 jul. 1626, fl. 81v. (PT/ADEVR/NOT/CNEVR/001/0421).

ADE, Cartório Notarial de Vila Viçosa, Livros de Notas, *Instrumento de Obrigação de António Fernandes, Pedreiro, para Fazer Um Chafariz de Pedra Mármore em Vila Viçosa*, 28 jul. 1588, fls. 178v.-185 (PT/ADEVR/NOT/CNVVC/001/0001).

ADE, Cartório Notarial de Vila Viçosa, Livros de Notas, *Instrumento de Contrato e Obrigação para Manuel de Loureiro e Manuel Rodrigues, Pedreiros, Fazerem Um Acrescento nas Casas Novas do Paço Ducal de Vila Viçosa*, 15 maio 1601, fls. 60-63v. (PT/ADEVR/NOT/CNVVC/001/006).

ADE, Cartório Notarial de Vila Viçosa, Livros de Notas, *Instrumento de Contrato e Obrigação Feito com Francisco Lopes, Pedreiro, para Fazer Dois Vãos de Pedraria no Paço Ducal de Vila Viçosa*, 16 jun. 1601, fls. 109-111v. (PT/ADEVR/NOT/CNVVC/001/0006).

- ADE, Cartório Notarial de Vila Viçosa, Livros de Notas, *Instrumento de Contrato e Obrigação Feito com André Francisco, Pedreiro, para Fazer Dois Vãos de Pedraria no Paço Ducal de Vila Viçosa*, 16 jun. 1601, fls. 111v.-114v. (PT/ADEVR/NOT/CNVVC/001/0006).
- ADE, Cartório Notarial de Vila Viçosa, Livros de Notas, *Instrumento de Contrato de Empreitada Feita com Manuel de Loureiro e Manuel Rodriguez, Pedreiros, para Fazerem Dois Vãos e Meio de Pedraria no Paço Ducal de Vila Viçosa*. 5 nov. 1601, fls. 12-14 (PT/ADEVR/NOT/CNVVC/001/0008).
- ADE, Cartório Notarial de Vila Viçosa, Livros de Notas, *Fiança Feita entre Manuel Torres, Pedreiro, e Manuel Rodrigues, Empreiteiro, para a Obra de Alvenaria e Pedraria do Mosteiro de Santa Ana de Olivença*, 11 jun. 1622, fls. 134v.-137 (PT/ADEVR/NOT/CNVVC/0070).
- ADE, Cartório Notarial de Vila Viçosa, Livros de Notas, *Obrigação de Manuel de Torres, Pedreiro, para com Rui de Sousa, para Fazer Uma Fonte na Sua Quinta dos Pardais*, 10 jan. 1634, fls. 5-7v. (PT/ADEVR/NOT/CNVVC/0095).
- ADE, Cartório Notarial de Vila Viçosa, Livros de Notas, *Escritura de Contrato Feita entre Estêvão Mascarenhas da Gama, Escrivão da Misericórdia, e Manuel Lopes, Irmão da Dita Misericórdia, com Diogo Fernandes, Mestre-de-Obras, para Lajejar a Igreja do Espírito Santo*, 19 jun. 1666, fls. 51v.-53v. (PT/ADEVR/NOT/CNVVC/0149).
- ADE, Cartório Notarial de Estremoz, Livros de Notas, *Contrato entre Lourenço de Sousa e Silva e Manuel Gomes, Alvenel, para Fazer Uma Sacristia da Igreja de S. Brás*, 19 jul. 1666, fls. 82-83v. (PT/ADEVR/NOT/CNETZ//001/0020).
- ADE, Cartório Notarial de Estremoz, Livros de Notas, *Escritura de Obrigação entre o Convento de S. Bento de Avis e Bertolameu Martins e António Banha, Pedreiros, para Fazerem a Obra de Pedraria da Capela-mor*, 27 set. 1692, fls. 139-141v. (PT/ADEVR/NOT/CNETZ//001/0042).
- ADE, Cartório Notarial de Estremoz, Livros de Notas, *Escritura de Contrato da Obra de Pedraria na Igreja dos Freires de Avis, Feita com Manuel Antunes, Pedreiro de Estremoz*, 2 mar. 1717, fls. 181v.-182v. (PT/ADEVRNOTCNETZ/001/0071).
- ADE, Cartório Notarial de Estremoz, Livros de Notas, *Escritura de Arrendamento de Uma Courela de Maria Cortes para Uma Pedreira, Feita a João Lopes e Tome Martins*, 17 mar. 1723, fls. 125v.-127v. (PT/ADEVR/NOT/CNETZ/001/0078).
- ADE, Cartório Notarial de Estremoz, Livros de Notas, livro 146, *Escritura de Contrato e Obrigação entre o Reverendo Prior do Convento de São Domingos de Lisboa e Diogo Pinto, Mestre Pedreiro de Estremoz*, 8 jun. 1745, fls. 61-63 (PT/ADEVR/NOT/CNETZ/001/0150).
- ADE, Cartório Notarial de Borba, Livros de Notas, *Contrato de Obras entre o Reverendo Padre Frei Paulo de Solis de São Paulo da Serra d'Ossa com João Fernandes Cordeiro, Oficial Alvenel, e Manuel Rodrigues, Oficial Canteiro, para Fazerem Uma Escada no Convento de Serra d'Ossa*, 20 jan. 1700, fls. 37-39 (PT/ADEVR/NOT/CNBRB/0053).
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Corpo Cronológico, parte II, mc. 248, doc. 30, *Mandado da Rainha para os Contadores de Sua Casa Levarem em conta a*

- Gomes Ribeiro 224\$96 Reais por Outros Tantos Que Deu para Pagamento da Pedraria da Capela-mor de Belém, 25 jun. 1571 (PT/TT/CC/2/248).
- ANTT, Corpo Cronológico, parte II, mç. 17, doc. 89, *Mandado de D. Pedro de Castro, Vedor da Fazenda, para Se Levar em conta em Despesa ao Recebedor das Obras do Convento de S. Francisco de Évora o que Custaram 30 Pedras Brancas de Estremoz*, 19 maio 1509 (PT/TT/CC/2/17/89).
- ANTT, Corpo Cronológico, parte I, mç. 15, doc. 73, *Alvará d'El-rei D. Manuel para Afonso Monteiro Entregar à Câmara de Santarém Seis Mármore com Suas Vasas e Capitéis, para as Suas Janelas, de Que Lhe Faz Mercê*, 30 jun. 1514 (PT/TT/CC/1/15/73).
- ANTT, Corpo Cronológico, parte I, mç. 37, doc. 100, *Mandado d'El-rei para Afonso Monteiro Entregar ao Barão d'Alvito Dois Mármore com Suas Vasas e Capitéis, dos que Saíram para a Varanda do Aposento do Príncipe, para a Igreja de S. Pedro*, 24 fev. 1518 (PT/TT/CC/1/44/92).
- ANTT, Corpo Cronológico, parte II, mç. 92, doc. 21, *Conhecimento de Afonso Monteiro, Almoxarife das Obras da Casa da Mina, porque Consta Receber do Recebedor da Alfândega, do Ano Antecedente, 3 Mármore com Suas Vasas e Capitéis, Que Valiam 2.460 reais*, 8 out. 1520 (PT/TT/CC/2/92/21).
- ANTT, Corpo Cronológico, parte II, mç. 92, doc. 131, *Conhecimento de Afonso Monteiro, Almoxarife dos Paços da Casa da Índia e Mina, porque Consta Receber de Cristóvão da Gama, Recebedor Que Foi, 14 Mármore Delgados com Suas Vasas E Capitéis para as Obras*, 27 nov. 1520 (PT/TT/CC/2/92/131).
- ANTT, Corpo Cronológico, parte I, mç. 37, doc. 100, *Carta de Fernão Jorge ao Secretário sobre as Obras Que Se Haviam Fazer nas Suas Casas em Almeirim*, 27 set. 1527 (PT/TT/CC/1/37/100).

ANDRÉ CARNEIRO

André Carneiro, doutorado em Arqueologia pela Universidade de Évora em 2011, com nota final de 20 valores. Tem formação curricular em História, variante Arqueologia, e Master em Cultura e Formação Autárquica. Foi técnico superior de Arqueologia do Município de Fronteira entre 1999 e 2006, tendo organizado as III.ªs Jornadas de Arqueologia do Norte Alentejano (actas publicadas em 2011) e realizado a Carta Arqueológica do Concelho de Fronteira, com mais de 200 sítios arqueológicos identificados. Desde 2000 iniciou escavações arqueológicas anuais em sítios de época romana no território do município, como o povoado de São Pedro (2000–2006), a necrópole de Outeiro do Mouro (2007–2011) e a *villa* romana da Horta da Torre (desde 2012). A partir de 2006, iniciou funções como docente no Departamento de História da Universidade de Évora, leccionando diversos temas como História da Grécia, História de Roma, Arqueologia, Teoria e Método, Arqueologia Romana e Património Arqueológico (curso de Turismo). Entre as áreas de investigação em curso, encontram-se projectos em temas de povoamento rural romano, arquitectura das villae, itinerários e vias de comunicação, ou a agricultura em época romana, colaborando em equipas interdisciplinares que investigam a produção de mármore e de vinho em época romana.

Investigador integrado do CHAIA/UÉ e colaborador do CECH/FLUC

CARLOS FILIPE

Obteve uma Pós-Graduação em História: Património e Projectos Culturais, (ISCTE-IUL, 2008). Curso “formação pedagógica inicial de formadores”. Centro de Formação Profissional CAP (IEFP, 2009). Obteve o grau de Mestre em História, Moderna e Contemporânea (ISCTE-IUL, 2015), com a tese “O Património edificado em Vila Viçosa no século XVIII: Encomenda, Financiamento e Construção”. Frequenta o doutorando em História da Arte – FLUL.

Investigador integrado no Centro de Estudos – CECHAP, do CLEPUL e ARTIS IHA da Faculdade de Letras de Universidade de Lisboa e do CIDEHUS da Universidade de Évora. Membro da Sociedade Portuguesa de História da Construção – SPEHC e MINOM – Movimento Internacional para uma nova Museologia. Membro fundador da Associação de Estudos de Cultura, História, Artes e Patrimónios. Membro fundador e director do Insituito da Padroeira de Portugal Para os Estudos da Mariologia.

Autor e coordenador dos projectos: “Rota do Mármore do anticlinal de Estremoz”, “Património e História da Indústria dos Mármore” e “Callipoartes – História das Personalidades Calipolenses”.

São suas áreas de interesse: História da Arte, História da Arquitectura e Construção, Património Religioso, História da Indústria das Rochas Ornamentais, Arqueologia Industrial e Ciências da Documentação.

LINA OLIVEIRA

Licenciada em História e História da Arte e Mestre em História da Arte pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde foi docente, assim como na Escola Superior de Artes Decorativas da Fundação Ricardo Espírito Santo Silva.

Foi colaboradora externa na Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, na elaboração do Inventário do Património Artístico.

Tem executado trabalhos de investigação e transcrições paleográficas de documentos nas áreas de História e de História da Arte, com participações em Projectos de Investigação e Congressos e publicação de vários estudos e artigos.

É membro da Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses e foi bolsista de investigação do CLEPUL (Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias) na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, realizando trabalhos de investigação e de transcrição paleográfica documental, e revisão, fixação e edição de textos no âmbito de diversos Projectos, como por exemplo o das Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa.

LUÍS LOPES

Professor Auxiliar (Departamento de Geociências da Universidade de Évora. Licenciatura e Doutoramento em Geologia, respetivamente pela Universidade de Lisboa e Universidade de Évora e Mestrado em Geodinâmica pela Universidade de Lisboa.

É investigador responsável do projeto E-TECHSTONE 4.0, referência POCI-01-0247-FEDER-017882, que tem como instituição de acolhimento a Universidade de Évora.

É autor de diversos estudos, sendo um dos mais recentes: “The Estremoz marbles: an updated summary on the geological, mineralogical and rock physical characteristics”, Menningen, J., Siegesmund, S., Lopes, L. et al. *Environ Earth Sci* (2018), 77: 191.

MIGUEL ÁNGEL VALERO TÉVAR

Licenciado en Geografía e Historia, especialidad Arqueología por la Universidad de Valencia y Doctor Internacional por la Universidad de Castilla-La Mancha, su Tesis Doctoral “La villa romana de Noheda. La sala triclinar y sus mosaicos” ha sido galardonada recientemente con el Premio Extraordinario de Doctorado en la rama de Artes y Humanidades.

Cuenta con una dilatada trayectoria docente desarrollada por un lado, en la Universidad Alfonso X el Sabio primeramente, posteriormente a la UCLM y finalmente obtener la venia docendi en la plaza de Prehistoria y Arqueología en el Centro Asociado de la UNED en Cuenca. Además es docente diversos másteres universitarios, coordinador en varios proyectos de innovación y mejora docente. En la actualidad es Director del Centro Asociado de la UNED en Cuenca.

Ha participado en múltiples proyectos I+D+i financiados en convocatorias públicas de carácter regional, nacional e incluso internacional ampliando sus conocimientos en diversas estancias investigación en países extranjeros. Los resultados de estas investigaciones han sido plasmadas en diez libros de su autoría y dos más en calidad de editor científico, además de más de 100 trabajos de investigación publicados de diversas revistas tanto nacionales como internacionales o como capítulos de libros además de varios capítulos de libros, sin olvidar el comisariado de varias exposiciones temporales y el diseño de cinco colecciones museográficas permanentes.

Igualmente, hay que tener en cuenta los numerosos seminarios, cursos, y ponencias que ha impartido en diferentes ámbitos de distinta naturaleza, por todo el mundo.

Al ámbito puramente académico, hay que sumar su papel como director del Museo Arqueológico de Iniesta, así como la dirección de yacimientos tan relevantes como las necrópolis ibéricas de Iniesta, la ciudad romana de Ercávica, la villa romana de Noheda, o el yacimiento multifásico de La Cava en Garcinarro.

NOEL MOREIRA

Licenciou-se em Geologia pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (2009), realizando na Universidade de Évora a formação pós-graduada (MSc em Mestrado em Ciências da Terra, da Atmosfera e do Espaço [2012] e PhD em Ciências da Terra e do Espaço [2017], ambos com Especialidade em Processos Geológicos).

Iniciou o seu percurso profissional em 2009, como prestador de serviços no âmbito do projeto “*ShistResource*” e posteriormente como Comunicador de Ciência no Centro Ciência Viva de Estremoz, ligação contactual que cessou em 2012, embora a ligação à divulgação científica e à instituição em causa continue. Desde 2018, é bolseiro do projeto “ZOM-3D; Modelos Metalogénicos 3D da Zona de Ossa Morena”, sediado na Universidade de Évora. É atualmente membro integrado do Instituto de Ciências das Terra. No seu percurso destaca-se: a organização de um conjunto de conferências científicas de carácter nacional, nomeadamente o Congresso Jovens Investigadores em Geociências; a distinção com três prémios destinados a jovens investiga-

dores (Bolsa Fundação Amadeu Dias/Universidade de Lisboa [2008], Prémio Estímulo à Investigação da Fundação Calouste Gulbenkian [2011] e Prémio Jovem Investigador – Fundação Millenium BCP [2018]); e a colaboração recorrente com as associações profissionais, nomeadamente a Associação Portuguesa de Geólogos e a Sociedade Geológica de Portugal.

NUNO MOURINHA

Licenciado em História, variante de Arqueologia pela Universidade de Coimbra. É o Coordenador, na vertente de património, do projeto de Recuperação de Minas Abandonadas do Alentejo. Foi consultor na área do património industrial no projeto de construção do novo Museu dos Coches (integrado na intervenção Ajuda/Belém). É ainda investigador, na vertente de arqueologia romana, do projeto PHIM – Património e História da Indústria dos Mármore, Membro Fundador do Grupo CIDADE: Cidadãos pela Defesa do Património de Estremoz e vice-director da Casa da Cultura de Estremoz.

PATRÍCIA ALHO

Licenciou-se em História (Universidade Lusíada) no ano de 2004, obteve o grau de Mestre em Arte, Património e Restauro (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa) em 2008 e o grau de Doutor na mesma área científica e faculdade no ano de 2016. Autora da obra *“As Gárgulas no Mosteiro de Santa Maria da Vitória. Função e Forma”*, publicada pela Câmara Municipal da Batalha em 2010. Participou em vários Congressos, Seminários e Encontros, desde o ano de 2010, tanto em Portugal como em Espanha, nos quais publicou vários artigos científicos. Em 2012 fez parte do grupo de investigação do Projecto *“Magister – Arquitectura Tardo-gótica em Portugal: Protagonistas, modelos e intercâmbios artísticos (Séc. XV-XVI)”*, e no ano seguinte participa no grupo de investigação do projeto *“Da cidade sacra à cidade laica. A extinção das ordens religiosas e as dinâmicas de transformação urbana na Lisboa do século XIX”*. Investigadora Responsável do Projecto AquaMafra (Fundação Caloust Gulbenkian – 2017). Comissária da Exposição no Museu Nacional de Arte Antiga, *“AQUA. Faianças da Coleção o MNAA”* em 2015. Participa como investigadora no ARTIS (FLUL), CLEPUL (FLUL) e CITAD (Universidade Lusíada). Faz parte da Comissão Externa de Avaliadores dos Cadernos do Arquivo Municipal de Lisboa. Coordenadora do Gabinete de Estudos: *“História, Arte e Cultura da Água”* pertencente ao CLEPUL e Coordenadora da Linha de investigação: *A aplicação do mármore na arquitectura hidráulica*, DO PROJECTO PHIM (CECHAP).

PATRÍCIA MONTEIRO

Licenciada em História, variante de Historia da Arte pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL, 1998). Entre 1999-2001 completou o I Curso de Conservação e Restauro de Pintura Mural promovido pelo

Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR). Em 2008 obteve o grau de mestre em Arte, Património e Restauro (FLUL), com a tese A pintura mural na região do mármore: Estremoz, Borba, Vila Viçosa e Alandroal (1640-1750). Em 2013 concluiu o seu doutoramento em História da Arte, na mesma instituição, com o tema A pintura mural no Norte Alentejo (séculos XVI-XVIII): núcleos temáticos da Serra de São Mamede. Desde 2015 encontra-se a desenvolver o seu pós-doutoramento intitulado A engenhosa arte do engano: argamassas decorativas com policromias no Alentejo (séculos XVI-XVIII) (SFRH / BPD / 103550/2014), projeto financiado pela Fundação para a Cultura e Tecnologia (FCT).

Tem vindo a participar em diversos projectos de investigação multidisciplinares para o estudo do património histórico-artístico português e, concretamente, da pintura mural, entre os quais shá que destacar o PRIM'ART-Redescoberta da ARTe Mural em Portugal: Estudo Histórico e Científico do Arqueiepiscopado de Évora (1516-1615) (PTDC/CPC-EAT/4769/2012), do Laboratório HERCULES e, também, o DB_Heritage: Database of building materials with historical and heritage interest (PTDC/EPH-PAT/4684/2014), do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).

VÍTOR SERRÃO

Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde dirigiu o centro de investigação ARTIS-Instituto de História da Arte (ARTis-IHA-FLUL). É membro da Academia das Ciências de Lisboa, da Academia Nacional de Belas-Artes, da Academia Portuguesa da História, da Sociedade de Geografia e da Associação Portuguesa dos Historiadores de Arte. Foi Presidente da Comissão Científica de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2005-07).

No âmbito dos Cursos de Doutoramento e de Mestrado em Arte, Património e Restauro, tem desenvolvido trabalho de formação avançada e orientação específica de mais de uma centena de dissertações universitárias.

Tem-se dedicado, como historiador de arte, a estudos de temas da Idade Moderna, redignificando o património artístico português e o campo teórico e metodológico da disciplina na análise da produção a partir de visões globalizantes, atento às mecânicas do mecenato, ao estatuto social dos artistas e aos programas iconológicos dos conjuntos e obras. Especial interesse tem manifestado por “períodos escuros” da arte portuguesa, como sejam o Maneirismo e o Proto-Barroco, a que dedicou longas pesquisas.

É autor de duas centenas de textos em actas de congressos, boletins e revistas da especialidade, tem sido colaborador assíduo em revistas científicas onde publicou textos com temáticas relacionadas com História da Arte dos séculos XVI-XVIII. Realizou numerosas conferências da sua especialidade em Universidades portuguesas e estrangeiras.

Organização:



Cofinanciado por:



Entidades Parceiras:





O interesse pelo mármore é herdado: Roma adquire o fascínio que a cultura grega sentira por esta matéria-prima. As razões são naturais: o brilho imanente, a facilidade na modelação, a diversidade cromática, mas também a resistência ao tempo. Este aspeto era fundamental, pois as matérias-primas da península helénica, demasiado porosas e friáveis, não tinham esta qualidade. Note-se o exemplo de dois templos construídos ao mesmo tempo, sob o mesmo supervisor: Ictino (com Calícrates) foi o responsável pela construção do emblemático Pártenon de Atenas, ainda hoje o símbolo máximo da capital grega, mas em simultâneo projetou o templo de Apolo Epicúrio em Bassae, nas montanhas da Acádia. Esta construção empregou os calcários cinzentos da envolvente e foi no seu tempo emblemático, por ter sido uma das primeiras obras que utilizou o estilo coríntio.

André Carneiro

O paço ducal de Vila Viçosa, sede da Sereníssima Casa de Bragança durante séculos, constitui-se, nas palavras de Vitor Serrão, “[...] entre os mais notáveis empreendimentos da arquitectura senhorial do século XVI, que remanescem na Península Ibérica”.

Clara Moura Soares

As artes do mármore encontram uma notável representação artística na arquitetura e na escultura portuguesa da Idade Moderna, por força da abundância e qualidade das pedreiras marmóreas existentes em algumas zonas do país, com realce para a região de Estremoz, Borba, Alandroal e Vila Viçosa, onde as circunstâncias naturais ajudaram a fixar um mecenato consciente dessa mais-valia e um escol de artistas com técnica e competência para a usar.

Vítor Serrão



Cofinanciado por:

